UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

SILVIA DE BERNARDINIS

Luta de classes e luta armada na crise do fordismo na Itália da década de Setenta do século XX: As Brigadas vermelhas

Versão corrigida

SÃO PAULO

2019

SILVIA DE BERNARDINIS

Luta de classes e luta armada na crise do fordismo na Itália da década de Setenta do século XX: As Brigadas vermelhas

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História econômica sob a orientação do Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco.

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D2861 DE BERNARDINIS, SILVIA
Luta de classes e luta armada na crise do
fordismo na Itália da década de Setenta do século
XX: As Brigadas vermelhas / SILVIA DE BERNARDINIS ;
orientador Lincoln Ferreira Secco. - São Paulo, 2019.
340 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Luta de classes. 2. Guerrilha. 3. Crise
política. 4. Crise Econômica. I. Ferreira Secco,
Lincoln, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): __Silvia De Bernardinis__

Data da defesa: __30__/_08__/_2019__

Nome do Prof. (a) orientador (a): __Lincoln Ferreira Secco__

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, __20__/_11__/_2020__

(Assinatura do (a) orientador (a))

RESUMO

DE BERNARDINIS, S. Luta de classes e luta armada na crise do fordismo na Itália da década de Setenta do século XX: As Brigadas vermelhas. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

No processo de crise do fordismo, na Itália da década de Setenta do século XX, a luta de classes abriu o espaço para o surgimento de uma insurgência armada. Nas fábricas mais modernas do Norte, as lutas operárias assumem feições novas, de ruptura radical com a tradição do movimento operário. A autonomia operária e a rejeição ao trabalho como características do operário-massa produzem um conflito radical entre capital e trabalho. Neste contexto um grupo de operários e técnicos das fábricas de Milão dão vida à mais longa das formações armadas italianas da década de Setenta: as Brigadas vermelhas. O presente trabalho reconstrói a trajetória da formação armada das fábricas até ao “ataque ao coração do Estado”, concentrando-se sobre a tentativa da formação guerrilheira de responder, com a luta armada e buscando uma ruptura revolucionária, às mudanças provocadas pelas dinâmicas do capital em transformação, e à crise da classe operária no processo de reestruturação produtiva em curso na Itália durante os anos Setenta e Oitenta.

Palavras chave: classe operária; autonomia operária; luta armada; reestruturação produtiva.

ABSTRACT

DE BERNARDINIS, S. Class struggle and armed struggle in the crisis of fordism in Italy during the Seventies of Twentieth century: The Red Brigades. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

During the process of crisis of Fordism, in Italy of the Seventies of the twentieth century, the class struggle opened the space for the emergence of an armed insurgency. In the more modern factories of the North, the workers' struggles take new features, it's a radical rupture with the tradition of the labor movement. Workers' autonomy and rejection of labor, as characteristics of the mass-worker, produce a radical conflict between capital and labor. In this context, a group of factory workers and technicians from Milan give life to the longest of the Italian armed formations: the Red Brigades. The present work reconstructs the trajectory of the armed formation, from the factories until the "attack to the heart of the State". It concentrates on the attempt of the guerrilla formation to respond, with the armed struggle and looking for a revolutionary rupture, to the changes provoked by the dynamics of the capital in transformation, and to the crisis of the working class in the process of productive restructuring underway in Italy during the 1970s and 1980s.

Key words: working class; working class autonomy; armed struggle; productive restructuring.

Lista de Abreviaturas

AO – Avanguardia operaia
Aut. Op. – Autonomia Operaia
BR – Brigate rosse
BR-PCC – Brigate rosse-Partito comunista combattente
BR-PG – Brigate rosse- Partito guerriglia
BR-WA – Brigate rosse-Colonna Walter Alasia
CGIL – Confederazione generale italiana del lavoro
CISL – Confederazione italiana sindacati lavoratori
CO.CO.RI – Comitati comunisti combattenti
CPM – Collettivo politico metropolitano
CUB – Comitati unitari di base
DC – Democrazia cristiana
DP – Democrazia proletaria
FAC – Formazioni armate comuniste
FGCI – Federazione giovanile comunista italiana
GAP – Gruppi di azione partigiana
GdS – Gruppi di studio
LC – Lotta continua
MPRO – Movimento proletario di resistenza offensiva
MSI-DN – Movimento sociale italiano-Destra nazionale
NAP – Nuclei armati proletari
NORA – Nuclei operai resistenza armata
PCI – Partito comunista italiano
PL – Prima Linea
PO – Potere operaio
PR – Partito radicale
PRI – Partito repubblicano italiano
PSDI – Partito socialdemocratico italiano
PSI – Partito socialista italiano
PSIUP – Partito socialista italiano di unità proletaria
RdS – Risoluzione direzione strategica
SIM – Stato imperialista delle multinazionali
SP – Sinistra proletaria
UIL – Unione italiana del lavoro

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I	17
<i>As raízes da autonomia operária</i>	17
1. <i>A modernização capitalista e a nova classe operária</i>	19
2. <i>As primeiras manifestações de uma nova classe operária</i>	23
3. <i>O debate à esquerda sobre a revolução</i>	43
<i>O sistema de ensino e o ingresso do proletariado nas escolas</i>	49
4. <i>Conclusões</i>	53
Capítulo 2	56
1. <i>Os anos de 1968</i>	56
2. <i>Expressões da autonomia operária</i>	63
3. <i>O CUB Pirelli</i>	65
5. <i>A revolta de Corso Traiano</i>	69
6. <i>Conquistas e limites do Outono quente</i>	72
Capítulo 3	85
1. <i>“...degenerou em violência...”</i>	85
2. <i>A resposta do Estado</i>	89
3. <i>Como organizar a autonomia operária?</i>	92
4. <i>Nas fábricas</i>	103
Capítulo 4	112
1. <i>Dizer, fazer, reivindicar</i>	112
2. <i>A clandestinidade</i>	115
3. <i>A estrutura organizativa</i>	116
4. <i>A unificação do teórico e do prático, do político e do militar</i>	117
5. <i>Os militantes</i>	122
6. <i>A Coluna romana</i>	123
Capítulo 5	128
1. <i>Entre o Chile e a Fiat</i>	128
2. <i>“Fazzoletti Rossi”</i>	129
3. <i>O golpe do Chile, o Compromisso histórico e a ruptura à esquerda</i>	133
4. <i>A Resolução da Direção estratégica de 1975</i>	145
Capítulo 6	153
2. <i>A estratégia da emergência</i>	157
1. <i>A Resolução da Direção estratégica de 1978</i>	164
5. <i>A Campanha de primavera</i>	170
Capítulo 7	183
1. <i>A reconquista da Fiat</i>	183

2. A crise da guerrilha e o fim da unidade das Brigadas vermelhas	189
Apêndix	213
<i>Lotta armata. Storia, memoria e paradigma vittimario</i>	214
<i>Brigate Rosse</i>	232
<i>Risoluzione della direzione strategica aprile '75</i>	232
Risoluzione della Direzione Strategica, febbraio 1978	244
Risoluzione della Direzione Strategica (1980)	289
Documento dos presos políticos	330
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333
<i>FONTES</i>	333
<i>DOCUMENTOS</i>	333
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	336

INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa nasceu durante a preparação de uma aula para os alunos da graduação da FFLCH sobre as Brigadas Vermelhas (BR), concordada com o meu orientador, e dando sequência a uma discussão iniciada com ele sobre a luta armada na Itália na década de Setenta. E também por circunstâncias e encontros não casuais, mas particularmente afortunados. O tema não estava nos meus programas naquele momento, ainda que sempre tivesse despertado meu interesse. Tinha lido, assim que foram editados, em meados dos anos Noventa, os livros/entrevista de dois dirigentes históricos das Brigadas vermelhas, Mario Moretti e Renato Curcio. Tinha vagas lembranças pessoais do período final da organização, na segunda metade dos anos Oitenta, as últimas ações, as prisões de diversos militantes e os processos, porque por diversos anos ocuparam jornais e telejornais e porque nos últimos 30 anos, constantemente, noticiava-se de revelações sensacionalistas sobre o “caso Moro”, as quais, porém, nunca encontraram correspondência factuais. A necessidade de preparar a aula me deu a medida de quanto pouco eu realmente sabia do argumento.

Ao procurar materiais para estudar, me deparei de imediato com uma dificuldade e um paradoxo que não tinha percebido antes: a escassez da produção historiográfica existente a frente de uma quantidade enorme de material bibliográfico resultado de investigações jornalísticas, centrado, em grande parte se não quase exclusivamente, sobre o sequestro de Aldo Moro, o que poderíamos chamar de “mistérios do caso Moro”, um filão de baixa literatura, porém bem sucedido no mercado editorial: segundo um dos mais afirmados teoremas, um grupo de terroristas sequestra o Presidente da Democracia Cristã – para matá-lo 55 dias depois – no dia em que estava para nascer o primeiro governo aberto à participação do Partido comunista italiano, impossibilitando uma mudança histórica na vida política italiana. Apresentava-se assim um grande complô orquestrado para impedir a participação do maior partido comunista do Ocidente a um governo de um país que pertencia ao bloco da OTAN, algo que deveria resolver o histórico problema da ausência de alternância no poder dos dois maiores partidos italianos. Ao estudar principalmente as estratégias dos dois partidos

protagonistas do “compromisso histórico”, DC e PCI, através dos documentos da época e as modalidades em que ocorreu a formação do governo, percebe-se que se trata de uma leitura que não encontra correspondência com a realidade dos fatos, como procuramos demonstrar neste trabalho. Ao mesmo tempo, esta leitura insinuava dúvidas chegando até a negar, através de um viés conspiracionista, a autenticidade da formação armada: “não são quem dizer ser” ou, em alternativa, “um pequeno grupo de incautos manipulados”. Neste sentido, poder-se-ia explicar a ausência de trabalhos propriamente historiográficos: faltando autenticidade, por que considerar as BR como objeto de estudo da história? A história das BR ficava, ao contrário, presa dentro da crônica, do jornalismo criminal em particular. Em segundo lugar, a dificuldade de uso deste material que transmitia a sensação de uma história que ficava suspensa no ar. Nas obras de história geral centradas no período que vai do fim da II Guerra mundial até os dias atuais, isto é, o período republicano, a questão é apenas abordada, e de maneira fragmentária, no melhor dos casos a luta armada é interpretadas como degeneração violenta das movimentações de 1968 ou, segundo uma outra afirmada interpretação, como reprodução em pequena escala do conflito entre ideologias totalitárias, na perspectiva revisionista que adquiriu dominância em fim da década de Oitenta: jovens extremistas de esquerda e de direita que se enfrentam desencadeando uma guerra em um país, com problemas econômicos e políticos sérios, mas no fundo pacífico, quase fosse um conflito privado, algo que corre à margem da história.

Entre os historiadores que escreveram sobre as BR, no período em que iniciei a procurar material, encontrei um único livro, *Storia delle Brigate Rosse* de Marco Clementi, que abordava a questão de forma diferente, trabalhando sobre as fontes documentais disponíveis e reconstruindo o contexto histórico-político que originou as BR. Outro livro fundamental é *L'orda d'oro*, de Primo Moroni e Nanni Balestrini, que aborda um inteiro ciclo de lutas sociais, com um olhar interno (os dois autores foram diretamente protagonistas dos movimentos sociais da década de Sessenta e Setenta), indo até às raízes do conflito social e político que eclode na década de Setenta, um momento, o último, e pela intensidade o único do século XX da história italiana, de enfrentamento de classes e em que se coloca também a história da luta armada italiana e das BR, que não foram a única formação a praticá-la. O que faltava, e que de fato pessoalmente ignorava, para poder discutir das BR era justamente o contexto histórico que permite dar-lhe sentido, trazê-la

de volta para a concretude do processo histórico, com suas rupturas, com sua não linearidade, com suas contradições. Nesta perspectiva as BR não só constituem um objeto da história, mas de uma página importante da história italiana. Pertencem plenamente a história social e política italiana. Ao desenvolver este trabalho me dei conta que não é possível falar de BR se ao mesmo tempo não se reconstrói a história italiana.

Foi essencialmente por esta razão, pela percepção de um vazio, que decidi procurar ex militantes das BR. Escolhi quem tinha recusado entrar nos mecanismos de “normalização” da luta armada através das leis de delação premiada e da dissociação promovidas na década de Oitenta para pôr fim a um conflito que se alastrava por mais de uma década. As BR não foram a única organização guerrilheira existente, ainda que se tratasse da mais estruturada. Em 1979, uma nota do Ministério do Interior declarava a existência de 269 siglas de grupos armados, em um país que teve, pelos fatos relativos à luta armada, 40 mil cidadãos submetidos a processo, mais de 6000 condenados a décadas de cadeia e 20.000 pessoas que “transitaram” nas penitenciárias italianas. Em Roma contatei Barbara Balzerani, hoje escritora, dirigente histórica das BR que ficou dez anos em clandestinidade antes de ser presa, em 1985. A imagem dela construída midiaticamente reproduz todos os estereótipos construídos ao redor dos irredutíveis, *irriducibili*, os “assassinos não arrependidos”. Na realidade, além do significado midiático, trata-se de uma categoria jurídica nascida para distinguir os militantes da luta armada que não aceitaram aderir à dissociação proposta pelo Estado, e que, portanto, não beneficiaram dos descontos de pena aplicados às outras duas categorias, ficando presos por mais anos (ainda hoje 22 militantes BR continuam presos). Estava livre após 26 anos de cadeia. Uma vida na militância, os primeiros anos em *Potere Operaio*, depois da crise e do fim da formação extraparlamentar, junto com outros militantes de PO dá vida a um grupo chamado *Tiburtaros*¹, e em 1974 o contato com as BR que buscou junto com outros militantes romanos, dando vida à formação da coluna romana, a mais longeva da organização. Desde o início na direção da coluna romana e depois na Executiva nacional das BR, teve que enfrentar o período mais difícil da organização: o

¹ Com um toque de ironia romana, o nome juntava o bairro Tiburtino, onde ficava uma das sedes de PO, e a formação guerrilheira uruguaia Tupamaros, uma das experiências que mais influenciaram a guerrilha italiana.

processo de crise e cisão que iniciou em 1981. Logo depois de ser presa, com os dirigentes históricos das BR aderiu à “solução política”, uma proposta lançada a instituições, partidos políticos, movimento sociais para abrir uma discussão sobre o que ocorreu na década de Setenta, com o objetivo de chegar a uma amnistia, de fechar e entregar à história o período mais discutido e menos estudado da história italiana do segundo pós-guerra. Mas sem abrir mão da própria história, ou seja, rejeitando a abjura prevista pela lei da dissociação. Como procuro explicar em um capítulo em appendix, a proposta não teve êxito. No período das primeiras permissões para sair da cadeia, e sucessivamente, nos anos da semiliberdade, iniciou a escrever. A necessidade era de reconstruir uma história que havia sido deformada pela História oficial. O seu primeiro livro, *Compagna Luna*, chama a atenção porque não se insere na memorialística, e não é um livro sobre a história das BR. Tenta reconstruir a partir de uma experiência pessoal uma história coletiva, é uma primeira reflexão sobre as razões e as condições sociais e políticas e históricas que levaram à formação das BR e uma primeira reflexão sobre a derrota dos anseios de mudança social radical que levaram parte de um grande movimento social a pegar as armas. Contrariamente à imagem construída midiaticamente, Barbara Balzerani é entre os que fizeram uma reflexão crítica sobre sua história e a história da organização, mas sem abrir mão e sem repudiar o passado. Nos outros livros que escreveu, seis até hoje (do último, *L'ho sempre saputo*, escrevi o prefácio), ampliando sobre a história italiana, sempre está presente um questionamento que investiga as razões da derrota não só de sua particular experiência, mas da possibilidade mesma de pensar uma transformação radical da sociedade. Com ela iniciei um diálogo que continua ainda hoje e que transcendeu a história das BR. A ela, principalmente, devo a decisão de ter transformado a preparação de uma aula em uma tese. E a ela devo grande parte daquilo que aprendi nesta pesquisa.

Descobri durante esta pesquisa também quanto o tema gera ainda contraposições e divisões que chegam também a provocar rupturas pessoais. E me deparei com o fato de que não se pode falar de forma laica ainda hoje sobre o tema por uma série de razões que pude aprofundar durante a pesquisa. A principal é de pôr em questão uma ideia e uma imagem de uma classe operária monoliticamente ligada ao PCI, algo que, ao simplificar, empobrece uma relação, pelo contrário,

não desprovida de atritos e contradições, e em algumas conjunturas de aberto conflito.

O que ocorreu na Itália na década de Setenta não cabe nas definições clássicas de guerra civil por número de participantes, pelas características da luta, em termos de vítimas, de poderes contrapostos, de conquista de territórios por parte de segmentos de poderes e de população. Por outro lado, o número de presos políticos, o número de cidadãos submetidos a investigação, o número de condenados por crimes de tipo político, supera os números dos efetuados pelo regime fascista em 20 anos. Para cada dia da década é possível com facilidade achar imagens e fatos que mostram um país atravessado por um conflito de classes que tem como sujeito central o operário-massa, que desperta e traz consigo instâncias de transformação radical. As BR nascem nas fábricas e pertencem a este contexto, não se apresentam como braço armado do movimento, propõem, encontrando espaço para desenvolver-se, a guerrilha urbana. Aparecem anômalas tanto aos ortodoxos do marxismo-leninismo, como aos comunistas revisionistas. Diversamente da imagem que se consolidou, não se tratava de uma formação monolítica: as diversas origens políticas de seus militantes, e as diversas gerações, restituem, ao contrário, um quadro heterogêneo, uma heterogeneidade que encontra sua unidade em um programa político. Não é a única formação armada italiana, mas é aquela que mais dura pela estrutura organizativa que assume, e que tem na escolha estratégica da clandestinidade, e na unificação do político e do militar seus pontos específicos mais fortes.

O período analisado vai de 1968 a 1982: a data de eclosão de um movimento social fortemente conotado pelo cariz classista que marca o caldo de cultura do nascimento das Brigadas Vermelhas; a data em que a organização, que havia sofrido uma cisão no ano precedente, declara a retirada estratégica. Ressaltamos, contudo, um dado importante sobre o recorte temporal selecionado. É necessário observar que as lutas que eclodem em 1968 foram precedidas, durante a década de 1960, da gestação de uma nova classe operária, que chega à sua plena maturação e manifesta suas características nas lutas do fim da década, mas que já nos anos precedentes, ainda que de forma não orgânica, marca uma ruptura importante com a tradição do movimento operário, representando, portanto, o ponto inicial de um novo ciclo de lutas operárias. Julguei necessário, por esta

razão, tratar, no primeiro capítulo, o contexto econômico e social em que se formou uma nova geração de operários, cuja característica precípua reside no conceito de autonomia operária, conceito central para a compreensão da gênese das BR. Este ciclo de lutas se esgota no começo da década de 1980, tendo até uma data simbólica, a marcha dos 40mil colarinhos brancos da Fiat em Turim, que representa a derrota operária e o esgotamento de todas as experiências políticas e sociais da década de Setenta, inclusive aquela guerrilheira, que perde sua principal referência. O período que segue é para a organização o momento de crise e de eclosão das contradições internas que levam à ruptura da unidade e à sua dissolução.

Ao observar a trajetória das lutas operárias e do paralelo desenvolvimento da luta armada, emerge uma periodização interna da década de 1970, destacando três momentos: os primeiros anos até a crise econômica de 1973 representam o momento de máximo êxito do conflito nas fábricas, com a afirmação da autonomia operária e uma temporária perda de hegemonia de sindicatos e partidos tradicionais representantes da classe operária. 1973, com a eclosão da crise econômica mundial, pode ser considerado um divisor de águas: a partir de então e até 1977 assistimos a uma fase de recuo em relação ao período precedente: embora a conflitualidade operária se mantenha alta, as lutas se tornam defensivas, de resistência dos espaços conquistados. Influi também, no contexto político interno a virada do Pci que lança o compromisso histórico. Ao mesmo tempo detectamos também que as primeiras tentativas de reestruturação nas maiores indústrias italianas encontram na resistência operária, através da manutenção da ruptura da ordem – que se manifesta em ações de insubordinação, desde o piquete até ao sequestro de dirigentes –, o principal fator de atraso dos processos de reestruturação. Entre 1976 e 1977 emerge um novo proletariado, filho da crise final do fordismo e do refluxo da classe operária, a primeira geração que experimenta novas formas de precarização do trabalho e que traz consigo novas formas de antagonismo, mas que por outro lado já anunciam a derrota de início da década de 1980, com a “restauração da ordem” nas fábricas, e o início da dissolução da conflitualidade operária e social. Em relação às Br, o início da década de 1970 corresponde à fase de crescimento e enraizamento, ao passo que o período de maior visibilidade e incidência no plano político vai de 1974 a 1978, quando a organização sai da fábrica, percebida já como terreno de resistência defensiva

onde não é possível avançar mais no plano político, para lançar o ataque ao coração do Estado que culmina com a ação mais conhecida da organização, podendo entender esta escolha como tentativa de responder e contrastar a fase de refluxo das lutas operárias, de reconduzi-las num plano ofensivo.

Decidi trabalhar prevalentemente com fontes primárias. Analisei o material produzido diretamente pelos grupos (revistas, documentos, panfletos, resoluções). Por estudar uma organização clandestina, escolhi contatar os seus militantes, os quais, com uma única exceção, ofereceram a disponibilidade a participar da pesquisa.

Acrescentei em apêndix um texto em italiano que está sendo publicado pela Universidade francesa Paris Nanterre (e que é a transcrição de minha intervenção em um simpósio organizado pelo departamento de estudos italiano da Faculdade de Letras, realizado em 2017 sobre a luta armada na Itália), que aborda algumas questões geradas pela ausência de uma reflexão histórico-política sobre a luta armada e que se refletem na atualidade, sobretudo no plano historiográfico.

Realizei esta pesquisa com o apoio da Bolsa CAPES/CNPQ que agradeço. Agradeço sobretudo o meu orientador, Prof. Lincoln F. Secco, pela incomensurável paciência que sempre teve comigo!

Capítulo I

As raízes da autonomia operária

Ao abordar as peculiaridades do ciclo de lutas eclodidas a partir de 1968 na Itália, que se destacam pela maior intensidade e duração em relação aos outros países ocidentais e das quais se objetiva a luta armada como possível estratégia de luta revolucionária no quadro da crise fordista, uma multiplicidade de fatores deve ser levada em consideração. Existem diversas interpretações sobre as particularidades do conflito de classe italiano que eclode em forma manifesta a partir do biênio 1968-69, sobre as razões que possibilitaram o seu alastrar-se por mais de uma década chegando a aproximar-se em uma determinada fase a uma guerra civil. Pesam as especificidades do capitalismo italiano, assim como a história do movimento operário e de suas tradicionais representações políticas e sindicais, mas sobretudo cabe ressaltar o fato de que a rápida transição ao capitalismo avançado que a Itália viveu não havia encontrado um quadro político geral capaz de dar respostas às novas exigências sociais, econômicas e políticas surgidas das transformações estruturais no campo econômico e social.

O ano de 1968 não representa na verdade a raiz e o ponto inicial do conflito, mas o momento em que chega à maturação uma nova subjetividade operária que incubava há cerca de uma década. A eclosão das revoltas de 1968 permitem a esta nova subjetividade operária em um primeiro momento de crescer e radicalizar-se e, em uma segunda fase, conseguido um consistente enraizamento social, de se prolongar durante uma década, assumindo, através do seu componente mais

radicalizado, a luta armada como forma extrema de luta de classes. A crítica radical de contestação dos valores da sociedade burguesa, as instâncias antiautoritárias e o igualitarismo, que conotaram a revolta de 1968 na Europa, contribuem a radicalizar as instâncias próprias de um movimento de classe e anticapitalista preexistente na realidade italiana, que nasce sobre as contradições abertas pela reestruturação produtiva e pela nova organização da produção das décadas de 1950 e 1960, que cresce sobre a rejeição do trabalho. É um movimento de classe que surge nas fábricas mais modernas do Norte industrializado em ruptura com a tradição do movimento operário, que consegue aglutinar segmentos mais amplos do proletariado, que faz das fábricas o principal teatro de enfrentamento entre as classes, mas que é capaz de tornar-se referência para outros setores do proletariado, transpondo fora dos confins da fábrica o conflito de classe, pondo em questão o poder e as relações de poder, em um confronto permanente de correlações de força, conquistando, material e simbolicamente, o terreno das fábricas, e construindo formas de contra-poder operário². A autonomia dos comportamentos operários em relação aos partidos de esquerda e aos sindicatos, as novas formas de luta, representam a especificidade desta nova geração da classe operária, cuja vanguarda consegue pôr em crise e provocar uma temporária perda de hegemonia dos tradicionais representantes da classe operária, entre os anos de 1968 a 1974. No interior deste movimento amadurece o terreno para uma insurgência armada que na década de 1970 tornará específico o quadro social e político italiano.

²“Eram anos em que os chefes quase não entravam na oficina, não circulavam nos departamentos de produção. Ficavam confinados em seus compartimentos e não intervinham sobre nada”, Romiti, Cesare, *Questi anni alla Fiat*, Rizzoli, Milano, 1988, Bur, Milano 2004, p. 88, p. 93. Não casualmente, o diretor executivo da Fiat Cesare Romiti, descreve com uma terminologia que lembra a linguagem militar a luta pela reconquista, na maior indústria italiana, do pleno controle e da ordem, entre 1978 e 1980 (cfr. *Infra*).

A autonomia operária, que é a característica principal da nova subjetividade operária, se funda sobre alguns elementos principais postos em movimento pelo próprio processo de modernização capitalista: a grande migração inter-regional de trabalhadores do Sul para o Norte da Itália; a alfabetização de massa e o sucessivo acesso às universidades por parte de jovens originários da classe trabalhadora; um processo mais geral de secularização da sociedade italiana induzido pela própria modernização capitalista.

1. A modernização capitalista e a nova classe operária

Em pouco mais de uma década, entre 1951 e 1963, a Itália transformou-se de sociedade essencialmente agrário-industrial a sociedade de capitalismo avançado. É, de fato, a década da segunda revolução industrial italiana que transforma, em uma dimensão temporal curta e intensa, a sociedade e as classe sociais.

São os anos do “milagre econômico”, a receita nacional e a taxa de crescimento dobram, aproximando o país aos níveis da Alemanha Ocidental e do Japão³. À base do milagre econômico está a exploração dos estruturais fatores de atraso da economia italiana, que podia contar com um grande reservatório de mão-de-obra sem especialização profissional e de baixo custo, por sua vez garantido pelo atraso econômico estrutural das regiões italianas do Sul. O milagre econômico foi realizado pelo emprego de uma grande massa de trabalhadores que provinham sobretudo, ainda que não exclusivamente, das regiões do Sul, por um forte arrocho salarial, que colocava os salários italianos no último lugar entre os

³ Entre 1951 e 1958 a taxa média anual do PIB é de 5,8%, em 1959 alcança 6,6% e atinge 8,3% em 1961.

países da Europa ocidental, e pelo baixo custo das matérias-primas. Tratava-se, portanto, de processos de transformação que continuavam reproduzindo os históricos desequilíbrios da formação social italiana, cuja origem reside no processo de unificação nacional e que conformam e reafirmam um conjunto da sociedade e da economia baseado em duas diferentes velocidades.

Atrás de um fenômeno antigo e estrutural da história italiana como a emigração, estava a escolha de incentivar, após a primeira fase da Reconstrução, a reestruturação industrial do Norte respondendo à demanda de mão-de-obra posta pelas indústrias. Concentrada em duas fases (a primeira entre o fim da década de cinquenta e os primeiros anos de Sessenta e a segunda entre 1968/69, períodos que respondem às exigências de mão de obra pelas grandes fábricas) a emigração se transformou em um verdadeiro êxodo: milhões de trabalhadores abandonavam seu lugar de origem para trabalhar nas grandes fábricas do Norte da Itália, da Europa, das Américas. Em quinze anos, entre 1955 e 1970, 24.800.000 pessoas se deslocaram: 15 milhões nas regiões do Centro-norte, 5 milhões entre as regiões do Sul e mais de 3 milhões do Sul para o Norte⁴. A fazer de contraponto à política industrial nas regiões do triangulo industrial (Piemonte, Lombardia, Ligúria), uma ineficaz e parcial reforma agrária, a edificação de pequenas e isoladas ilhas industriais e uma política assistencialista, levavam à desagregação as comunidades camponesas. Isto significava a dissolução de identidades coletivas, de valores que agregavam comunidades e coletividades antigas, abandono do campo e de uma cultura vinculada ao território à que se pertencia (língua, hábitos), esta última estimulada também pela difusão dos meios de comunicação de massas⁵

⁴ Veja-se Primavera, Rocco, *Industrializzazione e migrazioni interne. 1950-70*, Roma, Massari, 2002, p. 72-73

⁵ O início oficial das transmissões Rai é em janeiro de 1954.

que agem como verdadeiro instrumento de unificação nacional e como veículo de difusão de modelos de vida e de comportamentos baseados na promoção dos valores do milagre econômico. Este êxodo significava rápido e descontrolado crescimento das cidades, em particular das cidades industriais (em 1951, Turim tinha 700mil habitantes, em 1961 alcançou um milhão, em 1968, 1.600mil; o maior bairro operário, Mirafiori Sul, passou de 18.747 habitantes em 1951 a 119.569 em 1969; Milão que tinha 1.274.180 de habitantes em 1951 passou a 1.582.474 em 1961, e 1.732.068 em 1971)⁶, que redesenham sua identidade transformando-se em metrópoles que crescem sem que os governos, sob a pressão dos interesses especulativos das construtoras, um dos setores que mais crescem com o “milagre econômico”, conseguissem atuar uma reforma urbanística⁷. Estas mudanças econômicas e sociais não foram governadas no plano político: os governos de centro-esquerda (1963-1964) que nascem com o objetivo de intervir e corrigir os desequilíbrios criados pelo desenvolvimento econômico, através da introdução de formas de planejamento, encontram a oposição de parte importante do mundo empresarial. O então governador do Banco da Itália, Guido Carli, reevocando os anos em questão, trinta anos mais tarde, ainda declarava, justificando a posição empresarial, que estava em jogo então “a existência da empresa privada, da indústria capitalística, ameaçada pela prepotência

⁶ Veja-se *Lotte operaie a Torino. L'esperienza dei CUB, Comitati unitari di base, 1969-1977*, Milão, Punto Rosso, 2009.

⁷ Crescem entre as décadas de Cinquenta e Sessenta as “casas de lata” na periferia romana, ou as assim ditas “Coréia” na cidade de Milão: tratava-se de pequenas cabanas abandonadas que surgiam à periferia de Milão, originariamente lar dos camponeses os quais, uma vez que se transformaram em operários haviam-na abandonadas. Se chamavam de “Coréias” porque surgiram no período da guerra de Coréia.

nacionalizadora”⁸. Tratava-se na realidade de poucas reformas, que foram realizadas apenas parcialmente. Como assinala Paul Ginsborg

A indústria elétrica foi nacionalizada, mas de modo a permitir que os monopólios mantivessem um enorme poder financeiro; o máximo que se obteve pela questão crucial do planejamento urbanístico foi a “lei ponte” de 1967, cuja aplicação foi adiada de um ano. O ensino fundamental obrigatório até aos 14 anos foi realizado, mas sem mexer nos seus conteúdos arcaicos e na organização do ensino médio e da universidade. A lei Pieraccini sobre a programação econômica foi afundada e esquecida. Não houve reforma fiscal nem reforma da burocracia, não foi introduzido o sistema nacional de saúde, nem reforma agrária⁹

De acordo com Guido Crainz, pode-se afirmar que o fracasso dos governos de centro-esquerda favoreceu por um lado uma tendência ao conformismo que se manifestava através da exaltação do interesse individual, por outro lado levou à formação e radicalização de vastas áreas de dissenso que se reorganizavam sobre as contradições de um processo de modernização capitalística acelerada que não eliminava, mas acentuava os estruturais problemas econômicos e sociais¹⁰. Com o milagre econômico, as distorções de um desenvolvimento econômico baseado na exploração do atraso tornavam mais agudas e evidentes as discrepâncias entre opulência e pobreza e aumentava a distância entre as classes sociais. Se por um lado produção de riqueza e difusão dos símbolos do milagre econômico e da sociedade fordista agem como fator de integração das classes subalternas, de assimilação dos valores dominantes, por outro lado, a desproporção cada vez mais visível entre lucros das empresas e salários e condições de trabalho acendem também uma nova capacidade de agregação de diversos segmentos sociais sobre

⁸ Carli, Guido, *Cinquant'anni di vita italiana*, Roma-Bari, Laterza, 1993. Guido Carli foi governador do Banco da Itália de 1960 a 1975, presidente de Confindustria de 1976 a 1980 e senador pela Democrazia cristã de 1989 a 1992.

⁹ Ginsborg, Paul, *Storia d'Italia dal dopoguerra ad oggi. Famiglia, società, Stato 1943-1996*, Turim, Einaudi, 1998, p. 337

¹⁰ Crainz, Guido, *Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni Ottanta*, Roma, Donzelli, 2003, p. 29-30.

valores alternativos aos propostos pelo crescimento consumista. A Fiat, símbolo da industrialização italiana e do mais moderno fordismo, “invadia” as recém-construídas rodovias com seus carros utilitários, os eletrodomésticos entravam nas habitações dos italianos, as quais, ao mesmo tempo, faltavam de serviços básicos essenciais (em 1963, em Milão, símbolo e centro da modernização italiana, 13% das habitações não tinha água potável), por outro lado, os trabalhadores italianos continuavam recebendo os salários mais baixos da Europa.

Atrás da afirmação de uma sociedade capitalista avançada baseada no consumo de massa estava a adoção massiva de uma nova organização do trabalho e do ciclo produtivo, que tornava central a fábrica e a classe operária. Se, por exemplo como no caso da Fiat, desde a década de 1930 coexistia, junto com o operário especializado, a figura do operário sem alguma especialização, na década de 1950 esta nova figura adquiriu uma consistência maior, até tornar-se maioritária, na década de Sessenta, com a introdução massiva da linha de produção, mudando radicalmente a subjetividade operária.

2. As primeiras manifestações de uma nova classe operária

Depois de quase de uma década, os primeiros anos de Sessenta registram uma retomada das greves operárias, em ocasião das negociações para a renovação de contratos dos metalúrgicos às quais se acompanham formas de revoltas anômalas, não tradicionais, tanto na forma como nos conteúdos expressos, respeito à tradição do movimento operário. Podem ser lidas como a abertura de um novo ciclo de luta de classes que contém em si e manifestam o elemento central que determinará a especificidade da nova classe operária, a autonomia operária.

Pensamos necessário deter-nos sobre dois acontecimentos em particular: os fatos que ocorreram em Genova em 1960, no quadro dos protestos contra o governo Tambroni e do qual emergiram os jovens das “camisas listradas”, e os fatos que aconteceram em Turim, em julho de 1962, durante uma greve da qual deflagraram três dias de enfrentamentos entre operários e forças policiais, sem que as organizações sindicais e partidárias conseguissem controlar os trabalhadores. “Os fatos de Praça Estatuto”, assim é conhecido o episódio, são significativos porque abrem, ao mesmo tempo, a primeira grande onda de greves e de revoltas operárias desde o período da Resistência mostrando *in nuce* suas peculiaridades, que emergirão de forma madura no biênio 1968-69, isto é, emergem manifestando seu duplo aspecto de luta da classe operária e luta popular, de luta contra os patrões da fábrica e luta contra o Estado, simbolicamente representado pelos operários que saem da fábrica encontrando e unindo-se ao proletariado metropolitano, um quadro sintético das rachaduras abertas pelas contradições acumuladas durante uma década de desenvolvimento capitalista. É significativo também porque estes fatos marcam uma ruptura com a tradição do movimento operário assim como havia se expressado até então, em suas formas e representações sindicais e partidárias, mostrando a capacidade dos operários de organizar-se de forma autônoma e ultrapassar as decisões das organizações sindicais; como também porque à retomada da luta de classes corresponde, paralelamente, uma retomada do debate sobre a natureza da luta de classes, sobre as mudanças ocorridas na classe operária em seguida ao processo de transição capitalista na Itália.

O primeiro sinal de novidade, em um contexto que por cerca de dez anos havia sido caracterizado pela contenção e repressão da conflitualidade social, chegou entre 1960 e 1962. O ano de 1960 foi caracterizado por diversas greves

operárias e manifestações antifascistas contra o governo liderado pela DC com o apoio do partido neofascista (Movimento social italiano): enfrentamentos nas ruas entre manifestantes e polícia eclodiram nas principais cidades italianas (os mais duros em Genova, Roma, Reggio Emilia e Palermo), assumindo o caráter de revoltas populares que em alguns momentos fugiram também do controle dos partidos de esquerda e sindicatos. O governo do democrata-cristão Tambroni foi obrigado à demissão, mas antes provocou, em poucos dias, nove mortos, uma centena de feridos e centenas de presos¹¹. A novidade destes protestos é representada pelo exórdio de uma nova geração, formada por jovens trabalhadores e estudantes. Estes jovens, que enfrentam as forças de polícia além do consentido pelas organizações partidárias e sindicais de esquerda, se juntam, nas manifestações, aos velhos militantes socialistas e comunistas, embora não sejam politizados no sentido tradicional de filiação partidária e não se identifiquem com os partidos políticos representantes da classe operária. Sobretudo para estes últimos – que olham com desconfiança, sem excluir a hipótese de que se trate de infiltrados no movimento operário – o caráter prevalentemente antifascista dos protestos esconde, ou não permite perceber claramente, os primeiros sinais de ruptura crítica que esta nova geração manifesta. Tais sinais percebem-se em relação ao sentido e à prática do antifascismo. Estes jovens se definem antifascistas, ao serem questionados sobre os fatos expressam porém uma ideia de antifascismo que deixa transparecer, mesmo que ainda *en nuce*, algumas novas características, percebidas na época por poucos atentos observadores: polícia, DC, um fascismo que encontra, eles dizem, no interior do estado, novos canais de expressão, e que os partidos políticos de esquerda não combatem; da mesma forma

¹¹ Foram, em poucos dias, 5 mortos e 22 feridos em Reggio; 3 mortos e 51 feridos em Palermo; um morto em Catania, além das centenas de manifestantes presos.

os próprios partidos, desde o PCI até a Democrazia cristã, unem-se ao redor do antifascismo, valor que funda a república nascida da Resistência, neste caso específico, mais que para uma legalidade institucional em perigo, para provocar a crise do governo Tambroni – que é expressão de um acordo entre correntes da DC em conflito entre elas – através da reedição da formula de governo “centrista”, isto é, governos com centralidade democrata-cristã, apoiados por liberais e republicanos, que se mostra esgotada e incapaz de governar a nova conjuntura. A aproximação entre DC e PSI, e também uma nova fase nas relações entre DC e PCI, dará em poucos meses o início aos governos de centro-esquerda, contando inicialmente com a abstenção do PSI no governo Fanfani que sucede a Tambroni obrigado à renúncia após os acontecimentos de julho. O estopim das revoltas é a autorização do governo ao desenvolvimento do Congresso do MSI em Genova, em julho de 1960. Genova é uma cidade industrial em decadência¹², proletária e obreira, fortaleza da Resistência e do antifascismo. Os jovens protagonistas das jornadas de julho são operários ou filhos de operários, ou ainda filhos de operários demitidos das fábricas da cidade, estudantes. Vestem uma camisa de algodão listrada que será o símbolo do movimento: estava à venda, em promoção, naqueles dias, em um centro comercial da zona portuária, por 300 liras¹³. Em 30 de junho, após a conclusão de uma manifestação contra o anunciado congresso do MSI na cidade, que conta com a participação de cem mil pessoas, com a presença dos representantes do ANPI e dos partidos políticos da esquerda, a polícia ataca sem uma razão evidente os manifestantes quando eles estão defluindo e,

¹² Desde o fim da guerra, o emprego no grupo Finmeccanica caiu de 40.256 para 19.468 unidades; na fábrica Ansaldo, a mais importante, de 29.139 para 12.321 unidades. A única fábrica italiana de tratores, Ansaldo Fossati, é fechada. Na Eridania, fábrica de açúcar, registra-se também uma drástica redução do número de empregados. Cfr. BERMANI Cesare, *Il nemico interno. Guerra civile e lotte di classe in Italia (1943-1976)*, Roma, Odradek, segunda ed., 2003.

¹³ O salário médio de um operário era de 47.000 liras (um café expresso custava 50 liras, um kg de pão 140 liras, um kg de carne 1.400 liras)

inesperadamente, chega a reação destes últimos, uma batalha que dura diversas horas e que aos poucos vê envolvida toda a população. Em solidariedade com os manifestantes, os habitantes da zona lançam pelas janelas todo tipo de objeto contra os policiais. O balanço da jornada registra feridos de ambos os lados e cinquenta presos. No dia seguinte os genoveses acordam em uma cidade em estado de sítio, barricadas de arame farpado e grupos de carabinieri fecham todos os acessos ao centro. Apesar de sindicatos e partidos convidarem a abandonar as ruas, a mobilização se torna ainda mais massiva. Manifestantes com tratores agrícolas chegam para derrubar as barricadas montadas pela polícia, enquanto os trabalhadores portuários preparam molotov. Os velhos combatentes da Resistência chegam com armas, ainda que não serão usadas¹⁴. Não basta a presença da polícia para defender dos assaltos dos antifascistas os grupos de fascistas que chegam na cidade para o congresso. Em um clima relatado pelos jornais da época como pré-insurrecional, o governo decide finalmente anular o congresso do MSI. O balanço final é de 98 presos, dos quais 43 serão processados. Primo Moroni, na época um jovem manifestante, conta em um entrevista o clima destes dias:

Ver a polícia que foge, nunca tínhamos visto isto na década de Cinquenta. Eles fugiram, e apanharam muito, tiveram diversos feridos. Em alguns momentos foram literalmente arrastados. Porque quando entravam nas

¹⁴ De um relato de Primo Moroni, na época jovem manifestante: “[...] havia estes combatentes que queriam comandar a praça. Moviam-se com destreza. E tinha também armas, que não foram usadas, ninguém atirou, foram usadas como dissuasor. Foram exibidas. [...] Eles, os mais idosos, nos diziam: 'Fiquem por aqui, vocês não têm nada a ver com isto. Depois nós vemos'. Do outro lado da praça há uma série de ruelas que levam a pequenas praças que levam ao porto. Ali sequestraram um grupo de carabinieri, desarmaram eles e os trocaram com alguns manifestantes que tinham sido presos. Fizemos isto a mão armada”. Em BERMANI, Cesare, *Il nemico interno*, p. 179-180. [...] c’era questa quantità di partigiani che volevano comandare la piazza. Si muovevano bene. E poi c’erano armi, che non sono state usate, non si è sparato, sono state usate come deterrente. Sono state mostrate. (...) questi qua più anziani ci dicevano: 'Voi state fermi che non c’entrate un cazzo. Poi vediamo'. Dall’altra parte della piazza c’è una serie di vicoli che vanno in una serie di piazzette che poi vanno al porto. E lì hanno sequestrato un gruppetto di carabinieri, li hanno disarmati e poi li hanno scambiati con alcuni manifestanti che erano stati arrestati dall’altra parte.

velas, não tinham como fugir. Não podiam entrar com jipes nas vielas. Paravam por ali, e desde as janelas chegava de tudo para cima deles. Armários, vasos de flores, a gente jogava de tudo. As pessoas estavam inteiramente do lado dos manifestantes, uma força tremenda. Fugiram, abandonaram a praça¹⁵.

A eclosão de Genova contra os fascistas do MSI, a polícia que ataca os antifascistas, os manifestantes que reagem, respondem e provocam a fuga dos policiais, repercute em outras cidades.

Em Roma, em 6 de julho, os condecorados da Resistência e alguns deputados comunistas e socialistas, em um ato em solidariedade com Genova, obtém inicialmente a autorização para realizar um comício, entretanto poucas horas antes do ato, o Chefe de polícia da cidade, com uma nova ordem revoga a autorização e envia milhares entre policiais e carabinieri a presidir a praça. Após os enfrentamentos de Genova, estigmatizados como “excessos”, a ordem dos sindicatos e dos partidos é de abandonar a praça e voltar para as seções de partido. Este posicionamento encontra a oposição de jovens, que expressam a mesma raiva vivida em outras cidades contra os fascistas e contra a polícia. Ainda nestes dias, ocorrem algumas greves para reivindicar aumentos salariais, nas cidades do Sul. Na Sicília, em Licata, em 4 de julho, durante uma greve de trabalhadores rurais que reivindicam aumentos salariais e trabalho¹⁶, a polícia abre o fogo, mata um jovem de 24 anos, e fere outros 22, dos quais 5 em modo grave. As fotos publicadas nos diários dos dias seguintes, mostram os sinais de rajadas de

¹⁵ Entrevista de Primo Moroni a Cesare Bermani, em **Il nemico interno**, cit. p. 180. [Poi, sai, vedere scappare la polizia, non l'avevamo mai visto negli anni Cinquanta. E lì è scappata, ha preso un sacco di botte, ha avuto diversi feriti. In alcuni momenti è stata proprio travolta. Perché se entrava nei vicoli non aveva scampo. Non entrava con le camionette nei vicoli, eh. Nel senso che li bloccavano e poi dalle finestre gli arrivava giù di tutto. Armadi, vasi di fiori, gli buttava giù tutto la gente. Lì la popolazione era interamente dalla parte dei manifestanti, una forza tremenda. Lì se ne sono proprio andati insomma, hanno mollato la piazza]

¹⁶ A cidade tinha 42.000 habitantes, uma das mais afetadas pela emigração para as regiões do Norte. Prevalentemente fundada sobre a agricultura, ficou por diversos meses sem água em consequência do estouro de uma tubulação do aqueduto. O número dos desempregados chegava a 6000.

metralhadora usadas por policiais e carabinieri, nas paredes dos edifícios. Em 7 de julho, em Reggio Emilia, durante uma greve organizada pela CGIL, o balanço será ainda mais grave, com 5 mortos e centenas de feridos, dos quais 22 graves. No dia seguinte, em Palermo, a polícia mata mais 3 pessoas durante outra greve. Os observadores mais atentos procuram compreender quem eram os protagonistas dos confrontos, entre eles Carlo Levi e Romano Ledda. Através de uma série de entrevistas o quadro é de jovens que interpretam e expressam na luta um antifascismo de novo tipo:

A gente demonstrou que está cansada, e não só dos fascistas, isto é simples demais, mas das lentidões, das hesitações das várias organizações de massas. Ficamos com medo que a CGIL se retirasse ao último momento (...) Um dos dirigentes do ANPI, falando convidava a manter a calma, enquanto a polícia prendia gente, foi vaiado. Assim, toda nossa ação estava voltada a tirar a gente das organizações oficiais; e deu certo, mas não foi nosso o mérito. Jovens operários e estudantes bateram-se bem. E sobretudo o pessoal dos “carrugi”. Toda a velha Genova, do lado de cima da Casa de Colombo, fez barricadas que podiam durar em eterno. Ali a gente não vive nada bem, e desde sempre odeia a polícia (...) Pela primeira vez o Chef de polícia teve realmente medo, quando Jona do ANPI, disse que não tinha mais o controle da situação, que a gente combateria de qualquer jeito, mesmo contra as ordens dos partidos.¹⁷

Em Roma, onde a intervenção da polícia contra os manifestantes, estendida sucessivamente aos próprios moradores do bairro, foi igualmente violenta, e pela primeira vez recorreu a tropas a cavalo¹⁸, também se destacaram jovens não integrantes de partidos políticos. Em um artigo Carlo Levi fala de “nova Resistência”, ao descrever as técnicas com as quais os jovens enfrentam os policiais.

Salvatore Ricciardi, futuro militante das BR é um dos jovens protagonistas da revolta em Roma:

Éramos garotos, entre os 16 e os 21 anos, na idade entre o fim da vida escolar e o início do trabalho. Passávamos o tempo nas ruas e nas praças de nossos bairros. Dias agitados, nervosos. Não entendíamos o sentido dos

¹⁷ BERMANI, Cesare, cit. p. 178-79

¹⁸ Os enfrentamentos duraram o dia inteiro, à noite a polícia efetuou uma operação de controle militar, casa por casa, prelevando, após ter espancado as pessoas

discursos dos adultos, mas nos transmitiam preocupação: “Os fascistas voltam... é preciso caçá-los de novo [...]. O governo autorizava a abrir o fogo contra os antifascistas. Que fosse política ou menos, a questão era grave. E era grave para todos, inclusive para nós que não estávamos interessados em política. Não gostávamos deste tipo de política, não a compreendíamos. Os adultos falavam de porcentagem de voto, de ministros, de crise de governo, de equilíbrios avançados ou atrasados. Às vezes entrávamos nas seções de partido e escutávamos os discursos, mas não gostávamos desta política¹⁹

O que se pode observar destes episódios é a manifestação de alguns dados novos, talvez o mais significativo seja a atribuição ao antifascismo de um sentido que se distancia do caráter institucional, que inicia a pôr em luz as contradições da linha política dos partidos protagonistas da Resistência: os “fascistas” são hoje “os governos da Democracia cristã, a polícia, uma magistratura que criminaliza os jovens.

Com relação à crise do governo Tambroni, assinalamos o comentário de Aldo Moro, em seu Memorial de 1978:

O general De Lorenzo deve ser lembrado como quem colaborou de forma ativa, como Chefe do SID, em 1960, quando eu era secretário do Partido, para o reestabelecimento da normalidade em uma situação incandescente criada pela constituição do Governo Tambroni. Este foi o fato mais grave e ameaçador, a meu ver, para as instituições naquela época. De Lorenzo, em permanente contato comigo, forneceu-me todas as interceptações uteis e outros elementos de informação que me permitiram exigir as demissões do Governo Tambroni e promover a constituição do Governo Fanfani, que foi o primeiro a contar com a abstenção socialista. Em termos gerais, o período 60-64 foi extremamente tenso e perigoso²⁰

¹⁹ RICCIARDI, Salvatore, **Maelstrom. Scene di rivolta e autorganizzazione di classe in Italia (1960-1980)**. Roma: DeriveApprodi, 2011, p.31

²⁰ MORO Aldo, **Memoriale**, *I tema - La crisi del 1964: il Presidente della Repubblica Segni e il piano del Gen. De Lorenzo*, in Comm. Moro, 125; Comm. stragi, II 381-383; Numerazione tematica 1. [Il Gen. De Lorenzo, come persona al di là dell'episodio, va ricordato come colui che collaborò in modo attivo, come Capo del Sid, nel '60 con me Segretario del Partito, per far rientrare nei binari della normalità la situazione incandescente creatasi con la costituzione del Governo Tambroni. Questo fu infatti, a mio parere, il fatto più grave e più minaccioso per le istituzioni intervenute in quell'epoca. Infatti De Lorenzo, in continuo contatto con me, mi fornì tutte le intercettazioni utili ed altri elementi informativi, che mi permisero di esigere le dimissioni del Governo Tambroni e promuovere la costituzione del Governo Fanfani, che fu il primo a fruire dell'astensione socialista. In complesso il periodo 60-64 fu estremamente agitato e pericoloso].

Em 1962, a revista *Quaderni Piacentini* (que se torna em seguida uma referência para o movimento de 1968, em particular para o movimento estudantil) põe em evidência pioneiramente, em um contexto político e cultural que ao contrário mostra não o compreender em seu pleno significado, a emergência de um novo sujeito e o potencial de conflito que traz consigo

Até alguns anos atrás, os protestos eram encabeçados por operários e camponeses (os poucos intelectuais presentes tinham essencialmente uma função de enfeite) [...]. O uso e o abuso destas energias por parte de dirigentes políticos e as pancadas da polícia de Scelba desgastaram este potencial humano; cada vez mais as praças ficaram vazias: quem continuava participando, fazia-lo para uma melancólica fidelidade a um dever [...]. No entanto, porém, um ‘exército de reserva’ estava adquirindo consciência e combatividade. Os estudantes iniciaram este tirocínio juntando-se por espírito de solidariedade às manifestações operárias. Trata-se, inicialmente, de exíguos grupos, nem sempre bem vistos pelos operários que desconfiam por instinto (a classe) e pelo tratamento de favor que, com astúcia, a polícia lhe reserva. Com os acontecimentos de julho de 1960 eles fazem sentir sua voz; e progressivamente se tornam protagonistas juntos com os operários mais jovens (não somente imigrados). [...] Pode-se manifestar “dentro dos limites” quando se sabe que em circunstâncias parecidas a polícia matou de 1945 até hoje centenas de cidadãos e deixou cinco mil feridos?²¹

No ano seguinte, em 1961 há os primeiros sinais de um despertar dos trabalhadores da Fiat, silenciosos havia quase uma década, que se mobilizam, ainda que isto não aconteça de forma unitária, contra a imposição das 52 horas semanais de trabalho, e por sua vez, põem em movimento os trabalhadores das principais indústrias do triangulo industrial. Tratava-se de lutas específicas, setoriais, mas era evidente o elemento comum que as unia, ou seja, atrás da reivindicação da redução do horário de trabalho, estava a denúncia de uma condição de superexploração que se dava contemporaneamente tanto no plano da mais-valia relativa, ou seja pelas máquinas, com a inovação tecnológica, como no plano da mais-valia absoluta (um número maior de horas trabalhadas por

²¹ CHERCHI, Grazia, BELLOCCHIO, Alberto, Appunti per un bilancio delle recenti manifestazioni di piazza. *Quaderni Piacentini*, n. 6, dezembro 1962.

operário), em uma aplicação de fordismo e taylorismo que havia possibilitado, por exemplo, a uma indústria como a Fiat, o conseguimento de uma taxa de mais valia de 400% durante a década da Reconstrução, bastando duas horas de trabalho para reproduzir o valor da força de trabalho. Depois do salto tecnológico da década de 1950, era a vez da intensificação dos ritmos produtivos dentro dos mesmos tempos de trabalho.²²

O ano de 1962, com a retomada das negociações para a renovação de contratos dos metalúrgicos e o reajuste salarial, é o ano que abre uma estação de conflitos de classes destinada a durar, passando por diferentes conjunturas econômicas e políticas, por quase vinte anos, marcando o apogeu, a crise e a superação capitalística do fordismo, com a derrota do movimento operário. Simbolicamente, este ciclo de lutas abre e fecha na cidade de Turim, e na Fiat. A greve dos operários Fiat, que investe todos os seus departamentos, chega depois de anos de silêncio. Uma política voltada a desmontar o movimento operário e a sua organização sindical até então mais combativa, a Fiom (sindicato dos metalúrgicos da CGIL), havia sido lançada, na década de 1950, no quadro das linhas político-econômicas da Reconstrução pela direção da Fiat, marcando assim as diretrizes gerais para o mundo empresarial. A derrota, em 1955, da Fiom na eleição das Comissões internas de fábrica, foi o resultado da política de isolamento e repressão das vanguardas operárias e de simples militantes de partidos e sindicatos de esquerda por parte da empresa, através de um sistema de espionagem e controle segundo um modelo policialesco²³, unido à promoção de incentivos

²² Veja-se Balestrini, Nanni, Moroni, Primo, **L'orda d'oro 1968-1977**, Milão, Feltrinelli, 1997, p. 130-134.

²³ Entre 1949 e 1971 foram realizados 354.077 dossiês sobre operários politizados, comunistas sobretudo, perseguidos e demitidos (entre 1948 e 1966, os trabalhadores demitidos por represália política e sindical foram 812), ou confinados nos “departamentos especiais” da fábrica. Para a coleta de informações sobre os seus empregados, a Fiat montou um sistema de espionagem,

anti-greve. Se por um lado a repressão, a instauração de um sistema fábrica-caserna foi determinante para sufocar a conflitualidade operária, por outro lado, outro fator que contribuiu a arrestar as lutas foi a assunção da ideologia da Reconstrução pelo PCI, que acabava também condicionando a linha sindical da CGIL, vinculada de fato ao partido. Atribuindo prioridade aos interesses nacionais, que só poderiam ser realizados pela colaboração entre movimento operário e segmentos progressistas da burguesia, o PCI acabou atendendo à demanda de “normalização”. Esta postura de recusa de qualquer forma de radicalização das lutas sociais, e a aprovação de uma “trégua social” nos anos do pós-guerra, respondia à estratégia do caminho ao socialismo através de um percurso institucional e parlamentar apoiado por uma mobilização de massas que deveria funcionar como pressão para a obtenção de conquistas democráticas progressivas. Neste sentido, o PCI da década de 1960 luta para chegar à “programação democrática”, isto é, a sua participação e dos sindicatos na elaboração e programação das estratégias de desenvolvimento capitalista,

contando com a colaboração da Delegacia de Turim e dos Carabinieri, e até das paróquias. O esquema de espionagem foi denunciado em 1971 por um empregado demitido. Formalmente admitido com funções de entregador de correspondência, ele revelou a existência de um setor da empresa chamado Servizi Generali e que sua tarefa era na realidade de informar este setor sobre as “qualidades morais, antecedentes criminais e respeitabilidade das pessoas que tinham, ou viriam a ter, vínculo empregatício com a empresa”. O promotor público Raffaele Guariniello descobriu o arquivo e o esquema de corrupção de chefes e agentes de segurança, os quais eram pagos pela Fiat para as informações recebidas. O fato passou no silêncio quase absoluto da grande imprensa. Houve um processo, celebrado em Nápoles para evitar, segundo as palavras do procurador geral, “a reação das massas operárias que pressupõem, com ou sem razão, de estarem, em suas vidas privadas, sob o controle de órgãos do patronato em colusão com a polícia [...] Não é de menor importância o fato de que um número enorme de membros do corpo de segurança dos Carabinieri, quase todos desenvolvendo tarefas de polícia judiciária, e portanto necessários e constantes colaboradores da magistratura de Turim, poderia ser incriminado”, Guidetti Serra, Bianca, **Le schedature Fiat. Cronaca di un processo e altre cronache**, Turim, Rosenberg&Selliers, 1984, p. 18-19. O processo se concluiu em fevereiro de 1978 decretando 36 condenações por corrupção e violação de sigilo profissional, contudo, houve prescrição de pena e nenhum dos culpados foi prejudicado pela sentença, apenas alguns agentes de segurança foram transferidos em outras cidades, desenvolvendo as mesmas funções. A advogada que representava os trabalhadores e os sindicatos, Bianca Guidetti Serra, afirmou a importância de ter celebrado o processo como momento de verdade. Além dos métodos ilegais, a Fiat instaurou, a partir de 1953, tribunais de fábrica, formados por dirigentes da empresa, com o papel de julgar o comportamento dos trabalhadores “indisciplinados”.

reafirmando a centralidade da classe operária que se emancipa através do desenvolvimento das forças produtivas.

O ano de 1962 abre-se com diversas e importantes greves que interessam diversas categorias. Entre janeiro e fevereiro os metalúrgicos das principais fábricas de Milão e Turim aderem de forma compacta às greves organizadas pelos sindicatos, pela redução do horário de trabalho, pela equiparação das normas previdenciárias entre operários e empregados, pela regularização do contrato para os trabalhadores admitidos com contrato a prazo. Neste quadro a novidade mais significativa é a volta dos trabalhadores da Fiat. Em junho de 1962, em Turim, a greve dos metalúrgicos registra plena adesão entre os operários. Nos dias seguintes, enquanto as negociações entre sindicatos e empresa ainda estão em curso, difunde-se a notícia de um acordo fechado separadamente, por dois sindicatos, UIL e Sida (sindicato amarelo) com a Fiat, que atendia apenas a reivindicação salarial. Estes dois sindicatos expressavam 63% dos empregados nas comissões de fábrica, portanto, segundo a Fiat o acordo representaria o fracasso da greve. Mas ao contrário, este ato provocou a eclosão dos protestos operários. A nova greve, em 7 de julho, teve uma adesão massiva dos trabalhadores, os piquetes de greve paralisaram a produção. Os protestos continuaram. Cerca de seiscentos operários, em grande parte filiados da UIL, deixaram a fábrica marchando rumo ao centro da cidade, Praça Statuto, onde estava localizada a sede do sindicato UIL, para manifestar contra o fechamento do acordo. Pela primeira vez os trabalhadores manifestavam o repúdio contra os seus representantes sindicais. A sede e os funcionários foram atacados pelos manifestantes e a eles uniram-se milhares de pessoas acorridas inicialmente apenas para assistir, mas que logo foram envolvidas nos protestos pela intervenção

maciça da polícia. A tentativa de dispersar os manifestantes provocou três dias de enfrentamento nas ruas, sem que os militares conseguissem retomar o controle. A nada serviu a chamada de sindicatos e partidos, surpreendidos pela anomalia dos protestos, para pôr fim ao confronto. 1251 pessoas foram paradas pela polícia, 90 presas, e cerca de cem denunciadas, entre elas ressaltava uma nítida maioria de jovens trabalhadores originários do Sul²⁴. É o exórdio do operário-massa, o operário de linha sem qualificação profissional e com altíssima produtividade, expressão da pura força de trabalho, que se rebela com formas incisivas de greve na fábrica e que se rebela contra os seus representantes, mas também transportando e colocando o conflito de fábrica no tecido metropolitano, onde encontra o apoio de outros trabalhadores, afirmando material e simbolicamente a centralidade da fábrica e da classe operária. É a primeira expressão de uma luta que se desenvolve espontaneamente fora das regras e dos tempos de luta concedidos e institucionalizados.

É interessante observar em primeiro lugar a leitura que foi dada dos acontecimentos por parte de partidos e sindicatos. A direita fascista (MSI) e liberal (direita da DC, PRI) limitou-se apenas a uma leitura geral dos fatos em chave anticomunista, sem acompanhá-la de uma análise: tratar-se-ia de uma “estratégia da subversão” orquestrada pelo PCI. O alvo privilegiado da direita, contudo, era a primeira experimentação de abertura à esquerda da Democracia cristã, cujo governo, liderado por Fanfani, contava com o apoio externo do Partido socialista e que, segundo a direita favoreceria uma avançada dos comunistas.²⁵ A posição

²⁴ Uma análise detalhada dos acontecimentos e das interpretações dadas é relatada por Dario Lanzardo, **La rivolta di Piazza Statuto. Torino, luglio 1962**. Milão: Feltrinelli, 1979.

²⁵ Tratava-se do governo liderado pela Democracia Cristã, que expressava o Presidente do Conselho, Amintore Fanfani, com o apoio do Partido socialdemocrata italiano (Psdi) e do Partido republicano (Pri) e que pela primeira vez podia contar com o apoio indireto, através da abstenção,

da Fiat, expressa pelo diário *La Stampa*, oferece a mesma leitura, apontando a paternidade das violências (tanto os piquetes da greve que prejudicariam o direito de trabalhar como a guerrilha urbana desencadeada no centro da cidade) ao PCI.

Escreve *La Stampa*:

A “greve sem liberdade” dos metalúrgicos, que impediu a entrada na fábrica aos que queriam trabalhar, degenerou na Praça Estatuto em um triste epílogo de agressões, ferimentos, rebelião contra as forças de segurança, vandalismos [...] Quem são? De onde vêm os sujeitos identificados e os presos? Quase todos são jovens, entre os 18 e os 23 anos, alguém tem 15. A maioria resulta residente em Turim, mas não faltam os que chegaram de outras cidades. Trata-se, prevalentemente, de migrantes, pertencem a diversas categorias de trabalho. Junto com alguns operários estão marceneiros, pedreiros, têxteis. O que eles têm a ver com os metalúrgicos em greve, francamente, não sabemos. Há também desempregados²⁶.

No que diz respeito aos partidos de esquerda observa-se em primeiro lugar a surpresa e depois a desconfiança e o repúdio das manifestações operárias que se expressavam em forma completamente nova e estranha à disciplina e às regras políticas e sindicais que haviam caracterizado o precedente período da Reconstrução. O PCI, acusado pela direita de ser o responsável pela eclosão dos enfrentamentos, separa o momento da greve das ações dos manifestantes contra os sindicalistas e as forças de segurança. Em *L'Unità* de 9 de julho, a posição do partido é nítida: a revolta é obra de grupos de “vândalos” e “provocadores”, os manifestantes são “elementos fora de controle, exasperados”, “pequenos grupos de irresponsáveis, jovens violentos”²⁷, cujo objetivo é ofuscar o sucesso e o significado da greve, de transformar em criminosos os operários legitimamente

do Partido socialista italiano (Psi), prelúdio à iminente formação dos governos de centro-esquerda (1963)

²⁶ *Stampa sera*, giovedì 12- venerdì 13 de julho de 1962.

²⁷ *L'Unità, I fatti di Torino: una provocazione preordinata*, 9 de julho de 1962, p. 3.

em luta. Paolo Spriano, em um artigo na revista *Rinascita*, ainda que reafirmando a tese da provocação, põe em evidência

a exasperação individual, a imigração tumultuosa, a presença de tanta gente incontrolada, o gosto juvenil de estar presente nos lugares 'quentes', até mesmo a fraqueza das organizações de classe ainda inadequadas em sua função de direção e de educação ideológica, a capacidade de orientar e dirigir o movimento²⁸.

Se por um lado o clima de repressão instaurado nas fábricas contra os comunistas poderia justificar em parte a leitura do PCI, por outro lado mostra a incapacidade de compreensão das transformações que atravessam a classe operária, que imporiam uma reflexão global sobre as linhas estratégicas do partido. O PCI, em particular entre 1959 e 1961, havia iniciado a estudar o fenômeno das migrações, e em 1959 instituiu uma Comissão de trabalho para os migrantes²⁹, mas a visão geral do partido conservava um viés paternalista: tratava-se de acolher o migrante, de educa-lo politicamente e inseri-lo na nova realidade da fábrica, para que se unisse aos irmãos do Norte. Tratava-se de trabalhar sobre aquilo que o partido considerava um limite na cultura que o trabalhador do sul trazia consigo, isto é, a rebeldia como concepção da luta, uma visão do partido como organização assistencial. No estudo do fenômeno migratório em Turim e seu impacto sobre a Fiat, a ênfase está posta sobre os problemas externos à fábrica, ligados às questões que interessavam moradia e serviços, passando despercebida a diferença qualitativa produzida na classe operária pela reestruturação produtiva. Problema prioritário para o partido era manter sua influência, inclusive em termos eleitorais, sobre a classe operária. Só durante as lutas do biênio 1968-69 o partido abordará a questão em termos diferentes.

²⁸ Spriano, Paolo, Lettera da Torino, Dalla sfida di Valletta ai fatti di Piazza Statuto, *Rinascita*, 14 de julho 1962,

²⁹ L'Unità, *Convocazione straordinaria commissione immigrati*, 3 de abril 1958.

Nos portões da Fiat, o dia antes da greve de 7 de julho, distribuindo um panfleto titulado “Aos operários da Fiat” estava um grupo de intelectuais e vanguardas operárias que se dirigia em particular aos operários críticos com as organizações sindicais depois do acordo fechado com a Fiat ressaltando a importância da mobilização e organização direta dos operários, assim como aos poucos estava emergindo:

Operários da Fiat, nas semanas passadas o protesto transformou-se em organização, ou pelo menos em início de organização operária. De forma espontânea, vocês se encontraram, discutiram para tomar decisões, equipe por equipe, departamento por departamento. Vocês foram discutir diretamente com os membros da Comissão de fábrica. Vocês formaram piquetes nos locais certos, para discutir e convencer os companheiros indecisos. Estas são as primeiras formas de uma real organização operária na Fiat, se continuar nesta organização nenhuma luta futura apanhar-vos desprevenidos, nenhuma manobra do patrão poderá ganhar³⁰

É o grupo de *Quaderni Rossi*, revista e grupo de estudo fundado em 1961 por Raniero Panzieri e Mario Tronti³¹. Em Turim, Panzieri montou um grupo de estudo para pesquisar a condição da classe operária, voltado a investigar as transformações ocorridas na última década no mundo do trabalho, em particular na organização do trabalho na fábrica fordista e nas novas formas de luta de classes. Foram elaborados questionários, distribuídos aos operários, e foram organizados seminários com a participação dos operários da Fiat e da Olivetti³².

³⁰ Panfleto distribuído por *Quaderni Rossi*, 6 de julho de 1962.

³¹ Raniero Panzieri foi um expoente da esquerda do Partido socialista italiano. Ele deixou o partido em 1959 porque contrário à perspectiva da formação de governo de centro-esquerda com a entrada do PSI sancionada pelo congresso socialista de 1959. Mario Tronti era militante do PCI, afastou-se do partido na década de Sessenta, mas nunca o abandonou formalmente.

³² “Começa-se procurando ver como as fábricas são realmente, como funcionam, como são os operários, como funciona o comando na fábrica, começa-se fazendo circular uma palavra de ordem que é exatamente investigação operária, realizada junto com os operários, do seu ponto de vista subjetivo. A investigação e a pesquisa realizadas e voltadas para objetivos que são práticos e de conhecimento ao mesmo tempo, visam organizar a luta e iniciativas que partam da base e fora da função de mediação (e frequentemente contra esta mediação) de partidos e sindicatos”, ALQUATI, Romano. *Quaderni Rossi*, n. 2, 1962.

A explosão da cólera operária não só contra a polícia, mas sobretudo contra a liderança sindical da UIL, não representou, portanto, uma surpresa.

As investigações, o direto contato e trabalho de pesquisa com os operários, permitiram detectar e compreender qual seria o perfil, destinado em breve a tornar-se dominante, do novo operário, de suas necessidades, de seus desejos, comportamentos, de sua forma de considerar o trabalho. O quadro que emerge rompe com a tradição do movimento operário sobretudo no que diz respeito a este último ponto. A ideologia do trabalho, a ética do trabalho e a exaltação do produtivismo, não pertencem a esta geração de trabalhadores, aparece, ao contrário, a sua rejeição, e a rejeição da condição de alienação da fábrica. Desmontando o estereotipo do jovem trabalhador sulista desleixado, toma forma o trabalhador que rejeita o trabalho, que sabota, isto é, que subtrai o seu tempo ao tempo do trabalho, que se poupa do desgaste provocado pelo trabalho, e neste aspecto é identificado o potencial de conflito.

A primeira geração de operários do pós-guerra tinha uma sólida formação profissional, com alta especialização, originária do Norte industrializado, havia participado da Resistência e era portadora de uma forte cultura antifascista, compartilhava o mesmo universo de valores promovidos pelos partidos operários (sobretudo o PCI, que contava com dois milhões e meio de filiados e cinco milhões de votos), centrados na ideologia do trabalho. Norteados pela ideia de que sua tarefa histórica era contribuir ao desenvolvimento das forças produtivas, esta antiga classe operária reivindicava poder e gestão da riqueza em razão da sua capacidade de construir riqueza, em nome de sua capacidade profissional. Sua forma de expressão são os conselhos operários, que na década de Vinte e no breve período de transição que se abriu em 1945, tentam substituir-se na gestão das fábricas aos

capitalistas. A geração de trabalhadores que abandona o Sul entre 1955 e 1963 trazia consigo uma memória e experiências diferentes: cultura camponesa, derrotas e repressão nas lutas pela terra e pela reforma agrária, uma percepção do trabalho como “desgaste” ao invés que emancipação. A chegada nas metrópoles não significava para os migrantes garantia de imediata estabilidade, isto é, a imediata admissão na Fiat de Turim ou nas grandes indústrias mecânicas ou químicas de Milão. Geralmente, antes de serem inseridos no último escalão da estrutura produtiva da grande fábrica, as primeiras ocupações encontradas eram precárias, tanto no que diz respeito às normas contratuais de admissão, como nas próprias condições de trabalho, sem direitos sindicais e assistência, trabalhando em condições de alto risco, como demonstrado pelo alto número de infortúnios, inclusive mortais. Concentravam-se no campo da construção, um dos setores que mais precisava de mão de obra não especializada³³, e nas pequenas e médias empresas proliferadas com o “milagre econômico”, não alcançadas pelas organizações sindicais. À precariedade do trabalho acompanha-se a precariedade das condições de vida, em bairros sem serviços e hostilizados pela população local. Este trabalhador aceita as formas de exploração mais duras em troca de salário, e quando ingressa na fábrica as condições de trabalho que encontra não diferem das descritas em *Tempos modernos*, com os chefes de seção que controlam e pressionam constantemente para que o operário aumente o ritmo de trabalho³⁴. Este operário não se reconhecia na política sindical que exaltava a

³³ Em Turim, entre 1960 e 1961 a mão-de-obra de origem meridional ocupada na construção é de 80%, em Milão chega quase a 85% e em Genova, em 1962, é de 70%, veja-se Paci, Massimo, **Mercato del lavoro e classi sociali in Italia**, Bolonha, Il Mulino, 1973, pp. 27-28.

³⁴ “Quem entrava na Fiat era um *homem perdido*, porque trabalhar na linha de produção tira a possibilidade de fazer qualquer outra coisa [...] 90% de nós dormia no bonde, chegava em casa e se preparava para o trabalho do dia seguinte [...] havia medo [...] a Fiat foi um deserto por todos os anos Sessenta, éramos sozinhos, abandonados”, Polo, Gabriele, **I tamburi di Mirafiori**, Turim: Cric, 1989, p. 57, cit. in Crainz, Guido, **Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni 80**, o.c., p. 324. “Ir ao banheiro não era um direito, era um privilégio, uma concessão do chefe. E mesmo aí havia controle dos guardiões: «se surpreso a fumar, o operário era denunciado e

produtividade, que aceitava a diferenciação salarial baseada nos prêmios de produção e considerava a demanda de salários iguais para todos (uma das bandeiras das lutas operárias de 1968-69) como forma de igualitarismo de natureza pequeno-burguesa.

Alienado, erradicado, despolitizado, sob o domínio do capital e peça fundamental para o seu funcionamento, o “operário-massa” expressa uma conflitualidade espontânea radical que se manifesta na rejeição do trabalho, sua consciência de classe se forma aos poucos e a partir de suas necessidades materiais. O dissenso expresso para com seus representantes sindicais não se funda simplesmente sobre a questão dos aumentos salariais. Como ressalta Vittorio Foa em ocasião de uma greve ilimitada de diversas fábricas atuada contra as indicações dos sindicatos, em 1961, os operários escolhem as formas mais extremas de luta, recorrendo até às ações ilegais

para algo que pode parecer confuso e opaco, mas que ao contrário é límpido e claro: é enfim para ser alguém, não um mero objeto passivo da disponibilidade patronal, é para sentir-se como classe, para conquistar um poder, ainda que genérico, perante o patrão e o sistema do patrão. [...] ³⁵.

Outro sinal em direção a comportamentos autônomos de classe chega no ano seguinte, em 1963, de novo na Fiat. Iniciada no departamento de fundição, uma greve de “gato selvagem” se propaga em outros departamentos da fábrica, parando o ciclo produtivo³⁶. Como evidenciam Balestrini e Moroni

multado», **Lotte operaie a Torino**, o.c., p. 42. “Quando mesmo não se aguentavam mais os ritmos demasiado rápidos, embarcava-se. Era uma forma de luta individual que, às vezes, era possível fazer, havia os meios para fazer. Embarcar quer dizer, na linha de montagem, perder o seu posto de trabalho e correr atrás das peças na linha em movimento. Quer dizer provocar uma tal confusão que os outros também não conseguem mais trabalhar. [...] Quando se chega ao desespero acontece que a maioria chora. Vi operários chorar, debaterem-se, jogar-se no chão, verdadeiras crises histéricas”, PARLANTI, Luciano. Da Valletta a Piazza Statuto, *Primo Maggio*, inverno, 1977-78, n. 9-10, p. 31 e p. 33.

³⁵ FOA, Vittorio, *Lotte operaie nello sviluppo capitalista*, *Quaderni Rossi*, n. 1, 1961, p. 8

³⁶ Segundo Arrighi e Silver, a reestruturação europeia, e italiana em particular, da década de Cinquenta e Sessenta, produziu uma situação parecida com a americana da década de Trinta: “A produção baseada no fluxo continuado e na linha de montagem, [...] a homogeneização/desqualificação do trabalhador industrial, aumentavam a concorrência no mercado de trabalho e sujeitavam a massa de trabalhadores às exigências do sistema produtivo,

A greve de “gato selvagem” de 15 de outubro é histórica porque manifesta o surgimento, na Fiat, de uma organização operária capaz de atuar uma greve ultrapassando completamente as organizações históricas oficiais. Mostra a caducidade da velha ideia de que a luta operária só pode ser organizada por um núcleo interno particular, que seria o detentor da consciência antagonista operária; esta greve mostra, de fato, que esta luta foi organizada diretamente e de forma compacta pela “massa social” operária de todas as seções de fábrica que participaram da greve³⁷.

A *imprevisibilidade* (atacar no espaço e no tempo segundo decisões táticas tomadas pelos operários) e a *organização invisível* (através de uma comunicação que circula entre os operários, mas que se torna visível apenas no momento da atuação da greve) que estão à base deste instrumento de luta mostram o uso de uma inteligência e de um saber operário que exploram, para seus próprios fins, a capacidade de agregação posta pelo processo de produção e pelo ciclo de trabalho, ou seja pela cooperação capitalística. Uma conflitualidade que se expressa na forma de insubordinação³⁸.

A partir de então a pressão operária em forma de insubordinação, dentro e fora da fábrica, mesmo que esporádica, condicionada pela conjuntura econômica de 1964-65³⁹ se torna cada vez mais visível, não se retrai perante a repressão desencadeada através das represálias empresariais, que crescem, e da intervenção policial nas fábricas e nas ruas, permanecendo alheia, ou mesmo abertamente

por outro lado, aumentavam a vulnerabilidade do capital pela ação direta dos trabalhadores no local de produção. De forma análoga, enquanto a crescente concentração, centralização e integração do capital fornecia ingentes recursos materiais às grandes empresas para enfrentar e contrastar as lutas operárias, estes mesmos processos aumentavam o prejuízo causado por uma greve que eclodia em um estabelecimento chave repercutindo-se sobre a empresa, assim como uma greve eclodida em uma importante empresa ou indústria poderia provocar o caos na economia nacional”, ARRIGHI, Giovanni, SILVER, Beverly. Movimento operaio e migrazioni di capitale: gli Stati Uniti e l'Europa occidentale in una prospettiva storica mondiale. *Stato e Mercato*, n. 10, abr. 1984, p. 71.

³⁷ BALESTRINI, Nanni, MORONI, Primo, o.c., p. 144.

³⁸ Ibidem, p. 143-44.

³⁹ Uma conjuntura negativa entre 1964-65 se reflete em aumento do desemprego e aumento da produtividade (a ocupação industrial diminui de 5,2% enquanto a produtividade aumenta de 14,5%). As reivindicações salariais cedem o lugar, neste ano, às batalhas pela defesa do emprego.

hostil, às dinâmicas sindicais que tentam contê-la; diversos episódios neste sentido ocorrem em 1965, em Roma, Milão e Nápoles. Em 1966, em Milão, na Sit-Siemens, durante uma greve, surge o Conselho de fábrica, primeiro exemplo de organização de base dos operários. Encontra a oposição dos sindicatos e logo depois do fim da greve será extinguido, mas assinala uma crescente tendência por parte da nova classe operária de organizar-se ultrapassando a mediação e a representação dos sindicatos. Em parte, funcionará como elemento de pressão sobre o sindicato, que de alguma maneira é forçado por esta situação, a reconsiderar de forma global, seu papel e sua função, seu vínculo com a linha política dos partidos a que fazem referência.

A intuição de *Quaderni Rossi* está em perceber neste tipo de trabalhador o sujeito revolucionário em torno do qual cresce a luta de classes, no lugar central do conflito, a fábrica, para daí estender-se à sociedade. Interesse e objetivo de *Quaderni Rossi*, retomando textos de Marx pouco explorados na cultura italiana, era de pesquisar e de formular uma estratégia revolucionária para o Ocidente europeu, contraposta ao modelo soviético, em crise depois de 1956, e à via italiana ao socialismo do PCI.

3. *O debate à esquerda sobre a revolução*

A retomada do conflito de classe, a nova situação internacional – com a crise do modelo socialista da União Soviética, as revoltas em Hungria e Polônia, os processos revolucionários de Cuba –, a situação dos partidos que representavam a classe operária na Itália e os efeitos que o novo quadro internacional refletiam no contexto italiano – a ruptura da unidade da esquerda, com a participação dos

socialistas aos governos de centro-esquerda propostos pela Democracia cristã com o objetivo de conter um mal-estar social que aos poucos se tornava visível em diversos setores sociais e que poderia ser capitalizado pelo PCI – constituem o contexto para o desenvolvimento de um debate no interior da esquerda. Da revista *Quaderni Rossi*, uma experiência que dura apenas dois anos, origina uma corrente do marxismo italiano, o “*operaismo*”, que provoca uma ruptura com as forças da esquerda histórica e que dará origem, por sua vez, à esquerda extraparlamentar. A partir de tais reflexões, nascem uma série de revistas e grupos políticos. Entre os mais importantes *Potere Operaio* e *Lotta Continua*, as duas principais formações da esquerda extraparlamentar.

Aos olhos dos fundadores do “operarismo” o instrumental teórico da esquerda histórica resulta inadequado ao novo contexto de lutas. Por um lado, a democracia progressiva do partido de Togliatti colocava a questão da centralidade da direção econômica como novo terreno de luta dos comunistas; a programação democrática como forma de oposição à programação capitalista, voltada a limitar a formação de monopólios, seria, segundo o partido, instrumento de união indissolúvel de socialismo e democracia, justamente por causa da tendência do capitalismo monopolista de concentrar o poder e limitar cada vez mais as liberdades e as conquistas que a burguesia não conseguiria garantir. Por outro lado, o reformismo do PSI baseado na ideia de poder corrigir as distorções do capitalismo através de uma política de programação e racionalização do desenvolvimento capitalista. Estas posições, segundo *Quaderni Rossi*, além de não enfrentar os novos nós postos pelo neocapitalismo, secundariam a tendência a integrar a classe operária no sistema capitalista, esvaziando assim a conflitualidade operária, reabsorvendo a luta de classes.

A recuperação de um Marx pouco lido pela tradição marxista italiana foi o ponto de partida para *Quaderni Rossi*, em particular a quarta seção do I Livro do *Capital*, o *Fragmento sobre as máquinas* dos *Grundrisse* e o capítulo IV inédito. *Quaderni Rossi* põe em discussão a leitura tradicional do subdesenvolvimento italiano como resultado das distorções do capitalismo italiano, que demandaria reformas estruturais para corrigi-lo e produzir um crescimento harmônico. Panzieri, que além de desenvolver uma função de mediação entre as diversas personalidades presentes em *Quaderni Rossi*⁴⁰, é o mais atento aos processos de transformação da grande fábrica capitalista, procura aplicar os conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital às análises das transformações da fábrica, à divisão do trabalho. Ele muda o foco da atenção de um marxismo orientado sobre a contradição entre forças produtivas e relações de produção para um marxismo que desmascara a falsa racionalidade do capital, que se adapta, dissimulando-se, de maneira mais generalizada em sistemas flexíveis e em formas estatuais democráticas. Panzieri, visa responder à política dos “dois tempos” do PCI e ao reformismo do PSI, como também a uma política sindical voltada a disciplinar o conflito. Na fase em que o capital, através das grandes concentrações industriais e financeiras, estende e fortalece seu poder sobre o Estado, as colaborações e convergências parlamentares provocariam um esvaziamento das instituições democráticas. Para contrastar esta tendência, que tem suas raízes na esfera da produção, não se podem separar luta política e luta econômica, o conflito político deve estar, e deve ser incentivado, nos lugares de trabalho. Nesta luz, sobretudo a posição do PCI aparece contraditória porque o partido está à procura de uma legitimação como força de governo, e para isto

⁴⁰ Estavam entre outros, Antonio Negri, Alberto Asor Rosa, Romano Alquati.

recorre às lutas de massas valorizando-as em chave institucional, mas ao mesmo tempo, deve pôr um limite aos potenciais conflitos sociais para não perder o seu papel de partido fiel à ordem institucional e à legalidade. Tal contradição emerge em ocasião das negociações entre sindicatos e empresários, quando, segundo *Quaderni Rossi*, a CGIL manterá sua ação no quadro dos objetivos da programação democrática, sem explorar a conflitualidade operária.

Enquanto o PCI atribuía à classe operária uma função hegemônica, de direção e responsabilidade nacional, dando ênfase, portanto, aos valores universais da classe operária, Mario Tronti evidenciava o caráter irredutivelmente antagônico desta classe. Em *La fabbrica e la società*⁴¹, esboça uma teorização do “operário-massa” como potencial vanguarda de um movimento revolucionário e a rejeição do trabalho como máximo desenvolvimento do poder operário. Só na fábrica, segundo Tronti, há produção de conflito e antagonismo operário. A real oposição e contradição do capital, está entre processo produtivo (a fábrica) e processo de valorização (a sociedade)⁴², isto é, entre força de trabalho como valor de uso e força de trabalho como valor de troca: na sociedade o operário é simples consumidor, sem capacidade de oposição ao capital que o absorve, enquanto na fábrica a força de trabalho é valor de uso, isto é, conserva o seu potencial antagônico. São as lutas operárias, escreve em *Operai e capitale*, que obrigam o capital a inovar-se, para absorver os elementos potencialmente revolucionários.

A experiência de *Quaderni Rossi* durou, na sua expressão unitária, apenas dois anos, exaurindo-se em seguida às divergências teóricas e práticas que

⁴¹ TRONTI, Mario. **Operai e capitale**. Roma: DeriveApprodi, 2006 p. 35-56

⁴² Respetivamente a esfera da produção e a esfera de circulação. Veja-se TURCHETTO, Maria, NEGRI, Antonio. O triste fim do “operarismo” italiano, *Crítica Marxista*, São Paulo, vol. 1, n. 18, p. 84-99.

provocaram a saída de seus expoentes mais representativos, que continuaram seguindo diferentes percursos. Contudo, abriu o caminho a diversas experiências teóricas e práticas nos anos sucessivos. Foi uma experiência significativa sobretudo pela capacidade precursora de detectar, através de um método de investigação baseado na colaboração entre intelectuais e operários que se revelou fértil, alguns sinais centrais sobre as transformações e as potenciais tendências de desenvolvimento da classe operária, que foram recolhidos e desenvolvidos nos anos cruciais das lutas operárias. Além disto, conseguiu pôr, de modo pioneiro, alguns alicerces para a formação de uma identidade política que crescia na esquerda italiana à esquerda dos partidos comunista e socialista, recolocando em jogo uma perspectiva política revolucionária que tanto o PCI como o PSI haviam abandonado. As divergências originaram-se a partir dos êxitos das jornadas de julho de 1962 em Turim. A revista *Quaderni Rossi* foi acusada por parte de sindicatos e partidos, de estar na origem dos enfrentamentos, de tê-los provocados. Para Raniero Panzieri tratou-se de uma derrota, uma situação que havia mostrado as dificuldades de construir uma estratégia revolucionária. Para Tronti e outros colaboradores da revista, como Alberto Asor Rosa, Toni Negri, Romano Alquati entre outros, que realçavam a importância da radicalização da revolta, os acontecimentos assinalavam a necessidade de construir um sujeito político autônomo, isto é, superar, política e organizativamente, a dimensão de revista. A partir desta fratura nasceu, em 1964, a revista *Classe operaia. Mensile politico degli operai in lotta*⁴³. Esta nova experiência que relatava em particular das lutas e da situação das lutas nas fábricas, conseguiu aglutinar militantes ativos nas fábricas, contudo não se transformou em movimento político. Cabe ressaltar que

⁴³ Cfr. SCAVINO, Marco, *Potere Operaio. La storia. La teoria*, Roma, DeriveApprodi, 2018, p. 42

neste momento existia um confronto dialético, ainda que duro, com os partidos comunista e socialista. Tratava-se de uma situação e de contextos fluidos, em movimento, onde os atritos estavam aquém de configurar-se em ruptura. Se Tronti concordou com o PCI de abandonar seus cargos de dirigente enquanto diretor da revista *Classe operaia*, formalmente ele nunca abandonou o partido. No artigo “*Classe e partito*” publicado em dezembro de 1964 ele escrevia:

Fora do movimento operário oficial não existe nenhuma real força organizada e, portanto, nenhuma séria e viável proposta de organização política alternativa”. [é preciso] “não entregar o PCI ao projeto reformista do capital, [...] custe o que custar em termos de sacrifícios pessoais, recuos teóricos, e até mesmo de compromissos práticos.”⁴⁴

Por outro lado, Toni Negri, vice-secretário do Partido Socialista em Pádua e vereador do partido na época, encontrou, no partido, um terreno de atuação mais favorável que lhe possibilitou desenvolver uma sólida rede de relações e um trabalho de organização nas fábricas venetas. Pôde usar a revista do PSI, *Il Progresso veneto*, até 1963, como órgão informal do seu grupo de trabalho. Em uma carta de 1962 a Raniero Panzieri, ele comunicava estar trabalhando para a constituição do “partido político da classe operária”, na convicção de que era necessário abandonar as instâncias oficiais do movimento operário⁴⁵, posição que se fortaleceu nos anos seguintes. O grupo de trabalho veneto, que assinava suas contribuições como *Potere Operaio*, foi de fato a alma de *Classe operaia* e talvez a mais significativa experiência realizada, a partir do projeto de *Quaderni Rossi*, de investigação e intervenção nas fábricas através da colaboração entre operários, técnicos e intelectuais⁴⁶. O trabalho interessou as fábricas da região do Veneto, em particular o polo de Porto Marghera (estendendo-se em seguida à região da Emília). Em 1966, em ocasião das negociações para a renovação do contrato dos metalúrgicos, deu seus primeiros resultados: os coletivos de trabalhadores que colaboravam com *Classe operaia*, entre os quais quadros sindicais da FIOM, conseguiram, com críticas ao sindicato, impor as reivindicações.

⁴⁴ Ibidem, p. 45.

⁴⁵ Ibidem, p.59.

⁴⁶, Em seu livro **Pipeline. Lettere dalla prigione**, Negri conta esta experiência, comparando o operário que o guiou “no ventre da grande máquina” com o Virgílio da Divina Comédia que acompanha Dante na sua viagem ao Inferno

Em 1966, *QR* cessa suas publicações após uma segunda cisão do grupo inicial, e no mesmo ano termina também a experiência de *Classe operaia*. Estas cisões originaram uma série de grupos de trabalho que serão ativos e protagonistas nas lutas de 1968-69 nas fábricas.

Podemos dizer que neste momento se abre uma primeira fratura entre um marxismo que apoiava e puxava para uma integração da classe operária no estado, e por outro lado um marxismo que tornando central a noção de conflitualidade (e considerando o conflito capital-trabalho como central) apontava para a extinção do estado. Ao redor destas duas concepções, no que diz respeito à esquerda, se trava o confronto e o conflito, e seus desdobramentos, da década de Setenta.

O sistema de ensino e o ingresso do proletariado nas escolas

As tensões que investem o mundo operário não são diferentes das que atravessam outros segmentos sociais, tendo sempre as jovens gerações como protagonistas.

O modelo de desenvolvimento econômico precisava não somente de mão-de-obra desqualificada, mas também de trabalhadores especializados, a serem empregados na grande indústria e no setor terciário. Era fundamental, portanto, para uma sociedade de capitalismo avançado, a formação escolar. Uma parcial reforma do ensino fundamental em 1963 fez com que, em 1967, os jovens entre 15 e 20 anos matriculados no ensino médio chegassem a quase 6 milhões, um “recorde” absoluto que não será nunca mais alcançado na história do sistema de educação italiano. A instituição de um sistema único escolar que permitia a entrada de todos os alunos no ensino médio foi elemento de ruptura fundamental, em um país até então organizado sobre um sistema rigidamente classista, herança

do período fascista⁴⁷, que introduzia uma seleção de classe já depois dos primeiros cinco anos de ensino básico propondo duas opções (a escola fundamental, à qual se ingressava através de uma seleção e que com o ensino do latim permitia continuar os estudos e, em alternativa, a escola profissional). Contudo, atrás do igualitarismo da reforma, o caráter classista ainda persistia, tanto na seleção dos alunos, que ocorria na fase sucessiva da passagem do ensino fundamental ao ensino médio (liceus, escola magistral e escola técnica), como na estrutura dos programas e na seleção da direção e do corpo docente. Apesar da parcialidade da reforma, a instrução de massa teve um peso determinante na formação da nova classe operária, que passou a ter uma formação superior em relação à velha geração de operários. Uma certa emancipação adquirida com o estudo permitia uma mais clara percepção das contradições e uma concepção crítica em relação às condições de vida e de trabalho opressivas vividas.

Em 1962, em Trento é fundada a primeira universidade italiana de ciências sociais (Istituto superior de ciências sociais) que introduzia o curso de sociologia, até então ausente na Itália. Nasce por iniciativa da esquerda da Democracia cristã, preocupada com a necessidade de modernização postas pelas exigências capitalísticas e, neste sentido, de criar novos quadros dirigentes dos quais sobretudo o mundo da produção industrial precisava.

O elemento totalmente inovador introduzido é o direito a acessar a universidade também para quem possuísse um diploma de escola técnica. Isto permitiu o acesso à universidade, pela primeira vez, aos jovens que não pertenciam exclusivamente às classes dominantes. Os estudantes de extração

⁴⁷ A reforma de Giovanni Gentile, de 1923, vigorou até então, com algumas modificações sobre os programas da escola primária introduzidas entre 1945 e 1948.

proletária matriculados, em poucos anos, se tornam maioria (2230 sobre um total de 2813, em 1968 provêm dos institutos técnicos, 360 do liceu clássico e 223 do liceu científico). Além disto, a novidade da matéria de estudo acabou atraindo estudantes de todo o país, fazendo da Universidade de Trento em pouco tempo uma referência, precursora do movimento estudantil de 1968. Em 1966, depois de um ano de atividade, a faculdade de sociologia se torna teatro da primeira mobilização estudantil que culmina com uma ocupação, quando o governo ameaça não homologar o título de formação em sociologia. A novidade está tanto na ocupação, uma forma de luta até então não usada pelos estudantes, como no percurso que leva à ocupação, isto é, a assembleia como instrumento de participação direta e de decisão, um instrumento quase inédito, que supera e esvazia o papel das organizações estudantis tradicionais que se reuniam em um miniparlamento. Esta primeira batalha que os estudantes conseguiram ganhar depois de 18 dias de ocupação, abre um debate mais geral sobre a estrutura de poder do instituto, da organização acadêmica, mas também sobre questões mais gerais como o papel dos sociólogos, e dos cientistas sociais na sociedade, e de uma formação universitária voltada a formar trabalhadores especializados destinados ao emprego na grande indústria. Este tipo de confronto entre os estudantes provoca o salto qualitativo, isto é, a faculdade de Trento é a primeira a superar lutas de tipo corporativo. Influenciada pelo movimento dos estudantes da faculdade de Sociologia de Berkeley mobilizados contra a guerra do Vietnã, mas também por revistas como *Quaderni Rossi*, *Quaderni Piacentini* e *Classe operaia*, que orientam a formação teórico-política dos estudantes, a faculdade é ocupada de novo para discutir dos temas internacionais, em particular a luta e a resistência ao imperialismo americano do povo vietnamita. Nos dias de ocupação nasce a proposta de Universidade Negativa, seguindo o modelo do movimento estudantil

de Berkeley. Participam Renato Curcio e Margherita Cagol, futuros fundadores das Brigadas Vermelhas, Mauro Rostagno e Peter Schneider. A percepção da ciência a serviço do sistema de racionalização da produção capitalista, da universidade como instrumento de classe, organizada para produzir e reproduzir a ideologia dominante e a necessidade de inverter tal lógica, faz emergir a proposta de uma universidade como terreno de produção de antagonismo social e político, e como tal, capaz de elaborar um pensamento antagônico. No “*Manifesto per una Università negativa*” colocavam-se duas questões centrais sobre o papel da universidade: a crítica à tecnocracia e a uma reprodução passiva da cultura dominante. “A consequência prática destas análises foi a proposta de uma figura de anti-sociólogo que trabalhasse junto com as forças sociais marginalizadas para ajuda-las na aquisição de instrumentos de intervenção”⁴⁸. A universidade, afirmasse no manifesto, não é o local central da luta, e os estudantes não representam uma classe, a luta estudantil deve vincular sua luta às lutas operárias⁴⁹. Trata-se de encontrar uma “convergência estratégica”, tornar as universidades “territórios livres do capitalismo”, iniciar uma “longa marcha nas e contra as instituições”⁵⁰. No mesmo ano diversas faculdades são ocupadas preparando o terreno para as lutas do movimento estudantil que eclodem no ano seguinte. Ao mesmo tempo constrói-se o processo de aproximação entre estudantes e operários, que já havia vivenciado uma primeira experiência em 1965, quando os estudantes da

⁴⁸ Curcio, Renato, Scialoja, Mario, **A viso aperto**, Milão, Mondadori, 1993, p. 36.

⁴⁹ “Consideramos [...] a universidade um centro de luta, não o único tampouco o principal, contudo, não é também lugar de se subestimar porque nela toma corpo a operação niveladora programada pelo capital. Uma forma para contrastar esta operação é a tentativa de [...] “subtrair” ao fluxo tecnocrático potenciais forças antagônicas (ANTI-PROFESSIONAIS) para juntá-las, de modo não ocasional, com as outras forças antagônicas de nossa sociedade. Por isto avançamos o projeto de uma UNIVERSIDADE NEGATIVA, que expresse de forma nova, nas universidades italianas, a tendência revolucionária, a única que poderá conduzir nossa sociedade da “pré-história” à HISTÓRIA”, Lavoro Politico, n. 2, Trento, 1967

⁵⁰ Proposta di foglio di lavoro, Trento 1968, in <http://www.nelvento.net/archivio/68/ms/trento/foglio1.htm> (consultado em dezembro 2016)

Universidade Ca' Foscari que protestavam contra o projeto de reforma universitária se unem à luta dos operários de Porto Marghera na ocupação da fábrica. Insere-se neste processo uma particularidade italiana: o ingresso nas faculdades dos estudantes de extração proletária cria um novo tipo de estudante, o trabalhador-estudante, isto é, o estudante que para sustentar seus estudos, não podendo contar com a ajuda econômica da família, deve trabalhar. Este novo sujeito, que já existe em final de 1960, mas que se torna majoritário na década de 1970, além de contribuir a fazer de ponte entre movimento estudantil e movimento operário, engloba em si uma relação complexa, sendo ao mesmo tempo força de trabalho operária, força de trabalho técnico-científica em formação.

4. Conclusões

A Itália chega em 1968 com um sistema capitalístico avançado e nós políticos não resolvidos que deixam sobreviver estruturas e relações sociais anacrônicas⁵¹ e agudizam as desigualdades sociais. Sobre esta contradição cresce e se forma uma nova geração que, inserindo-se nas rachaduras provocadas pela modernização capitalista, opõe uma crítica radical à sociedade, ao modelo de vida e de consumo configurado pelo milagre econômico. Esta se manifesta de forma explícita, em um primeiro momento, através do movimento estudantil, que faz de estopim ao mal-estar geral que abrange as classes subalternas, dando corpo a um vasto movimento de massas que põe em crise o tradicional *modus operandi* das forças políticas: tanto a tentativa de abafar o conflito social circunscrevendo-o no plano das tratativas locais – secundárias em relação à entidade dos processos de transformação em curso – como o recurso à prática consolidada da repressão –

⁵¹ A persistência de estruturas herdadas do fascismo, sobretudo no campo da magistratura; o peso da Igreja que exerce um papel ativo sobre a vida política (através do partido democrata-cristão) e a vida social

desclassificando o conflito à questão de ordem pública – se mostram incapazes de sufocar um movimento que se expande a partir do biênio 1968-69.

O movimento de massas de 1968 com suas instâncias de transformação, logo transcende o protesto estudantil abrangendo todos os setores da sociedade, encontrando um terreno privilegiado de confronto, e já rico de elaboração, no movimento classista das fábricas que aos poucos toma forma na década de Sessenta. Uma classe operária composta por jovens formados, mas não domesticados, pelo fordismo – “um Sísifo de massa em perpétua rebelião, que quer libertar-se dos grilhões do trabalho e mantém abertas a potencial brecha da revolução”⁵², como os define Mario Tronti – que está no núcleo central da produção e das transformações econômicas e sociais, será o coração do conflito de classe.

No biênio 1968-69 as lutas nas fábricas assumem uma dimensão generalizada, trazendo à tona o salto qualitativo em relação às tradicionais lutas sindicais: o que está em questão é a própria organização do trabalho nas fábricas. Os operários descobrem o uso da assembleia através do movimento estudantil, se organizam em comitês de base (CUB), talvez a mais significativa expressão da autonomia operária [infra, cap. 2] tomam a palavra diretamente, não querem intermediações. Organizam grupos de estudo para analisar e compreender a organização do trabalho na fábrica. Desafiam os sindicatos com uma plataforma que nasce diretamente das condições objetivas de trabalho e das necessidades dos operários que na fábrica trabalham, e que se coloca em um plano diferente da

⁵²Mario Tronti, Sognando comunismo. Parla l'autore di «Operai e Capitale», che oggi a Siena dà l'addio all'insegnamento, entrevista de Bruno Gravagnuolo, *L'Unità*, 6 de dezembro 2001, p. 27.

perspectiva sindical: o sindicato atua no interior da organização do trabalho sem coloca-la em discussão, ao passo que os CUB contestam-na, contestam a lógica capitalista do trabalho, pondo a questão do poder, recorrendo a formas de luta ilegais que se tornam generalizadas, que rompem o tempo e a disciplina da produção, que criam um enfrentamento direto com a ordem da fábrica. Neste sentido, abre-se uma contradição não só em relação às organizações sindicais, mas também com a tradição das lutas operárias travadas pelos partidos de origem operária e com sua estratégia de luta democrática, posta dentro dos limites estabelecidos pelo estado democrático-burguês, constituindo um entrave em particular para a estratégia do PCI. Nestas contradições que não encontram mediação, têm origem as formações armadas. Parte da classe operária que se forma nestas lutas, minoritária, mas consistente e reconhecida como corpo constitutivo da própria classe, em virtude de um amplo apoio social que a sustenta, interno e externo à fábrica, dará vida à principal organização armada, as Brigadas vermelhas (BR), cujo núcleo é composto por vanguardas operárias, forjadas pelas lutas travadas nas maiores e mais modernas fábricas do Norte industrializado. A história das Brigadas vermelhas nasce com as lutas operárias do segundo biênio vermelho, 1968-69, no coração do capitalismo italiano, em Milão, em suas maiores fábricas, Pirelli, Sit-Siemens, Breda, Magneti Marelli, e nos bairros operários e populares da cidade, para daí estender-se em breve nas fábricas de Turim e Genova.

Capítulo 2

1. Os anos de 1968

1968. Fenômeno e período que não cabem na duração de um ano, uma dilatação temporal que se estende por mais de um decênio e que carrega em si uma multiplicidade de expressões de insubordinação ao existente. Uma espécie de terremoto que produziu rupturas, das quais emergiram, desde abaixo, subjetividades até então invisíveis ou marginalizadas. De acordo com Arrighi, Hopkins e Wallerstein, podemos dizer que o processo que se abriu em 1968 fracassou, mas transformou o mundo⁵³.

O ano inicia na Itália com as mobilizações estudantis e operárias. Trata-se, mais exatamente, de uma continuação e de um aprofundamento de lutas e mobilizações já em curso desde o ano precedente no que diz respeito ao movimento estudantil. O que ocorre é uma intensificação e difusão capilar das lutas e primeiramente uma mutação do componente estudantil: as diferenças de classes entram nas universidades em consequência da reforma escolar de 1962. Ocupações das faculdades, confrontos com a polícia, desocupações, assembleias. A assembleia como instância e momento de decisão seja talvez a característica precípua do movimento. As mesmas assembleias se repercutem nas fábricas, elemento novo que os operários retomam dos estudantes. 1968 é o ano das negociações para os contratos coletivos de trabalho. Os operários, porém, diversamente daquilo que ocorreu até então, não se limitam a contestar os patrões. Os sindicatos, sua estrutura burocrática, também são duramente contestados; o escasso conhecimento da realidade da fábrica por parte dos representantes e dirigentes sindicais e de partido são denunciados. Os métodos de luta considerados ilegais, como o gato selvagem e outras formas de sabotagem, que apareceram alguns anos antes, se tornam generalizados. Justamente estas ações de sabotagem, mais do que as tradicionais greves sindicais,

⁵³ ARRIGHI, Giovanni, HOPKINS K, WALLERSTEIN, Immanuel, **Antisystemic movements**. London: Verso. 1989, p. 97. [Só houveram duas revoluções mundiais. Uma ocorreu em 1848. A segunda em 1968. Ambas fracassaram. Ambas transformaram o mundo]

mostravam a fragilidade da fábrica fordista, a vulnerabilidade de um ciclo produtivo rígido.

O estopim das lutas operárias e antecipador de seu marco específico, ocorreu em abril, em Valdagno, uma pequena cidade na província de Vicenza, no Veneto. Valdagno é uma cidade que cresceu à medida que se desenvolveu a fábrica têxtil Marzotto. Criada em meados da década de Trinta do século XIX, a pequena empresa a gestão familiar que produzia lã, tornou-se, na década de Trinta do século XX, sempre propriedade da família Marzotto, uma moderna empresa capitalística, favorecida pela ausência de concorrência e pela ampla disponibilidade de mão-de-obra. Monopólio dos recursos e política empresarial paternalística favoreceram o desenvolvimento de uma *company town*. Durante uma greve que inicia na fábrica e que aos poucos se estende envolvendo toda a população, a estátua do dono da fábrica é derrubada. O efeito simbólico é importante. Trata-se de uma fábrica onde dominam relações de trabalho ultrapassadas pelo próprio capitalismo, onde é difícil quando impossível a presença de sindicatos, onde o dono é o “*padre-padrone*”, que com o paternalismo impõe níveis de super-exploração de trabalho, que dispõe das operárias submetendo-as a pressões psicológicas. Uma fábrica onde, há mais de um século, é imposta a colaboração capital/trabalho. A luta operária é considerada pelos próprios capitalistas como fator positivo, portadora de uma necessária modernização. Um primeiro elemento de novidade e antecipador do marco específico das lutas do biênio 1968-69, é a conquista da assembleia e dos delegados por departamento. Em segundo lugar, a luta de fábrica envolve a inteira cidade, chamada pelos operários, a unir-se e participar da greve. Os confrontos dos dias da greve são atribuídos, pela imprensa, pelos partidos políticos e pelos sindicatos, aos “externos”, uma infiltração finalizada a provocar “excessos” nas lutas operárias. Uma primeira mensagem que será constantemente reafirmada no curso da década, em particular para o PCI: o movimento operário é pacífico e atua dentro da legalidade.

Contudo, seria reduutivo identificar apenas nos estudantes e nos operários os protagonistas das lutas de 1968, ainda que as lutas aconteçam no marco da centralidade operária. Segmentos cada vez mais amplos do proletariado, os menos visíveis, conseguiram emergir: foi o caso dos estratos da população que por falta de condições econômicas, apesar de ter emprego, ainda que precário, ocupavam locais improvisados transformados em moradia. Famílias de operários que não conseguem pagar o aluguel porque os salários não são suficientes. Protagonistas destas lutas pela moradia, são as

mulheres, com frequência simples donas de casa, ou operárias – distantes das mulheres do nascente movimento feminista – que desempenham pela primeira vez um papel político ativo.

Até os “loucos”, percebidos como uma vergonha, escondidos até então nos manicômios, conseguiram adquirir visibilidade, tornar-se sujeitos. 1968 é o ano de publicação de *L’istituzione negata. Rapporto da un ospedale psichiatrico* de Franco Basaglia, médico psiquiatra que denuncia as condições dos manicômios, dos métodos usados sobre os pacientes. Dez anos depois, uma lei sancionará o fim da instituição manicomial.

1968 é o ano em que se difunde a filosofia e o método de ensino de um padre, Don Milani, desenvolvido e aplicado, entre críticas e contestações do mundo católico e laico, em meados da década de Cinquenta. Lorenzo Milani trabalhou com jovens que por escasso aproveitamento escolar, causados por uma situação econômica e cultural precária, eram excluídos pelo sistema de ensino. Estes jovens eram destinados a serem analfabetos ou semianalfabetos, e portanto impossibilitados a sair de uma condição de subalternidade social e econômica. Milani propunha uma escola inclusiva e não seletiva, considerando a instrução fundamental para a emancipação dos subalternos. Faleceu em 1967. O ano seguinte o seu escrito *Lettera a una professoressa* será um dos textos mais lidos e difundidos no movimento estudantil. Muitos professores, em contextos considerados difíceis, com altas taxas de abandono escolar, como as periferias das grandes cidades, experimentam o método, que em muitos casos se revela profícuo. Em Roma, adolescentes de uma periferia que viviam em aglomerados de espeluncas surgidas entre as ruínas de época clássica do Aqueduto Felice, tomam a iniciativa de escrever ao prefeito da cidade contando a situação de degrado em que vivem. São os alunos da Escola 725, organizada por outro padre, Dom Sardelli. Reclamam educação, moradia, emprego para os pais. Tornam-se visíveis para o centro da cidade e para seus moradores, que os conhecem apenas pelas reportagens de jornalistas e que relatam das condições de degrado das periferias romanas, confundindo pobreza por delinquência.

O biênio 1968-69 vê também o nascimento de diversos grupos político. Da longa diáspora originada de *Quaderni Rossi*, nascem Potere Operaio (1967) e Lotta Continua (1969), os dois principais grupos da esquerda extraparlamentar; em 1968 nasce o grupo de Il Manifesto, a esquerda do PCI que foi expulsada do partido no ano seguinte. Em 1969

nasce também Avanguardia Operaia. Estas formações, ainda que minoritárias, que se colocam à esquerda do PCI são o sinal da crise de representação do partido.

O ano é constelado de acontecimentos que rompem a coexistência pacífica e que no conjunto produzem uma ruptura dos equilíbrios político-sociais consolidados, no plano concreto e no plano simbólico. 1968 é um contrato de trabalho que custou a morte de dois trabalhadores rurais e o ferimento de 48, durante uma greve, em dezembro, em Avola, na Sicília, uma região onde o milagre econômico não havia chegado. Os trabalhadores estavam em greve por um aumento salarial, pela supressão das faixas salariais, pois a região estava dividida, segundo um velho acordo sindical, em duas áreas diferentemente regulamentadas: trabalhava-se menos horas por um salário maior em uma área e mais horas por um salário menor em outra. Os trabalhadores reivindicavam igual salário e iguais condições de trabalho. Além disto lutavam contra a prática, histórica no Sul, do *caporalato*. São os primeiros mortos pela polícia durante uma greve desde que se formaram governos de centro-esquerda em 1963, um parêntese de cinco anos. Até então houve enfrentamentos duros nas ruas que se concluíam com prisões e denúncias. Poucos dias depois a polícia atirou de novo, desta vez contra militantes de Potere Operaio e do movimento estudantil que manifestavam, em Viareggio, em um dos locais mais exclusivos da burguesia reunida para comemorar o novo ano. Um deles foi ferido por um tiro às costas e ficou paralisado. Poucos meses depois, em abril de 1969, de novo no Sul, em Battipaglia, carabinieri atiraram contra os manifestantes matando um operário e uma professora e provocando 200 feridos. A cidade contava cerca de 30.000 habitantes que viviam de trabalho agrícola, da indústria de açúcar e tabaco. Ao difundir-se da notícia do fechamento destas indústrias que garantiam emprego para a metade da população, considerando também as atividades indiretas que elas geravam, os habitantes organizam uma marcha que atravessa a cidade, ocupam as plataformas da estação ferroviária, paralisando a ligação entre centro-norte e sul do país. A primeira ordem de desocupar provoca os primeiros confrontos com a tropa de choque. Os manifestantes, contudo, não se dispersam e prosseguem, dirigindo-se à delegacia. Policiais e carabinieri abrem fogo disparando à cega contra os manifestantes, matando e ferindo. A revolta da população, que se une aos manifestantes, se torna então generalizada. A delegacia é assediada e os militares são obrigados à retirada, enquanto os manifestantes assediam também a Prefeitura.

As muitas rebeliões que se desenvolvem neste ano, tratadas como fenômeno delinquencial, produzem também muitos presos. E no ano seguinte os presos se rebelam. Acontece em Turim, na penitenciária Le Nuove e é apenas a primeira rebelião. Nos anos sucessivos as revoltas se espalham, é o processo de politização dos presos comuns em contato com o número cada vez mais elevado de estudantes e militantes dos movimentos sociais, os presos políticos.

Criou-se, cresceu e fortaleceu-se, pelo baixo, uma aliança entre o proletariado, um movimento classista que surpreende e sacode a política institucional. Uma onda de revoltas produzida pelas contradições postas em movimento pela sociedade fordista no Ocidente capitalista. Por um lado, uma necessidade de modernização provocada pelas próprias dinâmicas do capital em transformação; por outro lado uma nova conformação social que não encontra espaço nas formas de representação política tradicionais e que constrói suas próprias formas de expressão e prática política. E ainda, à esquerda, a abertura de um confronto e de uma ruptura irreversíveis entre concepções e leituras do marxismo das quais a primeira, no rastro da tradição soviética, põe a centralidade no estado e tenta ocupa-lo; da outra a centralidade reside no conflito capital/trabalho que leva à questão da superação do Estado. Uma visão da política como experiência totalizante e coletiva. E a percepção, também coletiva, de poder derrubar o estado das coisas existentes. As raízes das formações armadas italianas estão no interior destas contradições e das rupturas que elas provocam. É um fator que provavelmente surpreendeu os que, do lado liberal, apoiavam um processo de modernização considerado necessário dentro das novas compatibilidades do capital, mas que não haviam previsto, ou haviam considerado contornável e controlável a envergadura do movimento que se formou. Pelo contrário, após a fase da Guerra fria e da coexistência pacífica, voltava-se de alguma maneira, a vislumbrar a perspectiva de uma ruptura revolucionária, em particular no Ocidente. Os primeiros sinais de crise no padrão de acumulação capitalista contribuíram para reabrir o conflito capital-trabalho. Um debate que como vimos incubava desde o início da década e que vem à tona, mundialmente, com as revoltas estudantis.

O contexto político internacional estava marcado por uma crise do imperialismo norte-americano, com a derrota no Vietnã; por outro lado, a União Soviética não representava mais o único modelo de socialismo possível. A intervenção na Hungria em 1956 provocara uma primeira rachadura entre os partidos de esquerda e quando a URSS

invadiu a Tchecoslováquia em 1968, o dissenso não se manifestou apenas nas manifestações estudantis, mas se tornou explícito também entre os partidos comunistas do Ocidente, entre eles o PCI, que deu início a um debate que mais tarde levará o partido a formular o eurocomunismo. A Revolução chinesa e a Revolução cubana, as lutas de libertação nos países do Terceiro Mundo indicavam que era possível mudar através de rupturas revolucionárias, e foram um dos elementos que mais exerceram influência sobre os novos movimentos da esquerda revolucionária no mundo. Sobretudo Mao Tse-Tung representava um modelo de socialismo alternativo ao socialismo soviético, pondo em discussão a “coexistência pacífica” e a via ao socialismo através de eleições. Estas ideias e as novas práticas circulam rapidamente, através de meios de comunicação que encurtam as distâncias espaciais e também porque inicia a ser mais fácil para alguns terem conhecimento direto dos conflitos em curso. Um dos primeiros fatores que unifica internacionalmente os movimentos de 1968 é a guerra no Vietnã. As palavras de Che Guevara na Tricontinental em 1967, “criar um, cem, mil Vietnã” ressoam nas ruas das metrópoles ocidentais, da Europa e dos EUA. Movimentos que queriam uma transformação radical da sociedade, superação do capitalismo, nasciam quase contemporaneamente nos polos mais avançados do capitalismo ocidental. O diário francês *Le Monde*, em 1970, em um artigo titulado “*O tempo da guerrilha*”, escrevia que a “guerrilha saiu dos seus teatros de atuação tradicionais: Indochina, Oriente Médio, América Latina, para estender-se ao mundo inteiro” e citava os atentados em Nova Iorque, “as ondas terroristas na Itália”, os “conflitos cruentos na Irlanda”⁵⁴. “Agnelli, l’Indocina ce l’hai in officina”⁵⁵ era um dos lemas que os operários da FIAT usavam durante as marchas no interior da fábrica em 1969. Com ênfase e fins claramente diferentes, mas na substância com o mesmo significado do que escrevia *Le Monde*, encontramos as mesmas palavras nos documentos e na imprensa das formações da esquerda revolucionária quando declaram que a revolução é uma tendência que se tornou geral.

Junto com o contexto internacional, fatores específicos da política nacional convergiram para tornar concreta a possibilidade de desenvolvimento da luta armada. Face a uma sociedade que, em seu conjunto, eclodia – pondo em movimento até quem talvez não ambicionasse fazer a revolução, mas que queria apenas reformas – o sistema político e institucional ficava imóvel: ligado à repetição de formulas políticas esgotadas (como os governos de centro-esquerda) e à procura de novos equilíbrios de poder entre

⁵⁴ FONTAINE, André, *Le temps de la guérilla*, **Le Monde**, 4 abril de 1970.

⁵⁵ “Agnelli, sua Indochina está na fábrica”

os partidos e no interior do aparelho do Estado, em um âmbito de discussão que ficava isolado da sociedade. O PCI, principal força de oposição, ficava amarrado a esquemas interpretativos e a uma linha política traçadas após o fim da guerra, como a via nacional ao socialismo e a democracia progressiva, ignorando ou despercebendo o caráter de ruptura das mobilizações e sobretudo as mudanças que estavam ocorrendo na estrutura da sociedade. O que parece ocorrer é um descompasso entre estrutura econômica e social que mudam aceleradamente, e estrutura política (e institucional) que não consegue acompanhar e governar as mudanças em ato e finalmente, um esgotamento do pacto de fundação da República de 1945-46: emergem novos sujeitos sociais que não têm e que não encontram espaço dentro da velha conformação político-institucional, as estruturas econômico-sociais produzem novos sujeitos sociais, ou sujeitos sociais transformados, e novas correlações de força que não encontram correspondência no plano da representação política.

Chamamos de “anos de 1968” um período que abrange pouco mais de uma década, que se estende pelo menos até os primeiros anos da década de Oitenta. “Anos de 1968” porque, ainda que se trate de uma fase que precisa ser periodizada no seu interior, as instâncias de transformação radical e revolucionária que emergem em 1968 representam um fator caracterizante e persistente da situação italiana. A peculiaridade, e o que lhe confere unidade, é representada por uma nova classe operária. É um período que marca a sua ascensão e a sua derrota – que puxa todos os outros sujeitos em luta – em guerra contra o capital em uma fase de crise internacional e de reorganização. As experiências políticas, as práticas políticas que surgem a partir de 1968, têm como norte este sujeito, que é sujeito revolucionário. Esta nova classe operária altera conteúdo e organização das lutas, provocando uma crise profunda em primeiro lugar no sindicato. Estratégias e formas organizativas em fábrica fazem dos grandes polos industriais do Norte os mais avançados cenários da luta de classes. Elas introduzem rupturas importantes. Emergidas, como vimos, embrionariamente com a revolta de Piazza Statuto em 1962, apresentam em 1969 formas e características mais definidas, a começar pela revolta operária que origina de novo na FIAT, em Corso Traiano e que alcança sua forma mais madura, e também todos os seus limites, em 1973, com a revolta, de novo na FIAT, dos Fazzoletti Rossi (Lenços Vermelhos). Esta fase, de 1969 a 1973, é um primeiro período, a fase ascendente. O que emerge é a autonomia operária, o elemento de desequilíbrio no contexto italiano,

o que torna possível também a existência e a prática da luta armada, como experiência de guerra de classes.

Apesar de ser um processo que deve ser considerado no seu conjunto, destacamos como eventos mais significativos, sobretudo visando reconstruir a emergência da autonomia operária, a formação do primeiro CUB em março de 1968 e a revolta de Corso Traiano em Turim em julho de 1969.

2. Expressões da autonomia operária

1968 e mais ainda 1969 são os anos em que a esquerda parlamentar e sindical perde o controle sobre a classe operária. É forçada a correr atrás dela, a aceitar e englobar algumas demandas que nascem das organizações que surgem nas fábricas, expressão de uma autonomia operária que, como vimos, iniciou a manifestar-se desde o início da década. A nova composição da classe operária, que discutimos no capítulo precedente, introduz conteúdos políticos e métodos alheios à lógica e à compreensão mesma das organizações tradicionais do movimento operário: o igualitarismo salarial, a rejeição do “mérito”, entre os temas centrais das mobilizações, são concepções que tanto o PCI como a CGIL, subordinada ao partido, não só não reconhecem, mas que, na fase inicial, combatem abertamente. Estão amarrados à concepção do “planejamento democrático”, não contrastando de fato as políticas governamentais de centro-esquerda. Esta posição descendia de uma concepção que tinha como central o operário com alta qualificação profissional, o operário que por “mérito”, isto é, pela sua competência, pela sua responsabilidade com a função desenvolvida no interior da fábrica, estava na condição de substituir o capitalista na direção da produção. Como vimos no capítulo precedente, esta figura operária perdera a centralidade.

A pressão das lutas – a começar pela fundamental dos trabalhadores da FIAT em meados de 1969 – foi tão forte e continuada, que o sindicato percebeu a inviabilidade da política até então praticada e acolheu no curso das negociações, algumas das reivindicações postas pelos operários.

Ruptura da relação salário-produtividade; ruptura da relação salário-categoria e salário-mérito: a batalha do biênio 68-69 nas fábricas se estrutura ao redor destas propostas, que de fato agrediam os princípios da organização da produção capitalista. A

CGIL defendia as categorias, isto é, as funções que qualificavam o trabalhador. Como afirmado em um documento da FIOM-CGIL de 1968, o reconhecimento das categorias estava baseado na “exigência da valorização e do reconhecimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, como pressuposto necessário para a manutenção e o desenvolvimento do seu poder contratual”⁵⁶. Ainda no ano seguinte, na fase de elaboração da plataforma para a renovação contratual, Bruno Trentin declarava-se contra o igualitarismo salarial em nome da defesa das categorias e do mérito:

As tentações igualitárias não podem ser acolhidas. A solução do aumento igual para todos não convence porque a qualificação é um bem do operário, que custou sacrifícios, (justamente porque há uma educação classista) que deve ser defendida e deve ser retribuída pelos patrões. Certamente o sistema das categorias deve ser transformado, não destruindo, porém, aquilo que existe, pois assim aumentaria o poder do patrão, que pode intervir com salário não declarado, a sua discricção, isolando alguns grupos de operários e acabando para dividir os trabalhadores que nós queríamos unir⁵⁷.

Os CUB são uma expressão deste contexto, nascem do mal-estar pelo andamento das negociações dos contratos coletivos e pela conduta sindical. Contudo, o conteúdo das reivindicações, a forma e os métodos de expressá-lo – fora das organizações tradicionais – transcendem o plano sindical, assumem um caráter político. Não se lutava apenas para os aumentos salariais, mas se colocava em discussão a organização do trabalho nas fábricas. Os operários descobrem a assembleia, tomam a palavra diretamente, não querem intermediações, discutem dos objetivos em comum. Organizam grupos de estudo para analisar e compreender a organização do trabalho na fábrica. Não nascem em contraposição ao sindicato (muitos entre os militantes dos CUB são sindicalistas), mas ultrapassam o seu papel e as suas funções, são expressão da autonomia operária.

O nascimento de um organismo como o CUB é a demonstração e o sinal de que as lutas iniciadas em 1968 como batalha sindical, assumem logo um caráter político, o que se torna evidente em 1969. A prática, e sucessivamente a elaboração teórica do CUB Pirelli, o primeiro a nascer em Milão, ressoa nas ruas de Turim em julho de 1969, na revolta de Corso Traiano, um marco na história do biênio vermelho, das lutas na FIAT e

⁵⁶ Linee di iniziativa sindacale sulla qualificazione dei lavoratori nell'industria metalmeccanica, 1968, cit. em **Sinistra Proletaria**, n. 1, p. 15.

⁵⁷ UGOLINI, Bruno, Trentin: Andiamo al più grande scontro di classe, L'Unità, 13 de maio de 1969, p. 4

da autonomia operária, com o seu slogan erguido nas barricadas e que se tornou símbolo do espírito da época: *Cosa vogliamo? Vogliamo tutto*⁵⁸.

3. O CUB Pirelli

Em 1968 Pirelli representa, junto com a Fiat, e talvez mais do que a Fiat, a empresa multinacional com a maior capacidade e poder de condicionar a política econômica e financeira italiana. A pequena fábrica que nasceu em 1872 empregando 40 operários e 5 funcionários, tornou-se rapidamente um império através da exploração das plantações de caucho na Malásia. Em 1968 empregava em conjunto 66000 operários na Itália e 32000 no exterior, em 13 países, dominando não apenas na produção de artigos naturais e sintéticos derivados da borracha, sendo os pneus os principais, mas sobretudo na produção de cabos elétricos (na década de Sessenta forneceu cabos submarinos para o transporte de energia elétrica por exemplo à Grécia e à Malásia, e aos EUA para a ilha de Long Island)⁵⁹.

Em março de 1968, na fábrica Pirelli, trabalhadores de diversas orientações políticas, sindicalizados e não, contestam o contrato nacional dos trabalhadores da borracha fechado entre sindicatos e empresários. Ficavam excluídos do acordo as questões relativas aos ritmos de produção, ao regime de produção por peça, à questão da nocividade do trabalho, além de não contemplar um aumento salarial. Além disto, segundo as novas regras, a cota da inscrição sindical passava a ser descontada na folha de

⁵⁸ *O que queremos? Nós queremos tudo*. O slogan é também o título de um famoso livro de Nanni Balestrini, publicado em 1971 pela editora Feltrinelli, que conta a história de um jovem do Sul que emigra para o Norte. É a história real de Alfonso Natella, operário FIAT, sucessivamente militante de Potere Operaio. Em Turim entra em contato com a fábrica, com a FIAT, com os sindicalistas, um aprendizado que desenvolve nele a rejeição ao trabalho. Em breve está envolvido com outros milhares de operários e estudantes nas lutas de julho de 1969 que culminam com os enfrentamentos de corso Traiano, de fato o início simbólico do Outono quente. “Companheiros, rejeitemos o trabalho. Queremos todo o poder, toda a riqueza. Será uma longa luta de anos com sucessos e insucessos com derrotas e avançadas. Mas esta é a luta que nós devemos iniciar agora uma luta profunda dura e violenta. Devemos lutar para que não haja mais trabalho. Devemos lutar para a destruição violenta do capital. Devemos lutar contra um Estado fundado sob o trabalho. Digamos Sim à violência operária”, [Compagni rifiutiamo il lavoro. Vogliamo tutto il potere vogliamo tutta la ricchezza. Sarà una lotta lunga di anni con successi e insuccessi con sconfitte e avanzate. Ma questa è la lotta che noi dobbiamo adesso cominciare una lotta a fondo dura e violenta. Dobbiamo lottare perché non ci sia più il lavoro. Dobbiamo lottare per la distruzione violenta del capitale. Dobbiamo lottare contro uno Stato fondato sul lavoro. Diciamo: Sì alla violenza operaia]. BALESTRINI, Nanni, **Vogliamo tutto**. Roma: DeriveApprodi, 2004. Disponível também em <http://www.nannibalestrini.info/libri/narrativa/vogliamo/>

⁵⁹ Cfr. GALIMBERTI, Romolo, L'impero della gomma, *L'Unità*, 29 de setembro de 1969, e <http://www.chicago86.org/archivio-storico/lotte-operaie-anni-60-70/miscellanea-lotte-operaie/172-comitato-unitario-di-base-della-pirelli.html?showall=1>

pagamento, o que permitia a empresa ter controle sobre os trabalhadores sindicalizados. Estes trabalhadores dão vida ao primeiro CUB.

Em um documento redigido em junho de 1968 explicam as razões que originam o seu nascimento. Em quatro pontos os operários identificavam as questões centrais para o projeto de reorganização capitalística em curso, que se refletiam no tipo e nas modalidades de acordos resultantes do contrato: aumentos salariais inferiores ao custo de vida ou desproporcionados em relação ao aumento da produtividade, necessários para permitir uma recuperação dos custos capitalistas; aumento intensivo da exploração do trabalho, através da aceleração dos ritmos e da inovação tecnológica; freio às lutas ou inserção dentro dos parâmetros contratuais, e portanto lutas programadas e controladas pelas empresas⁶⁰; cooptação dos sindicatos dentro deste plano, para neutralizar inclusive as lutas sindicais, tornando os sindicatos simples administradores da contratação.

O documento prossegue explicando que o CUB não se coloca como estrutura alternativa ao sindicato, tampouco nasce para criticar ou corrigir a linha sindical, pois põe questões alheias à lógica sindical. Ao descrever o método de trabalho, o documento explica que

A análise da exploração na fábrica é a base do discurso político do comitê. Trata-se de mostrar que os elementos apresentados como componentes essenciais e inevitáveis do trabalho, tais como os ritmos, o marcador de tempo, os ambientes nocivos, etc., nada mais são do que elementos da exploração. Exploração não é apenas uma palavra, mas uma realidade que o operário experimenta em fábrica em formas muito precisas. Por isto, o CUB inicia sempre da análise da concreta condição operária para ir além da simples expressão de mal-estar e para chegar à luta frontal contra a exploração e suas causas. [...] A luta do CUB é uma luta para o “poder operário”. O ataque ao patrão deve ser geral, deve e também pode atravessar diversos momentos: as contradições do plano patronal só eclodem quando o operário compreende que cada sua necessidade econômica é apenas um momento de uma defraudação mais geral e que suas

⁶⁰ “por exemplo, a duração trienal dos contratos, ou seja, por três anos os patrões pretendem não ter lutas, pelo menos a nível geral, e sobre objetivos fundamentais. As lutas e as contratações de empresa dever-se-iam desenvolver dentro da lógica dos contratos e respeitando seu conteúdo (ainda que os operários não aceitem) Isto quer dizer, para os empresários, estabilidade produtiva, controle econômico e político e redução dos custos (...) isto quer dizer, para os operários, que não podem contestar a exploração, mas apenas regulamentar a forma em que acontece”. **Lotta della classe operaia alla Pirelli di Milano a cura de Comitato Unitario di Base della Pirelli + 17 documenti e volantini del CUB Pirelli -1968/69**, in <http://www.chicago86.org/archivio-storico/lotte-operaie-anni-60-70/miscellanea-lotte-operaie/172-comitato-unitario-di-base-della-pirelli.html?showall=1> [Ciò è dimostrato ad esempio dal limite triennale dei contratti, per cui nei tre anni i padroni contano di non avere lotte, almeno su scala generale e con obiettivi di fondo. Infatti le lotte e le contrattazioni aziendali si devono svolgere all'interno della logica dei contratti e rispettandone il contenuto (anche qualora gli operai non lo accettassero). Questo significa, per i padroni, una stabilità produttiva, un controllo economico e politico ed una riduzione di costi – gli scioperi costano anche ai padroni! – ; questo significa, per gli operai, non poter contestare affatto lo sfruttamento ma semplicemente regolamentare il modo in cui avviene]

necessidades econômicas só podem ser satisfeitas através de uma luta geral para a tomada do poder⁶¹

O CUB estabelece também uma relação com os estudantes em um plano de igualdade, garantindo a função política de análise e de decisão, ou seja, rejeitando a tendência de atribuir ao estudante (que muitas vezes é também um trabalhador) um papel subordinado, ou, ao contrário, mantendo uma divisão entre movimento estudantil e movimento operário. Se a análise política e a fase de decisão são elaboradas em conjunto, no momento sucessivo ocorre uma divisão das tarefas que, por uma questão prática, vê os estudantes empenhados mais no plano organizativo, dispondo de um tempo mais flexível, enquanto os operários, que vivem a realidade interna da fábrica, têm mais instrumentos para avançar propostas concretas. É importante realçar a presença estudantil e a troca permanente entre estudantes e operários que acaba transformando e dando nova conotação a ambos os sujeitos. Isto desmente as sucessivas leituras que foram dadas sobre o biênio 1968-69 distinguindo entre o ano dos estudantes – o ano da festa, da revolta positiva do movimento – e o ano dos operários, e tratando os dois fenômenos de forma disjunta.

A identificação dos principais problemas leva o CUB a formular sua plataforma de luta: abolição do trabalho por peça, considerado como uma das formas mais coercitivas de exploração, queria dizer ritmo de trabalho decidido pela empresa; redução do horário de trabalho; aumentos salariais e salário não vinculado à produtividade; abolição das categorias, e luta contra a repressão em fábrica. Estão presentes todos os elementos que configuram as lutas dos anos sucessivos em todo o País. Paradas concordadas entre operários e não comunicadas aos sindicatos, rejeição dos ritmos impostos pela fábrica, democracia direta e gestão da luta, interrupção do trabalho para realizar assembleias, ações ilegais que se revelam determinantes para deslocar a relação de forças a favor da classe operária.

Neste sentido, a experiência do CUB Pirelli representou um exemplo para a expressão da autonomia operária, mas teve também algumas peculiaridades, por exemplo, não foi

⁶¹ Idem [La lotta che il CUB intende sostenere è una lotta per il "potere operaio". L'attacco al padrone se deve essere generale, deve anche e può passare per vari momenti: le contraddizioni del piano padronale scoppiano solo quando l'operaio comprende che ogni suo bisogno economico è soltanto un momento di una defraudazione più generale e che i suoi bisogni economici possono trovare soddisfazione attraverso una lotta generale per la presa del potere]

hegemonizado, como acontece com outros CUB pelos grupos da esquerda revolucionária ou extraparlamentar.

O CUB Pirelli é também o lugar onde se encontram pela primeira vez alguns dos militantes que em seguida fundam as BR. Mario Moretti, entre os fundadores e um dos principais dirigentes, em 1969 é um técnico da Sit-Siemens, e participa das lutas no Grupo de estudo Sit-Siemens, sua primeira experiência política. Uma novidade absoluta destes anos é a integração da luta entre técnicos e operários.

Na Sit-Siemens da época [1969], de seis mil empregados, 2500 são técnicos. O processo produtivo no sistema avançado produziu um deslizamento da figura do técnico, de um papel profissional qualificado a um papel serial. Em termos de composição social queria dizer uma rapidíssima proletarianização dos técnicos. Em termos políticos queria dizer um radical deslocamento de uma posição de tradicional aliado do patrão – os “empregados” gozavam de algum privilégio a mais que os operários – a uma identificação cada vez mais marcada com os operários produtivos. Essencialmente engrossam as fileiras do enorme exército do operário massa. A novidade está no fato de que nestes anos tomam consciência disto pela primeira vez, deixam de serem passivos e desconfiantes das lutas e assumem comportamentos coletivos antes alheios. E se organizam, fora dos sindicatos: empregados/técnicos e sindicatos são desde sempre reciprocamente estranhos⁶²

As lutas se espalham em todas as fábricas, e o CUB Pirelli é o que mais chama a atenção porque expressa, em fim de 1968, a máxima intensidade de luta operária, isto muda a história, não é casual que os militantes BR se encontrem neste contexto.

O CUB não é um partido, tem uma estrutura informal, pouca propensão às regras, nascido para dar uma resposta a uma urgente necessidade histórico-política, encontrar-se, pensar, organizar uma luta. Alguns camaradas têm mais experiência, mas isto é pouco importante, o comitê não é produto da ideologia, mas da prática social. Nasce porque tem força para nascer, e tem êxito porque responde a uma necessidade. Pode esgotar-se rapidamente ou durar, mas é uma das formas de democracia direta mais eficazes que se pode imaginar. Partidos, sindicatos, qualquer outra estrutura preexistente não consegue dominá-lo. O CUB agrega porque é autônomo, mobiliza porque há uma identificação direta. Não é suficiente, claro, logo será evidente, porém, ao nascer tem força detonante. Era realmente unitário. É só pensar na diversidade de siglas sindicais, dos partidos de esquerda, toda a história do movimento operário está marcada por divisões, cisões, agregações que respondem a interesses de grupos particulares. Aqui só domina o interesse da classe operária: discussões, propostas, iniciativas têm este ponto de referência imprescindível. É como a força de gravidade, é o que impõe o baricentro de qualquer objeto. Um organismo de base: eis o problema. Para todas as burocracias, até as melhores, um órgão que nasce “de baixo” sempre será um problema. Sai dos esquemas, cheira anarquia, fala uma linguagem não codificada, escolhe seus dirigentes e segue seus líderes naturais, sempre vai para além de compromissos e liquidações. É difícil de lidar com ele. E de fato não se deixa agarrar. Serão obrigados a segui-lo o tempo todo. A Pirelli, que expressa as lutas operárias mais avançadas em Milão, tem no

⁶² MORETTI, Mario, entrevista, julho de 2016.

CUB o seu máximo ponto de referência político. Acontece assim em quase todas as fábricas de Milão e não só. Cada uma expressa um CUB, um Grupo de estudo, uma Assembleia autônoma, ou qualquer outro organismo com que a classe operária expressa sua própria autonomia. As BR nascem neste contexto, ainda que não se trate de uma passagem automática. As primeiras ações BR acontecem nesta fábrica, neste contexto, e têm sua referência nesta classe. Havia uma forma de luta particularmente eficaz, o piquete, que na época não era uma forma de luta legal. A Pirelli estava completamente parada, parecia que os operários estivessem ganhando esta luta. Até chegarem os pneus que a multinacional produzia na Espanha. Isto é, não se produz mais na Itália, mas na Espanha. É o início do processo de reestruturação do capital. Nós percebemos este processo, as BR nascem assim. A questão é como podemos vencer? Contra este movimento eclodem seis bombas. Inicia um confronto violento entre o Estado, os empresários, e do outro lado o movimento, a questão é como podemos vencer?⁶³

5. A revolta de Corso Traiano

Turim e a FIAT representam na história italiana a imagem de modernidade, ponto de força do desenvolvimento industrial e da economia italiana. Esta imagem de modernidade chocava-se, porém, com as condições de trabalho que emergiam dos relatos dos operários, e que chamam à memória a condição operária narrada por Dickens. Era, nas palavras de Adriano Sofri, líder na época de *Potere Operaio* e entre os participantes das greves de 1969, “um verdadeiro monstro de concentração operária, uma cidade cercada, com os guardas, um verdadeiro enorme cárcere operário, ao mesmo tempo mito e frustração de todos que acreditavam na classe operária”⁶⁴. A direção aumentara sensivelmente os ritmos de produção. Entre 1966 e 1969 contrata milhares de jovens operários⁶⁵. Enrico Auteri, na época dirigente da FIAT, em uma entrevista, afirmou que neste período ocorreram diversos “focos de conflito”. Lembra de como os operários que trabalhavam no departamento de envernizamento ficavam com as mãos inchadas e os dedos queimados. Por causa do aumento do ciclo produtivo eles deviam trabalhar as carroçarias logo que saíam do forno, sem que houvesse o tempo para resfriar. “Estávamos para além dos níveis de saturação previstos e o sistema estava fora de controle”⁶⁶. A rigidez da linha de montagem e do ciclo de produção representava o ponto débil da empresa. Era suficiente um departamento parar por uma greve para provocar atrasos no inteiro ciclo. Foi o que aconteceu entre abril e maio de 1969. Como no caso da Pirelli, os

⁶³ Idem.

⁶⁴ GRANDI, Aldo, **La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operaio**. Turim: Einaudi, 2003, p. 72

⁶⁵ 15.878 em 1966, 15.930 em 1967, 22.078 em 1968, 27.478 em 1969.

⁶⁶ GIACHETTI Diego, SCAVINO, Marco, **La FIAT in mano agli operai. L'autunno caldo del 1969**. Pisa: Biblioteca Franco Serantini, 1999, p. 16.

trabalhadores contestaram as propostas e o teor das negociações dos sindicatos, e contra as indicações sindicais iniciaram uma luta que durou 50 dias, paralisando todo o ciclo produtivo.

Começamos justamente com as pausas que a FIAT concedia porque sabia qual era o grau de nocividade deste trabalho [o envernizamento], pedindo a redução do tempo de permanência na cabina, parando a cada 45 minutos. Sem necessidade de ficar discutindo, paramos, e logo depois pararam as outras linhas [...] Assim todo o envernizamento parou. Sem necessidade de reuniões: só foi suficiente alguém iniciar para que todos os outros parassem, porque o problema era comum [...]. No meu estabelecimento não havia nenhuma direção externa, não ligávamos com o que dizia o sindicato, quando dizia algo. Entrávamos em greve autonomamente, toda vez que havia um problema, sem muita discussão⁶⁷

Na FIAT também estava em questão a igualdade salarial e a redução do horário de trabalho. Foram 50 dias de greve espontânea (onde foram usadas todas as formas ilegais para parar a produção), de assembleias, das quais participaram o movimento estudantil e os grupos da esquerda extraparlamentar. A assembleia estudantes-operários transformou-se em uma estrutura política permanente, um lugar em que os operários relatavam das lutas que estavam encabeçando em seus estabelecimentos, e da forma em que pensavam desenvolvê-las e organizá-las. Este aspecto é de particular interesse para compreender o contexto que se criou: pela primeira vez na FIAT, os operários tomavam a palavra. Para uma empresa que até então exercia um controle total sobre a classe operária, que através de um sistema de espionagem durante décadas havia controlado e fichado milhares de trabalhadores, expulsado vanguardas sindicais, ameaçado os trabalhadores agitando a demissão, o efeito prático e simbólico era explosivo. A adesão dos operários chegou a ser tão forte que as formas de repressão tradicionais (multas, suspensões, demissões) tinham um impacto diverso do passado; assumiam imediatamente uma conotação política, e como tais eram enfrentadas, mudando a correlação de força. A Assembleia estudantes-operários unia todas as vanguardas em Turim, tanto operários como estudantes e grupos da esquerda extraparlamentar. As organizações que originaram de *Quaderni Rossi* tiveram um papel importante. O jornal *La Classe*, organizado ao redor de Potere Operaio acompanhou os acontecimentos iniciados em maio. E sobre os eventos destes dias se

⁶⁷ Ibidem, p. 33. [Abbiamo cominciato proprio da quelle pause che la FIAT concedeva perché sapeva qual era il grado di nocività di quel lavoro (si trattava della verniciatura), chiedendo che venisse abbassato il tempo di permanenza in cabina, facendo la pausa ogni tre quarti d'ora. Ci siamo fermati senza bisogno di fare tante discussioni e subito dopo si sono fermati anche quelli delle altre linee (...) Così, tutta la verniciatura era ferma. Senza bisogno di fare riunioni: è bastato che iniziasse qualcuno che, poiché il problema era comune, tutti si erano fermati (...) Nella mia officina non c'era alcuna direzione esterna, non si badava per niente a quel che diceva il sindacato, quando diceva qualcosa. Si scioperava autonomamente, ogni qualvolta c'era un problema, senza troppe *menate*]

consumou a ruptura no interior de Potere Operaio que deu origem a Lotta Continua. A presença estudantil, em particular, permitiu uma abertura e uma conexão com as outras grandes questões que interessavam a luta operária, a mais importante, a questão da moradia, a situação precária nos bairros proletários em que viviam os operários e suas famílias, a necessidade de estender a luta, que tinha objetivos diretamente ligados com a luta na fábrica, fora dos muros da fábrica. A posição da CGIL nesta fase era débil, com poucos filiados, tinha a característica de ser um sindicato “piemontês” em uma fábrica de trabalhadores meridionais e que estava mudando a composição de classe. Uma composição de classe desconhecida aos sindicatos como à própria direção da FIAT. Neste contexto que vê uma minoria de vanguardas operárias conseguirem o apoio da grande massa de trabalhadores, os sindicatos tentaram uma saída para desbloquear a situação, e chegaram a um acordo com a FIAT que acolhia parcialmente as propostas de aumentos salariais na tentativa de excluir os trabalhadores beneficiários dos aumentos da contratação prevista em outono. A greve continuou. Este é o quadro dos eventos que produzem a primeira manifestação operária organizada sem o apoio dos partidos de esquerda e sindicatos, e que culmina com a revolta de piazza Traiano. Em ocasião de uma greve nacional convocada pelos sindicatos que tinha como questão central o problema da moradia e do alto preço dos aluguéis⁶⁸, emerge a proposta de uma manifestação autônoma, paralelamente à manifestação sindical, que desde a fábrica chegasse até o centro da cidade e que, além de evidenciar o laço entre lutas de fábrica e lutas sociais, comunicasse também quanto estava ocorrendo no interior da FIAT, o grau de luta alcançado. A proposta provocou no imediato ceticismo até por parte dos grupos extraparlamentares, mas os operários se mostraram favoráveis. Era algo que tocava diretamente o interesse concreto dos trabalhadores. A manifestação se fez, teve uma adesão inesperada até pelos organizadores, e como previsto teve também muitos momentos de duro confronto com a polícia que porém não surtiu efeito de dispersar os manifestantes. Ao contrário, a repressão acabou engrossando o número de participantes: os confrontos se estenderam aos bairros limítrofes e seus habitantes se juntaram aos operários e aos estudantes. Ao difundir-se da notícia, outros grupos de manifestantes provindos de áreas mais periféricas também se uniram. A manifestação inicial transformou-se em uma batalha travada nas ruas do bairro de Mirafiori. Durante horas,

⁶⁸ Segundo os grupos extraparlamentares tratava-se de uma tentativa por parte dos sindicatos de reconquistar fora da fábrica o prestígio junto aos trabalhadores perdido durante as cinco semanas de greve no interior dela. Cfr. GIACHETTI Diego, SCAVINO, Marco, cit., p. 41 e segg.; GRANDI, Aldo, **La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operaio**. Turim: Einaudi, 2003, p. 78-85

operários, estudantes e moradores, erigiram barricadas e enfrentaram a polícia. “Corso Traiano está completamente tomada pelos manifestantes, começa a escurecer, e se difunde o barulho ritmado das pedras que os manifestantes batem contra o aço dos paus dos postes”⁶⁹. Para os protagonistas foi um momento fundamental em relação aos 50 dias de greve. Em um panfleto do dia seguinte lê-se:

Na fábrica acabou o tempo da chantagem de guardiões e chefes e das fraudes dos sindicatos. Fora da fábrica acabou o tempo do medo da polícia, ou das mentiras dos jornais e dos rádios [...]. Ontem nós aprendemos que podemos ganhar. Certo, não será de um dia para outro, mas através de uma luta longa e contínua⁷⁰,

e no Manifesto nacional da assembleia estudantes-operários de 5 de julho:

A jornada de 3 de julho não é um episódio isolado, ou uma explosão descontrolada de revolta. Ela chega após cinquenta dias de luta na FIAT, luta que envolveu um número enorme de operários, que parou completamente o ciclo produtivo, que marcou o ponto culminante de autonomia política e organizativa até agora alcançado pelas lutas operárias, destruindo toda a capacidade de controle sindical⁷¹

6. *Conquistas e limites do Outono quente*

Pela relevância da FIAT nas questões econômicas e políticas italianas, esta luta que marcava a ausência de partidos e sindicatos, teve um impacto nacional e influenciou as lutas dos meses sucessivos. A abertura das negociações para os novos contratos em outubro vê uma generalização da conflitualidade.

Além de uma generalização dos métodos ilegais de luta, como a sabotagem, os piquetes, ou o bloqueio das mercadorias, as próprias relações autoritárias existentes no interior da fábrica são questionadas. Os episódios nos quais os dirigentes de empresa são assediados pelos operários porque acusados de comportamentos que visam intimidar os trabalhadores se tornam cotidianos nas fábricas. A ruptura da hierarquia, a conquista de liberdades no interior dos estabelecimentos impensáveis até poucos meses antes – e das

⁶⁹ GIACHETTI, Diego, **Il giorno più lungo. La rivolta di Corso Traiano**. Pisa: BFS Edizioni, 1997. [Corso Traiano è completamente in mano ai dimostranti, comincia ad imbrunire e si diffonde il rumore del martellare ritmico delle pietre che i dimostranti battono sull'acciaio dei pali dei lampioni]

⁷⁰ GIACHETTI, Diego, SCAVINO, Marco, o.c., p. 44. [In fabbrica è finito il tempo dei ricatti di guardioni e capi e degli imbrogli dei sindacati. Fuori è finito il tempo della paura della polizia, o delle menzogne dei giornali e della radio (...). Noi abbiamo imparato ieri che possiamo vincere. Non da un giorno all'altro certo, ma con la lotta lunga e continua]

⁷¹ Ibidem, p. 45. [La giornata del 3 luglio non è un episodio isolato, o un'esplosione incontrollata di rivolta. Essa viene dopo cinquanta giorni di lotta alla FIAT, lotta che ha coinvolto un enorme numero di operai, ha bloccato completamente il ciclo produttivo, ha segnato il punto più alto di autonomia politica e organizzativa finora raggiunto dalle lotte operaie distruggendo ogni capacità di controllo sindacale]

reivindicações postas, como por exemplo a redução dos ritmos – se tornam possíveis porque podem contar com a adesão massiva a formas de greve não tradicionais, que põe em crise o fluxo da produção.

É preciso intensificar a luta. Com a greve prolongada nós não produzimos durante algumas horas ou por meia jornada, porém, o patrão não nos paga. É uma luta de resistência onde ganha quem tem mais recursos; neste plano já sabemos que ele é o mais forte. É preciso encontrar formas de luta que prejudiquem a produção... A direção não gosta de algumas formas de luta, e as declara ilegais. O patrão chama de ilegal o que ele não quer e de legal o que lhe convém: assim, a greve, o piquete, a caça aos fura-greves, um vidro quebrado durante um protesto são ilegais (...) O patrão torna legal tudo que é preciso para resguardar seus interesses e privilégios. Contra sua vontade, contra suas leis, devemos impor nossa vontade, contrapor nosso poder”⁷²

As marchas no interior dos estabelecimentos que acompanhavam as greves internas, a prática das “varreduras”, a “caça ao chefe” de departamento ou aos fura-greve foram instrumentos usados visando proteger os grevistas da repressão empresarial, como a romper um exercício despótico do poder.

Em 26 de outubro de 1969, data da abertura do Salão do automóvel em Turim, durante a greve, um grupo de operários assalta o estabelecimento Mirafiori, danificando as linhas de montagem dos modelos 650 e 850, o departamento das carrocerias e a cantina. A FIAT denuncia e demite 122 operários. Anos mais tarde, quando o conflito é concluído, Giovanni Agnelli assim relata o episódio:

O ministro do Trabalho de então [Carlo Donat-Cattin] não fechou a negociação com os metalúrgicos até eu não autorizar, após muitas horas de resistência, a readmissão na fábrica de umas centenas de operários responsáveis pela violência. Lembro que, diante desta chantagem, aceitei a readmissão. A humilhação não foi aceitar, ou sofrer, esta forma de chantagem, mas, de volta a Turim, diante dos dirigentes da produção, comunicar que eu tinha cedido e que eles deveriam readmitir esta centena de operários violentos. Foi o início de dez anos terríveis, de brutalidade e de violência na fábrica, corrigido só depois de três mil dias⁷³

As lutas de 1968-69, as greves, que registraram no ano de 1969 um valor total de 250 milhões de horas, somando todas as categorias em luta, se traduzem na conquista de

⁷² Panfleto distribuído durante as greves de 1969, **Sinistra Proletaria**, p. 11

⁷³ ZAVOLI Sergio, **La notte della Repubblica**. Roma: Ed. L'Unità, 1994, p.36. [Il ministro del Lavoro di allora non conclude la trattativa con i metalmeccanici fino a quando io non acconsentii, dopo parecchie ore di resistenza, a riassumere in fabbrica un centinaio di operai che si erano resi responsabili di violenze. Ricordo che, ricattato da queste condizioni, accettai la riassunzione. E l'umiliazione non fu accettare, o subire, questa forma di ricatto, ma, tornato a Torino e presentatomi ai dirigenti della produzione delle fabbriche, comunicare loro che avevo ceduto e che dovevano riassumere questo centinaio di operai violenti. Quello fu l'inizio di dieci anni disastrosi di brutalità e di violenze in fabbrica, che venne corretto solo dopo più di tremila giorni]

aumentos salariais iguais para todas as categorias e no Estatuto dos Trabalhadores (maio 1970). Trata-se de uma das conquistas mais importante alcançadas pelo movimento operário. O Estatuto dá o sentido e mede o quadro das relações de força que este confronto expressou. Resultado de uma prática coletiva de conflito de classes que muda e desloca as relações de força. O artigo 18 do Estatuto, por exemplo, que defendia o trabalhador contra a demissão sem justa causa e readmissão do trabalhador ilegitimamente demitido, era apenas a ratificação da impossibilidade, no interior das fábricas, naquele momento, de demitir por motivos políticos ou sindicais sem provocar protestos, os quais trariam prejuízos ainda maiores para a empresa. A prática comum das empresas de demitir por motivos políticos e sindicais – que caracterizou a inteira década de Cinquenta e Sessenta – foi antes impossibilitada no campo, e depois sancionada por lei. Mutações, pela prática do conflito, das relações de força.

Paola Besuschio, militante BR desde a fundação, empregada em 1970 na Sit-Siemens, aponta a enormidade representada pela questão da readmissão dos trabalhadores demitidos:

Era um fato nunca acontecido antes. Imagina o que significava para um patrão readmitir um trabalhador mandado embora. Havia greve para que os demitidos fossem readmitidos. É uma ruptura incrível, e é a humilhação do poder do patrão. Teve o caso de um trabalhador, uma vanguarda operária, militante de LC. Representava um ponto de referência, era areia para os olhos para o sindicato porque era considerado um “extremista”. Foi demitido porque após uma discussão com um dirigente foi enviado para o departamento destinado aos trabalhadores mais duros como “punição”, o estabelecimento onde se fazia cromagem, local de altíssima nocividade, e aí ele resolveu pendurar o dirigente na linha que, se não parar a cadeia de montagem, iria para a cromação. Foi mandado embora. Nós o fizemos readmitir⁷⁴.

Um movimento deste tipo acabava colocando a questão do poder, porque contestava fundamentalmente a lógica capitalista e a organização da produção. A este propósito afirma Moretti

Estava em discussão a organização da produção capitalista, o papel subordinado da força-trabalho, a estrutura de comando que a mantinha, as modalidades e o fluxo das decisões. Isto dava medo. Dava medo porque, ainda que embrionariamente, manifestava-se um princípio de organização. Existe uma ligação muito forte entre a “varredura” dos departamentos – quando os operários durante as greves internas da fábrica (outro elemento inédito destes anos) pegavam dirigentes e chefes dos seus escritórios, e os jogavam literalmente fora dos seus locais de trabalho (“aqui vocês não mandam mais” dizem) – e as primeiras ações das BR. As BR pegam um dirigente da Siemens como Macchiarini, ou o chefe do pessoal da Alfa Romeo como Mincuzzi, ou

⁷⁴ BESUSCHIO, Paola, entrevista, maio de 2016.

da Ansaldo de Genova como Casabona, lhe contestam todas as más ações feitas (consistia nisto aquele horrível termo “processar”) e lhe dizem que daqui para frente, explorar impondo ritmos de trabalho, marginalizar, demitir não será mais de graça, terá um custo para eles também. Forçamos um limite, será preciso encontrar mediações, mas ultrapassamos a negociação, é embate de poder. Lembro de Mincuzzi, o chefe do pessoal da Alfa Romeo que, face às acusações que lhe atribuíamos durante o rude bate papo (melhor do que o equívoco “interrogatório”) ao qual foi submetido – armas à mão – sobre os ritmos de trabalho, a “redução dos despedimentos” pelos quais era o responsável, ele dizia: “Por que vocês não vieram falar comigo no meu escritório? Discuto continuamente disto com os sindicatos, sou apenas um funcionário e este é o meu trabalho, talvez nós possamos encontrar um compromisso”. Para além da perplexidade de ambos – afinal a situação era nova para todos, também para nós, não acontecia com frequência que os operários falassem com seus patrões sem ter medo – a questão era justamente esta: não pedíamos, mas impúnhamos uma força, não estávamos dentro de um quadro de compatibilidade, mas prefigurávamos uma alteridade de perspectiva. Não mais sujeitos subordinados e, afinal, controláveis, mas autônomos, além do razoável⁷⁵

Neste clima que domina nas principais fábricas italianas, os eventos que aconteceram em dezembro determinaram e aceleraram alguns processos que levaram à formação do primeiro grupo armado. Durante o verão de 1969 atentados a trens, que não produziram vítimas e enfim, o acontecimento que foi divisor de águas: em 12 de dezembro, em Milão, cidade protagonista, junto com Turim, do mais duro confronto de classes, uma bomba eclode no Banco da Agricultura. Faz 17 mortos. Quase contemporaneamente, em Roma, três bombas, colocadas em três pontos centrais da cidade, eclodem, provocando 17 feridos. Termina assim o ano de 1969, ano que registra em absoluto o maior número de horas de greve. Para os protagonistas da época, para a historiografia, é um marco e uma fase de passagem crucial da história italiana. Vários processos foram celebrados, mas ainda hoje não se conhecem os responsáveis do atentado.

Em seu Memorial, Aldo Moro, questionado pelas BR sobre este fato, comentou assim:

A assim chamada estratégia da tensão teve como finalidade, ainda que não conseguiu seu objetivo, de recolocar a Itália no eixo da “normalidade” após os acontecimentos de 1968 e do assim chamado Outono quente. Podemos pressupor que Países associados com nossa política em diversos níveis e portanto interessados a uma determinada orientação, estivessem de alguma forma comprometidos através de seus serviços de inteligência. [...] Apoiavam isto, em geral, os que em nossa história encontram-se periodicamente, ou seja em toda boa ocasião que se apresenta, do lado de quem rejeita novidades desconfortáveis e queria voltar ao antigo. Entre eles, também eleitores e simpatizantes da DC que, de resto, nem sequer pagaram pelo preço não

⁷⁵ MORETTI, Mario, entrevista, julho 2016.

eccessivo da nazionalizzazione elettrica, facendo registrare una rilevante perdita di voti alla DC. E assim ora, non sozinhos, mas certamente com outros, lamentavam a insustentabilidade econômica do Outono quente, a necessidade de recuar na via das reformas e talvez de reprimir no campo político. [Sobre] os graves fatos de piazza Fontana em Milão, que deram início à chamada estratégia da tensão [...] eu, pessoal e intuitivamente, nunca duvidei, e continuei pensando (e manifestando) pelo menos como sólida hipótese, que este e outros fatos que iam desenvolvendo, fossem de clara matriz de direita e tivessem o objetivo de desencadear uma ofensiva de terror indiscriminado (esta é exatamente a característica da reação de direita), com o fim de arrestar determinados desenvolvimentos políticos que se tornaram evidentes a partir do Outono quente, e de reconduzir as coisas, através do medo, a uma gestão moderada do poder⁷⁶

Lendo a imprensa da esquerda extraparlamentar, o significado político foi claro para todos e pesou no processo de formação das primeiras organizações armadas. Para os grupos da esquerda extraparlamentar e revolucionária, desde os primeiros momentos, foi considerado um ataque praticado pelas classes dominantes contra o movimento. Franco Piperno, líder de PO, declarou de imediato, durante uma assembleia em curso na faculdade de matemática da universidade de Milão, que se tratava da “resposta do Estado às lutas operárias e que representava a tentativa de deslocamento do conflito fora das fábricas. O estado não se manifestava através do controle social do território, mas através de um ato de terror”⁷⁷. A resposta do Estado às demandas de mudança política, às lutas radicais chega como uma declaração de guerra. Se nos últimos meses de 1969 a perspectiva de uma saída revolucionária e da tomada do poder já estava posta, esta nova situação acelerava os tempos. Uma parte do movimento interpretou os atentados como o anúncio de um iminente golpe de estado. Foi o caso do editor Gian Giacomo Feltrinelli, fundador dos GAP (Gruppo di Azione Partigiana), o primeiro grupo armado a nascer.

⁷⁶ MORO, Aldo, **Memoriale. II tema - La cosiddetta strategia della tensione e la strage di Piazza Fontana**. Commissione Moro, 126 e 161; Commissione stragi, II 256-257; Numerazione tematica assente; II, 384-391; Numerazione tematica 2. [La c.d. strategia della tensione ebbe la finalità, anche se fortunatamente non conseguì il suo obiettivo, di rimettere l'Italia nei binari della “normalità” dopo le vicende del '68 ed il cosiddetto autunno caldo. Si può presumere che Paesi associati a vario titolo alla nostra politica e quindi interessati a un certo indirizzo vi fossero in qualche modo impegnati attraverso i loro servizi d'informazioni. (...) Fattori ne erano in generale coloro che nella nostra storia si trovano periodicamente, e cioè ad ogni buona occasione che si presenti, dalla parte di [chi] respinge le novità scomode e vorrebbe tornare all'antico. Tra essi erano anche elettori e simpatizzanti della D.C., che, del resto, non erano nemmeno riusciti a pagare il prezzo non eccessivo della nazionalizzazione elettrica, senza far registrare alla D.C. una rilevante perdita di voti. E così ora, non soli, ma certo con altri, lamentavano l'insostenibilità economica dell'autunno caldo, la necessità di arretrare nella via delle riforme e magari di dare un giro di vite anche sul terreno politico (...). Io però, personalmente ed intuitivamente, non ebbi mai dubbi e continuai a ritenere (e manifestare) almeno come solida ipotesi che questi ed altri fatti che si andavano sgranando fossero di chiara matrice di destra ed avessero l'obiettivo di scatenare un'offensiva di terrore indiscriminato (tale proprio la caratteristica della reazione di destra), allo scopo di bloccare certi sviluppi politici che si erano fatti evidenti a partire dall'autunno caldo e di ricondurre le cose, attraverso il morso della paura, ad una gestione moderata del potere].

⁷⁷ GRANDI Aldo, **La generazione degli anni perduti**. Turim: Einaudi, 2003, p. 112.

Feltrinelli foi o primeiro a entrar em clandestinidade imaginando um iminente golpe. Não foi o único a pressagiar esta possibilidade. O PCI tinha pronto um plano para a saída ao exterior de seus dirigentes. Os grupos da esquerda extraparlamentar, em particular PO e LC criaram seus próprios grupos de segurança armados. Pesaram também, na aceleração da formação de organizações armadas, as investigações policiais no ambiente anarquista e da esquerda, a campanha desencadeada pela grande imprensa nacional contra os movimentos sociais, e os primeiros êxitos processuais. Imediatamente o atentado foi reconhecido e identificado, para todas as organizações da esquerda extraparlamentar, como “strage di Stato” (“massacre de Estado”). Poucas horas depois do atentado a versão oficial apontava os anarquistas como os responsáveis. Os primeiros momentos de investigação levaram à prisão de um anarquista, Pietro Valpreda, que depois de anos de prisão será reconhecido como estranho aos fatos. Outro anarquista, Giuseppe Pinelli, foi morto em circunstâncias nunca esclarecidas, enquanto se encontrava sob custódia em uma delegacia por um interrogatório relativo ao atentado⁷⁸. A sua morte ficou sem responsáveis. No veredicto do Juiz Gerardo D’Ambrosio⁷⁹, declarou-se que Pinelli morreu por um “adoecimento ativo”.

Foi apenas o primeiro atentado. Além dos mais tradicionais confrontos com a polícia que acompanhavam todas as manifestações; além da prática consolidada de atirar contra os trabalhadores em greve, acrescentava-se agora a prática dos massacres indiscriminados (*stragismo*)⁸⁰, contra um movimento que expressava instâncias políticas e sociais de mudança, que em suas expressões mais radicais estava pondo em causa a ordem capitalista. Segundo dados do Ministério do Interior, dados questionados em parlamento porque considerados exíguos, só no último quadrimestre de 1969 foram denunciadas 8396 pessoas por 14.063 reatos (lesões à pessoas, devastação e saqueio, sequestro de pessoa, violência privada, interrupção da rede ferroviária e viária, atentados à segurança dos transportes, invasão de empresas, terrenos e edifícios, interrupção de

⁷⁸ Giuseppe Pinelli morreu precipitando pela janela da delegacia, quando já estava há mais de 48 horas detido para interrogatório, isto é, além dos limites previstos pela lei. A versão inicial da polícia foi que ele se suicidou por ter sido descoberto como responsável do atentado, em seguida, acrescentou-se que ele não estava passando bem, ficou por perto da janela e acabou precipitando. Estas versões deixavam emergir diversas contradições na reconstrução dos acontecimentos e foram contestadas. Foi realizada uma detalhada contra-investigação realizada pelo movimento, que provava a tese do homicídio e do direto envolvimento do delegado Luigi Calabresi. No processo foram absolvidos o delegado Luigi Calabresi e todos os policiais presentes.

⁷⁹ O juiz será também, em 1992, um dos integrantes da equipe Mãos Limpas

⁸⁰ O termo *stragismo* é comumente usado para indicar os atentados com bombas em locais públicos, de 1969 até 1980. Para tais atentados foram celebrados inúmeros processos, sem, contudo, chegar a uma clara identificação dos responsáveis.

serviços públicos)⁸¹. Em 1968, 2700 estudantes foram denunciados; entre 1969 e início de 1970, 746 sindicalistas presos e 13.900 denunciados. Em 1971 é a vez de muitos expoentes da esquerda extraparlamentar, em particular das duas maiores formações, *Lotta Continua* e *Potere Operaio* (72 presos e 370 denunciados)⁸². É preciso observar, entretanto, que o fenômeno do “*stragismo*” – e também as formas mais exacerbadas de repressão – não foram um elemento que por si só explicam o nascimento de formações armadas. Isto possa talvez ser considerado como fator central para uma formação como os GAP, que não surge das lutas de fábrica e que enxerga a guerrilha como luta defensiva. O mesmo não se pode afirmar para as BR que, ao contrário, nascem em um contexto de luta de classes nas fábricas onde está posta a questão do poder, e a estratégia da luta armada em sentido ofensivo para a conquista do poder.

As movimentações sociais de 1968-69 provocam uma crise política, são o fator de desordem dentro de um sistema de poder que já estava em crise. E sobretudo chegam inesperadas, pegando de surpresa partidos, sindicatos e empresariado. As demandas de mudança chocavam-se com um sistema político que refletia ainda o mundo e a realidade do período pós-guerra: a tentativa de inovar e dinamizar com a experiência dos governos de centro-esquerda promovidos no início da década por Aldo Moro, não conseguiram alcançar as metas prefixadas, isto é, um programa de reformas estruturais que deveriam, aproveitando do boom econômico, intervir sobre os desequilíbrios sociais e econômicos criados pelo processo de modernização capitalista. A experiência de centro-esquerda se esgotou de fato em meados da década de 60, conseguindo a nacionalização da indústria da energia elétrica e uma reforma parcial do sistema de ensino – reforma parcial, mas que se revelou determinante para os desdobramentos político-sociais sucessivos. O programa de urbanização não chegou a ser iniciado, provocando um fenômeno de especulação imobiliária e de devastação do meio ambiente que se torna mais profundo na década de Setenta, assim como o plano previsto de desenvolvimento de habitação social que ficou aquém do programado. E no clima de lutas sociais esta será uma das frentes que eclode com mais força. O principal partido de oposição, o PCI, estava de fato inserido nestas dinâmicas: o planejamento democrático não contestava as bases e os princípios postos pelos governos de centro-esquerda, apenas colocava a questão da participação dos

⁸¹ SANTOSUOSSO, Amedeo, COLAO, Floriana, **Politici e amnistia. Tecniche di rinuncia alla pena per i reati politici dall'unità ad oggi**. Verona: Giorgio Bertani Editore, 1986, p. 91.

⁸² Cfr. GIACHETTI, Diego, *L'aerea della rivoluzione nell'Italia degli anni Settanta*, disponível em <http://sinistraanticapitalista.files.wordpress.com/2013/11/larea-della-rivoluzione-nellitalia-degli-anni-settanta.pdf> (consultado em janeiro de 2015).

comunistas. Apesar de ser pego de surpresa, o PCI foi o partido que beneficiou em termos eleitorais do novo quadro, pelo fato de representar historicamente a oposição ao principal partido, a DC. O mundo empresarial também ficou surpreendido: Giovanni Agnelli acusava os sindicatos de incapacidade em transmitir a nova filosofia da empresa. A ideia de um pacto entre produtores, isto é, um pacto entre capital e trabalho, surge neste período, encontrando o favor do PCI. Em sua intervenção durante o Colóquio “*Europa e Programmazione*” indicava favoravelmente a “superação das ideologias e a instauração de um modelo de vida socio-produtivo possibilitado pela participação e adaptação do sistema político às necessidades da empresa”. A questão da superação do conflito a favor de uma colaboração entre capital e trabalho, no quadro de um redimensionamento da democracia, será a questão central posta formalmente pela Trilateral – o empresariado ligado às multinacionais – logo após a crise de 1973. As centrais sindicais representam a única força que, sob a pressão da classe operária e para não serem atropeladas, se adequam atuando uma reforma de suas estruturas, começando pela assunção e incorporação de algumas das reivindicações postas pela classe operária. O que podemos observar é que não foi a presença dos grupos de militantes das formações da esquerda revolucionária a determinar a radicalidade do conflito que inicia com o Outono quente, mas as próprias condições determinadas pela organização fordista de trabalho que objetivou estas formas de luta. A autonomia operária é uma prática antes de ser teorizada.

A história política dos futuros militantes BR se inscreve neste fluxo de acontecimentos que se subseguem aceleradamente. Os brigadistas antes do nascimento das BR militam nas fábricas, são vanguardas sindicais ou simples filiados a sindicatos e partidos da esquerda. Outros iniciam a militância nas formações da esquerda extraparlamentar, ou no movimento estudantil. Ao ingressar na organização, cada um dele é conhecido no movimento, é conhecido seu percurso político. Cada um deles expressa uma identidade com o espírito deste determinado tempo e contexto histórico.

O passo que precede a formação das BR é a formação do Coletivo Político Metropolitano (CPM). O encerramento das contratações coletivas, e o resultado conquistado, os atentados e as ações de repressão sobre os militantes da esquerda, são elementos que pesam sobre a questão de como continuar. O CPM nasce em setembro de 1969, na onda das lutas de fábrica. A crise de partidos e sindicatos face a um movimento que não conseguem deter de um lado, a necessidade deste movimento de sair das simples

lutas de reivindicação de outro, torna central a questão da organização. Para os grupos já existentes e para os que nascem para dar uma resposta a este momento do conflito, a possibilidade de uma ruptura revolucionária era concreta, e era necessário encontrar uma forma organizativa que permitisse a expressão da autonomia operária – assim como os conteúdos das lutas de fábrica estavam indicando. Neste contexto encontramos as razões que levam a formação do CPM. É importante ressaltar que se trata de um momento em que nascem diversas formações, muitas das quais têm existência breve, revistas, boletins, folhas de luta. Em setembro de 1969 é publicado o primeiro número de *Potere Operaio*⁸³ e em novembro do mesmo ano o primeiro número de *Lotta Continua*. Os acontecimentos de Corso Traiano, em julho de 1969, produzem a ruptura do grupo que originou a revista *La Classe*, cuja existência durou poucos meses, de maio a agosto de 1969 e que deixou as crônicas mais completas das lutas que originam o Outono quente.

O primeiro número da revista *Sinistra Proletaria*, organizada pelo CPM⁸⁴, explica as razões do nascimento do coletivo, promovido pelo CUB Pirelli, pelos GdS Siemens e IBM, por coletivos de estudantes-trabalhadores, operários da Magneti Marelli e Alfa Romeo. Os artigos contidos relatam das lutas travadas entre 1968 e 1969 nestas fábricas de Milão. O número abre com a declaração de Mao Zedong de maio de 1970, retomada no editorial da revista: a década que está para iniciar mostra diversas áreas de conflito em diversas áreas do mundo, desde as metrópoles ocidentais, lugares do capitalismo mais avançado, até aos territórios colonizados, onde os povos se rebelam, resistem e ganham contra o imperialismo americano, tigre de papel. A “tempestade revolucionária” não está mais confinada em um horizonte indefinido e projetado em um futuro longínquo, mas torna-se algo concreto e próximo. Coloca-se também, prossegue o editorial, na conjuntura econômico-política e militar italiana. A luta do proletariado é luta revolucionária. Não será imediata, mover-se-á em batalhas de ataque e defesa:

Uma crise econômico-política de considerável porte, e que já está em curso, é o que nos espera. Certo, o golpe de Estado aparece ficção científica; não se trata disto, mas de um desbandar que se desenvolve através de fenômenos de recessão, alguma fábrica fechada, aumento do desemprego, ondas de inflação, etc. Portanto, crise política parlamentar, que não exclui uma mobilização e uma tensão geral que só pode deixar

⁸³ Em novembro, o diretor da revista, Franco Tolin, é preso e condenado por instigação dos operários à revolta contra o Estado por causa de uma série de artigos: “Sì alla violenza operaia”.

⁸⁴ O primeiro número tem na capa uma imagem de Lenin. Fazem parte do comitê de redação: Renato Curcio, Gaio Di Silvestro, Marco Fronza, Corrado Simioni, Marty, Alberto Pinotti. Entre os colaboradores do número Alberto Franceschini, Vanni Mulinaris e Duccio Berio. Simioni, Berio e Mulinaris em breve rompem com SP dando vida ao Superclan (abreviação de superclandestino), organização responsável por um único atentado, falimentar, contra a embaixada dos EUA na Grécia em 1970.

emergir a unidade sindical, um salto à frente da inserção orgânica do PCI na gestão do poder e da reestruturação social-capitalista. Em suma, antes do grande abraço, movimento operário burguês e capital avançado precisam fazer um passo atrás, para avançar. Esta crise – que pode alcançar níveis muito agudos – investe profundamente as forças da esquerda proletária, que se encontram face à necessidade e à possibilidade de um salto qualitativo⁸⁵.

Para o Coletivo, as lutas originadas em ocasião das renovações contratuais coletivas, pela dimensão e pelo grau alcançados mostram que as vanguardas operárias precisam de uma forma organizativa para crescer e para condicionar a luta. Esta luta, que ultrapassa as questões sindicais – compelida no interior do âmbito sindical – acaba para perder força e sentido. Os artigos do primeiro número da revista relatam as lutas de 68-69 nas principais fábricas de Milão:

A experiência da Pirelli mostrou que a autonomia operária, se for despojada de uma estratégia e de uma organização capaz de traduzir a luta de classes no plano social, fora da fábrica, está desarmada, está reduzida a deprimente e instrumental desfile sindical. Está maduro o momento para construir uma organização política homogênea, que ultrapasse a intervenção parcial em cada caso particular, e que se coloque em uma área política definida pelas estruturas capitalísticas que tal área determinaram: a metrópole. Nasce assim o Coletivo político metropolitano, como núcleo de atuação no interior desta área capitalística, e como momento correspondente ao processo revolucionário em curso⁸⁶.

Ao centrar a questão sobre os aspectos econômicos e normativos da contratação, como o sindicato faz, gera-se, entre os trabalhadores, um refluxo. De modo que, continua o documento, uma vez alcançados os objetivos, para os trabalhadores há um retorno “natural” para a normalização que a direção pede, voltando ao trabalho e recuperando o atraso produzido pelas mobilizações com a imposição de horas extra. Ao contrário, afirma o documento, a plataforma proposta pelos sindicatos, e que os mesmos haviam abandonado na fase inicial do Outono quente, fora completamente transformada, tanto nos conteúdos como nos métodos, pelas assembleias dos trabalhadores. A negociação, por exemplo, de prática conduzida pela direção sindical, transformara-se em um fato coletivo envolvendo os próprios operários, a reivindicação econômica tornara-se uma arma política contra qualquer tentativa de chantagem. Objetivo dos sindicatos era agora reconduzir os trabalhadores no âmbito das lutas para as reformas sociais, uma forma para inserir-se na estrutura capitalística em chave reformista e readquirir controle sobre a

⁸⁵ Sinistra Proletaria, Milão: Sapere. Jul. 1970, p. 7

⁸⁶ IBM, in ibidem, p. 8

classe operária, isto é, frear o processo de autonomia operária que estava em processo⁸⁷. Contra esta perspectiva era preciso organizar-se.

Ainda, mantendo como central a necessidade de organização, SP faz um balanço crítico da experiência de 1968. Da eclosão do movimento francês, e passando pela experiência italiana e alemã, espontaneidade, empirismo, rejeição a ter representantes – que constituíram a novidade e a força, no momento inicial, do movimento estudantil, e que souberam inserir-se e penetrar nas lutas operárias – se tornaram elementos de debilidade estratégica. O movimento de classes precisava de direção, organização e estratégia, e de uma prática política que unisse estes três elementos

A revolução não é uma festa, o maio é realmente apenas o início do processo revolucionário nas metrópoles. Os elementos que foram a força do movimento de 1968, a espontaneidade, o empirismo, a rejeição a ter representantes, traduziram-se depois em elementos de debilidade estratégica sobre os quais desencadeou-se a recuperação capitalista e revisionista⁸⁸

Ao redor da questão da organização se desenvolve o confronto entre os diversos grupos da esquerda revolucionária. Em fim de 1969, o CPM se reúne por uma convenção em Chiavari. A pauta é como, em quais tempos, organizar formas de lutas adequadas ao quadro geral que se configura após o Outono quente e como enfrentar a ação repressiva do Estado. A luta armada está em pauta. Para restituir o clima da época, é preciso dizer que não se tratou de uma reunião clandestina. A discussão sobre a perspectiva da luta armada não pertencia apenas ao CPM, mas era objeto de debate entre todos os grupos da esquerda revolucionária e extraparlamentar. Potere Operaio discutia em encontros abertos e escrevia em sua imprensa de como organizar uma guerra insurrecional. O mesmo encontramos em Lotta Continua. É importante evidenciar que existia, em segmentos representativos da sociedade, da intelectualidade e da cultura italiana, uma posição de solidariedade e de apoio a estes movimentos, isto é, não se tratava, como foi reconstruído *ex-post*, de posições política e socialmente isoladas. Tratava-se, pelo contrário, de um modo difuso de entender a luta política que encontrava consensos. Particularmente, citamos dois episódios que ocorreram em 1971 e que tiveram ampla eco no período, e que dão a medida da linguagem comumente usada e compartilhada em segmentos muito mais amplos dos que sustentavam (e iniciavam a praticar) a luta armada. Um caso ocorreu em ocasião da denúncia por instigação à violência e do relativo processo contra alguns

⁸⁷ Cfr. Ibidem, p. 9

⁸⁸ Ibidem, *Gli avanguardisti dei ceti medi tra Mao e Berlinguer*, p. 27

militantes de LC, em 1971. Um grupo de personalidades enviou uma carta de protesto ao Procurador da República de Turim lamentando a ação contra os jovens militantes. Na carta podemos ler

Quando os cidadãos acusados por Vossa Excelência afirmam que nesta sociedade o exército é instrumento do capitalismo, meio de repressão das lutas de classes, nós afirmamos o mesmo junto com eles. Quando eles dizem “se for verdade que os patrões são ladros, é justo retomar deles o que eles roubaram”, nós dizemos o mesmo junto com eles. Quando eles gritam “lutas de classes, armemos as massas”, nós gritamos o mesmo junto com eles. Quando eles se comprometem a “combater um dia com as armas em mãos contra o Estado para libertar-se dos patrões e da exploração”, nós nos comprometemos junto com eles⁸⁹.

A carta era assinada, entre outros, por Umberto Eco, Lucio Colletti, Tullio De Mauro, Giulio Carlo Argan, Paolo Portoghesi, Natalia Ginzburg, Cesare Zavattini, Paolo Mieli, Alberto Samonà, Tinto Brass, Pasquale Squitieri.

Poucos meses antes, a revista semanal *L'Espresso* publicara a *Carta aberta* sobre o caso Calabresi, o delegado de polícia envolvido na morte, ocorrida nos locais da delegacia, do anarquista Giuseppe Pinelli em 1969 no âmbito das investigações sobre os atentados de Piazza Fontana de 12 de dezembro. Em relação ao processo que se concluiu com a absolvição dos investigados, os promotores da carta acusavam

O processo que deveria esclarecer a morte de Giuseppe Pinelli, parou perante o caixão do ferroviário assassinado sem culpa. Quem carrega a responsabilidade da sua morte, Luigi Calabresi, encontrou na lei a possibilidade de interpelar seu juiz. Quem devia celebrar o julgamento, Carlo Biotti, poluiu com mesquinhos cálculos movidos por um carreirismo senil. Quem vestiu a toga do patrocínio legal, Michele Lener, escondeu as tramas de uma odiosa coerção. Nossa indignação é de quem vê a confiança na justiça sendo apagada (...) para não abrir mão desta confiança (...) formulamos, por nossa vez, um ato de interpelação. Uma interpelação de consciência – cuja legitimidade não é inferior àquela do direito – contra os delegados torturadores, magistrados perseguidores, juízes indignos⁹⁰.

Assinaram 757 personalidades do mundo da política, da cultura, entre as quais Norberto Bobbio, Pasquale Villari, Paolo Spriano, Primo Levi, Carlo Levi, Umberto Eco, Giulio Einaudi, Ugo Gregoretti, Alberto Moravia, Federico Fellini, Pier Paolo Pasolini, Bernardo Bertolucci, Paolo e Vittorio Taviani, Dario Fo, Franca Rame, Umberto Terracini, Giorgio Amendola, Giancarlo Pajetta.

⁸⁹ A carta é citada em CLEMENTI, Marco. *Storia delle Brigate Rosse*, Roma: Odradek. 2007, p. 32.

⁹⁰ Carta aberta sul caso Calabresi, *L'Espresso*, 13 de junho de 1971

O delegado Luigi Calabresi era identificado pela esquerda, e não só pela esquerda extraparlamentar, como direto responsável pela morte do anarquista. A campanha contra o delegado lançada na época pela imprensa da esquerda extraparlamentar foi particularmente intensa, e produziu uma série de contra-investigações que visavam apontar as responsabilidades das forças de polícia na morte de Pinelli. Calabresi foi assassinado no ano seguinte, em 17 de maio de 1972. Foi o primeiro homicídio político atribuível a grupos de esquerda, mas na época nenhum deles reivindicou a ação⁹¹. Mais tarde, em 1997, baseando-se na delação de Leonardo Marino – ex militante de LC que se auto acusou de ser um dos executores – uma sentença do tribunal atribuiu a ação a LC, condenando Adriano Sofri, Ovidio Bompressi e Giorgio Pietrostefani, na época dos fatos dirigentes da organização extraparlamentar.

⁹¹ “O homicídio político com certeza não é a arma decisiva para a emancipação das massas do domínio capitalista, assim como a ação armada clandestina não é certamente a forma decisiva da luta de classes na fase que estamos atravessando. Contudo, estas considerações não podem absolutamente induzir a deplorar o assassinio de Calabresi, um ato em que os explorados reconhecem a própria vontade de justiça”, *Lotta Continua*, 18 de maio de 1972. [l'omicidio politico non è certo l'arma decisiva per l'emancipazione delle masse dal dominio capitalista, così come l'azione armata clandestina non è certo la forma decisiva della lotta di classe nella fase che noi attraversiamo. Ma queste considerazioni non possono assolutamente indurci a deplorare l'uccisione di Calabresi, un atto in cui gli sfruttati riconoscono la propria volontà di giustizia]. As BR, em 1972 em fase de reconstrução e empenhadas sobretudo em ações de autofinanciamento, consideraram a ação como estrategicamente inadequada, uma represália de tipo justicialista.

Capítulo 3

1. “...degenerou em violência...”

Uma das expressões que se encontram com mais frequência, não apenas na imprensa da década de Setenta, mas sobretudo nos estudos e nas análises da década de Setenta é “degeneração em violência”. Em primeiro lugar, “violência” tornou-se categoria interpretativa, o ângulo privilegiado de estudo da década de Setenta. Em termos historiográficos, trata-se de uma categoria que não explica e não ajuda a compreender. A violência como manifestação de um conflito político e social, está presente na década de Setenta como o esteve antes e depois, portanto não caracteriza, nem tampouco explica o período. Para obviar a tal dificuldade foi acrescentado um adjetivo, “violência política”. Esta categoria foi usada inicialmente, sobretudo em campo sociológico, para obviar à dificuldade do uso de outro termo controverso e igualmente de difícil aplicação em campo historiográfico, terrorismo. Ao observar com atenção o uso e os contextos em que se aplica a categoria “violência” há, porém, em relação ao período examinado, um dado constante que emerge: refere-se à prática de ações ilegais e ações de força atuadas pelas classes subalternas contra as instituições estatais. Portanto a categoria violência, mesmo não afirmando isto em termos explícitos, está associada a uma parte da sociedade, historicamente excluída do exercício do poder. O substantivo degeneração, do latim *degeneratio*, derivado de *genus -neris*, quer dizer “afastamento, desvio das qualidades, sobretudo morais, da própria estirpe, mudar para pior as feições originárias, corromper-se”. É preciso, portanto, compreender o parâmetro dos quais se produziu o afastamento e quem o produziu. De modo que, em relação à década de Setenta, diremos que é degeneração aquilo que se afasta da democracia parlamentar – forma dominante e assumida como máxima expressão de organização política e social – pondo em discussão seus fundamentos; aquilo que se afasta das lutas compatíveis com os parâmetros da economia capitalista.

Observando o debate historiográfico desenvolvido nas décadas sucessivas ao período considerado, podemos compreender a razão da centralidade que assumiu a categoria de “violência” e o significado ideológico que lhe é atribuído. 21 anos separam 1968 de outra data marcante: 1989. O fim de um mundo, de um modo de ser e de pensar o mundo, a política, as relações sociais, assim como se constituíram ao longo do século

XX. A queda do Muro de Berlim, isto é, a crise e a derrota da URSS pelos EUA, a vitória do capital sobre o trabalho, a ideologia do fim da história como narração neoliberal da História, fazem com que a violência exercida em um conflito pelos subalternos não seja prevista a não ser como ação ilegítima, como “degeneração”. A violência se torna central com a mudança de paradigma que acompanha a hegemonia neoliberal. A reconstrução e interpretação do passado dá conta, como evidencia Traverso, da *stimmung* do tempo presente⁹². O fim do século XX e a derrota dos processos revolucionários significam também derrota, no plano ideológico, do conceito de conflito como força motora da História. É suficiente observar e comparar a produção bibliográfica da década de Setenta com aquela dos anos sucessivos: nas universidades e nas escolas estudava-se que a violência era “a parteira da História” e teorizava-se sobre isto, um fenômeno que não interessava, evidentemente, apenas os militantes da esquerda revolucionária. Entre o fim da década de Oitenta e durante a década de Noventa afirma-se e consolida-se o paradigma oposto: o enfoque não é posto mais sobre o legado emancipador dos processos revolucionários, os quais são apresentados como geradores de horrores, de genocídios. O inteiro século XX é o século da violência, e o parâmetro para ler a história é a contraposição entre carnílices e vítimas. Derrotadas as experiências históricas dos estados socialistas, emerge a sociedade pacificada sob o domínio neoliberal. Julgamos necessário deter-nos sobre esta questão porque a leitura hodierna dominante sobre o período histórico que examinamos consolidou-se através de uma operação de progressiva de-contextualização histórica de um conflito político-social e econômico que é central e que dá sentido a todo o período.

Para consolidar tal leitura, foi necessária a metabolização de alguns conceitos. Em primeiro lugar, o horizonte/fronteira que não pode ser questionado sem provocar “degenerações violentas” é a democracia liberal. Em particular sobre a década de Setenta atuou-se uma operação de de-contextualização histórica que manteve como central a narração das singulares ações violentas tirando-lhe a base político-social que as produziu, e junto com ela o sentido que as originou. Nesta perspectiva se insere também a leitura e a interpretação que foi dada *ex-post* pelos protagonistas do vasto movimento que eclodiu em 1968, e que sucessivamente tornaram-se personalidades destacadas do mundo acadêmico, midiático ou político. Como ressalta Isabelle Sommier, sobretudo no caso da

⁹² TRAVERSO, Enzo. Studiare la violenza: Alcune premesse utili. Em FASCE, Ferdinando, Vezzosi, Elisabetta (orgs). **Una storia di violenza. Riflessioni su una categoria controversa**. Roma: Contemporanea, A. IX, n. 3, julho 2006, p. 494-499.

Itália⁹³ e da França, era preciso, e solicitado, condenar e dissociar-se da violência, da degeneração do “chumbo”, o que queria dizer, por outro lado, aceitar o horizonte liberal. Daqui uma leitura que separa instâncias que se consideram positivas do movimento (a necessária modernização, o aprofundamento de processos democráticos para corrigir desigualdades sociais macroscópicas, a denúncia da DC como partido-sistema que produz clientelismo e ‘corrupção’) e a condenação de uma genérica violência e a degeneração que seria representada pela ação de poucos sujeitos marginalizado e isolados pela sociedade. Aquilo que desaparece completamente, atrás da categoria de violência, é o processo de transição de um padrão de acumulação capitalista para outro, isto é, um processo de transição que muda radicalmente o mundo através de um conflito entre classes, entre capital e trabalho. Neste sentido a categoria de violência chega a ser na melhor das hipóteses uma categoria moral, instrumento inutilizável do ponto de vista historiográfico.

Autonomia, organização, classe, partido, conflito capital-trabalho, luta de classes, guerra de classes. São os termos mais recorrentes no material documental da época, pertencem à história do movimento operário, descendem da análise marxista, e o sentido, o contexto histórico nos quais emergem constituem uma tentativa de responder à crise capitalística: um momento de transição e, portanto, abertura de uma crise e potencial superação do capitalismo. Nas reconstruções posteriores apaga-se este contexto, substituindo-o com uma leitura e com um vocabulário que se alimentam do “fim da história”, isto é, a democracia parlamentar e o capitalismo como realização final da humanidade. Lê-se um período em que a noção de conflito era central com categorias que consideram este conceito como “crime”. “Inventa-se” uma tradição democrática e pacífica da classe operária, que corresponde apenas à linha dos partidos presentes no parlamento, mas que não se esgota neles.

Se analisarmos os documentos produzidos pelas principais formações da esquerda extraparlamentar e revolucionária protagonistas do movimento que eclode em 1968, notamos que nem sequer há um debate preocupado em justificar práticas políticas que transcendem a legalidade e que usam a força. Uma vez que se coloca como objetivo a mudança radical da sociedade e o ataque ao poder de estado, põe-se em discussão o monopólio da violência exercido pelo Estado. Como ressalta Isabelle Sommier, a

⁹³ Diversos dirigentes dos movimentos extraparlamentares da época, por exemplo, ocupam atualmente, ou ocuparam nos anos passados, importantes posições no mundo do jornalismo e da política institucional.

ideologia revolucionária legitima o uso da violência em suas diversas expressões, que se trate de violência de massas ou de vanguarda. De resto não são os grupos extraparlamentares ou revolucionários a introduzir ações que transcendem a legalidade. Estes crescem e se formam nas lutas de fábricas da década de Sessenta que são travadas pelos operários, a ruptura da hierarquia, a conquista de liberdades no interior dos estabelecimentos são resultados de ações ilegais, de ações de força, são disputa de relações de poder na fábrica.

A ruptura da legalidade e a criação de conflito social são condição para a obtenção de conquistas sociais, ainda que transitórias: neste sentido, as reformas que foram produzidas durante a década de Setenta nascem de conflitos sociais e políticos, todas têm sido conquistadas através de uma ruptura da legalidade, desde o Estatuto dos trabalhadores, até à lei sobre o aborto. É impossível pensar, por exemplo, nas leis que regulavam os preços do aluguel⁹⁴ ou as tarifas de água, luz e outros serviços básicos calculadas em base ao salário, sem as lutas dos moradores dos bairros proletários: ocupantes ilegais de habitações vazias, de propriedade pública ou privada, iniciaram a praticar, sobretudo após a crise de 1973, as auto-reduções, isto é, cortes nos valores estabelecidos de alugueis e de contas de consumo, em proporção aos salários que recebiam. Tais práticas se generalizaram e não puderam mais ser contidas através de ações de repressão judicial e policial, tiveram que ser reguladas por lei, que ratificava assim uma situação de facto que a dinâmica parlamentar, até então, não conseguia regular (é importante ressaltar que a DC tinha nos representantes do setor imobiliário uma das suas bases eleitorais mais fortes). Estas lutas tiveram um preço alto para os protagonistas, pois tratou-se de um embate que provocou mortos, feridos, anos de prisão. As reformas que não foram realizadas pelos governos de centro-esquerda dos primeiros anos Sessenta – governos que nasceram por esta razão – em tempos de quase ausência de conflitualidade social, foram realizadas por governos talvez mais conservadores, mas sob o impulso de um conflito social acirrado.

A medida que se produzem rupturas no plano da legalidade, mudam as relações de força, pondo em questão o poder. O que ocorreu nas fábricas – uma perda de controle, e de poder, em suas diversas formas (estruturas institucionais, partidos, sindicatos) em uma determinada conjuntura – e depois em amplos segmentos sociais, possibilitou uma prática de contra-poder. O que está em questão, portanto, é a ruptura do monopólio da violência.

⁹⁴ A lei do “equo canone” (justo aluguel)

Característica dominante da década de Setenta na Itália, na crise do fordismo, é a contenda, por parte de um movimento classista e comunista, do exercício do monopólio da violência.

2. *A resposta do Estado*

É necessário considerar o contexto em que a violência, isto é o conflito pelo monopólio da violência, e o discurso sobre a violência se colocava. Diversos estudos ressaltam que a Itália era, apesar de muitos limites e contradições, um país que não rompeu formalmente com as liberdades democráticas, e que por isto a luta armada foi um ataque injustificado contra a democracia e os valores que a sustentavam, em particular, o antifascismo como base da Constituição. Quando se fala de “luta ao terrorismo”, entendendo com isto luta contra as formações armadas⁹⁵, acrescenta-se sempre “em defesa do estado democrático”. A partir desta perspectiva, acrescentada pelo discurso da defesa do antifascismo, o PCI mobilizou os seus militantes. A partir de 1976-77, isto é, com o início dos governos de solidariedade nacional, que ratificam a “não oposição” do PCI ao governo DC liderado por Giulio Andreotti, a Seção Problemas do Estado do PCI encarregou os dirigentes de partido, promovendo seminários de formação específicos, da não fácil tarefa de trabalhar com a base militante para que esta colaborasse com as forças de polícia⁹⁶. Foram realizados seminários sobre a história do PCI para reverter a ideia de que não houve e não há estado autoritário, e sim estado democrático. Algumas gerações de militantes do partido pagaram pessoalmente a violência exercida pelo Estado, que agora se tornava democrático: durante as greves, diariamente nas fábricas e nos outros

⁹⁵ Na realidade entraram na categoria de terrorismo também movimentos que não praticavam a luta armada.

⁹⁶ Em Bolonha, em março de 1977, em seguida a confrontos entre militantes da Autonomia operaia organizzata e serviço de segurança de Comunione e Liberazione (organização dos jovens católicos vinculada à DC), um policial atinge mortalmente com um tiro um militante de LC, Francesco Lorusso. Em uma reunião do PCI sobre a questão juvenil, Cervetti relata o clima entre militantes do partido: “Em Bolonha, conversando com os companheiros e com muitas pessoas presentes à manifestação promovida para responder aos confrontos de 11 de março, as incertezas e as dúvidas entre operários e organizações sindicais eram evidentes. A postura em relação à polícia e sua atuação, era quase um teste definitivo: interrogava-se, sobre a polícia, se ela deve ser considerada órgão e instrumento do Estado democrático ou, ao contrário, até mesmo um inimigo que deve ser derrotado, talvez sem recurso à violência, mas denunciando como corpo estranho ao Estado democrático”, **I comunisti e la questione giovanile, Atti della sessione del Comitato centrale del Pci**, Roma, 14-16 marzo 1977. Intervenção de Cervetti, p. 332. [A Bologna, parlando con i compagni e con molte persone presenti alla manifestazione promossa in risposta agli scontri dell'11 marzo, erano evidenti incertezze e dubbi tra gli operai e nelle organizzazioni sindacali. L'atteggiamento poi da assumere nei confronti della polizia e del suo operato era quasi una cartina di tornasole: ci si chiedeva se la polizia deve essere considerata un organo e uno strumento dello Stato democratico o addirittura un nemico da battere, magari non con la violenza, ma con la denuncia della sua estraneità allo Stato democratico].

lugares de trabalho, perseguidos e demitidos porque filiados ao Partido comunista, como ocorreu durante toda a década de Cinquenta e parte da década de Sessenta. A existência de uma Constituição antifascista que previa amplos direitos e instrumentos legais para defender os trabalhadores contra todas as formas de discriminação política, não impediu tal situação. Ademais, durante décadas ouviram os próprios dirigentes falarem de autoritarismo exercido pelo estado.

Ocorre interrogar-se, porém, sobre o significado de Estado democrático porque ao redor deste conceito, isto é, em nome da defesa do estado democrático, foi construída uma estrutura repressiva que justificará as leis emergenciais que serão implantadas bem antes do eclodir do período definido “anos de chumbo”. Voltando, portanto, às reflexões da época, em 1974 o historiador Claudio Pavone chamava a atenção sobre o fato de que, em razão da continuidade dos aparelhos do estado em relação ao período fascista, o regime democrático mostrava seus limites, não conseguindo arrestar “os venenos autoritários e fascistas [que enfraquecem] os impulsos políticos inovadores e comprometem as tentativas de democracia”⁹⁷

Instituições e aparelhos que parecem adaptar-se a regimes políticos muito diversos entre eles em relação aos valores da democracia, constituem instituições e aparelhos perigosos, que não oferecem alguma garantia democrática, nem sequer em sentido burguês. Entretanto, oferecem muitas garantias ao autoritarismo e ao fascismo, junto com os quais são mais intimamente apropriados, deixando-se conquistar sem muita resistência, quando até não colaborem mesmo ativamente à conquista. [...] A fascistização do aparelho burocrático não foi, como foi escrito, “de fachada”, tampouco os burocratas foram “apenas superficialmente fascistizados”. Este juízo parece esquecer que o fascismo como forma historicamente experimentada de poder burguês, não se esgota com os quadros do partido fascista, mas é um sistema de domínio de classe em que os aparelhos administrativos, tradicionalmente autoritários, têm papel relevante. De fachada deve ser definida, ao contrário, como fracasso da depuração, a democratização pós-resistência⁹⁸.

⁹⁷ PAVONE, Claudio, Sulla continuità dello stato nell'Italia 1943-45. Turim: **Rivista di storia contemporanea**, n. 2, abril 1974, p. 205.

⁹⁸ idem [Istituzioni e apparati che sembrano adattarsi altrettanto bene a regimi politici tanto diversi rispetto ai valori della democrazia sono istituzioni e apparati pericolosi, che non offrono alcuna garanzia democratica, nemmeno in senso borghese, mentre ne offrono molte all'autoritarismo e al fascismo, coi quali più intimamente consonano e dai quali si lasciano senza troppe resistenze conquistare, quando alla conquista non collaborino attivamente, perché giustamente convinti che non saranno essi a pagare le spese di una nuova situazione dalla quale ricaveranno anzi incremento di potere e di prestigio (...) La fascistizzazione dell'apparato burocratico non fu dunque, come è stato scritto, “di parata”, né i burocrati furono “solo superficialmente fascistizzati”: questo giudizio sembra dimenticare che il fascismo, come forma storicamente sperimentata di potere borghese, non si esaurisce nei quadri del partito fascista ma è un sistema di dominio di classe in cui proprio gli apparati amministrativi tradizionalmente autoritari hanno parte rilevante. Di parata va piuttosto definita, come fallimento dell'epurazione, la democratizzazione postresistenziale]. Continuidade com o passado regime significava, por exemplo, que o Procurador da

1974, o ano em que Pavone escreve, é um ano significativo. Entre maio e agosto ocorrem outros dois atentados em que morrem 20 pessoas e mais de cem são gravemente feridas, em seguida à eclosão de bombas nas ruas e nos trens. Em Roma, em um bairro proletário, a defesa de uma ocupação de habitações populares transformou-se em uma batalha de dois dias entre ocupantes, militantes dos grupos de esquerda e polícia, e terminou com a morte de um jovem e diversos feridos. O episódio terá um peso importante na escolha de ingressar nas Br por parte de diversos militantes presentes no embate⁹⁹.

Em 28 de maio, em Brescia, durante uma manifestação promovida pelos sindicatos e pelo comitê antifascista da cidade, uma bomba explode em piazza della Loggia, provocando oito mortos e 102 feridos. Em 4 de agosto uma bomba explode no trem Italicus Roma-Brennero provocando 12 mortos e 48 feridos. Este último atentado é reivindicado por Ordine Nero. Em relação ao atentado de Brescia, só em 2015 um tribunal chegou à identificação – parcial – e condenação dos executores: o neofascista Carlo Maria Maggi, e um funcionário dos serviços de inteligência, Maurizio Tremonte. Na motivação da sentença do tribunal lê-se:

O estudo das atas que compõem o fascículo leva a afirmar que este processo, como outros em matéria de chacinas, é emblemático da obra subterrânea conduzida com pertinácia pelo coacervo de forças das quais falou Vinciguerra [ex membro de Ordine Nuovo, que assumiu a responsabilidade pelo atentado de Peteano em 1968]. Forças que podem ser identificadas em um segmento não irrelevante dos aparelhos de inteligência do Estado, em centrais ocultas de poder que primeiramente encorajaram e depois suportaram o desenvolvimento de projetos eversivos da extrema direita, e que depois desviaram a intervenção da magistratura, tornando de fato impossível a reconstrução da inteira rede de responsabilidade. O resultado foi devastador pela dignidade do Estado e da sua irrenunciável função de preservação das instituições democráticas porque, a distância de 41 anos da chacina, no banco dos réus, só estão um líder de mais de oitenta anos e um não mais jovem informante dos serviços de inteligência, enquanto outros

República de Salò, Luigi Oggioni, se tornou juiz da Corte Constitucional, assim como Carlo Alliney, responsável pela legislação anti-hebraica da República de Salò. Gaetano Azzariti, presidente do Tribunal da Raça, foi promovido a presidente da Corte Constitucional; Vincenzo Eula, juiz que condenou Ferruccio Parri, Sandro Pertini e Carlo Rosselli entre outros, assumiu o cargo de Procurador geral da República. Guido Cortese, chefe do Partido Fascista, responsável pelo massacre de Adis Abeba (em que pela primeira foram vez usados gases venélicos contra civis), foi subsecretário do Ministério das Finanças durante o governo de Mario Scelba (DC) e sucessivamente ministro da Indústria sob o governo de Antonio Segni (DC). Achille Marazza oficial na Eslovénia, cenário de uma operação de limpeza étnica atuada durante a guerra pelo exército de ocupação italiano, foi expoente de primeiro plano da DC e subsecretário do Ministério do Interior na década de Cinquenta. Ou seja, além dos funcionários da administração pública e do exército que ficaram em seus lugares, figuras que ocuparam papéis de primeiro plano no regime fascista, chegaram ou continuaram a ocupar posições de primeiro plano no campo político e da magistratura. Quando nos documentos ou nos panfletos da esquerda há referências ao fascismo e aos fascistas, os termos utilizados indicam justamente esta continuidade.

⁹⁹ Sobre o episódio, veja-se *infra* p. 119-120

imputados, igualmente responsáveis, já há tempo deixaram este mundo, ou este País, pondo uma pedra tumular sobre os demasiados entrelaçamentos que conotaram a criminalidade, inclusive institucional, da época das bombas¹⁰⁰

Sobre o atentado ao trem Italicus, ninguém foi condenado. Além do grupo neofascista que reivindicou a ação, generais dos Carabinieri e funcionários dos serviços de inteligência foram envolvidos nas investigações durante os processos, contudo, as provas foram insuficientes para chegar a uma verdade judiciária.

Os argumentos presentes na sentença de 2015, entretanto, estavam presentes já na época dos fatos. A própria definição de “strage di Stato”, avançada logo depois do atentado de piazza Fontana, sintetizava a leitura dada pelos movimentos sociais e pelas formações da esquerda revolucionária, ou seja, de um Estado expressão de uma classe, que reage contra um movimento que foge ao seu controle. E neste sentido retoma força, contemporaneamente, uma ação de repressão conduzida pela magistratura, cujo objetivo é de mostrar à opinião pública o caráter de marginalidade dos militantes presos e processados, esvaziando a ruptura da legalidade do seu conteúdo político e reduzindo-a no plano da criminalidade comum. O ataque – agora no plano militar – provinha, portanto, na perspectiva das formações revolucionárias, do capital e do Estado, através de seus aparelhos de segurança, e da magistratura.

3. Como organizar a autonomia operária?

Os atentados e a repressão deixavam a percepção de que não havia espaço para mediações, como afirmam quase unanimemente os militantes da época, ainda que com diversas nuances, e funcionam como fator de aceleração no processo de formação dos grupos armados. A este propósito, lembrando do clima de 12 de dezembro de 1969,

¹⁰⁰ Strage di Brescia, i giudici: “Fu la destra eversiva, i servizi appoggiarono Maggi”. Milão: **La Repubblica**, 10 agosto, 2016. Disponível em https://milano.repubblica.it/cronaca/2016/08/10/news/brescia_piazza_della_loggia-145740857/. [Lo studio dello sterminato numero di atti che compongono il fascicolo porta ad affermare che anche questo processo, come altri in materia di stragi, è emblematico dell'opera sotterranea portata avanti con pervicacia da quel coacervo di forze di cui ha parlato Vinciguerra (ex ordinovista che si è assunto la responsabilità della strage di Peteano ndr). Forse individuabili con certezza in una parte non irrilevante degli apparati di sicurezza della Stato, nelle centrali occulte di potere che hanno prima incoraggiato e supportato lo sviluppo dei progetti eversivi della destra estrema e hanno sviato poi, l'intervento della magistratura, di fatto rendendo impossibile la ricostruzione dell'intera rete di responsabilità". Il risultato è stato devastante per la dignità stessa dello Stato e della sua irrinunciabile funzione di tutela delle istituzioni democratiche, visto che sono solo un leader ultra ottantenne e un non più giovane informatore dei servizi, a sedere oggi, a distanza di 41 anni dalla strage sul banco degli imputati, mentre altri, parimente responsabili, hanno da tempo lasciato questo mondo o anche solo questo Paese, ponendo una pietra tombale sui troppi intrecci che hanno connotato la mala-vita, anche istituzionale, dell'epoca delle bombe]. Sobre Fabrizio Ceruso, cfr. infra

Pierluigi Zuffada relata o efeito que o atentado produziu, de encerramento das perspectivas de poder continuar dentro da lógica do conflito assim como este se desenvolveu até então:

Foi imediatamente claro que se tratava de uma bomba jogada contra as lutas dos operários de 1969, a confirmação disto chegou 5-6 dias depois, quando o contrato dos metalúrgicos foi fechado. Estava claro a todos que era possível lutar até um certo ponto, além do qual não era mais permitido avançar. Emerge claramente para todos, que dentro do sistema das relações assim ditas democráticas, chega um momento em que, face à resposta do poder, todos nós estávamos desarmados. O PCI e os sindicatos dizem que não é assim, que existiam estruturas “desviadas” do Estado, serviços de inteligência “desviados”. Relendo a imprensa burguesa da época, é fácil dar-se conta de que este e todos os outros atentados e massacres foram a resposta a um movimento que não queria parar, tanto que lutasse dentro do sindicato como fora disto – para a burguesia isto não interessava – interessava fechar, acabar com este movimento. Nós, as BR, nascemos neste quadro¹⁰¹.

Uma primeira consequência deste novo cenário foi a formação de serviços de segurança no interior dos grupos da esquerda extraparlamentar, inicialmente com a função de dirigir nas ruas, durante as manifestações, os confrontos com a polícia e que se tornam aos poucos “braços armados” dos grupos, com uma estrutura oculta, conhecida apenas pelos dirigentes e desconhecida aos próprios militantes. O discurso não diz respeito às BR, pelos diversos princípios organizativos e estratégicos da formação armada, mas interessa PO e LC em particular.

Podemos dizer que as conquistas imediatas originadas pelas lutas do biênio 1968-69, representavam a concessão possível que o capital estava disposto a fazer. Era também, em certo sentido, uma necessidade induzida pela modernização capitalística.

Seria, por outro lado, um reducionismo afirmar que a repressão do Estado foi a única razão que possibilitou a abertura de espaços para a formação de organizações armadas e que levou milhares de militantes a escolher a luta armada. Existia uma ideia de mundo, de relações de produção e de relações sociais alternativas às existentes, e sobretudo, a ideia de que as relações de produção capitalistas poderiam ser derrubadas. O contexto internacional também, neste momento, contribuía para consolidar esta leitura. A emergência de uma autonomia operária, os processos de luta em curso haviam posto a questão do poder e da conquista do poder. O objetivo será, a partir deste momento, não

¹⁰¹ ZUFFADA, Pierluigi, entrevista, maio 2016.

desperdiçar o potencial ofensivo da classe operária, de agir para manter uma posição de ataque.

Neste contexto, a guerrilha representava uma possibilidade de agir a partir de uma posição ofensiva, aproveitando da fase ainda ofensiva da classe operária. Neste sentido, uma ruptura importante com a tradição precedente, que aceitava ou justificava ações de força só como resposta à repressão do Estado. A partir das análises sobre as perspectivas da ofensiva da classe operária e das respostas potenciais do capital, originaram-se diversas posições sobre a forma em que deveria ser praticada a luta de classes. Mudavam as estratégias. Os próprios partidos reformistas colocavam a questão de uma mudança de tipo revolucionário – isto é uma mudança no modo de produção – ainda que dentro da dinâmica parlamentar. E a questão do poder colocava também o uso da força. Se para os partidos reformistas esta tinha um sentido defensivo – ou seja como resposta face aos potenciais riscos de golpe, por exemplo, que entre 1964 e 1974 mais vezes foram receados – para os grupos que se formam no bojo das lutas do biênio 1968-69, o uso da força deveria ter um caráter ofensivo. A situação em 1971, para todas as organizações da esquerda revolucionária, dizia respeito às formas organizativas adequadas para conduzir uma guerra de classes. Em 1970, no congresso de PO discutiu-se sobre as possíveis respostas do capital. A introdução de Sergio Bologna chamava a atenção sobre as manobras do capital para dividir a classe operária, introduzindo novas estratificações no seu interior “usando maciçamente a arma da tecnologia, jogando toda a ciência acumulada no trabalho morto contra seções particulares do trabalho vivo, isto é, criando desemprego como fenômeno endêmico”¹⁰².

Para Negri também a resposta que se podia esperar do capital para reconquistar aquilo que havia perdido, era um aumento da produtividade através da inovação tecnológica, que se refletiria em particular sobre salários e horários afetando todas as condições de trabalho. A intervenção de Toni Negri deu ênfase às mudanças introduzidas pelo ciclo de luta do biênio: a autonomia operária havia produzido o máximo que podia, a classe operária não teria força para fazer a revolução. Era preciso de um salto. Nesta perspectiva, repropondo e esclarecendo o conceito de “rejeição do trabalho”, introduziu a questão da organização. A rejeição do trabalho era ao mesmo tempo rejeição da fábrica e, portanto,

¹⁰² Intervenção de Sergio Bologna ao Congresso nacional de organização de Potere Operaio. Florença, 9-11 de janeiro de 1970, cit. em GRANDI Aldo, **La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operaio**. Turim: Einaudi, 2003. As intervenções integrais foram publicadas em **Linea di massa. Documenti della lotta di classe**. N. 4, 1970.

rejeição de qualquer forma de negociação ou participação ao sistema da fábrica; rejeição do sistema capitalista e do desenvolvimento capitalista (que no caso coincide também com a rejeição do Estado, não existindo mais autonomia entre o nível econômico e o estatual); enfim rejeição das condições de embrutecimento produzido pelo trabalho salariado:

Um projeto tão radical assim não permite de forma alguma apoiar-nos num desenvolvimento espontâneo da luta operária para alcançar o objetivo. Companheiros, quando chegamos a dizer que a revolução deve ter a tarefa de destruir a maquinaria enquanto esta absorveu o desenho capitalístico de domínio, ao ponto de não ser mais possível distinguir maquinaria e capital, maquinaria e exploração, maquinaria e patrão; quando chegamos a dizer que a revolução é destruição da exploração, até o fundo, em todas suas facetas, porque finalmente a classe operária possa liberar um novo tipo de sociedade; quando nós discutimos isto, estamos fazendo um discurso sobre ditadura, um discurso sobre a ditadura operária e, portanto, um discurso sobre a organização operária, que saiba realmente conquistar e destruir o uso capitalista das máquinas, da ciência, de tudo aquilo que é capital na organização da sociedade na sujeição do trabalho. A rejeição do trabalho impõe um radicalismo organizativo absoluto. Este terceiro significado da rejeição do trabalho impõe a identificação de uma forma de organização para a destruição do trabalho, leva-nos finalmente ao reconhecimento leninista e maoísta do estado como estrutura a ser destruída, melhor, como estrutura, como poder a ser tomado, como ditadura a ser usada para destruir até ao fundo a máquina capitalista. Companheiros, desde o princípio o aprofundamento da análise leninista do Estado nos põe face ao projeto da extinção do trabalho: agora o processo de conquista revolucionária do Estado¹⁰³

A necessidade de um partido, a necessidade de passar da autonomia para a organização, foi posta também para um dos outros líderes de PO, Franco Piperno, que visava construir o partido leninista para a insurreição. Preocupava a recuperação de espaço do sindicato nas fábricas, que atendendo algumas das demandas postas pelos trabalhadores, como a figura do representante (“delegato”, escolhido diretamente pela base), estava reabsorvendo as vanguardas, que no sindicato encontravam uma estrutura onde poder fazer política. Se a fábrica e operário-massa mostravam alguns sinais de crise, pela diminuição da intensidade das lutas (que tomarão de novo força em 1973), era preciso ampliar o horizonte na grande fábrica ampliada constituída pelos bairros proletários. A partir de posições teóricas diferentes LC – que tinha uma concepção mais espontaneísta – propõe o slogan “Tomemos as cidades”, uma forma de direcionar as lutas de fábrica fora da fábrica. A resposta de PO, de um trabalho político concentrado nos bairros das metrópoles e revertendo seus militantes nas periferias era, neste sentido, também uma

¹⁰³ GRANDI Aldo, *ibidem*, p. 324

forma para não deixar o terreno da iniciativa política a LC. Existia, como ressalta Grandi¹⁰⁴, uma “concorrência” entre os grupos, que procediam por um processo de imitação.

Nuova Resistenza, revista publicada em 1971, e que terá apenas dois números publicados, é a última experiência legal das BR. Os temas presentes mostram correspondência com os das outras publicações da esquerda revolucionária que, consideradas como conjunto, reconstroem e representam o diálogo entre os vários grupos, antecipando as linhas estratégicas e organizativas de cada grupo.

Nesta fase avançada do conflito entre revolução e contrarrevolução, que se testam mutuamente, um problema fundamental investe todos os grupos revolucionários: o problema de uma estratégia unitária do movimento de luta. Muitos obstáculos teóricos e práticos tornam a situação difícil. A escassa elaboração é um obstáculo teórico, reflexo de uma escassa “prática” desde os temas decisivos ligados à questão da organização da guerra de classes, ao problema da passagem das formas de violência espontânea e de massas a formas organizadas de luta partigiana e de guerrilha, ao problema do Partido combatente! As tendências conservadoras, e frequentemente não proletárias que prevalecem em muitos grupos, são obstáculos práticos. Estes grupos, não conseguindo tomar em suas próprias mãos fenômenos de luta partigiana, liquidam, rotulam a questão como anarquismo, blanquismo, velho terror, atos de indivíduos separados das massas, que desmoralizam os operários, desorganizam o movimento, afetam a revolução¹⁰⁵

O artigo tem importância pois pela primeira vez aborda a questão da guerrilha como superação da concepção que separa partido e braço armado, e que será a peculiaridade das BR. O documento identifica três formas de violência: a violência espontânea de massas (protestos no interior da fábrica, piquetes, sabotagem); violência espontânea não de massas, que é identificada como a pior forma de expressar uma justa exigência, e finalmente a tendência, então em ato, de passar do espontaneismo para a organização da violência. A crítica é dirigida à concepção clássica da insurreição, “centrada sobre as

¹⁰⁴ ibidem, p. 170

¹⁰⁵ Nuova Resistenza, abril 1971, em Brigate Rosse. **Soccorso Rosso**. Milão: Feltrinelli, 1976, p. 59. [(...) in questa fase avanzata di scontro, dove rivoluzione e controrivoluzione si fronteggiano "assaggiandosi" vicendevolmente, un problema di fondo si fa avanti e bussala porta di ogni gruppo rivoluzionario: il problema di una strategia unitaria del movimento di lotta. Molti ostacoli teorici e pratici rendono difficile la sua risoluzione. Ostacoli teorici sono la scarsa elaborazione, riflesso di una scarsa "pratica" dei temi decisivi connessi alla questione dell'organizzazione della guerra di classe, al problema del passaggio dalle forme di violenza spontanea e di massa a forme organizzate di lotta partigiana e di guerriglia, al problema del Partito combattente! Ostacoli pratici sono le tendenze conservatrici e spesso non proletarie che prevalgono in molti gruppi i quali non riuscendo a prendere nelle loro mani i primi fenomeni di lotta partigiana, ricorrono agli "epiteti imparatici" e liquidano la questione bollandoli di anarchismo, blanquismo, vecchio terrore, atti di singole persone staccate dalle masse, che demoralizzano gli operai, respingono da essi i larghi strati della popolazione, disorganizzano il movimento, nuocciono alla rivoluzione (...) e finalmente sono oggettive provocazioni!]

massas urbanas, preparada por longos anos por um incansável trabalho de propaganda”. Esta concepção, afirma o documento, impede a formação de um “partido-guerrilha”, isto é “uma única organização política e armada” que supere a “distinção oportunista entre partido e guerrilha, entre organização política e organização militar”¹⁰⁶. A teoria insurrecionalista teorizava uma divisão de funções entre partido e “braço armado” do partido. A situação que se apresentava era diferente do passado. A Itália era um país capitalista avançado, as lutas e os métodos de luta que a classe operária estava expressando haviam forçado o poder a assumir uma posição defensiva; era portanto necessário, para a vanguarda da classe operária, passar à fase ofensiva e de ataque.

Os GAP (Grupos de Ação Partigiana) são a primeira formação guerrilheira, fundada em 1970 pelo editor Giangiacomo Feltrinelli. A sigla do grupo evocava os GAP da Resistência (Grupos de Ação Patriótica) à que Feltrinelli participara ativamente. Militou no PCI até a expulsão do partido, por causa da publicação, pela Editora Feltrinelli, de *O doutor Jivago* de Boris Pasternak, obra então proibida na União Soviética. Acompanhou o processo da Revolução cubana e estreitou laços de amizade com Fidel Castro e Ernesto Guevara. Como editor o seu papel foi fundamental na formação dos militantes da esquerda revolucionária. A ele se deve a publicação das principais obras que tratavam da guerrilha em seus aspectos táticos e estratégicos, assim como estava sendo praticada no mundo, em particular na América Latina¹⁰⁷. O atentado de Milão de 12 de dezembro de 1969 foi decisivo para convencer Feltrinelli da iminência de um golpe de Estado e decidir de entrar, junto com poucos outros companheiros, quase todos militantes que saíram do PCI, em clandestinidade. A ideia que ele tinha da guerrilha e do contexto geral que estava vivendo a Itália, estava influenciada pelo recente passado da luta de Resistência e neste sentido diferenciava-se completamente dos outros grupos nascidos na onda das lutas de fábrica. Pensava que a resposta da burguesia na Itália seria a mesma que ocorrera na Grécia. A clandestinidade e o caráter da guerrilha tinham um significado defensivo, significavam estarem prontos e responderem ao golpe considerado iminente.

Em novembro de 1970 Lotta Continua, ao comentar algumas ações dos GAP, questiona o programa e o método de luta da formação de Feltrinelli pondo o problema da violência revolucionária:

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ Entre outros, a editora Feltrinelli publicou a primeira edição italiana de O minimanual do guerrilheiro urbano de Carlos Marighella, textos dos Tupamaros, O diário do Che na Bolívia, que Fidel Castro lhe entregou pessoalmente para a publicação.

é necessário atribuir-lhe toda a importância que exige. Para toda luta revolucionária, a violência é uma condição necessária. Isto deve ser reafirmado contra todo Ponzio Pilato que em nome da recusa de toda forma de violência fica cúmplice da violência criminal e covarde que funda o domínio internacional do capitalismo. Sobre a questão da violência revolucionária **se confrontam duas posições erradas**: a primeira, ao considerar errada ou contrarrevolucionária todo tipo de violência que não se configura diretamente como violência de massas: a violência de um piquete operário, de uma manifestação, etc. **Esta posição é unilateral, ingênua e perigosa**. A ação direta, ilegal e clandestina é necessária inclusive quando não se traduz em participação massiva (...) A autodefesa, a represália contra a violência dos patrões e toda uma série de problemas exigem a organização clandestina e descentralizada da ilegalidade revolucionária. A segunda posição é mais perigosa ainda: ela privilegia o momento da iniciativa ilegal das minorias até romper os laços com a luta de massas, ela substitui a iniciativa política de massas pela iniciativa militar. Ela pretende enfrentar com instrumentos terroristas as tarefas que cabem à luta de massas. Mesmo justificando suas ações no interesse coletivo das massas, este tipo de violência prevarica a consciência das massas, substitui-se a ela e se transforma em seu contrário. Nos parece que um programa como o do GAP de Milão caiu neste grave erro, caricatura militar da luta política dos operários da construção e de todo proletariado¹⁰⁸

Um artigo em Nuova Resistenza, *L'organizzazione della violenza proletaria*¹⁰⁹ apresenta a violência como uma categoria social determinada pela natureza das relações sociais e pelo confronto concreto das relações entre classes. Existe, portanto, uma violência contrarrevolucionária e imperialista expressão das classes dominantes, que se expressa nas fábricas e na fábrica social, e uma violência que é expressão de uma vontade de libertação dos dominados. Neste contexto em que domina o imperialismo, não existe espaço para uma resolução do conflito por “via pacífica” assim como, diz o artigo, “os revisionistas que abandonaram o marxismo fizeram acreditar”

¹⁰⁸ La violenza e il terrorismo. **Lotta Continua**, 11 nov. 1970, p. 17. [E' necessario attribuirgli tutta l'importanza che esige. La violenza è per ogni lotta rivoluzionaria una condizione necessaria. Questo va ribadito contro ogni Ponzio Pilato che in nome del rifiuto di ogni violenza si renda complice della violenza criminale e vigliacca su cui si fonda il dominio internazionale del capitalismo.(...) Di fronte alla questione della violenza rivoluzionaria **due posizioni sbagliate fronteggiano: la prima** esclude come erronea o contro-rivoluzionaria ogni forma di violenza che non sia direttamente di massa: la violenza di un picchetto operaio, di un corteo eccetera. **Questa posizione è unilaterale, ingenua e pericolosa**. L'azione diretta, illegale e clandestina è necessaria anche quando non si traduce nella partecipazione di massa. (...) L'autodifesa, la rappresaglia contro la violenza padronale e tutta un'altra serie di problemi esigono la organizzazione clandestina e decentrata dell'illegalità rivoluzionaria. **La seconda posizione** è ancora più pericolosa: essa privilegia il momento dell'iniziativa illegale delle minoranze fino a slegarle dal rapporto con la lotta di massa, essa sostituisce con l'iniziativa militare l'iniziativa politica di massa; essa pretende di affrontare con strumenti terroristici i compiti propri delle lotta di massa. Anche se giustifica le proprie azioni con l'interesse collettivo delle masse, questo tipo di violenza in realtà prevarica la coscienza delle masse, si sostituisce ad essa e si trasforma nel suo contrario. A noi sembra che in questo grave errore cade un programma come quello del GAP milanese, caricatura militare della lotta politica degli operai edili, come di tutto il proletariato]

¹⁰⁹ *L'organizzazione proletaria della violenza*, **Nuova Resistenza**, abril 1971, p. 2-3

O artigo apresenta o delinear-se, nas movimentações então em curso, de três formas de luta e de uma tendência:

Violência espontânea não de massas: é movida por momentos de “raiva proletária” e se torna concreta por meio de ações isoladas, com frequência obra de indivíduos singulares. Pertencem a esta forma alguns tipos de sabotagem, algumas ações conduzidas no contexto de momentos de luta mais estendidos. Ela é ao mesmo tempo, uma reação imediata face à impotência causada pelos revisionistas de uma práxis “sem saída”, e uma reação desesperadora, generosa do ponto de vista subjetivo, mas igualmente sem saída. Poder-se-ia dizer que é a forma pior de expressar uma justa exigência. **Violência espontânea de massas:** de regra, neste período, se caracteriza como uma resposta reativa às provocações dos patrões e do Estado. Esta é bastante evidente nas fábricas da Sit-Siemens, da Autobianchi, da Falk, da Pirelli, Philips, etc., caçaram os fura greves, ou “varreram” os empregados, ou invadiram os prédios dos escritórios, sempre como resposta a uma precedente “lesão” de seus direitos [...] **Ações partigiane:** primeiros momentos de uma vontade proletária de organização política armada. De regra, estas ações procuram respaldo nas massas para definir os objetivos a serem atingidos inspirando-se no princípio: “expressar em ações os profundos anseios de justiça de amplas massas”. Sua tendência de passar de formas espontâneas para formas organizadas está se tornando concreta¹¹⁰.

O artigo prossegue expondo a questão da guerrilha. Insurreição, guerrilha, nova resistência:

Permanece muita confusão no debate entre a esquerda revolucionária sobre a questão da estratégia revolucionária e portanto da organização. Deve-se isto sobretudo à tenaz resistência de esquemas tradicionais baseados na experiência revolucionária europeia que impedem uma reflexão mais corajosa [...] Ao falar de esquemas tradicionais, nós nos-referíamos à hipótese clássica da insurreição centrada prevalentemente nas massas urbanas, preparada por longos anos por um incansável trabalho de propaganda e de agitação e depois rapidamente decidida pelo perspectiva militar. Esta hipótese está justamente nos raciocínios de muitos camaradas e impede os mesmos de enxergar a importância e a função de vanguarda desenvolvidas por meio de ações partigiane. Eles são surdos em relação à “resistência à opressão” como luta popular prolongada e violenta durante a qual e por meio da qual realizar: uma correta acumulação das forças revolucionárias; uma mobilização crescente das massas; a edificação do partido-guerrilha. Uma correta acumulação de forças revolucionárias no sentido de que não acontece pela “via pacífica”, mas que mede até à última resistência a disponibilidade de cada singular camarada; uma acumulação que não pressupõe uma separação entre o político e o militar, entre a agitação e a propaganda e a ação. Uma mobilização crescente das massas, no sentido de que é através de sua vida, de seus problemas cotidianos que emergem os “objetivos” da luta partigiana, e no sentido de que é através das ações que é preciso ganhar seu apoio e sua participação a ulteriores ações. A edificação do partido-guerrilha como edificação e como única realidade organizativa política e armada que faz justiça das distinções oportunistas entre partido e guerrilha, entre organização “dos políticos” e organização “dos militares”. Reconhecer

¹¹⁰ Idem

as “ações partigiane”. Organizar a nova Resistência. “A guerrilha em todo lugar” – dizia Marx – não uma frente fixa, mas mil frentes moveis, o “terror revolucionário”, eis os pressupostos da revolta das massas. E são também os pressupostos da luta de resistência contra os movimentos fascistas de reação armada que os patrões desencadearam contra, contra os golpes reacionários manobrados pelo imperialismo EUA que estão sendo travados às nossas costas, contra os ataques cada vez mais duros e brutais para com as lutas operárias nas fábricas, contra a militarização do Estado, do território e das instituições. Neste ponto o discurso sai do genérico e investe a esquerda revolucionária, para marcar claras e inequívocas discriminantes. As formas de luta mais maduras que as vanguardas proletárias interpretam, [colocam] para as organizações que em passado tiveram um válido papel na organização das lutas [...] o velho dilema: fazer **o salto** necessário ou ficar no pântano de um ativismo que a julgar pelos frutos ... não produz muita coisa! [...] Porque nós também – como Potere Operaio – “estamos disponíveis a discutir de tudo, mas não com quem, sobre a questão da violência, tem objeções de princípio ou julga que não haja nem sequer condição para pôr a questão em pauta”¹¹¹

De fato, os pontos de contato entre PO, entre o PO ligado a Piperno, e BR não eram poucos. O elemento de divisão interessava a questão, histórica no debate da esquerda, da relação entre massas e vanguardas. A diferença estava na questão da clandestinidade como escolha estratégica,

A escolha da clandestinidade como programa – ao invés do que como instrumento – e a renúncia a praticar, ou melhor, a estender, um terreno legal de ação política que sem dúvida facilita o trabalho de massas, a organização das lutas – revela, a nosso ver, uma análise da situação de classe não correta¹¹²

Uma diferença que PO resolve mantendo um plano de ação legal de massa e uma estrutura militar (ou tendente à militarização) oculta.

Nas páginas de Nuova Resistenza aparece um comunicado das BR sobre a sabotagem e quatro linhas que definem o que são as BR:

As BR são as primeiras formações de propaganda armada, cujo papel fundamental é de propagandear com sua existência e com suas ações os conteúdos de organização e de estratégia da guerra de classes. As BR têm, portanto, sempre como referência os objetivos próprios de massas e o seu papel fundamental é ganhar o apoio e a simpatia das massas proletárias¹¹³

No início da década de Setenta está, portanto, configurada a diferença entre as diversas organizações em relação à estratégia. Para as BR se trata de agir agredindo os pontos

¹¹¹ Ibidem, p. 4

¹¹² Potere Operaio, n. 47-48, 20 maio-20 juho 1972, p. 3. Cit. também em GRANDI, Aldo, o.c., p. 290. [La scelta della clandestinità come programma – invece che come strumento – e la rinuncia a praticare, anzi estendere, tutto un terreno legale dell’azione politica che indubbiamente facilita il lavoro di massa, l’organizzazione delle lotte – rivela un’analisi della situazione di classe a nostro avviso scorretta].

¹¹³ Nuova Resistenza, abril 1971, p. 4

nevrálgicos do ciclo produtivo e da metrópole. Trata-se de aspectos novos, que descendem das especificidades das lutas de 1968-69. As ações no interior da fábrica são resultado de um estudo (neste sentido é o mesmo método proposto no início da década de 60 por QR, a investigação operária) de quem está diretamente envolvido no ciclo de produção, sejam técnicos ou operários, é a unificação do político e do militar: no bairro Sesto San Giovanni de Milão, onde estavam concentradas diversas fábricas, o que significava centenas de milhares de operários, as BR contam com a presença de uma brigada por fábrica (Pirelli, Breda, Marelli, Falck). Poucos militantes, porém, nos lugares certos, que desenvolviam um

[...] aprimorado trabalho de contrainformação, desde a análise do ciclo produtivo até a estrutura de direção de projetos, ou seja, aquilo que determina modos e ritmos de produção. [...] As primeiras informações chegam de forma espontânea até à brigada: em cada piquete de greve, há alguém que indica nome e sobrenome dos chefes que lhe tornam a vida impossível. Depois a brigada completa a informação e identifica os alvos a serem atingidos¹¹⁴.

O conhecimento profundo da fábrica, além de permitir a intervenção sobre questões imediatas, significa também conseguir prever suas mutações, construindo ao mesmo tempo um tipo de conhecimento, de interesse e intervenção diferente, um saber operário:

Quando em 1971 se formou a brigada, iniciamos a discutir da questão da reestruturação da empresa. Poderia parecer um discurso atrasado, parecia que nós estávamos contra a modernização da sociedade. Observávamos que no interior da Sit-Siemens estava acontecendo a passagem da produção de um sistema de comunicações e telecomunicações baseado na eletromecânica para uma produção completamente informatizada. Isto queria dizer destruir completamente inteiros estabelecimentos e desmembrar outros, os que mais puxavam do ponto de vista da luta, da contraposição. Fizemos uma pesquisa interna, para conhecer a fábrica, que já conhecíamos, e para tentar prever como seria a nova composição dos departamentos em dois anos. Eu e Corrado Alunni em particular, com o apoio de toda a brigada, chegamos a construir plantas exatas da fábrica. As plantas foram realizadas por nossas projetistas. Tínhamos três ou quatro projetistas que trabalhavam em fábrica e que fizeram um mapeamento cartográfico da fábrica. Nenhuma delas era arquiteto. Ou seja, conseguíamos desenvolver um tipo de saber completamente diferente porque tínhamos uma lógica diferente, não era uma lógica política, mas uma lógica social¹¹⁵

¹¹⁴ MORETTI, Mario, ROSSANDA, Rossana, MOSCA, Carla, **Una storia italiana**. Milão: Mondadori, Ed. Oscar, 2007, p. 23 [Da loro avevamo una controinformazione davvero dettagliata, dall'analisi del ciclo produttivo alla struttura di direzione dei progetti, quella che determinava i modi ed i tempi della produzione. I progetti produttivi sono chiacchiere se non trovano le gambe su cui camminare. Gli operai lo sanno e conoscono a menadito dirigenti e capi reparto. Le prime informazioni affluiscono spontaneamente alla brigata: a ogni picchetto c'è qualcuno che si premura di indicarti con nome e cognome i capi che gli stanno avvelenando la vita. È la brigata che poi completa l'informazione e individua gli obiettivi da colpire].

¹¹⁵ Pier Luigi Zuffada, entrevista, março 2016

Este modo de atuar, de desenvolver militância política, não é algo novo, nem uma especificidade das BR (para as BR a especificidade será na unificação do político e do militar), mas está na bagagem de uma geração de militantes e operários, diretamente ligada às reflexões teóricas postas em movimento originariamente por *Quaderni Rossi*. Desenvolvidas e desdobradas durante a sua longa diáspora, sob diversas e às vezes divergentes linhas teóricas e de pesquisa, contaminam e influenciam as lutas e representam um instrumental teórico importante para as formações que nascem neste contexto.

Fazendo um balanço parcial destes primeiros anos da década no que diz respeito às organizações da esquerda revolucionária, podemos observar que as BR, a menor entre elas (e de resto o fato de ser uma organização com poucos militantes entrava na escolha estratégica da formação), não sofrem dos problemas tradicionais dos grupos: a divisão entre grupo dirigente e base militante; a divisão no seu interior ao redor dos líderes; apresenta, diversamente dos outros grupos, uma homogeneidade no que diz respeito à origem classista de seus militantes.

Enquanto PO e LC se encaminham para uma crise que se conclui com a dissolução, as BR quase completamente desmanteladas em 1972, em poucos meses se reorganizam, passando para a clandestinidade e mudando sua estrutura organizativa. Estarão presentes com algumas brigadas nas fábricas de Milão, e conquistando rapidamente espaço em Turim, na Fiat, ganhando certo consenso pelo fato de com suas ações mudar as relações de força no interior da fábrica, e visibilidade entre a esquerda revolucionária, e em seguida no cenário nacional.

Antes de sofrer o primeiro desmonte, as BR realizam o primeiro sequestro político. É um sequestro relâmpago, e a primeira ação de guerrilha urbana na Itália. Em Milão, em 3 de março de 1972, o dirigente da Sit-Siemens Idalgo Macchiarini é prelevado enquanto está saindo de casa, colocado em uma minivan, submetido a processo proletário (isto é, questionado sobre ritmos e condições de trabalho em fábrica), fotografado com um cartaz pendurado no pescoço, e poucas horas depois, trazido de volta e deixado no portão da fábrica. No mesmo ano, ocorre a primeira “gambizzazione”¹¹⁶, em Roma por obra de PO

¹¹⁶ Ferimento que atinja as pernas, que se torna uma das práticas recorrentes das formações armadas nos anos sucessivos.

a um chefe de departamento da fábrica Fatme e, como já dissemos, o primeiro homicídio político em Milão do delegado Luigi Calabresi.

4. Nas fábricas

Nas primeiras eleições após o Outono quente, em 1972, confirmava-se uma estabilidade de DC (em leve queda) e PCI (em leve avançada) e uma sensível avançada do partido neofascista do MSI, que dobrou seus votos alcançando o seu melhor resultado, o quarto na média nacional, logo depois do PSI. Formou-se um governo de centro-direita liderado por Giulio Andreotti e formado por três partidos, DC, PSDI (Partido Socialdemocrata Italiano) e PL (Partido Liberal). Podemos notar que o deslocamento à esquerda do país, não se refletia nos resultados das eleições. A mobilização social se mantém alta durante 1970 e 1971.

1972 é o ano das negociações para os contratos coletivos dos metalúrgicos, e o ano em que Agnelli inicia a falar em colaboração entre capital e trabalho, entre lucro e salário. Em uma entrevista evidenciava o caráter parasitário da renda imobiliária e financeira e as lentidões da burocracia, responsabilidade da classe dirigente, da sua falta de ação política, da entrada crescente de capitais estrangeiros:

Minha impressão é que hoje na Itália as áreas das rendas parasitárias, improdutivas, cresceram de forma patológica. E como não podemos comprimir os salários porque estamos em uma sociedade democrática, quem paga o preço é o lucro de empresa. Este é o mal que sofremos e contra o qual devemos reagir. (...) Não se resolve a crise com o lucro zero, assim se apodrece, e desta situação o pior pode surgir. Nós temos apenas duas perspectivas: um conflito frontal para o arrocho salarial, ou uma série de iniciativas corajosas e de ruptura para eliminar os fenômenos mais intoleráveis de desperdício e ineficiência¹¹⁷.

Tratava-se de uma abertura à esquerda parlamentar, que pedia reformas e de fato chamava uma aliança entre produtores. A condição para criar tal contexto era a trégua social. Isto suscitou desconfiança pois particularmente na Fiat, as relações eram, historicamente, de contraposição com a classe operária. E face à esta abertura, na FIAT continuavam greves e repressão. Em diversas ocasiões os dirigentes descreviam uma situação de ingovernabilidade da fábrica. Por isto, a empresa havia retomado com força a prática de inserir nos estabelecimentos mais combativos um sistema de controle e de fichamento das

¹¹⁷ **L'Espresso**, 19 de novembro de 1972, cit. em ORI Angiolo Silvio, **Storia di una dinastia. Gli Agnelli e la Fiat**. Roma: Riuniti, 1996, p. 222-223. [La mia impressione è che oggi in Italia l'area delle rendite parassitarie, improduttive, si sia estesa in modo patologico. E poiché il salario non è comprimibile in una società democratica, quello che ne fa le spese è il profitto d'impresa. Questo è il male di cui soffriamo e contro cui dobbiamo reagire]

vanguardas e dos operários mais ativos. Eles eram indicados aos dirigentes responsáveis e em seguida demitidos.

Esta chamada à colaboração entre as forças produtivas havia sido colocada algumas semanas antes, durante um colóquio organizado pela Associação “Il Mulino”, em Bolonha, tendo como tema: “Sistema industrial e desenvolvimento econômico na Itália”, e contando com a participação da FIAT (com Umberto Agnelli, irmão de Giovanni e novo diretor executivo da empresa), partidos políticos do centro-esquerda e PCI (Giorgio Amendola), e sindicatos (Pierre Carniti). Para o PCI foi um passo rumo ao “compromisso histórico”, ainda não oficializado: poucos meses antes, no XIII Congresso do PCI, Berlinguer realçava a importância e a necessidade de criar uma aliança entre as forças democráticas, inclusive a Democracia Cristã, e de esquerda para derrotar a avançada da direita fascista.

No entanto em outubro, ao retomar as negociações, de novo diversamente da plataforma proposta pelos sindicatos num espírito de conciliação, os trabalhadores retomaram com força as lutas. O primeiro momento ocorreu em ocasião de 600 demissões políticas anunciadas pela FIAT.

Em um documento de 1972, que circulou nas fábricas de Milão e Turim, *O voto não resolve, tomemos o fuzil*, as BR interpretam o novo quadro ressaltando a reação anti-operária da burguesia e o seu projeto de construir uma grande direita nacional, com um plano de crescente militarização da sociedade, que segundo a organização já estava em ato e que apresentava novas características:

Seria um erro pensar a questão do neofascismo dentro de esquemas pré-resistência. Hoje assistimos a uma “nova” tentativa de construir ao redor das exigências do Estado imperialista uma “base social” estável. O neofascismo, dito de outra forma – pelo menos nesta fase – não almeja liquidar as instituições do “estado democrático”, e sim a reprimir ferozmente as lutas: não se apresenta sob forma de mudança institucional, mas como prática cotidiana de governo¹¹⁸.

¹¹⁸ *Il voto non paga, prendiamo il fucile*, 1972, in <https://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1972/il%20voto%20non%20pag%20prend%20fucil.htm> [Sarebbe dunque un errore ricondurre la questione del neofascismo entro schemi pre-resistenziali. Oggi siamo di fronte ad un tentativo « nuovo » di costruire intorno alle esigenze dello Stato imperialista una “base sociale” stabile. Il neofascismo in altre parole — almeno in questa fase — non mira di tanto ad una liquidazione istituzionale dello “stato democratico”, quanto alla repressione ferocissima del movimento delle lotte; non si manifesta come appariscente modifica istituzionale, ma come pratica quotidiana di governo].

As BR, diversamente de outras formações da esquerda revolucionária, em particular dos GAP, e da esquerda institucional, sobretudo o PCI, não acreditavam na hipótese de um golpe, hipótese que desde 1964 (com o plano Solo) circulou em diversas ocasiões e se repropôs em 1970 com uma tentativa fracassada de Junio Valerio Borghese. Existia, entretanto, um bloco neofascista (a grande direita nacional) que agiria agitando uma campanha anticomunista, procurando unificar a pequena e média burguesia que enfrentava uma crise econômica tendencialmente crescente; intervindo nas fábricas, na tentativa de dividir a classe operária através dos sindicatos amarelos para reorganizar a direita, ou ainda com as ações dos esquadrões para provocar na parte menos politizada da classe operária um abandono das lutas e isolar as vanguardas; nos bairros proletários através de incursões e operações de distúrbio dos esquadrões fascistas. A este propósito é preciso esclarecer que as ações de grupos de fascistas ligados direta ou indiretamente ao MSI ocorreram durante toda a década de Setenta, e atuando em diversos contextos. Consistia em agressões a militantes, durante as manifestações ou em situações isoladas, assaltos a sedes de partidos e movimentos sociais e sobretudo nas escolas secundárias. Entre 1969 e 1976, provocaram 9 mortos. A resposta por parte dos grupos de esquerda não faltou. O PCI apelava a uma intervenção do Estado democrático em defesa dos valores antifascistas sancionados pela Constituição e da legalidade republicana, portanto uma resolução do problema através de denúncias judiciais e investigações que apurassem os responsáveis. Os grupos à esquerda do PCI propuseram a prática de um *antifascismo militante*, que nasce nos primeiros anos Setenta. Segundo a definição dada por *Lotta Continua*, um dos grupos que se destacou em praticá-lo, tratava-se de responder militarmente aos ataques dos grupos fascistas

uma presença militar contra os esquadrões fascistas, que recusa a embalsamação dos valores para os quais há 25 anos atirou-se e matou-se. Os esquadrões fascistas que retomaram o habito de correr soltos em frente às grandes fábricas, em Reggio Calabria, na Sicília, tendo um bem definido desenho reacionário, tentam aproveitar das traições e dos oportunismos com que se tentou desarmar o proletariado. Não conseguirão. Nós e outros companheiros revolucionários estamos prontos a esmagá-los em toda ocasião, a repropor a todos os companheiros, um conflito que só acabará com a eliminação definitiva dos patrões¹¹⁹.

¹¹⁹ Liquidare i fascisti, chi li manda, li paga, li protegge. Basta coll'opportunismo, pacifismo, legalitarismo. Lettera ai partigiani e ai compagni. **Lotta Continua**, 12 nov. 1970, p. 16. [una presenza militare contro lo squadristo che rifiuti l'imbalsamazione di quei valori per cui 25 anni fa si è sparato e si è ucciso. Le squadre fasciste che hanno ripreso a scorrazzare davanti alle grandi fabbriche, a Reggio Calabria, in Sicilia, con un preciso disegno reazionario, tentano di approfittare dei tradimenti e degli opportunismi che hanno cercato di disarmare il proletariato. Non ci riusciranno. I fatti vedono noi e altri compagni rivoluzionari pronti a schiacciarli in ogni occasione, a riproporre a tutti i compagni, uno scontro che non finirà mai senza

O artigo retoma a crítica, comum a toda a esquerda revolucionária, para com o PCI, “o partido que desarmou ideológica e militarmente o proletariado, desde 1945 até aos nossos dias”¹²⁰ e que através de uma política voltada ao respeito da legalidade, ao pacifismo e ao parlamentarismo, permitiu que a burguesia desencadeasse contra o povo a violência dos fascistas armados. A prática do antifascismo militante foi presente em algumas cidades, Roma em particular, onde a presença de grupos neofascistas sempre foi destacada. Podemos dizer que inicialmente, como mostra também a posição de LC, a militância antifascista cabia em um projeto político mais amplo, isto é, os fascistas eram uma das armas da burguesia contra os proletários que, nas fábricas e nos bairros proletários representavam um fator de distúrbio, preocupante pelo nível de violência desencadeada, da atividade política. Em seguida, para os militantes mais novos, os que não haviam vivido diretamente as lutas de 1968, e que iniciavam a militância nas organizações da esquerda não institucional, em meados da década de Setenta, tornou-se o horizonte político. O primeiro episódio, antecedente à formação do movimento estudantil de 1968, em abril de 1966, foi a morte de um estudante da juventude socialista, Paolo Rossi, agredido por um esquadrão fascista do FUAN¹²¹ enquanto distribuía panfletos de uma lista para a renovação dos órgãos estudantis, no interior da Faculdade de Letras de Roma. A reação dos estudantes foi imediata, e as condenações da esquerda parlamentar também. No dia seguinte ocorreram ocupações de diversas faculdades em todo o país e assembleias que queriam as demissões do reitor e o banimento, em base às normas constitucionais, de todas as organizações fascistas. Aqui está a diferença com o movimento estudantil que nasce em 1968. O tipo de resposta que então foi dada estava dentro dos limites da legalidade constitucional. As manifestações expressavam um antifascismo concebido como defesa da legalidade¹²², estando estreitamente vinculado à retórica dos partidos antifascistas. Ademais, o Juiz que se ocupou do caso, decidiu pelo arquivamento do processo; os autores do delito não foram identificados e a morte foi atribuída a doença súbita. Os neofascistas continuarão com incursões e agressões nas universidades até 1968, quando o cenário muda radicalmente, e muda a resposta dos

la scomparsa definitiva dei padroni (...) Non si tratta di «fare dell'antifascismo», o di rievocare e commemorare un 'qualcosa del passato. Non si tratta di denunciare quanto di fascista è sopravvissuto nelle 'strutture, nelle istituzioni, nei gruppi del potere capitalista, finanziario, militare, giudiziario, governativo e clericale. Anche se tutto ciò è abbondantemente presente e, più reale che mai].

¹²⁰ Idem

¹²¹ Fronte Universitario d'azione nazionale. O FUAN era a organização da juventude do MSI

¹²² Cfr. SOCRATE, Francesca, Una morte dimenticata e la fine del Sessantotto, in **Dimensioni e problemi della ricerca storica**, n. 1, 2007, p. 173.

estudantes, os quais preenchem o antifascismo de um novo sentido. Imprensa e partidos políticos, em particular a DC, enfatizaram esta situação, até torna-la elemento central para a interpretação da década de Setenta, construindo ao redor dela, a teoria dos “opostos extremismos”, isto é, um conflito armado entre grupos de jovens comunistas e jovens fascistas que em nome de duas ideologias totalitárias e contrapostas, mas especulares, contestam os valores democráticos, até chegar à prática do “terrorismo”.

No documento *Il voto non paga prendiamo il fucile*, as BR indicavam mais um elemento para esta nova fase, isto é,

a construção, ao lado do Estado, de uma força militar clandestina capaz de desenvolver, segundo as necessidades políticas gerais, tanto uma atividade de verdadeiro terrorismo (as bombas de Piazza Fontana), como uma atividade de provocação – junto com a polícia – contra as forças que lutam para afirmar a necessidade da passagem à luta armada (...) Todos estes objetivos têm um elemento comum: a vontade de aniquilar a esquerda revolucionária e de neutralizar a esquerda institucional. (...) A guerra contra o neofascismo é um momento da guerra revolucionária de classes, é uma passagem necessária do movimento de resistência popular em sua longa marcha para edificar o poder proletário e comunista. Como todas as guerras, deve ser combatida no plano político, ideológico e sobretudo militar. Ou seja, é uma frente da luta armada¹²³

Após o desmonte sofrido pela intervenção policial e pela delação de um militante, as BR se reorganizam, concentrando forças em Milão e Turim, cidade em que nunca haviam atuado. Aqui podiam contar, pelo menos inicialmente, com um menor controle das forças policiais que não esperavam sua atuação na cidade. A escolha de fundar uma coluna dependia da importância da cidade no quadro das lutas operárias, cuja tendência tem valência nacional em função da presença da FIAT, mas sobretudo, como sempre ocorreu na história das BR, pelo fato de terem sido chamados a participar pelos próprios operários FIAT que acompanhavam as ações desenvolvidas pelas BR em Milão. O objetivo é de modificar a relação de forças e as dinâmicas do conflito de político.

As primeiras ações em Turim, como as primeiras em Milão, consistem em ataques a bens de dirigentes e pequenos chefes dos estabelecimentos. Quando em outubro de 1972

¹²³ **Il voto non paga, prendiamo il fucile**, cit. [Infine, ultimo obiettivo è la costruzione — a lato dello stato — di una forza militare clandestina in grado di sviluppare, secondo le necessità politiche generali, sia una attività terroristica vera e propria (bombe di piazza Fontana), sia una attività di provocazione — in combutta con la polizia — contro le forze che si battono per affermare nel movimento di resistenza popolare la necessità del passaggio alla lotta armata (...). Tutti questi obiettivi hanno un elemento comune: la volontà di annientamento della sinistra rivoluzionaria e di neutralizzazione della sinistra istituzionale. Opporsi a questo progetto non basta. (...) La guerra contro il neofascismo è un momento della guerra rivoluzionaria di classe, è un passaggio obbligato del movimento di resistenza popolare nella sua lunga marcia per edificare un potere proletario e comunista. Come tutte le guerre essa va combattuta oltre che sul piano politico e ideologico anche e soprattutto sul piano militare. Essa è cioè un fronte della lotta armata].

inicia a negociação entre a FIAT e os sindicatos para a renovação dos contratos de trabalho dos metalúrgicos, e os operários respondem com piquetes e com uma marcha interna que une operários e empregados, a direção identifica os trabalhadores responsáveis e decide para a demissão. Poucos dias depois, as BR incendeiam 9 carros de guardiões. No panfleto de reivindicação

Agora todos sabem que ao nosso lado, nos estabelecimentos, nos departamentos trabalha subterraneamente, há muitos meses, um exército de canalhas que com seu miserável serviço permite identificar e atingir quem propagandeia a greve, quem conduz as lutas, quem encabeça as manifestações, quem faz os piquetes: quem não conhece os espiões escondidos nos cantos que marcam os nomes das vanguardas em luta? E os guardiões que filmam as marchas, que barram as ruas, que agridem os piquetes? Quem, entre nós, não prova instintivamente ódio para os brigantes fascistas do MSI e da CISNAL sempre prontos a provocar, organizar fura-greve, a oferecer ao patrão a cabeça dos operários mais combativos? [...] Estes sabotadores e liquidadores da unidade operária devem ser atingidos, derrotados e rematados duramente, sem muita hesitação [...]. Alguns fascistas, a manhã passada, como advertência, tiveram seu carro queimado... Nota: em seguida a esta ação, foi involuntariamente danificado o carro 500 do operário Pasquale Di Fede. Asseguramos ao senhor Di Fede que as Brigadas vermelhas indemnizarão por inteiro o dano ¹²⁴

A ação repercutiu na fábrica e poucos dias depois, uma marcha interna de 4000 operários “varreu” (como na prática da época) os chefes do estabelecimento da montagem. O número zero de outubro de 1973 da revista *Controinformazione*, próxima às BR, assim comentava,

Os fascistas, que neste período representavam o instrumento principal da política empresarial, sentiam-se descobertos, apesar da sombra protetiva da FIAT. “Alguém estreitamente vinculado à fábrica” havia iniciado a segui-los e fichá-los, um por um, assim como eles tinham feito com os operários mais combativos, a segui-los e anotar os endereços, os números de placa dos carros, assim como eles tinham vigiado as vanguardas em luta. Depois, com tempestividade e coordenação cronométrica, tinha atacado [...]. Por dias, talvez por meses, dezenas de fascistas foram observados,

¹²⁴ *Schiacciamo i fascisti a Mirafiori e Rivalta! Cacciamoli dalle nostre fabbriche e dai nostri quartieri!*, Turim, 26 nov. 1972, in Soccorso Rosso, o.c., p. 81. [Ora tutti sanno che in mezzo a noi nelle officine, nei reparti, alle linee lavora sotterraneo da molti mesi un esercito di carogne che con i suoi miserabili servizi rende possibile alla FIAT identificare e colpire chi propaganda lo sciopero, chi tira le lotte, chi è alla testa dei cortei, chi fa picchetti: - chi non conosce gli spioni che nascosti dietro gli angoli o tra i cassoni si segnano i nomi delle avanguardie di lotta? e i guardiani che filmano i cortei, che sbarrano le strade, che aggrediscono i picchetti? - chi non nutre istintivamente odio profondo per i briganti fascisti del MSI e della CISNAL sempre pronti a provocare, organizzare i crumiri e le squadacce, a vendere al padrone la testa degli operai più combattivi? (...) *Questi sabotatori e liquidatori dell'unità operaia debbono essere senza tante esitazioni duramente colpiti, battuti e dispersi.* alcuni fascisti che l'altra mattina, per ammonimento, si sono visti andare la macchina in fumo... Nota: In seguito a questa azione è stata involontariamente danneggiata anche la 500 dell'operaio Pasquale Di Fede. Rassicuriamo il signor Di Fede che le Brigate Rosse risarciranno interamente il danno. Torino, 26 Novembre 1972].

checados, selecionados. Sobre cada um deles fora produzida “uma relação detalhada” que evidenciava o curriculum político (como mostravam os panfletos difundidos)¹²⁵

Este tipo de ações conseguiu o enraizamento nas fábricas das BR, tendo o efeito prático de abrir um espaço de poder para os operários

Éramos uma vanguarda que abria espaços. As ações “exemplares” contra os pequenos chefes nas fábricas não são ações de justiça sumária, não significam reequilibrar a justiça em favor dos operários contra os abusos do patrão. Significam abrir um espaço para construir um contra-poder. Era necessário abrir espaços de poder para contrastar a reestruturação. O fato de os chefes de fábrica não conseguirem impor um aumento dos ritmos de trabalho, de não poder exercer este tipo de comando, potencializava o movimento que lutava contra a reestruturação¹²⁶”.

Em Turim, as BR em breve tempo se enraízam, e acompanham com diversas ações o período de negociação para a renovação do contrato dos metalúrgicos que inicia no Outono de 1972. Renato Curcio, que junto com Mara Cagol organiza a coluna em Turim, conta que no clima de lutas acirradas deste período, a brigada se tornou popular junto a uma ampla área de operários que queriam que as BR fizessem mais¹²⁷. As BR prosseguem nos ataques contra o sistema de controle e espionagem montada pela FIAT para identificar e neutralizar as vanguardas de fábrica através de demissões e denúncias à polícia, até chegar ao sequestro em fevereiro de 1973 de Bruno Labate, chefe do sindicato fascista Cislal. Ele é prelevado, submetido a interrogatório. Confirma a existência de um sistema de espionagem implantado através de contratações de pessoal fascista selecionado. Faz os nomes dos responsáveis, em particular de Ettore Amerio, chefe do pessoal da FIAT, que as BR sequestrarão em dezembro. Depois do interrogatório, Labate é levado de volta aos portões da FIAT, algemado a um pau e deixado para que os operários possam vê-lo, enquanto os brigadistas distribuem panfletos em que reivindicam e explicam a ação, no meio da aprovação dos operários¹²⁸. Só será solto com a intervenção da polícia.

Ao mesmo tempo as BR desenvolvem uma intervenção voltada a ampliar discurso e campo de atuação: da condição da fábrica ao contexto político geral, isto é, o

¹²⁵ Ibidem [I fascisti che in quel periodo erano lo strumento principe della politica padronale, si sentivano scoperti malgrado l'ombra protettiva della FIAT. 'Qualcuno' strettamente collegato alla fabbrica, aveva cominciato a seguirli e a schedarli, ad uno ad uno, come essi avevano schedato gli operai più combattivi, a seguirli ed annotarsi i loro indirizzi e i loro numeri di targa, come essi avevano pedinato le avanguardie di lotta. Poi, con tempestività e coordinamento cronometrici, li aveva colpiti [...]. Per giorni e giorni, forse mesi, decine di fascisti erano stati osservati, vagliati, selezionati. Su ciascuno di essi era stato prodotto un 'rapporto dettagliato' che metteva in evidenza il curriculum politico (come mostravano i volantini diffusi)].

¹²⁶ BALZERANI, Barbara, entrevista, março de 2017.

¹²⁷ CURCIO, Renato, **A viso aperto**, cit. p. 80-82.

¹²⁸ idem

Estado, os partidos políticos e os projetos políticos. O ataque é contra a política da Democracia Cristã, o “fascismo de camisa branca” (o sequestro, em 1973, de Michele Mincuzzi, dirigente da Alfa Romeo, em Milão, se insere nesta perspectiva. Ele é um exemplo deste fascismo em camisa branca, um dos homens de Andreotti, e é “processado” por sua função em fábrica). Em um panfleto de reivindicação de uma revista efetuada na sede da União cristã empresários dirigentes (UCID) de Milão – associação ligada à DC que organiza e coordena os dirigentes das fábricas de Milão – as BR explicam que a DC e o governo guiado por Andreotti estão pondo em ato um plano para afetar as condições de vida dos operários. Querem demonstrar que

A DC não é apenas o instrumento que durante 30 anos suportou fielmente o poder dos patrões, mas ela mesma é uma monstruosa máquina de opressão e de exploração. Além dos fascistas assassinos de Almirante operam, igualmente perigosos, os fascistas que vestem a camisa branca de Andreotti: aqueles que em fábrica controlam, ficham, demitem, que por fora falam de liberdade e democracia, mas que na realidade organizam a mais feroz repressão anti-operária. Contra todos estes inimigos, os proletários iniciaram a organizar-se para resistir, reafirmando que responderão [...] *Contra o fascismo de camisa branca da DC de Andreotti os proletários construirão a resistência armada*¹²⁹

Em fim de 1973, as BR contam com 20 brigadas na FIAT e em outras fábricas ligadas à FIAT, cada uma formada por cinco militantes com uma área de centenas de operários simpatizantes.

¹²⁹ BRIGATE ROSSE, **Guerra ai fascisti**, dezembro 1972, em Lotta Continua, 15 fev. 1973, p.5 [Con questa azione vogliamo dimostrare come la DC non sia soltanto lo strumento che per 30 anni ha sorretto fedelmente il potere dei padroni ma sia essa stessa una mostruosa macchina di oppressione e di sfruttamento. Infatti oltre ai fascisti assassini di Almirante operano, ugualmente pericolosi, i fascisti in camicia bianca di Andreotti: coloro che in fabbrica ci controllano, ci schedano, ci licenziano, che fuori parlano di libertà e di democrazia, ma che in realtà organizzano la più spietata repressione antioperaia. Contro tutti questi nemici i proletari hanno cominciato ad organizzarsi per resistere, riaffermando che risponderanno (...) *Contro il fascismo in camicia bianca della DC di Andreotti I proletari costruiranno la resistenza armata!*].

Capítulo 4

1. *Dizer, fazer, reivindicar*

As BR não nascem no Gabinete do Serviço de informações, nem em Moscou, nem em Washington, tampouco na Universidade de Trento ou na Federação do PCI de Reggio Emilia. As Brigadas vermelhas nascem na fábrica Pirelli de Milão. Isto não representa uma casualidade, porque a classe operária da Pirelli expressava, naquela fase, os maiores níveis de consciência política e de autonomia, maturados através da luta de massas do biênio 1968-69...¹³⁰

Este trecho faz parte de um comunicado lido durante o processo contra militantes das BR em Turim, que se celebrou, com quase dois anos de atraso por causa do *processo guerrilha*¹³¹, em 1978, no período do sequestro de Aldo Moro, quando se difundem os teoremas sobre a presença de serviços de inteligência estrangeiros na direção da Organização. Objetivo do comunicado era reafirmar a autenticidade e as raízes da Organização e da ação. No entanto, é importante evidenciá-lo também porque deixa clara a raiz de fábrica da formação armada. Com efeito, com relação à formação das BR, costuma-se dizer que nasceram da confluência de três diferentes grupos de militantes cujos percursos políticos se entrelaçam e se soldam no curso das lutas estudantis e operárias de 1968-69. O núcleo originário que ingressa inicialmente nas BR, ainda que com uma história política diferente, encontra-se na experiência de luta de fábrica. Nem todos são operários, mas a fábrica é o polo de atração e aglutinação, tanto para os estudantes da faculdade de Sociologia de Trento, como para os ex filiados do PCI de Reggio Emilia¹³².

¹³⁰ Comunicato n. 19, Turim, 1978 [Le Brigate Rosse non nascono né all'Ufficio affari riservati, né a Mosca, né a Washington, e neppure all'Università di Trento o alla federazione del Pci di Reggio Emilia. Le Brigate Rosse nascono alla fabbrica Pirelli di Milano. Questo non a caso, perché proprio la classe operaia della Pirelli rappresentava in quella fase i più alti livelli di coscienza politica e di autonomia, maturati dalla lotta di massa del biennio 68-69]

¹³¹ Cfr. infra

¹³² Trata-se do coletivo conhecido como “grupo do apartamento” da cidade de Reggio, na região da Emilia Romagna, historicamente a mais forte base eleitoral do Partido comunista italiano. O “apartamento” funcionava, nas palavras dos protagonistas de então (Alberto Franceschini, Prospero Gallinari, Lauro Azzolini, Roberto Ognibene, Franco Bonisoli, Loris Tonino Paroli) como uma válvula de escape para discutir longe da presença dominante do PCI sobre a vida política da cidade. O PCI era percebido pelos jovens de 1968-69 como uma espécie de guardião. A memória da Resistência antifascista estava viva, estavam vivos seus protagonistas e, sobretudo, estava presente um sentimento de frustração para os “ideais traídos” da Resistência, à qual não foi permitido, segundo eles e segundo muitos dos protagonistas diretos de então pensavam, transformar-se em guerra de classes. A referência à luta de resistência comunista como página da guerra de classes, que estava presente nos primeiros panfletos das BR, era apenas uma forma

É necessário reverter a lógica: não é o grupo de Trento – a intelectualidade da faculdade de Sociologia – ou o grupo de Reggio – com o provincianismo do PCI – que influenciam os CUB e em seguida fundam as BR, mas são os CUB que com sua força de atração, fagócito literalmente todos¹³³.

As BR como formação armada clandestina, com a fisionomia com que se tornam conhecidas, nascem de fato em 1972. Nos primeiros dois anos de existência, 1970-71, a organização mantém uma estrutura semilegal. As primeiras ações, com o símbolo BR, acontecem entre setembro e dezembro de 1970, um incêndio ao carro de um dirigente da Sit-Siemens e outras duas ações do mesmo tipo contra os carros de dois dirigentes da Pirelli e, em 1971, a primeira ação que chama a atenção: o incêndio de caminhões na pista da Pirelli, fábrica que após as lutas de 1969 e o fechamento do contrato, logo assinado após o atentado de piazza Fontana, iniciou imediatamente um processo de reestruturação. No contexto geral destes anos, estas ações não representam uma especificidade das BR, são bastante comuns, dando a medida do grau do confronto alcançado em fábrica. Em 1972, a primeira ação que tem relevância no plano nacional, o sequestro de Macchiarini, o primeiro sequestro político realizado na Itália por uma organização guerrilheira. Contudo há uma novidade importante com relação aos outros grupos: as BR reivindicam todas as ações que realizam. Reivindicarão em futuro até as ações que terão êxito diferente do planejado¹³⁴.

Quando um grupo de operários diz “Sim, nós queríamos fazer esta coisa e nós nos organizamos para fazê-la”, isto muda radicalmente a natureza da coisa. Significa assumir uma posição ofensiva, permite a circulação da ideia que o conflito pode ir além dos limites comuns, que não se trata mais de exercer violência por um momento e depois ficar com vergonha, lançar a pedra e esconder a mão. Dizemos claramente que queremos agredir a empresa, o capital. Isto queremos fazer e isto faremos¹³⁵.

Reivindicam também os assaltos aos bancos que, assim como é decidido pela “Organização” (é assim que os militantes BR chamam e fazem referência à própria

para estabelecer uma continuidade entre o presente e o passado, longe de significar, como foi escrito, que as BR nasceram do mito da Resistência traída.

¹³³ MORETTI, Mario, entrevista, julho 2016

¹³⁴ É quanto acontece em 1974, em Pádua, durante um assalto a uma sede do MSI que tinha como objetivo prelevar documentos do partido. No interior da sede, fator não previsto, estavam dois membros do partido que foram mortos. Foi a executiva a tomar a decisão de reivindicar a ação, diversamente da orientação da Coluna veneta que se mostrava contrária. No panfleto assumiam a responsabilidade da ação especificando que os homicídios não tinham sido planejados.

¹³⁵ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, o.c., p. 20. [Quando un gruppo di operai dice: "Sì, la tal cosa l'abbiamo voluta e ci siamo organizzati per farla", ne cambia radicalmente la natura. È l'assunzione di un'offensiva, fa circolare l'idea che lo scontro può andare oltre i soliti limiti, che non si tratta più di essere violenti un attimo e poi vergognarsene, lanciare il sasso e nascondere la mano. Si dice chiaro che vogliamo aggredire l'azienda, il capitale. Che questo vogliamo fare e faremo].

formação armada), serão a fonte de financiamento das BR¹³⁶ e mais tarde os sequestros de pessoas. As expropriações garantem liberdade de ação e de autonomia, mas representam um problema sobretudo para os operários. Todo militante devia participar das expropriações e muitos não ingressaram justamente por causa disto, “estavam dispostos a morrer em ação contra um patrão, mas nunca a serem pegos durante um assalto”, diz Zuffada. Fazia parte de um moralismo de esquerda, o operário não rouba.

Pará nós, estava muito claro, a questão que nós pusemos foi a seguinte: nós vamos roubar ou expropriar? O dinheiro que nós pegávamos não estava disjunto do uso que fazíamos dele. Precisamos de dinheiro e vamos expropriá-lo a quem o possui, não roubamos as pessoas, expropriamos banco, o que é completamente diferente. Ficamos especialista em assaltos, havia quem tinha mais experiência, mas todo militante tinha que passar por isto¹³⁷

De 1970 até maio de 1972, as BR conduziam também atividades legais. Renato Curcio e outros militantes contam que enquanto organizavam estas primeiras ações em fábrica contra os dirigentes, continuavam a participar e intervir publicamente com comícios, ou nas ocupações das casas nos bairros proletários de Milão¹³⁸, nas manifestações, ou ainda a desenvolver atividade sindical. A organização contava com uma dúzia de militantes e algumas centenas de simpatizantes quando sofreu o primeiro desmonte. Em maio de 1972, a polícia chega até a principal base da organização, em Via Boiardo em Milão e prende os dois militantes que encontra, Giorgio Semeria e Marco Pisetta. Com a delação de Pisetta as bases e a primeira estrutura da organização são descobertas e muitos militantes são presos. Renato Curcio, Mara Cagol, Alberto Franceschini, Mario Moretti, Piero Arlacchi conseguem fugir. A história das BR inicia assim, neste momento, com a necessidade de encontrar uma forma organizativa capaz de sustentar a propaganda armada e a passagem a um tipo de estrutura clandestina.

¹³⁶ Em dois casos, as BR recorreram também ao sequestro de pessoas como forma de financiamento. Foi o caso, em junho de 1975, do sequestro de Vittorio Vallarino Gancia, filho do industrial e proprietário da empresa de vinho Gancia. A ação não teve êxito e levou à primeira morte entre as fileiras das BR. O comando que mantinha sequestrado Gancia, por uma série de circunstâncias fortuitas e descuidos por parte dos brigadistas, foi descoberto e no tiroteio entre BR e carabinieri, Margherita Cagol, dirigente da coluna de Turim, foi morta. O segundo sequestro realizado a fim de autofinanciamento foi atuado em janeiro de 1977, em Genova. As BR prelevaram Pietro Costa, engenheiro naval, da família de armadores de Genova e proprietária da companhia de navios de cruzeiro Costa e o mantiveram sequestrado por quase três meses. Para a sua libertação, a família pagou um resgate de um bilhão e meio de velhas liras italiana (cerca de 800.000 euros). No panfleto em ocasião da libertação, as BR escreviam que a ação poderia ser considerada como “uma tributação, um prelúdio à expropriação total”. O sequestro garantiu por alguns anos a autossuficiência financeira da organização.

¹³⁷ ZUFFADA, Pierluigi, entrevista, maio 2016.

¹³⁸ CURCIO, Renato, SCIALOJA, Mario, **A viso aperto**, Milão, Mondadori, 1993

2. A clandestinidade

“A clandestinidade é uma condição indispensável para a sobrevivência de uma organização político-militar que atua nas metrópoles imperialistas. A clandestinidade não impede a organização de desenvolver-se por linhas internas às forças da autonomia operária”¹³⁹.

O quase completo desmonte da organização e a prisão de seus militantes pela polícia, põe o problema de uma reformulação da estrutura organizativa e da passagem à clandestinidade. Este acontecimento traz à tona a principal peculiaridade das BR, que pode ser observada também seguindo as mudanças na estrutura organizativa e que diz respeito ao modo de ser das BR: não se estruturam a partir de algo antes teorizado, construído e depois aplicado, mas de modo inverso, isto é, a prática, as contradições, as dificuldades, assim como as intuições que nascem da prática política, determinam, ao mesmo tempo, a teorização. A conformação é resultado de uma série de necessidades práticas que se apresentam.

O sentido da clandestinidade estava na sua dimensão estratégica, isto é, tinha um caráter ofensivo

ser clandestino não queria dizer escondermos para fugir da captura (como faz um foragido), mas queria dizer estar na condição de atacar, de golpear. Uma organização clandestina armada vai ao ataque, em certo sentido, está de igual para igual com as forças de polícia, psicologicamente, eu diria até em uma posição de vantagem, ainda que seja significativamente inferior em número e meios”¹⁴⁰

Clandestinidade envolve um estudo e um conhecimento profundo do território e da realidade em que se vive, significa ser irreconhecível para a força contra a qual se combate. Quatro dos militantes que compõem o comando que sequestra Moro vestem uniformes de stewards da Alitalia, estão bem visíveis a todos, mas ninguém percebe. Outra observação importante é que a clandestinidade em seu sentido ofensivo não significa isolamento do militante clandestino da sua mais imediata referência (a autonomia operária). Normas de comportamento devem ser adotadas para ele não correr

¹³⁹ BR. **Norme di comportamento**, 1974, in <https://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/norme%20comp%20parz.htm>, consultado em maio 2016. [La clandestinità è una condizione indispensabile per la sopravvivenza di una organizzazione politico-militare che operi all'interno della metropoli imperialiste. La condizione di clandestinità non impedisce che l'organizzazione si sviluppi per linee interne alle forze dell'autonomia operaia]

¹⁴⁰ DEL BELLO, Claudio (org.), Entrevista a Mario Moretti, in **Una sparatoria tranquilla**, o.c., p. 39. [essere clandestini non voleva dire nascondersi e sfuggire alla cattura perché ricercati (come è comunemente per un latitante), ma voleva dire essere nella condizione di attaccare, di colpire. Un'organizzazione clandestina armata va all'attacco, in un certo senso è “alla pari” con le forze di polizia, direi addirittura psicologicamente in vantaggio benché ne sia di gran lunga inferiore per numero e mezzi]

perigos e não danificar a organização e os bens da organização (casas, carros, armas, etc.)¹⁴¹, por exemplo, é necessária a interrupção de contatos com familiares e amigos, pois representam o ponto sensível – o primeiro contato para chegar até ao militante clandestino – ; prestar atenção a situações que podem ser anômalas, mas verificar sempre tudo para evitar alarmismos; evitar de sair à noite; usar roupas que o identifiquem como “militante de esquerda”. Mimetização social para o externo e compartimentação nas relações internas, segundo princípios que as aproximam à organização da guerrilha dos Tupamaros, que as BR consideravam uma de suas referências.

A clandestinidade é uma condição de suspensão das normais relações entre as pessoas. Quem decide entrar em uma estrutura clandestina não tem interesses pessoais, porque em uma condição de clandestinidade não há competição entre os companheiros, não há perspectivas de carreira, nem ganho de algum tipo. É um modo diferente de conceber a militância. “Organização” [os militantes das BR chamavam as BR de “Organização, n.d.a.] significa companheiros, e os companheiros são o único bem, a tua vida depende deles. Talvez até por isto não tivemos gente famosa, intelectuais, os nomes famosos tentaram se apropriar, sem conseguir, das BR. Os nomes famosos das BR ficaram famosos depois. Outra característica de nossa história, o regular, ou seja, o companheiro que trabalha exclusivamente para a organização, recebia o salário – que era fruto de expropriações – igual ao valor do salário de um operário, e era preciso dar conta de tudo que se gastava, pode parecer moralismo, mas não é. Vive-se em uma situação em que você não é dono de nada, a única tua riqueza são os outros. É claro que não é comunismo, mas é um bom exercício¹⁴².

3. A estrutura organizativa

A estrutura organizativa das Brigadas vermelhas era composta inicialmente por uma coordenação entre as colunas de Milão e Turim (chamada “Nacional”), as duas primeiras formadas. As colunas eram estruturas político-militares com autonomia para atuar na área geográfica à qual pertenciam, com um líder de coluna e uma direção que organizava e coordenava as atividades das brigadas. Das colunas faziam parte os militantes clandestinos (militantes regulares) que trabalhavam exclusivamente para a Organização e que recebiam um salário, correspondente à média de um salário operário. Existiam também os militantes regulares legais. Junto com a coluna, subordinadas a ela, no mesmo território, existiam as brigadas que reuniam os militantes irregulares, ou seja, os militantes

¹⁴¹ As armas sempre foram adquiridas em lojas de armas no exterior (na Suíça ou no Lichtenstein), ou compradas em lojas italianas com documentos de identidade falsificados, ou roubadas. Por uma questão de segurança as BR não tiveram contatos com o mercado clandestino.

¹⁴² BALZERANI, Barbara, trecho de uma entrevista que realizei para um docu-filme em curso de realização dirigido por Andrea Gadaleta Caldarola.

que viviam na legalidade. Cada coluna, por composição e atuação, refletia as peculiaridades das diferentes realidades socioeconômicas e políticas. Inicialmente existem as “brigadas de fábrica”, sucessivamente serão criadas as “brigadas territoriais”. A estrutura se torna mais complexa à medida que as BR crescem e se deparam com questões organizativas: assim como foi para a passagem à clandestinidade, que ocorreu primeiramente como solução de um problema, para depois – quando já isto estava ocorrendo na prática – ser teorizada como potencial ofensivo.

Entre 1974 e 1975, foram criadas três frentes: frente das fábricas; logística e frente da contrarrevolução. Tratava-se de estruturas organizativas e de intervenção, que também são formalizadas e teorizadas quando de fato já eram ativas, nascidas como respostas a necessidades concretas: a frente logística (encarregada de disponibilizar bases, armas, tipografias, falsificar documentos); a frente de contrarrevolução (com a tarefa de estudar e analisar o cenário político e os projetos de médio prazo da burguesia, a frente que se ocupava da investigação) e a frente das fábricas (para definir a linha política e de intervenção nas fábricas). A Direção estratégica (DS) era o órgão máximo das BR. Sua tarefa era decidir a linha política; era composta por militantes regulares, os dirigentes, e militantes irregulares, isto é, os militantes das brigadas que as várias colunas escolhiam para serem representados, e que eram escolhidos pelas brigadas, garantindo assim a representação de todas as instancias da organização. A DS reunia-se uma ou duas vezes por ano, ou quando alguma coluna ou algum militante o requeria por graves motivos. O Comitê executivo (formado por 4 membros) tinha a função de pôr em execução a linha e as ações decididas pela DS coordenando a atividade de frentes e colunas. Em 1976, em razão dos novos objetivos que as BR se deram com a Resolução da Direção estratégica de 1975 (A saída das fábricas para o “ataque ao coração do Estado”), a estrutura organizativa foi remodelada: a Frente das fábricas foi inserida na Frente de massas, articulada em “Classe operária e fábricas”, “trabalhadores do setor de serviços”, “proletariado periférico”; Frente da contrarrevolução, articulada em “forças policiais” e “cárcere”. As frentes são vetores da linha política das BR, estruturas verticais que coordenam as atividades das brigadas ao programa estratégico decidido pela direção.

4. A unificação do teórico e do prático, do político e do militar

Na auto-entrevista de 1971, ao responder a pergunta “O que vocês entendem por poder proletário alternativo?” as BR respondem:

Entendemos dizer que a revolução não é apenas um fato técnico-militar, e a vanguarda armada não é o braço armado de um movimento de massas desarmado, ao contrário, é o seu ponto de unificação maior, a sua demanda de poder¹⁴³

E ainda:

[As BR] não são “organismos militares”, é completamente estranho ao nosso trabalho a “divisão” entre “organismos políticos” e “organismos militares”. O princípio que outros formularam, de que a política deve guiar o fuzil, é por nós praticado em um sentido preciso, isto é, solicitando cada companheiro e cada núcleo de companheiros a um profundo esclarecimento político a fundamento e escolha do próprio comportamento revolucionário, se for preciso também militar¹⁴⁴

A unificação do político e do militar, que é unificação do teórico e do prático, é o elemento mais característico das BR, não só pela ruptura com a tradição dos partidos comunistas. Não é casual que esta necessidade de reunificar o saber e o fazer venha de operários e técnicos comunistas, pois se trata de uma questão central que diz respeito ao trabalho, era uma guerra à divisão social do trabalho. A reunificação do teórico e do prático produz outra peculiaridade, ausente nas outras formações da esquerda, tanto da esquerda revolucionária como da esquerda institucional: um militante BR, qualquer que seja sua posição no interior da organização deve estar pronto a desenvolver qualquer tarefa, desde a redação de um panfleto até a ação armada. Isto significa que nas BR não existe a figura do “intelectual” que dirige e do militante que executa a ação. O exemplo do Prospero Gallinari, um dos máximos dirigentes das BR é exemplificativo a este propósito: entre os mais procurados pela polícia, foi pego enquanto estava trocando a placa de um carro. Existia evidentemente uma divisão a nível hierárquico

O companheiro que dirige é aquele que tem mais experiência e mais capacidade. No interior da organização há espaço para todos, cada um pode dar sua contribuição, mas por outro lado não somos todos iguais, e você reconhece espontaneamente a autoridade de um companheiro. Quando isto vem a faltar, no período da crise, falta um pilar da organização. E a definição da linha política era formalizada e garantida. A DS, o máximo órgão que estabelecia a linha política, era formada por companheiros regulares, os dirigentes, e os irregulares, isto é, os companheiros das brigadas que as várias colunas enviam como representantes e que eram escolhidos pelas brigadas, não

¹⁴³ BRIGATE ROSSE, Autoentrevista, Milão setembro 1971, em **Le parole scritte**. Roma: Sensibili alle foglie, 1996, p. 38.

¹⁴⁴ BRIGATE ROSSE, Molti compagni o gruppi della sinistra rivoluzionaria..., Milão abril 1971, em *ibidem*, p. 34.

pela direção de coluna. Era um “congresso” que definia os componentes da direção. Aconteceu uma única vez que alguém se auto propôs à direção¹⁴⁵

Barbara Balzerani descreve a organização como uma espécie de autarquia.

Nunca recorremos a ajudas externas, não o fizemos para o financiamento da organização, tampouco para providenciar o material necessário ao funcionamento da organização, por exemplo, documentos de identidade, placas de carro, aprendemos a reproduzir tudo que precisávamos com uma alta precisão. Para nós era uma condição de segurança e uma forma de garantir nossa autonomia¹⁴⁶

Como dissemos, todo militante, independentemente de sua posição na organização, devia aprender a fazer tudo que era necessário. Paola Besuschio dá um exemplo do que isto significava. O primeiro sequestro político realizado pelas BR em 1972, Idalgo Macchiarini. Macchiarini é conhecido na Sit-Siemens por ser um dirigente fascista, patrão, arrogante, é um dos que persegue a classe operária, as mulheres sobretudo. Encarna o poder e a gestão do poder pelos patrões.

A ideia era bem simples, apanhá-lo, carrega-lo numa van, dar duas voltas, o tempo necessário para fotografá-lo com um cartaz pendurado no pescoço e dois velhos revolver da época da Resistência que nos foram doados por partigiani. O panfleto com a foto é distribuído capilarmente em toda Milão, nos bairros do Giambellino e San Siro em particular, colocado nas caixas de correio. Nós não tínhamos fotógrafos e tipógrafos, tampouco tipografias. Não tínhamos nada e tivemos que inventar um modo de reproduzir a foto, e o texto debaixo da foto. Eu tinha um amigo em Trento, dos tempos da faculdade, que tinha montado uma pequena câmera obscura, mas não tinha ideia de como revelar fotos. Mario sabia menos ainda. Aprendemos. Encontramos um jeito de reproduzir a foto e colocar a legenda. Foi tudo experimental. Fomos comprar papel para imprimir fotos em uma loja de material fotográfico de Milão. Foi então que descobri que existiam diversos tipos de papel, porque me perguntaram que tipo de papel queria. Enfim revelamos a foto. Depois fizemos a operação de montagem, colocamos o texto escrito debaixo da foto e batemos uma foto da foto. Foi uma das primeiras ações “faça você mesmo” com alta tecnologia artesanal. Com o tempo aprimoramos a técnica, os nossos RG eram perfeitos¹⁴⁷

¹⁴⁵ BALZERANI, Barbara, *ibidem*

¹⁴⁶ BALZERANI, Barbara, entrevista, maio 2017

¹⁴⁷ BESUSCHIO, Paola, entrevista, maio 2016

L'Unità tituló em um artigo *Foto sob encomenda*:

Ontem as assim ditas Brigadas Vermelhas enviaram para uma agência de prensa a fotografia do dirigente da Sit-Siemens, no momento do sequestro, com o cano de um revolver na bochecha direita e outro revolver que o ameaça à esquerda, e com um cartaz pendurado no pescoço. Esta fotografia, de estilo tipicamente fascista, destacava-se nas primeiras páginas dos jornais que apoiam a campanha da “ordem”, desde o diário da DC até o do MSI [...] esta foto é realmente exemplar para propagandear o “terror vermelho”. Tão exemplar que parece encomendada pelos escritórios eleitorais dos partidos amigos dos patrões. Aliás, tão “exemplar”, perfeita e tempestiva que aumenta a fundada suspeita de que estas “brigadas” (vermelhas no nome, mas pretas nos fatos), agem justamente sob encomenda¹⁴⁸

Na realidade, diversamente de quanto se afirmava no artigo, esta forma de exposição do inimigo capturado estava na tradição da esquerda comunista. A Volante Rossa, organização armada ativa em Milão nos meses sucessivos ao fim da II Guerra mundial e

¹⁴⁸ *Foto su commissione, L'Unità*, 10 março 1972, p. 2 [Ieri, le sedicenti Brigate rosse hanno fatto pervenire ad un'agenzia di stampa la fotografia del dirigente della Sit-Siemens, al momento del sequestro, con la canna di una pistola piantata sulla guancia destra ed un'altra pistola che lo minaccia da sinistra, mentre dal collo gli pende un cartello con lo slogan: «Tutto il potere al popolo in armi. Questa fotografia, di stile tipicamente fascista, ha campeggiato sulle prime pagine dei giornali che sostengono la campagna dell'«ordine», dal quotidiano della DC all'organo del MSI. (...) quella foto è veramente esemplare per reclamizzare il «terrore rosso» Tanto esemplare che sembra commissionata dagli uffici elettorali dei partiti, amici dei padroni. Anzi, è così «esemplare», perfetta e tempestiva da accrescere il fondato sospetto che queste «brigate» (rosse di nome, ma nere di fatto) agiscano proprio su commissione.

diretamente ligada ao PCI, aplicou-a com frequência contra os fascistas. Foi depois retomada na década de Setenta. Um dos casos mais famosos ocorreu em julho de 1970 em Trento, quando um vereador do MSI e um dirigente da Cisl, acusados de agredir e ferir dois operários da empresa Ignis, foram pegos pelos operários da fábrica que lhe penduraram cartazes no pescoço exibindo-os nas ruas da cidade. Esta foto também ficou famosa. Diversamente da opinião de L'Unità, Curcio julgou significativo o impacto provocado pela imagem: comunicava internacionalmente (a foto foi publicada pelos maiores diários do mundo) a existência em um país de capitalismo avançado, de uma organização que praticava a guerrilha urbana. Demonstrava que podia ser um caminho praticável e comunicava na Itália a existência da luta armada.

Precisávamos de instrumentos, de ferramentas que nem sempre era possível comprar, mesmo tendo dinheiro (através de roubos aos bancos), então passamos a construí-los. Queríamos fazer uma transmissão clandestina usando canais de tv. Como fazer? Temos uma fábrica com todas as ferramentas e ponte rádios, tínhamos companheiros que nos apoiavam, que estavam vinculados à Organização ainda que não participassem oficialmente. Em um local com controle altíssimo, com espiões e guardiões e que haviam controlado todos nós, fizemos uma operação militar, conseguimos levar um transmissor e tudo que precisávamos escondendo tudo em diversas bolsas. Faltava um quartzo, era necessário para fazer transmissões radio no canal 1 da Rai. Não foi fácil, mas conseguimos achar um laboratório no interior da região de Milão. Vou eu, era uma menina. O empregado faz uma série de perguntas que não sei responder, não sabia nada de quartzo, finjo ingenuidade, consigo enfim comprar o quartzo, quem sabe o que o senhor pensou! Os companheiros – tínhamos tantos técnicos – põem em função o transmissor e iniciamos a programar em Milão transmissões clandestinas, no ar às 20 horas, a hora do Jornal. O grupo da XXII de outubro já tinha feito em Genova, mas interceptando um repetidor. Nós somos mais autônomos¹⁴⁹

A primeira transmissão foi feita em Sesto San Giovanni, em frente à sede regional de CGIL-CISL-UIL. Sesto é um bairro popular, onde moram os operários das fábricas. Escolhemos o prédio de sete andares, o maior, esperamos que alguém entre para abrir o portão e subimos até o terraço. O porteiro perguntou onde nós íamos. “Vamos arrumar as antenas”! Às oito da noite! Depois de um tempo ele subiu, mas já tínhamos transmitido. Era muito mais fácil do que fazer panfletagem. Para cada ação tinha panfletagem. Deixávamos panfletos em todos os bairros proletários, em todas as caixas de correios das habitações sociais, correndo até um certo perigo porque nas habitações sociais moravam também policiais. Descobrimos que todo mundo lia, mas nunca ninguém denunciou nada. A segunda transmissão acontece durante o sequestro de Sossi. A gestão do sequestro não pode ser feita apenas com o panfleto em fábrica. Precisamos comunicar com o mundo. Estamos no interior da Sit-Siemens e fazemos uma transmissão. A primeira foi fora da fábrica: um carro e dois alto falantes, a segunda no

¹⁴⁹ Idem

interior da fábrica, ações de propaganda armada organizadas em meio a centenas de operários¹⁵⁰.

5. Os militantes

Tendo como referência os dados do mapeamento realizado para *Progetto Memoria* – um grupo de pesquisa que se formou no interior da cooperativa Sensibili alle Foglie formada por um grupo de presos políticos das BR – o número de militantes BR é de 911 (25% são mulheres). O dado se refere ao número de militantes presos e processados. A coluna que em absoluto expressou o maior número de militantes é a coluna romana, seguida da coluna de Turim, Milão, Genova, Toscana (na Toscana não existiu uma coluna, mas um Comitê revolucionário toscano). Os primeiros militantes que fundam as BR, como dissemos, são operários, técnicos e estudantes. Antes de ingressar nas BR militam nos sindicatos, nos partidos da esquerda (o PCI em particular), ou participam do movimento estudantil. As primeiras duas colunas que se formam, de Milão e de Turim, e sucessivamente a coluna veneta, estruturada na área industrial do petroquímico de Porto Marghera, dão a primeira feição às BR, estreitamente ligada ao mundo da fábrica e ao estilo de vida dos operários e do proletariado do Norte. Diversamente do que foi escrito por muitos anos, são pessoas inseridas na sociedade, na produção, são os “incluídos” – entre outros: operários (23,5%), estudantes (12,2%), empregados (8,9%), trabalhadores dos serviços (5,8%), trabalhadores independentes (3,8%), professores (3,8%), técnicos (2,2%) –¹⁵¹. Ao longo de sua trajetória, as Brigadas vermelhas incorporam outros militantes: eles chegam em parte de Potere Operaio, que se dissolve em 1973, em parte da organização de Autonomia operaia organizzata e dos movimentos de 1977, do novo proletariado urbano e das formações atuantes nas periferias das grandes cidades. A longevidade das BR faz com que diversas gerações de militantes ingressem, gerações que se forjam em um contexto social e político diferente em relação ao vivido pelos militantes mais antigos, mesmo quando provem das mesmas fábricas. Além disto, a escolha estratégica lançada em 1974 de ataque ao coração do Estado, estende a ação fora da fábrica, isto é, fora do Norte industrial. A este propósito é necessário deter-nos sobre a formação da coluna romana por suas peculiaridades.

¹⁵⁰ ZUFFADA, Pierluigi, entrevista, maio 2016.

¹⁵¹ Os dados foram levantados por Progetto Memoria e se referem aos 911 presos políticos das BR. **La mappa perduta. Vol. I.** Roma: Sensibili alle foglie, 1994, p. 62

6. A Coluna romana

A Coluna romana expressa o maior número de militantes e vai até o fim da história brigadista (desde 1975-76 até 1987-88). Roma é uma cidade quem não tem fábricas e o processo de formação dos militantes que ingressam nas BR se dá em um contexto político e social diferente daquilo que dá origem ao primeiro núcleo da organização.

Roma não é uma cidade industrial. Não vive, ou vive marginalmente, os conflitos de fábrica das cidades do Norte. Enquanto capital, centro do poder político, é porém teatro permanente das tensões que atravessam o país. Desde que se tornou capital da Itália, sofre com alguns problemas estruturais com os quais todas as classes dirigentes que se sucederam tiveram que confrontar-se, desde os liberais no período de entre guerras, ao regime fascista, até os governos republicanos do Segundo pós-guerra. E se confrontaram no plano da repressão policial em primeiro lugar. Como capital, Roma é a cidade que mais atrai trabalhadores de outras regiões economicamente deprimidas, tratando-se de uma imigração caracterizada por trabalhadores que na maioria pertencem a faixas econômicas modestas, originários, na maioria dos casos, do campo. Na cidade se transformam em empregados, trabalham no setor da construção, ambulantes, pequenos comerciantes, artesãos, empregados na pública administração e no setor de serviços públicos (ferrovia, transporte urbano, água e energia elétrica em particular), um proletariado que está fora da fábrica e que historicamente é absorvido com dificuldade até pelo Partido comunista¹⁵². Os conflitos de classes que se desenvolvem em Roma, de alguma maneira, sempre estão ligados ao principal problema da cidade, isto é, a falta de moradia, o que podemos definir uma “emergência estrutural” devido ao peso dos proprietários fundiários e das construtoras e aos processos de especulação imobiliária. Desde o segundo pós-guerra a cidade é administrada por prefeitos da Democracia Cristã, partido que representa os interesses dos proprietários fundiário e do setor imobiliário.

Ao eclodir as lutas de 1968, que em Roma são dominadas pelo movimento estudantil e pela presença dos grupos extraparlamentares, ganha força e uma nova visibilidade e perspectiva a questão da moradia, e dos problemas ligados à moradia, como a falta de transporte público, dos serviços urbanos mínimos, que se somam com um fluxo crescente de imigração: segundo os dados do Registro Civil (Anagrafe), 20.000 famílias – 70.000

¹⁵² Interessante neste sentido a experiência de *Bandiera Rossa*, que com 2000 militantes fora a maior formação armada durante a luta de Resistência em Roma (o PCI contava com 1800 combatentes na cidade).

pessoas – viviam em locais improvisados e provisórios, construídos com escombros e chapas.

Em final da década de Sessenta e nos primeiros anos de Setenta, os dois maiores grupos da esquerda extraparlamentar representavam uma militância de milhares de pessoas. Lotta Continua lança a palavra de ordem “Tomemos a cidade”. Potere Operaio abre sedes nos bairros proletários, nas periferias próximas das poucas fábricas presentes em Roma. O segundo biênio vermelho havia posto a questão de estender a luta nas cidades e encontrar uma forma organizativa de contraposição à esquerda parlamentar. Era possível criar áreas de contra-poder nos bairros proletários? Em parte este processo tinha sido posto em movimento nas cidades do Norte, atrelado pela mesma classe operária protagonista das lutas na fábrica. As lutas pela moradia, por exemplo, tinham como sujeito principal o mesmo operário da fábrica que vê o aumento salarial conquistado com as lutas em fábrica, perdido pelos aumentos das tarifas dos serviços essenciais e pela ausência em alguns casos. Em Roma, a política de intervenção dos grupos da esquerda revolucionária nos bairros encontra e se confronta com um proletariado que vive fora da fábrica, que em alguns casos experimenta pela primeira vez uma participação ativa e coletiva às lutas. Roma, justamente pelo seu passado de lutas ligadas à moradia é um dos territórios mais avançados onde tentar a unificação das lutas econômicas com as lutas políticas.

As ocupações dos primeiros anos Setenta foram inúmeras e criaram conflitos sociais acirrados. Ocupar edifícios ou terrenos queria dizer receber a resposta armada das forças de polícia. Um episódio emblemático foi a ocupação de habitações populares no bairro de San Basilio, em setembro de 1974, quando os ocupantes resistiram por três dias às tentativas de desalojamento. A polícia desaloja, pela força, os ocupantes que, porém, conseguem voltar para suas habitações. As tentativas de desalojar se subseguem e a resistência dos ocupantes também, ajudados pelos militantes da esquerda extraparlamentar (em particular LC) que acorrem para apoiar a luta, que em breve se transforma em guerrilha: a polícia atira, mas encontra a resposta dos habitantes do bairro que respondem. Até as mulheres, donas de casa, armadas de fuzis de caça atiram pelas janelas. Um jovem de 19 anos, Fabrizio Ceruso, militante de um Comitê da Autonomia operária organizada, é morto pela polícia. No dia seguinte a Região Lazio reconhecia o direito a uma habitação popular a quem, tendo os requisitos, tivesse ocupado uma habitação antes de 8 de setembro de 1974.

Em 1974 em San Basilio não ocorreu nenhuma “guerra entre pobres”. Houve uma linha da firmeza por parte do governo Rumor V – já experimentada em 9 de maio de 1974 com o massacre na penitenciária de Alessandria realizado pelas forças policiais dirigidas pelo general Carlo Alberto Dalla Chiesa – que por um lado provocou o homicídio de Fabrizio Ceruso e do outro o ferimento de 47 agentes das forças policiais. Se os governantes estivessem presentes em San Basilio, após às 19.30 de 8 de setembro de 1974, poderiam ver com seus olhos uma revolta armada de massas. Dezenas de habitantes nas janelas com fuzis ou revólver. Muitos nas ruas com pedras, ferrolhos, molotov. Um rapaz protegia-se a cabeça com um capacete vermelho. Era parecido com Fabrizio, mas era só um seu irmão de luta¹⁵³.

Neste episódio, que é apenas um entre as dezenas que ocorreram nestes anos, os militantes que entraram nas BR estavam quase todos presentes, militando em diversos grupos. Nestes “territórios-experiência” das ocupações cruzam diversos sujeitos sociais. Explica Francesco Piccioni

Roma teve uma onda de ocupações de habitações, desde 1968 que continua por toda a década continua até pelo menos a metade da década de Oitenta; constituem uma característica, um lugar em que se encontram figuras sociais diferentes: desde o operário em perigo de perder o emprego, até o pequeno lumpem de bairro, aos companheiros que por causa da militância perderam ocasiões no mundo do trabalho, aos estudantes... em todas estas situações criam-se sinergias, sintonias, comunidade de experiência entre sujeitos diferentes, que porém produzem algo qualitativamente diferente [...] Aquilo que ocorre nas ocupações de habitações, em uma série de lutas nos bairros para a auto-redução, não é luta operária, mas também não é uma luta de marginalizados. É uma luta territorial em que diferentes figuras sociais produzem momentos que são qualitativamente diferentes¹⁵⁴

Observamos também que justamente esta característica, isto é, o fato de não estar ligada à luta de fábrica, pode explicar a maior duração da coluna romana em relação às

¹⁵³ Um relato de Sandro Padula, militante da coluna romana das BR, presente na batalha de San Basilio. [L'8 settembre 1974 non ci fu nessuna “guerra fra poveri” a San Basilio. Ci fu una linea della fermezza da parte del governo Rumor V – e già sperimentata il 9 maggio 1974 con la strage compiuta nel carcere di Alessandria dalla forza pubblica diretta dal generale Carlo Alberto Dalla Chiesa – che da un lato provocò l'omicidio di Fabrizio Ceruso e dall'altro il ferimento di 47 agenti delle forze dell'ordine. Se i governanti fossero stati a San Basilio dopo le ore 19 e 30 dell'8 settembre 1974 avrebbero potuto vedere coi propri occhi una rivolta armata di massa. Decine di abitanti facevano sporgere dalle finestre i fucili da caccia o a canne mozze e le pistole. Molti nelle strade avevano con sé biglie, fionde, sassi, bulloni e bottiglie molotov. Un ragazzo si proteggeva la testa con un casco rosso. Somigliava a Fabrizio ma era soltanto un suo fratello di lotta] <https://baruda.net/2014/09/08/san-basilio-e-fabrizio-ceruso-40-anni-dopo-la-lotta-per-il-diritto-alla-casa-una-testimonianza/> consultado em dez. 2018.

¹⁵⁴ Entrevista a Francesco Piccioni, em **Una sparatoria tranquilla**, cit. p. 120-121 [A Roma c'è stata un'ondata di occupazione delle case, fin dal 1968 che continua per tutto il decennio, continuano perfino verso la metà degli anni 80; costituiscono una caratteristica, un luogo in cui s'incontrano figure sociali differenti: dall'operaio in pericolo di licenziamento, al piccolo extralegale di quartiere, a compagni che hanno perso, causa la militanza, diverse occasioni nel mondo del lavoro, studenti... In tutte queste situazioni si creano sinergie, sinotnie, comunanze di d'esperienza tra soggetti differenti, che però producono qualcosa di qualitativamente diverso (...) Ciò che si realizza nelle occupazioni di case, in una serie di lotte nei quartieri per le autoriduzioni, non è la lotta operaia, ma neppure quella dell'emarginato. È una lotta territoriale in cui diverse figure sociali producono momenti che sono qualitativamente differenti]

outras, e o fato de continuar a ter militância disposta a ingressar até a segunda metade da década de Oitenta, quando as BR estão ao ponto de declarar seu fim.

Cenas de guerrilha estavam bastante difusas antes da constituição da coluna romana das BR, em 1977 e antes deste período, em função da presença de organizações fascistas – outra característica da cidade – que foram particularmente ativas nestes anos, provocando agressões e mortos, aos quais a esquerda extraparlamentar respondeu. Foi o momento em que se difundiu em parte do movimento o *antifascismo militante*, algo que ficou estranho à linha política das BR.

Este é o contexto de atuação e de formação dos militantes romanos das BR, os quais estão presentes nas lutas territoriais (sobretudo nas ocupações de habitações) como militantes da esquerda extraparlamentar, em prevalência PO. Quando em 1973 os grupos entram em crise – PO em particular – a base militante se separa do grupo dirigente. Parte dos militantes destas formações darão origem à coluna romana que se forma entre 1975 e 1976.

Diversamente de quanto foi escrito, a coluna romana não nasce como exigência das BR de organizar e realizar o sequestro de Aldo Moro. Como em todas as outras ocasiões em que as BR deram vida a colunas, isto aconteceu porque foram chamadas pelas formações que atuavam no território, e a coluna nascia se existiam as condições necessárias. No caso de Roma, foram grupos de ex militantes de PO, que após a dissolução do grupo deram vida a uma formação chamada Tiburtaros, a contatar as BR e a construir as primeiras estruturas. Em seguida entrou um grupo de militantes da formação marxista-leninista chamado Viva il comunismo, e dos comitês de autônomos. Serão criadas brigadas territoriais (as primeiras: Tiburtina, Università, Centocelle, Torrespaccata, Primavalle) e brigadas de serviços (hospitaleiros, ferrovia, e SIP, a antiga empresa de telecomunicações) e as frentes da Contrarrevolução e Logística. Entre os primeiros militantes: Valerio Morucci e Adriana Faranda, das FAC (Formazioni Armate Comuniste); Barbara Balzerani, Gabriella Mariani, Antonio Marini, Enrico Triaca, Teodoro Spadaccini do grupos dos "Tiburtaros"; Bruno Seghetti, Anna Laura Braghetti, Antonio Savasta, Emilia Libera, Renato Arreni do Comitato Comunista Centocelle (CO.CO.CE); Francesco Piccioni, Marcello Capuano, Luigi Novelli, Marina Petrella, Stefano Petrella, do grupo "Viva il Comunismo".

Em uma segunda fase, uma grande parte dos militantes que participaram do movimento de 1977, pediu para ingressar nas BR, sobretudo após 1978. As BR não

interagiram com este movimento, diverso por instâncias e por composição social. As “candidaturas” foram atentamente filtradas, justamente em razão das diferenças políticas que caracterizavam estes militantes.

Capítulo 5

1. *Entre o Chile e a Fiat*

O ano de 1973 é um divisor de água: é o ano que registra em absoluto as conquistas maiores da classe operária italiana, mas é também o fim de um ciclo de lutas ofensivas. Em outono de 1973, a crise mundial do capitalismo muda profundamente o cenário e o empresariado inicia massivamente a reestruturação. Nas fábricas italianas, encontrará, de qualquer forma, uma capacidade de resistência da classe operária que será superada através de um papel preponderante desenvolvido pela magistratura, pelas organizações empresariais (Confindustria) e sindicais e pelo aparato militar, face ao imobilismo do sistema político.

Dois eventos, entre os muitos que ocorrem, assumem um papel decisivo para os desdobramentos sucessivos no campo da esquerda, separando de forma inconciliável as forças que se chamavam à comum raiz marxista, ainda que diversamente declinada, e ampliando o espaço para a luta armada: nas fábricas, ainda que em flexão em relação às movimentações de 1969, a movimentação operária não para, e em março alcança o ponto mais agudo: a experiência que marca o máximo que se alcançou, e seus limites, no contexto da fábrica, os *Lenços vermelhos* (Fazzoletti Rossi), na FIAT. O segundo evento que marca o ano é o golpe chileno, evento que acelera a estratégia do PCI do “compromisso histórico”. Estes dois acontecimentos se inserem em um contexto de crise aguda do capital.

Em 1971, um dos elementos que havia garantido estabilidade monetária vem a faltar. Richard Nixon declara o fim da fixação do valor entre dólar e ouro. Isto queria dizer que o valor do dólar valia de por si, sem mais relação com outros bens, mas apenas em função da força política estadunidense. A flutuação das divisas representará um problema para os países que dependiam das importações, em particular, os países dependentes das fontes de energia, o petróleo em primeiro lugar. Em 1973, em seguida à guerra do Kippur, a OPEC, a associação árabe dos países produtores de petróleo, decide suspender a venda da matéria prima para os países ocidentais pelo apoio dado a Israel. Isto teve repercussões imediatas, provocando penúria e aumento do preço do petróleo e desencadeando uma crise energética.

O então governo Rumor (DC) lança a política de austeridade econômica. Registra-se um aumento sensível dos preços da gasolina e do querosene que se refletem em aumento de todos os preços. O preço de um aluguel corresponde à metade do salário de um operário. É proibido o uso de carros aos domingos, é fortemente limitado o sistema de aquecimento nas habitações. Entra-se numa espécie de economia de guerra, proposta pela imprensa como um retorno aos tempos antigos, exaltando o espírito de sacrifício, a modéstia nos comportamentos. Neste contexto, e com uma crise de sobreprodução e queda dos lucros para as grandes empresas, os industriais colocam a questão da reestruturação produtiva. Para sua realização é necessária a colaboração entre empresas, governo, partidos e sindicatos.

2. “Fazzoletti Rossi”

Como vimos no capítulo precedente, desde o outono de 1972, com a abertura das negociações para o contrato dos metalúrgicos, a mobilização na FIAT é elevada e as BR crescem neste clima. A Federação dos empresários (Federmeccanica) pressiona para uma lei que regule o direito de greve e medidas contra o absentismo. Os sindicatos colocam na plataforma, entre outras coisas, a questão da redução do horário de trabalho, a abolição das categorias. Na Fiat, greves, passeatas internas, “varreduras”, ataques aos chefes acontecem quase diariamente desde dezembro e iniciam formas de luta completamente separadas das lutas sindicais. Entre estes grupos estão os “lenços vermelhos”. São chamados assim porque para evitar de ser identificados usam um lenço vermelho para esconder o rosto. São um movimento autônomo que se desenvolve no interior dos estabelecimentos FIAT e serão os protagonistas da ocupação armada de março. São uma milícia armada que ultrapassa e põe em crise as mesmas organizações extraparlamentares e revolucionárias. Como observam Moroni e Balestrini, os protagonistas desta revolta não são os operários do Sul desenraizados, mas jovens escolarizados que cresceram nas lutas de 1968-69¹⁵⁵, que experimentaram as formas de luta destes anos nos bairros proletários que se tornam aos poucos militarizados¹⁵⁶, e que expressam a rejeição da ordem social.

¹⁵⁵ BALESTRINI, Nanni, MORONI, Primo, *L’orda d’oro*, cit., p. 435

¹⁵⁶ Foi Walter Alasia, jovem militante das BR de Milão (será morto pela polícia em 1976 e a coluna de Milão assumirá seu nome), que mostrou a Renato Curcio as mudanças ocorridas nas periferias de Milão em poucos anos. No lugar dos grupos de fascistas, estava agora a polícia a vigiar o território e que para muitos,

No relato de um dos operários que organizam a ocupação:

às 9 horas de quinta-feira, um companheiro me liga e me diz “Mirafiori está ocupada, todos os portões estão bloqueados”. Às 10.30 chego na fábrica com mulher e filho, porque ela também queria saber o que era uma ocupação, porque em casa conto sempre das lutas que acontecem (...) No momento em que a luta se torna a tua luta, é um momento de festa proletária, é o momento em que todos conseguem ganhar a própria identidade, param de serem peça de uma máquina, tornam-se cérebros que se coordenam e dirigem a si mesmos e aos outros. Se assim não for, qual seria o sentido de ocupar uma fábrica? Os fura-greves, tão empapados das historíolas do patrão perguntavam se era preciso apresentar um pedido escrito para sair ou entrar. (...) A coisa mais entusiasmante, aquela que te dá a ideia da força e da consciência de classe dos operários, foi o filtro. Decidimos que só entrariam operários e não os chefes (...) com os fura-greve, foi diferente, havia também o processo popular, lembrávamos a eles tudo que fizeram durante cinco meses contra nós. Os mais duros iam embora, os que uma ou duas vezes participaram da greve eram reeducados. Havia todos os companheiros da equipe que lhe lembravam todos os episódios, porque os operários têm memória, algumas vezes lembramos com modos rudes¹⁵⁷.

É importante aqui ressaltar como nestes dias que foram de conflito acirrado, não houve por parte da direção da Fiat e por parte do governo, algum tipo de ação repressiva, limitando-se a FIAT às ameaças. É um momento em que a correlação de forças é favorável para os metalúrgicos. Mas é também a tomada de ato que conquistar a fábrica não significa reverter as relações de dominação: o máximo que se pode conquistar é um acordo sindical. E a conquista sindical de março de 1973 é o ponto mais elevado de conquista operária: abolição das categorias e aumentos iguais para todos, direito à instrução pago pelos empresários (a lei das 150 horas), redução do horário de trabalho, aumento das férias. Mas era suficiente, como aconteceu, uma crise profunda do capital para anular as conquistas. A ocupação armada da FIAT era um evento enorme do ponto de vista político, mas sobretudo simbólico que, por outro lado, reduzia-se a um acordo

esta presença era vivida e sentida como uma forma de opressão. Cfr. CURCIO, Renato, **A viso aperto**, cit., p. 113-114

¹⁵⁷ *Come ci siamo presi la fabbrica: racconta un operaio*, **Lotta Continua**, 31 de março de 1973, p. 3. [Alle 9 di giovedì dormivo, un compagno mi ha telefonato e ha detto che tutta Mirafiori è occupata, tutte le porte sono presidiate. Alle 10.30 arrivo con moglie e il bambino, perché anche lei voleva sapere che cosa era un'occupazione, perché in casa io racconto sempre le lotte che avvengono (...) Nel momento in cui la lotta diventa tua, è un momento di festa proletaria, dove tutti riescono ad acquistare la propria identità, non sono più rotelle, sono una serie di cervelli che si coordinano e dirigono se stessi e gli altri. Se no, che senso avrebbe occupare una fabbrica? C'erano i crumiri talmente imbevuti delle favole del padrone che venivano a chiedere se c'era bisogno di un permesso scritto per uscire o rientrare. (...) Ma la cosa più entusiasmante e quella che ti dà l'idea della forza e della coscienza degli operai, è stato il filtro. Si era deciso che entrassero solo gli operai, e non i capi. Il blocco è stato fatto anche per i crumiri (...) Coi crumiri c'era anche il processo popolare, gli ricordavano tutto quello che hanno fatto in 5 mesi ai nostri danni. Quelli incalliti andavano via, quelli che per esempio avevano scioperato una volta sì e una no, venivano rieducati. C'erano tutti i compagni di squadra che gli ricordavano tutti gli episodi, perché gli operai hanno la memoria lunga, qualche volta gliel ricordo nei modi bruschi]

sindical, quando o conteúdo desta revolta já não era mais uma questão salarial, mas um conflito de classes que assumia claramente as feições de um embate para o poder. É importante ressaltar que se trata de uma página da história italiana completamente removida.

Em 1973 a expressão “autonomia operária” significou algo novo, algo mais radical. Iniciou a significar que a existência operária, a comunidade solidária proletária pode organizar condições sociais de troca, produção e convivência autônoma da legalidade burguesa. Autônomas da lei da prestação do tempo, da lei da propriedade privada. O princípio da autonomia assumiu o seu pleno significado etimológico: a sociabilidade proletária define suas próprias leis e as pratica no território ocupado militarmente pela burguesia. Este princípio se difundiu rapidamente, determinou a crise e tornou residuais os grupos extraparlamentares¹⁵⁸.

Punha-se de novo a questão de como continuar, e para parte do movimento, a escolha da luta armada, que até então no quadro da esquerda revolucionária era minoritária, pareceu um horizonte possível ampliando sua força de atração. A dissolução de PO e a reaproximação de LC no álveo da esquerda parlamentar em um primeiro momento e a sua dissolução em seguida, favoreceram a formação de organizações armadas nos anos sucessivos e o crescimento das BR. Para as BR é claro que o horizonte da fábrica não é mais suficiente e que é preciso ir para além da fábrica.

Em outono de 1973, a crise mundial do capitalismo muda profundamente o cenário. O governo Rumor (DC) lança a política de austeridade econômica, e para os industriais a reestruturação produtiva não é mais adiável. Neste clima, agitações e greves operárias se tornam intoleráveis. A Fiat aumenta a repressão¹⁵⁹ e agita o espectro das demissões e da caixa de integração¹⁶⁰. As greves proclamadas pelos sindicatos têm uma baixa adesão, 25%. Em 10 de dezembro, as BR atuam o terceiro sequestro, Ettore Amerio, chefe do departamento pessoal da Fiat.

¹⁵⁸ BALESTRINI, Nanni, MORONI, Primo, *L'orda d'oro*, cit. p. 436-437. [Nel 73 l'espressione “autonomia operaia” prese a significare qualcosa di nuovo, qualcosa di più radicale. Prese a significare che l'esistenza operaia, la comunità solidale proletaria può organizzare condizioni sociali di scambio, produzione e convivenza autonome dalla legalità borghese. Autonome dalla legge della prestazione di tempo, dalla legge della proprietà privata. Il principio di autonomia assunse il suo pieno significato etimologico: la socialità proletaria definisce le proprie leggi e le pratica sul territorio occupato militarmente dalla borghesia. Questo principio si diffuse rapidamente e determinò la crisi e la residualizzazione dei gruppi extraparlamentari]

¹⁵⁹ A fábrica de Turim passa a aplicar extensivamente a disciplina, registrando em poucas semanas 250 demissões por escasso rendimento no trabalho, ameaçando com multas e advertências.

¹⁶⁰ “*cassa integrazione guadagni*” consiste em um auxílio, financiado com recursos do INPS (Ente de previdência social) ou do Ministério do Trabalho, concedido aos trabalhadores temporariamente não ocupados ou que têm a jornada de trabalho reduzida.

Com modalidade e tempos diferentes dos precedentes sequestros, Amerio é sequestrado e submetido a processo proletário: é um sequestro que dura oito dias e em que as BR avançam exigências para a libertação do prisioneiro. As BR reivindicam imediatamente com um comunicado a autoria do sequestro e põem as condições para libertar o dirigente Fiat: readmissão dos operários demitidos e fim das ameaças de caixa integração; que a imprensa e a televisão relatem as questões postas pelas BR, isto é, as práticas fascistas (identificação das vanguardas operárias e espionagem) praticadas pela Fiat e as demissões das vanguardas operárias; que o preso colabore explicando o funcionamento do sistema de espionagem no interior da fábrica. O secretário da CGIL, Lama, declara: “quem se colocar contra a lei, independente da parte política em que se põe, deve ser preso e punido”. É de fato a censura de ações das quais o próprio sindicato havia participado (atos internos, piquetes, etc.). Nos mesmos dias do sequestro as BR lançam uma campanha de propaganda distribuindo panfletos nas principais fábricas do Norte e em duas fábricas, Sit-Siemens e Breda de Porto Marghera, transmitem por 45 minutos com alto-falantes um “programa” de propaganda. Em poucos minutos reúne-se uma multidão de operários. Polícia e direção Fiat intervêm à procura dos responsáveis. A repressão por parte da polícia se alastra por dias, na fábrica e nos bairros operários e populares da cidade sem resultados: dezenas de operários são levados pela polícia e interrogados, até mesmo delegados sindicais sofrem o mesmo tratamento. A televisão entrevista os operários esperando registrar vozes de condenação do episódio, mas sem êxito, não há entre os operários quem condene o sequestro e a propaganda das BR, tampouco quem denuncie. Assim como não há, entre os operários quem solidarize com Amerio, que no entanto, é descrito pela imprensa e pela mídia como bom pai de família, dirigente exemplar, como “interlocutor unanimemente estimado”, segundo os sindicatos. Em 18 de dezembro Agnelli retira a caixa integração e Amerio é liberado. Ele conta de ter sido muito bem tratado, de não ter sofrido nenhuma violência e diz que “meditará para trabalhar para um futuro melhor”. É acusado pela polícia de não colaborar e sucessivamente é apontado, pela mesma polícia, como principal expoente das BR¹⁶¹. No panfleto publicado em ocasião do sequestro de Amerio, as BR explicavam que para o movimento operário era o momento de escolher entre o caminho do compromisso histórico lançado pelo PCI e a opção da luta armada:

Estamos convencidos da necessidade de prosseguir no caminho das lutas operárias dos últimos cinco anos, ou seja: não dar trégua que permita a burguesia de reorganizar-se;

¹⁶¹ Cfr. **Soccorso Rosso**, cit., p. 105 -107.

atuar para aprofundar a crise de regime; transformar esta crise em primeiros momentos de poder proletário armado, de luta armada para o comunismo. Compromisso histórico ou poder proletário armado: esta é a escolha que os companheiros devem fazer hoje (...) Uma divisão se impõe no seio do movimento operário, mas é a partir desta divisão que nasce a unidade da frente revolucionária que nós buscamos¹⁶²

Surpresa e incredulidade são os termos mais recorrentes, até por parte da esquerda extraparlamentar (II Manifesto, Vanguarda operária, Lotta continua); condenação absoluta por parte da esquerda institucional; solidariedade entre os operários, nas fábricas ninguém pensa em denunciar ou condenar tais iniciativas. Para muitos, principalmente à esquerda, será difícil de aceitar (e o será cada vez mais daqui em diante) a ideia de que operários possam não só pôr em cheque o processo produtivo com as novas formas de luta, de sabotagem, mas que eles possam até mesmo identificar exatamente os principais responsáveis pelas condições de trabalho, sequestra-los, submetê-los a processo e lograr vitórias. Será sobretudo difícil admitir a existência de uma insurgência armada de esquerda para um PCI empenhado no mesmo momento a construir sua legitimidade como partido de governo ao lado do seu principal antagonista.

3. O golpe do Chile, o Compromisso histórico e a ruptura à esquerda

Em março de 1972 o XIII Congresso do PCI elege Berlinguer como secretário geral do partido.

Na relação introdutiva apresentada ao Congresso, Berlinguer introduziu formalmente a questão central do compromisso histórico, que será lançada no ano seguinte como reflexão sobre o golpe chileno

Em um país como a Itália, uma nova perspectiva só pode ser realizada com a colaboração entre as grandes correntes populares: comunista, socialistas, católica. Condição necessária, mas não suficiente para esta colaboração é a unidade da esquerda. A natureza da sociedade e do Estado italiano, sua história, o peso dos estratos médios, a agudeza de grandes questões sociais, mas também políticas e ideais (questão feminina, camponesa, meridional), a profundidade das raízes do fascismo e, portanto, a amplitude mesma dos problemas que se devem enfrentar e resolver, impõe este tipo de

¹⁶² Idem [siamo convinti che è necessario proseguire sulla strada maestra tracciata dalle lotte operaie degli ultimi cinque anni e cioè: non concedere tregue che consentano alla borghesia di riorganizzarsi; operare nel senso di approfondire la crisi di regime; trasformare questa crisi in primi momenti di potere proletario armato, di lotta armata per il comunismo. Compromesso storico o potere proletario armato: questa è la scelta che i compagni oggi devono fare, perché le vie di mezzo sono state bruciate. Una divisione si impone in seno al movimento operaio, ma è da questa divisione che nasce l'unità del fronte rivoluzionario che noi ricerchiamo]

colaboração. [...] Na Itália, o encontro e o confronto entre o movimento operário de orientação comunista e socialista e o movimento popular católico tem um seu preciso conteúdo e objetivo político: renovar o Estado e dar a este um consenso de massas tão amplo e sólido que o ampare de todo tipo de involução conservadora¹⁶³

Propunha-se uma aliança entre as maiores correntes e orientações políticas italianas. A principal questão posta era como responder às demandas fortes de mudança que provinham de amplos setores da sociedade sem provocar uma reação conservadora. Iniciava assim uma estratégia que, segundo a direção comunista, deveria gradualmente abrir o caminho para uma participação do partido ao governo.

O golpe chileno foi ocasião para definir e fundamentar, de forma mais sistemática, os conceitos que desde 1971-72 Berlinguer vinha elaborando. A busca de uma aliança com a DC, na perspectiva que tinha sido lançada, delineava de imediato a nova linha do partido. Quando em 1973 foi decidido, por exemplo, o referendun sobre o divórcio, proposto pelo Vaticano, que visava revogar a lei aprovada em 1970, o secretário comunista afirmou

O desenvolvimento da campanha sobre o divórcio de per si, independentemente do resultado, mudará profundamente, e em sentido negativo, o inteiro quadro político do país [...] danosa e perigosa para os valores essenciais como a paz religiosa do povo italiano, a unidade das massas trabalhadoras, para o destino do regime democrático italiano e a renovação e o progresso de nossa sociedade¹⁶⁴

Nas semanas que seguiram o golpe no Chile, o secretário do PCI escreveu três artigos, publicados em *Rinascita*. Berlinguer realçava as diferenças entre os dois países no que dizia respeito à estrutura social, desenvolvimento das forças produtivas, sistemas institucionais. Existiam, porém, alguns elementos que possibilitavam uma comparação entre os dois países: uma extrema direita reacionária e disposta até a soluções golpistas; uma extrema esquerda revolucionária que poucos dias antes do golpe, Teitelboim definia das páginas de *L'Unità*: “Gente estranha ao povo, com concepções subjetivistas e voluntaristas, que por sua própria iniciativa decidiu abolir as leis da economia política, que ignora a tática e acredita que a revolução inicie pelo fim. São poucos, mas suas ações

¹⁶³ BERLINGUER, Enrico, *Avanti per costruire l'unità operaia e popolare per un governo di svolta democratica per rinnovare l'Italia sulla via del socialismo*. XII Congresso Nazionale del PCI, Milão, 1972. *L'Unità*, 14 março 1972, p. 7-11

¹⁶⁴ BERLINGUER, Enrico, *Rendere effettiva l'inversione di tendenza per avanzare verso una generale svolta democratica*. *L'Unità*, 27 julho 1973, p. 8 [Lo svolgimento della campagna sul divorzio di per sé, indipendentemente da quello che sarà il risultato, muterà profondamente, e in senso negativo, l'intero quadro politico del paese (...) dannosa e pericolosa per valori essenziali quali: la pace religiosa del popolo italiano, l'unità delle masse lavoratrici, le sorti del regime democratico italiano e il rinnovamento e progresso della nostra società]

têm enorme relevância entre a imprensa reacionária'¹⁶⁵. Entre estes dois polos extremos, há um forte partido socialista, que escolheu o caminho pacífico, institucional e legal para a revolução socialista, e uma igualmente forte Democracia cristã, partido ligado às oligarquias, mas também interclassista, com uma forte base nos estratos médios da sociedade chilena. Neste contexto, sintetizava Berlinguer, Allende conseguiu realizar, com a coligação de Unidad Popular, importantes transformações, em primeiro lugar algumas nacionalizações em setores estratégicos da economia – a indústria do cobre – através de uma modificação constitucional. A reação dos EUA e da burguesia chilena é imediata, e em poucos meses provoca uma situação de forte instabilidade social e econômica (fuga de capitais no exterior, fechamento de indústrias e consequente aumento do desemprego, paralisações que desencadeiam o bloqueio no fornecimento de bens alimentares). A leitura do PCI atribui a responsabilidade por esta radicalização da situação que em breve precipita no golpe, à incapacidade do governo Allende de manter e fortalecer a aliança entre Partido socialista e Democracia cristã. O desequilibrar-se das relações entre os partidos que compunham Unidad Popular levam a Democracia cristã de Eduardo Frei a deslocar-se à direita face ao deslocamento à esquerda de parte do Partido socialista junto com a esquerda revolucionária do MIR.

Pouco antes do golpe, Giancarlo Pajetta em uma viagem ao Chile, encontra os principais dirigentes dos partidos que participavam da Unidad Popular, recolhendo opiniões e avaliações muito diferentes sobre a situação e o novo quadro que se tornava cada vez mais tenso. De volta para Itália, em uma relação ao CC dirá: “A experiência chilena demonstra que a política de alianças é indispensável, e demonstra que não há política de aliança sem compromisso”¹⁶⁶. A experiência do governo de Unidad Popular, isto é, uma transição ao socialismo pela via parlamentar/institucional será aniquilada com um golpe.

Sabemos que a política de ruptura da unidade das forças populares e antifascistas levada a cabo por grupos conservadores e reacionários nacionais e internacionais e pela Democracia cristã – uma política que o país pagou duramente – arrestou o processo de renovação iniciado pela Resistência. Não conseguiu, porém, fechá-lo. Um vasto e robusto tecido unitário resistiu no país e nas consciências contra toda tentativa de laceração; e este tecido, nos últimos anos, começou a desenvolver-se de novo, no plano social e político, em novas formas, certamente, mas tendo como protagonistas as

¹⁶⁵ TEITELBOIN, Valodia, *La grande prova del Cile*. **L'Unità**, 11 setembro 1973

¹⁶⁶ PAJETTA, Giancarlo. Rapporto riservato alla direzione. Cit. em FIORI, Giuseppe, **Vita di Enrico Berlinguer**. Roma: Riuniti, l'Unità, 1992, p. 231.

mesmas forças históricas que se uniram na Resistência. Nosso essencial papel – uma tarefa que está ao alcance – é de estender o tecido unitário, unificar ao redor de um programa de luta para a recuperação e renovação democrática de toda a sociedade e do Estado a grande maioria do povo, e de dar a este programa e a esta maioria um alinhamento de forças políticas capazes de realiza-lo. Somente esta linha e nenhuma outra pode isolar e derrotar os grupos conservadores e reacionários, dar solidez e força invencível à democracia, pode progredir para a transformação da sociedade. Ao mesmo tempo, só percorrendo este caminho é possível criar, desde já, as condições para construir uma sociedade e um Estado socialista que garantam o pleno exercício e o desenvolvimento de todas as liberdades. Sabemos, e a trágica experiência chilena mostra mais uma vez, que esta reação antidemocrática se faz mais violenta e feroz quando as forças populares começam a conquistar as alavancas do poder no Estado e na sociedade. Qual a conclusão que devemos tirar disto? Talvez aquela que alguns infelizes propõem, de abandonar o campo democrático e unitário para escolher uma estratégia sombria, e de que já sabemos muito claramente o êxito rápido e inevitável, isto é, o isolamento da vanguarda e de sua derrota? Nós pensamos, ao contrário, que, se os grupos sociais dominantes têm como eixo romper o quadro democrático, dividir o país em dois e desencadear a violência revolucionária, nós devemos ainda mais insistir em manter solidamente em nossas mãos a causa da defesa das liberdades e do progresso democrático, evitar a divisão vertical do país e empenharmos com mais decisão, inteligência e paciência a isolar os grupos reacionários procurando toda possível forma de acordo e convergência entre todas as forças populares¹⁶⁷

Apoiando-se na Declaração programática do VIII Congresso do partido (1956), considerada “o documento mais desafiador do nosso partido”, Berlinguer afirma

O desenvolvimento capitalístico italiano deu lugar à formação de um consistente proletariado. Esta classe [...] força motriz de todo processo de transformação da sociedade permanece, entretanto, uma minoria da população de nosso país e da mesma população trabalhadora. Assim é, também, em maior ou menor medida, em quase todos os países capitalistas. Entre o proletariado e a grande burguesia – as duas classes antagônicas fundamentais no regime capitalista – criou-se de fato, nas cidades e no campo, uma rede de categorias e de estratos intermédios que muitas vezes são considerados em sua totalidade, e genericamente são chamados de “estrato médio”, mas que é necessário na realidade identificar e definir concretamente em sua colocação e função na vida social, econômica e política e nas orientações ideais. Junto com, e várias vezes entrelaçados com estes estratos e categorias intermedias e com o proletariado,

¹⁶⁷ BERLINGUER, Enrico, *Via democratica e violenza reazionaria*. Rinascita, 5 outubro 1973. [E sappiamo, come mostra ancora una volta la tragica esperienza cilena, che questa reazione antidemocratica tende a farsi più violenta e feroce quando le forze popolari cominciano a conquistare le leve fondamentali del potere nello Stato e nella società. Ma quale conclusione dobbiamo trarre da questa consapevolezza? Forse quella, proposta da certi sciagurati, di abbandonare il terreno democratico e unitario per scegliere un'altra strategia fatta di fumisteria, ma della quale è comunque chiarissimo l'esito rapido e inevitabile di un isolamento dell'avanguardia e della sua sconfitta? Noi pensiamo, al contrario, che, se i gruppi sociali dominanti puntano a rompere il quadro democratico, a spaccare in due il paese e a scatenare la violenza reazionaria, questo deve spingerci ancora più a tenere saldamente nelle nostre mani la causa della difesa delle libertà e del progresso democratico, a evitare la divisione verticale del paese e a impegnarci con ancora maggiore decisione, intelligenza e pazienza a isolare i gruppi reazionari e a ricercare ogni possibile intesa e convergenza fra tutte le forze popolari]

existem em nossa sociedade estratos de população e forças sociais (trata-se por exemplo de grande parte da população do Mezzogiorno e das ilhas, das massas femininas e juvenis, das forças da ciência, da técnica, da cultura e da arte) que não são assimiláveis, enquanto tais, dentro da dimensão de “categorias”, e que todavia têm uma condição na sociedade que as aproxima e que em certa medida as une, além de sua posição profissional e até mesmo do mesmo pertencer a um determinado estrato social. Aparece muito claro que para o êxito da batalha democrática que travamos para a transformação e renovação da sociedade é determinante sua colocação, em que sentido se orientam e como se movem estas massas, estes estratos intermédios. É evidente que, para o destino do desenvolvimento democrático e da avançada do socialismo, o fato de tais forças sociais se deslocarem ao lado da classe operária ou contra ela, é fator decisivo. Com relação a esta estrutura econômica e estratificação social da Itália, nós não chegamos apenas a consequências que dizem respeito a nossa política na fase atual, mas fixamos pontos que dizem respeito ao papel de questões tais como a questão feminina, juvenil, da educação e da cultura, e a função dos estratos médios na revolução italiana

Estas considerações introduzem a necessidade de uma política de alianças:

A política das alianças parte da busca de uma convergência entre os interesses econômicos imediatos e de perspectiva da classe operária e os de outros grupos e forças sociais. Mas tal busca não deve ser concebida e atuada de forma esquemática ou estática. É necessário indicar reivindicações e perseguir objetivos que ofereçam concretamente a estes estratos de população e a estas forças e grupos sociais uma certeza de perspectivas, tais a garantir, em novas formas e que possivelmente melhorem seu nível de existência e seu papel na sociedade, mas dentro de um diferente desenvolvimento econômico e dentro de um mais justo e mais moderno sistema social [...] Um grande problema que nos empenha e que deve empenhar em sede teórica os marxistas e os estudiosos da Itália e dos países do Ocidente, é como fazer com que um programa de profundas transformações sociais – que determina necessariamente reações de todo tipo por parte dos grupos mais reacionários – se realize de modo a não provocar posições de hostilidade entre amplos estratos das camadas intermedias, mas que receba, ao contrário, em todas suas fases, o consenso da grande maioria da população [...] Se for verdade que uma política de renovação democrática só pode ser realizada com o apoio da grande maioria da população, a consequência é a necessidade de não apenas uma política de amplas alianças sociais, mas também de um determinado sistema de relações políticas, que favoreçam uma convergência e uma colaboração entre todas as forças democráticas e populares até a realização entre elas de uma aliança política. [...] A contraposição e o conflito frontal entre os partidos que têm uma base popular e que são reconhecidos por massas importantes como seus representantes, conduzem a uma ruptura, a uma verdadeira cisão em dois do país, que seria funesto para a democracia e derrubaria as bases mesmas da sobrevivência do Estado democrático. [...] O problema político central na Itália, foi, e continua ainda mais sendo, de evitar que se chegue a uma soldagem estável e orgânica entre o centro e a direita, uma ampla frente clerical-fascista, e de conseguir, ao contrário, deslocar as forças sociais e políticas que se situam ao centro para posições coerentemente democráticas. [...] Seria uma ilusão pensar que, mesmo que os partidos e as forças de esquerda alcançassem 51% dos votos e da representação parlamentar, isto garantiria a sobrevivência e o trabalho de um governo expressão deste 51%. Eis porque nós não falamos em “alternativa de esquerda”, mas de alternativa democrática, isto é, uma perspectiva política de colaboração e de um acordo entre as

forças populares de inspiração comunista e socialista e as forças populares de inspiração católica e de outra orientação democrática. [...] Temos muito claro o laço entre a Democracia cristã e os grupos dominantes da burguesia e o seu peso relevante, e em determinados momentos determinantes, sobre a política da DC. Mas no interior da DC e ao redor dela existem também outras forças e interesses econômicos e sociais [...] estratos populares, camponeses, jovens, mulheres e até operários¹⁶⁸

¹⁶⁸ BERLINGUER, Enrico, **Alleanze sociali e schieramenti politici**. Rinascita, 12 outubro 1973 [Lo sviluppo capitalistico italiano ha dato luogo alla formazione di un proletariato consistente. Questa classe che una lunga esperienza di lotte - siamo quasi a un secolo di battaglie proletarie - che l'opera educatrice del movimento socialista che l'influenza decisiva che su di essa esercita da cinquant'anni il partito comunista, hanno reso particolarmente combattiva e matura; questa classe, che è la forza motrice di ogni processo di trasformazione della società, tuttavia rimane pur sempre una minoranza della popolazione del nostro paese e della stessa popolazione lavoratrice. Così è anche, in misura maggiore o minore, in quasi tutti gli altri paesi capitalistici. Tra il proletariato e la grande borghesia - le due classi antagoniste fondamentali nel regime capitalistico - si è infatti creata, nelle città e nelle campagne, una rete di categorie e di strati intermedi, che spesso si sogliono considerare nel loro complesso e chiamare genericamente «ceto medio», ma di ognuno dei quali in realtà occorre individuare e definire concretamente la precisa collocazione e funzione nella vita sociale, economica e politica e gli orientamenti ideali. Accanto e spesso intrecciati a questi ceti e categorie intermedie e al proletariato esistono poi nella nostra società strati di popolazione e forze sociali (si tratta, per esempio, di larga parte delle popolazioni del Mezzogiorno e delle isole, delle masse femminili e giovanili, delle forze della scienza, della tecnica, della cultura e dell'arte) che non sono assimilabili, come tali, nella dimensione di «categorie», e che tuttavia hanno una condizione nella società che le accomuna e in una certa misura le unisce, al di là della propria posizione professionale e persino della propria appartenenza a un determinato ceto sociale. Appare chiarissimo che per l'esito della battaglia democratica che conduciamo per la trasformazione e il rinnovamento della nostra società è determinante dove si situano, in che senso sono orientate e come si muovono queste masse, questi ceti intermedi, questi strati di popolazione. È del tutto evidente, cioè, come sia decisivo per le sorti dello sviluppo democratico e dell'avanzata al socialismo che il peso di tali forze sociali venga a spostarsi o a fianco della classe operaia oppure contro di essa. Da questa struttura economica e stratificazione sociale dell'Italia noi non abbiamo ricavato soltanto conseguenze che riguardano la nostra politica nella fase attuale, ma abbiamo fissato dei punti fermi che riguardano il posto che hanno nella rivoluzione italiana questioni come quella meridionale, femminile, giovanile, della scuola e della cultura, e la funzione dei ceti intermedi. (...) la politica delle alleanze ha il suo punto di partenza nella ricerca di una convergenza tra gli interessi economici immediati e di prospettiva della classe operaia e quelli di altri gruppi e forze sociali. Ma tale ricerca non va concepita e attuata in modo schematico o statico. Occorre, cioè, indicare rivendicazioni e perseguire obiettivi che offrano concretamente a questi strati di popolazione e a queste forze e gruppi sociali una certezza di prospettive che garantiscano in forme nuove e possibilmente migliorino il loro livello di esistenza e il loro ruolo nella società, ma in un diverso sviluppo economico e in un più giusto e più moderno assetto sociale. Un grosso problema che ci impegna in sede politica e che deve impegnare di più, in sede teorica, i marxisti e gli studiosi avanzati dell'Italia e dei paesi dell'Occidente, è come far sì che un programma di profonde trasformazioni sociali - che determina necessariamente reazioni di ogni tipo da parte dei gruppi reattivi - non venga effettuato in modo da sospingere in posizione di ostilità vasti strati dei ceti intermedi, ma riceva invece, in tutte le sue fasi, il consenso della grande maggioranza della popolazione. Ciò, evidentemente, comporta una attenta scelta delle priorità e dei tempi delle trasformazioni sociali e comporta, di conseguenza, l'adoperarsi non solo per evitare un collasso dell'economia ma per garantire anzi, anche nelle fasi critiche di passaggio a nuovi assetti sociali, l'efficienza del processo economico. Il problema politico centrale in Italia è stato, e rimane più che mai, proprio quello di evitare che si giunga a una saldatura stabile e organica tra il centro e la destra, a un largo fronte di tipo clerico-fascista e di riuscire invece a spostare le forze sociali e politiche che si situano al centro su posizioni coerentemente democratiche. Ma sarebbe del tutto illusorio pensare che, anche se i partiti e le forze di sinistra riuscissero a raggiungere il 51 per cento dei voti e della rappresentanza parlamentare (cosa che segnerebbe, di per sé, un grande passo avanti nei rapporti di forza tra i partiti in Italia) questo fatto garantirebbe la sopravvivenza e l'opera di un governo che fosse l'espressione di tale 51 per cento.

Ecco perché noi parliamo non di una «alternativa di sinistra» ma di una «alternativa democratica» e cioè della prospettiva politica di una collaborazione e di una intesa delle forze popolari di ispirazione comunista e socialista con le forze popolari di ispirazione cattolica, oltre che con formazioni di altro orientamento democratico (...) Noi abbiamo sempre avuto ben presente il legame tra la Democrazia cristiana e i gruppi

Observamos que pelo menos desde 1971, os dirigentes do PCI colocavam repetidamente a questão central de como avançar, ainda que dentro de um percurso de reformas, sem provocar uma reação da direita. Neste sentido, o ensaio de Berlinguer é uma confirmação da linha política já presente. Além disto, destaca-se também a preocupação de controlar e neutralizar os grupos à esquerda do partido. O golpe chileno seria então um aviso: face ao perigo de uma soldagem de um bloco de direita, a classe operária deveria assumir diretamente os interesses nacionais e colocar-se a defesa do Estado. Um Estado que se identifica com a Constituição antifascista. A partir de agora, a identificação entre Estado e classe operária (o partido) vai assumir um papel cada vez mais preponderante no contexto de aproximação política do PCI à DC.

O quadro no campo da esquerda estava cada vez mais dividido. O golpe chileno provocou duas leituras opostas e não conciliáveis. Para os grupos extraparlamentares que ainda existiam a indicação estava centrada sobre os limites da democracia parlamentar e sobre a impossibilidade de construir o socialismo por via pacífica e eleitoral. E provocou também uma aceleração entre as escolhas possíveis: por um lado o compromisso histórico com a DC, por outro ganhava força a opção da luta armada.

Em 1974, as BR saem da fábrica para atingir aquilo que identificam como elo mais débil do Estado, a magistratura. É a primeira ação fora do território geográfico e político

dominanti della borghesia e il loro peso rilevante, e in certi momenti determinante, sulla politica della DC. Ma nella DC e attorno ad essa si raccolgono anche altre forze e interessi economici e sociali, da quelli di varie categorie del ceto medio sino a quelli, assai consistenti soprattutto in alcune regioni e zone del paese, di strati popolari, di contadini, di giovani, di donne ed anche di operai. Se è vero che una politica di rinnovamento democratico può realizzarsi solo se è sostenuta dalla grande maggioranza della popolazione, ne consegue la necessità non soltanto di una politica di larghe alleanze sociali ma anche di un determinato sistema di rapporti politici, tale che favorisca una convergenza e una collaborazione tra tutte le forze democratiche e popolari, fino alla realizzazione fra di esse di una alleanza politica. D'altronde, la contrapposizione e l'urto frontale tra i partiti che hanno una base nel popolo e dai quali masse importanti della popolazione si sentono rappresentate, conducono a una spaccatura a una vera e propria scissione in due del paese, che sarebbe esiziale per la democrazia e travolgerebbe le basi stesse della sopravvivenza dello Stato democratico.] Il problema politico centrale in Italia è stato, e rimane più che mai, proprio quello di evitare che si giunga a una saldatura stabile e organica tra il centro e la destra, a un largo fronte di tipo clerico-fascista e di riuscire invece a spostare le forze sociali e politiche che si situano al centro su posizioni coerentemente democratiche. Ma sarebbe del tutto illusorio pensare che, anche se i partiti e le forze di sinistra riuscissero a raggiungere il 51 per cento dei voti e della rappresentanza parlamentare (cosa che segnerebbe, di per sé, un grande passo avanti nei rapporti di forza tra i partiti in Italia) questo fatto garantirebbe la sopravvivenza e l'opera di un governo che fosse l'espressione di tale 51 per cento. Ecco perché noi parliamo non di una «alternativa di sinistra» ma di una «alternativa democratica» e cioè della prospettiva politica di una collaborazione e di una intesa delle forze popolari di ispirazione comunista e socialista con le forze popolari di ispirazione cattolica, oltre che con formazioni di altro orientamento democratico. (...) Noi abbiamo sempre avuto ben presente il legame tra la Democrazia cristiana e i gruppi dominanti della borghesia e il loro peso rilevante, e in certi momenti determinante, sulla politica della DC. Ma nella DC e attorno ad essa si raccolgono anche altre forze e interessi economici e sociali, da quelli di varie categorie del ceto medio sino a quelli, assai consistenti soprattutto in alcune regioni e zone del paese, di strati popolari, di contadini, di giovani, di donne ed anche di operai.

originário das BR, Milão e Turim, a fábrica. Trata-se da primeira aproximativa definição de “ataque ao coração do estado”:

A fórmula “ataque ao coração do Estado” é simplificadora e retórica [...] é a evolução da nossa primeira experiência, quando percebemos que a relação entre a propriedade industrial e o Estado é estreita, e atacar a primeira comporta a intervenção do outro. Com o termo conflito não entendíamos, porém, guerra entre o nosso aparato militar quase inexistente e o do Estado: acabariam conosco em um instante. Nosso objetivo era atingir algumas das suas articulações. A primeira foi a magistratura¹⁶⁹.

Assim nasce o sequestro do juiz Mario Sossi, em Genova, cidade onde as BR ainda não têm uma coluna, que só será organizada no ano seguinte. Dispõem de uma base e de alguns militantes, aos quais se apoiam. Como sempre fizeram em sua história, as BR anunciam qual será seu próximo passo. Em um panfleto titulado *Contro il gaullismo portare l'attacco al cuore dello Stato* diziam que existiam duas tendências em ato por parte das forças da contrarrevolução para contrastar a força da autonomia operária, ambas de direita: uma abertamente golpista; a outra passaria para uma “reforma constitucional” de tipo neogaullista. A propósito desta segunda tendência, face à profundidade da crise econômica uma simples alternância no governo não teria a força de mudar a situação.

Uma virada à direita deve enfrentar todos os problemas políticos, econômicos, de segurança pública, com transformações constitucionais precisas, que deem uma nova base a todo o sistema constitucional. Este projeto (..) visa transformar a república nascida da Resistência para uma república presidencial. Os pontos fundamentais deste projeto são: fortalecimento do poder executivo com a atribuição de maiores poderes legislativos e administrativos ao chefe de Estado e ao presidente do Conselho; o esvaziamento progressivo do poder legislativo atribuído ao parlamento; recurso a consulta popular direta através de referendums; revisão da lei eleitoral, de proporcional para maioritário. Um plano tão ambicioso assim, para poder ser realizado precisa de uma solida unidade de direção política e sobretudo de um férreo controle sobre os movimentos das várias forças políticas e sociais em campo [...] O objetivo principal das forças neogaullistas é necessariamente o fortalecimento do controle sobre os centros nodais do aparato estatal [...] é revelador, a este propósito, o processo de reestruturação em curso na magistratura. O neogaullismo está conseguindo realizar o que nem sequer o fascismo conseguiu: construir uma precisa identidade entre seus próprios interesses de poder e a “lei”¹⁷⁰

¹⁶⁹ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, **Brigate Rosse. Una storia italiana**, cit., p. 114. [la scelta dello scontro con lo Stato – “attacco al cuore dello Stato” è la formula semplificatrice e retorica [...] viene dall’evoluzione della nostra prima esperienza, quando ci rendiamo conto che il rapporto fra la proprietà industriale e lo Stato è stretto, e non si può colpire l’una senza che intervenga l’altro. Per scontro non intendemmo però guerra fra il nostro apparato militare, quasi inesistente, e quello dello Stato: ci avrebbero fatti a pezzi in un batter d’occhio. Puntammo a colpirne alcune articolazioni. La prima fu la magistratura].

¹⁷⁰ BRIGATE ROSSE, *Contro il neogaullismo portare l’attacco al cuore dello Stato*. Abril, 1974, em **Soccorso Rosso**, o.c. [Ma la svolta a destra, questa volta, deve dare delle garanzie di stabilità, organicità e

Para atuar este projeto, lemos no panfleto, haverá uma tendência crescente à militarização do poder, a única via de saída para a classe operária será a conquista do poder e a abolição do Estado. O juiz Mario Sossi foi protagonista do processo contra o grupo XXII de Outubro, a primeira formação armada (vinculada aos GAP de Feltrinelli) dando condenações exemplares. Declarava que se quisesse, faria prender 5000 extraparlamentares em poucos minutos. Era a personificação, segundo Curcio, da “justiça ao serviço do poder político da DC”¹⁷¹. No primeiro comunicado as BR escrevem que se trata de um conhecido “perseguidor fanático da classe operária, do movimento dos estudantes, dos comerciantes, das organizações da esquerda em geral e da esquerda revolucionária em particular. Mario Sossi será processado por um tribunal revolucionário”¹⁷². Nos dias seguintes, através de sucessivos comunicados¹⁷³, informam da evolução dos interrogatórios e colocam a questão da libertação dos presos políticos (condenados pelo mesmo Sossi) em troca da libertação de Sossi. Assim, pela primeira vez, põe-se para o Estado a questão de tratar com as BR. Será um mês de confronto entre partidos, sindicatos, instituições, inicialmente todos alinhados ao redor da intransigência: a linha do governo Rumor é que o Estado não trata com bandidos. Com o passar dos dias a frente racha, deixando emergir as contradições e o conflito entre poder político, magistratura e forças de polícia. Se o mundo político mostra intransigência, no interior da magistratura abrem-se espaços que permitem uma superação e uma resolução do caso. É interessante notar a diversidade de comportamento entre sindicatos e trabalhadores em relação ao sequestro. Em 8 de maio os sindicatos convocam uma greve com a palavra de ordem “Rejeitar toda chantagem”, contra os “sinistros” sequestradores de Sossi, fascistas

credibilità; deve affrontare tutti i problemi politici, economici, di sicurezza e di ordine pubblico alla radice, con trasformazioni costituzionali precise, che diano una nuova base a tutto il sistema istituzionale del nostro paese. Questo progetto, di cui parlò esplicitamente per la prima volta Leone nel suo discorso della fine dell'anno 1973, mira alla trasformazione della repubblica nata dalla Resistenza nel senso della creazione di una repubblica presidenziale. I punti fondamentali di questo progetto sono: il rafforzamento dell'esecutivo con l'attribuzione di maggiori poteri legislativi e amministrativi al capo dello stato e al presidente del consiglio; lo svuotamento progressivo del potere legislativo attribuito al parlamento; il ricorso alla consultazione popolare diretta attraverso referendum; la revisione della legge elettorale da proporzionale a maggioritaria. Ma un piano tanto ambizioso per poter essere realizzato ha bisogno di una salda unità di direzione politica e soprattutto di un ferreo controllo sui movimenti delle varie forze politiche e sociali in campo. L'obiettivo principale delle forze neogolliste è necessariamente il rafforzamento del loro controllo sui centri nodali dell'apparato statale. [...] Illuminante a questo proposito è il processo di ristrutturazione in atto nella magistratura. Il neogollismo sta tentando di realizzare ciò che neppure il fascismo era riuscito a fare: costruire una precisa identità tra i propri interessi di potere e la “legge.”]

¹⁷¹ CURCIO, Renato, **A viso aperto**, cit. p. 89.

¹⁷² BRIGATE ROSSE, Comunicato n. 1, em SOCCORSO ROSSO, **Brigate Rosse**, cit., p. 119.

¹⁷³ O Comunicato n. 5 é o mais eficaz, como evidenciado em SOCCORSO ROSSO, de todo o sequestro: “Taviani é tratado como um vulgar delinquente. Emergem revelações sobre o tráfico de armas, argumento já investigado pelas BR usando as confissões de Sossi. O terror corre entre magistrados e policiais de Genova. Sossi falou”, em SOCCORSO ROSSO, **Brigate Rosse**, cit. p. 216

que alimentam a “estratégia da tensão”. Os operários autônomos da Ansaldo difundiram um panfleto em que rejeitavam a solidariedade ao magistrado, definindo a greve como prejudicial e contraproducente, porque impunham a defesa de instituições que permitiam “a exploração, a miséria, a opressão de muitos por parte de poucos”, impondo baixos salários e aumentos dos preços. Eram aquelas mesmas instituições que “davam a impunidade a criminosos fascistas e mandavam prender quem reivindicava direitos”¹⁷⁴. A greve foi de fato aquém das expectativas dos sindicatos, com uma baixa adesão entre os trabalhadores.

O juiz é solto após um mês de confronto entre as principais instituições em troca da “promessa” (que não será atendida) da libertação de presos políticos do grupo XXII de Outubro que estavam na espera do processo¹⁷⁵. O impacto provocado pela ação foi forte e deu às BR uma projeção nacional, por outro lado, insinuaram dúvidas sobre a autenticidade das BR e parte da esquerda extraparlamentar expressou condenação para o sequestro, considerado uma provocação, em particular LC (que contribui a difundir em passado, campanhas contra o magistrado) e Il Manifesto¹⁷⁶. A eles, às forças da esquerda revolucionária, Leonardo Sciascia punha este questionamento:

Segundo a ortodoxia revolucionária, não há dúvida que a ação das BR tenha sido, no caso de Sossi, absolutamente irrepreensível, tanto no que diz respeito à tempestividade como nos efeitos. Se um movimento revolucionário não conseguir se insinuar nas rachaduras que a sociedade, o regime, o estado, lhe oferecem, se não sabe ampliá-las; se não sabe fazer com que as contradições internas desta sociedade, deste regime, deste estado se aprofundem e eclodam, não se entende por que, e em relação ao que, se pode definir revolucionário. Contudo, no arco nominalmente revolucionário do nosso país, ela foi entendida e explicada em tantas maneiras, menos que a mais óbvia: ou seja, a maneira de preparar ou de iniciar a preparar, ou iniciar a fazer uma revolução. Não reconhecer como revolucionária a ação das BR não seria então um sintoma de como

¹⁷⁴ Cfr. CLEMENTI, Marco, PERSICHETTI, Paolo, SANTALENA, Elisa, **Brigate Rosse. Dalle fabbriche alla campagna di primavera**. Roma: DeriveApprodi, 2017, p. 348. O panfleto é disponível em <https://contromaelstrom.com/2012/05/26/23-maggio1974-le-brigate-rosse-liberano-mario-sossi-sequestrato-il-18-aprile/>; cfr. também SOCCORSO ROSSO, **Brigate Rosse**, cit., p. 134.

¹⁷⁵ “uma enorme chantagem que tem como fim desacreditar o estado, exacerbar os conflitos que dividem de modo lacerante magistratura e poder político, a demonstração do colapso do estado burguês”, assim comenta o *Corriere della Sera* (20 de maio de 1974). Uma descrição detalhada de todos os acontecimentos do sequestro Sossi é reconstruída em CLEMENTI, Marco, PERSICHETTI, Paolo, SANTALENA, Elisa, **Brigate Rosse. Dalle fabbriche alla campagna di primavera**. Roma: DeriveApprodi, 2017, p. 339-364. Os autores analisam o comportamento do governo, dos partidos políticos, da magistratura para comparar as sucessivas atitudes no caso do sequestro de Aldo Moro.

¹⁷⁶ O título do jornal foi: Provocadores fascistas que sequestraram Sossi ameaçam matá-lo fingindo uma chantagem política. É a mesma mão do massacre de Estado que agora explora a tensão sobre o Referendum (IL Manifesto, 20 abril 1974) [Provocatori fascisti che hanno rapito sossi minacciano di ucciderlo fingendo un ricatto politico. È la stessa mano della strage di stato che ora sfrutta la tensione del referendum]

mudou a relação entre classes proletárias e revolucionárias? É possível ainda falar de revolução se o gesto revolucionário for temido no meio mesmo das forças que deveriam gerá-lo não apenas para a resposta do gesto contrarrevolucionário, que poderia fácil e desproporcionalmente chegar, mas também porque em si intrinsecamente, contrarrevolucionário? Há de pensar? Há de refletir?¹⁷⁷

Por outro lado, crescem as simpatias para as Brigadas vermelhas e inicia também a primeira importante ação de repressão: através de um infiltrado, as BR sofrem o primeiro golpe: em setembro de 1974, dois dirigentes, Curcio e Franceschini caem em uma emboscada e são presos¹⁷⁸. Eles se declaram imediatamente presos políticos e apelam à convenção de Genebra. Recusam qualquer forma de colaboração. Desde a cadeia, Curcio entrevistado responde sobre a situação e as perspectivas das BR: ele afirma que existe um conflito em curso no país que se insere na mais ampla crise que está afetando os países capitalistas. Na Itália se manifesta no

ciclo crise-recessão-reestruturação, que não pode ser enfrentado recorrendo aos normais instrumentos políticos. A crise do estado, do maior partido, e do modelo de desenvolvimento chegaram a um nível que exige uma ruptura histórica, mais que um compromisso. [...] Existem as condições e as forças para transformar esta crise em uma virada histórica para o socialismo. Mas é necessário preparar, em todos os sentidos, as massas proletárias para novas tarefas, para o inevitável conflito com os projetos e com as forças da contrarrevolução nacional e imperialista. O socialismo não é inevitável, mas é inevitável que a esquerda toda defina sua posição a respeito deste embate¹⁷⁹

Em relação ao PCI, que considera as Brigadas vermelhas e a luta armada com uma força que luta principalmente contra os comunistas, Curcio afirma que se trata de luta política entre duas estratégias divergentes, que o PCI não representa a totalidade dos

¹⁷⁷ SCIASCIA, Leonardo, L'Espresso, n. 25, 2 junho, 1974. [Secondo l'ortodossia rivoluzionaria, non c'è dubbio che l'azione delle BR è stata, nel caso Sossi, assolutamente ineccepibile sia in ordine alla tempestività che agli effetti. Se un movimento rivoluzionario non sa insinuarsi nelle crepe che la società, il regime, lo stato che combatte gli offrono e allargarle; se non sa fare in modo che le contraddizioni interne di quella società, di quel regime, di quello stato si inaspriscano ed esplodano, non si capisce perché e in che cosa possa dirsi rivoluzionario. Eppure nell'arco nominalmente rivoluzionario del nostro paese l'azione delle BR è stata intesa e spiegata in tanti modi, tranne che in quello più ovvio: e cioè come il modo di preparare o di cominciare a fare una rivoluzione. (...) Non riconoscere come rivoluzionaria l'azione delle BR non è dunque un sintomo del mutato rapporto tra le classi proletarie e rivoluzionarie, così come sono oggi rappresentate e si rappresentano, e il potere, e lo stato? È possibile parlare ancora di rivoluzione se il gesto rivoluzionario è temuto nell'ambito stesso delle forze che dovrebbero generarlo non solo per la risposta del gesto controrivoluzionario, che potrebbe facilmente e sproporzionatamente arrivare, ma anche perché in sé, intrinsecamente, controrivoluzionario? Non c'è dunque da pensare, da riflettere?]

¹⁷⁸ Renato Curcio será liberado em fevereiro de 1975 por um comando formado por 5 militantes BR (Moretti, Cagol, Micaletto, Zuffada e Paroli) que assalta com uma ação rápida e incruenta o cárcere onde ele estava detido, em Casale Monferrato.

¹⁷⁹ SOCCORSO ROSSO, cit., p. 159.

comunistas; que parte dos comunistas revolucionários não concorda com a linha do compromisso histórico e que

Quem teorizou a fase da guerrilha urbana como forma específica da guerra de classe é parte integrante do movimento de esquerda, o senhor Berlinguer pode gostar ou menos disso [...] guerra de classe não quer dizer armar-se de fuzil, mas interpretar em termos organizativos e político-militares o antagonismo que ferve nos grandes polos industriais e metropolitanos de baixo da crosta pacifista e legalista da esquerda oficial¹⁸⁰

É preciso observar que, apesar das simpatias para com as BR e da tendência da área da luta armada a crescer – sobretudo com a dissolução dos grupos extraparlamentares – com a emergência de um novo tipo de proletariado juvenil produzido pela crise econômico-social, o debate sobre a luta armada ficava limitado à militância, envolvendo, portanto, uma minoria da população no seu conjunto. A grande maioria continua sob a influência do PCI, apesar da falta de compreensão da proposta de aliança com a DC e da insatisfação da base do partido.

A positiva recepção destas ações, e o manifesto consenso por parte dos operários, desmentia o suposto isolamento das BR entre o movimento operário, contudo, não queria dizer automaticamente disponibilidade a uma militância mais engajada, ainda que não necessariamente armada. Segundo a interpretação, a distância dos fatos, de Salvatore Ricciardi, tratava-se de uma espécie de “torcida”

entre os trabalhadores todas as dinâmicas subversivas, BR, Prima Linea e as outras, eram bem aceitas porque rompiam com uma situação que era chata para todos, não se vivia bem, era uma sociedade fechada, abafada e com poucas liberdades e pouquíssimas saídas. O problema foi, e isto foi um nosso grave erro, confundir consenso com participação. Era uma torcida. Nós precisávamos de participação. Isto não quer dizer que todos deveriam aderir à luta armada, mas participar nos vários campos de conflito de classes revolucionário¹⁸¹.

Pierluigi Zuffada evidencia outro aspecto que de alguma forma coincide com as palavras de Ricciardi:

Éramos considerados por alguns como aqueles que resolvem os problemas. É preciso considerar que temos uma tradição de mais de cem anos de busca, de necessidade de ter líderes. Muitos precisavam de um líder, de alguém que resolvesse os problemas, que punisse os maus e socorresse os bons. Nós pedíamos coisas muito

¹⁸⁰ Ibidem, p.160.

¹⁸¹ RICCIARDI Salvatore, OVIDI Ottone, **Questo è quanto**. Roma: Bordeaux Ed., 2018, p. 51. [Perché in realtà all'interno della popolazione lavoratrice tutte le dinamiche sovversive, Brigate rosse, Prima linea e le altre, erano ben viste, perché rompevano una situazione che era fastidiosa per tutti, non era un bel vivere, una società chiusa, ovattata e con poche libertà e con pochissime vie d'uscita. Il problema è stato, e questo è stato un grande errore nostro, di scambiare il consenso per partecipazione. Era un consenso da tifoso. A noi serviva la partecipazione. Non che tutti dovessero fare la lotta armata, ma una partecipazione nei diversi terreni dello scontro di classe rivoluzionario].

diversas, não éramos seus líderes, tampouco os Robin Hood, éramos gente como eles, que organizava lutas¹⁸²

4. A Resolução da Direção estratégica de 1975

Entre 1974 e 1975, as BR produzem o primeiro documento orgânico em que fornecem uma visão global sobre a crise internacional e italiana e propõem suas linhas estratégicas. Acontece no momento em que a formação alcança, lançando o “ataque ao coração do estado”, a sua máxima relevância nacional com o sequestro Sossi, e em uma fase em que o quadro geral da esquerda ia se definindo com maior clareza: de um lado o PCI com o compromisso histórico (que deixara a base militante do partido em confusão e abrindo contradições no seu interior); do outro lado, a crise dos grupos da esquerda extraparlamentar que se formaram na esteira das lutas de 1968-69 desenha um novo panorama: Uma parte, como LC, AO, Il Manifesto, são reabsorvidos na área institucional (apresentam-se às eleições obtendo escasso sucesso). Outra parte, com a dissolução de PO e em 1976 de LC, se divide entre duas opções: parte da militância, em particular aquela que compunha os “braços armados”, ou que fazia parte da segurança das organizações, dá vida a grupos armados ou ingressa nas BR; outra parte comporá a área da Autonomia operária organizada (Autop).

A Resolução da Direção estratégica (Rds), como assinala o documento, é o desenvolvimento de uma série de reflexões iniciadas em 1973, desenvolvidas nos anos seguintes e elaboradas em forma de tese em cárcere em um documento titulado “crise e revolução”.

A resolução inicia apresentando um quadro da crise imperialista, sua conotação na Europa, e o papel desenvolvido pela Itália, campo estratégico fundamental para o domínio EUA na Europa, pela presença de um quadro interno conotado por uma forte movimentação social e política e pela presença do PCI. A crise capitalista é identificada como a mais grave desde o fim da Segunda guerra mundial, crise de sobreprodução, destinada a eclodir os equilíbrios determinados após o fim da guerra, crise econômica, política e militar que produz duas consequências imediatas: uma transformação do papel do Estado e uma modificação da composição de classes.

¹⁸² ZUFFADA, Pierluigi, entrevista, maio 2016

A atual crise econômica apresenta três caracteres principais: é crise de sobreprodução, ou de subconsumo: após a forte expansão dos anos 1950-1960 (milagre econômico), entramos em uma fase caracterizada por um forte desequilíbrio entre quantidade de mercadorias produzidas ou produzíveis e absorção pelo mercado. Isto representa o aspecto histórico da atual crise; é uma crise em que está presente um forte aumento dos custos das matérias primas, entre as quais o petróleo. Isto faz com que, na medida em que o preço da maquinaria aumentar, como consequência do aumento de preço, tanto das matérias primas que o compõem, como das matérias auxiliares para o seu funcionamento, proporcionalmente o ensaio médio de lucro diminui [...] é crise em presença de uma forte queda do ensaio médio de lucro. Isto constitui o aspecto específico da crise econômica atual. [...] O Estado se torna expressão direta dos grandes grupos imperialistas multinacionais, com polo nacional. Isto é, o Estado se torna função específica do desenvolvimento capitalista na fase do imperialismo das multinacionais; se torna Estado imperialista das multinacionais. O capitalismo italiano procura portanto usar a crise atual para construir o Estado imperialista das multinacionais. Na Itália também tenta-se percorrer o modelo americano-alemão¹⁸³

Se a especificidade da crise é a queda da taxa média de lucro, a consequência será um aumento do desemprego, que será “característica estável de nosso desenvolvimento econômico”. Isto influirá modificando a composição de classe: diminuição de assalariados empregados, aumento dos desempregados e precários, que comporão a população marginal. A partir deste quadro se percebe a previsão de um bloco reformista que luta pela defesa de sua condição de assalariado e o estrato mais produtivo, o operário-massa, da linha de montagem, o sujeito revolucionário, cuja tendência é lutar para a abolição do trabalho assalariado e para a destruição da sociedade capitalista.

A Resolução passa a examinar o papel das principais forças políticas no contexto da crise e dos cenários que se prospettam. O principal partido, a DC, é identificado como partido que dirige o “armistício” em curso – por causa do aprofundar-se da crise – entre as diversas frações burguesas em luta (é citado o conflito FIAT-Montedison) para a construção do SIM (Estado imperialista das multinacionais). Frações burguesas que expressam orientações táticas diversas, mas todas estrategicamente voltadas à construção do SIM. A DC como principal partido construtor e articulador do SIM. Para tal fim é preciso construir um bloco histórico de direita “reacionário e contrarrevolucionário”, pois a tendência será um embate cada vez mais cruento entre burguesia e proletariado, que conduzirá à guerra civil. “Para além das aparências ‘conciliares’, o que a DC quer é um enfrentamento aberto entre as forças revolucionárias e progressivas e o bloco histórico

¹⁸³ Risoluzione della Direzione Strategica 1975, documento em anexo, p. 4-5

contrarrevolucionário. Ela procura uma ruptura vertical que afaste e elimine as forças hostis à reestruturação imperialista do Estado de regime”¹⁸⁴.

O parágrafo “O Pacto corporativo” analisa a posição e a orientação de Confindustria. Em particular a posição de Agnelli que lançava um novo pacto entre produtores, querendo a colaboração dos sindicatos por um lado, e uma maior presença e intervenção direta do mundo empresarial na gestão política do outro, uma gestão concordada da crise. A Resolução ressaltava o fato de este novo pacto ser não apenas conjuntural, mas destinado a configurar as linhas para a década de Oitenta. Ou seja – e aqui esteja talvez a parte mais interessante do documento – a

incorporação orgânica da classe operária dentro do capital e dentro do Estado [...] Para salvar a si mesma, a classe operária deve salvar o patrão; para salvar o patrão deve salvar o Estado, deve assumir os custos econômicos da reconversão produtiva e os sacrifícios da reestruturação imperialista. Trata-se de uma lógica miserável, mas é importante de se considerar só porque é adotada pelas direções sindicais e pelo PCI. [...] O interesse do grande capital multinacional é apresentado como coincidente com o interesse do operário e o interesse das multinacionais com o interesse nacional; contrabandeia-se a exigência de reconversão produtiva do grande capital por disposição reformista. O “pacto corporativo”, referido à fábrica quer esconder uma realidade que há anos as vanguardas operárias chamam de “fascismo de fábrica”, isto é, uma reestruturação do ciclo e da organização do trabalho com seu legado de a) ruptura da rigidez da força-trabalho (mobilidade: destruição sistemática dos núcleos de vanguarda: maior uso dos implantes: intensificação da exploração); b) militarização do aparelho de domínio (corporação dos dirigentes e dos quadros dos chefes; sindicalismo amarelo; uso dos fascistas para o trabalho sujo; espionagem). [...] o pacto é, portanto, uma mais moderna concepção da repressão: sindicalista e policial, espionagem patronal e controle sindical se fundem e um só desenho de aniquilação da autonomia e do antagonismo¹⁸⁵.

Em seguida a Resolução analisa o Compromisso histórico: o PCI não compreende a profundidade das mudanças estruturais em curso que redefinem a nova face do imperialismo (fala de período que tende à distensão entre o bloco capitalista e o socialista) e sobretudo não compreende o papel reacionário exercido pela DC (e por Confindustria) neste processo. Transcure, ou nega abertamente “o caráter imperialista, antinacional e antipopular que, há trinta anos, faz deste partido a alma e o cérebro de todos os impulsos mais reacionários e fascistas que se registram com intensidade cada vez mais crescente no País”¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Idem, p. 7.

¹⁸⁵ Idem, p. 8.

¹⁸⁶ Idem, p. 10

A abdicação ao marxismo, prossegue o documento, é completa, ao ponto de a principal contradição apontada resulta ser aquela entre democráticos e antidemocráticos, sendo que os primeiros são todos que agem na área constitucional, os segundos todos os outros, independentemente de serem fascistas, revolucionários ou operários que lutam por objetivos “particularistas” ou “corporativistas”.

A tarefa que o PCI assume para si mesmo, é portanto de recuperar no interior do sistema democrático todos os impulsos antagonistas do proletariado, transfigurando-os em termos reformistas. O “compromisso histórico, de fato, não pressupõe um antagonismo estratégico em relação ao programa de realização do Estado imperialista (no estado imperialista democrata cristão haveria um pouco mais de policiais; no do PCI um pouco menos, mas só porque cada um deve tornar-se policial de si mesmo), mas se apresenta como diversa fórmula para a gestão do poder: daquele poder. O compromisso histórico não corresponde a uma necessidade política de classe, mas mais limitadamente, um interesse próprio oportunista de um estrato de classe que ganha algumas miseráveis vantagens através do fortalecimento do sistema imperialista¹⁸⁷

O projeto revisionista será derrotado pela história, afirmam as BR, mas no período breve desenvolve uma função ambivalente dentro da crise de regime: por um lado provoca a reação das forças e dos segmentos mais reacionários da sociedade; por outro lado garante a governabilidade, isto é, impede o desenvolver-se da guerra de classes, encurralando amplos estratos do movimento operário e popular.

O documento passa a explicar o ataque ao coração do Estado. O papel que as BR se põem é de “unificar e virar cada manifestação parcial do antagonismo proletário em um ataque convergente ao coração do Estado”. Levar ao colapso e até à crise definitiva o regime da DC é o objetivo intermédio, premissa para possibilitar uma “virada histórica” para o comunismo. O objetivo principal da ação revolucionária é provocar a máxima desarticulação política possível do regime e do Estado, isto é, o máximo desenvolvimento possível de contradições entre as instituições e, no interior delas, entre os diversos projetos táticos de solução da crise e no interior de cada um deles”. Não é possível pensar neste momento a formas mais avançadas de desarticulação militar do Estado porque a crise é em fase avançada, mas ainda longe de colapsar e porque é necessário acumular forças revolucionárias para impulsionar a luta armada, que é em fase de expansão, mas ainda não conquistou uma expansão territorial e uma maturidade político-militar que permita uma fase mais avançada. É preciso fortalecer o poder proletário.

¹⁸⁷ Idem, p. 10

O documento discute as relações entre BR e Autonomia difusa e organizada. Chama atenção sobre uma questão que será um leitmotiv do debate entre as formações da esquerda revolucionária, a questão da relação com os movimentos de massas. As BR afirmam ter uma linha de massa que não significa, nem poderia significar, organizar um movimento de massas armado, e de novo reitera o fato de não funcionar como braço armado de um movimento de massas:

È ao redor da guerrilha que se constrói e se articula o movimento de resistência e a área da autonomia e não vice-versa. Ampliar esta área quer dizer desenvolver em primeiro lugar a organização da guerrilha, sua capacidade política e militar. Estão erradas todas as posições que consideram o crescimento da guerrilha como consequência do desenvolvimento da área legal ou semilegal da assim dita “autonomia”¹⁸⁸

As assembleias autônomas, que em 1969 desenvolveram um papel de vanguarda para o estrato revolucionário da classe operária, isto é, o operário-massa, o estrato que mais sofre atualmente a intensificação da exploração provocada pelos processos de reestruturação capitalista, porque ajudaram a superar o fenômeno dos “grupos”, hoje estão presos ao “fetiche da legalidade”, isto é, não conseguem superar a falsa contraposição entre legalidade e ilegalidade, limitando por um lado as lutas, ou por outro lado, repondo a separação entre estrutura legal e “braço armado”. Dito de outra forma, amplificando a importância e as dimensões do movimento de massas, acaba-se por diluir a organização dentro do movimento até dissolvê-la; por outro lado separa-se organização e movimento como se se tratasse de realidades diferentes e em dialética entre elas. O objetivo das BR é a construção do partido combatente.

O partido combatente é partido de quadros combatentes. E portanto departamento avançado e armado da classe operária e por isto ao mesmo tempo distinto e parte orgânica da classe. O movimento é uma realidade complexa e não homogênea em que existem e se combatem múltiplos níveis de consciência. É impensável, e sobretudo impossível, organizar esta multiplicidade de níveis de consciência no “campo da luta armada” Tanto porque este campo, mesmo que estratégico ainda não é o principal; como porque quem constrói o partido combatente, as BR, ainda não maturou as capacidades políticas, militares e organizativas necessárias ao objetivo. Não se trata de “organizar o movimento de massas no “campo da luta armada”, mas de enraizar a organização da luta armada e a consciência política da sua necessidade histórica no movimento de classe”¹⁸⁹

Pelas condições do momento, prossegue o documento, o nível de enfrentamento adequado é a propaganda armada (uma fase da guerra de classes, não uma “forma de

¹⁸⁸ Ibidem, p. 12

¹⁸⁹ Ibidem, p. 13.

luta”), cujos objetivos são: criar contradições políticas entre as fileiras inimigas, desarticula-las; abrir o caminho ao movimento de resistência em campos que desconhece, mas que são essenciais; organizar o estrato de classe mais avançado no partido e nos organismos de combate. Nas fábricas, lemos, era importante romper o pacto entre Confindustria, sindicatos e governo, era importante qualquer tipo de luta contra os diversos aspectos da reestruturação travados pelos movimentos autônomos, mas não eram suficientes. Era necessário atacar a estrutura de comando, mostrar as formas de funcionamento, as ligações com os centros de poder político. Era necessário atacar a DC, inimigo principal, partido da burguesia, “alma negra de um regime que há mais de 30 anos oprime as massas populares e operárias italianas. Qual o sentido de dizer derrotar a DC para depois propor um compromisso, acordo político com ela exaltando ou chamando a uma falsa dialética entre fascismo e antifascismo”? Atacar os elos mais débeis do estado: a estrutura carcerária e a liberação dos presos políticos são apontados como objetivos; a magistratura; os segmentos da imprensa que atuam guerra psicológica.

Destacamos deste trecho alguns elementos que foram colhidos com precisão: em primeiro lugar o papel cada vez mais ativo das organizações empresariais e dos sindicatos na gestão da política. Esperava-se por parte dos partidos políticos e de governo um plano de reforma que agilizasse tal perspectiva, mas de fato nos anos sucessivos, isto não ocorreu. De resto, o ponto de observação interno, desde a fábrica, tinha permitido uma correta interpretação das mudanças em curso.

Sobre o PCI, até este momento para as BR era considerado um partido revisionista e reformista, cuja linha era destinada a ser derrotada no campo. Entretanto, mesmo reconhecendo que se tratava de um partido que exercia forte influência entre o movimento operário em seu conjunto, teorizava-se que com a linha do compromisso histórico, o partido passaria a representar de fato um estrato da classe operária, completamente inserido no sistema de poder. Um discurso diferente dizia respeito à militância de base do partido, composta de operários das fábricas, portanto, uma área onde se disputava também a conquista da hegemonia. Como assinala Renato Curcio, nas fábricas as BR trabalhavam juntos com operários filiados ao PCI ou ainda com sindicalistas, “não podíamos nos permitir de maltratar o partido de Berlinguer”¹⁹⁰. Da mesma forma, ainda que expressando uma posição fortemente crítica, não haverá por parte das BR um embate

¹⁹⁰ CURCIO, Renato, SCIALOJA, Mario, **A viso aperto**, cit.. p. 81. A este propósito citamos o caso de Angelo Basone, operário e dirigente do círculo PCI da FIAT, que em seguida aos enfrentamentos de fins de 1972 em fábrica, ingressou na coluna de Turim das BR.

frontal com o sindicato, com a exceção de um único caso particular, o de Guido Rossa, dirigente da Cgil em Genova. No contexto da campanha que convidava expressamente os operários a delatar a presença de brigadistas nas fábricas lançada pelo PCI entre 1978 e 1979, Rossa surpreendeu um militante das BR com panfletos da organização no interior da Italsider, onde os dois trabalhavam, e denunciou à polícia. O militante, Francesco Berardi, foi preso e acabou suicidando-se na cadeia alguns meses depois. Em seguida, a coluna de Genova organizou uma ação contra Rossa com o objetivo de atingi-lo às pernas, mas na dinâmica da ação o sindicalista acabou atingido mortalmente. Sobre o episódio, que teve uma forte repercussão negativa sobre a imagem das BR, Moretti afirma

uma contradição interna ao movimento operário, se não for resolvida politicamente, representa uma derrota para todos; as armas não são necessárias, erramos [...]. Nunca dissemos ‘erramos’ quando tivemos de matar. Mas desta vez a gravidade da escolha acrescentou-se ao erro, exatamente onde não se devia absolutamente errar. A contradição na consciência operária era subterrânea, silenciosa. Mas existia, e a proposta de delação do PCI não teve êxito nem depois do caso Rossa, que os operários não nos perdoaram¹⁹¹.

Seguindo as linhas da DS, entre 1975 e 1976 iniciam os ataques contra a DC (Massimo De Carolis) e contra as forças policiais e dos carabinieri (campanha anti-guerrilha) e em 1976 o primeiro homicídio político planejado do juiz Francesco Coco, mas também é um momento em que as BR sofrem muitos arrestos: “Os regulares com uma certa experiência em liberdade diminuíram a ponto de que o fato de não cair preso se tornava simplesmente vital para [manter em vida a organização] e redefinir o modelo organizativo”¹⁹². A elevação do enfrentamento com o Estado significava também deparar-se com as estruturas de defesa do estado.

Um modelo organizativo baseado na clandestinidade total das forças regulares, isto é, na falsificação total não era mais adequada; em particular se considerava perigosa a propriedade de carros, apartamentos alugados com nomes de pessoas inexistentes. Esta falsificação total permitiu uma ótima clandestinidade para com o externo e uma boa compartimentação interna e uma ótima mobilidade, mas não aguentava mais os níveis de controle do inimigo. As BR escolheram então um modelo organizativo baseado no apoio “popular”, isto é, uma estrutura logística – a disposição das forças regulares – constituída por companheiros que viviam na legalidade, mas que não eram conhecidos nem suspeitos. Esta solução, a única estrategicamente possível, logicamente limitava a possibilidade de compartimentação e de mobilidade. Além do mais, entre a decisão política de atuar esta escolha e a possibilidade de concretizá-la, passaram dois anos. Tornar-se-á obrigatória com as leis especiais de 1978 sobre a obrigatoriedade da denúncia dos alugueis e contratos de compra e venda de apartamentos. Em meados de

¹⁹¹ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, cit., p. 199-200.

¹⁹² Manuscrito, p. 12

76 as BR atuarão a segunda “retirada estratégica”, depois daquela de 1972, após a primeira ofensiva do Estado¹⁹³.

De fato, este modelo organizativo funcionou, constituindo a rede de apoio à guerrilha, e configurando-se como uma espécie de “território liberado”, uma vasta área de consenso que permitiu, acolhendo, a existência da guerrilha por quase vinte anos, inclusive nos momentos em que as ações repressivas do Estado endureceram. A força e a longevidade das BR estiveram baseadas não apenas nas capacidades organizativas, que como vimos foi um elemento constitutivo e estratégico, e na unidade ao redor de um programa, mas também em seu enraizamento no interior da classe operária e do proletariado, uma vasta área, ainda que minoritária, que englobava milhares de pessoas e que era vital para a sobrevivência da formação armada.

¹⁹³ Idem.

Capítulo 6

A Itália de 1976-77 é um país afetado por uma crise econômico-política profunda e com uma mobilização social crescente, ainda que em fase de diminuição com relação aos anos precedentes. Retomando os documentos da época, encontramos, ainda que com diferentes nuances, quadros que descrevem uma crise generalizada das instituições e do Estado no meio de uma preocupante crise econômica. A grande imprensa descreve partidos afastados e separados da sociedade.

Em 1976, o resultado das eleições mostra um país dividido à metade, ao redor dos dois maiores partidos, DC e PCI, a necessidade de enfrentar uma crise econômica sob a pressão de um elevado conflito social e de um empresariado que demanda medidas que facilitem e acelerem a reestruturação. Para sair do impasse a articulação de Aldo Moro será fundamental.

Entre 1975 e 1976, o PCI alcança seu melhor resultado eleitoral. Nas eleições para os governos regionais o resultado (33,4%) é surpreendente: pouco menos de dois pontos percentuais separam o PCI da DC (35,3%). Os comunistas conquistam a presidência de cinco regiões do centro-norte (Emilia Romagna, Toscana, Úmbria, Lombardia e Piemonte), e a prefeitura das primeiras cinco maiores cidades italianas (Roma, Nápoles, Milão, Turim e Genova). Junto com a avançada do PSI e com a pequena presença de DP (Democracia Proletária, partido nascido da união de alguns grupos da esquerda extraparlamentar), o resultado indicava um deslocamento à esquerda da sociedade, até a possibilidade de realizar governos de “alternativa democrática”. O principal diário italiano, *Corriere della Sera*, titulava “desejo de novidade”: “Um desejo de novidade. Uma necessidade de mudar que foi uma lição para todos [...] Um convite a todos para mudar, adoptar métodos, sensibilidades, sistemas diferentes dos que foram usados até agora”.

O voto ao PCI não significava, de forma absoluta, a adesão dos italianos à ideologia comunista: pesou a percepção de um partido que se aproximava cada vez mais da socialdemocracia afastando-se da experiência e da influência da URSS (é de 1976 a declaração de Berlinguer acerca da OTAN, considerada como “guarda-chuva protetivo”). E ao mesmo tempo a percepção do PCI como partido diferente dos outros (o partido das “mãos limpas” como apontava uma propaganda eleitoral¹⁹⁴). A propósito das razões que

¹⁹⁴ “Nós temos as mãos limpas. Quem pode dizer o mesmo”?

moveram grande parte do mundo intelectual a votar para o PCI, Alberto Moravia afirma que foi exatamente o idêntico senso comum que moveu os italianos,

votaram contra a má administração e a inércia, contra uma democracia que se transformou em regime, contra o menosprezo de governos que não se importaram minimamente com as mais justas e elementares demandas de reforma, de melhoras, de limpeza moral¹⁹⁵.

São fatores importante para compreender o sentido do sucesso eleitoral comunista. Mas o voto que provocou a avançada do PCI, expressava, ao nosso ver, o anseio e a necessidade de ruptura com um governo e com práticas de gestão do poder por parte dos democratas-cristãos, por trinta anos ininterruptamente no poder e que, até para a grande imprensa, era identificada como partido-regime. De alguma maneira este novo cenário que se cria na sociedade também é um resultado dos processos postos em movimento em 1968, um contágio que alcança setores da sociedade não radicalizados, mas que também almejam e sentem a necessidade de romper com um sistema político que consideram esgotado. Não se deve esquecer que, por quanto mudado com o golpe do Chile, nestes anos o contexto internacional ainda não estava completamente fechado. Em abril de 1975, o Vietnã tinha derrotado a maior potência mundial; a mudança de contexto na Europa com o fim do franquismo na Espanha; a Revolução dos cravos em Portugal em 1974, e o fim da ditadura dos coronéis na Grécia no mesmo ano.

Por outro lado, mesmo sendo ainda o primeiro partido, a crise da DC parece chegar ao ponto final. Envolvida em diversos escândalos por propinas e corrupção e presa a um sistema de gestão da política, por ela mesmo criado, que lhe assegurava o poder através de um mecanismo de clientela. Moro, que fora articulador do projeto de centro-esquerda no início da década de Sessenta, tenta articular nesta conjuntura, uma estratégia parecida. O seu último governo, o governo Moro IV (formado por DC e PRI), no cargo a partir de novembro de 1974, produziu leis voltadas à repressão das várias formas de conflito que estavam ocorrendo, nas fábricas, nas manifestações, nas lutas territoriais ligadas à questão da moradia que desde 1970 foi um dos campos mais importantes para a manifestação de conflitos sociais e a organização das lutas. O ministro Reale varou uma lei – que tem seu nome – sobre a ordem pública que deu amplos poderes de ação às forças policiais, que produziu em 15 anos 625 vítimas (254 mortos e 371 feridos) pelas forças de polícia; dobrou as penas para todos os crimes políticos e instituiu as penitenciárias de máxima

¹⁹⁵ TORNABUONI, LIETTA, Moravia e i servi del PCI, *La Stampa*, 26 de junho de 1975.

segurança. Agora, para responder as transformações sociais em curso que apontavam um deslocamento da sociedade à esquerda, a tentativa era de absorver, mantendo a centralidade da DC, para neutralizá-lo, o PCI, assim como tinha feito na década de Sessenta com o PSI. Neste sentido, a estratégia do PCI do compromisso histórico oferecia-lhe espaço de ação e uma via para sair da situação de empate criada pelo resultado eleitoral. Portanto, o compromisso histórico torna-se estratégico para o PCI e tático para a DC. A situação de empate entre os dois maiores partidos na eleição de 1976, cria uma condição de impasse institucional. O contexto social favorável para os comunistas acaba, através da estratégia do compromisso histórico, transformando-se em uma jaula para o partido e o início da sua parábola descendente que o conduzirá em 10 anos à dissolução.

O ano de 1976 pode ser considerado como ano de transição. Com a dissolução de Lotta Continua por decisão da sua direção, a maior formação da esquerda parlamentar, uma grande massa de militantes, sobretudo operários, ficam sem direção. Uma parte confluirá na área da Autonomia operária organizada, muitos nas formações armadas já existentes ou que nascem neste período (Prima Linea, o segundo maior grupo armado italiano nasce neste contexto); outros ainda abandonam a militância. Além dos segmentos mais radicalizados, que poderíamos definir como “relevante minoria”, amplos setores da sociedade neste momento são orientados à esquerda. Neste contexto de transição, com um movimento ainda mobilizado nas fábricas, mesmo que em dificuldade pelas transformações em curso, com um conflito social crescente determinado pela crise econômica, o PCI escolhe exclusivamente o plano institucional – isto é, o compromisso histórico como acordo entre partidos para chegar ao governo – e um progressivo afastamento das instâncias da classe operária e popular, cujas etapas sofrem uma aceleração a partir deste momento.

Para as BR, que haviam lançado o ataque ao Estado e que neste momento estavam em fase de reorganização, abre-se uma nova frente de luta: em 1976 começa o primeiro processo contra os militantes da Organização¹⁹⁶. As BR conseguem paralisar o normal iter judiciário – um impasse que a magistratura só consegue superar mudando as normas jurídicas – : revogam os defensores e proclamam-se acusadores do Estado imperialista das multinacionais, anunciando o início do “processo-guerrilha”. A ação provoca de novo

¹⁹⁶ Entre os imputados Renato Curcio, Alberto Franceschini, Prospero Gallinari, Piero Bertolazzi e Maurizio Ferrari.

um grande impacto. Em 17 de maio, Maurizio Ferrari lê um comunicado em nome dos presos:

Nós proclamamo-nos publicamente militantes da organização comunista Brigadas vermelhas e, como combatentes comunistas, assumimos coletiva e inteiramente a responsabilidade política por toda sua iniciativa, passada, presente e futura. Com isso, decai todo pressuposto legal deste processo, os acusados não têm nada de que se defender. Ao passo que, ao contrário, os acusadores devem defender a prática criminosa, anti-proletária do infame regime que eles representam. Para evitar qualquer mal-entendido, revogamos aos nossos advogados o mandado de defesa, convidando-os, caso sejam nomeados de ofício, a rejeitar qualquer colaboração com o poder. Com este ato pretendemos recolocar o conflito no seu terreno real, e por isto, lançamos a palavra de ordem para as vanguardas revolucionárias: levar o ataque ao coração do Estado¹⁹⁷

O processo não pode iniciar e será reenviado por dois anos, começando somente em março de 1978. E neste contexto, ainda em 1976, é planejado o primeiro atentado, a primeira ação planejada para ser cruenta, que se conclui com a morte do magistrado Francesco Coco. Coco é também o magistrado que após garantir a libertação dos presos durante o sequestro do juiz Sossi, voltará atrás não mantendo a sua palavra.

O processo-guerrilha, iniciativa dos presos políticos BR, nasce inspirado no processo-ruptura atuado pelos militantes argelinos do FLN durante a guerra de Argélia, mas fazendo um passo sucessivo: o processo-ruptura reconhecia ainda um papel *super partes* da magistratura. O processo-guerrilha não reconhece a legitimidade ao interlocutor, o Estado através da magistratura.

O processo guerrilha parte do pressuposto que existe a guerrilha. Nós atuamos uma ruptura dentro da dialética revolução-contrarrevolução, desconhecemos a legitimidade do Estado de processar os revolucionários. O Estado é uma das partes envolvidas, não está acima das partes, é um dos envolvidos no conflito de classes, é expressão da classe dominante e dos interesses da classe dominante. Os processos durante o fascismo, por exemplo, nunca foram além do processo-ruptura. Isto tinha sentido porque contemporaneamente havia um conflito social em curso e havia uma guerrilha que atuava fora do cárcere. Este foi o elemento novo e que lhe dava sentido¹⁹⁸.

Poucos dias antes da eleição, em 8 de junho, em Genova as BR realizam o primeiro homicídio político planejado: o magistrado Francesco Coco. No panfleto de reivindicação

¹⁹⁷ BRIGATE ROSSE, **Diario di um processo guerriglia**, em Quaderni d'informazione politica, Processo allo Stato. Milão, Colettivo Editoriale Libri Rossi, cit. p. 3 [Ci proclamiamo pubblicamente militanti dell'Organizzazione comunista Brigate Rosse e come combattenti comunisti ci assumiamo collettivamente e per intero la responsabilità politica di ogni sua iniziativa passata, presente e futura. Affermato questo, viene meno qualunque presupposto legale per questo processo: gli imputati non hanno niente da cui difendersi, mentre, al contrario, gli accusatori hanno da difendere la pratica criminale antiproletaria dell'infame regime che essi rappresentano (...) Per togliere ogni equivoco revochiamo perciò ai nostri avvocati il mandato di difesa e li invitiamo, nel caso fossero nominati d'ufficio, a rifiutare ogni collaborazione col potere]

¹⁹⁸ BERTOLAZZI, Piero, entrevista, julho 2017

do atentado, em relação às eleições dizem que elas só permitem escolher quem realizará o Estado das multinacionais,

quem dará a ordem para atirar contra os proletários (...) quem pensa hoje que a via eleitoral pode determinar equilíbrios favoráveis ao proletariado e até mesmo determinar uma alternativa de poder (...) indica uma linha aventurista e suicidária. A única alternativa de poder é a luta armada para o comunismo¹⁹⁹.

No dia seguinte os presos políticos, durante o processo de Turim, no âmbito do “processo-guerrilha”, e em articulação com a ação da guerrilha, leem um comunicado reivindicando a ação, evidenciando a linha divisória que separa os reformistas da guerrilha e atacando o compromisso histórico que

para além de suas veleidades e de seus enfeites ideológicos que o cobrem, representa apenas uma solução interna à contrarrevolução imperialista. Nunca foi tão claro como neste momento que participar da farsa eleitoral significa eleger seus próprios carnílices. (...) O interesse dos proletários é agudizar a guerra civil em curso e transformá-la em luta armada para o comunismo²⁰⁰.

2. A estratégia da emergência

O partido que saiu derrotado das eleições nacionais, a DC, acaba por formar um governo composto só por ministros da DC, com Andreotti como presidente do Conselho. Através de um jogo linguístico, Giulio Andreotti ao apresentar sua proposta de governo na Câmara dos deputados o define “governo da não desconfiança”. O governo conseguiu, portanto, a maioria através da abstenção dos partidos presentes em Parlamento.

O PCI formaliza uma não oposição. Inicia assim a experiência dos governos de “solidariedade nacional” que nascem sem ter de fato um programa preestabelecido em um momento particularmente grave da situação econômica. Durante a campanha eleitoral

¹⁹⁹ Panfleto de reivindicação do atentado a Francesco Coco, cit. em **Diario di un processo guerriglia**, cit. *Diario di un processo guerriglia*. Quaderni d'informazione politica, n. 2 Collettivo editoriale Libri rossi. [Chi ritiene oggi che per via elettorale si potranno determinare equilibri favorevoli al proletariato e addirittura determinare una alternativa di potere indica una linea avventuristica e suicida. (...) L'unica alternativa di potere è la lotta armata per il comunismo]

²⁰⁰ Comunicato n. 6, Omicidio Francesco Coco, em **Diario di un processo guerriglia**, cit., p. 27 [Il compromesso storico, al di là delle sue velleità e dei suoi fronzoli ideologici di cui si ammantava. Non può che rappresentare una soluzione tutta interna alla controrivoluzione imperialista. Mai come in questo momento diventa chiaro che partecipare alla farsa elettorale significa eleggere i propri carnefici (...) L'interesse proletario è quello di acutizzare la guerra civile in atto e trasformarla in lotta armata per il comunismo]. Prospero Gallinari iniciou a leitura do comunicado durante o processo no Tribunal de Turim. O presidente Guido Barbaro ordenou diversas vezes sem sucesso para que ele parasse de ler. Com o apoio dos outros companheiros ele continuou até a intervenção dos Carabinieri tanto contra os brigadistas, que foram levados embora da sala, como contra o público presente em apoio aos presos políticos.

os partidos estavam com propostas eleitorais contrapostas. O PCI aponta duas questões: superar a crise mudando o modelo de desenvolvimento, tratando a crise como conjuntural, não percebendo a reestruturação do capital e põe de imediato a contenção da inflação, e medidas para estimular a retomada do emprego. Mas sabe que para ingressar plenamente em futuros governos deve garantir plena colaboração com a DC. E para isto é preciso preparar e convencer o eleitorado da necessidade da política de austeridade que atinge em particular a classe operária²⁰¹. A coincidência da política sindical da CGIL com a política do compromisso histórico do PCI se insere neste contexto. Em troca da participação das decisões em campo econômico, o sindicato não se oporia a uma retomada da acumulação capitalística. O artífice da “política dos sacrifícios” foi o secretário da CGIL, Luciano Lama. Paolo Sylos Labini que neste período se aproxima do PCI, em uma entrevista afirmava explicitamente

a esquerda deve ajudar, deliberadamente e sem falsa consciência, na reconstituição das margens de lucro, hoje gravemente deprimidas, propondo até medidas onerosas para os trabalhadores. Este pode ser um passo rumo à hegemonia gramsciana”²⁰².

Palavras parecidas e idêntico conteúdo usados poucos meses depois por Lama em uma nota entrevista ao diário La Repubblica quando afirmava que o sindicato trabalharia para uma retomada

da acumulação do capital, oportunamente programada pelo Estado, e orientada a favorecer o mais possível o crescimento do emprego. Esta é nossa linha. A política salarial nos próximos anos deve ser muito limitada, as melhoras que se podem demandar devem ser feitas para o período que diz respeito aos três anos de duração dos contratos coletivos, todo o mecanismo da Caixa integração deve ser repensado. Nós não podemos mais obrigar as empresas a manter empregado um número de trabalhadores que está além de suas possibilidades produtivas, tampouco podemos continuar exigindo que a Caixa integração assista de forma permanente os trabalhadores excedentes. (...) mobilidade efetiva da mão-de-obra e fim do sistema do trabalho assistido de forma permanente²⁰³

²⁰¹ Em termos explícitos Francesco Cossiga, ministro do Interior, afirma que para entrar na maioria de governo o PCI deve mostrar de ter realmente a “capacidade de impor à classe operária os sacrifícios para sair da crise econômica”

²⁰² SYLOS LABINI, Paolo, *Si può evitare lo sviluppo zero?* Em **La Repubblica**, 10 dec. 1976 [la sinistra deve deliberatamente e senza cattiva coscienza aiutare la ricostituzione di margini di profitto, oggi estremamente depressi, anche proponendo misure onerose per i lavoratori. Questo può essere un passo nella direzione dell’egemonia gramsciana]

²⁰³ LAMA, Luciano, em **La Repubblica**, 24 janeiro 1978. [dell’accumulazione del capitale, opportunamente programmata dallo Stato e indirizzata al fine di accrescere il più possibile l’occupazione. Questa è la nostra linea. (...) la politica salariale nei prossimi anni dovrà essere molto contenuta, i miglioramenti che si potranno chiedere dovranno essere scaglionati nell’arco dei tre anni di durata dei contratti collettivi, l’intero meccanismo della Cassa integrazione dovrà essere rivisto da cima a fondo. Noi non possiamo più obbligare le aziende a trattenere alle loro dipendenze un numero di lavoratori che esorbita

Em julho de 1976, durante o congresso da CGIL, a necessidade de suportar os custos da crise já estava na ordem do dia. Nos dois anos precedentes, a política sindical foi aos poucos, mas constantemente, reabsorvendo o poder conquistado em 1969-73 pelos operários através dos conselhos de fábrica que permitiram a participação direta da base operária nas escolhas e na política sindical. O processo de negociação e contratação voltam nas mãos da direção central.

Como convencer a classe operária da necessidade da política dos sacrifícios? Mais em particular, como lidar com uma classe operária que desde 1969 dirige o conflito social, e é capaz de influenciar outros segmentos sociais ao seu redor? Para compreender quanto esta classe operária tinha avançado na prática de luta autônoma – isto é, através de uma prática desvinculada de partidos e sindicato, de exercício de poder operário no interior da fábrica – basta lembrar o nível de conquistas alcançado. Entre 1974 e 1975, a plataforma dos metalúrgicos, como realça Primo Moroni, constituía praticamente um programa de partido, incluindo reivindicação do direito ao estudo, à moradia, à saúde, com a obtenção – que se tornou lei – das 150 horas dedicadas ao estudo e à obtenção de um título de estudo pagos pela direção das fábricas²⁰⁴.

As primeiras medidas do governo, em outubro de 1976, estabelecem sensíveis aumentos do preço da gasolina (25%), do gás (20%) das tarifas da energia elétrica, do transporte ferroviário, congelamento por dois anos da indexação dos salários ao custo da vida (escala móvel) e abolição de sete festividades. A concessão de um empréstimo internacional que o governo tinha pedido para fazer face à emergência, estava vinculada e condicionada a alguns parâmetros impostos pelo FMI, isto é, corte dos gastos públicos, redução dos salários. O chanceler Helmut Schmidt indicava a necessidade de eliminar “muitos órgãos inúteis, que às vezes se parecem com locais de férias para parentes e amigos de políticos importantes”²⁰⁵.

É o início da “política dos sacrifícios” e da austeridade, encabeçadas pela CGIL e pelo PCI que nesta conjuntura se soldaram. E que se depara com um novo sujeito social

le loro possibilità produttive, né possiamo continuare a pretendere che la Cassa integrazione assista in via permanente i lavoratori eccedenti. (...) Insomma: mobilità effettiva della manodopera e fine del sistema del lavoro assistito in permanenza].

²⁰⁴ MORONI, Primo, Ma l'amor mio non muore, em GIUFFRIDA, Romano (org.) **Maledetti compagni, vi amerò. La sinistra antagonista nelle parole dei protagonisti degli ultimi vent'anni di conflitto**. Roma: Datanews, 1993, pp. 15-44, disponível em <https://www.inventati.org/apm/index.php?step=malamor> (consultado em 15/04/2018).

²⁰⁵ FIORI, Giuseppe, **Vita di Berlinguer**, cit. p. 293

e com novas formas espontâneas de antagonismo social que eclodem com força em 1977. Tem como protagonista um novo tipo de proletariado jovem, que cresce nas periferias das metrópoles; o primeiro, depois do II pós-guerra, que sente sobre si o peso incumbente de uma crise econômica e de um processo de reestruturação produtiva que começam a produzir desemprego e formas precárias de emprego, que atingem, pela primeira vez, jovens com formação universitária, sobretudo de origem proletária, os filhos dos proletários que podem sim, ingressam nas universidades que se democratizaram em função das lutas de 1968-69, mas que agora, pelos processos de reorganização da produção, não têm mais estabilidade e garantia de emprego. São o sinal visível de um modo de organização da produção definitivamente em crise (a organização fordista e a produção massiva das mercadorias), da superação da centralidade da produção industrial, os “produtos” da reestruturação produtiva em curso. Neste sentido, não representariam um segmento marginalizado – como foi interpretado em particular pelo PCI²⁰⁶ - mas ao contrário como a tendência principal da organização pós-fordista da sociedade. Trata-se também de movimentos que nascem da crise das formações da esquerda extraparlamentar, que contestam de maneira feroz a esquerda institucional e que se manifesta através da subversão urbana. Como um clarão, estes jovens põem a ferro e fogo as metrópoles, em particular Roma, Bolonha e Milão. Roma, sobretudo, é cenário de mais de 80% das manifestações e das ações que ocorrem durante o ano, e também o lugar em que as diversas expressões do movimento conseguem ter uma duração que se estende além do ano²⁰⁷. É o movimento de 1977, uma rebelião que se objetiva em forma de motim e que se esgota em um ano, sofrendo uma dura, quanto por outro lado previsível, repressão: as cidades, são percorridas quase cotidianamente por manifestações que se encerram com confrontos entre polícia e exército de um lado e manifestantes – segmentos dos quais também armados, mas claramente com disparidade de meios – do outro. Ocupações de diversos edifícios e locais abandonados, lutas nos lugares de trabalho, ações ilegais de massas são uma das características do movimento, assim como as ações armadas, que atingem todos os símbolos que de alguma maneira podem ser identificados com a classe dominante (casernas, sedes de partidos políticos, funcionários de ministérios, dirigentes industriais, jornalistas, professores). Por detrás destas manifestações havia um objetivo e uma prática consolidados desde os primeiros anos

²⁰⁶ Cfr. ASOR ROSA, Alberto. **Le due società**. Turim: Einaudi, 1977

²⁰⁷ Cfr. DEL BELLO, Claudio (org.), **Una sparatoria tranquilla. Per una storia orale del '77**. Roma: Odradek, 1997.

Setenta, a reapropriação do salário: as auto-reduções das contas de consumo, as expropriações proletárias nos supermercados²⁰⁸, as ocupações de habitações, a luta contra o trabalho não declarado. Não se tratou, portanto, de um clarão inesperado. A revista da área da Autonomia organizada relata que

Desde março de 1976, a imprensa relatou (sem contar com as ações diretas contra casernas de polícia e carabinieri, penitenciárias e magistrados): 6 apropriações de massas nos supermercados; cerca de trinta ações contra sedes DC, MSI, Comunione e Liberazione e associações de apoio; uma dúzia de ferimentos ou espancamento a chefes e dirigentes de fábrica; 16 carros de chefes danificados; mais de 32 ataques diretos contra a produção ou ao lucro acumulado (armazéns, depósitos, etc.) ou à distribuição (concessionárias, etc.). Estas são apenas as ações reivindicadas com panfletos ou comunicados das organizações revolucionárias. A elas é preciso acrescentar todos os episódios menores, entretanto não menos significativos, em geral individuais, espontâneos, de rebelião e autodefesa contra os ritmos, a nocividade, os chefes. [...] é a expressão, desde já, do contrapoder operário. Estes episódios são, portanto, parte integral da luta do movimento revolucionário²⁰⁹.

Surgem neste momento inúmeras pequenas organizações armadas²¹⁰, e foram calculadas mais de 2000 ações armadas em 1977 e 350 no mês de janeiro de 1978. Mas se trata de grupos que agem de forma desorganizada, de ações sem coesão e a repressão não foi difícil.

Para nós [BR] era evidente a ausência de uma organização. Para o Estado foi fácil reprimir este tipo de movimento: o ministro proíbe as manifestações e põe os tanques nas ruas, fecha as sedes dos comitês da Autonomia operária, dos coletivos, ou seja,

²⁰⁸ “A mercadoria que pegamos é nossa, assim como é nosso tudo que existe porque foi produzido pela nossa exploração” (*Guerra interna o guerra di classe?* in **Controinformazione**, anno 3, n. 7-8, jun. 1976, p. 133) dizia um panfleto que foi difuso em um bairro proletário de Milão, Quarto Oggiaro, ao reivindicar uma “compra política” em um supermercado. Ações como esta se tornaram comuns desde os primeiros anos da década de Setenta, em particular quando, após 1973, teve um sensível aumento dos preços de bens de consumo e das tarifas dos serviços. As campanhas de auto-redução das tarifas de contas de consumo e as expropriações são uma resposta dada pelos movimentos, são uma resposta. As UCC (União comunistas combatentes), que atuam entre 1976-77, atacando em particular as pequenas e médias empresas, identificadas como responsáveis pela formação e gestão do mercado de trabalho não declarado, sequestram o comerciante de carnes Giuseppe Ambrosio em Roma. No comunicado de reivindicação explicavam que a sociedade, há anos ativa na importação e distribuição de carnes, era “responsável pela diária rapina perpetrada contra o proletariado, através do comércio de um bem primário como a carne. Esta rapina, planejada pelo Estado (...) atuou no último ano mecanismos de aumento dos preços para lançar um ataque político sem precedentes na história do pós-guerra contra o proletariado; recompondo, ao mesmo tempo, por meio destes aumentos de preços no mercado italiano e por meio de uma reestruturação e concentração financeira no âmbito do mercado europeu das carnes, ingentes margens de lucro” (PROGETTO MEMORIA, **Le parole scritte**. Roma: Sensibili alle foglie, 1996, p. 248). Entre as exigências postas pela libertação do refém estava um dia de venda a preço político de 10 quintais de carne de primeira escolha nos açougues de alguns bairros de extração proletária.

²⁰⁹ Contropotere in fabbrica. **Rosso**, n. 13-14, 12 dic. 1976, p. 7.

²¹⁰ Foram calculadas, pelo Ministério do Interior, em 1978, 209 formações armadas. Após o sequestro de Aldo Moro, o número aumentou, chegando a 269 em 1979. O número é provavelmente inferior ao registrado, pois diversas formações mudaram, até mais de uma vez, sua sigla.

simples medidas policias são suficientes para acabar com o movimento. A insurreição não estava na ordem do dia²¹¹

Podemos compreender hoje este movimento, inserindo-o no câmbio de paradigma em curso que provoca uma crise no interior da classe operária, que é o sinal da desagregação de classe e que já está extinguindo o operário massa, a sua centralidade como sujeito: a nova organização do trabalho que estava se configurando, baseada na descentralização do processo produtivo, na flexibilidade de emprego e do tipo de atividade – manual e intelectual – tornava, como apontam Balestrini e Moroni, esta nova figura, em nada marginalizada ou residual ou interpretável como subproletariado (nestes termos foi lido o alto grau de conflitualidade que o movimento expressava, a ausência de objetivos políticos). Ao contrário, era constitutiva da nova composição de classe e central no processo produtivo²¹². A sua emergência é o anúncio da derrota do operário massa, que progressivamente será compelido a posições de defesa das conquistas de quase uma década.

As divisões no interior da classe operária, com a emergência de novas subjetividades, têm sua representação simbólica na expulsão de Lama da Universidade de Roma em 17 fevereiro de 1977. Entre 1976 e 1977, ou seja, com a aproximação do PCI à DC, o partido pratica um conflito aberto com todos os movimentos à sua esquerda que chega até à ativa colaboração com as forças de polícia e com a magistratura, em nome da defesa do Estado democrático, que o partido tinha levantado como elemento central da política de compromisso histórico. A aproximação da DC demandava que não houvesse conflitualidade, e o papel histórico do PCI era de controlar ou de manter abafado o conflito²¹³. A DC, por outro lado sabia que não haveria possibilidade de sair da “emergência” – o seja, atuar uma série de medidas que atingiam sobretudo a classe operária, cortando salários e emprego – sem o apoio do PCI. O conflito, pelo contrário, justamente neste momento, por causa da situação econômica e social e pela “política dos sacrifícios” assumida pelo PCI, voltava a subir. E tanto o PCI como a CGIL – por sustenta-la – eram os alvos dos protestos, eram considerados, assim como todas as instituições, inimigos. Neste contexto, Lama decide de fazer um comício na universidade ocupada; a motivação era de restabelecer as liberdades sindicais e a democracia que os

²¹¹ BALZERANI, Barbara, entrevista, maio 2017.

²¹² BALESTRINI, Nanni, MORONI, Primo. *L'orda d'oro*, o.c., págs. 527-533

²¹³ Após ter tratado a questão BR como “provocação fascista”, o PCI se dá conta do enraizamento da formação armada nas fábricas, e junto com a CGIL propõe e promove uma série de atividades nas fábricas e em outros lugares de trabalho, sem encontrar, porém, grande adesão. Chega até a propor uma série de questionários convidando os trabalhadores das fábricas à delação dos “infiltrados” brigadistas.

grupos da Autonomia operária organizada supostamente impediriam. Tratou-se de uma provocação e como tal foi recebida. Lama chegou com um serviço de segurança de cerca de cem operários. Logo que iniciou a falar, iniciaram os confrontos entre o serviço de segurança da CGIL e os ocupantes das faculdades que obrigaram Lama a abandonar rapidamente a universidade. Os confrontos continuaram fora da universidade com a polícia. Foi o início do movimento de 1977 em Roma e uma ruptura insanável à esquerda.

Alguns integrantes do movimento de 1977 ingressarão nas BR nos anos seguintes e será sobretudo pelo reconhecimento dos limites experimentados. As BR olham para este novo antagonismo proletário, “espontâneo”, “não homogêneo”, com distância. Para as BR também é difícil de compreender este novo sujeito político:

não expressa a contradição operária, dos anos precedentes, é completamente diferente. Os pontos de máxima agregação são as universidades, contudo não é um movimento estudantil. Foi dito que eram “novos sujeitos”, mas quais em concreto? Para mim, não apenas para mim, este movimento será um objeto desconhecido até o fim. É um meu limite, não o compreendo, não é um movimento de fábrica, é novo, ainda hoje não sei dizer o que foi aquilo que o produziu e o que este movimento produziu, o que deixou [...] São novos camaradas, outra geração. Muitos ingressam nas BR; dá para reconhecê-los de olhos fechados. Com certeza as lutas de '77 refletem uma composição social bastante modificada, em que emergem outras figuras. Mas como, quais?²¹⁴

Entre 1978 e 1979, em particular no período que segue a ação Moro, diversos grupos que provinham do movimento pediram para ingressar nas BR. Colocava-se a questão de encontrar uma forma organizativa adequada. As BR continuavam sendo uma formação de vanguarda e clandestina, que não precisava ampliar sua estrutura para funcionar. Na impossibilidade de gerir colunas maiores, tentaram através do MPRO (Movimento proletário de resistência ofensiva) organizar esta área simpatizante. Uma tentativa de dar forma organizativa à relação entre BR e movimentos de massas, parecida com a criação dos NORA (Núcleos operários de resistência armada) em Milão em 1973. Ambos, porém não tiveram êxito. Era um limite na organização de uma estrutura clandestina.

Durante quase uma década prefiguramos um movimento de massas armado (ou potencialmente disposto a tornar-se tal) e sobre esta aposta nós nos colocamos como vanguarda armada capaz de assumir sua direção. No momento em que isto se torna

²¹⁴ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, **Una storia italiana**, cit. p. 108 [Non esprime la contraddizione operaia, quella degli anni precedenti, è del tutto diverso. I punti di massima aggregazione sono le università ma non è un movimento di studenti. Si disse che erano "nuovi soggetti", ma quali in concreto? Per me, ma non solo per me, quel movimento resterà un oggetto sconosciuto fino alla fine. È un mio limite, non lo capisco, non è un movimento di fabbrica, è nuovo, che cosa lo abbia prodotto e che cosa abbia prodotto o lasciato non so bene neanche ora. Sì, sono nuovi compagni, un'altra generazione. Moltissimi poi entreranno nelle Br, ma io li distingo ad occhi chiusi. Certo le lotte del '77 riflettono una composizione sociale molto modificata, nella quale emergono altre figure. Ma come, quali?

realístico as BR não têm uma teoria que lhe permite organizá-lo. [...] Confronto armado, guerrilha e organização de massas: contra este pedregulho, que se tornou concreto só no fim dos anos Setenta, todos fracassaram. Ninguém foi capaz de desatar este nó”²¹⁵.

Às vésperas de 1978 o quadro geral destacava um País marcado por profundas tensões sociais e sem mais uma oposição parlamentar. O ano de 1977 marca o início de uma atitude que levará o PCI a “tornar-se Estado”, agente ativo da repressão de todos os movimentos considerados não compatíveis com o novo quadro político que o PCI está tecendo. O que está fora da compatibilidade será enxergado como “emergência”. E neste sentido o seu papel não se limitava mais a manter “sob controle” os movimentos à sua esquerda, mas assumia a tarefa de combater abertamente, denunciando, exortando à delação e ao exercício da “vigilância democrática”, propondo questionários nas fábricas para denunciar “os terroristas infiltrados”, produzindo dossiês sobre os militantes em colaboração com as forças de polícia²¹⁶, exercendo um papel ativo com a magistratura (o caso do “Processo 7 de abril” levado a cabo pelo juiz Calogero contra a área da Autonomia operária, em 1979, é apenas o caso mais gritante), atribuindo, e delegando, de fato, uma função política à Magistratura. Que cada vez mais, na década de Oitenta e Noventa preencherá o vazio deixado pelos partidos políticos.

1. A Resolução da Direção estratégica de 1978

²¹⁵ Entrevista a Mario Moretti, in DEL BELLO, Claudio (org.), **Una sparatoria tranquilla. Per una storia orale del '77**, o.c., p. 42 [Per un decennio o quasi avevamo prefigurato un movimento di massa armato (o potenzialmente disponibile a diventarlo) e su questa scommessa ci eravamo posti come un'avanguardia armata che ne assumesse la direzione. Nel momento in cui questo diventa realistico, le BR non hanno la teoria che gli permetta di organizzarlo. Si cresce, ma un'organizzazione di guerriglia urbana non esaurisce tutte le necessità di esprimere lo scontro, la globalità è fuori dalle sue possibilità. Scontro armato, guerriglia, organizzazione di massa: su questo macigno divenuto concreto solo alla fine degli anni '70, si sono rotti le corna tutti. Nessuno è stato in grado neppure di intravedere quali passaggi erano necessari per sciogliere questo nodo]

²¹⁶ Em um depoimento do general dos Carabinieri Nicoló Bozzo, ele afirma que encontrou em diversas ocasiões o secretário da federação da província de Genova, Livio Bisso: “O PCI trabalhou junto com Dalla Chiesa, que organizou através de Pecchioli, contatos permanentes entre os dirigentes locais e os escritórios superiores do núcleo especial. Foram muito importantes, neste contexto, as informações que o PCI podia adquirir através das discussões no interior das células de fábrica e das estruturas sindicais”, em RUGGIERO, Michele, **Nei secoli fedele allo Stato. Gli anni di piombo nel racconto del generale Nicolò Bozzo**. Genova: Frilli editore, 2006, pp. 156-157 [Il Pci lavorò d'intesa con Dalla Chiesa che organizzò tramite Pecchioli dei contatti permanenti tra i dirigenti locali e gli uffici superiori del nucleo speciale. Importanti si rivelarono in questo contesto le informazioni a cui il partito comunista poteva attingere attraverso le discussioni all'interno delle cellule di fabbrica e delle strutture sindacali]

A resolução estratégica de 1978 (em anexo) ²¹⁷, seja talvez o documento mais importante elaborado pelas BR e também o mais conhecido porque foi difundido junto com o Comunicado n. 4, relativo ao sequestro de Aldo Moro. O documento teve a importante contribuição do “núcleo histórico” dos presos políticos²¹⁸. No manuscrito elaborado em cárcere (em anexo), que percorre analisando criticamente a história das BR, se explica que

Após um amplo debate, a Organização assumiu um documento redigido pelos presos políticos do cárcere de L'Asinara. Este documento foi ajustado segundo as necessidades e aprovado como resolução da Direção estratégica em fevereiro de 1978. (...) Elaborado em cárcere pelos companheiros do “núcleo histórico” [...] não quer dizer que foi assumido acriticamente pela Organização, pois foi bastante discutido antes de ser aprovado, entretanto é indicativo do peso que estes presos políticos tinham e que, com a instituição dos cárceres de máxima segurança tendia a crescer²¹⁹

Retoma e desenvolve temas e reflexões já presentes na Resolução de 1975.

as grandes variações se devem ao evoluir da situação e da compreensão da situação pelas BR. Era necessário adequar a análise das tendências principais da política burguesa, pois a visão da DC engajada em desencadear uma guerra civil contrarrevolucionária junto com Sogno, Almirante, etc., revelou-se claramente não fundamentada à prova dos fatos. Por consequência, era necessário mudar a avaliação sobre o PCI e em geral readequar toda a visão das movimentações do Estado. Ao mesmo tempo, a linha tinha que se adequar ao crescimento do movimento armado²²⁰

A Resolução abre dando a definição de imperialismo das multinacionais, ou seja, “a fase do imperialismo em que domina o capital monopolista multinacional”. O capital monopolista, elemento constitutivo do imperialismo, afirmou-se plenamente em toda a área capitalista só depois da II Guerra mundial. Os grandes grupos monopolistas dominam hoje internacionalmente, superam os confins nacionais e a estrutura multinacional é fator necessário para o seu desenvolvimento. “A multinacionalidade não é simplesmente internacionalização do mercado capitalista, mas internacionalização do capital em sua totalidade. Estruturas produtivas, mercado, relações de propriedade, etc. [...] São os movimentos do capital multinacional que determinam em última instância os movimentos de todos os outros capitais”. As contradições se reproduzem não mais entre

²¹⁷ Cfr. Resolução da Direção estratégica 1978, *Lo Stato imperialista delle multinazionali*, em <http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/ds78%20sim.htm>, consultado em janeiro de 2015.

²¹⁸ Trata-se dos militantes e dirigentes mais antigos das BR presos nos anos precedentes (Renato Curcio, Alberto Franceschini, Piero Bertolazzi, entre outros)

²¹⁹ Manuscrito, p. 17.

²²⁰ Idem

capitais nacionais mas entre os grandes grupos multinacionais. “O imperialismo das multinacionais apresenta-se como um sistema de domínio global em que os vários “capitalismos nacionais” são apenas suas articulações orgânicas, e as diversas “áreas nacionais” subsistem como expressão geográfica da divisão internacional do trabalho por ele determinado”.

O Estado imperialista das multinacionais (SIM) é a superestrutura institucional “nacional” correspondente à fase do imperialismo das multinacionais. Ou seja, o SIM é a nova configuração que superaria o Estado-nação. Os governos não seriam mais expressão da vontade popular, mas instrumentos controlados pelo sistema financeiro internacional, porque o que estava em curso era o processo de internacionalização do capital. Cabe ao proletariado enfrentar uma burguesia que é articulação local da burguesia imperialista. A luta de classes assume, também nas metrópoles, o caráter de luta antimperialista e portanto de guerra de classe revolucionária, uma guerra de longa duração. O SIM tinha algumas características: a formação de um pessoal político imperialista expressão da burguesia imperialista, que forma a nova estrutura tecno-burocrática de formação europeia, formada nas Fundações, não mais nas escolas de partido, mas colocadas nos centros de poder (governo, Confindustria, Banco central, mídia). A DC é identificada como partido da gestão imperialista do estado (o conflito em curso entre as diversas correntes da DC era lido como uma luta entre os grupos dirigentes ligados ao capital nacional e os ligados ao capital multinacional); centralização das estruturas estatais sob o controle do poder executivo: um esvaziamento das funções do parlamento e uma concentração dos poderes no governo; o reformismo, ou seja a concertação entre as partes sociais; a contrarrevolução preventiva, ou seja, a repressão violenta de todas as formas de oposição a reestruturação. Através do reformismo devia evitar-se a o conflito social, impor uma pacificação e contra a parte que não se integrava agir através da repressão. Reformismo e repressão se mantem juntas. “O reformismo não é uma política da classe operária, mas uma política do Estado imperialista contra o proletariado metropolitano”. O SIM é portanto uma estrutura totalizante e totalitária que age de forma centralizada e integrada através de “instrumentos pacíficos para assegurar o consenso das massas: partidos institucionais, sindicatos, meios de comunicação. Por outro lado, através de instrumentos militares cujo fim é a aniquilação: núcleos especiais, tribunais especiais, cárceres especiais [...] Ambos são formas de um mesmo Estado”. O SIM portanto não é fascista nem socialdemocrata, é uma superação dialética de ambos. Neste quadro o papel do PCI não seria mais necessário, o partido seria destinado a desaparecer e não seria

necessário atingi-lo para atacar a reestruturação. Os dois reais inimigos são identificados em Confindustria, “espinha dorsal da iniciativa imperialista na reestruturação do aparato econômico”, e DC, “espinha dorsal da iniciativa global do imperialismo em nosso país”. A “campanha de primavera”, ou seja, a operação do sequestro de Aldo Moro, estava de fato muito claramente delineada, assim como seu sentido dentro da visão geral das BR. Ao ler a Resolução, podemos notar como não estava de forma alguma a significar uma tentativa de impedir o Compromisso histórico e o ingresso do PCI no governo.

Nesta fase histórica, a este ponto da crise, a prática da violência revolucionária é a única política que tenha uma possibilidade real de enfrentar e resolver a contradição antagônica que opõe proletariado metropolitano e burguesia imperialista. Nesta fase a luta de classes assume, por iniciativa das vanguardas revolucionárias, a forma da guerra²²¹

O guerrilheiro urbano – que através da criminalização não é reconhecido na sua identidade política – é visto como “inimigo interno”:

Se for verdade que os militantes revolucionários, enquanto interpretes de ações classificadas como criminosas, são punidos por tais crimes, é mais verdadeiro ainda que, ao considerar-se em guerra contra o Estado, sofrem uma pena especial, um tratamento especial; sim, criminosos, mas criminosos especiais! Criminoso especial é sinônimo de “criminoso absoluto”, ou também “anarco-nihilista”, “terrorista”. Sendo estes os termos preferidos pelos especialistas da guerra psicológica, a figura política que eles fornecem aos aparelhos repressivos é muito menos indeterminada: trata-se do inimigo interno. Negado em palavras o status político de inimigo interno, este é na substância reconhecido através do tratamento diferenciado. Em primeiro lugar “pelo quem é” e só em segunda instância “pelo que fez”. A questão central da burguesia imperialista não é mais “o que você fez”? mas se torna “quem você é”? É a identidade que interessa acima de tudo, porque esta identidade deve ser aniquilada. O tratamento diferenciado em todas suas fases (luta, processo, prisão) está orientado a tal fim!²²²

Lembramos que em maio de 1977 uma lei instituiu os cárceres de máxima segurança, atendendo não apenas ao aumento do conflito social, mas também às lutas organizadas pelos presos políticos, que se concretizavam em revoltas e evasões e que desde o início da década tinham crescido, produzindo um fenômeno de politização dos presos comuns. O general dos Carabinieri, Carlo Alberto Dalla Chiesa foi encarregado da organização e da gestão da operação. Ressaltamos este trecho também porque durante o sequestro de Aldo Moro o que estava em questão não era o reconhecimento das BR por parte do Estado, como foi depois erroneamente apontado, mas o reconhecimento de um problema

²²¹ Resolução da Direção estratégica 1978

²²² Idem

político: o conflito social em curso produziu também os presos políticos, esta era a questão.

Uma longa seção da Resolução é dedicada à análise da cooperação entre estados imperialistas no que diz respeito à contrarrevolução: tanto a reestruturação dos corpos especiais anti-guerrilha, como a reformulação dos serviços de inteligência estariam coordenados a um nível supranacional e concentrados nas mãos do poder executivo. Magistratura e meios de comunicação de massas eram apontados como outros agentes da contrarrevolução. O documento prossegue colocando a necessidade de um aumento do nível de enfrentamento em relação a quanto expresso pelas BR até agora, sem que isto signifique ausência de “mediações adotáveis”, consideradas “em relação dialética com a necessidade de influir militarmente para poder influir politicamente”. Na última parte da Resolução as BR colocam a proposta, como sair da crise:

O proletariado metropolitano não tem alternativas. Para sair da crise deve colocar e resolver a questão central do poder. Só destruindo o Estado imperialista, instaurando a ditadura do proletariado, é possível separar o “elo Itália” da cadeia imperialista. (...) Sair da crise quer dizer comunismo! Quer dizer: recomposição do trabalho manual e intelectual; organização da produção em função das necessidades do povo, do “valor de uso” ao invés de “valor de troca”²²³

Era preciso, nesta fase, desarticular as forças inimigas, “criar disfunções no aparelho de guerra que a contrarrevolução está preparando” tendo como objetivo principal “propagandear a luta armada e sua necessidade”. Esta ação de desarticulação tinha como alvo a DC, “representante dos interesses táticos e estratégicos do imperialismo e das multinacionais”; o pessoal político imperialista que ocupa as estruturas centrais do Estado (instituições econômicas, judiciárias, carcerárias, militares); o pessoal político que está diretamente vinculado ao poder executivo (Confindustria, direção de fábricas, Fundações, meios de comunicação de massas); pessoal político imperialista vinculado aos organismos supranacionais (Trilateral, Cee, Otan)²²⁴. De fato, durante a “Campanha de primavera”, que inicia com o sequestro de Aldo Moro, as BR atuam uma série de ações contra os objetivos indicados: expoentes da DC, guardas carcerárias, dirigentes de fábrica, dando a imagem de força e de capacidade de atuar contemporaneamente em diversas cidades apesar da militarização operada pelo Estado logo após o sequestro do Presidente da DC. Esta era a última fase da propaganda armada em vista da passagem

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem

para a guerra civil, dirigida para o Partido comunista combatente em fase de formação. Era papel das BR recompor o Movimento de resistência proletário ofensivo, ou seja

a área de comportamentos de classes antagonistas suscitados pela exacerbação da crise econômica e política, chamamos de MPRO a área de forças, grupos, núcleos revolucionários que dão conteúdo político-militar às iniciativas de luta anticapitalista, antimperialista, antirevisionista, e para o comunismo. É claro que o MPRO não reflete um movimento homogêneo, mas uma área de luta e de “movimentos” bastante diferenciados, entretanto, unidos para um comum denominador: o processo de crise-reestruturação encabeçado pela burguesia imperialista²²⁵

Segundo a análise das BR, a potencialidade do conflito, apesar da crise, continuava elevada, e tinha que ser reorganizada, mantendo a centralidade da classe operária, através da inclusão das novas figuras que também expressavam caráter revolucionário, produzidas pela reestruturação produtiva e que representam os aliados da classe operária: os trabalhadores precários, os trabalhadores empregados nas estruturas públicas, como a saúde e transporte, etc., os novos “marginalizados” da produção. A este propósito é interessante ressaltar o comentário presente no manuscrito dos presos políticos:

O crescimento do movimento armado nas formas assumidas naqueles anos criava problemas de análise e avaliação em seio às BR, problemas em relação às contradições que tal movimento expressava. Ao mesmo tempo, este fenômeno tinha impressionado profundamente os presos do “núcleo histórico” que, talvez inconscientemente, haviam pensado que este movimento tivesse a força necessária para hegemonizar a classe, e que, portanto, nesta base, era possível e necessário passar à guerra. O tipo de explicação e o processo de desenvolvimento que os companheiros por consequência dão disto, vem a preencher um vazio na Organização, dando a possibilidade de abordar o problema em termos políticos mais gerais. [...]. Define-se e torna-se o MPRO o representante político de toda a classe²²⁶.

Além de apontar críticas em relação a algumas análises e avaliações, o trecho é significativo também pelo fato de realçar o papel exercido pelos presos políticos do núcleo histórico. A regra que as BR se deram era que uma vez preso, o militante não poderia, por razões objetivas – o fato de estar nas mãos do inimigo e de estar isolado da sociedade – dirigir do cárcere a organização, ao passo que tinha o papel de organizar as lutas no interior do cárcere. Lembramos que o documento nasce como crítica aos principais dirigentes que do cárcere organizam a cisão e a formação das BR-Partido guerrilha em dissenso com a direção das BR

A análise presente na Resolução de 1978 surpreende pela capacidade de ler as mudanças em curso: a nova estratificação social, a atenção às formas de precariedade do

²²⁵ Ibidem

²²⁶ Manuscrito, p. 19.

trabalho, que não se limitam apenas à condição individual do trabalhador, mas à própria unidade de produção em que o trabalhador está inserido (“uma área estável na sua precariedade”). São processos e tendências latentes neste momento, e que se tornam visíveis entre os anos Oitenta e Noventa. Diversamente de quanto afirmado na Resolução, o cenário não estava já determinado. Tais considerações estão inseridas dentro de uma leitura mais global da crise e da resposta capitalista à crise, que na época foi zombada, definida como “delirante” pela esquerda parlamentar, e criticada também pela área da esquerda revolucionária, enquanto não aplicava uma leitura marxiana e dialética. O sociólogo Pio Marconi, em um artigo publicado pela revista do Serviço de Inteligência em 2005, reconsidera a análise das BR, mostrando como nela se podem ler as tendências de desenvolvimento e os temas que entre a segunda metade da década de Oitenta e sobretudo durante a década de Noventa se tornam centrais no debate político: o desgaste da soberania nacional provocada pelos processos de mundialização (a globalização); um processo de diminuição dos espaços democráticos a favor de um poder cada vez mais concentrado nas mãos do executivo (neste sentido um novo tipo de regime que é a superação dialética das formas socialdemocrata e fascista da fase do capitalismo monopolista de base nacional); a intervenção direta de grupos empresariais na esfera política; a formação e a centralidade de tecnocratas na gestão da esfera pública²²⁷.

5. A Campanha de primavera

Desde janeiro de 1978 os partidos procuram uma resolução para a crise de governo. O “governo da não desconfiança”, segundo a definição dada pelo presidente do Conselho Giulio Andreotti (ou, dito de outra forma, governo sem oposição parlamentar), no cargo desde 1976 com uma coalizão de solidariedade democrática, caiu em janeiro. Será preciso esperar 54 dias antes de chegar a um novo acordo entre os partidos. O PCI, diversamente de quanto esperado e em alguns momentos anunciados, não terá personalidades próximas à sua linha representadas no governo. A inflação, no entanto, alcança 17%, e desde New York, em uma entrevista, Milton Friedman, prêmio Nobel para a economia, sugere privatizar as empresas públicas e cortar os gastos sociais, segundo a receita neoliberal que estava se tornando regra nos países ocidentais, experimentada pela primeira vez na

²²⁷ MARCONI, Pio. **Il sequestro Moro. Una strategia allo specchio**, Gnosis, Rivista italiana di intelligence: n. 3, ano 2005, disponível em <http://gnosis.aisi.gov.it/gnosis/rivista4.nsf/servnavig/5> consultado em janeiro de 2015.

ditadura chilena, em ausência de qualquer forma de oposição social e política. Realçava o fato de falar como economista, não queria entrar nas questões políticas, mas observava a falta de coragem da Democracia cristã em atuar inovações, em romper com o sistema de clientelismo que ela mesmo havia criado e que garantia seu poder²²⁸. Por outro lado, uma oposição social que resiste desde 1976, sob a pressão da reestruturação facilitada pela trégua social; PCI e sindicatos se esforçam para conter os metalúrgicos das grandes fábricas sobre os quais recaiu a “política dos sacrifícios”; uma oposição social e armada que rejeita qualquer tipo de diálogo com partidos e sindicatos, formada sobretudo por jovens precários, pôs a ferro e fogo algumas cidades nos meses precedentes. A guerrilha das BR desde 1974 é um fato de relevância nacional que os partidos parecem ignorar. O PCI que garantiu o apoio ao precedente governo através do mecanismo da abstenção, após ter tecido estreitas relações, no plano institucional, com a DC, estava finalmente próximo a participar da maioria de governo.

Nos 54 dias de crise de governo, o presidente da DC Aldo Moro, artífice dos governos de centro-esquerda em 1963 (com a abertura ao PSI), trabalha para convencer setores do seu partido a aceitar o ingresso do PCI na maioria do governo. Entretanto, face à existência de vetos, até mesmo sobre a presença de técnicos ou personalidades de área comunista, Moro, apesar do parecer contrário de Andreotti e do secretário da DC, Zaccagnini, preferiu não correr o perigo de provocar fraturas no interior do seu partido. Ele propôs uma lista de ministros, todos da Democracia cristã, que representavam as diversas correntes do partido, suscitando uma reação contrariada dos comunistas. Como relatado por Tullio Ancora, conselheiro de Moro, o presidente da DC, na noite de 15 de março, o encarregou de informar Berlinguer de que não havia outra possibilidade para os comunistas de entrar na maioria de governo, a não ser aceitando a lista apresentada²²⁹.

Em 16 de março de 1978, com uma ação perfeita do ponto de vista militar, um comando formado por dez militantes das BR, que têm entre os vinte e os trinta e dois anos de idade, provindos das colunas de Roma, Milão e Turim, mata os cinco homens da escolta do presidente da DC, Aldo Moro, e o sequestra. O efeito surpresa é fundamental, ainda que as BR tivessem anunciado uma ação deste tipo em seu programa. As BR estão atuando a linha da última Resolução estratégica, que circula desde fevereiro, em continuidade com a

²²⁸ FICILE, Enzo, FRIEDMAN, Milton. *Tagliate la spesa pubblica, riprivatizzate le imprese*. **La Stampa**, 30 jan. 1978

²²⁹ Cfr. CLEMENTI, Marco, PERSICHETTI, Paolo, SANTALENA, Elisa. **Brigate Rosse. Dalle fabbriche alla campagna di primavera**. Roma: DeriveApprodi, 2017, p. 405

precedente de 1975. Prossegue o “ataque ao coração do Estado”, como vinham teorizando, lançando agora o golpe mais profundo. Esta linha será reproposta nos nove comunicados que as BR emitem durante o sequestro: atacar a DC, inimigo principal, através de um dos seus mais importantes símbolos, e desarticular o SIM. E, ao mesmo tempo, fazer com que emergissem as contradições entre a direção do PCI e sua base militante. Aldo Moro será “processado”²³⁰ e condenado. Será o próprio Aldo Moro a avançar a proposta de uma troca com alguns presos políticos. Frente à decisão de imobilismo tomada pelas forças políticas as BR estão disponíveis a negociar o número e os nomes, e finalmente, chegarão a aceitar, para poupar a vida do refém, até uma simples declaração do secretário da DC que reconheça a existência da questão dos presos políticos. Face à firmeza, Moro será assassinado.

A “linha da firmeza” inicia poucas horas após o sequestro, quando o governo ainda não havia assumido o cargo. Luciano Lama convoca uma greve geral e avisa aos partidos, em primeiro lugar ao PCI que, face à morte de cinco agentes da escolta, não haverá alguma tratativa para salvar Moro. E logo depois, durante o comício em Roma, afirmará que não existem presos políticos na Itália. Neste momento, tanto a questão da tratativa como a questão dos presos políticos não haviam sido postas por ninguém. A adesão à greve é alta, mas, como explicam por exemplo os operários da FIAT e de algumas fábricas de Milão como a Alfa Romeo, trata-se de uma imposição. Marco Revelli e Brunello Montelli que estavam na FIAT, no âmbito de uma pesquisa já em curso, motivada pela necessidade de investigar as transformações da classe operária, registraram a resposta unanime dos operários: foi uma decisão da direção e dos sindicatos, ou seja, foi uma greve imposta, a fábrica fechou os seus portões

“Aqui não teve greve de oito horas, foi uma greve forçada, em frente aos portões, porque não nos deixaram entrar. Eles praticamente impediram o ingresso, os próprios patrões. A direção e os sindicatos, todos juntos”²³¹

A capacidade e o poder de mobilização dos sindicatos são enormes, como mostram as manifestações realizadas no mesmo dia, das quais participam os militantes dos dois principais partidos, pela primeira vez juntos numa mesma manifestação, dando midiaticamente a imagem de uma resposta compacta da sociedade e da classe operária

²³⁰ Para a militância de esquerda – parlamentar e extraparlamentar – a crítica à DC como partido-regime, ligado a organizações criminosas como a Máfia, responsável pela repressão contra trabalhadores e estudantes, constituía há muito tempo uma visão comum, não se tratava, neste sentido, de uma “invenção” das BR. O próprio Moro, algumas semanas antes do sequestro, respondendo as acusações de corrupção, e às contestações, havia afirmado que a DC não permitiria que contra ela se fizessem processos nas praças.

²³¹ MANTELLI Brunello, REVELLI Marco, **Operai senza politica. Il caso Moro alla FIAT e il «qualunquismo operaio»**, Roma, Savelli, 1979, p. 62. [Guardi che qui non c'è stato lo sciopero di otto ore, è stato uno sciopero quasi obbligato davanti ai cancelli perché non ci hanno fatto entrare. Praticamente ce l'hanno impedito loro di entrare, i padroni stessi. La direzione e anche i sindacati messi insieme]

em particular. Em alguns bairros das periferias das grandes cidades, em algumas escolas secundárias, em diversas fábricas do Norte, há quem manifesta satisfação pela ação, como escreverão os jornais, com pouca ênfase, no dia seguinte²³². O jornal *Lotta Continua* – que continuava suas publicações após o fim do grupo – publicou um artigo de Marco Boato titulado “Nem com o Estado, nem com as BR” que se tornou o slogan – e a posição – da área da esquerda que tinha composto os grupos extraparlamentares e que aos poucos se reaproximava das instituições. Entre os protagonistas que deram vida aos grupos extraparlamentares em final da década de 60, o ex-líder de PO, Oreste Scalzone, se expressou “contra o estado”. Entre a esquerda revolucionária, os núcleos que compunham o nascente movimento armado participaram com ações à campanha de primavera, diversamente das formações armadas maiores como *Prima Linea* por exemplo, e dos grupos próximos da área da Autonomia operária que acusa as BR de “fuga para frente”, e em seguida de ter a responsabilidade pelo fim do movimento. Na revista *Rosso*, fundada por Toni Negri, acusavam-se as BR de não ter alguma relação com as massas, de não

²³² Cfr. também VIDOTTO, Vittorio. 1978. Il caso Moro, in AA.VV., **Novecento**, Roma-Bari: Laterza, 2008. Como relatam os operários FIAT, a notícia do sequestro foi acolhida “com um estrondoso bate-palma! «Bem, bem» diziam em muitos. Paf, paf, garrafas foram lançadas no chão. Esta foi a primeira reação. A segunda reação foi de oposição ao sindicato que queria fazer greve. A direção da fábrica quis fazer greve enquanto os operários diziam aos seus representantes: «Você deve estar na linha, devemos trabalhar». A direção, porém, parou as máquinas e mandou todo mundo embora. [...] Depois teve assembleia, a assembleia instrumentalizada. Nós falávamos das nossas merdas, do horário de trabalho, da redução do horário, da meia hora de pausa, de outros assuntos, e eles vêm com duas horas de assembleia sobre o terrorismo. [...] Falou-se de terrorismo, e dois tipos de terrorismo, o terrorismo de estado e o terrorismo das BR e nossa posição assim como saiu da assembleia, foi sempre uma escolha de classe. Posso até não brincar sobre a desgraça que ocorreu a Moro e à sua escolta, porém, tampouco posso dar risada de todos os casos de operários que morrem nas fábricas, de operários que morrem nos hospitais, que vivem sob o terrorismo, que não têm dinheiro no bolso, que se adoecem morrem enquanto outro pode ir para Houston fazer uma intervenção ao coração. Isto quero dizer. Estes são atos de terrorismo e deste terrorismo se falou”, MANTELLI Brunello, REVELLI Marco, **Operai senza politica. Il caso Moro alla FIAT e il «qualunquismo operaio»**, o.c., p. 67 [In quel momento c'è stato un fragoroso applauso! «Ah, bene, bene!» dicevano molti. Paf, paf, ci sono state bottiglie spaccate per terra. Questa è stata la prima reazione. Poi la seconda reazione è stata di opposizione al sindacato alla volontà di fare sciopero. L'azienda ha avuto volontà di fare sciopero lo stesso, mentre gli operai dicevano ai delegati: «Tu devi attaccare la linea, dobbiamo lavorare». La direzione invece ha tenuto tutti gli impianti fermi, ha mandato tutti a casa. (...) Poi c'è stata l'assemblea, l'assemblea strumentalizzata. Noi si parlava dei cazzi nostri, dei fatti dell'orario di lavoro, della riduzione dell'orario oppure della mezz'ora, questo e quell'altro, e ce la vengono a menare con due ore di assemblea sul terrorismo. (...) Si è parlato del terrorismo e dei due tipi di terrorismo, il terrorismo di Stato e il terrorismo delle BR e allora la nostra posizione, quella che è venuta fuori dall'assemblea, riane sempre la scelta di classe. Io non posso essere quella persona che può ridere magari e scherzare della disgrazia che è capitata a Moro e alla sua scorta però non posso ridere davanti a tutti i casi di operai che muoiono nelle fabbriche, di operai che muoiono negli ospedali, di operai che vivono nel terrorismo, che non hanno una lira in tasca per il semplice motivo che se gli capita una malattia devono morire mentre un altro può andare a Houston a farsi operare al cuore. Questo voglio dire! Questi sono atti di terrorismo e si è parlato di questo terrorismo qua].

conhecer o projeto revolucionários das massas e de fechar o conflito social no único campo de confronto militar²³³.

A noite de 16 de março Andreotti recebia em parlamento, sem um debate parlamentar, os votos necessários para o seu governo. A linha da firmeza, lançada poucas horas após o sequestro de Moro, se manteve durante os 55 dias do sequestro, sem nem chegar a ser debatida em parlamento. Entre os partidos, o PSI e o Partido Radical mantiveram uma posição contrária à firmeza que, entretanto, ficou isolada. Em um jogo de chantagem e de cálculos, PCI e DC, que antepuseram, formalmente, a razão de Estado à vida do presidente da DC, tiveram que proceder a uma “desvalorização do refém”: em primeiro lugar negando a autenticidade das palavras de Moro endereçada, através de suas cartas, aos seus colegas, tentando uma interlocução e uma saída possível; suas palavras foram deslegitimadas tanto pela DC que pelo PCI; depois negando que ele tivesse informações sensíveis para a segurança do País, e finalmente negando que ele pudesse fazer revelações sobre fatos e personalidades tais de danificar a imagem de partidos e do Estado. De fato, ao analisar as posições dos dois partidos emerge em primeiro lugar a salvaguarda e o interesse primário em obter o maior ganho para os respectivos partidos na partida aberta com o sequestro. A abertura de contradições políticas e a desarticulação do Estado que o sequestro deveria provocar nas intenções das BR não aconteceu.

O texto de Leonardo Sciascia, *L'affaire Moro*, colhe, a nosso ver, um elemento importante: “o melodrama de amor ao Estado que foi grandiosamente recitado no cenário italiano de 16 de março até 9 de maio”. Em diversos trechos Sciascia ressalta a completa ausência de cultura de Estado por parte não só da DC, mas também de Moro e observa uma sobreposição do Estado com a família, o verdadeiro valor dominante, a DC é uma família, os seus eleitores são família, os italianos são família, ainda que nem todos sejam eleitores da DC. Neste contexto podemos falar de “invenção” do Estado, e aqui se insere o PCI que usa este conceito como arma de chantagem contra a DC. É, pelo contrário, a ausência de uma ideia de Estado por parte da DC em primeiro lugar que fica evidente. É o próprio Moro em todas as cartas que escreve (e que depois sintetiza no Memorial, contando como funciona o poder democrata-cristão) a realçar o elemento marcante, que ele vê como a força da DC, de negociar e de mediar, de “arrumar” as pequenas e grandes questões da vida política e social. Por isto a linha da firmeza não pertence à cultura da DC. Na ausência de sentido do Estado por parte da DC compreende-se a posição de

²³³ Cfr. CLEMENTI, Marco. *Storia delle Brigate Rosse*, o.c., p.207-208.

absoluta intransigência do PCI que acaba se identificando tout court com o estado: recusa a razão humanitária (ou seja, o valor da vida antes do valor do Estado) e por outro lado não cede face à uma DC que submete o Estado e as instituições aos seus negócios.

Atrás da linha da firmeza, que queria mostrar solidez e força das instituições e dos representantes institucionais, jogou-se um confronto entre os dois maiores partidos cada um empenhado para tirar proveito da situação e fortalecer sua posição. Por um lado, a DC se move no horizonte da “solidariedade nacional”, um acordo tático na espera de superar a situação criada pelo empate das eleições de 1976. Objetivo dela é desgastar politicamente o PCI, como de fato ocorre com a “política dos sacrifícios” que erode consenso e provoca mal-estar na militância operária do partido. Por outro lado, o PCI se move no horizonte do Compromisso histórico, um programa estratégico para superar, realizando uma série de rupturas ideológicas, a exclusão do governo. A “solidariedade nacional” é para o PCI um passo rumo ao compromisso histórico. Como observa Andrea Colombo, tratou-se de uma escolha política ditada e construída a partir de um equilíbrio precário porque alcançado sem resolver a divergência de fundo entre as estratégias dos dois maiores partidos:

A firmeza, assim como o governo que a defendeu, é um produto da solidariedade nacional – segundo a definição inventada por Moro – com o PCI parte integrante da maioria de governo, mas excluído do governo. Interpretá-la fora deste contexto é impossível²³⁴

O que de fato se criou, foi um novo bloco de poder.

Para as BR, ainda que não de imediato, a operação marcou uma derrota que se configurou mais claramente nos anos sucessivos. Ao planejar a operação não levaram em conta a possibilidade da rigidez e do fechamento das forças políticas, e não souberam responder a esta situação. A tentativa de romper o imobilismo reduzindo a exigência da libertação do refém a apenas uma declaração da DC, que colocasse a questão da existência dos presos políticos, isto é, a existência da guerrilha como questão política, é uma prova neste sentido. Com relação às contradições que a operação deveria abrir em seio à base militante do PCI, isto também não ocorreu, e foi provavelmente o dado que mais surpreendeu as BR. É preciso ressaltar de novo a este propósito que desde seu nascimento as BR sempre mantiveram um confronto e um diálogo com a base militante do PCI, em

²³⁴ COLOMBO, Andrea, **Un affare di Stato. Il delitto Moro 40 anni dopo**. Milão: Cairo, 2018, p. 58. [La fermezza, come il governo che la difende, è prodotto della solidarietà nazionale – come fu definita la formula inventata da Moro – con il PCI parte integrante della maggioranza ma escluso dal governo. Interpretarla al di fuori di quel contesto è impossibile]

particular nas fábricas, o principal campo de embate, procurando trabalhar nas contradições políticas geradas pela linha do compromisso histórico. Tratava-se de um problema percebido também pelo PCI. O próprio Berlinguer em uma declaração pouco comentada na época e também em seguida, admitia: as BR “são os nossos diretos antagonistas, partidários de uma opção alternativa na esquerda”²³⁵. Com relação à esquerda revolucionária, o resultado foi contraditório, porque por um lado, a operação tornou as BR um ponto de referência para o movimento armado e favoreceu nos meses sucessivos o seu crescimento, chegando a envolver direta e indiretamente milhares de pessoas²³⁶.

Nos dias do sequestro de Moro e no período seguinte, consolidou-se uma fratura entre as fileiras do movimento revolucionário, tendências já em ato desde os meados da década aprofundaram-se. Parte da militância que provinha dos grupos nascidos durante o biênio 1968-69, em particular LC, AO, Movimento estudantil, aproxima-se da esquerda institucional, ou participa da formação de um novo partido, Democrazia Proletaria (DP), que nasceu em 1975 iniciando o seu percurso institucional com a participação nas eleições de 1976 e mantendo-se mediantemente aquém de 2%, o que lhe garantia uma pequena representação parlamentar. Esta área, como já mencionado, identificou-se com a palavra de ordem “nem com o Estado, nem com as BR”. Do outro lado, as experiências que se soldaram ao redor do conceito de rejeição do trabalho e que se concretizaram em comitês operários, coletivos, assembleias autônomas, presentes nas fábricas e nos territórios metropolitanos – identificáveis nas duas áreas da Autonomia operária organizada e da “autonomia difusa” – e nas formações armadas que surgiram entre 1973 e 1977, deram respostas diferentes em relação ao salto e ao novo quadro produzido após a ação Moro. “Contra o estado, diversamente das BR” foi outra posição que se afirmou. Diferenças que já existiam em alguns casos sobre a forma organizativa da luta armada e sobre a relação com o movimento agudizaram-se. As diferenças fundamentais com relação às BR,

²³⁵ LOPEZ, Beppe. *Il PCI respinge la linea Craxi*, em **La Repubblica**, 22 abr. 1978, p. 3 [sono i nostri antagonisti diretti, sostenitori di un'opzione alternativa nella sinistra]. Cfr. também CLEMENTI, Marco, PERSICHETTI, Paolo, SANTALENA, Elisa. *Brigate Rosse. Dalle fabbriche alla Campagna di primavera*, o.c., p. 445.

²³⁶ Como assinalado em CLEMENTI, Marco, PERSICHETTI, Paolo, SANTALENA, Elisa, *ibidem*, p. 531, as duas principais formações armadas, BR e PL, realizaram respetivamente 594 e 107 ações das 2797 reivindicadas, 2188 das quais foram realizadas por formações armadas de esquerda. Os dados foram levantados para DELLA PORTA, Donatella e PASQUINO, Gianfranco em **Cifre crudeli. Bilancio dei terroristi italiani**. Bolonha: Il Mulino, 1994.

consistiam na manutenção de um plano e de uma estrutura legais e de um nível ilegal, na rejeição da clandestinidade para manter-se no interior do movimento.

Na onda das lutas de fábrica, em particular dos Lenços vermelhos, e do esgotamento das organizações extraparlamentares, formam-se, a partir de 1973, comitês e coletivos políticos e operários, assembleias autônomas, comitês de bairro, centros sociais juvenis, com inúmeras revistas, boletins e rádios, que incorporam também a geração mais nova de militantes. De novo, como em 1968-69, um vasto magma que assumia, englobando, os elementos do movimento dos anos precedentes, começando pela recusa do produtivismo, das instituições, recorrendo a práticas ilegais como forma de luta e de conquista de espaços, medindo as relações de força, identificando no PCI – e na socialdemocracia – o adversário principal²³⁷. O contexto político é diferente em relação ao movimento de 1968-69: o progressivo deslocamento do PCI para a área de governo faz com que as lutas mais radicais da classe operária não encontrem possibilidade de ampliar-se envolvendo segmentos mais amplos e, ao contrário, sejam sufocadas. Neste sentido, podemos dizer, que a guerrilha se torna em um determinado momento, única força de oposição no quadro de um país em que, no plano da política institucional, partidos de oposição e de maioria participam – direta ou indiretamente – do mesmo governo²³⁸.

Esta ampla e heterogênea área formada por centenas de expressões é conhecida como área da Autonomia. Nela emergiam duas tendências: a Autonomia operária organizada, que nasce com o objetivo de encontrar uma forma de centralização e organização; e a “autonomia difusa”, que não aderiu a este projeto. A revista *Rosso*, nascida em 1973 por iniciativa do *Gruppo Gramsci* e por alguns segmentos de PO próximos das posições de Toni Negri, foi polo de agregação e se tornou ponto de referência da Autonomia organizada, em um primeiro momento em Milão e depois nacionalmente. A revista levantou questões centrais, focalizando a atenção sobre as transformações do ciclo

²³⁷ Trata-se de uma das maiores diferenças entre BR e grupos armados que nascem da área da Autonomia. Para as BR, como vimos o adversário principal identifica-se com a DC (desde 1975, como vimos na Resolução estratégica, é lançada e praticada a campanha contra a DC, em uma série de ataques a pessoas e bens), “principal vector político do projeto de reestruturação imperialista do Estado”. Nos documentos das BR, ao referir-se ao PCI, usa-se o termo “berlinguerianos”: “a eles é atribuído um papel extremamente importante, ainda que subordinado: fazer com que a classe operária e todos os proletários aceitem a reestruturação imperialista do Estado”, BRIGATE ROSSE. **Attaccare, colpire, liquidare e disperdere la Democrazia Cristiana, asse portante della controrivoluzione imperialista**, n. 4, nov. 1977 em Commissione parlamentare d’inchiesta sulla strage di via Fani, sul sequestro e l’assassinio di Aldo Moro e sul terrorismo in Italia. Doc. XXIII, n. 5, vol. centoventinovesimo, p. 139-184.

²³⁸ Como dissemos, o governo de solidariedade nacional liderado por Andreotti e apoiado pelo PCI, e a nível regional e municipal as juntas DC que são privilegiadas pelo PCI, a partir de 1976, face às possíveis alianças com o PSI e outras formações menores da esquerda.

produtivo, o declínio do operário-massa e teorizando o operário social, acompanhando e ressaltando a emergência do proletariado juvenil. O papel das diversas revistas que surgiram nesta fase, não apenas *Rosso*, mas também *Controinformazione*, *Senza Tregua* entre outras, é de interesse porque compõe o quadro das lutas sociais do período, acompanhando sua evolução, suas práticas e formas de intervenção. A maioria dos artigos são relatos das atividades dos comitês operários presentes nas fábricas, no setor de serviços, dos coletivos políticos nos bairros proletários. Ou seja, um contexto de insubordinação social crescente, que não significa automática adesão à luta armada, mas que constitui o terreno dentro do qual se substancia também a formação de um diversificado movimento armado e que torna a luta armada uma perspectiva praticável. Entre 1974 e 1977, ao redor da revista *Rosso* e a partir do debate desenvolvido formaram-se diversos grupos armados. Desde 1976, o trabalho de *Rosso* e da área da Autonomia organizada foi de transformar a área em movimento da Autonomia operária, um primeiro passo para criar um partido revolucionário e um primeiro momento de organização. A construção do movimento é

um processo de agregação de forças diretamente expressas pelos níveis da luta de classes e como processo de unificação política (programática e organizativa) destas forças, portanto como momento intermédio, mas fundamental de centralização política e organizativa do movimento de massas²³⁹

Reafirmando a centralidade da classe operária, o movimento da Autonomia funda-se e constrói-se sobre o operário da *fábrica social* contra as tendências de atribuir a centralidade a “novos sujeitos” emergentes, o documento realça a necessidade de unificar sob a direção da classe operária o proletariado, unificando “frente de massas” e “frente combatente”: a frente de massas é o movimento que se põe como objetivos: salário, horário, luta contra a gestão capitalista da receita pública, autoreduções, etc; a frente combatente identifica os cada vez novos nós do comando do Estado e de sua capacidade de organizar e reestruturar a trama social da exploração²⁴⁰. Em 1977, no contexto das lutas que eclodem em março, as organizações revolucionárias colocavam a questão da guerra civil.

²³⁹ Dall'area dell'autonomia operaia e proletaria al movimento dell'autonomia operaia. **Rosso**, 25 out. 1976, p. 2

²⁴⁰ Idem

Ao redor de Rosso, destacam-se em particular, pelo número de ações, as Brigadas Comunistas²⁴¹. “Autonomia, separação e radicalidade da luta de classes. No interior desta fase da crise, devemos registrar o crescimento de combatividade do movimento. [...] A luta armada está cada vez mais passando de ideologia para prática de movimento”. O documento, de 1976, ressalta a incapacidade das lutas de influir de forma determinante contra os processos de reestruturação nas fábricas, de controle nos bairros e por outro lado uma demanda de poder por parte de operários, proletários, mulheres, jovens.

Construamos marchas armadas de massas. As vanguardas vivem dentro do movimento e a luta armada é o novo trabalho de massas. Por isto é preciso estabilizar uma rede de quadros político-militares no interior do movimento com o objetivo fundamental de ampliar os espaços de contrapoder proletário nas fábricas, nos bairros, nas escolas; capacidade de ataque contínuo dentro da descontinuidade das lutas de massas, mas não independentes delas. [...] Outros companheiros ergueram a exemplaridade a programa político, a libertação das potencialidades de comunismo das massas [é] substituída pela educação das massas. Por isto a crise das tentativas de construção do “partido combatente”, organização que se autoconstitui como partido clandestino armado contra o estado imperialista²⁴²

As BR, engajadas na campanha contra a DC que se intensifica com a formação da coluna romana em 1976, respondem em um documento de novembro de 1977 que antecipa os temas presentes na Resolução de fevereiro de 1978, sobre a “exemplaridade” das ações e também sobre a necessidade estratégica da clandestinidade:

O ataque à DC é uma linha de combate que é também um elemento fundamental do programa estratégico revolucionário do ataque ao Estado. Sob esta linha política constrói-se a alternativa comunista, edifica-se um efetivo poder proletário. Não se dá nenhum poder proletário se não se destruir a máquina, o instrumento geral da burguesia para o exercício do seu poder, da sua opressão, da sua exploração: o Estado imperialista das multinacionais. Isto nos leva a confrontar com a [...] organização do poder proletário. [...] Pode-se e deve-se viver clandestinamente no meio do povo. Pode-se e deve-se embaraçar os mecanismos do Estado com a ação guerrilheira [...] assumindo o conteúdo estratégico da clandestinidade não como mito, mas como instrumento e condição indispensável para a construção do Partido comunista combatente. [...] A iniciativa armada deve também projetar-se no movimento de massas, deve ser indicação político-militar, para orientar, dirigir e organizar o movimento proletário para a guerra civil ant imperialista [e deve ser] desenvolvido em todos os níveis da opressão do estado capitalista e em todos os níveis de composição de classe. Não existem portanto níveis de embate maiores ou menores. Existem, ao contrário, níveis de embate que incidem e desgastam o projeto imperialista e organizam estrategicamente o proletariado. Não são

²⁴¹ As BC são ativas entre 1974 e 1977, quando se dividem, dando vida às Formações comunistas combatentes, ou entrando em outras organizações, entre as quais Prima Linea

²⁴² BRIGATE COMUNISTE. Mai più senza fucile, Milão, 1976, em PROGETTO MEMORIA. *Le parole scritte*, o.c., p. 282-283. 85 pessoas foram processadas e condenadas por pertencerem às Brigadas comunistas.

as dificuldades militares que um determinado objetivo implica, mas estes dois elementos, a qualificar a ação armada, [...] Estrategicamente é importante tanto destruir os órgãos centrais e gerais do Estado, como destruir suas articulações particulares que atravessam todo o corpo social. Estrategicamente é importante construir uma capacidade centralizada e organizada de exercício do poder proletário assim como construir suas articulações no interior da classe operária e do proletariado, nas fábricas, nos bairros, etc. Não há contradição entre linha de massa e papel de vanguarda, não há dicotomia entre uma prática de movimento e a ação armada²⁴³

Em 1975, outro segmento que nasce em Milão se reúne ao redor da revista *Senza tregua*. Não se reconhece “na assim dita área da Autonomia, mas na rede muito mais ampla de vanguardas, de organismos, de realidade políticas”. Formada pelos comitês operários de Sesto San Giovanni, Magneti Marelli, Telettra, e militantes que saíram de LC, afirmava que os comitês e os coletivos autônomos poderiam funcionar como “embrionários centros de poder: rompendo a trégua, organizando lutas sobre as necessidades materiais, garantindo pela força os objetivos propostos, proporcionando a autodefesa militante face aos ataques criminosos das quadrilhas do Estado”²⁴⁴. Em 1977 o jornal chamava o movimento a discutir de guerra civil, “inevitável desenvolvimento da atual situação de classe; por outro lado, o inimigo já organizou alguns seus corpos nesta perspectiva”²⁴⁵. Dos grupos ao redor de *Senza Tregua* nasce, em 1976, *Prima Linea*.

É importante levar em consideração, ainda que sumariamente, este contexto, pois a trajetória das BR e suas evoluções estão estreitamente determinadas pelas evoluções do movimento em seu conjunto.

Voltando às reações provocadas pelo sequestro de Aldo Moro, em maio de 1978, *Rosso* escreve:

Para nós, os brigadistas são proletários que erram estrategicamente. [...] A ruptura, radical e profundíssima, entre as BR e a Autonomia [...] historicamente, ocorreu após a ocupação da FIAT de março de 1973. Os brigadistas pensaram então maduro o ataque ao coração do Estado – e fizeram a ação Sossi –, a Autonomia pensou que a forma do *partido de Mirafiori* – a gigantesca luta de apropriação do contrato e de desenvolvimento de contrapoder de massas – que esta linha fosse vencedora e que era preciso generaliza-la. Nunca as coisas se confundiram. A avaliação que nós damos das

²⁴³ BRIGATE ROSSE. *Attaccare, colpire, liquidare e disperdere la Democrazia Cristiana, asse portante della controrivoluzione imperialista*, n. 4, nov. 1977 em Commissione parlamentare d’inchiesta sulla strage di via Fani, sul sequestro e l’assassinio di Aldo Moro e sul terrorismo in Italia, o.c., p. 155-160.

²⁴⁴ Ibidem, *Senza Tregua*, p. 259 [i comitati e i collettivi autonomi possono funzionare da embrionari centri di potere: rompendo la tregua, organizzando le lotte sui bisogni materiali, garantendo con la forza gli obiettivi che ci si dà, assicurando l’autodifesa militante dagli attacchi criminali delle bande dello Stato].

²⁴⁵ Idem [aprire nel movimento il dibattito politico sulla guerra civile, che ci pare l’inevitabile sviluppo dell’attuale situazione di classe; d’altra parte il nemico ha già organizzato alcuni suoi reparti su questa prospettiva].

BR é sinceramente retribuída pelos companheiros das Brigadas vermelhas: eles também julgam que nós somos proletários que erramos estrategicamente²⁴⁶

É possível observar que todas as formações armadas se deparam com a questão da organização, de como praticar a luta armada e de como se relacionar com os movimentos presentes nas fábricas e nas áreas metropolitanas, mas nenhuma delas encontra um instrumental prático-teórico adequado. As BR sobrevivem mais do que os outros grupos, em uma situação de crise de perspectiva, essencialmente pelos princípios organizativos que se deram. A operação Moro havia evidenciado os limites na estratégia política das BR. De modo que o momento de crescimento da luta armada ocorre no momento de sua crise política.

O mecanismo que até então havia funcionado – prender uma personalidade que fica em nossas mãos por determinado tempo, a frente adversária se divide – isto não funciona mais. Com Moro ocorreu o oposto. Sacrificaram o presidente da DC, para quem estarão dispostos a discutir? Para ninguém. O sequestro Moro não foi uma ação que fracassou, não foi um pequeno ou grande erro de avaliação, foi o fim de um modo de pensar a guerrilha, o fim da teoria da propaganda armada. Não obteremos mais com uma ação de guerrilha um objetivo no cenário político, porque a política se reduziu à simples defesa do estado²⁴⁷.

E a crise política das BR, assim como da área que ocorre em um contexto, mas sobretudo por causa de um contexto que está rapidamente mudando. Nos anos precedentes, o nível de conflito existente entre as classes, impulsionado pela centralidade do operário-massa, havia possibilitado a emergência e a prática da propaganda armada. Era possível, com a transformação deste sujeito sob os golpes da nova organização do

²⁴⁶ **Linea di massa: dal partito di Mirafiori al contropotere del partito dell'Autonomia. L'Autonomia organizzata di fronte al "dopo-Moro".** Rosso, n. 29-30, mag. 1978, p. 2 [Secondo noi i brigatisti sono (...) proletari che sbagliano strategicamente. (...) La rottura radicale e profondissima fra le BR e l'autonomia (...) è storicamente avvenuta dopo *l'occupazione della Fiat del marzo 1973*. I brigatisti pensarono allora maturo l'attacco al "cuore dello Stato" – e si fecero Sossi – l'autonomia pensò che la forma del *partito di Mirafiori*, la gigantesca lotta di appropriazione del contratto e di sviluppo di contropotere di massa, - bene, che questa fosse la linea vincente da generalizzare. Mai le cose si sono confuse. Il giudizio che noi diamo delle Brigate Rosse è sinceramente ricambiato dai compagni delle Brigate Rosse: anche loro ritengono che noi siamo proletari che sbagliano strategicamente].

²⁴⁷ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana. **Brigate Rosse. Una storia italiana.** Milão: Mondadori, p. 181-82 [il meccanismo che aveva funzionato -catturiamo un personaggio, lo teniamo un certo tempo, il fronte avverso si divide o si incrina - non funziona più. Su Moro si è verificato l'opposto. E se hanno sacrificato il presidente della Dc, per chi altro saranno disposti a discutere? Per nessuno. Il sequestro di Moro non è un'azione andata male, un piccolo o grande errore di valutazione, è la fine di un modo di pensare la guerriglia, la fine della teoria sulla propaganda armata. Non otterremo più con un'azione di guerriglia un obiettivo sulla scena politica, perché la scena politica si è ridotta a pura difesa dello stato].

trabalho, a passagem da propaganda armada para a fase da guerra civil? É com esta questão que as BR se deparam nos anos seguintes sem encontrar saídas.

Capítulo 7

1. A reconquista da Fiat

A radicalização do conflito e a avançada do conflito armado entre 1978 e 1980; a repentina virada provocada pela reestruturação capitalística nos mesmos anos, favorecida pela ausência de uma oposição parlamentar; a sucessiva atomização da conflitualidade social que caracterizara os dez anos precedentes, representam o quadro em que se desenvolve o último ato do ciclo de lutas iniciado em meados da década de Sessenta, que vê a superação da sociedade fordista, instaurada tardiamente na Itália e que se esgota com igual velocidade, transformando estruturalmente a organização do trabalho e com ela a sociedade. Em um contexto internacional que estava mostrando o novo rumo dos países ocidentais que estavam passando por mutações político-econômicas importantes: Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos iniciavam no final da década de Setenta um processo de liberalização do mercado do trabalho e de desmonte de setores até então públicos da economia a favor das privatizações. Em síntese, o afirmar-se das receitas neoliberais aplicadas pioneiramente no Chile de Pinochet que funcionou como modelo piloto. Junto com a Alemanha, estes países representavam as pontas avançadas da nova organização do trabalho. A Itália precisava recuperar o atraso; a consolidação de um bloco de poder – mesmo uma vez que se esgotou a solidariedade nacional (1979) – e o papel dominante que assumiu Confindustria na conjuntura que se abre em 1978, permitem acertar os primeiros golpes que irão quebrar a resistência operária, a começar pelo lugar onde tinha sido mais forte, a Fiat. Inovação tecnológica e novo ciclo produtivo não mais baseado na centralidade da grande fábrica; necessidade de flexibilizar as relações trabalhistas, de demitir sem ter vínculos; aumentar a produtividade quando necessário intensificando os ritmos e podendo recorrer a horas extra de trabalho. Já em 1973, a introdução da automação havia iniciado, mas este processo de reestruturação encontrava na ofensiva operária o maior obstáculo. A conquista de espaços de poder por parte dos operários, as relações de força no interior da fábrica em meados dos Setenta, não permitiam a empresa ter o pleno controle sobre os ritmos e os tempos de trabalho. Disto descendia a necessidade de construir, no imediato, uma relação de cooperação com os sindicatos, através da cogestão. Contudo, tal período, de “trégua

social”, serviu também para introduzir uma nova concepção da produção que transfigurava o rosto da classe operária e eliminava o operário-massa, o elemento incontrolável do processo produtivo dentro da ordem fordista. No Diário político de luta na FIAT Mirafiori, em 1975, as BR evidenciavam que apesar da intensa mobilização e do “grande salto político resultado da consciência de que o campo de embate não pode mais ficar fechado no interior da fábrica, mas deslocado no confronto decisivo contra o Estado”²⁴⁸, já se estava em um plano de resistência no interior da fábrica. Continuava-se medindo avanços e retrocesso nas batalhas contra os ritmos, a nocividade, porém a eficácia das manifestações da autonomia operária diminuía. Estas considerações levaram à formulação do “ataque ao coração do Estado”. Na Resolução de 1975, ao discutir o “pacto corporativo” (a colaboração e cogestão da crise por parte das empresas, dos sindicatos e do governo), as BR evidenciavam o seu caráter não conjuntural, mas estratégico, como “projeto de estabilização para a década de 80 [...] incorporação orgânica da classe operária dentro do capital e dentro do Estado”. No interior da fábrica, continuava a Resolução, isto queria dizer reestruturação do ciclo e da organização do trabalho, através da ruptura da rigidez da força-trabalho e da militarização do aparato de domínio. Esta reflexão será aprofundada na Resolução estratégica de 1980, que identifica em dois fatores o ataque à classe operária: a mobilidade e a militarização: a mobilidade era considerada como o pior inimigo da classe operária; era o princípio que dirigia a reestruturação, necessário para desmembrar a composição de classe e tornar, pela estratificação, cada vez mais difícil a identificação proletária e a possibilidade de sua reunificação. Ou seja, um proletariado “móvel”, para além das necessidades da reestruturação, queria impossibilitar a unidade de classe, através da dispersão e da superexploração do trabalho. A militarização era o outro aspecto da reestruturação econômica: a automação revelava a o objetivo de vincular o trabalhador à máquina, estabelecendo um controle de tipo militar, ou seja, atribuindo à máquina a tarefa de determinar tempos e ritmos de trabalho. Por trás da objetividade da relação homem-máquina, estava na realidade o domínio de esta última que apagava a subjetividade operária. Além do mais, militarização significava também controle constante dos comportamentos individuais do operário, através do uso da informática e de câmeras de vigilância, que aprimoravam o papel de controle desenvolvido até então por chefes, guardiões, polícia, etc. As BR compreendem o que está ocorrendo, a nova composição da

²⁴⁸ Lotta armata per il comunismo. Cronache delle lotte alla FIAT Mirafiori e alla SPA di Stura. Giugno-luglio 1975 em **Controinformazione**, ano 3, n. 7-8

classe operária e sobretudo a emergência de algumas figuras como o trabalhador precário, a difusão do trabalho não declarado nas pequenas indústrias, até por experimentá-la diretamente através da segunda geração de militantes que ingressa em suas fileiras e que continuava provindo das fábricas, mas como veremos, não será capaz de dar uma resposta, sendo a crise política que atravessa nesta fase, da mesma natureza daquela do operário-massa.

Uma nova geração tinha entrado em fábrica, incluindo os jovens do movimento de 1977. Em 1978, após quatro anos, a FIAT contrata mais de 10.000 trabalhadores. Entre 1978 e 1980 os novos contratados são 23.000 em total. Mulheres (63%) e jovens com alta escolaridade – e que continuam estudando – representam a maioria, já inseridos na cidade de Turim. São as mulheres e os filhos do operário-massa. Através das apresentações de candidatura para as vagas, foi possível levantar alguns dados: as mulheres provinham do setor têxtil que havia sido desmantelado, ou eram donas de casa que precisavam de mais de um salário para a família, ou ainda jovens mulheres, já que os jovens tinham experiência de trabalho precário e trabalho não regularizado e procuravam uma maior estabilidade, embora para estes jovens a fábrica não representasse o horizonte. Assim como o novo operário de Sessenta fora enxergado como o “bárbaro”, este novo perfil também provoca desconfiança por parte do próprio operário-massa. Sobretudo porque ele percebe-se “transitoriamente” operário. Sua experiência de luta nasce na escola de massas, no ensino médio e superior, rejeita qualquer tipo de luta vinculada a organizações institucionais, sejam partidos ou sindicatos. Rejeita o trabalho e usa o absenteísmo ou as licenças médicas como forma de contestação da fábrica²⁴⁹. Esta última geração do ciclo de lutas iniciado em meados da década de Sessenta, já é geração da transição pós-fordista, é a primeira a enfrentar uma nova forma de organização do trabalho que produz, diversamente da produção de linha, formas de desagregação da força de trabalho.

Reestruturação tecnológica significava criar diferenciação tanto entre os operários como entre os funcionários. No caso da Fiat havia uma seleção e formação entre as diversas categorias:

Em 1978, 4000 aprenderam as técnicas de usina, empresariais e informáticas: resultou uma faixa de pessoas claramente privilegiada, que se torna porta-voz da reestruturação e da paz social: é preciso dizer também que estes estratos operários e funcionários possuem uma ótima sindicalização, filiados ao FLM. O comando, neste sentido, torna-se mais inteligente. Hoje os chefes são cada vez mais novos, recém-saídos

²⁴⁹ Cfr. Il comando cibernetico. Informatica, potere, antagonismo. **Controinformazione Strategie**, 1981, p. 72-77.

das escolas, e preparados e instruídos pelos institutos criados exatamente por isto, como o ISVOR, ou o Centro de formação de quadros intermédios. Portanto um comando e uma hierarquia altamente qualificados para apagar com o paternalismo e o “savoir faire” a raiva e as possíveis projetos de mobilização. [Além disto, a reestruturação do ciclo produtivo na grande fábrica] criou uma força produtiva, externa à fábrica, com atividades descentradas que ocupavam uma força de trabalho igual ou superior à da grande fábrica, três vezes mais produtiva e menos cara no que diz respeito aos ônus sociais: trabalho sem carteira, duplo emprego a domicílio etc²⁵⁰.

O dirigente do PCI Adalberto Minucci assim designava os jovens operários recém-contratados:

Consta-me que em Mirafiori entraram nos últimos doze meses 12mil novos contratados. Isto trouxe de volta para a fábrica uma realidade magmática, um porto de mar com gente que entra e sai sem ter familiaridade e às vezes tampouco atitude com o trabalho e que logo vai embora porque não aguenta. Acredito que com esta última vaga entrou de tudo um pouco, desde o estudante até o desajustado, raspou-se mesmo o fundo do barril²⁵¹

A Fiat justificava a contratação de 8000 operários entre o fim de 1978 e o início de 1979, por causa da baixa produtividade e crescimento da conflitualidade no interior da fábrica. Cesare Romiti, diretor executivo da Fiat, conta como a Fiat chegou a ter entre os 25 e as trinta greves por dia neste período. Só no mês de agosto de 1978, por exemplo ocorreram 166 greves, o que significou a perda de 6.000 carros²⁵². O papel de Romiti foi crucial não só no que diz respeito à política empresarial da Fiat, mas também e sobretudo na transição político-econômica.

Objetivo principal da Fiat era tornar a empresa competitiva a nível mundial em um momento em que o mercado dos automóveis estava em crise e voltar a ter o completo controle da fábrica, isto é, reverter as relações de força que desde 1969 tinham marcado um crescimento das conquistas da classe operária como nunca havia acontecido antes na história da empresa, por duração e intensidade. As duas questões estavam entrelaçadas entre elas: condição indispensável para fazer face à crise, segundo os planos da Fiat, era reduzir o número de trabalhadores e aumentar a produtividade dos trabalhadores empregados e para isto era necessário eliminar o conflito e a guerrilha no interior da

²⁵⁰ Fiat. Un Intervento operaio da Mirafiori, em Controinformazione, n. 16, anno 6, novembre 1979, p. 5-6.

²⁵¹ TORNABUONI, Lietta. *Nella FIAT complici delle BR contro sindacato e produzione*. **La Stampa**, 13 out. 1979 [mi risulta che a Mirafiori siano entrati negli ultimi dodici mesi 12 mila nuovi assunti. Questo ha riportato la fabbrica ad una realtà magmatica, un porto di mare con gente che entra senza avere dimestichezza né a volte attitudine al lavoro e presto se ne va perché non regge. Credo che in quest'ultima ondata a Mirafiori sia entrato un po' di tutto, dallo studente al disadattato, s'è proprio raschiato il fondo del barile].

²⁵² ROMITI, Cesare, PANSA, Giampaolo. *Questi anni alla Fiat*, o.c., p. 63-64.

fábrica. No clima acirrado da época, com o apoio dos sindicatos e do PCI e do governo, em 9 de outubro de 1979 a direção da Fiat envia cartas de demissão a 61 operários, todas com idêntica motivação, ou seja, por ter contribuído com o aumento do clima de conflito na fábrica provocando graves consequências sobre os níveis de produtividade em um setor decisivo da economia; de ter transgredido com as obrigações contratuais; de ter iniciado o trabalho com atraso causando desorganização da produção e em particular, entre julho-setembro de 1979, de ter repetidamente assumido comportamentos ameaçadores e intimatórios para com os superiores e os colegas de trabalho; de ter invadido os escritórios da direção proferindo frases injuriosas e ameaçadoras contra os representantes da empresa obrigando-os a abandonar o lugar de trabalho; e em diversas vezes de ter convidado os operários à luta dura contra as indicações dos acordos sindicais²⁵³.

O episódio citado na carta referia-se a um protesto em ocasião da introdução de novas regras de trabalho. A Fiat tinha trocado o equipamento em um departamento de alta nocividade, o do envernizamento onde, como ressalta o próprio Romiti, “respirava-se um coquetel mortífero de venenos”. Com a instalação de novas cabines, segundo a empresa era possível mudar os ritmos de trabalho (precedentemente o ritmo era meia hora de trabalho e meia hora de pausa, agora seria uma hora de trabalho e quinze minutos de pausa). A reação operária foi imediata, com uma greve que, porém, não teve êxito: “O sindicato interno tentou explicar aos grevistas que com a nova instalação não seria possível manter as mesmas pausas, mas eles não queriam dar ouvido a razão e perderam”²⁵⁴. Para Romiti

estava na hora de pegar o touro pelos cornos, isto é dar um sinal de que a empresa estava determinada a retomar o comando, dar um exemplo, determinar um fato que permitisse os chefes de trabalhar nos departamentos. [...] Foi assim que decidimos a ação: escolher o grupo dos mais violentos, aqueles que nos anos distinguiram-se como tais, e expulsá-los da Fiat²⁵⁵

Confirmando uma notícia difundida na época dos fatos, em uma entrevista de 14 de outubro de 2000 ao *Corriere della sera* por Giuliano Ferrara, então dirigente da Federação do PCI de Turim, a lista dos nomes dos 61 operários foi concordada entre Umberto

²⁵³ Veja-se BARAL, Piero (org.). Niente di nuovo sotto il sole. I 61 operai della Fiat licenziati nel 1979 e le fortune (?) dell'automobile. Turim: PonSinMor, 2003.

²⁵⁴ ROMITI, Cesare, PANSA, Giampaolo. *Questi anni alla Fiat*, o.c., p. 63-64.

²⁵⁵ Ibidem, p. 93-94

Agnelli e Ugo Pecchioli, com o consenso do secretário da Cgil Luciano Lama. O sindicato comprometeu-se a prestar assistência legal somente aos trabalhadores que assinassem um documento que declarava o repúdio ao terrorismo, e que foi assinado por 50 trabalhadores. Entre os 61, em grande maioria vanguardas sindicais, estavam também cinco militantes de organizações armadas, entre os quais dois pertenciam às Br. Foi assim que iniciou uma campanha mediática que apresentava a decisão da empresa como uma necessária medida para combater a violência e o terrorismo e ao mesmo tempo a torna-la aceitável aos olhos da opinião pública. No mesmo período o Pci distribuía questionários nas maiores fábricas convidando os operários a delatar qualquer comportamento que pudesse levantar suspeitas de envolvimento em “terrorismo” dos colegas, mas sem ter algum êxito. Dos 61 trabalhadores nenhum foi readmitido. Alguns meses depois, a sentença do Tribunal de Turim assim explica a razão da demissão: “*os operários demitidos aumentavam o clima de conflitualidade na fábrica, com graves consequências sobre os níveis de produtividade em um setor decisivo da economia*”²⁵⁶. O acontecimento foi o primeiro ato de uma ação que em pouco menos de um ano levou à demissão de 23.000 trabalhadores, após uma negociação, entre setembro e outubro de 1980, que durou 35 dias e que encerrou as lutas iniciadas em 1968-69 desintegrando a classe operária.

Em maio de 1980 a Fiat anuncia a intenção de aplicar demissões massivas de trabalhadores para reestruturar a empresa; em setembro declara estar intencionada a demitir 14.469 operários. Imediatamente inicia a greve dos trabalhadores que se alastra por dias culminando com a ocupação de alguns estabelecimentos da fábrica. A direção da Fiat decide então de retirar as demissões e avança a proposta de colocar 23mil trabalhadores em caixa de integração, encontrando de novo a oposição dos operários que continuam bloqueando a fábrica. A Fiat contemporaneamente organiza uma manifestação dos funcionários que atravessa o centro de Turim pedindo o “respeito do direito ao trabalho” e o fim das desordens e da “violência”. Tornar-se-á conhecida como a “marcha dos 40.000”, ainda que na realidade se tratasse de cerca de 10.000 pessoas. Os sindicatos decidem assinar o acordo, enquanto a assembleia que reúne o Conselho dos representantes dos trabalhadores aprova um documento que declara a contrariedade dos operários. Nas horas sucessivas, as assembleias de fábrica votam de novo o acordo e a grande maioria novamente se expressa contra. Sob os olhos estarecidos dos operários presentes, um representante do Pci, componente da mesa da assembleia, declara a “aprovação pela

²⁵⁶ Cfr. MICHELINO, Michele. **1970-1983. La lotta di classe nelle grandi fabbriche di Sesto San Giovanni**. Florença: Nova Cesat Coop, 2003. BARAL, Piero (org.), o.c.

grande maioria do acordo”. O mesmo se repete nas assembleias que envolvem operários do segundo turno; aqui também a maioria vota contra o acordo. Um comunicado unitário de Cgil-Cisl-Uil declara oficialmente que o acordo foi aprovado. Sobre este episódio existe uma ampla literatura de memórias operárias, e as filmagens originais da época das assembleias no momento da votação foram utilizadas no filme *Signorina Effe* de Wilma Labate, que conta a história dos 35 dias de luta, inspirado por sua vez no documentário *Signorina Fiat*, de Giovanna Boursier que relata a história de Maria Teresa Arisio, filha de um funcionário Fiat e por sua vez funcionária, que aderiu à marcha dos 40.000 por aderir aos “valores Fiat”. Como ela mesma conta no documentário, mudará de ideia mais tarde, em 1994, quando a empresa decide cortar os funcionários, e ela mesma estará entre os 3.000 demitidos; e à luz disto reinterpretará os fatos de 1980 compreendendo o grau de exploração da empresa.

A história da classe operária italiana no século XX se encerra com esta derrota. Romiti declarou abertamente que a demissão dos 61 operários foi um ensaio geral para testar a possibilidade de generalizar o ataque tendo garantido o apoio do governo, dos sindicatos e do Partido comunista. É interessante observar que no livro de Romiti que citamos, o autor reconstrói o biênio 1979-80 usando uma fraseologia militar e relatando de como se tratasse de uma verdadeira guerra. A Fiat empregava 102.000 trabalhadores em 1979, cinco anos depois, em 1984, o número total passou a 55.000; cerca de 200 trabalhadores demitidos suicidaram-se durante a década de Oitenta.

2. A crise da guerrilha e o fim da unidade das Brigadas vermelhas

Após a campanha de primavera as BR, assim como as outras formações armadas que através de linhas políticas diferentes apontavam o mesmo objetivo, não sabem como concretizar a passagem sucessiva, da propaganda armada para a guerra civil. Como vimos nos diversos materiais produzidos, para todos a perspectiva percebida que se apresentava era a guerra civil, e todos forneciam sua resposta para organizar e acelerar este processo. Em um contexto não só de recuo, mas de mutação do sujeito central das lutas do último decênio sob os golpes da reestruturação, a perspectiva política das BR vai progressivamente esvaziando-se. O operário-massa morre e junto com ele morre a possibilidade de luta armada comunista surgida ao seu redor. Entretanto, as condições do momento e o quadro ainda não estavam fechados. Com as mobilizações sociais em fase

descendente, a guerrilha, e as BR em particular, atravessam uma fase de crescimento tanto no que diz respeito ao número de ações realizadas, como à demanda de um número crescente de militantes de ingressar na organização. Com relação ao primeiro aspecto, de fato a quantidade de ações voltadas a desarticular o Estado, segundo a estratégia brigadista, atacando a DC, a magistratura e personalidades vinculadas com o aparelho penitenciário, cresceram, mas repetindo-se dentro de um esquema já praticado – até o seu máximo grau, com o sequestro de Moro – que não permitia avançar, como os próprios brigadistas percebiam. Este impasse de cariz político está na base da crise das BR, que inicia neste período. Com relação ao segundo aspecto, podemos considera-lo como uma das consequências da fase de crise do ciclo de mobilização mais geral. Em um contexto de crise e de batalhas que pela primeira vez se tornam defensivas e resistenciais, as BR representavam uma organização que mantinha uma perspectiva ofensiva e capaz de resistir aos golpes lançados pelo Estado no plano militar. E de fato, apesar dos golpes sofridos, as BR conseguem regenerar-se até que existe um contexto que o permite. Neste sentido o elemento que mais pesa é a virada imprimida pela Fiat – e com ela pelo mundo industrial e empresarial – mais do que pelas instituições políticas parlamentares em uma conjuntura econômica de transição. Isto é, o projeto político das BR não foi derrotado no plano político pelos partidos, mas nesta derrota tiveram um peso maior a ação do mundo empresarial e da magistratura, que assumiu a partir deste momento um papel político, substituindo-se de fato à política. Não deve ficar despercebido o fato de que a campanha de ataque da Fiat que vimos, começa quando a coluna de Turim é desmantelada, nos primeiros meses de 1980, em seguida à prisão de Patrizio Peci, o primeiro “arrepentido” da história das Br.

1979 é o ano em que as BR lançam a campanha “transformar a fraude eleitoral em guerra de classes”, mobilizando-se no ataque contra a DC. Menos conhecida da ação do sequestro Moro, mas mais complexa do ponto de vista militar é o ataque contra a sede regional da Dc em Roma, em pleno centro e próxima do Parlamento, portanto em uma área fortemente controlada pela polícia. A ação aconteceu durante a campanha eleitoral, em 3 de maio de 1978 e foram empregados 15 militantes. Foi planejada como ação demonstrativa, ou seja, tratava-se de ocupar dois andares do prédio, sequestrar o material presente nos escritórios e colocar explosivo em algumas salas após ter desalojado as pessoas presentes. A ação desenvolveu-se como planejado, mas quando os brigadistas estavam abandonando o prédio, a intervenção de um carro da polícia provocou um tiroteio que culminou com a morte de dois policiais. Em um contexto que depois do sequestro de

Moro se tornou fortemente militarizado, as Br moviam-se com habilidade mostrando um controle da situação e do território. É o sinal de que podiam contar com uma ampla rede de apoio e de que as investigações sobre a organização estavam longe de ter compreendido sua estrutura e funcionamento. As primeiras indicações sobre a estrutura organizativa e sobre os nomes de militantes clandestinos, muitos dos quais completamente desconhecidos à polícia, serão fornecidos pelos “arrepentidos” e será fundamental para os órgãos de segurança do estado travar sua batalha contra as Br. Neste período cresce também a atividade de propaganda, através de ações do MPRO, por exemplo ações de panfletagem nos mercados municipais das cidades (sobretudo em Roma), ou difusão de mensagens de propaganda com megafones nas fábricas, hospitais e escolas. Intensifica-se também a ação contra as estruturas e os corpos militares do Estado, como resposta à militarização do território. Torna-se cada vez mais central, a partir de 1979, a questão da libertação dos presos, uma frente de combate que não se desenvolve através de tentativas de ataque aos cárceres de máxima segurança – ainda que este tipo de ações chegue a ser planejado – mas sobretudo nas campanhas contra a magistratura e os principais dirigentes vinculados às estruturas carcerárias.

Desde 1976, como vimos precedentemente, os presos políticos das BR assumem um papel político relevante no interior da organização, se tornam o rosto público e visível de uma organização clandestina. Com o processo-guerrilha, que rejeita o princípio da defesa, eles põem em crise o poder do Estado de julgar através dos instrumentos previstos pelos mecanismos do sistema jurídico, conseguindo paralisar o julgamento por dois anos, isto é, conseguem afirmar que “a revolução não se deixa julgar”. Além disto, algumas condições possibilitaram a emergência da centralidade dos presos políticos BR, em um processo que os leva, em 1979, a propor-se de fato como direção política da organização. Em primeiro lugar, depois de trinta anos de espera, a reforma carcerária de 1975, resultado das lutas iniciadas no biênio 1968-69, que se expressaram em constantes revoltas no interior dos presídios apoiadas pelas mobilizações sociais²⁵⁷; um processo de politização

²⁵⁷ As revoltas do período provocaram uma ação de repressão que provocou diversos mortos. Em 23 de fevereiro de 1974, em Florença a polícia abriu o fogo contra presos que protestavam pela abolição do código Rocco. Um jovem de 20 anos é morto, estava preso por uma tentativa de roubo. Em maio do mesmo ano, em Alessandria: em uma tentativa de fuga, três presos fazem 14 reféns (um médico, um assistente social, seis professores e seis guardas). A ordem do Procurador da República Reviglio della Veneria de intervir provoca sete mortos (dois presos, dois guardas, o médico, o assistente social e um professor) e 14 feridos em uma ação coordenada pelo general dos Carabinieri Carlo Alberto Dalla Chiesa. Nas palavras do Procurador tratou-se de “uma maravilhosa ação, conduzida magistralmente pelos Carabinieri”. O general Dalla Chiesa será nomeado plenipotenciário do sistema carcerário com o papel de identificar e criar um circuito de presídios de máxima segurança. As revoltas se intensificam durante o ano – de setembro a dezembro, provocando mortos (de novo em Alessandria em 5 de setembro, e em Massa Carrara em 5 de

dos presos comuns²⁵⁸. A reforma acolhia só parcialmente as demandas de democratização (regulamentação das visitas, possibilidade de trabalhar e de ser remunerado pelo trabalho com o mesmo salário, medidas alternativas ao cárcere, higiene e disponibilidade de assistência médica) e foi imediatamente contestada pelos presos²⁵⁹. Por outro lado, possibilitou diversos casos de evasões no ano sucessivo²⁶⁰, em 1976, as quais, junto sobretudo com o crescimento da guerrilha, colocaram a necessidade de uma nova intervenção legislativa, efetivada com a instituição de um circuito de cárceres diferenciados, de máxima segurança, introduzindo uma diferenciação entre os presos, e visando isolar os presos políticos dos presos comuns. A instituição dos cárceres especiais faz com que os presos das BR, até então divididos em diversos presídios e com a possibilidade de contato limitada aos momentos dos julgamentos em curso nos tribunais, se reencontrem e tenham a possibilidade de reconstituir-se como “grupo político”. Logicamente, isto acontecia sob o controle do estado. Entre 1976 e 1977, parte dos fundadores das BR e dos primeiros militantes haviam sido preso, eles constituem o “núcleo histórico” (depois “centro interno”) da organização. Ainda que divididos entre os diversos presídios de máxima segurança, submetidos a um regime voltado a isolá-los completamente do contato externo e submetidos a frequentes transferências de um cárcere a outro, a partir destes anos conseguem construir espaços de política ativa, procurando

dezembro) e um aumento dos casos de tortura – e assumem uma conotação política pondo, como se lê em um documento dos presos, o “objetivo da luta armada para a destruição do estado burguês e para a conquista do poder proletário [através de uma organização autônoma] para responder a violência do estado burguês com a violência organizada dos presos revolucionários” (*La nuova fase del movimento all'interno delle carceri*, em <https://contromaelstrom.files.wordpress.com/2012/05/carcer-75.png>)

²⁵⁸ Fundamental neste sentido o papel desenvolvido pelos NAP (Núcleos armados proletários) que nascem, entre 1973 e 1974, por iniciativa de vanguardas políticas formadas entre presos e grupos de militantes que em 1973 abandonam LC (LC tinha dedicado, desde 1970, particular atenção à condição dos presos e do cárcere, tendo uma própria comissão específica em sua estrutura, Comissão cárceres). A formação armada, particularmente ativa em Nápoles, Roma e Florença, tinha como base de referência o proletariado marginalizado e do Sul, além dos presos. Foi protagonista de ações contra o pessoal da administração carcerária e da magistratura, da organização de evasões e revoltas no cárcere. O programa dos NAP coincidiu apenas em alguns pontos com o das BR, assim como a estrutura organizativa entre as duas formações era diferente. BR e NAP chegaram, em 1976, a realizar algumas campanhas juntos. Quando a estrutura externa dos NAP, que perde diversos militantes, mortos em enfrentamentos com a polícia, esgota sua experiência, parte do grupo dos presos dos NAP entram nas BR (1977). Sobre a história dos NAP, destacamos o livro autobiográfico de Pasquale Abatangelo, um dos militantes da organização e em seguida entre os aderentes às BR, preso pela primeira vez muito jovem por crime comum, e formado politicamente no cárcere. Cfr. ABATANGELO, Pasquale. *Correvo pensando ad Anna. Una storia degli anni Settanta*. Florença: Deapress, 2017.

²⁵⁹ Poucas horas depois da promulgação da lei uma revolta eclodiu no presídio de Rebibbia em Roma. 4000 policiais e o uso de helicópteros que bombardearam, foram necessários para reprimi-la.

²⁶⁰ Lembramos aqui, entre as ações das BR, o assalto ao cárcere de Casale Monferrato para a libertação de Renato Curcio em 1975, e a evasão de Prospero Gallinari do cárcere de Treviso em 1976.

em um primeiro momento explorar todas as possibilidades oferecidas para melhorar a condição no interior do cárcere e depois organizar a evasão.

Para o Estado os cárceres especiais são considerados também centros que permitem experimentar e estudar quais são as técnicas e as condições mais aptas a conter e condicionar o comportamento dos presos. Cada um dos cárceres especiais tinha características diferentes, desde a desestabilização psicológica e o enfraquecimento físico posto em ato no cárcere de Asinara na ilha da Sardenha, ao estudo do comportamento e das posições políticas no cárcere de Trani, à formação do delator através da concessão de favores e chantagem no cárcere de Cuneo, ao confinamento total em Fossombrone e Pianosa, até o mais parecido com o modelo alemão, reservado às mulheres em Voghera.

Os cárceres de máxima segurança representam sobretudo uma resposta do Estado ao crescimento da guerrilha e de um salto de qualidade, no plano militar. Não haverá evasão, mas as BR conseguirão obter o fechamento de Asinara em 1981. É importante ressaltar que a força do movimento dos presos BR tem respaldo e correspondência com o crescimento das ações das BR, com as quais os presos políticos se põem em dialética. É quanto acontece durante o sequestro de Aldo Moro, quando, paralelamente ao julgamento das BR ao presidente da DC, inicia o julgamento do Estado contra as BR em Turim, após dois anos de paralisia causada pelo “julgamento-guerrilha”.

[...] desenvolve-se um confronto entre BR e Estado. As primeiras julgam Moro, a DC, o Estado, o capitalismo; o segundo [julga] o “núcleo histórico” das BR, a luta armada, a revolução. Isto para além da consciência ou da vontade²⁶¹

Após a Campanha de primavera, a ação política dos presos BR cresce. Em Turim, durante o processo, os presos que representam o núcleo histórico, isto é, os fundadores das Br, iniciam uma discussão sobre como intervir no cárcere, um “programa imediato”, de novo em articulação com um dos pontos estratégicos do programa das BR – “libertação dos proletários e destruição dos cárceres” – que será retomado e desenvolvido no cárcere de Asinara, onde o núcleo histórico estava reunido. O programa imediato dos presos BR consistia na abolição do regime de isolamento individual e de grupo, aumento das horas de banho de sol, possibilidade para cada preso de escolher os companheiros de cela

²⁶¹ Cfr. manuscrito, p. 20. A este propósito é oportuno ressaltar que o sequestro de Moro não foi planejado com o objetivo específico de uma troca de presos “As BR haviam experimentado com [o sequestro] Sossi a difícil viabilidade de um percurso deste tipo, e além do mais, os mais recentes acontecimentos na Alemanha (sequestro Schleyer) confirmavam este convencimento. Portanto, ainda que contemplada como hipótese, a proposta de uma troca entre presos foi usada e projetada como meio para desenvolver contradições no inimigo”, *ibidem*, p. 16

segundo afinidade de interesses; abolição do isolamento com o mundo externo, ou seja, abolição de divisórias em vidro que impediam o contato durante as visitas de parentes, horário prolongado das visitas em função das dificuldades dos parentes de chegar até o cárcere²⁶²; abolição do bloqueio sobre informação, correspondência e censura dos livros. Sobre estes pontos os presos BR organizam um comitê de luta e conseguem envolver todos os presos de Asinara. O primeiro ato se concretiza com a “semana vermelha”, em agosto de 1978, quando ocorre a primeira contestação: recusa das visitas e destruição dos interfones e divisórias de vidro por parte de cinco presos BR; contemporaneamente outros, durante a hora do banho do sol, avisam que ficarão uma hora a mais. Logo em seguida a intervenção da direção do cárcere gera confrontos, espancamentos e isolamento de alguns presos. Em apoio, os familiares dos presos ocupam, dois dias depois, o escritório do Juiz responsável de Sassari dando notícia do ocorrido à imprensa nacional, denunciando as condições de vida no presídio, pedindo para ver os presos, certificar-se de suas condições e pedir a intervenção de médicos, que lhe é acordado, e obrigando finalmente a intervenção do ministério que alguns dias depois enviará um inspetor com o papel de averiguar as condições e mediar. Nos dias seguintes, reafirmando a responsabilidade coletiva das ações, os presos retomam a luta forçando de novo sobre a questão da abolição do isolamento interno, ficando além da duração prevista do banho de sol, desta vez sem provocar reação da direção. A semana conclui-se com a conquista de algumas melhoras, consideradas, porém, secundárias em relação ao “programa imediato”.

A iniciativa, com formas de organização mais articuladas e unitárias, retoma no mês seguinte. No balanço da semana, os presos BR chegam à conclusão da necessidade de criar dois níveis de organização político-militar: organização dos comunistas cujo papel é “traçar o percurso estratégico articulando todas as mediações necessárias para o crescimento e a consolidação do movimento dos proletários presos”; movimento dos proletários presos, que tem características de massa e que deve expressar, segundo as situações, a unidade possível entre suas diversas componentes. Este segundo nível deve construir seus próprios órgãos de direção. “Entre movimento e organização não existe identidade, existe ao contrário profunda unidade. Uma trabalha no interior da outra em uma relação dialética que, mantendo distinta a Organização do movimento, conduz este

²⁶² Os cárceres foram construídos em regiões e áreas de difícil acesso e os presos eram colocados em regiões distantes das de origem. Além do mais, as transferências de um cárcere para outro não era comunicada, e acontecia com frequência que depois de horas de viagem os parentes dos presos não conseguissem encontrá-los. O tratamento reservado aos parentes ao chegar no cárcere previa perquisição corporal e horas de espera

último em níveis cada vez maiores de organização, debate, consciência política e luta”²⁶³ para alcançar objetivos estratégicos.

Nós detemos sobre este episódio porque a partir desta experiência particular, dos seus desdobramentos, os presos políticos desenvolvem um documento, pensado em origem para superar as deficiências evidenciadas com o MPRO²⁶⁴, que após a campanha de primavera não conseguia responder a expectativa de provocar uma extensão do conflito armado. Ao contrário das intenções que motivaram o documento, em um ano, esta linha levará os presos políticos Br a propor uma nova direção política para as BR, em oposição à existente e logo depois à cisão da organização. Eles estavam convencidos de que a situação fosse de uma iminente guerra civil, com um movimento armado, no conjunto, em fase de crescimento. A percepção que eles tinham era de que a organização fosse já suficientemente forte para intervir e libertá-los. A questão da libertação dos presos era de fato um dos objetivos mais importantes para as BR que se ativaram em diversas ocasiões. Em 1979 foi estudada e em parte organizada uma ação para libertar os presos no cárcere de Asinara, na ilha da Sardenha. Pelas características da região e da colocação específica do cárcere, a operação apresentava-se árdua, demandando o envolvimento de todas as estruturas das BR. Em um território quase despovoado, que estava longe de representar uma realidade metropolitana e portanto com objetivas dificuldades de mimetização por parte da guerrilha, a ação só poderia ser realizada nos meses de verão quando lotava de turistas. Apesar das dificuldades a ação chegou a ser planejada e preparada, envolvendo sobretudo a coluna romana e apoiando-se no grupo local Barbagia Rossa²⁶⁵, mas não chegou a ser organizada dentro do período estabelecido, de modo que a executiva BR adiou a operação. Isto queria dizer adiar de meses a intervenção e provocou o mal-estar dos presos. A operação se tornou definitivamente inviável quando, poucas semanas depois, em um confronto fortuito com a polícia em Roma, Prospero Gallinari foi gravemente ferido e preso com os mapas do cárcere no bolso, com a indicação dos lugares em que os presos tinham colocado explosivos plásticos que seriam usados para a fuga e os planos de evasão. Face à inviabilidade da intervenção

²⁶³ PRIGIONIERI POLITICI DEL CAMPO DI CONCENTRAMENTO DELL'ASINARA. *La settimana rossa*. Catania: Edizioni della Rivista Anarchismo, 1978, p. 42-43.

²⁶⁴ Segundo a definição da RDS 1978: “Chamamos de MPRO a área dos comportamentos antagonistas de classe suscitados pelo agravamento da crise econômica e política; a área das forças, dos grupos e dos núcleos revolucionários que expressam conteúdo político-militar em suas iniciativas de luta anticapitalistas, ant imperialistas, antirevisionistas e para o comunismo”

²⁶⁵ Organização guerrilheira ativa entre março de 1978 e julho de 1981 na Sardenha que apoiava o programa das BR.

externa – que foi compreendida pelo núcleo histórico como algo a que a direção não dava o devido interesse e compromisso²⁶⁶ – e à luz da repressão que sofreram por parte da direção do cárcere e dos carabinieri à procura do material para a evasão sinalizados no mapa (e que não conseguiram encontrar), os presos decidiram organizar uma revolta, que teve lugar entre 2 e 3 de outubro de 1979. O objetivo não era a fuga, impossível, mas a destruição da seção do cárcere onde os presos BR estavam detidos, o que de fato aconteceu, provocando além da previsível repressão, a transferência dos presos entre diversos cárceres especiais. A contemporaneidade destes processos – um contexto marcado por uma mutação das relações de força, que se tornam desfavoráveis para a guerrilha em um momento ainda embrionário de queda do conflito social, o protagonismo crescente do “núcleo histórico”, a tentativa fracassada das BR de libertá-los, e a ação de repressão do Estado – concentrados entre meados de 1979 e 1980 – definem o quadro da ruptura entre núcleo histórico e direção BR.

Como dissemos, em 1979 os presos BR difundem um documento de mais de cem páginas (e portanto, do próprio ponto de vista material, de difícil circulação e discussão, em um período em que ser encontrado com material das BR queria dizer acabar preso), composto de uma série de teses políticas apresentadas em vinte pontos e a definição da relativa linha de combate, as quais não eram resultado de uma discussão com as BR. A resposta da Executiva foi polêmica²⁶⁷, assinalando justamente a dificuldade de divulgar o material entre todos os militantes e discuti-lo.

²⁶⁶ “enviamos para o externo uma espécie de ultimatum: façam como querem, mobilizem-vos, nós aqui não podemos aguentar; aconteceria com certeza um desastre. Chegou outra mensagem negativa: não é possível, não temos os meios, não dá tempo, tentem resistir. E nós, cada vez mais enfurecidos, respondemos que as dificuldades não derivavam de problemas organizativos, mas de escolhas políticas erradas. Escrevemos que não tinham se engajado adequadamente para realizar o que deveria ser objetivo improrrogável da luta armada: a libertação dos presos políticos, isto é, nossa evasão”, CURCIO, Renato. **A viso aperto**, o.c., p. 180. [Mandammo agli esterni una specie di ultimatum: fate quello che volete, mobilitatevi, arrangiatevi, ma noi qui non possiamo reggere; succederebbe certamente un patatrac. Alchè ci arrivò un altro messaggio negativo: non è possibile, non abbiamo i mezzi, non facciamo in tempo, cercate di resistere. E noi, sempre più infuriati rispondemmo che le loro difficoltà non venivano da problemi organizzativi, ma da scelte politiche sballate. Scrivemmo che non avevano messo adeguato impegno nel realizzare quello che doveva essere un obiettivo improrogabile della lotta armata: la liberazione dei prigionieri politici, cioè la nostra evasione].

²⁶⁷ O documento “diz muitas coisas corretas, indica tudo que é preciso fazer para realizar uma revolução, não se esquece de quase nada: a construção do Partido combatente, como organizar as massas na luta armada, as passagens necessárias da guerrilha à guerra, não negligencia nada e, nem é preciso dizer, exorta a derrotar o militarismo e a liquidar o subjetivismo. Tomado em abstrato é quase perfeito, mas é justamente sua abstração a suscitar muitas perplexidades na Organização [...] Escrevo que deve ter um erro em algum lugar, não sei qual, mas com certeza tem um erro”. MORETTI, Mario. **Brigate Rosse. Una storia italiana**, o.c., p. 210 [Dice un sacco di cose giuste, indica quasi tutto quello che bisogna fare per realizzare una rivoluzione, non lascia indietro quasi niente: la costruzione del Partito combattente, come organizzare le masse nella lotta armata, i passaggi necessari dalla guerriglia alla guerra, non tralascia nulla e, manco a

O documento produzido pelo “centro interno”, isto é, uma direção formada por alguns presos fundadores das BR entre os quais Renato Curcio e Alberto Franceschini, foi publicado e se tornou público em 1980²⁶⁸. Retoma os temas da RDS de 1978 e introduz novos conceitos, expressos em 20 teses. No contexto de uma crise capitalística cuja contradições são julgadas como não mais resolvíveis no plano econômico, para o “centro interno” a fase atual era de “conjuntura de transição”, ou seja, a fase da propaganda armada estava esgotada, mas ainda não se estava em uma fase de guerra civil. A duração desta fase de transição para a guerra civil dependia tanto do desenvolver da crise capitalística como da capacidade do proletariado de constituir-se em partido combatente. Por isto era necessário deslocar e preparar as massas para a luta armada. Como se relacionar com a área antagonista que as BR tinham identificado como MPRO? Como as BR deveriam organizar estes segmentos do proletariado que segundo os presos políticos do núcleo histórico estavam em uma fase ascendente? A resposta dada pelo centro interno apontava a necessidade das Br de transformar-se em partido combatente e assumir uma função de direção político-militar das massas e criar organismos revolucionários de massas (OMR). Para o centro interno tais organismos já existiam, estavam surgindo no bojo da crise-reestruturação-internacionalização do capitalismo. Segundo a definição dada no documento, tratava-se de “organismos político-militares de combate dos proletários para a realização de suas necessidades reais e imediatas”. Os interesses materiais imediatos, prossegue o documento, representariam já um caráter político revolucionário porque, pela dimensão histórica da crise, já se colocariam em aberta contradição com o processo de reestruturação. Tarefa do partido combatente seria de fornecer um programa imediato capaz de unificar luta armada e ação de massas; um programa imediato que já era enxergado como “programa de poder, que expressa uma relação de poder, tendo como objetivo o poder do Estado”. O Partido comunista combatente (PCC) deveria, ademais, estabelecer uma “linha de massas”, ou seja, um “programa de transição ao comunismo que explique os objetivos sociais da guerra”. Identificavam-se cinco pontos, que nada mais são do que os objetivos expressos nas lutas de uma década: redução do tempo de trabalho; recomposição do trabalho intelectual e do trabalho manual; inversão do exercício dos poderes em todos os níveis da vida social;

dirlo, esorta a sconfiggere il militarismo e a liquidare il soggettivismo. Preso in astratto è quasi perfetto, ma è proprio per la sua astrazione che susciterà molte perplessità nella organizzazione. (...) Scrivo che ci dev'essere un errore da qualche parte, non so quale ma c'è di sicuro.].

²⁶⁸ Collettivo prigionieri comunisti delle Brigate rosse *L'ape e il comunista*. **Corrispondenza internazionale**, Anno VI, n. 16/17, Ottobre/dicembre, Roma 1980.

requalificação da produção, da relação homem-natureza em base ao valor de uso coletivamente definido e historicamente possível; internacionalismo proletário. O programa imediato e o programa de transição estavam inseridos dentro do programa político geral, que nesta conjuntura de transição era identificado com a deslocação e organização das massas na perspectiva da luta armada, passagem necessária para a fase de guerra civil. Era preciso fazer com que o proletariado metropolitano conquistasse a “capacidade político-militar de manifestar sua força em modo unitário, mas em suas múltiplas formas, conforme sua complexa estrutura”. Isto era definido como “sistema do poder proletário [...] manifestação organizada, autônoma, ofensiva desta unidade do múltiplo”²⁶⁹. O documento ressalta a diferença em relação à experiência soviética e chinesa: nos países capitalistas a revolução consolida-se nos “lugares de máxima condensação do poder inimigo” porque não conta com territórios liberados, contrasta o inimigo em seu próprio território (fábrica, bairros, cárceres, escolas); sua legitimidade depende do consenso que suas ações recebem entre as massas proletárias; propõe de atuar por campanhas, ou seja, frentes de luta permanentemente abertas que avancem e recuem segundo a conjuntura, identificando os centros nevrálgicos que em cada caso devem ser desarticulados e sobretudo compreender e responder os “interesses imediatos” do proletariado com “programas imediatos”.

Ao observar o texto, percebemos que retomava a experiência direta das lutas dos presos BR no cárcere. A Direção estratégica, ao responder²⁷⁰, apontava uma série de considerações evidentes e não novas: a impossibilidade, para os presos, de compreender a realidade externa, o estado real do movimento operário e revolucionário que iniciava sua fase descendente. O número de ações armadas, das BR e dos outros grupos armados, neste mesmo período aumenta e, observado desde a prisão, a impressão que se tinha era de uma situação de grande força das organizações armadas e revolucionárias, ao passo que para quem estava fora, em particular para as BR, a situação era de dificuldade, da impossibilidade de dar o “salto” para estender a guerrilha, passagem necessária para chegar à guerra civil, algo que para a direção não era percebida como iminente. Estes

²⁶⁹ Ibidem, p. 257. Veja-se também CLEMENTI, Marco. *Storia delle Brigate Rosse*, o.c., p. 242-245

²⁷⁰ A fricção entre direção Br e presos sobre as teses elaboradas pelo “centro interno” e o fracasso do projeto de libertação provocam um primeiro momento de crise que culmina no pedido de demissão da Executiva. Seguindo as regras da organização é convocada uma reunião da direção estratégica em Genova para discutir o documento. A reunião foi organizada às pressas, em dezembro de 1979, e não foram observadas todas as regras de compartimentação. Isto fez com que brigadistas de diversas colunas tivessem elementos para reconhecer a base, entre eles Patrizio Peci que será preso logo após e fornecerá informações sobre a base, provocando em 28 de março de 1980 uma incursão dos carabinieri que executarão 4 militantes surpreendidos no sono: Riccardo Dura, Lorenzo Betassa, Piero Panciarelli, Annamaria Ludmann.

fatores representavam uma sociedade ainda não pacificada, ou “normalizada”, com movimentações sociais ainda convulsas, mas em fase de recuo. Enquanto aumentavam os militantes que pediam para ingressar, aumentava também o número de militantes presos, os que tinham mais experiência acumulada: a coluna de Milão por exemplo, a primeira fundada e fundamental para as BR, em fim de 1978 havia sido quase completamente desmantelada pela polícia, e teve que ser reconstruída²⁷¹. Além disto, em dezembro de 1979 uma série de leis – as leis especiais, ou de emergência – aumentavam as condenações previstas para os crimes cometidos com finalidade de terrorismo; aumentava a prisão preventiva para crimes de terrorismo e introduzia benefícios, ou seja, redução da sentença de condenação, para quem decidia colaborar, através da delação, com a justiça. À polícia foi dado o poder de revistar habitações e prédios sem mandado do juiz, mas sobretudo foi introduzido o poder de parar qualquer um que “resultasse suspeito por seu comportamento”, detê-lo por até 48 horas, o que permitirá o uso da tortura (Lei Cossiga).

O quadro geral, portanto, entre o fim de 1979 e o início de 1980, no que diz respeito à situação das BR era encontrar um rumo praticável para sair da fase de propaganda armada que já não permitia avançar mais. A partir desta necessidade, reconhecida para o conjunto da organização, inclusive para os presos, a direção Br, em particular Mario Moretti, o alvo principal das críticas, tenta uma mediação tendo como objetivo primário manter a unidade da organização. O resultado será a Resolução da Direção estratégica de 1980. Entretanto, em Turim, durante o processo, o núcleo histórico torna pública as críticas à direção, intencionada a travar uma batalha para assumir a direção da organização. Em um comunicado que acusa a organização de agir segundo uma lógica burocrática e militarista, retomando posições já avançadas por setores da Autonomia operária, isto é, de as Br não ter se relacionado com os movimentos. A partir de então os presos introduziram uma distinção entre militaristas e movimentistas. No interior das Br, ainda que estes dois termos possam caber no que diz respeito a uma formação guerrilheira, assumem um significado diferente daquilo que foi difundido. Ao definir-se movimentistas, os presos

²⁷¹ Será reconstruída em alguns meses através do trabalho de dois dos principais dirigentes BR, Moretti e Balzerani. “Havia companheiros novos, inexperientes. Foi um momento tremendo, Milão estava zerada, eu e Barbara Balzerani retomaremos os contatos no início de 1980, e com Vittorio Alfieri, Aurora Betti, Roberto Adamoli e outros reconstruir-se-á a nova coluna Walter Alasia. Parece impossível que [os presos políticos do núcleo histórico] ignorem isto, já que desde Milão são muitos os novos presos que chegam, ou que não compreendam o significado disto”, MORETTI, Mario, **Brigate Rosse. Una storia italiana**, o.c., p. 213. [C'erano compagni nuovi, inesperti. Era un momento tremendo, Milano è realmente a zero, io e Barbara Balzerani riprenderemo i contatti all'inizio dell'80, e si ricostruirà con Vittorio Alfieri, Aurora Betti, Roberto Adamoli e altri quella che sarà la nuova colonna Walter Alasia. Quelli del processo o lo ignorano, ma sembra impossibile visto che da Milano ultimamente in galera sono arrivati a frotte, oppure non capiscono quel che significa].

do núcleo histórico entendiam, em primeiro lugar, estar mais presentes com ações armadas, e portanto, aumentar o nível de conflito armado (foi o que aconteceu após a cisão com o Partido guerrilha). Isto queria dizer, nas críticas levantadas pelos presos, que as BR estariam mais preocupadas na manutenção e na sobrevivência da organização (daqui o burocratismo e organizativismo) do que em organizar as massas para a revolução, e portanto, privilegiar o elemento militar sobre o político. De fato, a prática movimentista será posta em ato depois da cisão de 1981, pelo Partido guerrilha, que expressará práticas distantes das que caracterizaram a história das BR.

Como dissemos, a direção BR trabalhou para recompor os dissídios em curso, apesar da posição de aberto contraste assumida pelos presos, que no entretanto, procuravam e achavam apoio entre os militantes que estavam em liberdade.

Neste sentido a Resolução de 1980 representa uma tentativa de mediação com as instâncias postas pelos presos, mas ao mesmo tempo deixa supor que se tratou também de uma espécie de compromisso face à dificuldade de encontrar uma linha política alternativa. O próprio Moretti afirma que trabalharam para recuperar “os elementos de análise que era possível utilizar, procuramos dirigir o debate para com uma linha que tenha sentido”²⁷² Com efeito, a Resolução dava amplo espaço ao problema do cárcere pondo a questão de fechar em particular o cárcere de Asinara. O documento tenta reelaborar também a questão do “programa imediato” e dos “objetivos imediatos”: o contexto era de transição para a guerra civil, a fase da propaganda armada já tinha sido superada; por isto não se tratava mais de continuar com as ações exemplares para envolver o proletariado na luta armada, mas de responder e realizar as necessidades imediatas das massas. A Resolução afirmava a centralidade das

lutas espontânea das massas, porque aqui já estão presentes os elementos políticos, os conteúdos específicos do programa imediato para os diversos estratos do proletariado metropolitano; é preciso colher o que já existe na espontaneidade das massas e transforma-los em projeto em plataforma política. [...] Sem programa imediato é impossível os organismos revolucionários de massas se desenvolverem, por isto a tarefa do Partido combatente é de elaborar programas imediatos²⁷³

e criar núcleos de resistência clandestina (formas embrionárias dos OMR). Neste sentido, brigadas e núcleos representariam articulações estratégicas de um processo de construção do poder proletário. “Os Núcleos clandestinos de resistência não são órgãos de partido. Enquanto as Brigadas são embriões do partido como células político-

²⁷² MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, o.c., p. 220

²⁷³ BRIGATE ROSSE. **Direzione strategica**. Senza luogo, ottobre 1980. Veja-se em appendix.

militares”²⁷⁴, ou seja, as Brigadas são vanguardas do partido combatente, enquanto os núcleos são formados pelas vanguardas de classe no seu conjunto. O documento continua afirmando que o programa das BR é agora organizar estratos de classe para a guerra civil, impulsionar o nascimento e o crescimento dos OMR.

Tratava-se de fato de uma tentativa de adaptar as teses dos presos à realidade efetiva com que as Br se deparavam, sabendo que mais do que fase de transição para a guerra civil, tratava-se de resistir face à avançada da reestruturação e do desmonte das lutas sociais, ainda que não se considerassem fechadas as condições para a existência da guerrilha.

A campanha D’Urso

Seguindo um dos objetivos indicados pela Resolução, o fechamento daquela que era considerada a pior penitenciária de máxima segurança, a Asinara. Nasce assim o sequestro de Giovanni D’Urso, magistrado e responsável na época pela seleção dos presos destinados aos presídios de máxima segurança. Em 12 de dezembro de 1980, o magistrado é sequestrado em Roma. No primeiro comunicado as Br explicam as razões: o cárcere é considerado centro da estratégia de guerra do imperialismo, a outra face da fábrica e também o lugar destinado aos estratos desagregados do proletariado extralegal, os que mais sofrem com o processo de reestruturação; por outro lado, o proletariado aprisionado representa, junto com a classe operária, o estrato que mais tem se destacado por sua luta revolucionária. O comunicado prossegue relatando as lutas dos presos em diversos cárceres que pertenciam ao circuito diferenciado (os de máxima segurança), e apresentando os objetivos principais do programa imediato dos presos (organizar a libertação dos presos; abolição dos circuitos diferenciados; construção e fortalecimento dos comitês de luta, fechamento imediato do cárcere de Asinara). Neste contexto se insere a ação do sequestro do magistrado pelas Br: alcançar os objetivos imediatos e desenvolver uma estratégia de longa duração para desarticular as estruturas do Estado imperialista²⁷⁵. No segundo comunicado, ao citar os recentes acontecimentos na Fiat, realçavam que a luta contra o cárcere era uma luta central da classe operária, reestruturação queria dizer crescimento do proletariado extralegal.

Desta vez, as Brigadas vermelhas, diversamente daquilo que ocorreu com o sequestro Moro, não procuram nenhum tipo de tratativa com o Estado, mas dirigem-se

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ BRIGATE ROSSE. **Campagna D’Urso. Comunicato n. 1.** Roma 13-12-1980, em PROGETTO MEMORIA. **Le parole scritte.** Roma: Sensibili alle foglie. Roma 1996.

diretamente aos presos políticos, “organismos de massas no interior dos cárceres”, assumindo suas reivindicações e atribuindo a eles a decisão sobre o destino do magistrado, ignorando mesmo os interlocutores institucionais. A reação das forças políticas foi de imediato de intransigência por parte da DC e sobretudo do PCI. Contudo, o fechamento do cárcere estava previsto como realçou o PSI e em 26 de dezembro o ministro de Justiça anunciou o fechamento, sendo atacado pelo PCI. O sequestro coincide com uma revolta de presos no cárcere de Trani (na região da Puglia), em 28 de dezembro, que fazem 18 reféns entre os agentes penitenciários, apresentam uma série de condições para libertá-los e querem a publicação integral na imprensa do comunicado²⁷⁶. Após 24 horas as forças especiais dos carabinieri conseguiram, após duas horas de batalha, pôr fim à revolta que se concluiu com o espancamento dos presos. A reação das Br foi imediata e no dia seguinte, em Roma, um comando matou o general dos carabinieri Enrico Galvaligi, responsável do setor que se ocupava da vigilância das penitenciárias de máxima segurança, estreito colaborador de Dalla Chiesa.

Nos comunicados que seguiram, as BR relatavam sobre o “processo” contra D’Urso, definido como “executor diligente e convencido da estratégia da diferenciação” e no comunicado n. 8 que anunciava a sentença de condenação do magistrado por ele ter sido responsável “da morte física e política de centenas de presos, plenamente ciente de seu papel”, explicavam que não havia identificação entre as Br e o Comité de luta dos presos, mas, ao contrário, uma estreita dialética entre Partido (BR) e OMR (comité de luta dos presos), cujo conjunto constitui o poder proletário armado”. Isto é, existia uma dialética entre o programa imediato dos presos, que reconheciam D’Urso como próprio refém, e as BR que agem para desarticular um dos núcleos vitais do estado imperialista. Por esta razão as BR convidam os presos a expressar-se sobre a sentença das BR. E querem que as avaliações dos presos sobre a luta dos comités, sobre os resultados alcançados, sejam publicadas na imprensa e transmitidas pela televisão sem censura²⁷⁷.

Desta vez, diversamente do que ocorreu no caso do sequestro de Moro, uma divisão tanto na imprensa como na magistratura abriu contradições e permitiu uma negociação. O Partido radical, que dedicou grande espaço no rádio acompanhando diariamente o subseguir-se dos acontecimentos, e que enviou uma delegação de parlamentares para

²⁷⁶ Além do fechamento da penitenciária Asinara, redução dos termos da prisão preventiva e abolição de toda forma de tortura nas penitenciárias e nas casernas, modificação das regras carcerárias (aumento da socialização interna e externa). Cfr. BRIGATE ROSSE. **Campagna D’Urso. Comunicato n. 6.** Roma 29-12-1980, ibidem, p. 208-212.

²⁷⁷ Cfr. BRIGATE ROSSE. **Campagna D’Urso. Comunicato n. 8.** Roma 1-1-1981, ibidem, p. 213-217.

averiguar a condição dos presos, foi também o primeiro a publicar, a expensas próprias, o comunicado dos presos em diversos diários. O jornal *L'Avanti* do PSI também decidiu publicar o comunicado e diversos outros diários tomaram a mesma decisão. Entre os contrários, além dos telejornais da Rai²⁷⁸, o *Corriere della sera*, *L'Unità*, *Il Giornale* e *Il Tempo* decidiram para a linha da firmeza. Do mundo da magistratura, foi decidido libertar Gianfranco Faina, professor universitário de Genova que por um período militou nas BR. Ele estava já muito doente e morreu um mês após a libertação. Para além das polêmicas, a linha da “intransigência”, inicialmente proclamada, foi abandonada. Em 15 de janeiro, finalmente, D'Urso foi solto. As BR tinham alcançado os objetivos políticos e materiais principal de fechar a penitenciária. O presídio de máxima segurança de Asinara foi fechado, os comunicados dos presos amplamente difundidos. Segundo Mario Moretti, trata-se da obra-prima política das BR, uma “obra-prima da guerrilha”:

Devia ser um paradigma, revelar-se-á, pelo contrário, uma perfeita obra de artesanato, tão particular de ficar como peça única, as modalidades políticas que experimentamos com sucesso durante o caso D'Urso não se apresentarão de novo [...] Este sucesso não apontava uma possibilidade de transformação da guerrilha, de expressar o que estava acontecendo, isto é, um corpo social em mutação, estava fora de suas possibilidades²⁷⁹.

A história unitária das BR termina pouco meses depois desta ação. Aparentemente, o conflito entre presos do núcleo histórico e direção parecia estar resolvida: o próprio núcleo histórico participou ativamente tanto das lutas no interior do cárcere, como no externo através da “frente cárcere” que teve um papel importante na direção da operação e que de fato seguia as indicações do núcleo histórico. Ademais, as BR tinham em preparação para os meses sucessivos uma série de ações que envolviam diversas frentes de luta: o ataque contra o mundo industrial e a reestruturação; o ataque contra a política dos “arrepentidos”; o ataque contra a DC, em Nápoles, um território completamente novo para as BR onde recentemente tinha-se formado uma coluna. Além disto é preciso observar que apesar da crise de perspectiva política e os golpes sofridos no plano militar, a organização estava ainda fortemente estruturada. A delação de Peci possibilitou os investigadores compreenderem como as BR funcionavam e isto foi fundamental para a forma de combater para desmontá-la, mas a compartimentação funcionou e permitiu limitar as perdas, enquanto o fluxo de novos militantes continuava. Ou seja, a delação,

²⁷⁸ Para ultrapassar a censura televisiva, o Partido Radical disponibilizou o espaço reservados aos partidos no programa *Tribuna Politica* à filha de D'Urso que lançou um apelo para a libertação do pai e leu alguns trechos do documento dos presos.

²⁷⁹ Cfr. MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, o.c., p. 226-27.

que se intensifica e se generaliza estendendo-se aos maiores grupos armados neste período, representou sem dúvida um problema, mas não foi causa da crise. Após a cisão, por exemplo, as BR-PCC sofrem um duro golpe com a delação de Antonio Savasta, na época dirigente do grupo e antigo militante da coluna romana das BR, ativo desde 1977. Sua delação, em 1982, decimou o grupo, contudo, mesmo em uma condição de extrema dificuldade, ou seja, em um contexto de desmobilização social e com um novo fenômeno que emerge no mesmo ano, a dissociação, as BR-PCC conseguem reorganizar-se e atuar por mais alguns anos resolvendo o problema das delações, como mostram as investigações e os processos que não conseguem identificar os responsáveis pelas ações do grupo. Estes fatores contribuíram provavelmente dando a percepção de que havia espaço para continuar supondo que se tratasse apenas de uma fase de um processo de lutas em que era necessário resistir. Neste sentido as BR-PCC lançam em 1982 a “retirada estratégica”, após a conclusão do sequestro do general da Otan James Lee Dozier. O general veterano da guerra do Vietnã foi sequestrado em dezembro de 1981, em uma ação que tentava relançar – atacando os planos de reorganização e expansão da Otan na Europa, e na Itália em particular, com o projeto de instalação de mísseis – o terreno, unificador, da luta antimperialista. A operação conclui-se em janeiro de 1982 com a intervenção dos corpos especiais antiterrorismo e a libertação do general, em seguida à delação, obtida sob tortura, de alguns militantes envolvidos marginalmente na operação que levaram à descoberta da base onde o general estava detido. A “retirada estratégica” representava um elemento alheio à tradição das BR que sempre atuaram em uma lógica ofensiva. Ainda que se tratasse de um conceito não declarado expressamente, foi aplicado pelo menos duas vezes pelas próprias BR, em 1972 e em 1976, ou seja em duas fases em que, como vimos, afetadas pelos golpes da repressão, as BR retiraram-se para reestruturar-se. Neste sentido podemos ler também este momento.

Voltando ao momento da cisão, esta ocorre imediatamente após a captura de Moretti²⁸⁰, em abril de 1981, em Milão, enquanto estava trabalhando para reorganizar a coluna. Em 1980 a coluna Walter Alasia de Milão, que tinha se aproximado nos meses precedentes à posição dos presos do núcleo histórico contestando a direção²⁸¹, não

²⁸⁰ Prospero Gallinari ao lembrar da captura de Moretti diz que a dele não podia ser considerada uma perda qualquer para a organização: «Não somente ele é o companheiro mais velho da organização, mas é também o único dirigente que, pela sua trajetória, pela atividade desenvolvida, pode representar uma identidade coletiva, pode ter a autoridade necessária para manter unidas as Brigadas vermelhas». GALLINARI, Prospero. **Un contadino nella metropoli**. Milão: Bompiani, 2006, p. 251.

²⁸¹ Em uma reunião da Direção estratégica, no verão de 1980, os representantes da coluna de Milão, contestaram com veemência e com as mesmas motivações expressadas pelos presos, em particular o

aprovou a resolução da direção estratégica de 1980 e propôs um próprio documento. O grupo, formado por militantes que pertenciam à segunda geração de brigadistas, afirmava a necessidade, para sair da crise, de voltar a atuar no interior das fábricas, um terreno de luta que, segundo afirmava o grupo, tinha sido abandonado privilegiando o ataque ao Estado, elemento que era identificado como a verdadeira razão da crise. O grupo decidiu agir autonomamente, antes da autorização da executiva, usando a sigla BR em duas ações, em novembro de 1980, contra um dirigente da Alfa Romeo (Manfredo Mazzanti) e um da Marelli (Renato Briano). No panfleto que reivindicava a execução dos dois dirigentes, os dissidentes apresentavam essencialmente reivindicações de corte sindical (condições nocivas no lugar de trabalho, turnos, ritmos de produção, etc.). Ou seja, repropunham não só um terreno que as BR haviam abandonado quando ainda a mobilização operária estava em uma posição de conquista de espaços de contrapoder e que já mostrava seus limites na capacidade de influenciar o conjunto das lutas, mas também se colocavam dentro de uma lógica de sindicalismo armado que as BR nunca tinham praticado. A este propósito, e para compreender como as BR entendiam a luta armada, é útil citar Moretti:

Matar um homem é uma tragédia e a motivação que atribuímos ao gesto em nada muda sua dimensão. Mas desta vez sabíamos que a execução dos dois dirigentes seria absolutamente inútil. Nunca jogamos com a morte, era uma dolorosa necessidade da guerra que acreditávamos justa, e sempre assumimos nossa responsabilidade. Mas por estes mortes não podemos fazê-lo²⁸²

E comentando uma ação sucessiva à cisão realizada em 1981 pela Coluna Walter Alasia (o sequestro do dirigente da Alfa Romeo, Sandrucci, que diversamente dos casos citados acima se concluiu de forma não cruenta):

No sequestro de Sandrucci a [coluna] Walter Alasia, totalmente livre de presumidos empecilhos, está completamente inserida no contexto dos problemas daquela fábrica em particular; em questão estão os salários, a nocividade, os departamentos. Tocam o sindicalismo armado. Mas como é possível motivar os custos, humanos e políticos, que a luta armada envolve, com a demanda por um aspirador mais eficiente, ou ainda por algum desempregado a menos? Pega-se em armas, quebra-se a convivência em nome de um grande objetivo, se você não conseguir deslocar, influir, não dá para fazer. Mais ninguém te entende. E assim termina a [coluna] Walter Alasia. A [ação] Taliercio²⁸³ não vai além da denúncia dos planos de reestruturação, com anexos caixa de integração e

principal dirigente, Moretti, apesar das tentativas de mediação. Como foi relatado para todos os militantes presentes na reunião tratou-se de um ataque pessoal e não político.

²⁸² MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, o.c., p. 221.

²⁸³ Taliercio era dirigente do Petrolchimico de Porto Marghera, ele foi sequestrado e executado pelas BR em 1981.

demissões, porque em uma fábrica não vai para além disto. Tínhamos entendido desde 1976²⁸⁴.

Com a expulsão da coluna, as BR estavam recuperando os contatos com os mais antigos militantes e estabelecendo-os com os novos para reconstruir a organização em uma cidade que era considerada fundamental. A captura de Moretti, e junto com ele de Enrico Fenzi, outro dirigente, ocorreu enquanto estava encontrando com um novo contato que tinha pedido para ingressar nas BR. O fato de o principal dirigente se relacionar diretamente com novos contatos mede a situação das BR na cidade. Esta tarefa era desenvolvida pelos militantes irregulares, ou seja, os que não são clandestinos e que funcionam como um filtro, o que de fato havia impossibilitado infiltrações nas estruturas diretivas das BR.

Imediatamente após a captura de Moretti, Mario Senzani, que dirigia a frente dos cárceres e a coluna de Nápoles, vinculado aos presos do núcleo histórico e sob indicação deles reivindica a inclusão na executiva da organização, que a rejeita, até porque na história da organização ninguém antes tinha acessado à executiva candidatando-se, sendo a escolha o resultado de uma decisão coletiva que levava em conta a experiência e a qualidade política adquiridas na militância, assim como a autoridade e a confiabilidade adquirida entre os companheiros. As tentativas de superação da crise não tiveram êxito, aliás, o próprio desenrolar das campanhas em curso – planejadas nos meses antecedentes à ruptura – e sua gestão acabaram por acelerar o processo de divisão. A primeira campanha tinha como objeto central o proletariado extralegal e marginalizado do Sul, uma atuação em um território, Nápoles, que tinha características sociais e políticas particulares, onde a presença da Camorra era capilar e entrelaçada com a atividade política e econômica da cidade. Ademais, poucos meses antes, em novembro de 1980, um terremoto na região tinha provocado um número elevado de vítimas, além de ingentes danos materiais, deixando milhares de pessoas desalojadas e agora colocadas em alojamentos provisórios. Esta situação somava-se ao problema estrutural do desemprego e nas semanas que antecedem a ação das BR ocorreram diversos protestos. As BR, neste momento ainda unitárias, em abril de 1981, sequestram um membro da Democracia cristã de Nápoles, Ciro Cirillo. A gestão do sequestro foi levada a cabo pela coluna de Nápoles, em particular por Senzani. Inicialmente as Br querem, em troca do refém, a requisição das habitações desalugadas para os sem-teto e uma indenização para os desempregados.

²⁸⁴ MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, o.c., p. 227.

Diversamente de quanto ocorreu em outras situações, o governo, e a DC em particular, afirmaram manter como sempre a linha da firmeza, mas ao mesmo tempo, de “estar disponíveis” também a tratar, segundo expresso pelo secretário da DC Flaminio Piccoli²⁸⁵, evidenciando uma substancial diferença com a postura mantida durante o sequestro Moro. Após um mês, as demandas das BR foram atendidas, mas o sequestrado não foi solto e o sequestro só terminou no fim de julho. O comportamento do grupo de brigadistas que dirigia a ação, diversamente da tradição das BR, mostrou disponibilidade a tratar de forma reservada e também a aceitar dinheiro como forma de resgate, quando amigos de Cirillo ofereceram. Isto provocou a definitiva ruptura com a executiva BR. Ainda no mês de julho, a frente dos cárceres sequestrou o irmão de Patrizio Peci, em uma ação que já na escolha do sequestrado revelava-se uma vingança transversal. Com o apoio e a contribuição teórica dos presos do núcleo histórico, que, no entanto, lançavam a “guerra social total”, rompendo teoricamente com toda a história das BR, nascia assim o Partido guerrilha (BR-PG), que juntava a coluna de Nápoles, a frente dos cárceres e a maioria dos presos políticos que apoiavam o núcleo histórico. Esta experiência teve menos de um ano de existência antes de ser aniquilada pelas forças de polícia.

Por outro lado, a coluna romana e do Veneto, militantes que provinham da coluna de Milão, Genova e Turim, ou seja, os que se identificavam em continuidade com o núcleo originário das BR, assumiram, meses depois da cisão, durante a operação Dozier de que falamos brevemente, a denominação de Brigadas vermelhas para a construção do partido combatente (BR-PCC). Tentaram atuar na frente contra a reestruturação produtiva contra o “pacto neocorporativo” e na frente internacionalista engajada no panorama europeu destes anos contra a Otan.

Após a “marcha dos 40.000” da Fiat, as reformas no mundo do trabalho correram rápidas e entre as primeiras medidas tomadas através dos acordos entre Confindustria e sindicatos, foi decidida uma revisão da escala móvel, isto é, o mecanismo que regulava o nível de inflação e o custo do trabalho fixando um teto máximo para os aumentos salariais. Junto com esta medida, que foi a primeira a ser tomada e funcionou como elemento de ruptura, uma série de outras medidas gerais que introduziam flexibilidade nas relações de trabalho – que significava pulverização da classe operária – iriam corroer as conquistas operárias da década precedente.

²⁸⁵Cfr. CLEMENTI, Marco. o.c., p. 293

Após o golpe sofrido com a operação Dozier e a reorganização durante a retirada estratégica, as BR-PCC continuaram atuando, mas sem mais ter a capacidade de incidir na dialética social e política. A organização durou até a segunda metade da década de Oitenta, quando em 1987, os principais dirigentes da história brigadista, já todos presos, declararam o fim da experiência histórica das BR em razão do esgotamento das condições políticas e sociais que permitiram o seu nascimento.

Como encerrar a história?

Em meados da década de Oitenta, as organizações armadas têm sido desmanteladas pelo Estado italiano. As BR como dissemos continuam existindo em um plano puramente resistencial, e sobretudo em um contexto de refluxo. O problema de como encerrar uma experiência revolucionária interessava evidentemente os dois protagonistas do conflito, as organizações armadas e não armadas e o Estado.

O Estado em nenhum momento reconheceu a natureza política dos grupos armados, ainda que nos processos que estavam sendo celebrados este dado fosse evidente, e estava agora com milhares de presos políticos. Pelas dimensões, tratava-se de um caso único na Europa ocidental. As lei de emergência e a ofensiva militar foram instrumentos decisivos, mas não suficientes para cortar pela raiz o fenômeno, e por outro lado a escolha de despolitizar o conflito tornou central o papel da magistratura que acabou assumindo um papel político. Neste quadro nasce a “dissociação” que preanuncia o fim do ciclo de lutas iniciado na década de Sessenta. Com esta lei os membros de organizações armadas em cárcere, ao tomar distância da luta armada e colaborando com as instituições, recebiam em troca uma redução da condenação. Não se tratava da delação, exemplificada pelos “arrepentidos”, mas de uma abjuração da própria história, de fato o verdadeiro arrependimento. Diversamente do “arrepentido” (o delator) o “ex-terrorista” assumia seus erros ao escolher a luta armada, rejeitava a validade política do seu percurso de luta e empenhava-se no futuro a não usar mais a violência como método de luta política. Colaborava ativamente a desmontar os fundamentos de sua organização, admitia os crimes cometidos sem denunciar os seus companheiros – ainda que diversos dissociados foram também delatores – prestando um ofício mais eficiente do que o delator e por isto recebia a indulgência do Estado, ou seja, uma redução da condenação recebida. Tratava-se de fato de uma prática mais próxima dos processos da Igreja contra os heréticos do que

uma prática da tradição do direito, que cortava a condenação baseando-se no repúdio da heresia e na adesão à “religião mandada”.

O primeiro caso de dissociação foi o de Toni Negri, em 1982, que se dirigiu com uma carta ao magistrado Domenico Sica propondo-lhe de combater juntos contra os “terroristas”²⁸⁶. Em 1980 Toni Negri estava detido no cárcere de Trani onde ocorreu a revolta dos presos BR e foi acusado em seguida de ter participado da revolta. A carta ao magistrado Sica inicia explicando que ele se sentia ofendido por ter sido associado aos “terroristas”, isto é, aos brigadistas. Não só tinha se dissociado do episódio, mas nunca ficou “por perto de algo que cheirava terrorismo” e que o seu engajamento político no interior do movimento, sempre foi finalizado a evitar que as tensões presentes no movimento produzissem bandas armadas. Portanto, não só se dissociava do terrorismo, como trabalhava para que sua posição pessoal de dissociação se tornasse posição coletiva. Em poucos meses seguiram Prima Linea, que assumiu a dissociação como posição unitária da organização, e a maioria dos militantes da Coluna Walter Alasia das BR. A dissociação, assim como a delação premiada, foi aplicada antes da existência de uma lei específica, que só será promulgada em 1987. Os principais magistrados engajados na luta contra o terrorismo afirmam que se tratou do instrumento mais eficaz para derrotar as organizações armadas porque afetava principalmente os mecanismos de solidariedade interna e demolia a identidade política dos militantes.

Foram os principais líderes das BR, Renato Curcio e Mario Moretti, que se encontram depois de dez anos no tribunal em ocasião do processo Moro, que esboçaram uma proposta mínima capaz de representar os militantes que, não sendo arrependidos nem dissociados, passam a ser definidos como irredutíveis, segundo as categorias que foram criadas em sede judiciária pelo Estado, e que portanto não representavam um conteúdo político.

A questão estava em não abrir mão da identidade coletiva de militantes comunistas, o que a dissociação estava produzindo. Ao mesmo tempo, a defesa da identidade não

²⁸⁶ Toni Negri foi preso em 7 de abril de 1979, junto com centenas de outros militantes e dirigentes da Autonomia operária com a acusação de ele ser o cérebro das Brigadas vermelhas e de Autonomia operária ser a face legal das BR. A acusação – surreal para quem conhecesse ainda que superficialmente as diferenças políticas entre as duas áreas – durou anos, envolvendo em total cerca de 25.000 pessoas. O processo foi movido pelo promotor Pietro Calogero, com o objetivo de atingir – mantendo presos seus militantes e baseando-se essencialmente em um teorema sem alguma prova – a área política e social próxima das organizações armadas, criando o vazio onde se identificava o reservatório de recrutamento destas últimas.

queria significar a defesa de uma identidade de sobrevivente, mas reconhecer que um período da história que dava razão, nacional e internacionalmente, do surgimento da luta armada, tinha acabado, que era necessário ultrapassar esta fase sem colocar como condição a abjuração do passado, isto é, apagar a existência do conflito social que ocorrera. A proposta, portanto, declarava encerrada, mas ainda não concluída, a experiência das Brigadas vermelhas; que os fatos relativos à luta armada, envolvendo responsabilidades políticas e coletivas, só poderiam ser resolvidas no plano político, chamando mais uma vez o mundo da política, e a sociedade no seu conjunto – ao confronto; que era necessário um ato político para solucionar uma situação que interessava mais de vinte mil casos judiciais, envolvendo presos políticos e exilados. Aos iniciais quatro nomes que assinam esta proposta (Moretti, Curcio, Iannelli e Bertolazzi), unem-se mais tarde, após um intenso debate, outros dirigentes do grupo histórico. Em 1987, os dois fundadores, Renato Curcio e Mario Moretti, e Barbara Balzerani, a última dirigente das BR unitárias, entrevistados pela Tv, declaram publicamente o esgotamento e o fim das BR e propõem à sociedade italiana, aos partidos, às instituições uma discussão sobre a estação da luta armada e uma solução política para encerrar histórica e politicamente o conflito social e político da década de Setenta²⁸⁷. Uma resposta não chegou, nem na época nem depois. Quem não se dissociou e não se arrependeu passou em média 25 anos ou mais na prisão, outros continuam presos, ou exilados, ainda hoje.

. Conclusões

Como vimos, as BR nascem no coração da classe operária e no coração do conflito entre capital e trabalho; consegue levar o desafio à ordem capitalística e à ordem estatual que a sustenta até o seu ponto mais alto, influenciando de modo determinante, em algumas conjunturas, sobre a vida política nacional. Isto foi possível pelo fato de existir um contexto interno onde emergiu um sujeito, o operário-massa, ao redor do qual, cresceu um movimento amplo, classista, que expressou uma crítica radical que atingia todos os aspectos da sociedade. As BR não se propuseram dentro deste movimento como “extensão armada”, como “braço armado” das lutas sociais, mas apontaram para este movimento a possibilidade de uma ruptura, de um “salto estratégico”, a guerrilha urbana

²⁸⁷ Para um aprofundamento do debate que se desenvolveu ao redor da “solução política” veja-se o primeiro texto em apêndice.

como prática político-militar para abrir espaço a um inicial processo revolucionário que era enxergado como “guerra revolucionária de longa duração”.

As reflexões teóricas desenvolvidas pela organização sobre os processos de transformação da fábrica e da sociedade, e da organização social, no momento em que estavam em curso, denotam uma capacidade de leitura da reestruturação produtiva e da reorganização social que não encontramos nas análises dos outros protagonistas da época. Por outro lado resulta evidente a ausência de um projeto bem definido, e à capacidade de leitura dos processos em curso e de detectar as inovações na reestruturação do sistema de produção, não corresponde uma igual capacidade de responder de forma adequada aos desafios postos, pois a tentativa de retomar e revitalizar – e também interpretar à luz do contexto italiano – um instrumental teórico que percorre todas as experiências da tradição do pensamento marxista, se revela completamente ineficaz em contrastar a formação da embrionária sociedade pós-industrial. Liquidada na época como “delirante” e censurada em consideração do enfrentamento armado em curso, ficou também em seguida como um dos aspectos esquecidos da história da organização²⁸⁸, e neste dado detectamos o real mecanismo de remoção, a *damnatio memoriae* que expulsa o fenômeno “Brigadas vermelhas” de um conflito social de amplas dimensões do qual a organização foi parte integrante.

Neste sentido, o nascimento e o percurso das BR, assim como das 102 formações armadas originadas entre 1969 e 1987, se inserem plenamente na história da luta de classes italiana e refletem as características peculiares que ela assumiu em uma determinada conjuntura, no contexto de um país ocidental de capitalismo avançado, na fase de crise do fordismo e na transição que levou, passando por um acirrado enfrentamento de classes, à sua transformação por um novo padrão de acumulação capitalista, marcando a derrota do movimento operário e o fim de um ciclo de lutas iniciadas nos primeiros anos da década de 1960. Foi um fenômeno que durou formalmente 17 anos, que se alimentou e conseguiu sobreviver pela ampla base de consenso social que encontrou, e que não é exatamente quantificável a não ser pelos dados que provêm das fontes judiciárias e que dizem respeito aos que foram diretamente envolvidos em situações judiciais: a organização das Brigadas vermelhas teve 911 presos num contexto geral que registrou 36.000 pessoas submetidas a investigação penal,

²⁸⁸ Uma exceção neste sentido é o livro de Marco Clementi, o.c.

e mais de 6000 condenadas por formação de associação criminosa ou associação subversiva.

Fenômeno minoritário, mas significativo no plano social e que foi enfrentado exclusivamente no plano judiciário, com a implantação de leis de exceção, mostrando a ausência de respostas políticas por parte da classe dirigente no seu conjunto e a assunção de uma função política por parte da magistratura. Um dado, este último, presente desde a formação do estado italiano e constitutivo dele e que leva a uma reflexão mais geral sobre a história italiana vista na longa duração: a resolução de conflitos sociais, causados por desequilíbrios econômicos, pela repressão policial ou militar, isto é, o não reconhecimento por parte das classes dirigente da natureza política dos conflitos sociais.

Lotta armata. Storia, memoria e paradigma vittimario

1.

Il mio intervento verte sul paradigma vittimario, che lega e confonde memoria dominante – presentata come memoria condivisa – e storia, nell’approccio allo studio della lotta armata in Italia negli anni '70 e '80. Come giustamente scrivono gli organizzatori del convegno, è difficile parlare degli anni Settanta in Italia senza rischiare di sollevare anatemi e provocare tensioni.

269 formazioni armate, 7 866 attentati a cose e 4 290 a persone, 36 mila cittadini inquisiti e oltre 6 000 condannati a decenni di carcere²⁸⁹, centinaia di ergastoli, ricorso alla tortura (in modo sistematico nel corso del 1982) e leggi di eccezione in 18 anni di storia. Per dare la dimensione dell’ampiezza del fenomeno, è interessante notare come, in tempi di dittatura fascista, tra il 1926 (anno di costituzione del Tribunale Speciale) e il 1943, furono deferiti al Tribunale speciale 15 806 antifascisti ; ne furono processati 5 620, in base alle denunce dell'Ovra, e condannati 4 596²⁹⁰. Questi sono alcuni dei dati che ci restituisce la Storia, ma sembra non bastino – così come sembra non bastino i 40 anni che ci separano dalla fine di quel ciclo di lotte sociali delle quali la lotta armata è stata una delle manifestazioni – a liberare il terreno, alimentato dalla politica e dai media ma assecondato anche da buona parte della storiografia, da una serie di luoghi comuni che ne restituiscono un’immagine e un senso deformati. La lotta armata in Italia ha avuto origine in un preciso contesto storico, durato circa venti anni, dal 1969 alla seconda metà degli anni '80. Un periodo cruciale della storia italiana e internazionale, che prende per intero il periodo di transizione dal fordismo al post-fordismo, una fase cioè di cambiamenti epocali che hanno trasformato e ridisegnato il mondo, i suoi scenari economici, politici e sociali. Un sommovimento provocato dalle stesse dinamiche del capitale in trasformazione. Figlia di un periodo in cui processi rivoluzionari e di insubordinazione all’esistente si manifestavano in tutte le aree del pianeta allora diviso in due, quelle sotto il controllo atlantico e quelle sotto il controllo socialista. Figlia di un periodo che ha fatto emergere soggettività fino ad allora invisibili o marginali trasformandole in protagoniste

289 Vedi AAVV., *La mappa perduta*, Roma, Sensibili alle foglie, 1994 e STECCANELLA Davide, *Gli anni della lotta armata*, Milano, Bietti, 2018.

290 DE LUNA Giovanni, « Tribunale speciale per la difesa dello Stato », in DE GRAZIA Victoria, LUZZATTO Sergio (dir.), *Dizionario del fascismo*, Torino, Einaudi, 2003, vol. 2, p. 739.

di processi di emancipazione politica. La lotta armata appartiene storicamente a questo contesto, nasce nella fabbrica fordista, dove il rifiuto del lavoro aveva generato un movimento classista che per alcuni anni, in Italia, nessuno riuscì a governare, dai sindacati ai partiti, alle forze dell'ordine ; ad un processo di rottura irreversibile tra sinistra istituzionale e sinistra rivoluzionaria : *Non c'è vittoria, non c'è conquista senza il grande partito comunista*, gridava e rilanciava nelle manifestazioni di piazza il PCI. Uno slogan che voleva significare direzione e controllo sulle lotte in fabbrica e nella società, ma anche monopolio del dissenso secondo cui non erano previste né ammesse altre forme di espressione di dissenso e di lotta a sinistra del PCI, né soggetti che lo potessero interpretare. Gli anni del '68 ne sono stati la concreta smentita, anche se questo non ha significato incapacità del partito di capitalizzare e appropriarsi, successivamente, di quelle lotte che guardava con sospetto, che non avrebbe voluto e che ha contribuito a smorzare, un intralcio sul cammino della costruzione di una « rispettabilità e affidabilità democratica » che lo avrebbero irreversibilmente mutato.

La distanza temporale è uno degli elementi che permettono la storicizzazione, ma non il solo. Si storicizza un periodo concluso e proprio la mancanza di una chiusura politica sembra costituirne l'impedimento principale, lasciandolo sospeso, in una sorta di terra franca dove va in scena una guerra di significati che passa oggi attraverso il campo della memoria. Come scrisse Agamben venti anni or sono motivando la necessità di un'amnistia per i reati politici di quel periodo, « ciò che dovrebbe essere oggetto di indagine storica viene trattato come un problema politico di oggi²⁹¹ ». E a ventidue anni di distanza dalle parole di Agamben, la situazione è addirittura peggiorata, con la caccia ai « pericolosi assassini » oggi ultrasessantenni che hanno vissuto gli ultimi quarant'anni in un esilio molto meno dorato di quanto, senza la minima prova, venga spacciato dai media. Può essere letta in questa prospettiva, in parte, la scarsità del corpus storiografico prodotto sino ad oggi, e cioè, come schiacciamento sul presente, su una dimensione cronachistica che per molti anni ha fatto sì che non lo si percepisse come oggetto di indagine storica. Allo stesso modo non è difficile identificare il peso del presente sul passato se si osservano i termini usati per delimitare l'oggetto « lotta armata », il cosa e il come, le sue interpretazioni.

È significativo, per esempio, che attorno alla lotta armata esista un atteggiamento di condanna morale che, se non ne ha precluso lo studio, lo ha condizionato e continua a

condizionarlo, impedendo un atteggiamento laico da parte degli studiosi, tanto da far sì che alcuni si sentano in dovere di dichiarare la loro riprovazione morale verso l'oggetto di studio, o di darne una connotazione negativa in termini morali nei loro testi²⁹², rimanendo entro il solco tracciato dalla politica per cui la lotta armata è fenomeno criminale ed ingiustificabile, incomprensibile nel quadro di un sistema democratico. Una questione, dunque, che investe la coscienza piuttosto che la conoscenza. Ed è altrettanto significativo il fatto che la storiografia abbia assunto acriticamente il vocabolario politico-mediatico costruito attorno agli anni Settanta, ed in particolare alla lotta armata, senza interrogarsi sulla validità, in termini storiografici, di categorie interpretative che, piuttosto che produrre conoscenza e comprensione storica, finiscono per riprodurre senso comune. A cominciare dai termini centrali usati, come terrorismo, o violenza, il più usato, una specie di spauracchio agitato all'occorrenza. Non viviamo di certo in un mondo meno violento oggi, ma la violenza degli anni '70 viene narrata come la più feroce. La *mostrificazione* creata ad hoc sui protagonisti dell'ultimo scontro di classe del XX secolo – dai folli omicidi isolati dalla società, agli infiltrati, agli sciocchi eterodiretti – serve a coprire il vero nervo scoperto di quel periodo storico, e cioè, la messa in discussione, pratica e teorica, del monopolio della violenza dello Stato da parte delle classi subalterne. La violenza degli anni '70 è indicibile perché fu violenza dei dominati verso i dominanti.

Chi studia la storia delle formazioni armate, e delle Brigate Rosse in particolare, sa che deve restituirne prima di tutto l'autenticità, stretta, nel corso degli ultimi 30 anni, tra due paradigmi dominanti : quello dietrologico volto ad inficiare l'autenticità di un percorso politico, e quello vittimario, volto ad assegnare il monopolio della parola e della storia alle vittime della lotta armata. Proprio questi due paradigmi rappresentano i due maggiori ostacoli, non tanto nel fare la storia di quel periodo, cosa che negli ultimi anni di fatto sta avvenendo ma, soprattutto, nel farla emergere rispetto ad una narrazione ufficiale che ha poco a che fare con la Storia e che è invece il risultato dell'affermazione di una memoria dominante, a sua volta indicativa degli attuali rapporti di forza.

292 ²⁹² Gli esempi sono numerosi, ne riporto uno recente ed emblematico di Anna Maria Vinci che, riferendosi all'importanza dello studio delle fonti, così conclude : « Non pratica dunque alcuna forma di “soggettivismo brigatista” chi accede alla contorta e oscura prosa di quei movimenti eversivi : è un passaggio necessario che richiede, tra l'altro, uno sforzo critico (e di pazienza) di rilievo. Le elucubrazioni illeggibili di molte delle fonti accennate meritano, appunto, una valutazione non distratta relativa al lessico di una generazione, nella commistione e/o nel conflitto tra privato e pubblico, tra “lessico familiare” e discorso politico », BATTELLI Giuseppe, VINCI Anna Maria, *Parole e violenza politica. Gli anni Settanta nel Novecento italiano*, Roma, Carocci Editore, 2013, p. 21.

2.

Che tipo di memoria si è consolidata sulla lotta armata ? Da quando e in che contesto l'ideologia vittimaria si è imposta ? Nel quadro di ridefinizione di un nuovo patto simbolico fondativo della II Repubblica che aveva portato all'istituzione di diverse giornate della memoria, nel 2006 vengono presentati diversi disegni di legge per l'istituzione della giornata della memoria delle vittime del terrorismo. La discussione è centrata sulla data più appropriata da scegliere. E l'attenzione si concentra sul 12 dicembre, data della strage di piazza Fontana a Milano del 1969, riconosciuta come inizio della « strategia della tensione », sulla quale ad oggi non esiste una verità giudiziaria, e sul 9 maggio, data dell'uccisione di Aldo Moro da parte delle BR, per il quale sono stati celebrati cinque processi ed emesse le rispettive sentenze. La proposta che passerà sarà la seconda, presentata da Sabina Rossa, senatrice del PD, figlia di Guido, dirigente sindacale CGIL ucciso a Genova dalle BR nel 1979. La discussione sulle due date evidenziava, in sede di dibattito parlamentare, la riproposizione delle letture e interpretazioni consolidate negli anni precedenti sui fatti che attraversarono la fine degli anni '60 e arrivarono ai primi anni '80. Dalla tesi dello scontro tra opposti estremismi, alla follia omicida, alla teoria del doppio stato, alla tesi della « degenerazione » del 1968, un 1968 salvabile e separabile da ciò che è avvenuto dopo, un fenomeno di costume e generazionale con eccessi estremistici dettati da esuberanza giovanile poi diligentemente rientrati. O, dalla prospettiva opposta, del 1968 come origine del male e della violenza. Vi trovò spazio anche uno dei teoremi più volte proposti da esponenti del movimento dell'epoca, e cioè quella del « terrorismo » di sinistra come causa della crisi dei movimenti, che si ritrovarono stretti tra la violenza delle organizzazioni armate e la repressione dello Stato²⁹³. Non si parlò del carattere politico del fenomeno, né di responsabilità delle forze politiche in quel conflitto. Benché non esistesse unanimità riguardo alla data, molti degli intervenuti nel dibattito, pur individuando nel 12 dicembre la data più corretta – perché data periodizzante della storia italiana – nell'ottica di favorire la costruzione di una « memoria condivisa », optarono per il 9 maggio, data indicata nella proposta di legge come simbolo dell'unione di tutti i partiti politici e della società contro il terrorismo, che passò con il voto favorevole di tutti i

293

²⁹³Discussione della proposta di legge : S. 1003 - Senatori Rossa ed altri : Istituzione del « Giorno della memoria » dedicato alle vittime del terrorismo e delle stragi di tale matrice (Approvata dalla I Commissione permanente del Senato) (A.C. 2489) ; e delle abbinate proposte di legge Ascierto ; Angela Napoli ; Zanella ed altri ; Zanotti ed altri (A.C. 1071-1361-1995-2007), Seduta n. 150, 2 maggio 2007, in <http://documenti.camera.it/apps/nir/getRiferimentiNormativi.aspx?base=1&blnDea=0&strURL=http://documenti.camera.it/leg15/resoconti/assemblea/html/sed0150/stenografico.htm>

partiti, l'astensione di Rifondazione Comunista e Partito dei comunisti italiani ed un voto contrario.

Le parole di Olga D'Antona, moglie di Massimo D'Antona, ucciso a Roma dalle Nuove Brigate Rosse nel 1999, sintetizzavano la posizione espressa dalla maggioranza :

L'auspicio è che la giornata della memoria possa costituire l'opportunità per dare voce finalmente a coloro che sono stati vittime di quegli atti di terrore. È tempo di dare voce a coloro le cui vite sono state devastate per sempre e che, nella maggior parte dei casi, sono stati condannati all'oblio e al silenzio. È tempo che la nostra storia di terrorismo sia raccontata non solo dai terroristi e che finalmente ci si accorga di che cosa sia successo dall'altra parte, dalla parte di quei cittadini innocenti e indifesi che ne sono stati vittime²⁹⁴.

La centralità delle vittime, il dar loro voce ed occuparsene concretamente, divengono da quel momento, per ragioni che hanno in realtà poco a che fare con il rispetto delle loro memoria, prisma di lettura dominante sulla storia degli anni '70.

Inizialmente e durante gli anni '90 i familiari dei caduti negli scontri con le organizzazioni armate chiedevano allo Stato, attraverso il riconoscimento del loro status, un risarcimento economico²⁹⁵. Per contestualizzare e capirne l'origine, bisogna ritornare alla metà degli anni '80, alla fase di « uscita dall'emergenza del terrorismo ». Le organizzazioni armate sono state smantellate, il progetto ed il soggetto politico che le aveva generate nelle grandi fabbriche del Nord alla fine degli anni '60, è stato sconfitto politicamente – l'ordine e la ristrutturazione produttiva sono passati nelle fabbriche –, grande parte dei militanti arrestati e processati o con processi in corso. Lo Stato italiano doveva far fronte a migliaia di condanne per reati politici. Era, come evidenzia Sommier²⁹⁶, un caso unico in Europa e nelle democrazie occidentali, con un altissimo numero di prigionieri politici e la necessità di chiudere e normalizzare un lungo periodo di conflitto sociale. Le leggi di eccezione e la sola offensiva militare non erano state sufficienti a scardinare il tessuto sociale dal quale traevano forza le organizzazioni armate,

294 ²⁹⁴ D'ANTONA Olga, *Ibid.*

295 ²⁹⁵ Secondo i dati presenti in *La mappa perduta*, *op. cit.*, le vittime delle organizzazioni armate di sinistra furono 128, delle quali oltre la metà è costituita da Polizia di Stato (38), Carabinieri (21), polizia privata (10), polizia penitenziaria (8), Forze armate (2), magistratura (8), politici (6).

296 ²⁹⁶ SOMMIER Isabelle, *Pentimento e dissociazione. Fine degli anni di piombo in Italia ?*, in <http://www.bellaciao.org/it/spip.php?article3213>

a dimostrazione di quanto esso fosse radicato e diffuso. Da ciò, la necessità di intervenire non solo sul piano repressivo, ma di trovare una sorta di soluzione politica per mettere fine al conflitto sociale e armato di quegli anni. La decisione della politica fu di depoliticizzarlo, delegandolo alla magistratura ed in seguito all'apparato penitenziario. Nasce così l'istituto della dissociazione e la figura del « dissociato », favorito dal mutato contesto sociale, politico e economico. In questa situazione, gli appartenenti alle organizzazioni armate in carcere, prendendo le distanze dalla lotta armata di cui erano stati protagonisti, proponevano una collaborazione con le istituzioni, l'abiura della loro storia in cambio di una riduzione della pena. Lo fa prima di tutti Toni Negri nel 1982 rivolgendosi direttamente a Domenico Sica al quale propone di combattere insieme i « terroristi », e sarà seguito poco dopo da Prima Linea, che assumerà la dissociazione come posizione unitaria dell'organizzazione, e dalla maggioranza dei membri della Colonna Walter Alasia. Gli effetti di questa posizione furono devastanti per le organizzazioni armate e si rivelarono come uno dei più potenti meccanismi della loro dissoluzione, attaccandone la solidarietà interna e rimuovendone la storia.

Occuparsi più dei terroristi che delle vittime significò quindi dare priorità, attraverso la dissociazione e il pentitismo, alla risoluzione di un conflitto politico-sociale, « normalizzarlo », un problema che per lo Stato era più urgente e pressante rispetto alle richieste di risarcimento che contemporaneamente venivano dai familiari delle vittime e che di fatto per diversi anni rimasero inascoltate. L'AIVITER (Associazione Italiana Vittime del Terrorismo e dell'Eversione contro l'ordinamento costituzionale dello Stato) si costituisce nel 1985 proprio con lo scopo di sollecitare interventi legislativi di tipo risarcitorio a favore dei caduti nello scontro con le organizzazioni armate. E proprio sulla dissociazione, che diverrà legge nel 1987, ma che iniziò ad essere praticata già da prima, si innescò la prima polemica dell'associazione delle vittime del terrorismo. Maurizio Puddu, consigliere provinciale della DC, una delle vittime delle BR, e presidente dell'Associazione, dichiarava che bisognava rispettare la legge, ma che

il diritto non va stravolto in questo modo. Negli articoli del provvedimento non si richiede neanche il pentimento, ma soltanto la dissociazione. Si poteva almeno includere una postilla con la quale ai terroristi si imponeva di chiedere perdono alle vittime²⁹⁷.

In realtà, contrariamente all'interpretazione di Puddu, la dissociazione era il vero atto di pentimento : diversamente dal « pentito » (la tradizionale figura del delatore), l'ex « terrorista dissociato » prendeva atto dei suoi errori, abiurava il suo passato e si impegnavo per il futuro a non usare più la violenza come metodo di lotta politica. Collaborava attivamente a smontare i fondamenti della sua organizzazione e a mettere in crisi anche le altre, prestando allo Stato un lavoro molto più efficiente del delatore e per il quale riceveva l'indulgenza dello Stato, cioè una riduzione della pena. Una pratica molto simile ai processi condotti secoli addietro dalla Chiesa contro gli eretici e lontana dal diritto che in questo senso, sì, ne usciva stravolto, e non solo per le riduzioni di pena concesse in base al « ravvedimento ». In seguito, alla fine degli anni '90, la richiesta di Puddu – la postilla che imponesse al detenuto di chiedere esplicitamente perdono alle vittime – venne accolta. Infatti, benché non fosse contemplato in alcuna legge, i giudici di sorveglianza, a loro discrezione, imposero come ulteriore requisito per l'ottenimento della libertà condizionale il contatto scritto tra detenuti e vittime o familiari delle vittime, facendo di nuovo carta straccia del diritto²⁹⁸, di qualche secolo di storia del diritto. L'intera lotta al terrorismo fu condotta, del resto, diversamente da quanto affermavano allora i partiti e le istituzioni, e da quanto reiterano oggi, con strumenti non contemplati dallo « Stato democratico e di diritto ».

La polemica da parte delle vittime crebbe quando, tra il 1987 e il 1988, si iniziò ad ipotizzare la possibilità di un indulto per i non dissociati e non pentiti, in seguito alla proposta di soluzione politica avanzata dai principali dirigenti delle BR : prendendo atto dell'esaurimento di un ciclo di lotte e dell'irripetibilità delle esperienze che lo avevano caratterizzato, ponevano la necessità di un « oltrepassamento », senza abiure e pentimenti rispetto alla propria storia, e la necessità di un'amnistia per i prigionieri politici e per gli esuli. Non un atto di pacificazione, ma un provvedimento politico che, considerando chiusa un'epoca, permettesse una riflessione storico-politica e non giudiziaria, con un confronto esteso a tutte le parti coinvolte. La proposta suscitò un dibattito in seno ai maggiori partiti, in primo luogo DC, PCI e PSI, trovando al loro interno, seppur tra i distinguo, disponibilità all'apertura di un dialogo. Minore disponibilità, sin dall'inizio, fu espressa da parte delle vittime e di grande parte della stampa. Fu Maria Cristina Tarantelli,

298

²⁹⁸ Il primo caso in cui un tribunale di sorveglianza si rivolse all'Associazione delle vittime fu quello di Vincenzo Acella, dissociato BR, nel 1999.

sorella di Ezio, ucciso dalle BR, a rispondere dalle pagine de *La Repubblica* – il quotidiano più impegnato sul fronte del no alla soluzione politica – attaccando lo Stato, immobile davanti alle richieste di sostegno economico per le vittime, scettica verso i pentimenti e le dissociazioni²⁹⁹. Fino a questo momento, da parte dei familiari e delle associazioni delle vittime, la questione continuava a ruotare essenzialmente attorno alla richiesta di risarcimento. Fu il fronte contrario, presente trasversalmente all'interno dei partiti, di fronte alle aperture, ad agitare strumentalmente proprio la questione del rispetto delle vittime per bloccare la discussione³⁰⁰, che venne comunque avviata. Ci furono una serie di incontri in carcere tra rappresentanti di tutti i partiti e alcune cariche istituzionali e militanti BR che avevano aderito alla proposta della soluzione politica. Il confronto si interruppe quando, nel 1988, militanti BR ancora attivi, contrari alla prospettiva di superamento della lotta armata, in un'azione uccisero Ruffilli. Per i prigionieri politici non pentiti e non dissociati, il cui numero era alto e costituiva per lo Stato un problema, il mondo politico scelse una « via d'uscita individuale », delegando, questa volta all'apparato penitenziario, la ricerca di una soluzione, dando ai prigionieri politici che non avevano aderito alla dissociazione la possibilità di accedere ai benefici previsti per i detenuti comuni nella legge Gozzini. Non rispondendo ad una legge e ad un programma generale, tutto dipendeva dagli orientamenti dei direttori di carcere, dei giudici di sorveglianza, i quali decidevano, caso per caso, la concessione di permessi, l'accesso al lavoro esterno e l'iter seguente per l'ottenimento della libertà condizionale. I tentativi di trovare una soluzione continuarono a più riprese, non più come confronto tra prigionieri politici e rappresentanze istituzionali, ma come iniziative di partiti o singoli parlamentari. Nel 1989 fu presentata una proposta di legge il cui intento, chiaro dal tenore degli articoli che la componevano, proponeva una soluzione giudiziaria, ponendo la questione del riequilibrio delle pene, che per i prigionieri politici erano state maggiori rispetto a quelle dei detenuti comuni perché aggravate dalle leggi speciali. Benché non si trattasse dunque di « perdono », il dibattito, soprattutto sulla stampa, assunse quei contorni. Il giorno seguente alla presentazione della proposta di legge, il quotidiano *La Repubblica* – in piena campagna contro l'amnistia/indulto – dava spazio di nuovo a Maria Cristina Tarantelli,

299 ²⁹⁹ TARANTELLI Maria Cristina, « Vittime e carnefici », *La Repubblica*, 21 gennaio 1988.

300 Affermava il responsabile Giustizia del PCI, Cesare Salvi : « I familiari delle vittime non possono costituire merce di scambio. È vergognoso che lo Stato non abbia ancora adempiuto ai suoi doveri nei loro confronti, ma questo non ha niente a che vedere con le iniziative di cui si discute. Si deve ascoltare la loro voce, ma non si può scaricare sulle loro spalle ciò che spetta allo Stato », M.S., « Il PCI chiede chiarezza », *La Repubblica*, 28 gennaio 1988.

ospitando una lettera indirizzata al Presidente della Repubblica dai toni molto duri, con i quali si reiterava la disparità di attenzione esistente tra vittime, ancora in attesa di una legge che le risarcisse, e « carnefici », verso i quali lo Stato si muoveva in fretta per il loro reinserimento sociale³⁰¹. Per circa due anni si alternarono interventi attraverso dibattiti pubblici, tra chi riteneva maturo chiudere definitivamente un capitolo della storia italiana e chi, al contrario, riteneva che qualsiasi provvedimento fosse da considerarsi come un tardivo riconoscimento politico accordato alle formazioni armate, alle BR in primo luogo.

In questo contesto la figura della vittima comincia ad assumere una dimensione pubblica, diviene il nuovo veicolo attraverso cui la politica, dopo aver depoliticizzato lo scontro sociale degli anni '70 delegando la gestione dell'emergenza alla magistratura e di fatto politicizzando le funzioni di quest'ultima, cercherà di depoliticizzarlo sul piano della memoria e della storia.

Il tipo di discussione, centrato inizialmente su questioni specifiche di carattere politico che avrebbero dovuto portare alla chiusura politica di quel conflitto storicamente esauritosi, formalizzandola sul piano legislativo, assunse una connotazione che atteneva del tutto alla sfera morale e che giocava strumentalmente sulla questione del rispetto delle vittime. Il piano privato, il dolore e il rancore, come anche la disposizione al perdono di chi fu personalmente colpito dallo scontro di quegli anni, va via via monopolizzando la sfera pubblica, della politica, con poche voci critiche rimaste a contrastare. Franco Fortini, in particolare, aveva colto con lucidità il terreno su cui si stava scivolando e che avrebbe poi costituito il fondamento dell'ideologia vittimaria quando, nel 1988, scriveva :

Che cosa sia poi quell'uomo, quell'essere umano di cui parlate, quando a quello sia tolta la dimensione dell'azione comune per la solidarietà, la giustizia, la libertà e l'eguaglianza, io non riesco davvero a immaginarmelo. Che cos'è un uomo ridotto alla mera dimensione dell'interiorità morale ? Ho dalla mia, per non nominare i massimi cristiani, Marx, Nietzsche, Freud e Sartre. Essi mi rassicurano : deve trattarsi di una canaglia. O di una vittima. E che cosa vogliono infatti da noi i custodi della eticità di Stato se non fare di noi delle canaglie o delle vittime ?³⁰²

301 TARANTELLI Maria Cristina, « Così lo Stato tutela i terroristi ma non si occupa delle vittime », *La Repubblica*, 21 luglio 1989.

302 FORTINI Franco, « Non è solo a voi che sto parlando », in *Disobbedienze II*, Roma, Il Manifesto Libri, 1996.

Gli anni 90 saranno scanditi dallo stesso tipo di polemica, in occasione della proposta di Cossiga di concessione della grazia a Renato Curcio³⁰³, dei primi permessi concessi ai nomi più noti della lotta armata, in tutte le occasioni di esposizione pubblica dei « terroristi ». Sullo sfondo, da un mondo politico distratto e alle prese nel frattempo con le altre strutturali « emergenze », dalla mafia a Tangentopoli, di tanto in tanto riemergeva la questione dell'indulto, la cui discussione fu di nuovo dibattuta nella Commissione Giustizia della Camera nel 1997 per concludersi in un nulla di fatto, e sul quale le associazioni dei familiari delle vittime si espressero di nuovo in modo contrario. Nel frattempo continuava con lentezza anche l'iter legislativo a favore delle vittime del terrorismo, proceduto dal 1980 al 2000 attraverso una serie di normative, e che solo nel 2004 diventerà legge³⁰⁴.

Proprio in quest'ottica dove predomina la sfera morale, si andava consolidando nel dibattito mediatico l'indignazione verso gli « irriducibili », i « terroristi non pentiti né dissociati » che iniziavano ad accedere ai primi benefici della legge Gozzini. Al di là della carica religioso-morale che i termini evocano, si « dimenticava » che si trattava esclusivamente di categorie giuridiche. E la categoria di « irriducibile » raccoglieva, al di là delle diverse posizioni assunte poi dai singoli rispetto alla propria storia, tutti quelli che non rientravano, secondo la legislazione d'eccezione, nelle categorie di pentito o dissociato. Essere non pentiti e non dissociati equivale dunque ad aver scontato pene più lunghe rispetto a chi ha usufruito dei benefici previsti dalle leggi dello Stato.

A contrastare la chiusura politica fu poi sempre presente, è importante sottolinearlo, un altro fattore : si chiedeva ai brigatisti di raccontare « tutta la verità » sul caso Moro, che nel frattempo si alimentava con inchieste sensazionalistiche prive di risponderne fattuali, che davano vita ad un inesauribile filone di letteratura dietrologica, i « misteri del caso Moro », in una sorta di riproposizione della politica della fermezza che passava ora sul piano storico-politico, per allontanare ogni discussione sulle responsabilità dei suoi principali fautori, DC e PCI in primo luogo. Acquistava forza in questo senso la lettura del PCI, che riteneva non esaustive le sentenze dei tribunali dei vari processi Moro, e

303 In polemica con l'allora presidente della DC, Ciriaco De Mita, e con il Ministro di Grazia e Giustizia, Martelli, Francesco Cossiga affermava : « solo chi ha combattuto la guerra può chiedere la pace », in RIZZO Renato, « Caro Martelli, non siamo ragazzini », *La Stampa*, 18 agosto 1991.

304 Legge 3 agosto 2004, n. 206, *Nuove norme in favore delle vittime del terrorismo e delle stragi di tale matrice*.

leggeva la storia italiana del Secondo dopoguerra come una lunga trama eversiva ai danni della democrazia – e del partito – dalla strage di Portella della Ginestra allo stragismo degli anni '70 e '80, alla lotta armata comunista. Avocando a sé un monopolio del dissenso che non prevedeva né ammetteva altre forme di espressione alla sua sinistra, tanto meno soggetti « autentici » che lo potessero interpretare, il PCI ha fatto ricorso, nel corso dei decenni, alle teorie del complotto, dei provocatori e delle infiltrazioni ai danni del partito, un argomento che, a livello di propaganda, soprattutto nella sinistra, trovava terreno fertile anche per la forza dell'anticomunismo all'interno della società italiana.

3.

È nei primi anni 2000 che, accanto al paradigma cospirativo, si configura compiutamente quello vittimario. Del mondo che aveva generato la lotta armata non era rimasto più nulla se non i militanti delle formazioni armate, scomparse da ormai circa venti anni, che ancora continuavano in carcere. I partiti avevano cambiato i loro nomi, altri ne erano nati e governavano. I « ragazzi di Salò » erano celebrati in parlamento da Luciano Violante, magistrato e dirigente PCI-PDS-DS impegnato in prima linea contro i « terroristi ». Il Novecento esaurito e le sue rivoluzioni, imperfette ma che avevano comunque emancipato milioni di esseri umani fino a prima invisibili, sconfitte, e con esse anche il concetto di conflittualità come forza motrice della storia, che veniva ricacciato dall'orizzonte politico contemporaneo e dalla Storia. Il neoliberismo trionfante e la sua ideologia, che avanzava parlando di « fine della storia », se ne sbarazzava in fretta : il Novecento diventa il secolo degli orrori, dei genocidi, dei totalitarismi. La storia viene egemonizzata dalla memoria e confusa con essa, come se ne fosse sinonimo. La memoria narrante che racconta il Novecento è memoria di dolore, è il testimone degli orrori dei totalitarismi del secolo breve, della Shoah su tutto. Ed emerge come protagonista centrale la vittima. La vittima è posta come modello ideale cui ispirarsi : è la passivizzazione dell'esistente, il subire che si impone sull'agire, il non fare, il non sporcarsi le mani come valore supremo della società pacificata nell'unanime consenso liberale³⁰⁵.

Il racconto personale, la dimensione intimista e familiare, e cioè la dimensione privata, occupa lo spazio pubblico. La Storia con i suoi processi non lineari, contraddittori, con le sue conflittualità scompare. Le rinnovate classi dirigenti italiane esprimono con un

linguaggio solo in parte nuovo, perché già presente ma non ancora pienamente strutturato, la narrazione degli « sciagurati anni di piombo ». Questa volta il vuoto della politica istituzionale viene riempito con il dolore privato delle vittime, ed in particolare delle vittime della lotta armata, dei nemici dello Stato democratico. Non potrebbero esserlo le vittime delle stragi, prive di verità giudiziaria oltre che storica, in una zona rimasta opaca. Lo dice chiaramente Giorgio Napolitano nel suo discorso nella celebrazione della prima Giornata della memoria delle vittime del terrorismo, quando dichiara la predominanza, nella storia italiana degli anni '70, delle « trame eversive » della « sinistra estremista e rivoluzionaria », ed in particolare del « dilagare del terrorismo delle Brigate rosse » su quelle della « destra neofascista [...] con connivenze anche in seno ad apparati dello Stato ». Non c'è opacità sul fatto che le Brigate rosse combatterono contro lo Stato. Riguardo alle connivenze e alle responsabilità di apparati dello Stato negli attentati che hanno provocato stragi, al contrario, le tante zone di opacità non sono state dissipate. C'è poi da precisare, secondo i dati che ci restituisce la storia, che non fu la lotta armata a fare il numero più alto di vittime³⁰⁶. Ma il paradigma vittimario non ha bisogno della Storia per la sua narrazione, si nutre di una sola memoria dominante che si vorrebbe divenisse « memoria condivisa ».

Il segno dei nuovi tempi era stato anticipato in modo esemplare dal cinema qualche anno prima, con il film di Mimmo Calopresti *La seconda volta* (1995), un artificiale tentativo di confronto tra un'ex terrorista e la sua vittima che si rivela impossibile, perché non è previsto, nel film e nella realtà, che al « carnefice » sia data la parola se non per esprimere e confermare le verità dei vincitori. Domina il sovrastante monologo della vittima che non ha da ascoltare, convinto dell'assoluta estraneità e casualità di ciò che gli è accaduto, ignaro e immemore di un contesto sociale e politico del quale ha fatto parte e nel quale anche con le armi si faceva politica³⁰⁷. Il cambiamento di paradigma è visibile anche e soprattutto nel giornalismo televisivo, che inaugura, usando la definizione di De Luna, la « Tv del dolore ». Nel 1989 Enzo Biagi, rispondendo alla vedova del magistrato

306 Il numero delle vittime, per il periodo che va dal 1969 al 1982, è di 351, secondo i dati riportati da DALLA PORTA Donatella, ROSSI Maurizio, *Cifre crudeli. Bilancio dei terrorismi italiani*, Bologna, Materiali di ricerca dell'Istituto Cattaneo, 1984. Più nello specifico della lotta armata, secondo i dati raccolti da Progetto Memoria, le vittime provocate dalle formazioni armate della sinistra sono state 128 ; di queste, 72 sono state provocate dalle azioni delle BR considerando il periodo che va dal 1970 al 1988. Se si considera il periodo 1970-1981 – dalla fondazione dell'organizzazione alla prima scissione della colonna Walter Alasia – le vittime sono 48. Nel periodo successivo, 6 morti sono stati provocati da azioni della W. Alasia (tra il 1981 e il 1983), 12 dalle BR-PG (tra l'aprile 1981 e l'ottobre 1982), 6 dalle BR-PCC (dal 1981 al 1988), cfr. *La mappa perduta*, op. cit.

307 Cfr. BALZERANI Barbara, *Compagna luna*, Roma, DeriveApprodi, 1998, p. 125-133.

Terranova ucciso dalla mafia, che esprimeva critiche e rincrescimento verso la scelta del giornalista di intervistare Luciano Liggio, diceva : « Condivido la pena della signora Terranova e del figlio del maresciallo Mancuso. Ma non tocca ai famigliari delle vittime stabilire quello che è giusto o non giusto fare in televisione³⁰⁸ ». 18 anni dopo, nel 2007, Corrado Augias accoglieva l'appello dei familiari dei caduti in Via Fani e di Giorgio Napolitano, « inorriditi³⁰⁹ » per un'intervista trasmessa in tv all'ex brigatista dissociato Alberto Franceschini girata in Via Fani. Una televisione in cui neanche Sergio Zavoli, autore de *La notte della Repubblica*, troverebbe più spazio.

Sempre nella prima celebrazione della giornata dedicata alle vittime del terrorismo, l'allora presidente della Repubblica, Giorgio Napolitano, che attraversò per intero e fu protagonista di primo piano della politica degli anni '70, dichiarava la necessità di « dar voce non a chi ha scatenato la violenza terroristica, ma a chi l'ha subita³¹⁰ ». Se stiamo al periodo indicato da Napolitano, e cioè dal 1969 alla metà degli anni '80, i dati della memoria condivisa e quelli della Storia divergono. Per la Storia, difficilmente si potrà affermare che le formazioni armate abbiano scatenato la violenza terroristica, tanto più se si tace sul contesto politico e sociale che è all'origine della loro nascita. L'evento che accelera la formazione dei gruppi armati, stando alle dichiarazioni di chi vi militò e ad una consolidata storiografia, è la strage del 12 dicembre 1969 che, va ricordato, cadde alla fine di un anno che registrò il più alto numero di ore di sciopero (250 milioni in totale, considerando tutte le categorie) ed un livello di conflittualità operaia che né sindacati, né partiti della sinistra riuscivano a contenere. La prima vittima per mano di un gruppo armato avviene a Genova nel 1971, nel corso di una rapina ad opera della Banda XXII Ottobre. Il primo omicidio politico è quello del commissario di polizia Calabresi (1972), ritenuto responsabile della morte dell'anarchico Giuseppe Pinelli, defenestrato dal commissariato mentre veniva interrogato come sospetto autore della strage di piazza Fontana. L'uccisione di Calabresi, che non è mai stata rivendicata, sarà molti anni dopo attribuita da un tribunale a Lotta Continua. Il primo omicidio pianificato e rivendicato dalle Brigate rosse è del 1976.

308 BOLZONI Attilio, « Quell'infame discorso di Liggio », *La Repubblica*, 23 marzo 1989.

309 AUGIAS Corrado, « Ascoltare in tv gli assassini dei nostri cari », *La Repubblica*, 9 marzo 2007.

310 NAPOLITANO Giorgio, *Intervento del Presidente della Repubblica Giorgio Napolitano al Giorno della Memoria dedicato alle vittime del terrorismo*, Palazzo del Quirinale, 9 maggio 2008, in <http://presidenti.quirinale.it/elementi/Continua.aspx?tipo=Discorso&key=1246>

Ma Napolitano dice anche dell'altro : « Chi abbia regolato i propri conti con la giustizia, ha il diritto di reinserirsi nella società, ma con discrezione e misura e mai dimenticando le sue responsabilità morali anche se non più penali³¹¹ ». Per il paradigma vittimario, il « carnefice » non torna, una volta scontata la sua pena, nelle modalità regolate dalle leggi dello Stato democratico, ad essere un libero cittadino, sussistendo per lui un permanente obbligo al silenzio, per responsabilità morali inestinguibili, e che dunque indicano uno svuotamento delle regole del diritto. Lo afferma la giustizia riparativa, usando forme apparentemente più aperte e conciliatrici rispetto a quelle giustizialiste espresse soprattutto dalle associazioni delle vittime e amplificate dal sistema mediatico che vorrebbero una sorta di ergastolo politico per i « carnefici » della lotta armata, ma in realtà più insidiose per i risvolti che presenta. La giustizia riparativa afferma, ponendo le basi per lo svuotamento e il superamento della terzietà del diritto, che l'espiazione di una condanna penale è risposta insufficiente al lutto delle vittime, non ne esaudisce la domanda di giustizia, non permette l'integrazione nel seno della comunità e la rieducazione che l'articolo 27 della Costituzione attribuisce alla pena come finalità. Per questo è necessario l'incontro e il dialogo tra « vittime » e « carnefici », dove è riconosciuto e legittimato a parlare chi si è pentito ed ha scontato la sua pena, dove la vittima domina nella sua innocenza assoluta, « nella solenne celebrazione della forza della democrazia³¹² », come scrive Luigi Manconi. In questo spazio è concessa la parola, è permessa la riabilitazione, riprendendo un'espressione usata da Giancarlo Caselli, a coloro che hanno « preso coscienza della loro insensatezza ». Possono parlare usando parole autorizzate in uno spazio autorizzato, o per meglio dire, in un nuovo spazio incarcerato, all'interno di una narrazione diretta a riaffermare quella lettura secondo la quale parte di una generazione, guidata da follia omicida e da un'ideologia sanguinaria, ha messo in rischio, per un momento, la tenuta dello « Stato democratico ». Sia nel primo che nel secondo caso, oltre allo svuotamento del diritto, siamo di fronte ad un percorso clericale-penitente e a un'operazione di costruzione di memoria condivisa, il cui obiettivo è quello di negare ed espungere il piano politico conflittuale iscritto nella storia. Un approfondimento ulteriore rispetto ai risvolti insiti nella dissociazione, dove lo scambio tra revisione della pena e revisione ideologica è adesione attiva alla memoria condivisa, con l'effetto di condizionare e falsare la lettura della storia.

311

³¹¹ *Ibid.*

312

MANCONI Luigi, GRAZIANI Federica, « Il giusto congedo dal peso di quegli anni », *Il Manifesto*, 24 gennaio 2017.

Si costruiva tassello dopo tassello, tra il 2006 e il 2009, il monopolio della parola, e della storia, delle vittime della lotta armata, negando legittimità di esistenza alle memorie della lotta armata, e non solo di quelle non conformi alla memoria condivisa. Non avevano diritto a scrivere, e soprattutto ad essere pubblicati e discutere in spazi pubblici, i principali protagonisti della lotta armata, tuonava l'intelligenza italiana dalle pagine dei principali quotidiani³¹³. Agli ex combattenti si contrapponevano, in una grande campagna mediatico/pubblicitaria, e soprattutto ideologica, dalle pagine dei maggiori quotidiani, le pubblicazioni dei figli « famosi » delle vittime, da Tobagi a Calabresi, a Rossa, i cui libri diventavano il nuovo parametro per poter parlare degli anni '70. Nomi che occupano posizioni di rilievo nel mondo politico e giornalistico, che dispongono di associazioni, che sono stati trasformati nei consegnatari autorizzati della narrazione degli « anni di piombo », proprio in virtù della loro identità di familiari di vittime del « terrorismo ». Quando alla vittima viene attribuito il potere di censura ed il monopolio della parola, dismette la sua identità di vittima. La vittima diviene esercizio di un mestiere censorio, protetto dall'involucro di una presunta morale superiore.

Vittima e familiare della vittima, sacralizzati nel rito ufficiale della giornata della memoria, istituzionalizzati dal discorso pubblico, spettacolarizzati mediaticamente, sono infatti arrivati ad incarnare una superiore moralità. La loro parola, indipendentemente dal fatto di essere corretta rispetto ai fatti o alle persone di cui si parla, e la loro posizione che esprime sofferenza assoluta pubblicamente esibita, diventa inattaccabile, la critica diventa ingiuria. Basta molto meno della critica, basta oggi il solo porre un discorso *altro* che si sottragga alla retorica del dolore e della condanna del male, perché scatti la censura e la riprovazione pubblica mediaticamente indotta, e addirittura l'apertura di fascicoli – ed anche senza ipotesi di reato – da parte delle procure, le denunce ai tribunali da parte delle associazioni delle vittime del terrorismo³¹⁴. Anche la partecipazione al funerale di un brigatista si configura come potenziale reato e costa l'accusa di istigazione a delinquere. È un'irritazione stizzita quella espressa da Benedetta Tobagi, in occasione della morte di Prospero Gallinari, nel 2013 – al cui funerale parteciparono non solo i suoi compagni, ma

313 ³¹³ Precursore in questo senso fu, nel 1998, Antonio Tabucchi con un intervento censorio, dalle pagine del *Corriere della Sera*, contro il libro di Barbara Balzerani, *Compagna Luna*, pubblicato da Feltrinelli, la sua stessa casa editrice, alla quale lanciò un aut-aut imponendo di scegliere tra la permanenza di Balzerani o la sua. E che si risolse a suo favore.

314 ³¹⁴ Quanto accaduto a Barbara Balzerani per aver detto che quello della vittima è un mestiere censorio in occasione della presentazione di un suo libro al Centro Popolare Autogestito (CPA) di Firenze il 16 marzo 2018. In quell'occasione tutto l'evento fu filmato senza autorizzazione, con telecamere nascoste, e poi trasmesso in un programma tv sensazionalistico.

alcune centinaia di persone, tra cui molti giovani – per la « consacrazione a protagonista della Storia », per le « enclave che resistono ad un terreno di valori condivisi³¹⁵ ». È comprensibile, umano soprattutto, da parte di chi abbia subito lutti o sofferenze personali, una reazione di indignazione e di protesta di fronte al responsabile della morte di un suo familiare. L'espressione di odio, vendetta, rancore si comprendono ed hanno la loro ragion d'essere in quanto manifestazioni, personali e private, del dolore di ciascuno. Appartengono appunto alla sfera privata. Ed è altrettanto evidente che il dolore privato, trasposto nella sfera pubblica e istituzionalizzato, si trasforma in esercizio di potere censorio che nulla ha a che fare con il « rispetto per le vittime » e per la memoria delle vittime, ma molto con una sorta di moderno tribunale politico-mediatico dove i « valori condivisi » sono i valori dominanti, senza possibilità di espressione di critica e dissenso. Lo aveva espresso con chiarezza Franco Fortini :

Qualsiasi forza intellettuale e politica si organizzi come avversa ai modi già costituiti di espressione degli interessi e delle volontà viene immediatamente denunciata come complice o apologeta o imitatrice del terrorismo. Qualsiasi riflessione storica o teorica sul ruolo e sul significato della violenza nella storia umana che non si concluda con la celebrazione e l'esaltazione del regime di democrazia parlamentare quale supremo vertice della umana convivenza (e con la condanna della ricerca di ogni altra via) è riprovata come opera di corruzione³¹⁶.

È evidente che è dai rapporti di forza politici, dai ruoli sociali, da chi ha vinto e da chi ha perso, che si accede allo status di vittima, perché le vittime non sono tutte uguali. Dai rapporti di forza politici dipende la differenziazione tra vittime deboli e vittime forti, vittime subalterne e vittime dominanti, e di conseguenza tra memorie subalterne e memorie dominanti. Fin troppo banale – ed in fondo è proprio sulla semplificazione, sull'infantilizzazione della lettura e della comprensione storica che si basa l'ideologia vittimaria – affermare che dalla prospettiva che si assume avranno un peso diverso i tanti eccidi proletari che costellano la storia repubblicana, le fucilate delle forze dell'ordine sui manifestanti nelle piazze, le stragi – quando ancora le BR erano lungi dall'esistere – e i

315 TOBAGI Benedetta, « Se il carceriere di Moro diventa eroe sul web », *La Repubblica*, 15 gennaio 2013, e ID., « Irriducibili. Perché gli ultimi terroristi fanno ancora discutere », *La Repubblica*, 24 gennaio 2013.

316³¹⁶ FORTINI Franco, *Non è solo a voi che sto parlando*, op. cit., p. 37-38.

caduti in divisa dello Stato per mano delle BR. Una logica che finisce per inghiottire al suo interno anche quanti criticano il meccanismo vittimario, nel momento in cui pongono e contrappongono vittime a vittime, dandogli alimento e riconoscimento come categoria interpretativa e valoriale che porta all'identico risultato di congelare il senso e la comprensione storica e politica. Ci sono vittime e assassini laddove non si riconosce un conflitto. E che per venti anni ci sia stato un conflitto sociale entro il quale ha trovato spazio anche la lotta armata sta scritto nella Storia, lo dicono le cifre, i morti su fronti contrapposti, le leggi speciali, il carcere speciale, la tortura, gli esili. Dimenticare che lo Stato ha fatto pagare ai familiari delle vittime della strage di piazza Fontana le spese processuali senza fornirgli nemmeno una verità giudiziaria certo non si può. E se la verità giudiziaria oggi non ha più molto senso, è importante al contrario una verità storica. Che non può essere praticata se la Storia si legge come scontro tra bene e male – dove il bene e le vittime coincidono con i valori che si impongono come dominanti, e che lo sono proprio perché risultato di rapporti di forza politici e sociali determinati dall'esito di conflitti – ; se la Storia è usata per l'istituzionalizzazione del rancore, come vendetta sociale e politica dei vincitori. Non è una specificità italiana, è la base ideologica del neoliberismo ed ha come finalità proprio quella di ricacciare la conflittualità che sta nella storia e nella politica, depoliticizzandola. Ma l'Italia ha precorso i tempi in questo caso, negando più volte la politicità di quel conflitto: durante il suo svolgimento, con la politica della fermezza ; a conclusione, con la dissociazione e con la soluzione dell'« uscita individuale », liberandosi del problema dei prigionieri politici senza assumere un provvedimento di natura politica a chiusura di un'epoca politicamente e storicamente conclusa; ed infine, in questi ultimi anni, cercando di cancellare la memoria di quel conflitto con la narrazione vittimaria e di togliergliene autenticità con quella grande « fake narration » che è la dietrologia. Togliere la parola, e la storia, a chi fu protagonista di un conflitto sociale, di cui la lotta armata è stata parte integrante, è un'operazione squisitamente ideologica, perfetta per nascondere ciò che non può essere taciuto sul piano della storia e che riemerge ogni volta che ci si avvicini alle fonti della storia. La memoria – la testimonianza diretta di chi incarnò quel conflitto – è una delle fonti per la ricostruzione della storia, e la ricerca storiografica può prescindere dalla memoria dei figli e dei nipoti delle vittime, ma non può fare a meno delle memorie dei « carnefici ». Per la Storia, l'esistenza di una pluralità di memorie, testimoni dei fatti, in conflitto tra loro, è indispensabile per ricostruire, comprendere e dare conto della complessità sociale e dei fenomeni che essa ha prodotto, dei rapporti di forza presenti in determinate circostanze

ed epoche, indispensabili per la conoscenza storica. E quanto più si amplia e si approfondisce lo studio del contesto sociale del periodo, delle storie, dei percorsi politici dei militanti delle organizzazioni armate, in altri termini, quanto più si sottrae un periodo storico alla « normalizzazione » sotto cui è stato compresso, tanto più cadono i luoghi comuni entro cui tutta quella stagione di lotte – e di conquiste che oggi sono state quasi per completo cancellate – è stata stretta.

Per lo scontro tra bene e male, tra vittima e carnefice, per il paradigma vittimario, tutto questo non serve, la Storia non serve: anzi, è un problema.

Brigate Rosse

Risoluzione della direzione strategica aprile '75

Tratto dalla rivista "Controinformazione"

IMPERIALISMO E INTERNAZIONALISMO PROLETARIO

“ Gli Stati Uniti hanno scelto di essere il nemico mortale di tutti i governi di popolo, di tutte le mobilitazioni della coscienza socialista scientifica ovunque nel mondo, di tutti i movimenti antimperialisti della terra. La loro storia negli ultimi 50 e più anni, le caratteristiche intrinseche delle loro strutture fondamentali, la loro dinamica politica, economica e militare fanno degli Stati Uniti il prototipo della controrivoluzione fascista internazionale ”. George L. Jackson

Iniziamo questa relazione con una citazione del grande combattente afroamericano assassinato dai gorilla imperialisti nel carcere di San Quentin perché essa nella sua essenzialità coglie il cuore di una questione per noi fondamentale: la questione dell'imperialismo. I termini generali del problema li possiamo riassumere come segue. L'imperialismo è un sistema di dominio mondiale al cui centro stanno gli Stati Uniti, al centro dei quali stanno le grandi compagnie multinazionali ed i loro interessi. Questo sistema si è negli anni articolato e stratificato per aree funzionali di produzione e consumo che sono nello stesso tempo aree politiche e militari. I paesi del “ Vecchio Continente ” compongono un'importante area economica, politica e militare dell'imperialismo. Questa area, da un punto di vista capitalistico sostanzialmente omogenea, in termini strategici viene definita “sistema democratico occidentale ”. Negli ultimi tempi, dopo la lotta di liberazione vittoriosa del Vietnam e della Cambogia, dopo la crisi di Cipro e del Medio Oriente questo “sistema”, insieme al Giappone è diventato il banco di prova dell'intero sistema imperialista. Ciò vuol dire che è in Europa principalmente che sempre più si giocherà la permanenza e lo stravolgimento degli equilibri mondiali sanciti dalla seconda guerra mondiale. L'unità economica, politica e militare sotto il segno atlantico di quest'area in altri termini è decisiva per gli Stati Uniti. E lo è a tal punto che non è affatto azzardato sostenere che dal punto di vista “ amerikano ” (che non è solo quello degli USA ma anche quello dei suoi alleati atlantici), il “sistema democratico occidentale” costituisce in questa congiuntura una totalità strategica (politica, economica, militare) che non ammette mutilazioni e che non tollera modifiche di sostanza. L'Italia, in quanto componente organica di questo sistema e dunque del sistema mondiale imperialista capeggiato dagli USA, si trova in una posizione estremamente importante perché: — con la crisi di regime che la travaglia, costituisce un fattore di crisi dell'intero schieramento imperialista; — per la grande influenza che ha il PCI costituisce un punto di forza dello schieramento sociale-imperialista e dopo i recenti fatti portoghesi ciò non va affatto trascurato; — per la forza non trascurabile del movimento rivoluzionario può trasformarsi in un'area rivoluzionaria dirompente dell'Europa. Questa situazione è oltremodo eccellente per le forze rivoluzionarie del nostro paese perché a livello mondiale l'imperialismo è scosso da violente convulsioni e tutto fa pensare che il peggio non è ancora venuto. La crisi che attraversa, senza dubbio è la più grave dopo la seconda guerra mondiale, è nello stesso tempo economica, politica e militare. Economica perché è crisi ciclica di sovrapproduzione in presenza di un'inflazione galoppante e di un disordine finanziario e monetario mai registrato. Politica poiché scatena i fattori d'instabilità d'alcuni regimi subalterni e attivizza la lotta operaia, proletaria e rivoluzionaria delle classi oppresse tanto negli USA che in Europa. Militare poiché determina uno scollamento crescente dalla NATO e la defezione di alcuni importanti paesi. Forza scatenante della crisi sono state le lotte dei popoli e delle classi che con determinazione rivoluzionaria hanno opposto una resistenza ideologica, politica e armata alle sue pretese egemoniche planetarie. Più precisamente le contraddizioni che hanno costretto

l'imperialismo alla "crisi", alla difensiva e dunque ad entrare nella fase storica della sua dissoluzione sono tre: — i paesi che lottano per la loro liberazione e per il comunismo; — il social-imperialismo sovietico anch'esso interessato al controllo di aree strategiche, al rastrellamento di materie prime, a nuovi mercati e sbocchi per i suoi investimenti; — le lotte operaie e il decollo di guerriglie proletarie nei suoi centri industriali e metropolitani. E' la complessa dialettica tra queste contraddizioni che spinge irreversibilmente verso una ridefinizione dei rapporti di forza tra imperialismo, social-imperialismo e forze rivoluzionarie e che dunque alimenta, nel mondo capitalista occidentale in generale, e in Italia in particolare, condizioni oggettivamente favorevoli alla crescita dell'iniziativa apertamente rivoluzionaria. Sta alle classi rivoluzionarie e alle loro avanguardie politiche e militari cogliere l'occasione. Sul teatro europeo l'imperialismo reagisce alla sua crisi rincorrendo tre obbiettivi fondamentali: — favorisce un processo di controrivoluzione globale e aperta contro ogni forza a lui antagonista; — ridimensionare all'interno di ogni paese la forza della classe operaia e ristabilire rapporti di forza favorevoli alle classi dirigenti locali "sicuramente atlantiche"; — scoraggiare le velleità autonomistiche che si sono fatte strada in alcuni paesi per ricondurli sotto l'"ala americana". Manovre economiche e servizi segreti lavorano assiduamente in questa prospettiva. L'uso della "crisi petrolifera" è solo l'ultimo esempio, anche se alla prova dei fatti si è dimostrata un'arma a doppio taglio. Perché se da un lato l'inflazione selvaggia, la recessione produttiva e il pericolo di una vera e propria depressione hanno consentito il ricatto politico ("se volete colmare il disavanzo del deficit petrolifero e rimettere in sesto, almeno in parte, le bilance dei pagamenti coi nostri prestiti dovete liquidare senza incertezze le spinte "comuniste" che erodono alla base la stabilità dei regimi politici"); dall'altro hanno acuitizzato tensioni di classe e così favorito le spinte rivoluzionarie. Appare chiaro tuttavia che "crisi dell'imperialismo" nell'immediato non vuol dire "crollo", ma controrivoluzione globale imperialista e cioè: a) ristrutturazione dei modelli economici di base; b) ristrutturazione delle funzioni economiche entro una divisione internazionale del lavoro e dei mercati rigidamente pianificata; c) riadeguamento delle strutture istituzionali, statali e militari dei regimi meno stabili e più minacciati entro la cornice dell'ordine imperialista. Affermare che l'Italia è l'anello debole del "sistema democratico occidentale" vuol dunque anche dire che è il paese in cui la controrivoluzione si scatenerà più forte e l'intero sistema imperialista si assumerà la responsabilità di questo processo. Ciò significa che il proletariato italiano a misura in cui s'intensifica la guerra di classe nel paese, non si troverà a "fare i conti" solo col suo nemico interno, bensì con l'intera organizzazione economica, politica e militare dell'imperialismo. Si vuol dire, più in generale, che la guerra di classe rivoluzionaria nelle metropoli europee è immediatamente anche guerra di liberazione antimperialista, perché l'emancipazione di un popolo in un contesto imperialista deve fare i conti con la repressione imperialista. Non esistono "vie nazionali" al comunismo, perché non esiste nella nostra epoca la possibilità di sottrarsi singolarmente al sistema di dominio imperialista. Di fronte alla richiesta di potere che sta alla base dei movimenti di forze comuniste che operano sul continente europeo, la contro rivoluzione imperialista assume una specificità differente solo per forma e per intensità: non per qualità. Che differenza c'è tra la CDU e la DC? Strauss non è certo diverso da Fanfani! Per questo insieme di motivi l'internazionalismo proletario è la nostra prima bandiera di lotta; l'area continentale è lo scenario d'insieme entro il quale vanno studiate "le leggi della condotta della guerra che influiscono sulla situazione di insieme della guerra"; il territorio nazionale è il teatro operativo della nostra guerriglia; i poli di classe industriali e metropolitani i punti di forza e di irradiazione della guerra civile rivoluzionaria.

ASPETTI ECONOMICI DELLA CRISI DI REGIME

Premesso che la crisi è il risultato della contraddizione che ha opposto le forze produttive ai rapporti di produzione capitalistici e cioè dell'antagonismo espresso con continuità dalle lotte operaie degli ultimi sei anni, vediamo la specificità economica. La crisi economica attuale presenta tre caratteri principali: — è crisi di sovrapproduzione o meglio di sottoconsumo: dopo la forte espansione degli anni 1950-1960 (miracolo economico) siamo entrati in una fase caratterizzata da un forte squilibrio tra quantità di merci prodotte o producibili e assorbimento del mercato. Questo è l'aspetto storico dell'attuale crisi; — è crisi in presenza di un forte aumento dei costi delle materie prime, tra cui il petrolio. Questo ha come effetto che, nella misura in cui il prezzo del macchinario aumenta, in conseguenza dell'aumento di prezzo sia delle materie prime che lo compongono, sia delle materie ausiliarie al suo funzionamento, proporzionalmente diminuisce il saggio medio di profitto. L'aumento del costo delle materie prime produce inoltre la riduzione o l'arresto dell'intero processo di riproduzione del capitale, sia perché il ricavato della vendita delle merci è insufficiente a riprodurre tutti gli elementi costitutivi della merce stessa, sia perché viene resa impossibile la continuazione del processo riproduttivo su una scala corrispondente all'allargamento tecnico di esso; — è crisi in presenza di una forte caduta di saggio medio di profitto. Questo è l'aspetto specifico della crisi economica attuale. E importante analizzare le conseguenze che questa forte caduta di saggio medio di profitto ha prodotto e produrrà sulla struttura economica e politica del sistema. Se la caduta tendenziale del saggio medio di profitto è una caratteristica fondamentale del processo capitalistico (in quanto tende sempre più ad aumentare il capitale costante in rapporto al capitale variabile) in Italia in quest'ultimo decennio (1966-1974) questa caduta tendenziale ha subito un notevole processo di accelerazione dovuto soprattutto al sorgere prepotente dell'industria chimica, come industria imperialista multinazionale (Montedison). L'industria chimica è caratterizzata infatti da un saggio di plusvalore elevato (cioè valori alti della produttività per ogni singolo operaio), ma da un saggio medio di profitto bassissimo. Questo porta a far sì che è sempre più difficile per il capitalista chimico reperire all'interno del processo di produzione stesso i capitali necessari alle ristrutturazioni tecnologiche e quindi deve ricorrere all'indebitamento. Ma data la grande quantità di capitale finanziario, diventa sempre più difficile rastrellare questi fondi all'interno del mercato finanziario privato (finanziarie private e azionariato) per cui deve ricorrere ai prestiti statali. In tal modo nasce per il capitalista chimico la necessità di stabilire buoni rapporti con l'apparato statale per ottenere questi prestiti alle condizioni più vantaggiose. Di qui a trasformare l'apparato statale in una struttura strettamente funzionale alle sue esigenze di sviluppo, il passo è breve ed anzi assolutamente necessario. Lo stato assume quindi, in campo economico, le funzioni di una grossa banca al servizio dei grandi gruppi imperialistici multinazionali. Dal modo in cui lo Stato-banca rastrella "a livello sociale" questi capitali necessari (che non sono altro che plusvalore complessivo "assegnato" alle multinazionali) nasce il forte processo inflazionistico caratteristico dello sviluppo capitalistico attuale nella fase dominata dai grandi gruppi imperialisti multinazionali. E chiaro che il processo qui esemplificato per il settore chimico, vale per ogni altro settore in cui domina la struttura capitalistica multinazionale (cioè vale per la Montedison, come per la FIAT, come per la Pirelli) e vale per ogni funzione dello Stato (economica, politica, militare). Lo Stato diventa espressione diretta dei grandi gruppi imperialistici multinazionali, con polo nazionale. Lo Stato diventa cioè funzione specifica dello sviluppo capitalistico nella fase dell'imperialismo delle multinazionali; diventa: Stato Imperialista delle Multinazionali. Il capitalismo italiano quindi cerca di usare la crisi attuale per costruire lo Stato imperialista delle multinazionali. Cioè anche in Italia si tenta di percorrere il modello americano-tedesco.

MODIFICAZIONI SUL TESSUTO DI CLASSE

Vediamo le conseguenze che la caduta del saggio medio di profitto produce sulla struttura di classe. Nei settori dove il saggio di profitto ha valori estremamente bassi, si nota una diminuzione assoluta di forza-lavoro utilizzata. Ad esempio per la Montedison, nel periodo 1966-71, nel settore chimico, si hanno investimenti in impianti fissi per 600 miliardi, con un notevole aumento rispetto agli anni precedenti ed una diminuzione di forza-lavoro da 70.761 a 70.661 unità. Questa tendenza è più che confermata anche negli ultimi quattro anni. D'altra parte il sistema capitalistico in quanto anche produttore di merce forza-lavoro, produce un forte aumento della popolazione complessiva. Basti pensare che all'inizio del 1800 la popolazione della terra era calcolata intorno ad un miliardo di unità; con l'avvento del sistema capitalistico si ha in 150 anni una quadruplicazione della popolazione mondiale (attualmente siamo intorno ai 4 miliardi). Da tutto ciò si può trarre una generalizzazione: la caduta tendenziale del saggio medio di profitto produce una diminuzione della forza-lavoro utilizzata in rapporto alla popolazione complessiva: cioè di fronte ad un aumento costante della popolazione complessiva non si ha proporzionalmente un aumento della forza-lavoro utilizzata. Abbiamo detto in precedenza che l'aspetto specifico della crisi economica attuale è la forte caduta del saggio medio di profitto. Quindi si può sostenere che l'attuale crisi produrrà una notevole diminuzione della forza-lavoro utilizzata in rapporto alla popolazione complessiva. Questo fenomeno avverrà in modo sempre più accelerato e sarà una caratteristica stabile del nostro sviluppo economico. Tutto ciò produce e produrrà sul tessuto di classe modificazioni stabili che si possono così schematizzare. Rispetto alla popolazione complessiva si avrà: a) una diminuzione continua di salariati con occupazione stabile; b) un aumento dell'"esercito di riserva" (serbatoio in cui attingere nei momenti di espansione), cioè dei salariati con occupazione instabile (vedi attualmente l'uso della cassa integrazione); c) un aumento di quella parte di popolazione che sarà espulsa in modo definitivo dal processo capitalista (gli emarginati). Quest'ultimo fenomeno finora non si era manifestato in termini acuti grazie all'emigrazione che ha significato per tutto un certo periodo lo sbocco alla sovrapproduzione di forza-lavoro. Attualmente, data la forte caduta a livello internazionale del saggio medio di profitto, questa valvola di sfogo non può più funzionare. Gli emigrati tornano a casa per ripopolare le fila dei disoccupati e dei sottoccupati e cioè, in definitiva, degli emarginati. Rispetto ai comportamenti di classe si può così ipotizzare: — salariati con occupazione stabile Una parte di questi riflette il livello di coscienza immediata che è di difesa della loro condizione di salariati (equo salario). Costoro formano la base materiale del riformismo. Un'altra parte, ed è la strato più produttivo, quello in cui lo sfruttamento si accentua sempre più (l'operaio della catena), sviluppa una coscienza rivoluzionaria, cioè l'abolizione del lavoro salariato e la distruzione della società capitalistica. — emarginati Gli emarginati sono un prodotto della società capitalistica nella sua attuale fase di sviluppo ed il loro numero è in continuo aumento. Sono utilizzati dalla società capitalistica, in quanto società dei consumi, come consumatori. Sono però consumatori senza salario. Da questa contraddizione nasce la "criminalità". L'utilizzo "economico" della criminalità da parte del capitalismo sta nel fatto che essa contribuisce alla distruzione della merci necessarie per continuare il ciclo. Per intenderci si potrebbero benissimo costruire automobili a prova di ladro, ma ciò va contro gli interessi della FIAT. Una parte degli emarginati riflette a livello immediato la coscienza borghese: estremo individualismo, aspirazione ad un sempre maggior "consumo". Un'altra parte riflette la coscienza rivoluzionaria d'abolizione della loro condizione d'emarginati, da cui l'abolizione della società fondata sul lavoro salariato. — esercito di riserva Per quanto riguarda l'esercito di riserva, i livelli di coscienza sono dati dall'intreccio dei livelli di coscienza riscontrabili all'interno dei salariati con occupazione stabile e degli emarginati.

IL PROGETTO POLITICO DEMOCRISTIANO

Se gli anni 1970-1974 sono stati caratterizzati da forti contraddizioni all'interno della borghesia (per esemplificare scontro Montedison-FIAT), contraddizioni che hanno spaccato verticalmente la struttura dello Stato, dei partiti, delle forze sindacali, il periodo attuale sembra caratterizzato da una raggiunta fase di "armistizio" fra i vari gruppi capitalistici italiani: cioè di fronte all'acutizzarsi della crisi, i vari gruppi capitalistici hanno serrato le fila. Armistizio non significa però fine delle contraddizioni all'interno del fronte borghese, significa semplicemente un congelamento momentaneo di queste contraddizioni, congelamento che si manifesta attraverso un raggiunto accordo (anch'esso di carattere momentaneo) sulla spartizione di potere fra i più forti gruppi borghesi. In questa chiave sono da interpretarsi l'accordo raggiunto al vertice della Confindustria nella primavera 1974 (Agnelli presidente e Cefis vicepresidente), l'unità stabilitasi intorno a Fanfani delle più forti correnti DC (Fanfaniani, Dorotei, Andreottiani, ecc.), l'attuale composizione e funzione del governo Moro. Sarebbe comunque un errore pensare che le contraddizioni che dividono il fronte della borghesia siano contraddizioni di carattere antagonista. Esse sono semplicemente varianti tattiche dello stesso progetto: la costruzione dello Stato Imperialista delle Multinazionali. L'essenza del conflitto intercapitalistico sta semplicemente in questo: quale sarà il gruppo imperialista multinazionale che, guidando il progetto di costruzione dello Stato Imperialista, si assicurerà la fetta più grossa di potere. Il progetto politico della DC, che trova in questo momento il suo più autorevole interprete in Fanfani, mira a fare della DC stessa l'asse portante di questo progetto dello Stato Imperialista. Ponendosi in ogni momento come gestore dell'"armistizio" raggiunto, la DC cerca di essere l'elemento di continua mediazione dialettica fra gli interessi dei vari gruppi capitalisti. Nelle intenzioni della DC si dovrà realizzare così, all'interno di un processo caratterizzato da contraddizioni nello schieramento borghese e da un forte scontro tra borghesia e proletariato, la costruzione "pezzo su pezzo" dello Stato Imperialista e alla fine di questo processo una completa integrazione tra DC e Stato Imperialista. E' chiaro che questo processo però non avverrà in modo certamente pacifico, ma andrà assumendo sempre più i caratteri della "guerra civile". Questo anche, e soprattutto, per la profonda crisi d'egemonia che costringe la borghesia, le sue rappresentanze politiche e le istituzioni dello Stato a risolvere sempre più le contraddizioni di classe per mezzo della forza, utilizzando cioè l'intero apparato di coercizione e solo quello. Più in particolare il progetto politico democristiano, apertamente sostenuto anche da Tanassi, da Sogno e da Almirante, si propone di costruire intorno al blocco integralista della DC un più vasto e articolato "blocco storico" apertamente reazionario e controrivoluzionario, funzionale alla costruzione dello Stato Imperialista. Le elezioni amministrative di giugno e ancor più le prossime elezioni politiche sono giocate in questa prospettiva di lungo periodo. E così pure i "temi" dominanti della propaganda politica in queste sinistre campagne elettorali non hanno un carattere contingente come dimostrano di credere i revisionisti, ma sono anch'essi una tappa della costruzione "pezzo su pezzo" dello Stato Imperialista. Emblematica, al riguardo, è la questione dell'"ordine pubblico" e della guerra alla "criminalità politica" che più che a guadagnare voti, punta alla militarizzazione preventiva del territorio e della lotta di classe ovvero è direttamente strumentale alla necessità di ricostruire un quadro di valori di massa che consentano la ristrutturazione e la concentrazione di tutti i poteri dello Stato nella prospettiva della guerra civile controrivoluzionaria. Perché questa è la strada, l'unica strada, che la Democrazia Cristiana indica e percorre per far fronte alla crisi di Regime. Al di là delle apparenze "conciliari", ciò che la DC vuole è uno scontro aperto fra le forze rivoluzionarie e progressive ed il blocco storico controrivoluzionario. Essa cerca una spaccatura verticale che emargini ed annienti le forze ostili alla ristrutturazione imperialista dello Stato di Regime. Essa si propone di garantire ai padroni delle multinazionali imperialiste: 1) — il rafforzamento delle strutture e dell'organico militari

nei due sensi di una funzionalizzazione ai progetti NATO e della specializzazione antiguerriglia contro la sovversione interna 2) — la creazione di una “magistratura di regime” e l’irrigidimento dei provvedimenti penali su quei capitoli particolarmente inerenti alla guerra di classe, dalle norme sulla detenzione delle armi, a quelle sulla carcerazione preventiva, al fermo di polizia, al confine, alle pene esemplari per i militanti rivoluzionari;

3) — l’adozione di misure “preventive” come la militarizzazione delle grandi città, delle istituzioni degli uomini più esposti del regime. E più in generale, proprio per realizzare questi obiettivi col minor numero di contraddizioni essa punta ad una precisa riforma costituzionale, all’elezione diretta del presidente della repubblica e ad un decisivo aumento di potere dell’Esecutivo: in breve alla cosiddetta “repubblica Presidenziale”. Ristrutturare lo Stato per battere il movimento operaio sul terreno della guerra civile: questa è l’essenza del progetto politico democristiano.

IL PATTO CORPORATIVO

Il tentativo di costruire legami corporativi tra la classe imprenditoriale del regime e le organizzazioni sindacali dei lavoratori è funzionale più di quanto si creda alla formazione dello Stato Imperialista. Agnelli, in quanto portavoce dell’internò padronato, lo aveva anticipato nel suo primo discorso da Presidente della Confindustria, quando sostenne la necessità di “addivenire ad un patto sociale che, a 30 anni dall’aprile ‘45, ridefinisca gli obiettivi nazionali del popolo italiano in vista degli anni ‘80 e ‘90. Non si tratta però di un patto tra sindacati - imprenditori - governo”. Lo ha ribadito anche quest’anno: “La durezza della crisi economica, le sue complicazioni di ordine sociale e l’esigenza di un sollecito ritorno allo sviluppo, prospettano all’organizzazione industriale obiettivi di carattere generale che sono in larga parte comuni alle organizzazioni dei lavoratori. Ritengo che sindacati e rappresentanza imprenditoriale si trovino davanti al medesimo problema: quello della costruzione di un quadro generale fatto di scelte e indirizzi che non favoriscano il consumo passivo, la rendita e l’accumulazione parassitaria, bensì l’iniziativa e la capacità”. Secondo Agnelli dunque le maggiori forze industriali - multinazionali del Paese si dovrebbero assumere una responsabilità più diretta nella gestione del potere fissando una serie di principi politici e soluzioni tecniche per realizzare una gestione “concordata” della crisi oggi, e della ripresa domani con le Confederazioni sindacali e con il Governo. Ciò che ci interessa è che il “patto sociale” viene giustificato non in funzione “anticongiunturale”, dunque come accordo tattico, ma come esigenza avanzata e perciò come progetto di stabilizzazione per gli anni ‘80! L’operazione d’ingabbiamento che esso presuppone può essere definito: incorporazione organica della classe operaia dentro il capitale e dentro lo Stato. Essa segue la logica che la classe operaia per salvare se stessa, deve salvare il padrone; per salvare il padrone deve salvare lo Stato; per salvare lo Stato, deve assumersi i costi economici della riconversione produttiva ed i sacrifici della ristrutturazione imperialista. E’ una logica miserabile e val la pena di tenerne conto solo perché essa è fatta propria dai vertici sindacali e da quelli del Partito Comunista. La falsità delle argomentazioni portate a giustificazione del “patto corporativo” sta in questo: — si identifica l’interesse operaio con l’interesse di sviluppo del grande capitale multinazionale e l’interesse delle multinazionali con l’interesse nazionale; — si contrabbanda per disposizione riformistica l’esigenza di riconversione produttiva del grande capitale; Il “patto corporativo” riferito alla fabbrica vuole nascondere una realtà che da anni le avanguardie operaie chiamano “fascismo di fabbrica” e cioè una ristrutturazione del ciclo e dell’organizzazione del lavoro con i suoi risvolti di: a) rottura della rigidità della forza-lavoro (mobilità: distruzione sistematica dei nuclei di avanguardia; maggior utilizzo degli impianti; intensificazione dello sfruttamento); b) militarizzazione dell’apparato di dominio (corporativizzazione dei dirigenti, dei quadri dei capi; sindacalismo giallo; utilizzo dei fascisti per i “lavori sporchi”; spionaggio).

Rispetto alla lotta operaia una conseguenza decisiva del “patto” è dunque una più moderna concezione della repressione: sindacalista e poliziotto, spionaggio padronale e controllo sindacale si fondono in un unico disegno di annientamento della autonomia e dell’antagonismo. Un esempio è la tendenza, già dimostratasi in molte fabbriche dove la lotta autonoma è particolarmente incisiva, che vede gli esecutivi sindacali e le direzioni del personale impegnati a collaborare per l’identificazione dei “provocatori” con l’obiettivo specifico della loro eliminazione mediante licenziamento o denuncia alla magistratura. In sostanza, questa proposta corporativa è decisamente reazionaria. Essa prefigura una dittatura feroce nei confronti delle forze di classe rivoluzionarie; e a misura in cui essa si afferma in fabbrica, tende a proiettarsi sul terreno politico generale chiudendo ogni spazio alla guerra di classe rivoluzionaria.

IL “COMPROMESSO STORICO”

Nella sinistra ufficiale non vi è comprensione delle profonde trasformazioni strutturali e politiche che stanno compiendo per opera della DC e della Confindustria all’interno della controrivoluzione globale imperialista. Soprattutto il PCI dimostra la sua incapacità ad indicare una strategia di classe alternativa. La linea ribadita al XIV° Congresso ne è una dimostrazione definitiva. La “strategia” del Compromesso Storico affonda i suoi presupposti in due incomprensioni decisive: il carattere guerrafondaio dell’imperialismo, e il carattere reazionario e imperialista della DC. Berlinguer, questo Kautskij in sedicesimo, indica come tendenza a livello mondiale e scorge perfino conferme dal comportamento degli USA, la politica della “coesistenza” e della “cooperazione” giungendo a profetizzare “un sistema di cooperazione e integrazione così vasto da superare progressivamente la logica dell’imperialismo e del capitalismo e da comprendere i più vari aspetti dello sviluppo economico e civile dell’intera umanità”. Non c’è antagonismo per Berlinguer tra imperialismo, social-imperialismo e rivoluzione, ma contraddizioni in via di soluzione “pacifica” e “civile”. La realtà lo smentisce. La tendenza generale oggi nel mondo è quella che indicano i compagni cinesi: è la rivoluzione. Imperialismo e social-imperialismo si trovano sempre più spesso in aperta contraddizione e le guerre di liberazione dei popoli conoscono nuove vittorie. Così è in Vietnam, in Cambogia o per altro verso in Portogallo. Anche per quel che riguarda l’Italia l’idillio filocapitalistico di Berlinguer non ha limiti di pudore. Con un’operazione teorica assai lontana dal materialismo storico e dialettico, egli propone il “compromesso con le masse popolari cattoliche” ovvero, fuor di perifrasi, con la Democrazia Cristiana di cui trascura o addirittura nega il carattere imperialista, antinazionale e antipopolare che da trent’anni fa di questo partito l’anima e il cervello di tutte le spinte più reazionarie e fasciste che si registrano con intensità sempre crescente nel Paese. A tal punto si diserta dal marxismo e dal leninismo, si sconfina dall’analisi di classe che la contraddizione principale viene ormai presentata come contraddizione tra “democratici” e “antidemocratici”, dove i primi sono tutti coloro che agiscono nell’area costituzionale, e i secondi tutti gli altri, non importa se i fascisti, rivoluzionari od operai che perseguono obiettivi di lotta “particolaristici” o “corporativi”. La funzione che il PCI si assegna dunque, è quella di recuperare all’interno del “sistema democratico” tutte le spinte antagoniste del proletariato stravolgendole in termini riformisti. Il “compromesso storico” infatti non presuppone un antagonismo strategico rispetto al programma di realizzazione dello Stato imperialista (nello Stato imperialista “democristiano” ci saranno un po’ più poliziotti; in quello del PCI un po’ meno, ma solo perché ognuno dovrà essere poliziotto di se stesso), ma si presenta semplicemente come diversa formula per la gestione del potere: di quel potere. Il “compromesso storico” non corrisponde ad un bisogno politico di classe, ma più riduttivamente ad un tornaconto opportunistico di uno strato di classe che dal rafforzamento del sistema imperialista, realizza alcuni miserabili vantaggi. Per questo il PCI si oppone ormai violentemente al movimento rivoluzionario e alle forze di classe

da cui quest'ultimo trae forza ed alimento. Per questo i disegni revisionisti verranno certamente sconfitti. Non bisogna tuttavia sottovalutare la funzione ambivalente che nei tempi brevi la linea del "compromesso storico" svolge entro la crisi di regime: — da un lato costituisce un potente fattore di crisi politica del regime; incute terrore ed accelera contraddizioni nei settori più conservatori e più reazionari: — dall'altro evita che il Paese diventi ingovernabile, e cioè ostacola lo sviluppo della guerra di classe. Perché ciò significa che, mentre i settori conservatori o reazionari preoccupati dalla piega degli avvenimenti progettano e alimentano disegni di sopravvivenza apertamente controrivoluzionari, larghi settori del movimento operaio e popolare rimangono catturati nella trappola paralizzante della linea del "compromesso". E questa linea, congelando le forze di classe ritarda ed ostacola la presa di coscienza a livello di massa della necessità della guerra, e questo proprio nel momento in cui la situazione è assai favorevole per le forze rivoluzionarie. Quando si dimentica che sono gli sfruttati che devono volere la guerra, si è scelto per la pace dei padrone!!

PORTARE L'ATTACCO AL CUORE DELLO STATO

La nostra linea, entro questo quadro generale di progetti e di contraddizioni resta quella di unificare e rovesciare ogni manifestazione parziale dell'antagonismo proletario in un attacco convergente al "cuore dello Stato". Essa prende l'avvio della considerazione del tutto evidente che è lo Stato imperialista nel suo farsi, a garantire ed imporre il progetto complessivo di ristrutturazione e dunque anche i progetti particolari, e che perciò al di fuori del rapporto classe operaia-Stato, non si dà, come del resto non è mai data, lotta rivoluzionaria. Obiettivo intermedio è il collasso e la crisi definitiva del regime democristiano, premessa necessaria per una "svolta storica" per il comunismo. Compito principale dell'azione rivoluzionaria in questa fase è dunque la massima disarticolazione politica possibile tanto del regime, che dello Stato. E cioè il massimo sviluppo possibile di contraddizioni tra le istituzioni e, all'interno di ognuna di esse, tra i diversi progetti tattici di soluzione della crisi e all'interno di ciascuno di essi. Il passaggio ad una fase più avanzata di disarticolazione militare dello Stato e del Regime è prematuro e dunque sbagliato per due ordini di motivi: 1) la crisi politica del regime è molto avanzata, ma ancora non siamo vicini al "punto di tracollo"; 2) l'accumulazione di forze rivoluzionarie sul terreno della lotta armata seppure ha visto negli ultimi due anni una grande accelerazione, ancora non è tale per espansione sul territorio e per maturità politica e militare da consentire il passaggio ad una nuova fase della guerra. La distruzione del nemico e la mobilitazione politica e militare delle forze popolari non possono che andare di pari passo. Il rafforzamento del potere proletario è in altri termini condizione e premessa del passaggio alla fase più avanzata della disarticolazione militare del regime e dello stato nemico.

LA GUERRIGLIA URBANA

La guerriglia urbana gioca un ruolo decisivo nell'azione di disarticolazione politica del Regime e dello Stato. Essa colpisce direttamente il nemico e spiana la strada al movimento di resistenza. E' intorno alla guerriglia che si costruisce ed articola il movimento di resistenza e l'area dell'autonomia e non viceversa. Allargare quest'area vuol dire in primo luogo sviluppare l'organizzazione della guerriglia, la sua capacità politica e di fuoco. Sono sbagliate tutte quelle posizioni che vedono la crescita della guerriglia come conseguenza dello sviluppo dell'area legale o semi legale della cosiddetta "autonomia". È bene far chiarezza su questo punto. Entro quella che viene definita "area dell'autonomia" si ammassano e stratificano posizioni diversissime. Alcuni, che definiscono la loro collocazione all'interno dello scontro di classe per via "soggettiva", si riconoscono parte di questa area più per imporre al suo interno bisogni e problemi ad essa, e cioè per "recuperarla sul terreno della politica", che a favorirne la progressiva definizione rivoluzionaria, strategica, tattica ed organizzativa. A nostro giudizio, l'intera

questione va affrontata a partire dallo strato di classe che più d'ogni altro subisce l'intensificazione dello sfruttamento, conseguente ai progetti di ristrutturazione capitalistica ed imperialistica. Teoria rivoluzionaria è teoria dei bisogni politico—militari di “liberazione” di questo strato di classe. Solo esso infatti esprime in potenza, se non ancora in coscienza, (che vuol dire organizzazione) l'universalità degli interessi di classe. Solo intorno ai suoi bisogni possono essere organizzati e assunti i bisogni degli strati sociali emarginati dal processo di ristrutturazione e possono essere battuti i propositi revisionisti, riformisti o corporativi di quella parte di classe operaia che trova tornaconto, anche se miserabile, nel rafforzamento del sistema di dominio imperialista. Le “assemblee autonome” non sono l'avanguardia di questo strato di classe poiché esprimono, oggi, un'interpretazione molto parziale e soprattutto settoriale dei suoi bisogni. Al loro sorgere esse hanno costituito un fattore decisivo nel processo di superamento del “gruppismo”, ma oggi rischiano di finire esse stesse nel culo di sacco di quell'impostazione. Ciò che predispone a questo pericolo è il “feticcio della legalità” e cioè l'incapacità di uscire dalla falsa contrapposizione tra “legalità” e “illegalità”. In altre parole le assemblee autonome non riescono a porre la questione dell'organizzazione a partire dai bisogni politici reali e così finiscono per delimitare questi ultimi entro il tipo d'organizzazione legale che si sono date. Tagliando il piede per farlo entrare nella scarpa! Alcuni, maggiormente consapevoli della contraddizione in cui si dibattono, giungono ad ammettere un dualismo d'organizzazione e così a riproporre l'improponibile teoria del “braccio armato” nell'antica logica fallimentare terzinternazionalista. Ma, pena l'estinzione della loro funzione rivoluzionaria, esse in questa nuova situazione devono fare un salto dialettico se vogliono rimanere aderenti all'assunto fondamentale di organizzare, sul terreno della guerra di classe, l'antagonismo proprio dello strato “oggettivamente” rivoluzionario. Fuori di questa prospettiva non c'è che minoritarismo o subalternità al revisionismo. La guerriglia urbana organizza il “nucleo strategico” del movimento di classe, non il braccio armato. Nella guerriglia urbana non ci sono contraddizioni tra pensare ed agire militarmente e dare il primo posto alla politica. Essa svolge la sua iniziativa rivoluzionaria secondo una linea di massa politico-militare. Linea di massa per la guerriglia non vuol dire, come qualcuno fraintende, “organizzare il movimento di massa sul terreno della lotta armata”, o perlomeno non vuol dire questo momento. Nell'immediato, l'aspetto fondamentale della questione rimane la costruzione del Partito Combattente come reale interprete dei bisogni politici e militari dello strato di classe “oggettivamente” rivoluzionario e l'articolazione d'organismi di combattimento a livello di classe sui vari fronti della guerra rivoluzionaria. La differenza non è da poco e vale la pena di esplicitarla poiché essa nasconde una divergenza sulla questione dell'organizzazione che non è secondaria. La sostanza della divergenza sta nel fatto che la prima tesi appiattisce fino a dissolverla, l'organizzazione nel “movimento”, che nello stesso tempo viene gonfiato fino a raggiungere dimensioni mitiche; la seconda concepisce organizzazione e movimento come realtà nettamente distinte e in perenne dialettica tra loro. Il Partito Combattente è partito di quadri combattenti. E dunque reparto avanzato e armato della classe operaia e perciò nello stesso tempo distinto e parte organica di essa. Il movimento è una realtà complessa e disomogenea in cui coesistono e si combattono molteplici livelli di coscienza. E' impensabile, e soprattutto impossibile, “organizzare” questa molteplicità di livelli di coscienza “sul terreno della lotta armata”. Vuoi perché questo terreno, pur essendo strategico, non è ancora quello principale; vuoi perché il nucleo che costruisce il Partito combattente, e cioè le BR, non ha certamente maturato le capacità politiche, militari e organizzative necessarie allo scopo. Non si tratta di “organizzare il movimento di massa sul terreno della lotta armata”, ma di radicare l'organizzazione della lotta armata e la coscienza politica della sua necessità storica nel movimento di classe. Questo rimane il principale obiettivo del Partito combattente in

costruzione in questa fase. Per l'insieme di motivi che abbiamo discusso il livello di scontro adeguato a questa fase resta quello della propaganda armata. Gli obiettivi principali dell'azione di propaganda armata sono tre: — creare il maggior numero possibile di contraddizioni politiche all'interno dello schieramento nemico e cioè disarticolarlo, disfunzionalizzarlo; — battere la pista al movimento di resistenza praticando terreni di scontro spesso sconosciuti ma non per questo meno essenziali; — organizzare lo strato di classe avanzato nel Partito e in organismi di combattimento a livello di classe sui vari fronti della guerra. La propaganda armata realizzata attraverso l'azione di guerriglia indica una fase della guerra di classe e non come qualcuno ritiene una “forma di lotta”. A questa fase segue quella della “guerra civile guerreggiata”, in cui compito principale dell'avanguardia armata, sarà quello di disarticolare, anche militarmente, la macchina burocratica e militare dello Stato e spezzarla. L'assalto al carcere di Casale per la liberazione di un compagno chiarisce il concetto nel senso che quest'azione di propaganda armata: — ha prodotto una disarticolazione profonda dello Stato: ribaltamento della campagna di propaganda con cui tentava di darci per “spacciati”; vanificazione dei progetti democristiani di un “processo esemplare” sotto le elezioni; accentuazioni delle contraddizioni tra magistratura e CC, tra magistratura di Milano e di Torino, tra alti gradi e bassi gradi della magistratura; tra DC e altre forze politiche e via elencando; — ha battuto la pista al movimento di resistenza nei due sensi di aver realizzato una parola di ordine del programma rivoluzionario (liberazione dei prigionieri politici) e perciò aver creato un clima di fiducia nella massa dei prigionieri politici oltre che tra le avanguardie rivoluzionarie; aver esplorato un nuovo terreno di scontro ed aver tratto indicazioni ed esperienza che nei prossimi tempi risulteranno decisivi; — ha creato le premesse reali per organizzare l'avanguardia rivoluzionaria rinchiusa nelle carceri del regime su un programma rivoluzionario d'attacco allo Stato. Ora evidentemente tocca al Partito combattente dentro e fuori delle carceri trasformare le premesse in strutture, le potenzialità rivoluzionarie liberate in potere proletario armato. Su quale terreno deve svilupparsi la nostra iniziativa tattica? Essi sono definiti in tre parole d'ordine fondamentali: 1) SPEZZARE I LEGAMI CORPORATIVI TRA LA CLASSE DIRIGENTE INDUSTRIALE E LE ORGANIZZAZIONI DEI LAVORATORI 2) BATTERE LA DC CENTRO POLITICO E ORGANIZZATIVO DELLA REAZIONE E DEL TERRORISMO 3) COLPIRE LO STATO NEI SUOI ANELLI PIU' DEBOLI SPEZZARE I LEGAMI CORPORATIVI TRA LA CLASSE DIRIGENTE INDUSTRIALE E LE ORGANIZZAZIONI DEI LAVORATORI

Sul terreno della lotta operaia il nodo da sciogliere, e dunque anche il punto centrale del programma di lotta, è il “patto corporativo”: il rapporto Confindustria-Confederazioni-Governo come asse portante della ristrutturazione capitalistica e come elemento fondamentale dello Stato corporativo imperialista delle multinazionali. È molto importante, ma non è sufficiente in questa prospettiva, intensificare i movimenti autonomi di lotta contro ogni aspetto della ristrutturazione così come ci appare “immediatamente” con la Cassa integrazione, la mobilità del lavoro, i licenziamenti e l'intensificazione forsennata dello sfruttamento. Questi livelli di scontro vanno nella direzione giusta e assumono un carattere offensivo nella misura in cui riescono a rompere la “gabbia” sindacale e a mettere in scacco, cioè a minare, la capacità di controllo delle Confederazioni. Ma l'attacco deve essere esteso soprattutto alla struttura politico-militare del comando; perché la Confindustria riformata è il maggior centro dell'iniziativa padronale; perché essa si serve delle organizzazioni “sindacali” dei dirigenti, dei quadri, dei capetti e degli operai con la testa da padrone come cinghie di trasmissione della nuova ideologia e come centri di organizzazione corporativa. Disarticolare a fondo questa “cinghia” esplicitandone struttura, modo, funzionamenti e legami con i centri di potere politico e col disegno generale, è un'esigenza immediata della lotta rivoluzionaria. Finora

abbiamo condotto l'epurazione a livello della produzione. Da oggi in avanti si rende necessario investire anche livelli amministrativi, dirigenziali o direttamente padronali più ampi. Disarticolare questa trama vuol dire farne saltare la funzione politica e militare. Infatti, la tendenza corporativa nel suo farsi, porta con sé l'esigenza e l'organizzazione della repressione violenta dell'antagonismo di classe e cioè di chi non accetta il suicidio revisionista. Di conseguenza la funzione del comando va sempre più specializzandosi anche in questa direzione. La raccolta di informazioni sui nuclei di avanguardia operaia, lo spionaggio politico, l'infiltrazione, la provocazione e ogni altro genere di lavoro controrivoluzionario vengono portati a nuovi livelli di efficienza. Si tratta di non lasciarli funzionare, di anticiparli, neutralizzarli e punire con la durezza opportuna chiunque si assuma la responsabilità del loro funzionamento.

BATTERE LA DC CENTRO POLITICO E ORGANIZZATIVO DELLA REAZIONE E DEL TERRORISMO

Sul terreno politico è la DC che va combattuta e battuta perché essa è il vettore principale del progetto di ristrutturazione imperialista dello Stato e il punto d'unificazione del fascio di forze reazionarie e controrivoluzionarie che unisce Fanfani a Tanassi, a Sogno, a Pacciardi, ad Almirante, ai gruppi terroristici. La DC è il nemico principale. Essa è il partito organico della borghesia, della classe dominante e dell'imperialismo. E' il centro politico e organizzativo della reazione e del terrorismo. E' il motore della controrivoluzione globale e la forma portante del fascismo moderno: il fascismo imperialista. Non ci si deve lasciar ingannare dalle professioni di fede "democratica e antifascista" che talvolta vengono da taluni dirigenti di questo partito, perché esse rispondono al bisogno tattico di mantenere aperta la finta dialettica tra "fascismo" e "antifascismo" che consente alla DC di rastrellare voti facendo credere che contro il pericolo "fascista" sia meglio la "democrazia riformata", e cioè lo Stato imperialista. Il problema delle avanguardie rivoluzionarie è quello di fare chiarezza sull'intero gioco colpendo collegamenti, connivenze e progetti. La DC non è solo un partito ma l'anima nera di un regime che da 30 anni opprime le masse operaie popolari del Paese. Non ha senso comune dichiarare la necessità di battere il regime e proporre nei fatti un "compromesso storico" con la DC. Ne ha ancora meno chiacchierare su come "riformarla". La Democrazia Cristiana va liquidata, battuta e dispersa. La disfatta del regime deve trascinare con sé anche quest'immondo partito e l'insieme dei suoi dirigenti. Com'è avvenuto nel '45 per il regime fascista e per il partito di Mussolini. Liquidare la DC e il suo regime è la premessa indispensabile per giungere ad un'effettiva "svolta storica" nel nostro paese. Questo è il compito principale del momento!

COLPIRE LO STATO NEI SUOI ANELLI PIU' DEBOLI

La questione dello Stato è quella che più ci differenzia dalle forze revisioniste e pararevisioniste che lavorano instancabilmente a perfezionare questa macchina antiproletaria. Con Marx, Engels, Lenin, Stalin e Mao anche noi diciamo che: "spezzare la macchina burocratica e militare dello Stato è la condizione preliminare d'ogni reale rivoluzione proletaria". La lotta contro il corporativismo, il fascismo e il regime non può essere disgiunta dall'azione diretta contro le istituzioni dello Stato e rivolta, in questa fase, alla loro massima disarticolazione politica. "Disarticolazione politica" e non "erosione propagandistica della credibilità democratica" perché questo Stato in via di ristrutturazione è già lo Stato della guerra civile. Per questo è necessario conseguire risultati sul terreno della liberazione dei compagni detenuti politici; della rappresaglia contro la struttura militare delle carceri; contro l'antiguerriglia in tutte le sue articolazioni; contro la magistratura di regime; contro quei settori del giornalismo che si distinguono nella "guerra psicologica". L'attualità di questa prospettiva è più che dimostrata dai livelli raggiunti dall'azione controrivoluzionaria nei nostri confronti e nei confronti di tutte quelle forze che si sono mobilitate sul terreno della guerra di classe; e dagli eccellenti

risultati politici che sono seguiti all'operazione Sossi (peraltro non conclusa) e all'assalto al carcere di Casale Monferrato.

A queste linee si uniformerà la nostra presenza nel movimento rivoluzionario e la nostra iniziativa di guerriglia e di costruzione del potere proletario. Ma un'ultima cosa è importante aggiungere: è necessario superare ogni tensione particolaristica e ogni spirito di setta. Noi crediamo nella necessità di “unirsi al popolo per unire il popolo” nella guerra di classe per il comunismo. E in questa prospettiva combattiamo e lottiamo per l'unità del movimento rivoluzionario.

Da “Lotta armata per il comunismo”

Risoluzione della Direzione Strategica, febbraio 1978
L'IMPERIALISMO DELLE MULTINAZIONALI

Per IMPERIALISMO DELLE MULTINAZIONALI intendiamo la fase dell'imperialismo in cui domina il capitale monopolistico multinazionale. Il monopolio multiprodotto-multinazionale, cioè grandi trust, con aziende in vari paesi e investimenti in diversi settori, è ora l'elemento strutturale dominante e la base fondamentale dei movimenti del capitale, non è più quindi l'area nazionale, ma l'area capitalistica nel suo complesso.

Se l'elemento costitutivo fondamentale dell'imperialismo è stato sin dal suo sorgere il capitale monopolistico, è però solo con la seconda guerra mondiale che si ha il definitivo affermarsi in tutta l'area capitalistica del capitale monopolistico multinazionale. I grandi gruppi monopolistici possono ora superare definitivamente i loro confini nazionali per spaziare liberamente su tutta l'area e la struttura multinazionale diviene fattore necessario ed indispensabile per ogni ulteriore sviluppo. È infatti grazie ad essa che si possono sfruttare pienamente i diversi saggi di profitto presenti nell'area e realizzare così quegli enormi soprapprofitti che sono il dato caratteristico dell'accumulazione nella fase imperialista.

La "multinazionalità" quindi non è semplicemente internazionalizzazione del mercato capitalistico, ma internazionalizzazione del capitale nella sua totalità! strutture produttive, mercato, rapporti di proprietà ecc.

Questo processo di internazionalizzazione del capitale determina all'interno del fronte borghese la dominanza della BORGHESIA IMPERIALISTA, espressione di classe del capitale monopolistico multinazionale e parallelamente al suo affermarsi vanno consolidandosi anche i suoi strumenti istituzionali di mediazione e di dominio (Trilateral, Stato Imperialista delle Multinazionali, FMI, CEE,...),

Dominanza del capitale multinazionale e della borghesia imperialista, non significa però che ogni capitale è in questa fase un capitale multinazionale, ma che ogni altra forma capitalistica, sia essa nazionale o non monopolistica, va ora analizzata nei suoi rapporti di *dipendenza organica* dal capitale multinazionale: sono i movimenti del capitale multinazionale che determinano in ultima istanza i movimenti di tutti gli altri capitali. Non si ha quindi il superamento delle contraddizioni all'interno del fronte borghese, ma il loro riproporsi sotto forme diverse: ora la contraddizione intercapitalistica principale non è più tra capitali nazionali (quindi tra aree nazionali e borghesie nazionali), ma tra grandi gruppi multinazionali (quindi percorrono verticalmente la borghesia imperialista).

Con questo non si vuoi negare l'esistenza anche di contraddizioni tra le varie "nazioni" capitalistiche o tra capitale monopolistico e capitale non monopolistico, ma pensiamo che queste contraddizioni siano essenzialmente il riflesso di contraddizioni ben più profonde tra gruppi multinazionali. Le varie aree nazionali infatti sopravvivono ora come retroterra delle multinazionali: per ogni multinazionale, l'area nazionale in cui è nata e si è sviluppata, diventa il suo "punto di forza", la zona in cui essa gode di un monopolio quasi incontrastato. Quando parliamo di multinazionali infatti sottintendiamo sempre "multinazionali con polo nazionale", e per questo usiamo le espressioni, a prima vista contraddittorie, "multinazionali americane, tedesche, ecc.". Il capitale non monopolistico, dipendendo organicamente da quello monopolistico, vive certamente con esso in unità contraddittoria, ma non può avere ovviamente la possibilità e la forza materiale di dar luogo ad una espressione politica di queste contraddizioni sotto forma di rottura del fronte imperialista. L'imperialismo delle multinazionali si

presenta perciò come un sistema di dominio globale in cui i vari "capitalismi nazionali" sono sem-plicemente sue articolazioni organiche, e le diverse "aree nazionali" sussistono come espressione geografica della divisione internazionale del lavoro da esso determinata.

Possiamo quindi trarre una prima considerazione. In ogni area nazionale il proletariato non si trova a fare i conti con la sua "borghesia nazionale" ma con l'articolazione locale della borghesia imperialista. Questo conferisce, anche nelle metropoli, alla lotta di classe del proletariato il carattere di lotta antimperialista e quindi, più in generale la **GUERRA DI CLASSE RIVOLUZIONARIA**.

Nelle metropoli è immediatamente anche **GUERRA DI LIBERAZIONE ANTIMPERIALISTICA, GUERRA DI LUNGA DURATA**.

La catena imperialista resta comunque caratterizzata, come abbiamo visto, dal suo sviluppo ineguale, che si manifesta in ogni suo anello attraverso la specificità della sua formazione economico sociale (rapporto tra capitale multinazionale dominante e capitale multinazionale del "polo", fra capitale monopolistico e non monopolistico, tra borghesia imperialista "interna" e proletariato) per cui la lotta di classe pur in questa sua omogeneità strategica di contenuto e di prospettiva, si presenta ancora con forme specifiche e tempi propria seconda delle diverse aree nazionali.

L'imperialismo è guerra

L'attuale crisi economica che coinvolge il sistema imperialistico nel suo complesso è crisi di sovrapproduzione assoluta di capitale rispetto all'intera area capitalistica occidentale. Il mezzo con cui l'imperialismo ha sempre storicamente risolto le sue periodiche crisi di sovrapproduzione è stata la guerra. Infatti la guerra permette innanzi tutto alle potenze imperialiste vincitrici di allargare la loro base produttiva a scapito di quelle sconfitte, ma soprattutto guerra significa distruzione di capitali, merci, e forza lavoro, quindi possibilità di ripresa del ciclo economico per un periodo di tempo abbastanza lungo.

All'imperialismo in questa fase si ripropone quindi il dramma ricorrente della produzione capitalistica: ampliare la sua area per poter ampliare la sua base produttiva. Infatti rimanere ancora "ristretto" nell'area occidentale, significa per l'imperialismo accumulare contraddizioni sempre più laceranti: la concentrazione dei capitali cresce in modo accelerato, il saggio di profitto raggiunge valori bassissimi, la base produttiva diviene sempre più ristretta, la disoccupazione aumenta paurosamente. A brevi e apparenti momenti di ripresa seguono inevitabilmente fasi recessive sempre più gravi e si determina così di fatto un processo di crisi permanente (lo svolgersi della crisi in questi ultimi anni lo dimostra ampiamente).

Si pone perciò all'imperialismo la necessità sempre più impellente di allargare la sua area. Ma questo allargamento può avvenire solo a spese del Social-Imperialismo (URSS e paesi del Patto di Varsavia) e conduce quindi inevitabilmente allo scontro diretto **USA-URSS**.

Gli scontri parziali per "interposte persone" a cui stiamo assistendo in Medio Oriente, Africa non sono che i primi passi di questo processo.

È questa quindi la prospettiva storica che il capitale monopolistico multinazionale pone in questa fase a se stesso e al movimento rivoluzionario. All'interno di questa prospettiva storica la posizione del proletariato non può che oggettivamente porsi come urto frontale e decisivo con il dominio imperialista e la sua diretta tattica non può che essere fissata da questa stessa prospettiva storica: o guerra di classe nella metropoli imperialista o terza guerra imperialista mondiale.

Le varie potenze imperialiste infatti non possono farsi guerra se non hanno il proprio retroterra "pacificato e solidale" per poter così sostenere la durezza dello scontro. Si potrebbero fare molti esempi di guerre interimperialistiche che si sono concluse appena

si è presentato anche solo il pericolo della rivoluzione comunista e i diversi imperialismi, che prima si mostravano acerrimi nemici, si sono uniti contro il proletariato insorto in armi. Ne bastino due: la Comune di Parigi e la Rivoluzione d'Ottobre.

Ecco la lezione che Marx trae dalla Comune:

« ... che dopo la guerra più sconvolgente dei tempi moderni, il vinto ed il vincitore fraternizzino per massacrare in comune il proletariato, questo fatto senza precedenti prova, non come pensa Bismarck lo schiacciamento definitivo di una nuova società al suo sorgere, ma la decomposizione completa della vecchia società borghese. Il più alto slancio di eroismo di cui la vecchia società è ancora capace è la guerra nazionale: ed è ora dimostrato che questa è una semplice mistificazione dei vari governi, la quale tende a ritardare e ad affossare la lotta delle classi e viene messa da parte non appena questa lotta di classe divampa in guerra civile ». '

77

Inoltre nella crisi che precede la guerra i rapporti di forza sono strategicamente favorevoli alla rivoluzione proletaria. La crisi infatti genera contraddizioni sociali fortissime che determinano uno scontro di classe violentissimo, e nella misura in cui questo scontro di classe si approfondisce e si sviluppa trasformandosi in Guerra di Classe, la borghesia non può porsi sul terreno della guerra imperialista: la crisi diviene così irreversibile, acuendo contemporaneamente ancor più il processo di guerra civile in atto.

È questa la dialettica che potrà inchiodare lo sviluppo capitalistico.

Possiamo perciò formulare la seguente generalizzazione: nella crisi la parola d'ordine della borghesia è "bloccare il processo di guerra civile trasformandolo in guerra imperialista e sconfiggere così la rivoluzione"; quella dei comunisti deve necessariamente essere: "sviluppare il processo di guerra civile in atto ed impedire così la guerra imperialista".

LO STATO IMPERIALISTA DELLE MULTINAZIONALI

a - È necessario innanzitutto fissare alcuni criteri metodologici che stanno alla base della determinazione del concetto di Stato Imperialista.

Cominciamo perciò col dire che non crediamo che la sostanza del capitalismo, cioè le sue contraddizioni specifiche, si sia modificata nel corso di questo secolo. Si è modificata invece la forma e cioè il modo in cui queste contraddizioni tendono a manifestarsi storicamente.

Per spiegarci meglio accenniamo alla divergenza tra Lenin e Bucharin a proposito della natura del capitalismo. A Bucharin che sosteneva che l'imperialismo era un fenomeno completamente nuovo rispetto al capitalismo della libera concorrenza, Lenin così rispondeva: « L'imperialismo è una sovrastruttura del capitalismo », cioè alla base dell'imperialismo stanno le stesse contraddizioni del capitalismo: la sostanza è rimasta immutata, solo la forma si è modificata (da "capitalismo privato" a "capitalismo monopolistico di Stato" dalla "libera concorrenza" alla "concorrenza tra monopoli"...).

Il problema per Lenin non era cioè quello di un superamento delle categorie fondamentali dell'analisi marxista, ma di una loro ridefinizione formale (storico-politica) alla luce della nuova realtà.

Parafrasando Lenin, anche noi possiamo dire che: "l'imperialismo delle multinazionali è una sovrastruttura dell'imperialismo" e che, quindi, il nostro compito non è quello di buttare a mare le categorie dell'analisi leninista ("Stato nazione", "catena imperialista", "anello debole"...), ma di riconsiderare la forma e, quindi, esplicitarla, che esse assumono nella presente fase politica.

Stesso discorso è da fare per le categorie "partito" e "dittatura del proletariato", la nostra riconsiderazione teorico-pratica del Partito comunista combattente non è infatti altro che la riproduzione della sostanza dell'esperienza leninista, e dei suoi sviluppi con la rivoluzione cinese, nella fase attuale. Per questo ci definiamo "marxisti-leninisti".

b - Lo Stato Imperialista delle Multinazionali è la sovrastruttura istituzionale "nazionale" corrispondente alla fase dell'imperialismo delle multinazionali. Suoi caratteri essenziali sono: formazione di un personale politico imperialista; rigida centralizzazione delle strutture statali sotto il controllo dell'Esecutivo; riformismo ed annientamento come forme integrate della medesima funzione: la controrivoluzione preventiva.

Formazione di un personale politico imperialista

Con lo sviluppo anche nella nostra area, a partire dalla metà degli anni '50 (dopo il '57 con la massiccia penetrazione del capitale multinazionale USA e con il contemporaneo sviluppo del nostro capitale nazionale su scala internazionale), di una struttura economica multinazionale, viene formandosi all'interno della borghesia una frazione di borghesia imperialista.

Definiamo borghesia imperialista "interna" quella frazione della classe borghese integrata nel sistema imperialista mondiale, espressione del capitale monopolistico multinazionale ed elemento trainante del processo di ristrutturazione imperialista della nostra area economica e delle relative sovrastrutture politiche e istituzionali. Nello stesso periodo gli strumenti istituzionali sovranazionali (FMI, CEE, NATO), mediante i quali la borghesia imperialista vuole imporre la sua strategia globale, acquistano forza ed assumono un grado di potere tale da subordinare e funzionalizzare a sé gli "stati nazionali" che in questo processo sono così costretti a ridefinirsi nelle loro strutture interne.

Questi Stati, ristrutturandosi, si predispongono a svolgere due ruoli fondamentali:

— Cinghia di trasmissione degli interessi economici-strategici globali dell'imperialismo dominante;

— "Normalizzazione dell'area", vale a dire organizzazione della controrivoluzione preventiva al fine di annichilire ogni "velleità" rivoluzionaria.

Naturalmente queste funzioni, negli anelli economicamente più deboli e politicamente più instabili, diventano decisive e perciò vengono portate avanti dalla borghesia imperialista "interna" utilizzando le pratiche e i modelli repressivi più avanzati già operanti negli anelli più forti e sotto la supervisione dei centri del comando sovranazionale.

« Lo Stato-nazione diventa cinghia di trasmissione del capitale internazionale organizzato contro il popolo. Lo Stato-costituzionale borghese, nel suo processo di evoluzione contraddittoria tra socializzazione della produzione e concentrazione internazionale del capitale deve essere dissolto e sostituito dallo Stato-forte o dalla democrazia armata ». (Croissant)

Come tutti i processi storici anche questo cammina sulle gambe degli uomini.

L'emergere della borghesia imperialista "interna" come frazione dominante della borghesia, ha così un'altra conseguenza: l'affermarsi nelle articolazioni vitali del potere di un personale economico-politico-militare che è la più diretta espressione dei suoi interessi.

Questa nuova burocrazia efficiente, intercambiabile, "europea" non viene più selezionata, qualificata dalle vecchie scuole di partito, ma direttamente dai Centri di formazione quadri, dalle Fondazioni, dalle Fabbriche dei cervelli predisposte allo scopo dalle grandi multinazionali.

Condizione imprescindibile della sua funzione è una presenza egemone negli apparati di dominio che compongono lo Stato o che comunque articolano la sua azione e cioè i fondamentali centri del potere: Governo, Banca d'Italia, Confindustria, Mass-media... Suo compito specifico è invece quello di ricercare e rendere operanti le mediazioni più

equilibrate, cioè meno contraddittorie, tra gli interessi capitalistici dominanti e quelli particolari dell'area.

Si capisce subito che l'affermarsi della borghesia imperialista e del suo personale non è un processo lineare. infatti questa nuova burocrazia è tutt'ora in lotta per occupare i punti chiave dello Stato e quand'è il caso, scalzare dalle posizioni strategiche quegli uomini che esprimono interessi conflittuali e cioè propri delle altre frazioni della borghesia.

Nella nostra area vediamo, ad esempio, come in questi anni si sia venuto formando un personale politico strettamente legato ai circoli imperialistici, il quale, pur concentrandosi in un partito (DC), è presente in modo egemone in tutti gli altri partiti del cosiddetto "arco costituzionale" (certamente dal PSI al MSI) e tende a far valere la sua presenza in tutti i fondamentali centri del potere.

Vediamo anche che la vittoria di questo personale e naturalmente della frazione di borghesia che lo esprime, non è assolutamente un processo privo di contraddizioni, ma una lotta micidiale tra squali borghesi.

L'affermazione degli interessi complessivi dell'imperialismo passa dunque per una fase transitoria in cui le varie forze borghesi si scontrano e coesistono, rappresentando un elemento interno della crisi dello Stato. E però, questa crisi, che travaglia lo Stato, non spinge assolutamente verso la sua disgregazione, bensì alla sua ristrutturazione: Questa tendenza crisi-ristrutturazione, mostra che la contraddizione principale del movimento rivoluzionario è quella che lo oppone immediatamente al sistema di potere imperialista su scala mondiale.

Affrontare questa contraddizione significa quindi muoversi sul terreno della guerra di classe di lunga durata.

Forza centrale e strategica della gestione imperialista dello Stato, in Italia, è la Democrazia Cristiana. In questa chiave va letto il durissimo scontro in corso al suo interno e il cosiddetto processo di "rinnovamento". La crisi di identità che la DC sta attraversando, in modo particolare dal giugno '75, è determinata da due processi concomitanti: la crisi-ristrutturazione della strategia mondiale degli Stati imperialistici da un lato, e dall'altro la richiesta di potere del proletariato italiano in vario modo espressa dalle sue componenti politiche sia revisioniste che rivoluzionarie.

Nel quadro dell'unità strategica degli stati imperialisti le maggiori potenze alla testa della catena gerarchica richiedono alla DC di funzionare da polo politico nazionale della controrivoluzione, ma essa, così com'è attualmente strutturata risulta in larga misura inadatta allo scopo. Dunque si deve *rinnovare* e ciò vuol dire che deve ridefinirsi chiaramente come *filiale nazionale* efficiente della più grande multinazionale del crimine che l'umanità abbia mai conosciuto.

Solo da una DC ridefinita nel senso sopraindicato potrà venire la riconversione dello Stato-nazione in anello efficiente della catena imperialista e cioè potranno essere imposte le feroci politiche economiche e le profonde trasformazioni istituzionali in funzione apertamente repressiva, richieste dai partner della catena.

Il filo a piombo di tutta la complessa operazione è dunque la politica estera degli USA, della RFT e dei fondamentali centri motori dell'imperialismo (FMI, CEE, NATO...) nel senso che la politica "interna" di cui la DC deve farsi promotrice non può essere che una funzione diretta della politica "estera" di quei paesi e di quei centri.

Del resto non bisogna dimenticare che anche il Capitale è conscio del carattere non più ciclico delle proprie contraddizioni; che il suo fine è quello di sopravvivere all'interno di questa fase del suo sviluppo. Le teorie sulla "crescita zero" sono state scoperte dalla scienza borghese ormai da qualche tempo. L'irrisolvibilità delle contraddizioni nella sfera economica porta alla ricerca di una "indipendenza" dell'assetto politico-sociale tramite il potenziamento dell'apparato di dominio che si configura come "guerra preventiva" controrivoluzionaria. Vale a dire: lo stato diviene "soggetto della politica", come

affermano i compagni della RAF. Ma, in questo non bisogna vedere il tentativo di annientare le contraddizioni sociali secondo il meccanismo repressione-passaggio ad una nuova fase di sviluppo, bensì il loro contenimento attraverso l'annientamento di ogni progetto di ricomposizione del conflitto di classe su un programma antagonista.

Nelle aspirazioni la legge dello sviluppo diseguale dovrebbe ridimensionare le ripercussioni dell'intensità del conflitto sociale in certe aree della catena imperialista (come l'Italia) con la riduzione del suo peso economico.

In questa prospettiva l'uso dei meccanismi deflattivi, se da un lato non porta segni di ripresa, dall'altro dovrebbe servire a circoscrivere l'attacco alle condizioni economico-sociali di una minor quota della popolazione, la meno privilegiata.

Anche la lotta armata, in questo quadro, dovrebbe venire ghettizzata, confinata, come fenomeno endemico, espressione spontanea dell'emarginazione, per esempio, lotta che non veda, oltre gli apparati civili nazionali (produttivi, amministrativi, partitico-istituzionali), quelli di guerra preventiva imperialistica.

Dice Schmidt: « *Tra l'anarchia e la reazione c'è un ampio spazio per qualcosa di ponderato* » spiegando a proposito di Italia, Giappone, Germania che « *in nessun posto del mondo libero, dopo gli anni '30 e '40, il logorio della morale e dell'autorità è stato così grande come in questi tre Paesi... ci vuole molto tempo affinché questi valori possano ridiventare credibili* ».

Rigida centralizzazione delle strutture Statali sotto il controllo dell'Esecutivo

La rigida centralizzazione dei centri vitali dello Stato nelle mani della borghesia imperialista attraverso la burocrazia è condizione necessaria per la sua ristrutturazione: solo così, infatti, è possibile controllare le tensioni particolari dell'area e risolverle, subordinandole, all'interno del piano imperialistico globale. Per questo nei vari Stati-nazione assistiamo allo svuotamento progressivo del potere del Parlamento e al rafforzamento di quello dell'Esecutivo.

Negli Stati-costituzionali borghesi, infatti il Parlamento istituzionalmente è la sede in cui dovrebbe, mediante la "lotta" tra i partiti, affermarsi la sintesi dei vari interessi particolari dell'area di cui questi partiti sono l'espressione; ma come tale esso risulterebbe poco "governabile" dall'imperialismo e quindi strumento inefficiente per la realizzazione della sua politica.

L'Esecutivo invece, nella misura in cui è direttamente controllato e formato da personale politico imperialista, è in grado di assolvere molto più efficacemente a questo compito.

Assistiamo così ad un capovolgimento dei ruoli: lo Stato non è più come nella tradizione liberali-democratica espressione dei vari partiti, ma ora sono i partiti ad essere "espressione" dello Stato; e l'Esecutivo non è più l'espressione politica dei rapporti di forza interni al Parlamento, ma lo strumento "straniero" degli interessi della borghesia imperialista nell'area nazionale. È lo Stato cioè che ora usa i partiti, li rivitalizza attraverso il finanziamento pubblico e se ne serve per mobilitare e organizzare le masse intorno alla sua politica.

Con l'affermazione dello Stato imperialista si compie quindi fino in fondo il processo di statalizzazione della società e come ha scritto Ulrike Meinhof:

« ... nella completa compenetrazione di tutti i rapporti dell'imperialismo attraverso il mercato e del processo di statalizzazione della società, attraverso gli apparati statali repressivi ed ideologici non esiste nessun luogo e nessun tempo dove tu potresti dire di qui io parto ».

Ma, nello stesso tempo, proprio il carattere globale, totalizzante e totalitario di questo dominio, crea una frattura insanabile tra "apparati" e "società civile" e l'uno e l'altra si ergono contrapposti nei loro interessi antagonisti. Così dal lato delle lotte proletarie la statalizzazione della società costituisce, suo malgrado, un potente fattore di unificazione

e semplificando le mediazioni, anche di accentuazione del loro carattere rivoluzionario e ant imperialista.

Nello Stato-imperialista riformismo e annientamento sono forme integrate della medesima funzione, la controrivoluzione preventiva

Poiché con la formazione dello Stato imperialista il carattere antagonistico della contraddizione di classe si svela fino in fondo, acuito inoltre dalla contraddizione tra interesse globale dell'imperialismo e interessi particolari dell'area (contraddizione interimperialistica), le forme e gli strumenti del dominio devono necessariamente rafforzarsi e raffinarsi al massimo grado. Istruito dalle lotte presenti e passate dei popoli su scala planetaria, consapevole della sua debolezza strategica e della forza tattica che l'enorme apparato gli conferisce, l'imperialismo delle multinazionali punta all'unico obbiettivo che può prolungargli la sopravvivenza: prevenire ed annientare la rivoluzione prima che essa possa dispiegarsi in tutta la sua potenza e mobilitare tutte le sue forze nel progetto strategico vitale: la controrivoluzione preventiva.

Con il riformismo, le piccole concessioni alle "aristocrazie" metropolitane, cerca di bloccare la lotta proletaria prima che raggiunga il livello di guardia, per recuperarla, rinserrandola poi all'interno del suo "sviluppo"; contemporaneamente, pacificate le retrovie, passa all'annientamento di quella parte di proletariato che non può "comprare" né rinserrare nel suo sviluppo.

Il riformismo non è mai separato dall'annientamento. Non è un'altra cosa. Il riformismo non è una politica della classe operaia, ma una politica dello stato imperialista contro il proletariato metropolitano.

Lo Stato imperialista delle multinazionali si presenta quindi come una struttura riformistico-repressiva altamente integrata e centralizzata. Da una parte abbiamo gli strumenti pacifici il cui scopo è assicurare il consenso delle masse: partiti istituzionali, sindacati, mass-media... Dall'altra gli strumenti militari il cui fine è l'annientamento: nuclei speciali, tribunali speciali, carceri speciali e cioè forze per la repressione generalizzata. Entrambi sono parti coesistenti e funzionali della stessa politica. Entrambi sono forme di uno stesso Stato.

Insomma Santillo è il gemello di Lama!

Questa coesistenza delle funzioni riformistico-repressive subisce poi, a seconda delle fasi del ciclo economico, delle modificazioni di qualità di una certa importanza, ma non tali da intaccare la sostanza dello Stato imperialista.

Così nella fase di espansione economica, lo Stato imperialista mostra soprattutto il volto umano e pacifico del riformismo che però nasconde denti di acciaio. In questa fase regna la pace, ma si tratta di una "pace armata". Al contrario, nella fase di crisi economica appaiono soprattutto le armi e il rapporto Stato-società si militarizza sempre più. Non per questo lo Stato imperialista rinuncia all'uso del riformismo. Solo che ora esso, avendo perduto la sua base materiale si trasforma in "pura ideologia" e tende ad assumere la funzione di "controllore delle masse", di "polizia antiproletaria".

In questa fase lo scontro tra rivoluzione e controrivoluzione si fa sempre più generalizzato e si entra così in una nuova fase: la guerra!

Il processo di controrivoluzione preventiva che caratterizza il movimento della borghesia imperialista in questa fase impone alle forze rivoluzionarie una nuova elaborazione della strategia per la presa del potere e quindi anche dei principi e delle forme organizzative.

Non avendosi più una fase politica separata da quella militare perché nello Stato imperialista riforma e annientamento sono coesistenti e funzionali, l'unica possibilità di praticare il terreno politico dello scontro si dà con il fucile in mano.

La strategia insurrezionalista di derivazione terzinternazionalista esce dalla storia e fa il suo ingresso la guerriglia, la guerra di classe di lunga durata.

Nella fase che abbiamo definito di "pace armata" (e cioè nella fase di espansione del ciclo in cui è prevalente l'uso degli strumenti riformistici su quelli più apertamente repressivi) dal lato delle forze rivoluzionarie prevale la tattica della propaganda armata mentre nella fase della "guerra" (e cioè nella fase di crisi del ciclo in cui diventano prevalenti gli strumenti di repressione e annientamento dei comportamenti antagonisti della classe) dal lato delle forze rivoluzionarie prevale la pratica della guerra civile rivoluzionaria. Lo Stato imperialista delle multinazionali non è fascista né socialdemocratico

Nel passaggio dalla pace armata alla guerra si fa sempre più diretto e generalizzato lo scontro rivoluzione-controrivoluzione, ma non si ha però, come alcuni sostengono, una trasformazione dello Stato democratico in Stato fascista. Ci troviamo invece sempre in presenza di uno Stato che, ristrutturandosi, ha subito delle modificazioni nel peso specifico dei suoi componenti fondamentali: prima gli strumenti pacifico-riformisti avevano il predominio sugli strumenti militari-repressivi, ora invece l'annientamento predomina e subordina a sé la funzione riformista.

Fascismo e socialdemocrazia sono state forme politiche oscillanti che il potere della borghesia ha assunto nella fase del capitalismo monopolistico nazionale. Possiamo aggiungere ancora, semplificando al massimo, che fascismo e socialdemocrazia si sono, nella storia, reciprocamente esclusi. Nello stato imperialista invece, la sostanza di queste forme politiche coesiste, dando luogo ad un "regime" originale che perciò non è fascista né socialdemocratico, ma rappresenta un superamento dialettico di entrambe.

Alcuni definiscono la fase di transizione dalla pace armata alla guerra come processo di fascistizzazione e la forma politica dello Stato in questa fase come "nuovo fascismo".

Queste due categorie, anche se colgono alcuni aspetti del fenomeno, non riescono però a scavare in profondità e introducono così notevoli elementi di confusione.

Innanzitutto il fascismo non è un fenomeno metastorico (cioè al di fuori della storia), ma rappresenta la forma assunta dallo Stato borghese in una data fase di sviluppo delle forze produttive (capitalismo monopolistico a base nazionale) e come tale presenta specificità non riscontrabili nello Stato imperialista delle multinazionali.

Dello Stato fascista, lo Stato imperialista recupera, perfezionandolo e mistificandolo, tutto l'apparato della controrivoluzione preventiva, scartandone però tutto il bagaglio angustamente nazionalistico (esasperata coscienza nazionale, autarchia).

C'è inoltre un altro aspetto da tener presente: il fascismo ha dovuto conquistare dall'"esterno" il vecchio Stato liberale, rimodellandolo poi sul suo progetto strategico; ora invece la conquista degli apparati da parte del personale politico della borghesia imperialista procede esclusivamente per "linee interne". Lo Stato imperialista non è dunque fascista.

Il concetto di fascistizzazione appare non solo riduttivo ma anche falsante nella misura in cui non ci consente di cogliere il nuovo carattere della "violenza concentrata" né il rapporto organico che essa stringe con le pratiche di integrazione riformista.

Altri in questa fase di transizione credono di scorgere una tendenza alla trasformazione dello Stato in senso socialdemocratico e si chiedono se la socialdemocrazia rappresenti o meno la via d'uscita alla crisi imperialistica e, più precisamente, se il PCI si accinga o meno a fare il suo ingresso nell'area di potere. Questo quesito ne contiene in sé un altro, cioè se il PCI sia o meno un partito socialdemocratico.

Tra socialdemocrazia e riformismo moderno le differenze sono numerose ed alcune di fondo. La socialdemocrazia è un fenomeno tipico di quelle fasi dello sviluppo capitalistico in cui le crisi seguono ancora un andamento ciclico: uscendo dai periodi di depressione, il capitalismo può, ricorrendo ad una politica riformista, "corrompere gli strati di aristocrazia operaia" che costituisca la base di massa della socialdemocrazia storica.

In altre parole, la possibilità di una ripresa produttiva consente alla borghesia un margine di contrattazione reale con la "destra operaia": ciò provoca, tra gli altri effetti, l'integrazione dei gruppi dirigenti dei partiti riformisti all'interno del blocco sociale che detiene il potere. L'alleanza tra borghesia e riformismo è dunque di natura sociale, oltre che politica: i socialdemocratici e gli "operai professionali" si schierano a fianco del padrone perché con esso hanno interessi reali comuni (la ripresa dell'accumulazione e la ristrutturazione produttiva) e perché ambiscono a diventare essi stessi padroni con fondate possibilità di riuscire a divenirlo. Inoltre, le particolari caratteristiche dello Stato in questa fase della storia del capitalismo facilitano l'ingresso della socialdemocrazia in quel governo che è da sempre l'anticamera del potere: lo Stato, ancora relativamente autonomo dall'economia, giustifica in qualche misura l'illusione che sia possibile la sua conquista ed il suo utilizzo da parte della classe operaia.

Questi dati oggi non si danno più. La crisi del sistema imperialista non è prevedibile che sfoci in una ripresa dell'accumulazione, sia perché l'economia è entrata in una fase di stagnazione da cui si risolleverà solo con la guerra per una diversa ripartizione dei mercati, sia perché le politiche economiche adottate dagli stati tendono a restringere, anziché ad ampliare, la base produttiva. Mancano di conseguenza, tanto le basi strutturali (natura e andamento della crisi) quanto quelle soggettive (politiche dei governi e degli stati) per rendere possibile l'integrazione dei revisionisti in un blocco sociale che persegua una politica di tipo riformistico. O meglio: è ancora possibile che i revisionisti (il loro gruppo dirigente) siano temporaneamente ospitati all'interno del Governo, ma è escluso che esistano le condizioni per integrare strati di aristocrazia operaia o di ceti medi all'interno di un blocco di potere incaricato di gestire un tipo di sviluppo che non si può più dare, stante il carattere imperialistico e multinazionale del capitalismo della nostra epoca. Che cosa, infatti, possono concedere i capitalisti all'operaio professionale in cambio della sua collaborazione se non la cassa integrazione, licenziamenti, aumento dello sfruttamento e progressiva ma costante riduzione del potere d'acquisto dei salari? E comunque, al di là delle contropartite materiali, in quale ipotesi di sviluppo possono essere coinvolte, anche soltanto ideologicamente, quelle fasce di aristocrazie operaie che hanno ormai esaurito il loro potenziale progressista dal punto di vista del capitale?

L'assenza delle condizioni strutturali per la formazione di un nuovo blocco sociale di potere non esclude tutte le caratteristiche di questo rapporto che, d'altra parte, dipendono dalla situazione di classe, oltre che dal livello delle forze produttive.

Se a pagare il prezzo dell'ascesa al potere della socialdemocrazia storica furono prima di tutto i contadini, dal momento che la ripresa dell'accumulazione avveniva a scapito della campagna, oggi il rapporto preferenziale della borghesia imperialista con i revisionisti si fonda sull'individuazione del "proletariato emarginato" come variabile di cui è indispensabile detenere il controllo.

In altre parole, l'operaio professionale « dovrebbe diventare, simultaneamente, un vero e proprio soldato della produzione e funzionare come poliziotto sia nei confronti dei compagni di lavoro, sia soprattutto nei confronti della massa dei proletari marginalizzati della grande metropoli ».

Per tutti questi motivi è inevitabile che la politica dei revisionisti perda progressivamente tutti i propri tratti riformistici per assumerne di apertamente repressivi: da progressiva, la funzione del PCI diventa così, di fatto ed indipendentemente dalla volontà dei suoi militanti, conservatrice, finalizzata com'è ad esercitare un rigido controllo sul mercato del lavoro e ad organizzare il consenso attorno ad un progetto di sviluppo economico e sociale che, essendo per la natura dell'imperialismo, incapace di mobilitare e coinvolgere le masse (com'era riuscito a fare ad esempio il fascismo), costringerà sempre di più i revisionisti a ricorrere a strumenti coercitivi e ad imporre forzatamente il consenso, anziché a sollecitarlo e ad interpretarlo.

Questo avverrà perché, se l'imperialismo è capitalismo in putrefazione non si dà ulteriore sviluppo delle forze produttive senza sconvolgimento dei rapporti di produzione corrispondenti, ciò significa che la necessità di mantenerli inalterati si dovrà scontrare con la volontà di modificarli e che i partiti riformisti di tradizione operaia, da strumenti per la pace sociale si trasformeranno in altrettanti strumenti per la guerra civile.

In questo senso è possibile sostenere che i revisionisti sono al servizio dello Stato imperialista delle multinazionali e che la contraddizione con il revisionismo moderno, oltre ad essere antagonistica, va affrontata anche sul piano militare. Già oggi grazie alla mediazione dei revisionisti, la militarizzazione si estende dalla fabbrica al quartiere, ai rapporti interpersonali, alle famiglie, in una catena di rapporti sociali gerarchizzati e violenti, dominati dalle leggi di una società repressiva che l'imperialismo vorrebbe sempre più simile ad un lager di milioni di produttori.

Va tenuto presente, inoltre che, una delle ragioni per cui l'alleanza con il revisionismo moderno è auspicabile per la borghesia, consiste nella possibilità di penetrare più agevolmente nei mercati dell'Est europeo.

Oltre che dei progetti politici delle multinazionali nel loro complesso, il PCI è anche e soprattutto al servizio dello Stato imperialista in quanto imprenditore esso stesso: in questo caso il ruolo del PCI cessa di essere puramente subalterno, per divenire attivo, assumendo i caratteri riformistici di una ipotesi evoluzionistica e gradualistica di transizione al socialismo. La duplicità della funzione e della natura del PCI (da una parte, funzione poliziesca e natura conservatrice; dall'altra, funzione razionalizzatrice e natura riformistica) è probabile stia al fondo dei suoi successi elettorali e della sua "tenuta" in presenza di una lotta di classe che tocca i livelli sempre crescenti di maturità.

Se nei confronti dei monopoli e delle multinazionali l'atteggiamento del PCI è indiretto e passa attraverso la mediazione dello Stato, nei confronti dello Stato considerato come capitalista esso stesso, il punto di vista dei revisionisti ha più di un fenomeno teorico e trova giustificazione nel rilievo particolare che ha assunto (già durante il fascismo) e seguita ad assumere l'intervento dello Stato nell'economia italiana.

Alla base delle valutazioni del PCI sta « il recupero delle analisi di Engels e di Lenin sulla natura ambivalente del capitalismo di Stato, cioè è visto da un lato, come punto di massimo sviluppo del capitale e, dall'altro, come punto di sua massima contraddizione (sul quale incidere politicamente), in quanto espressione di una acutizzazione della contraddizione di fondo tra il carattere sempre più sociale della produzione capitalistica e il carattere privato dell'appropriazione del plusvalore ». Da ciò, « una sorta di ottimismo sulla possibilità di 'uso' immediato degli strumenti di intervento statale e in particolare dell'impresa pubblica per fini diversi da quelli per cui sono nati ».

Muovendo da questi presupposti teorici che ignorano non soltanto i rapporti tra Stato e multinazionali (al punto che i revisionisti giungono a favoleggiare un'alleanza fra classe operaia ed impresa pubblica in funzione antimonopolistica) ma persino gli interessi diretti che lo Stato, in quanto imprenditore, ha nella sfera della produzione, è conseguente che riformismo e repressione divengano facce di una stessa medaglia e che il PCI si riveli uno strumento, più o meno decisivo o più o meno accessorio, di divisione della classe operaia, di controllo del mercato del lavoro, di organizzazione del consenso e di repressione dell'autonomia proletaria e della rivoluzione.

All'interno del partito revisionista vive perciò anche una ambiguità tra due tendenze: una che potremmo definire impropriamente "ala sinistra della socialdemocrazia" la quale ha fatto proprio con l'accettazione della NATO anche il sistema di valori occidentali; l'altra che si ispira al "capitalismo di Stato" e che vede il "compromesso" come primo passo tattico in questa direzione. Ciò comporta che il legame tra il partito revisionista e il social-imperialismo sovietico viene a dipendere dalla posizione di maggior forza della seconda corrente rispetto alla prima.

A livello europeo l'ultrarevisionismo cerca di porsi come forza autonoma, forza egemonizzante rispetto ad un'area politica che vede accomunati cani e porci della sinistra della socialdemocrazia, passando per i "vari eurocomunismi" per arrivare alle false incitazioni leniniste tipo Portogallo. Esso si pone nei confronti dell'imperialismo come forza interna-esterna, per questo ispira diffidenza a Carter e ai suoi vassalli europei, i quali sarebbero pure tentati di usarlo, ambiziosamente, in funzione catalizzante del "dissenso" nei paesi dell'Est; ma per il momento resta comunque un'arma a doppio taglio.

L'unica carta che l'ultrarevisionismo pareva avesse in mano, essere cioè garante della "pacificazione" dell'area meridionale dell'Europa, ha perso gran parte del suo valore in seguito allo sviluppo dei movimenti autonomisti di liberazione (ETA, IRA), alla crescita di forme di guerriglia metropolitana (RAF, NAPAP, BR) e alla crescita generalizzata dei movimenti autonomi di massa.

L'unità dell'eurocomunismo (dall'agente della CIA, Carrillo al fratello scemo di De Gaulle, Marchais) è l'unità dell'opportunismo: è l'unità dei rinnegati del marxismo-leninismo, del tradimento delle aspirazioni di emancipazione della classe operaia.

La ristrutturazione industriale

Di pari passo alla riorganizzazione dell'apparato politico militare, la ristrutturazione dell'apparato economico marcia sulla strategia dei grandi gruppi multinazionali che hanno come obiettivo primo quello di riassetare i meccanismi di accumulazione del capitale ormai entrati profondamente in crisi, aumentare i propri profitti, instaurare nuovi livelli di sfruttamento e di controllo sulla classe operaia e nuove forme di dominio sui popoli dei paesi in via di sviluppo, porre il socialimperialismo in posizione di inferiorità e di debolezza.

Per ottenere ciò le multinazionali sono oggi costrette al disperato tentativo di sviluppare i propri mezzi di produzione e la propria base produttiva in due modi principali: il primo è quello di sviluppare su basi tecnologiche più avanzate i propri sistemi di produzione e le produzioni stesse (quindi quelle ad alta intensità di capitale); ciò che dovrebbe permettere loro di ridurre i costi di produzione ed elevare i profitti ed instaurare nuove forme di controllo sulla classe operaia, tende ad approfondire del capitalismo multinazionale, proprio perché in tal modo, nelle metropoli industriali, le forze produttive vengono costantemente compresse. In sostanza, il dilagare della disoccupazione, che è la conseguenza prima della crisi economica è ormai diventato un dato strutturale e progressivo, sia perché la crisi economica tende sempre più ad aggravarsi e si continua ad assistere alla costante chiusura di interi stabilimenti, sia perché l'aggiornamento tecnologico e la riorganizzazione del ciclo produttivo dentro le fabbriche non porta allo sviluppo di nuova occupazione, ma ad un aumento dello sfruttamento e all'espulsione costante e progressiva di operai.

Proprio per queste ragioni, la contraddizione tra proletariato metropolitano e borghesia imperialista tende ad acutizzarsi e maturano sempre più le condizioni di sviluppo della guerra civile.

Il secondo modo che è conseguente al primo, è quello dell'esportazione delle tecnologie e delle produzioni più arretrate (che sono per lo più ad alta intensità di manodopera) nei paesi in via di sviluppo dove ancora sono convenienti, perché qui le multinazionali trovano ancora forza-lavoro a basso costo; se ciò è un mezzo che dovrebbe tendere ad accrescere i profitti delle multinazionali e rappresentare lo strumento fondamentale per la penetrazione e per la costruzione del dominio imperialista sui popoli del terzo mondo, porta con sé il suo aspetto contraddittorio, infatti esso si scontra con le lotte di liberazione dei popoli che sempre più riducono la possibilità delle multinazionali di spadroneggiare tranquillamente nei vari paesi, aumentando dunque l'estensione delle contraddizioni che attanagliano in crisi mortale la borghesia imperialista.

Anche nel nostro paese, dunque, la ristrutturazione economica avviene all'interno della rigida divisione delle aree di produzione e di mercato, attuata a livello internazionale dalle centrali imperialiste, sotto le direttrici e il controllo degli organi sovranazionali (in specifico il FMI, la CEE).

Essa marcia su quattro direttrici principali!

— Sviluppo e ristrutturazione prioritaria dei nuovi settori trainanti a tecnologia più avanzata e cioè, secondo i piani di setto-re della CEE e in base a quanto stabilito nella "legge di riconversione industriale" essi sono: il nucleare nel campo energetico; gli acciai speciali, nel campo siderurgico; l'informatica nel campo dell'elettronica, e ancora la chimica, la cantieristica, le fibre.

— In tutti gli altri settori si ha un generale adeguamento tecnologico, soprattutto attraverso lo sviluppo delle lavorazioni a più alta intensità di capitale: ciò avviene con il massiccio insediamento di sistemi di produzione con macchine superautomatizzate, con l'uso dei robot, con l'enorme utilizzo dell'elettronica (macchine a controllo numerico, cervelli elettronici) nel programmare e controllare automaticamente interi processi produttivi che prima richiedevano decine di operai.

— Sviluppo del settore bellico nel quale in termini strategici, la produzione si espanderà scopre più (il che non vuol dire nuova occupazione), poiché come abbiamo già detto l'imperialismo da un lato si sta preparando alla terza guerra mondiale e dall'altro si trova già impegnato nell'affrontare lo scontro di classe che sempre più si intensifica e si estende nelle sue metropoli. Per questo tutte le fabbriche di produzione bellica hanno una prospettiva di si-cura espansione sia per quanto riguarda le produzioni pesanti (aerei, navi da guerra, ecc.), sia per quelle produzioni in funzioni di antiguerriglia: dalle armi, alle molteplici e sofisticate attrezzature elettroniche (cervelli elettronici per l'immagazzinamento dei dati; nuovi sistemi di trasmissione per CC e PS, sistemi di controllo con fotocellule, tv a circuito chiuso, ecc.), alle jeep, ai mezzi blindati.

— Riconversione di tutta la piccola e media industria in funzione delle multinazionali e addirittura aggregazione di più fabbriche che vanno a formare interi settori produttivi dei grandi gruppi industriali. Gli esempi sono molti: la Fiat, quando ha iniziato la sua ristrutturazione e selezione alle fabbriche e fabbrichette che lavorano per lei; d'altro canto la stessa holding delle macchine utensili della Fiat (CO.MA.U.) è stata costituita centralizzando sotto un'unica direzione le migliori piccole e medie fabbriche che producono nel settore.

Su questa linea di ristrutturazione i grandi gruppi multinazionali (siano essi con base nazionale che straniera) tendono a superare le proprie contraddizioni politiche e ad accordarsi nella spartizione dei profitti derivanti dai vari settori di produzione. È ovvio che gli scontri per accaparrarsi il controllo di maggiori quantità di settori produttivi non verranno mai eliminati, ma si tratta, almeno in questa fase, di contraddizioni secondarie unificate su un unico progetto strategico: quello imperialista.

Non ha più senso dunque parlare di contraddizioni di fondo tra l'industria privata e quella pubblica (PP SS) come blaterano il PCI e i sindacati per imbastire le loro demagogiche strategie economiche. L'esempio più limpido di ciò si è avuto con la spartizione della torta nucleare che ha fatto definire "pace nucleare" l'accordo raggiunto tra Fiat e Finmeccanica. Infatti il confronto si pone oggi tra multinazionali che hanno gli stessi interessi, sia economici che politici, poiché tanto per le fabbriche private che per quelle a Partecipazione Statale, gli obiettivi della ristrutturazione, sia tattici che strategici sono i medesimi.

La disoccupazione, la mobilità forsennata della manodopera non specializzata, l'aumento della produttività e quindi dello sfruttamento, la militarizzazione delle fabbriche sono le

conseguenze logiche di questo criminale progetto che vengono fatte pesantemente pagare alla classe operaia.

Le strutture che nel nostro paese hanno il compito di dirigere e di gestire il progetto di ristrutturazione dell'apparato economico sono l'esecutivo attraverso il CIPI (Comitato Interministeriale per la Politica Industriale) e la Confindustria.

Nel CIPI sono presenti i ministeri economici (Industria, PP SS, Tesoro, Finanze, Cassa del Mezzogiorno) e il presidente della Banca d'Italia. Questo organismo riconferma una delle tendenze fondamentali nella ristrutturazione imperialista dello Stato, cioè quella della massima unificazione dei centri di direzione del potere; questa tendenza punta ad evitare le contraddizioni, per quanto secondarie, che spesso si verificano tra i vari ministeri, e dare quindi all'esecutivo più compattezza e più decisione nello svolgere la sua funzione a servizio delle multinazionali. Il CIPI ha quindi il compito di dirigere e applicare a livello nazionale le linee della ristrutturazione economica decise dagli organi di dominio sovranazionale, sintetizzando ad un livello superiore i poteri decisionali oggi spezzettati tra i vari ministeri del governo.

La Confindustria, come l'esecutivo, è una diretta articolazione degli organi dell'imperialismo però con una funzione diversa: mentre l'esecutivo applica le linee di ristrutturazione economica decise dalle centrali imperialiste, la *Confindustria è diventata di fatto centro di iniziativa padronale che elabora le linee politiche della ristrutturazione imperialista nel settore economico per poi proporre al governo e ai sindacati. Per questo essa rappresenta la mente tecnica e il garante politico al servizio delle multinazionali.*

81

Per adeguarsi alle nuove esigenze poste dallo sviluppo dell'imperialismo, la Confindustria ha iniziato da tempo una profonda ristrutturazione sia politica che organizzativa che ha avuto come tappa fondamentale quella della costruzione al suo interno di una unità politica sulla linea della borghesia multinazionale, questo obiettivo, lanciato nel '70 con il famoso rapporto Pirelli, è stato sancito nel '74 con la presidenza Agnelli ed ha trovato la sua continuità con l'attuale presidenza Carli. Quest'ultimo, pochi mesi dopo il suo insediamento, ha prontamente proposto di unificare la Confindustria con l'Intersind (che rappresenta le PP SS) e la Confapi (che rappresenta una parte delle piccole imprese) proprio perché "non esistono più fondamentali contraddizioni politiche che giustifichino questa divisione" tra padroni; un primo passo su questa strada è già stato fatto: Confindustria e Intersind tratteranno col sindacato allo stesso tavolo il problema delle festività infrasettimanali abolite con l'accordo del gennaio '77.

Su questa linea la Conf. ha superato il suo vecchio ruolo di "sindacato dei padroni privati" per diventare la struttura che, articolando le direttrici di politica economica delle multinazionali, è capace di unificare sotto di sé le divisioni tra piccoli e grandi padroni, tra industria pubblica e privata, nella programmazione dell'economia sul terreno nazionale in tutti i suoi settori. Essa è infatti la struttura che ha il compito di fare proposte e programmi su tutti i principali problemi di ristrutturazione economica e politica. L'altra funzione fondamentale che la Conf. ha all'interno dello Stato imperialista delle multinazionali è quella di procedere alla costruzione del personale dirigente adeguato a gestire la ristrutturazione del processo produttivo. Rispetto a ciò la Conf. sta sviluppando intensamente la formazione quadri a tutti i livelli attraverso apposite scuole e corsi di formazione, e in parallelo sta procedendo alla attivizzazione di uffici e centri studi vecchi e nuovi; l'obiettivo è quello di omogeneizzare tutto il personale dirigente sulla linea politica delle multinazionali, trasformare tutti i padroni e i dirigenti delle industrie in managers che facciano propri i valori dell'efficientismo e dell'imprenditorialità, fornire loro strumenti politici e tecnici per essere preparati a gestire adeguatamente la ristrutturazione economica dello Stato Imperialista delle Multinazionali.

Se la DC è l'asse portante dell'iniziativa globale dell'imperialismo del nostro paese, la Confindustria rappresenta l'asse portante dell'iniziativa imperialista nella ristrutturazione dell'apparato economico.

VIOLENZA PROLETARIA E CONTRORIVOLUZIONE IMPERIALISTA

In questa fase storica, a questo punto della crisi, la pratica della violenza rivoluzionaria è l'unica politica che abbia una possibilità reale di affrontare e risolvere la contraddizione antagonistica che oppone proletariato metropolitano e borghesia imperialistica.

In questa fase la lotta di classe assume, per iniziativa delle avanguardie rivoluzionarie, la forma della guerra. Proprio questo impedisce al nemico di "normalizzare la situazione" e cioè di riportare una vittoria tattica sul movimento di lotta degli ultimi dieci anni e sui bisogni, le aspettative e le speranze che esso ha generato.

È importante ciò che dice Habasch:

«... l'incapacità di distruggere la rivoluzione in una determinata fase è di per sé una vittoria per la rivoluzione. Attraverso questa verità, la politica della violenza si cristallizza come una tradizione delle masse, accelera e approfondisce il processo di formazione del partito... si intensifica progressivamente fino a riportare sul nemico una schiacciante vittoria. »

Certo siamo noi a volere la guerra!

Siamo anche consapevoli del fatto che la pratica della violenza rivoluzionaria spinge il nemico ad affrontarla, lo costringe a muoversi, a vivere sul terreno della guerra: anzi ci proponiamo di far emergere, di stanare la controrivoluzione imperialista dalle pieghe della società "democratica" dove in tempi migliori se ne stava comodamente nascosta!

Ma, detto questo, è necessario far chiarezza su un punto: non siamo noi a "creare" la controrivoluzione. Essa è la forma stessa che assume l'imperialismo nel suo divenire: non è un aspetto ma la sua sostanza. L'imperialismo è controrivoluzione. Far emergere attraverso la pratica della guerriglia questa fondamentale verità è il presupposto necessario della guerra di classe rivoluzionaria nella metropoli.

Fatta questa considerazione si capisce allora perché lo Stato imperialista impegni tutte le sue forze per negare alla violenza proletaria qualsiasi valenza politica. Si capisce, perché, con metodi diretti o indiretti, esso cerca di annientare qualsiasi forza che non escluda nel modo più assoluto dai suoi metodi di lotta il ricorso a forme di violenza rivoluzionaria.

L'ordine sociale che lo Stato imperialista vorrebbe imporre presuppone la riduzione preventiva e generalizzata degli individui umani a "cose", in una società di cose retta in tutte le sue regioni dalle leggi del mercato capitalistico.

È l'ordine impossibile della soppressione delle contraddizioni, del puro svolgersi quantitativo, dell'immutabile, della morte!

Come una bella attrice al volgere dei suoi anni e delle sue fortune, lo Stato imperialista vorrebbe bloccare il tempo, fermare la storia, ma ciò — nonostante la sua potenza — non è proprio possibile.

Anzi, ironia della storia, quanto più la legge del capitale si afferma in tutti gli interstizi della vita sociale e si fa generale, assoluta, tanto più genera, rendendo intollerabile la "qualità della vita", nuovi bisogni di liberazione e più radicali movimenti di lotta.

Ecco, questa è la contraddizione che sta portando la borghesia imperialista verso la sconfitta e che ci spiega perché essa non può ammettere, né tollerare, contraddizioni e comportamenti di classe antagonistici; perché non può riconoscerli se non come "devianze criminaloidi", "terrorismo", "insorgenze irrazionali", per usare una divertente definizione del ministro, "manifestazioni di follia ideologizzante".

In questo quadro la pretesa inaccettabile della borghesia imperialista recita così l'opposizione al regime per essere "politica" e con ciò legittima e tollerata, non deve manifestarsi come antagonismo in atto. Cioè deve accettare di svolgersi interamente

dentro il cerchio magico tracciato dalle sue leggi, dalle sue convenzioni e dai suoi codici di comportamento sociale "normale". L'alternativa è: crimine!

Ferma questa pretesa, anche il concetto di "reato politico", mai negato dalle democrazie liberali, non ha più spazio per resistere. Diventa una contraddizione in termini: le due parti che compongono il concetto non sono forse assolutamente incompatibili? Come dire, gli "atti" politici, in quanto interni a leggi, patti, convenzioni, codici, non possono assumere la forma di reati. Se ciò avviene vuoi dire che hanno sconfinato, dunque sono crimini.

È fin troppo evidente che se questa tesi venisse accettata dalle classi subalterne ne determinerebbe automaticamente la subordinazione perenne al dominio della borghesia imperialista. Ma non c'è da spaventarsi perché in realtà questa tesi-limite non si dà come storicamente possibile in quanto il modo di produzione capitalistico non potrà mai impedire lo sviluppo delle forze produttive e quindi l'insorgere delle contraddizioni che determinano le condizioni dello scontro rivoluzionario.

Una nuova figura proletaria il "criminale politico" ovvero il guerrigliero urbano

La dichiarata contraddittorietà del concetto di reato politico non porta, come potrebbe sembrare a prima vista, alla sua rimozione: l'obiettivo della borghesia imperialista non è infatti quello di degradare i militanti rivoluzionari, criminalizzando le loro azioni al basso rango di "criminali comuni". Vi è sì la volontà di "andare fino in fondo all'opera di criminalizzazione della lotta politica, definendo criminali non solo i rivoluzionari, i compagni che lottano con o senza armi alla mano contro il capitale multinazionale, ma tutti coloro che escono dalla sempre più rigida norma giuridica e di comportamento fissata dalla borghesia"; ma l'operazione è assai più complessa e perfida ed è tutt'ora solo confusamente delineata. Infatti se è vero che i militanti rivoluzionari, in quanto interpreti di azioni classificate "criminali", vengono puniti per questi "crimini" è anche più vero che, avendo essi la pretesa di considerarsi in guerra contro lo Stato, totalizzano una pena speciale, un trattamento speciale; criminali sì, ma criminali speciali!

Criminale speciale è sinonimo di "criminale assoluto" o anche "anarco-nichilista", "terrorista". Ma se questi sono i termini preferiti dagli specialisti della guerra psicologica, la figura politica che essi connotano per gli apparati di repressione è molto meno indeterminata: si tratta del nemico interno.

Negato a parole lo "status" politico del nemico interno viene perfettamente riconosciuto nella sostanza del trattamento differenziato. Anzi, prima di tutto per "ciò che è" e solo in seconda istanza "per ciò che ha fatto".

La domanda centrale della borghesia imperialista non è più "che cosa hai fatto". Ma diventa "chi sei"? È la tua identità che interessa più di ogni altra cosa perché è questa che deve essere annientata. Il trattamento differenziato in tutte le sue fasi (lotta, processo, prigionia) è orientato proprio a questo scopo! liquidare la tua identità.

Identità politica per il militante rivoluzionario significa prima di tutto: partito. E nei principi, nella strategia, nel programma, nella disciplina del Partito che egli autonomamente e liberamente si riconosce.

Ed è affermando nella pratica della guerra di classe questo patrimonio proletario che egli viene riconosciuto dal popolo, perché il Partito rivoluzionario è l'espressione più alta della maturità, della coscienza, dell'organizzazione della classe. Nell'azione collettiva di Partito il combattente comunista afferma la sua identità; nella negazione di questa dimensione, attraverso la divisione, l'isolamento sociale, l'isolamento di gruppo ed infine l'annientamento fisico, il porco imperialista cerca di distruggerla.

I tecnici della guerra controrivoluzionaria riducono l'azione collettiva ad una somma di comportamenti individuali, li separano dalle loro motivazioni e tra di loro; così facendo tentano di togliere loro la capacità di rappresentare un messaggio. Quindi criminalizzano, li psichiatrizzano e li colpiscono per distruggerli. I tecnici della guerra

controrivoluzionaria negando il diritto all'esistenza, all'antagonismo proletario organizzato, trasfigurano i militanti in singole unità criminali, senza storia né spessore politico.

Più che di criminalizzazione bisogna parlare dunque di genocidio politico, perché questa è l'essenza più profonda della contro-rivoluzione imperialista.

Ma questo attacco al singolo militante, individualizzato e separato, non può riuscire a cogliere, se non da un punto di vista tattico, una vera vittoria sul Partito come coscienza collettiva, di classe. Paradossalmente infatti, a mano a mano che la controrivoluzione imperialista vomita la sua violenza, matura la forza rivoluzionaria e sfuggendogli la dimensione di Partito che marca l'azione di ogni militante, pur riuscendo a distruggere singoli militanti, non riuscirà mai a distruggere strategicamente il partito.

Al punto della sua massima forza controrivoluzionaria l'imperialismo svela la propria miseria e la propria debolezza'

Il patto di mutua assistenza repressiva tra gli stati imperialisti Una conseguenza logica della opposizione rigida tra "crimini" e "politica" e dell'individuazione del guerrigliero urbano come nemico comune di tutti gli Stati imperialisti, è la attuazione di un Patto di mutua assistenza repressiva e di istituzioni trans-nazionali che lo rendono operativo. Questo Patto ha il suo cuore nella convenzione europea per la repressione del terrorismo". Ricordiamo perciò sinteticamente il problema.

Il progetto di questa Convenzione è stato messo a punto a partire dall'ottobre '75 dal Comitato Europeo per i problemi criminali. Nel maggio '76 "vista l'urgenza del problema" lo stesso Comitato approva una bozza che i 19 Stati membri del Consiglio dei ministri della Comunità discuteranno e approveranno a loro volta il 27 gennaio '77.

La Convenzione si compone di un breve preambolo e di sedici articoli. Nel preambolo si sostiene che: « ... gli stati membri del Consiglio d'Europa... coscienti della crescente inquietudine creata dal moltiplicarsi degli atti del terrorismo; augurandosi che misure efficaci siano prese affinché gli autori di tali atti non sfuggano all'incriminazione e alla punizione; convinti che l'estradizione è un mezzo particolarmente efficace per raggiungere questo risultato han-no raggiunto l'accordo sui vari articoli ».

Due sono gli articoli decisivi. Nel primo si elencano i reati che non saranno considerati reati politici, o connessi- a reati politici, o ispirati da cause politiche. E cioè: reati connessi a sequestri di aerei; reati gravi costituiti dall'attentato alla vita, alla integrità fisica o alla libertà delle persone che hanno diritto ad una protezione internazionale, compresi gli agenti diplomatici, e si aggiunge « ... il tentativo di commettere uno dei reati su citati o la partecipazione come correo o complice di una persona che commette o cerca di commettere un tale reato ».

Nel secondo, forse temendo che qualcosa potesse sfuggire alla rigidità dell'elenco precedente, gli estensori precisano che « ... per la necessità di estradizione... gli Stati membri potranno non considerare politico ogni altro atto grave di violenza diretto contro la vita, l'integrità fisica, la libertà o i beni delle persone. O anche il solo tentativo di commetterli ». Dunque « ... convinti che l'estradizione è un mezzo particolarmente efficace per combattere le manifestazioni del terrorismo internazionale» gli Stati membri della Comunità « si associano in un Patto ».

Tecnicamente l'estradizione è un atto amministrativo internazionale di mutua assistenza repressiva mediante il quale uno Stato consegna ad un altro, o riceve da esso, un imputato o condannato per sottoporlo a procedimento penale o all'esecuzione di una condanna.

Politicamente l'estradizione è uno strumento internazionale della guerra di classe contro i rivoluzionari. Questo è il suo aspetto principale. Questo Patto, ufficializzato con la Convenzione, fissa i nuovi livelli raggiunti dal processo di internazionalizzazione dei modelli di repressione, attivi negli Stati dello spezzone europeo della catena imperialista. E cioè fa propri ed estende a livello continentale i contenuti degli impianti repressivi negli

Stati più potenti e contemporaneamente affida a nuove istituzioni transnazionali il potere di renderli operanti nell'interesse comune. Questo processo di concentrazione e centralizzazione della repressione imperialista in istituzioni trans-nazionali è strategicamente funzionale alle necessità di intervento omogeneo ed esteso su tutta l'area continentale e standardizzato al livello più alto proprio delle maggiori potenze della catena gerarchica.

Tuttavia non dobbiamo trascurare un fatto: si tratta di una centralizzazione che lascia ancora alle macchine repressive specifiche di ciascun paese margini di intervento e di autonomia relativamente ampi e differenziati. Ciò anche a causa della complessità e disomogeneità delle strutture di classe e delle forze differenti di movimenti rivoluzionari nei diversi paesi, che non consentono un andamento lineare e contemporaneamente alla operazione di ristrutturazione, nella crisi, degli apparati di repressione-controllo.

Dal Patto di mutua assistenza repressiva all'organizzazione comune di polizia

Il processo di internazionalizzazione delle strategie politiche, dei metodi e delle pratiche della guerra di classe controrivoluzionaria a livello degli Stati Europei procede da vari anni. Futile enucleare alcune tappe salienti di questo processo poiché, essendosi svolto con molta discrezione, per non dire "clandestinamente", gli obbiettivi che esso ha già consolidato non sono ancora stati individuati dal Movimento rivoluzionario nella loro portata strategica. L'esposizione cronologica ci appare la più indicata per fornire una visione d'insieme del problema ().

Il processo di concentrazione e centralizzazione del potere della borghesia imperialista in istituti sovranazionali-transnazionali, lungi dal risolvere il problema del rilancio dell'accumulazione a livello di sistema aggraverà tutte le contraddizioni interne e perciò, anche, favorirà lo sviluppo della guerra di classe. Ciò che però interessa mettere in evidenza è che nella nuova situazione che il nemico di classe va costituendo, l'azione rivoluzionaria e la risposta controrivoluzionaria vengono a trovarsi in una relazione non simmetrica e non immediatamente deducibile dalle semplici relazioni di potere (rapporti di forza) in cui apparentemente si trovano dentro i singoli stati-nazionali, che per il proletariato metropolitano la contraddizione classe-stato assume immediatamente il carattere di contraddizione antimperialista; che questo non vuol dire necessariamente tra classe e apparati sovranazionali, ma contraddizione tra classe e determinazioni nazionali del potere imperialista, vale a dire tra classe e Stato imperialista.

In breve: anche contro tensioni rivoluzionarie localizzate, interviene « e ciò è possibile proprio per la nuova struttura del potere » sempre tutta intera la forza, la tecnologia e l'intelligenza degli apparati imperialisti. Il "piano CEE per la repressione del terrorismo", "l'organizzazione comune di polizia", ecc., non sono semplici atti burocratici dei vari governi o dei vari ministri, ma tatti nuovi che non devono essere sottovalutati perché modificano i termini della guerra.

Gli apparati della controrivoluzione preventiva nel nostro paese

L'atto comune contro il terrorismo, stretto più o meno ufficialmente dai partiti del cosiddetto "arco costituzionale" a partire dal gennaio del '77, è in un certo senso l'elemento necessario che consente l'incastro della iniziativa controrivoluzionaria regionale dentro il piano europeo abbozzato prima con l'impegno politico firmato dai capi di governo della CEE nel giugno '76, poi con l'accordo poliziesco concordato ai primi di luglio '76 dai ministri degli Interni e, infine, con la convenzione europea per la repressione del terrorismo. Non a caso Andreotti introducendo il dibattito parlamentare ha fatto un esplicito riferimento alla necessità di un sempre più stretto accordo tra la politica d'ordine continentale e l'iniziativa locale. Lo sviluppo di questa iniziativa è sotto i nostri occhi e anzi più si rafforza la capacità offensiva delle forze rivoluzionarie più esse accelera il suo corso.

Pur seguendo tempi propri, dovuti alla particolarità della situazione italiana, questo processo è perfettamente omogeneo alle tendenze operanti su tutta l'area continentale. Ne considereremo qui cinque direttrici fondamentali.

A - I corpi antiguerriglia

La direzione unificata a livello continentale dei processi di riorganizzazione delle forze di polizia (sia sul piano tecnico che della strategia operativa) e la tendenza a creare "forze antiguerriglia" integrate tra i paesi della CEE, sono le principali forme di movimento della controrivoluzione preventiva nell'area europea.

Interessa qui la forma attraverso cui questa tendenza si afferma nel nostro paese. Come abbiamo visto vari corpi antiguerriglia europei trovano nell'esecutivo della CEE la loro espressione politica e nelle riunioni periodiche dei ministri degli Interni (cui partecipano i responsabili delle forze di polizia), oltre che delle commissioni composte da alti funzionari dei diversi ministeri, il loro strumento operativo ma è la NATO l'organismo politico-militare a cui l'imperialismo affida il ruolo dirigente, sia per quanto riguarda la difesa contro il "nemico esterno" che per l'annientamento del "nemico interno".

L'integrazione tra "antiguerriglia" e "servizi segreti" — a loro volta controllati continentalmente dalla NATO — lo dimostra ampiamente. In pratica la ristrutturazione dei corpi di polizia procede su due direttrici. Da una parte si sviluppa la collaborazione internazionale, dall'altra si creano le basi per una organizzazione comune.

Gli obbiettivi della collaborazione internazionale sono l'innalzamento qualitativo generale della capacità di risposta degli stati nazionali all'iniziativa rivoluzionaria e l'unificazione della contro-guerriglia ai livelli più alti raggiunti dagli stati imperialisti dominanti. Questo non esclude la differenziazione delle tecniche e delle strategie di fronte alle caratteristiche particolari della guerra di classe nelle diverse aree. Al contrario, il "patto di mutua assistenza" tra le forze controrivoluzionarie favorisce la tendenza alla "specializzazione" e la elaborazione di nuove tecniche repressive, sia concentrando l'intera forza dell'apparato imperialista contro tensioni rivoluzionarie localizzate, sia riproducendo in forma generalizzata sull'intera area metropolitana i risultati delle esperienze più avanzate. Ciò porta alla diffusione su scala continentale di forme, tecniche, strutture organizzative simili per vari corpi antiguerriglia.

A conferma di come questa tendenza trovi anche nel nostro paese il suo sviluppo operativo occorre individuare le linee di movimento sulle quali il progetto di controrivoluzione preventiva viene articolandosi. È pertanto di significativo interesse — al fine di meglio esplicitare il nostro discorso — osservare i termini in cui si è venuta affermando la ristrutturazione dei servizi segreti, oggetto, sino a qualche tempo fa, di profonde lacerazioni interne che ne riducevano in notevole misura le potenzialità operative. (Contraddizioni che peraltro non sono affatto risolte). Ristrutturazione in chiave efficientista, finalizzata nella sua strategia a compattare e rendere attive tutte le forze attualmente disponibili (in materia di apparati coercitivi) sulla base di un programma di annientamento preventivo di tutte quelle insorgenze che esprimono una tensione rivoluzionaria reale e che costituiscono perciò stesso una fonte destabilizzatrice del sistema imperialista.

Sono quindi stati costituiti, su modello simile allo "Special Branch" inglese due organismi: il SISMI (servizio informazioni sicurezza militare) ed il SISDE (servizio informazione sicurezza democratica) i quali segnano indubbiamente un salto di qualità rispetto al passato, quando due strutture parallele — per quel che riguarda le attività di controguerriglia — coesistevano all'interno dello stesso Stato, delle quali una faceva capo al ministro degli Interni (NAT/SdS), l'altra direttamente collegata all'apparato militare dei CC (Nuclei investigativi/Dalla Chiesa), ma operanti in modo del tutto disomogeneo e addirittura in aperta rivalità tra loro. Nella nuova riorganizzazione invece, tutte le strutture sono integrate e poste sotto la direzione dell'esecutivo che essendo l'appendice

politica, a livello nazionale, dei centri del comando imperialista ne centralizza tutta l'attività.

Non stupisce di certo che la NATO abbia "premiato" per bocca di Andreotti un corpo speciale qual è quello dell'arma dei carabinieri, ponendo alla testa dei nuovi servizi di sicurezza due generali che in essa hanno ricoperto e ricoprono incarichi di considerevole responsabilità: Gen. Santovito e Gen. Grassini, rispettivamente capo del SISMI e del SISDE.

Da sempre infatti i CC sono la punta di diamante della controrivoluzione, e non a caso, essendo parte integrante dell'esercito sono posti di conseguenza sotto il diretto controllo della NATO che potendo disporre in tal modo di un apparato efficiente, dotato dei più sofisticati mezzi della tecnologia moderna, fidato, con una complessa e capillare struttura che abbraccia l'intera area nazionale, ne fa automaticamente l'asse portante di questo progetto. A scapito naturalmente del Corpo di PS, il quale percorso da tutta una serie di contraddizioni interne che ne rendono precario l'equilibrio, è ormai ritenuto di scarsa fidabilità quand'anche non inquinato dai "germi del sovversivismo" (vedi richieste di smilitarizzazione e democratizzazione del corpo). È inevitabile quindi che i suoi margini di autonomia vengano restringendosi di pari passo con l'accentramento di tutti i poteri nelle mani dell'esecutivo. Si tratta di vedere ora questa ristrutturazione nei suoi termini reali a partire dagli obbiettivi che nei tempi brevi essa intende realizzare per poter essere all'altezza dei nuovi compiti che l'incalzare dell'iniziativa rivoluzionaria pone allo Stato imperialista.

Questi sono nell'ordine:

- a) aggiornamento delle strategie e delle tecniche;
- b) adeguamento delle strutture e dei mezzi;
- c) rinnovamento dell'istruzione e dell'addestramento;
- d) impiego unitario e di coordinamento di tutte le forze di antiguerriglia.

Ovviamente i due nuovi servizi hanno funzioni differenziate essendo il SISMI un organismo che assolve essenzialmente a funzioni di spionaggio e controspionaggio militare, mentre il SISDE è preposto a organizzare l'annientamento della guerriglia nelle sue espressioni organizzate, per cui è di quest'ultimo che ci occuperemo più a fondo.

È comunque da rilevare che il compito di coordinare l'attività dei due organismi spetta al CESIS (Comitato Esecutivo per i Servizi di Informazione e Sicurezza) che dipende direttamente dall'Esecutivo e più in particolare dal presidente del Consiglio (che ne nomina i membri) al quale dovrà fornire di volta in volta una analisi di tutti gli elementi e i dati trasmessi dai due servizi, sviluppando al massimo il lavoro di ricerca e di elaborazione dei medesimi, curando inoltre i rapporti di collaborazione-integrazione con servizi analoghi operanti negli altri Stati della catena imperialista. Rispetto alle mansioni che il SISMI e il SISDE svolgono, occorre tener presente che essi funzionano esclusivamente da organi informativi e di direzione delle operazioni di controguerriglia, senza peraltro intervenire specificatamente sul terreno militare che spetterà invece ad alcune sezioni speciali dei vari corpi di PS, CC, GdF.

Sono stati soppressi gli uffici politici distaccati nelle varie questure e sostituiti in ciascuna di esse da una "Divisione per le Investigazioni Generali e per le Operazioni Speciali" (DIGOS) che a loro volta fanno capo ad un "ufficio centrale" alla direzione generale di PS. Si potrebbe essere indotti a credere che in tal modo la PS resta ugualmente in grado di sviluppare autonomamente i propri piani operativi, ma non è così se si considera che il settore dell'informatica (decisivo in questo campo) è oramai, in larga misura, sotto il totale controllo del SISDE e quindi dei CC. Essi hanno visto così accrescere enormemente i loro poteri mantenendo pressoché inalterata la propria "autonomia" (in tal senso hanno già

provveduto a costituire dei loro reparti operativi), configurandosi pertanto come il corpo strategico della controrivoluzione preventiva in Italia.

Sotto la direzione strategica del SISDE operano quindi delle vere e proprie sezioni speciali in funzione di braccio armato dello Stato imperialista. All'interno di queste "sezioni" sono già state create delle speciali "squadre anticommando" composte da uomini selezionati e altamente addestrati per operare in concomitanza con altri reparti simili dei paesi CEE (tipo GSG - 9 tedeschi).

In due occasioni sono state effettuate azioni combinate con passaggio delle frontiere, questo particolare, che rispecchia la logica di guerra applicata all'imperialismo in diverse operazioni "offensive" (Entebbe, Mogadiscio) è un segno indicativo del carattere internazionale che ha già assunto la guerra di classe sul continente. Esso indica la determinazione imperialista di risolvere con un intervento diretto quelle situazioni che squilibrano la stabilità degli anelli deboli della catena.

Il ruolo di questi organi di polizia dello stato imperialista è quindi quello di "braccio armato" dell'Esecutivo, così come tutti gli apparati di dominio, di costrizione, di consenso forzato e di legittimazione. Tuttavia, l'espressione "stato di polizia", da noi usata in precedenti documenti per definire la militarizzazione progressiva delle istituzioni, può creare confusione poiché non riflette esattamente il particolare rapporto che intercorre tra riorganizzazione delle strutture dell'antiguerriglia e crisi-ristrutturazione dello Stato imperialista. La crescita del peso politico di questi corpi speciali e di chi li dirige nel nuovo assetto dello "Stato riformato", rappresenta solo uno degli aspetti dell'attuale situazione: in realtà ad esso fa riscontro una completa subordinazione di queste forze all'Esecutivo ed alle sue direttive. La concentrazione del potere nelle mani dell'Esecutivo si realizza indirettamente attraverso gli apparati di dominio.

Ogni allargamento dei poteri istituzionali delle forze di polizia in generale e dei corpi speciali in particolare comporta in queste condizioni un rafforzamento dell'Esecutivo dal momento che quest'ultimo esercita su di essi un controllo diretto ed assoluto. Quindi ciò che appare rafforzamento del particolare (apparati di polizia) è in realtà solo una proiezione del processo di rafforzamento dell'Esecutivo. Pertanto, gli scontri ricorrenti tra due corpi separati dello Stato quali polizia e Magistratura — dove la prima rivendica a sé maggiori spazi di autonomia rispetto alla seconda — non vanno interpretati riduttivamente come manifestazioni "corporative", frutto della lotta tra apparati burocratici. Lo stesso discorso vale per l'impiego delle "circolari interne" (provvedimenti amministrativi) che precludono al Parlamento ogni possibilità d'intervento in questo settore. In effetti, che i vari corpi speciali, nonché quelli di polizia, siano di fatto svincolati dal controllo della Magistratura e del Parlamento, equivale per l'Esecutivo ad una maggiore libertà di azione. Da una parte abbiamo la riorganizzazione degli apparati repressivi ed il loro rafforzamento per mezzo dell'ampliamento dei poteri e la concentrazione; in tal senso vanno intese le leggi sul fermo di polizia, la possibilità di interrogare i fermati, l'autorizzazione per la chiusura dei "covi", le intercettazioni autorizzate non più dal magistrato ma dal ministro degli Interni, l'istituzione di un comitato di coordinamento tra le forze di polizia. Dall'altra invece, la loro diretta e totale subordinazione agli organi dell'esecutivo di cui la riforma-ristrutturazione dei servizi segreti è un esempio quanto mai concreto.

Non è casuale che in tutti gli Stati imperialisti i servizi segreti siano posti al servizio dell'Esecutivo: del primo ministro in Gran Bretagna e Francia, del cancelliere nella RFT, del presidente negli USA: in Italia il presidente del Consiglio dirige entrambi i servizi per tramite di un Comitato Esecutivo nominato, come abbiamo visto, dal primo ministro stesso, mentre prima della riorganizzazione il SID dipendeva dal Capo di Stato Maggiore dell'esercito. Questa figura politica diviene così la massima "autorità nazionale di sicurezza" avvalendosi per le sue deliberazioni di uno speciale ufficio: l'USI (Ufficio

Sicurezza Interna) il quale è strettamente collegato alle determinazioni sovranazionali dal comando imperialista e quindi con la NATO. Infine è ancora il Presidente del Consiglio a decidere in merito alla regolamentazione del "segreto politico-militare".

Dal momento che lo scontro di classe assume i connotati della guerra, anche le funzioni dello Stato si integrano e la distinzione tra politico e militare si risolve in unità. L'esperienza dei vertici interministeriali con la partecipazione di tecnici e militari indica le forme verso cui evolve la struttura di governo dello Stato imperialista: il comitato della crisi come dimensione permanente dell'Esecutivo.

Un discorso a parte merita lo sviluppo di strategie e tecniche antiguerriglia il cui obbiettivo fondamentale è la militarizzazione stabile dei poli metropolitani e l'annientamento delle organizzazioni del movimento di resistenza armata. Le direttrici sulle quali esso marcia sono:

— utilizzazione dell'informatica; introduzione di tecnica di "intelligence" (psicologia, analisi del linguaggio, criptoanalisi...); applicazione dei modelli di guerra nell'occupazione delle aree metropolitane e negli attacchi antimassa; modelli militari di posto di blocco, squadre speciali per i combattenti urbani, perquisizioni domiciliari regolate da leggi di guerra.

— strategie di coinvolgimento delle masse nella "gestione" dell'ordine pubblico: utilizzo dei mass-media, dei partiti, dei sindacati, degli enti locali, ecc.: come organizzatori del consenso e garanti della vigilanza e della "prevenzione sociale in difesa dello Stato".

Annientamento politico-militare del movimento di resistenza proletario: questo è l'obbiettivo perseguito dalla controrivoluzione preventiva. Militarizzazione globale della vita sociale, organizzazione del consenso e mobilitazione reazionaria delle masse, sono le forme complementari della guerra che l'imperialismo combatte nel cuore della metropoli.

B - Il rafforzamento dei meccanismi e degli strumenti di controllo e prevenzione

Nella guerra imperialista controrivoluzionaria la costruzione di una rete di spionaggio totale preventivo è un fronte di attacco che si fa ogni giorno più importante.

«...ci troviamo di fronte ad un disegno dissennato che non rifugge dall'uso di mezzi e tattiche nei confronti delle quali uno Stato che, proprio per essere democratico, non dispone e non può disporre di mezzi di controllo preventivo totale della vita sociale Si trova largamente disarmato...». Questo lamento di Cossiga non ci deve trarre in inganno, infatti, gli esperti della Trilateral gli suggeriscono che « ... ci sono dei limiti potenzialmente auspicabili all'ampliamento indefinito della democrazia politica e questi limiti — aggiungono — sono la condizione di una lunga vita delle democrazie occidentali». Il problema sul terreno politico è dunque risolto! si tratta di fissare questi "limiti" e le applicazioni dell'informatica faranno il resto.

Nello Stato imperialista la tendenza è quella di massimizzare i controlli sociali su tutta la popolazione e in particolare impiantare all'interno di ogni istituzione fondamentale speciali sezioni di spionaggio.

L'uso dei sistemi informatici, di reti di calcolatori consente l'attuazione pratica di questo progetto. Per loro tramite il controllo globale dei nemici interni potrà raggiungere livelli mai guadagnati nelle precedenti dittature. E nello stesso tempo l'area dei nemici interni tenderà a dilatarsi fino a coincidere con l'intera popolazione. Insomma lo Stato imperialista sta preparando per tutti un regime di libertà vigilata!

Già oggi, del resto, varie reti di schedatura catturano in varia misura informazioni su tutti noi. Ricordiamo qui solo le principali:

— controllo e spionaggio preventivo della forza-lavoro nei centri di produzione e nel terziario attuato da polizia di fabbrica e agenzie private. La centralizzazione dell'informazione viene poi effettuata dalle organizzazioni sindacali e padronali

(Confindustria, Intersind) ed eventualmente dai servizi di sicurezza dello Stato; si ricorda a tal proposito "l'edificante" vicenda dello spionaggio Fiat.

— servizi di informazione sicurezza militare (SISMI). La legittimazione della schedatura globale e preventiva del settore militare è stata così motivata dal solito Andreotti: « *la schedatura è una brutta parola che non bisognerebbe usare. Ma facciamo un esempio. Se ci fosse un autonomo o comunque una persona nota per aver fabbricato e detenuto bottiglie molotov non sarebbe proprio il caso di metterlo a guardia di una polveriera...* ».

Così per non correre rischi è meglio controllare tutti!

— schedature dei gruppi rivoluzionari, delle avanguardie politiche e sindacali, dei partiti politici, con particolare riguardo a quelli genericamente di sinistra, degli organismi di base, effettuata dalla divisione per le investigazioni generali, dalla polizia giudiziaria, dal SISDE, ed in particolare dai "corpi speciali antiguerriglia". Il solo "cervello" del ministero degli Interni memorizza die-ci milioni di schede:

— schedature di tutti i carcerati e di ogni rapporto sociale che ognuno di essi intrattiene. Il ministero di GeG dispone di quattro memorizzatori centrali: due Univac (Corte di Cassazione e schedatura dei dipendenti del ministero); un Honeywell (casellario giudiziario); un IBM (schedatura dei detenuti);

— schedatura politica di tutti gli studenti e loro organismi, diretta e centralizzata dal ministero degli Interni attraverso l'ufficio attività assistenziali italiane.

— schedatura del personale degli impianti strategici civili (ad esempio il personale delle centrali nucleari) e controllo della popolazione di tutta l'area circostante.

E l'elenco potrebbe continuare ancora a lungo.

Non dobbiamo sottovalutare l'applicazione dell'informatica alla repressione della lotta di classe perché essa porta con sé, insieme all'efficienza dei calcolatori, l'ideologia che ci sta dentro ed il personale tecnico-militare che li fa funzionare.

Il sistema informativo della polizia USA si chiama IBM. E così l'IBM pubblicizzava questa sua realizzazione: « *... le conoscenze che abbiamo acquisito sull'uso delle informazioni, e che ci permettono di seguire i battiti di un cuore sulla luna, sono adesso messe a profitto dalla polizia per far rispettare le leggi* ».

I sistemi informatici sono monopolio delle multinazionali americane perché oltre a garantire il dominio USA sull'economia mondiale (il settore elettronico è il settore strategico del capitalismo avanzato), garantiscono la esportazione dei suoi modelli di controllo, di un "modo di far polizia", ed esportano perciò anche i livelli di repressione più alti maturati nell'anello più forte dell'imperialismo. Infatti l'esportazione di questi "sistemi" non è solo l'esportazione di tecnologia avanzata, ma anche di un "rapporto di produzione" di una precisa "ideologia". È la schedatura americana che si impone nelle strutture di controllo di tutti gli stati della catena imperialista. E, proprio per questo è anche la formazione di uno strato di tecnici-poliziotti che dirigono il processo di spionaggio preventivo e totale della popolazione.

Una volta c'era la "spia". Oggi, certo, questo triste mestiere svolge ancora una propria specifica funzione, ma l'organizzazione multipla dei controlli attraverso i "sistemi informatici" estesi in tutti i settori della vita sociale, rappresenta un nemico ancora più insidioso. Quante sono le informazioni su ciascuno di noi, su ciascun militante in generale, che lo Stato imperialista immagazzina, centralizza, e può dunque sfruttare in permanenza per rafforzare il suo dominio? È necessario approfondire la nostra conoscenza dei "modelli antiguerriglia" rispetto ai quali viene organizzata la raccolta delle informazioni, dei "sistemi" impiegati e delle "reti di calcolatori" che essi collegano. È indispensabile conoscere il personale tecnico-militare che dirige e fa funzionare questo specifico settore della guerra. È importante attaccare queste reti di controllo far saltare le

sue maglie, disarticolare questi apparati e ciò a partire dal personale tecnico-militare che li dirige, li istruisce e li fa funzionare contro il proletariato.

C - Integrazione delle strutture giudiziarie come braccio dell'esecutivo

La riorganizzazione della Magistratura italiana ha come presupposto fondamentale la riforma del codice di procedura penale. Questa è stata decisa in una riunione congiunta dei ministri della giustizia dei paesi aderenti alla CEE ed ha la funzione di unificare il sistema giuridico italiano con le norme in vigore nei paesi europei ed in particolare con il sistema anglosassone.

Nel processo di eliminazione dei residui "liberali" che oggi si configurano come punti deboli delle istituzioni dello Stato, si realizza una ridefinizione dei rapporti tra esecutivo e giudiziario funzionalizzata alla costruzione di un fronte efficiente e privo di variabili contro la guerra di classe rivoluzionaria.

L'esecutivo tende ad assumere la forma di "comitato della crisi" per la guerra interna. Questo processo implica il suo diretto controllo su ciascuno degli apparati di coercizione. In questo quadro si comprende come l'Esecutivo intervenga con attacchi organici contro ogni "tendenza autonomista" e non controllabile della magistratura e che perciò si configuri come un ostacolo alla sua iniziativa controrivoluzionaria. Il processo qui accennato comporta una ristrutturazione dell'apparato giudiziario che comunque non è priva di contraddizioni.

Il dato più importante è la riorganizzazione verticale dei massimi organi giudiziari attuata con forza dall'Esecutivo attraverso il ministero di GeG. Il senso di questa operazione è quello di dare alla magistratura un assetto organizzativo tale, che faciliti il controllo dall'alto, nonché una struttura gerarchica funzionale alla subordinazione dei settori periferici alle direttive del centro. Piegata quindi ogni velleità "autonomista", la magistratura si presenta come un apparato in cui la volontà dell'Esecutivo si afferma dal centro alle articolazioni per mezzo di alcuni organi dirigenti e strettamente legati tra loro e immediatamente subordinati allo "Stato Maggiore della crisi".

Il principale di questi organi è il Consiglio Superiore della Magistratura opportunamente riformato tempo addietro con l'inserimento a fianco dei magistrati che lo compongono di un gruppo di "esperti" legati ai maggiori partiti. Esso si caratterizza per la sua funzione determinante nel sistema istituzionale. Per la sua struttura il CSM svolge un ruolo di trasmissione della volontà dell'Esecutivo, è il principale organo di controllo tra Esecutivo e giudiziario. Inoltre la sua qualificazione tecnica ne fa un efficiente strumento di consultazione e di coordinamento per la ristrutturazione della organizzazione giudiziaria e dell'ordinamento giuridico.

Fa testo in questo senso l'intervento del CSM in occasione del processo di Torino dopo l'azione Croce. Il massimo organo della Magistratura assume l'iniziativa della sospensione dei termini di carcerazione preventiva; il governo apparentemente si muove in un secondo tempo ratificando con decreto legge la decisione dei giudici. Formalmente è l'esaltazione dello Stato di diritto, ma in realtà, è la massima espressione di dipendenza dalle direttive dell'Esecutivo.

Ai primi di maggio Bonifacio propone per la prima volta una serie di incontri tra rappresentanti del governo, CSM e capi degli uffici giudiziari. Obiettivo: un'indagine con fini operativi sullo stato della Magistratura. A luglio si tiene perfino un convegno sullo stesso argomento in cui il ministro Bonifacio convoca oltre ai membri del CSM altri grossi funzionari dell'amministrazione giudiziaria. È chiaro il fine di questi incontri, a parte il confronto tra le diverse posizioni, è essenzialmente l'affermazione della linea stabilita dal governo.

Lo spazio di "autonomia residua" concesso alla magistratura è limitato alle modalità di applicazione di queste direttive: inoltre il CSM si configura come garante della corrispondenza tra l'assetto interno della magistratura e gli obiettivi contingenti della

politica dell'Esecutivo. Si tratta non solo del controllo sul corretto funzionamento e l'applicazione delle direttive, ma anche del mantenimento dello "status quo" all'interno dell'amministrazione e quindi della ratifica dei provvedimenti disciplinari, ecc.

Per questo il CSM è anche l'organo materiale attraverso cui si realizza il comando dell'Esecutivo sulle strutture giudiziarie. A conferma di ciò è esemplare il provvedimento con cui il CSM esautorava dalle loro funzioni alcuni giudici di sorveglianza, rei di aver applicato alcune norme della riforma penitenziaria in una chiave opposta a quella voluta dall'Esecutivo. Ancora più pesante è l'iniziativa del vice presidente del CSM Bachelet che su direttiva di Bonifacio e del governo incarica i procuratori generali di indagare sulle dichiarazioni politiche di appartenenti a "Magistratura

Democratica" accusandoli di affermazioni in contrasto con l'ordine democratico.

Infine come ultimo e clamoroso esempio attraverso cui questo disegno prende corpo e si palesa in tutte le sue implicazioni, vale la pena qui, mettere bene in evidenza la "ragion di stato" che ha indotto il CSM a decretare, per bocca dei suoi diretti collaboratori, l'assoluzione in favore dei fascisti di ON a Roma ed ai loro degni camerati, Servello in testa, a Milano. È evidente come queste assoluzioni siano state "suggerite" al CSM dall'Esecutivo quale contropartita per i servizi resi dai fascisti in altri tempi e in cambio di quelli che ancora dovranno rendere allo Stato imperialista nella loro qualità di forze di complemento, strumenti di controguerriglia psicologica (con Occorsio infatti si tendeva propriamente a gettare lo scompiglio e la confusione nella sinistra rivoluzionaria e fare da contraltare all'azione Coco), sino a rivestire il ruolo di squadre della morte alle dipendenze dei servizi segreti. Emerge quindi chiaramente il legame organico che nel caso specifico unisce Magistratura ed Esecutivo, questo è il dato saliente; ostinarsi a credere nella presunta "autonomia" della Magistratura equivale a porsi su di un piano puramente idealistico quindi al di fuori di qualsiasi interpretazione della realtà presente. Questo conferma inequivocabilmente una integrazione ed una subordinazione funzionale al progetto politico di cui l'Esecutivo è portavoce.

Naturalmente anche questo processo non è assente da contraddizioni, ma non si tratta, come affermano le correnti democratiche in seno alla Magistratura di una generica contraddizione tra "reazionari" e "progressisti". Questi ultimi vorrebbero che il Parlamento e le forze politiche che in esso sono rappresentate esercitasse un controllo democratico sulla attività della Magistratura, mentre viceversa i reazionari sostengono la linea dei "corpi separati". In realtà entrambe queste linee sono perdenti rispetto a quella che identifica il proprio ruolo all'interno della linea di "integrazione delle strutture giudiziarie come braccio dell'Esecutivo". Questa è attualmente la forza egemone, perno centrale della Magistratura, su cui l'imperialismo ha puntato le sue carte.

A fianco del CSM l'Esecutivo si avvale di altri organismi per esercitare il controllo sulla Magistratura, quali ad esempio: procuratori generali di Corte d'Appello, Capi degli Uffici istruzione.

Parallelamente alla riorganizzazione verticale dei massimi organi giudiziari si afferma la tendenza alla "specializzazione" dei magistrati in particolari settori dell'attività giudiziaria. Questo processo si manifesta nella formazione di nuclei e uffici speciali di magistrati addetti ai procedimenti relativi a reati particolari: "terrorismo", sequestri di persone... Connessa e complementare a questa è l'iniziativa di concentrare i processi per "terrorismo" "eversione" e sequestri, nei Tribunali delle città capoluogo di distretto di Corte d'Appello, iniziativa che — per quanto ci riguarda — porta diritto ai tribunali speciali.

Si realizza qui la completa subordinazione ed integrazione del giudice alle direttive delle forze antiguerriglia e inoltre il massimo controllo dell'Esecutivo sulla conduzione e lo sviluppo di indagini che investono le forze che praticano la guerra di classe rivoluzionaria.

D - Ristrutturazione del carcerario

Le strutture dei Campi di Concentramento e la riorganizzazione dell'ordinamento carcerario sono parte integrante del disegno di ristrutturazione imperialista dello Stato, non si tratta solo di "adeguamento" degli apparati di dominio controrivoluzionario ad una fase diversa, superiore, della guerra, ma di una condizione, di una premessa indispensabile per il salto di qualità che caratterizza nel suo divenire lo Stato imperialista. L'urgenza e la cura con cui l'esecutivo sta affrontando la questione carceraria dimostra il peso che la borghesia attribuisce a questo settore dello scontro di classe nella fase attuale. La controrivoluzione procede con lugubre metodicità. Essa è impegnata a "normalizzare" le condizioni di ordine all'interno delle carceri, a sbaragliare uno strato di classe attualmente debole e isolato! il proletariato prigioniero. Ma le prospettive sono ben altre. Come abbiamo visto il progetto imperialista si snoda intorno ad un asse principale, la costruzione e il potenziamento di organismi sovranazionali di direzione e controllo.

A queste centrali, le potenti multinazionali e la borghesia imperialista che ne è l'espressione, affidano il compito di ristrutturare gli Stati-nazionali sul filo di una controrivoluzione preventiva continentale. È in questo quadro generale che va compresa la sempre più stretta integrazione delle strutture militari di repressione e la loro specializzazione in magistratura antiguerriglia, corpi speciali antiguerriglia, carceri speciali e cioè campi di concentramento.

Asinara, Favignana, Fossombrone... si legano direttamente tanto sul piano dei contenuti politici che su quello degli obiettivi militari. alle strutture di concentramento per i compagni della RAF in Germania ed a quelle per i militanti dell'IRA in Inghilterra. Tanto i Stammheim che l'Asinara sono gli esempi verificabili di che cosa intendiamo per ristrutturazione imperialista del settore carcerario in funzione antiguerriglia.

Qui come là è l'Esecutivo che si assume direttamente il compito di dirigere e coordinare, tramite una apposita commissione, ciò che in essi accade o che si vorrebbe che accadesse. Controrivoluzione preventiva continentale, campi di concentramento, sono il segno di un salto di qualità avvenuto nella lotta di classe, lo Stato imperialista è costretto a scendere sul terreno diretto della guerra nel confronto con il movimento di resistenza proletario. Si determina il passaggio ad una nuova fase in cui il rapporto tra le due parti resta unicamente definito dalle forme della guerra di classe.

"Le scelte di guerra, come i nuovi campi di concentramento non sono solo la risposta repressiva ai singoli fenomeni eversivi che si verifica, ma una scelta irreversibile in quanto organica alla ristrutturazione imperialista, che oltre a neutralizzare i comunisti catturati li trasforma in ostaggi. È superfluo far notare che il trattamento riservato ai prigionieri di guerra, esplicitamente, non viene fatto discendere da motivi contingenti e provvisori, ma è la condizione permanente ed immutabile posta dal potere. Non è l'attività del singolo detenuto che conta, bensì la sua figura politica (o anche solo sociale per i 'comuni' dato lo scarso grado di integrazione sociale esistente in Italia rispetto agli altri paesi) nella lotta *che il proletariato conduce*. *Questa politica di guerra ha uno scopo unico: l'annientamento del prigioniero di guerra*".

Dove l'aspetto dell'annientamento fisico è direttamente funzionale e subordinato all'obiettivo della distruzione della sua identità politica e personale.

"Su tutta l'area metropolitana il combattente ant imperialista prigioniero è considerato un ostaggio nelle mani dello Stato che tende a sviluppare nei suoi confronti una duplice azione: da un lato un trattamento orientato alla progressiva distruzione della sua identità politica, volontà, personalità, attraverso l'isolamento individuale o per piccoli gruppi e una continua opera di destabilizzazione verso livelli di pura sopravvivenza; dall'altro, il suo utilizzo propagandistico in funzione deterrente verso le forze rivoluzionarie e proletarie.

"Su tutta l'area metropolitana a questo trattamento di guerra il movimento rivoluzionario è impegnato a rispondere con azioni di guerra.

"È bene fare la massima chiarezza su questo punto. I campi non sono un bubbone in corpo sano, deviazioni delle "norme democratiche", residui medioevali o casi "deprecabili" di ritardo nell'applicazione della riforma. I campi sono la punta avanzata della riforma. Sono l'altra faccia dei "carceri aperti" e materializzano il suo principio cardine: il trattamento differenziato" (2).

Si determinano, con la istituzione dei campi, nuove condizioni in cui la catena di trasmissione del potere collega direttamente il Campo ai vertici del Ministero di Grazia e Giustizia, degli In-terni, della Difesa, le responsabilità politico militari di ciò che in essi succede va assegnata in primo luogo all'esecutivo. Questo processo è in pieno svolgimento e non è privo di contraddizioni.

Esso infatti si svolge in un sistema istituzionale che contempla il potere legislativo e il potere giudiziario ancora formalmente autonomo e indipendente. La massima dimostrazione di forza dell'Esecutivo coincide quindi con l'evidenziarsi di contraddizioni. Progetto imperialista e strutture istituzionali entrano in conflitto, ed il primo tende a prevaricare ed adattare a sé le seconde.

È da questa contraddizione che nasce una "opposizione democratica". Un settore della borghesia, pur non essendo in antagonismo con gli obbiettivi strategici dell'imperialismo è costretto a lottare per la conservazione degli spazi di potere che occupa nella struttura istituzionale.

L'atteggiamento di questa "opposizione democratica" nei confronti della lotta proletaria antimperialista ha un carattere duplice. Da una parte, in quanto componente del quadro imperialista, si fa essa stessa aperta controrivoluzione, non solo come organizzatrice del consenso a livello di massa, ma soprattutto come intermediaria per la mobilitazione del popolo in difesa dello Stato. Dall'altra essa punta al controllo della "spinta, a gestire l'opposizione" dopo averla epurata delle componenti "eversive". E ciò per rafforzare il proprio peso nello scontro politico di potere con gli altri settori della borghesia.

Stante queste condizioni oggettive vi è anche la possibilità di uno scontro tra le componenti della borghesia; la precarietà del quadro politico fondato sull'accordo di maggioranza parlamentare (appena nato e già in crisi) ne fa testo. In pratica però queste contraddizioni possono evolversi solo in conseguenza dell'iniziativa delle forze rivoluzionarie.

La lotta di classe costringe le forze politiche a prendere posizione. Nel caso delle "carceri speciali", una ripresa dell'iniziativa proletaria avrà una duplice conseguenza: disarticolare, con il progetto dei Campi, una punta avanzata della controrivoluzione; approfondire le contraddizioni dello stesso progetto di ristrutturazione dello Stato imperialista che rendono possibile lo sviluppo di uno scontro di potere all'interno del blocco dominante.

Il tentativo di fuga da Favignana ha dimostrato non solo la debolezza politica di questo progetto, ma anche tutta una serie di contraddizioni: strutturali che vanno sottolineate. In prime luogo lo scontro latente tra l'organizzazione dei "servizi di sicurezza e-sterni" — reparti speciali dei CC diretti dal Gen. Dalla Chiesa — e le strutture dell'amministrazione penitenziaria che fanno capo al ministero di GeG. Una contraddizione che ha origine nella struttura istituzionale cioè nella divisione dei compiti e di potere stabilita per tradizione dagli apparati di comando dello Stato.

La creazione di organismi per il coordinamento per la riorganizzazione del settore carcerario, come la Commissione presieduta da Buondonno e Dalla Chiesa (della quale faceva parte il giudice Palma giustiziato dalla nostra Organizzazione), se rappresenta il segno della volontà dell'Esecutivo di superare questi limiti, cioè la tendenza a superare il particolarismo determinato dagli inte-ressi "locali" in funzione di un interesse superiore e generale (quello della difesa dello Stato imperialista), deve fare comunque i conti con questa realtà. Dopo sei mesi di sforzi il ministro non è riuscito ancora a fare di Favignana

un "carcere speciale", e queste perché, prima la direzione e poi le guardie hanno ostacolato e anche sabotato questo progetto. A Nuoro, le guardie hanno minacciato di abbandonare il servizio contro la proposta di istituire un "carcere speciale". A Trani, durante il sequestro di alcune guardie da parte di detenuti c'è stato uno scontro fisico durissimo tra i CC che pretendevano di entrare con la forza a liberare gli ostaggi e i colleghi dei sequestrati che hanno imposto una soluzione "pacifica".

Lo stesso tipo di contraddizioni si manifesta negli alti vertici delle gerarchie, come quando contro la nomina di Dalla Chiesa a coordinatore della sicurezza interna-esterna delle carceri si sono schierati l'Ispettore Generale delle carceri Altavista che ha protestato per "la interferenza dei CC nella amministrazione penitenziaria e addirittura il fu comandante dell'Arma Gen. Mino che si è sentito scavalcato nelle sue competenze dalle decisioni del governo".

La struttura di comando "parallela" che affianca i direttori delle carceri speciali e che dipende direttamente dagli organi militari dell'esecutivo, è stata istituita proprio perché risponde alle esigenze di realizzare un controllo diretto sul trattamento dei prigionieri che parta dal centro, e quindi di sottrarre competenze e potere agli organi locali. In altre parole per contrastare le tendenze partitocratiche (corporative) che a tutti i livelli ostacolano il piano imperialista.

E - La mobilitazione reazionaria delle masse attraverso i mass-media

« L'operaio dovrebbe sempre sapere che il giornale borghese (qualunque sia la tinta), è uno strumento di lotta mosso da idee e da interessi che sono in contrasto coi suoi. Tutto ciò che stampa è costantemente influenzato da un'idea: servire la classe dominante, che si traduce in un fatto: combattere la classe lavoratrice ». Così scriveva Gramsci sull'Avanti nel 1916.

La stampa della borghesia ha sempre avuto questa funzione, ma il salto di qualità sta nel fatto che ora la direzione politica reale degli organi di informazione, è stata centralizzata e assunta in prima persona dall'Esecutivo dello Stato imperialista.

La RAI, i principali quotidiani e settimanali, sono diventati delle vere e proprie succursali dell'ufficio stampa del Ministero dell'Interno, e i giornalisti, che gestiscono le veline governative che ispirano l'azione controrivoluzionaria, sono veri e propri agenti distaccati di questo Ministero. Il controllo totale sulla stampa non va comunque scambiato con la censura, che di questo è solo un aspetto. Quello assegnato agli organi di stampa è un ruolo attivo, organico e funzionale alla strategia delle multinazionali, è una parte integrante della ristrutturazione dello Stato.

Villy Brandt spiega così la funzione dei mass-media dello Stato imperialista!

« ... Immunizzare la società contro la rivoluzione tramite una tranquilla e decisa affermazione della situazione normale ». E precisa: « il nichilismo criminale può essere combattuto con maggiore efficacia se la paura non diventa oggetto di calcolo politico e giornalistico ».

È lo stesso punto di vista esposto da Andreotti. Quest'ultimo infatti ha dichiarato che:

« i giornalisti possono aiutarci con successo nel rasserenare gli animi ».

La tesi è molto esplicita: militarizzare i mezzi di comunicazione di massa e i loro tecnici, intrupandoli come funzionari della guerra psicologica sotto la direzione dell'Esecutivo. Agghiacciante ma perfettamente in linea con le direttive della Trilateral Commission. Secondo i cervelli dell'imperialismo infatti la "libertà di stampa" va bene, ma solo in dosi modeste. Essendo possibili "gli abusi" si impone allo Stato la esigenza di: "assicurarsi il diritto e la possibilità di negare le informazioni all'origine; ... regolamentare i valori professionali dei giornalisti e, ...in casi eccezionali anche procedere alle restrizioni preventive ritenute necessarie.

Nello Stato imperialista, in cui la famiglia e la scuola perdono a ritmo accelerato gran parte delle loro funzioni integrative tradizionali. i mezzi di comunicazione di massa sono

apertamente utilizzati come strumenti fondamentali di socializzazione delle masse (e cioè di trasmissione di "valori, modelli di comportamento di base..."). Per questo la questione del loro "controllo" è di così fondamentale importanza

La "funzione formativa" (formativa del consenso alla politica dell'Esecutivo) tende a subordinare tutte le altre, e la "funzione informativa" si riduce alla costruzione capitolo dopo capitolo, della favoletta da somministrare come una pillola tranquillante alle masse espropriate di ogni controllo e di ogni alternativa.

La liquidazione rassicurante attraverso i mass-media dei comportamenti di classe antagonistici e, indirettamente, delle forze di classe che per loro tramite manifestano i propri bisogni, è la premessa necessaria alla loro liquidazione violenta mediante azione dei "corpi speciali".

La "funzione politica" dei mass-media è dunque quella di costruire una mobilitazione permanente in senso reazionario delle masse; di fabbricare l'identificazione di ampi strati proletari con i provvedimenti più repressivi che lo Stato si incarica di attuare: di organizzare il consenso sulla liquidazione, anche fisica, dei "nemici interni".

Nelle moderne redazioni dei grandi giornali, in cui ogni giorno si scompone e ricompone lo scontro di classe secondo i fini di dominio della borghesia imperialista, siedono i nuovi tecnici della controguerriglia, gli specialisti della guerra psicologica, i funzionari della violenza controrivoluzionaria che spianano il terreno ai killer dei corpi speciali. Sono i fabbricatori di "mostri" che precedono nella guerra moderna gli annientatori dei militanti rivoluzionari. E' in queste redazioni che le cosiddette "strategie del low profil" (profilo basso), ossia di interventi indiretti contro i movimenti proletari, prendono corpo e si concretizzano in "operazioni psicologiche" che si propongono di influenzare gli atteggiamenti del proletariato conquistare "i cuori e le coscienze", screditare la guerriglia, incoraggiare al suo interno divisioni, insinuare il sospetto, abbattere il morale.

USCIRE DALLA CRISI

Il proletariato metropolitano non ha alternative. Per uscire dalla crisi deve porsi e risolvere la questione centrale del potere. Solo distruggendo lo Stato imperialista, instaurando il suo potere la dittatura del proletariato, è possibile staccare "l'anello Italia" dalla catena imperialista, solo rifiutando il posto che ci assegna la divisione imperialistica del lavoro si possono valorizzare a pieno le forze produttive presenti nella nostra area.

Uscire dalla crisi vuoi dire comunismo! Vuoi dire: ricomposizione del lavoro manuale e intellettuale; organizzazione della produzione in funzione dei bisogni del popolo, del "valore d'uso", e non più del "valore di scambio", vale a dire dei profitti di un pugno di capitalisti e di multinazionali. Tutto questo oggi è storicamente possibile. Necessario e possibile! È possibile utilizzare l'enorme sviluppo raggiunto dalle forze produttive per liberare finalmente l'uomo dallo sfruttamento bestiale, dal lavoro necessario, dalla miseria, dalla fatica, dalla degradazione sociale in cui lo inchioda l'imperialismo.

È possibile stravolgere la crisi imperialista in rottura rivoluzionaria e quest'ultima in punto di partenza di una nuova società che costruisce ed è costruita da uomini sociali, mettendo al suo centro l'espansione e la soddisfazione crescente dei molteplici bisogni di ciascuno e di tutti.

« Solo l'enorme incremento delle forze produttive raggiunto mediante la grande industria permette di distribuire il lavoro fra tutti i membri della società senza eccezioni e perciò di limitare il tempo di lavoro di ciascuno in tale misura che per tutti rimanga un tempo libero sufficiente per partecipare sia teoricamente che praticamente agli affari generali della società. Quindi solo oggi ogni classe dominante e sfruttatrice è diventata superflua, anzi è diventata un ostacolo allo sviluppo della società e solo ora essa sarà anche inesorabilmente eliminata, per quanto possa essere in possesso della violenza immediata » (Engels)

L'imperialismo delle multinazionali è l'imperialismo che sta percorrendo fino in fondo, ormai senza illusioni la fase storica del suo declino, della sua putrefazione. Non ha più nulla da proporre, da offrire, neppure in termini di ideologia. La mobilitazione reazionaria delle masse in difesa di se stesso che sta alla base della sua affannosa ricerca di consenso non può appoggiarsi in questa fase su alcuna base economica. La controrivoluzione preventiva come soluzione, per ristabilire "la governabilità delle democrazie occidentali", si smaschera ora come fine in sé. La forza è la sua unica ragione. Siamo di fronte non solo alla rappresentazione esplicita della sconfitta storica dell'imperialismo come modo di produzione capace di espansione infinita progressiva, continua, ma anche alla sostituzione conseguente delle ragioni della forza alle debolezze della sua ragione storica. L'esaurirsi delle sue capacità di sviluppare ancora le forze produttive è un processo irreversibile.

Nessuno sforzo controrivoluzionario per quanto feroce e violento potrà riuscire a bloccarlo, e ciò vuol dire anche che nessuna controrivoluzione, per quanto feroce e violenta, potrà riuscire a vincere in queste condizioni storiche.

Dire che l'imperialismo è sulla difensiva non significa dire che è senza unghie, né che il suo rovesciamento avverrà in modo rapido e semplice. Nel momento del suo declino è estremamente crudele e userà ogni arma a sua disposizione per ingannare, dividere, affamare, torturare e assassinare, coloro che lo attaccano. Ma il suo definitivo rovesciamento è inevitabile.

Non è solo a causa delle sue contraddizioni interne che l'imperialismo non trova più le energie e le condizioni per la propria riproduzione e per il proprio sviluppo, ma queste contraddizioni vengono progressivamente esaltate e approfondite dall'impegno su un numero crescente di fronti, tanto ai suoi confini, quanto nelle sue metropoli, dalla guerra di liberazione dei popoli e dalla guerra di classe rivoluzionaria del proletariato. È questa guerra che gli impedisce di evolvere in forme diverse da quelle proprie e specifiche della controrivoluzione in ciascun paese; ed è questa controrivoluzione che consente alle forze rivoluzionarie di rafforzarsi, crescere ed infine vincere.

La borghesia si affermò perché era espressione di un reale processo di crescita delle forze produttive; la borghesia imperialista perderà perché per affermare sé stessa è obbligata a soffocare questa crescita.

Una necessità irresistibile rende irresistibile il processo di rivoluzione sociale che stiamo vivendo e tra tutte le forze produttive, noi, l'avanguardia organizzata del proletariato metropolitano, siamo la principale.

Fase e congiuntura

Riconoscere l'esistenza oggettiva delle contraddizioni di classe e più precisamente individuare quale tra esse è per noi, in questa fase, principale e quali invece sono oggettivamente secondarie, è un presupposto necessario dell'azione rivoluzionaria.

Non si ha lotta rivoluzionaria se non si affronta e combatte il nemico principale.

Abbiamo fin qui sostenuto che, in questa fase storica la contraddizione di classe principale è quella che oppone al proletariato metropolitano la borghesia imperialista e che, dunque, quest'ultima è rispetto ad esso e alle sue avanguardie politico militari il principale nemico da abbattere.

Abbiamo visto anche che lo Stato imperialista è una sintesi delle forme molteplici che assume l'iniziativa storica della borghesia imperialista, un concentrato esclusivo dei suoi bisogni, e lo strumento essenziale del suo dominio in tutti i campi.

Dire che in questa fase la borghesia imperialista è il nemico principale, se ci consente di individuare le linee strategiche del nostro movimento, ancora non è però sufficiente per determinare una giusta tattica. Tattica e strategia sono aspetti complementari e necessari alla nostra azione. La guerra di classe nel suo movimento reale fa emergere ad ogni momento determinato l'aspetto principale della controrivoluzione imperialista, ed è

questo che chiamiamo congiuntura. La congiuntura non è determinata soggettivamente e univocamente dalle avanguardie armate e crederlo è fonte di astrattezza nell'individuazione della linea di combattimento. La congiuntura è, come la fase, un dato oggettivo dello scontro di classe che le forze rivoluzionarie contribuiscono a determinare essendone a loro volta determinate. Senza una corretta valutazione della congiuntura non vi può essere perciò una corretta individuazione della tattica, e senza una tattica adeguata nessun avanzamento reale risulta effettivamente possibile.

Quali sono gli elementi che è necessario valutare per comprendere la congiuntura e dunque per elaborare una tattica adeguata. Sono tre: a) il terreno dominante sul quale si muove l'iniziativa controrivoluzionaria della borghesia imperialista, b) le condizioni particolari e specifiche che caratterizzano il movimento di resistenza offensivo e più in generale gli strati proletari più combattivi,

c) lo stato reale del partito o comunque dell'avanguardia armata.

L'attuale congiuntura, passaggio dalla pace armata alla guerra

La congiuntura attuale è caratterizzata dal passaggio dalla fase della "pace armata" a quella della "guerra". Questo passaggio viene manifestandosi come un processo estremamente contraddittorio, che contemporaneamente si identifica con la ristrutturazione dello Stato in Stato imperialista delle multinazionali. Si tratta quindi di una congiuntura estremamente importante la cui durata e specificità dipendono dal rapporto che si stabilisce tra rivoluzione e controrivoluzione: non è comunque un processo pacifico, ma nel suo divenire, assume progressivamente la forma della guerra.

Il principio tattico della guerriglia in questa congiuntura è la disarticolazione delle forze del nemico.

Disarticolare le forze del nemico significa portare un attacco il cui obiettivo principale è ancora quello di propagandare la lotta armata e la sua necessità, ma in esso già comincia ad operare anche il principio tattico proprio della fase successiva la distruzione delle forze del nemico: questo attacco deve propaganda-re la linea politica dell'avanguardia politico-militare e contemporaneamente disarticolare la nuova forma che lo Stato imperialista va assumendo, deve cioè tendere anche ad inceppare, creare disfunzioni nell'apparato di guerra che la controrivoluzione va approntando. Scopo immediato di questi attacchi è:

a) mettere sistematicamente a nudo il fatto che il governo (Esecutivo) è nello stesso tempo uno strumento di repressione interna e una determinazione nazionale degli interessi dell'imperialismo dominante con in testa gli USA e la RFT. Obiettivo questo che potrà essere conseguito sviluppando l'iniziativa su tre fronti:

1 - contro la DC che dal dopoguerra in poi rappresenta nel nostro paese gli interessi tattici e strategici dell'imperialismo dominante e delle multinazionali;

2 - contro il personale politico imperialista che manovra le strutture centrali dello Stato, strutture che si snodano a partire dai ministeri attraverso un corpo ben distinto di istituzioni economiche, giudiziarie, carcerarie, militari, in tutto il paese.

3 - contro il personale politico imperialista che manovra i "centri vitali" del potere direttamente o indirettamente collegati all'Esecutivo ma formalmente autonomi (dalla Confindustria alle gerarchie di fabbrica, Fondazioni, mass-media).

4 - contro il personale politico imperialista che manovra le filiali locali degli organismi sovranazionali (Trilateral, CEE, NA TO) e che perciò funziona da tramite materiale della catena di trasmissione del potere.

b) accumulare su questo attacco un vasto e articolato potenziale rivoluzionario consolidandolo nella mobilitazione permanente contro lo Stato imperialista e l'Esecutivo che ne è il cervello e il motore.

Da come si risolve lo scontro in questa fase dipendono in larga misura i tempi della guerra ed in ultima analisi anche il suo esito.

La disarticolazione delle forze del nemico è quindi l'ultimo periodo della fase della banda armata e introduce progressivamente in quella della guerra civile rivoluzionaria.

Disarticolazione politica e militare delle forze del nemico devono procedere di pari passo, e dal lato delle forze rivoluzionarie, questo processo corrisponde attualmente alla costruzione del Partito Comunista Combattente nel movimento di resistenza proletaria, per sviluppare la guerra di classe di lunga durata per la conquista del potere.

Sulle forme dell'azione di guerriglia nell'attuale congiuntura

Ogni fenomeno nel suo divenire si trasforma. Questa trasformazione non è solo "quantitativa", ma investe anche la sua "qualità": Questa è una legge generale del materialismo dialettico

e perciò vale anche per la guerriglia e le sue forme di combattimento:

1 - All'inizio e per forza di cose, operavamo per piccoli nuclei,

e abbiamo praticato piccole azioni. 2 - Poi, crescendo la forza

e il radicamento della guerriglia, siamo passati ad azioni più complesse che impegnano contemporaneamente ma sempre in piccole azioni, più nuclei. 3 - Oltre ancora la guerriglia si è mossa per campagne e cioè contemporaneamente in più poli sulla stessa linea di combattimento. Questa è una direttrice di crescita della guerriglia.

Una seconda direttrice di crescita è stata quella del passaggio da "azioni rapide" ("mordi e fuggi") ad "azioni prolungate" (Amerio, Sossi, Costa) ciò ci ha consentito di svolgere una propaganda armata più incisiva e di dimostrare al Movimento di resistenza i livelli raggiunti dalla guerriglia nell'organizzazione del potere proletario. Ci ha consentito inoltre di ampliare e moltiplicare le contraddizioni all'interno dello Stato,

Una terza direttrice infine è stata quella del rapido concentramento di forze numerose per attaccare il nemico in piccole battaglie (Casale, Coco).

Abbiamo riassunto queste tre direttrici di crescita dell'azione guerrigliera perché sono quelle che fanno emergere con maggiore intensità i contenuti fondamentali della guerriglia.

La forza reale della guerriglia dimostra non solo "alzando il tiro" ma soprattutto impostando campagne sempre più articolate (che investono un numero crescente di poli); impegnando il nemico in azioni prolungate che esaltino ed esasperino tutte le sue contraddizioni interne, attaccando le forze nemiche di sorpresa in battaglie via via più consistenti che forniscano alle masse proletarie il margine reale della crescita della forza guerrigliera.

Inoltre la ristrutturazione dello Stato Imperialista delle Multi-nazionali si caratterizza per la sua estrema militarizzazione e per la concentrazione di forza militare a difesa dei suoi organismi vitali, del proprio personale di direzione, delle sue strutture fondamentali ecc. Sviluppare l'iniziativa rivoluzionaria per disarticolare politica-mente e militarmente questo apparato, comporta l'adozione di nuove tecniche di combattimento che prefigurino e facciano vivere sin da oggi l'aspetto fondamentale della guerra civile dispiegata: l'annientamento delle forze imperialiste. Questo non significa che non esistono più mediazioni adottabili, ma che esse vanno viste in rapporto dialettico con la necessità di incidere "militarmente" per poter incidere "politicamente".

Compito dell'organizzazione guerrigliera è di passare dalle azioni cosiddette "dimostrative" a quelle che danno al combattimento un inequivocabile significato "distruttivo" della forza nemica. Nessun obiettivo deve essere difendibile, dai gorilla e dai mercenari del regime, nessun bunker nel quale gli agenti della contro-rivoluzione si nascondono deve potersi dire "sicuro".

Le tecniche della guerriglia consentono questo, dobbiamo farle nostre ed addestrarci ai nuovi livelli di combattimento che la guerra di classe ci impone

**PROLETARIATO METROPOLITANO E MOVIMENTO DI RESISTENZA
PROLETARIO OFFENSIVO**

Negli ultimi anni e in modo particolare in quello appena tra-scorso i comportamenti antagonisti della classe si sono radicalizzati ed estesi in misura tale che non ci appare affatto improprio parlare di guerra civile strisciante. Stando ai dati ufficiali, solo nel '77 sono state compiute oltre duemila azioni offensive e nel solo mese di gennaio '78 oltre trecentocinquanta. Il tutto distribuito su cinquanta province e un centinaio di città.

Chiamiamo Movimento di Resistenza Proletario Offensivo (MRPO) l'area dei comportamenti di classe antagonisti suscitati dall'inasprimento della crisi economica e politica, chiamiamo MRPO l'area delle forze, dei gruppi e dei nuclei rivoluzionari che danno un contenuto politico militare alle loro iniziative di lotta anticapitalistica, antimperialista, antirevisionista e per il comunismo. È chiaro che il concetto di MRPO non riflette un movimento piatto, omogeneo, ma piuttosto un'area di lotta e di "movimenti parziali" molto differenziati e però legati da un comune denominatore: il processo di crisi-ristrutturazione trainato dalla borghesia imperialista.

' Essendo suscitato da potenti cause economiche e politiche esso cresce e si spande a dispetto di chi lo vorrebbe imbrigliare negli argini di un legalismo ad oltranza" e nonostante ci appaia alla sua superficie come una congerie di "movimenti parziali" senza connessione o come disordinata esplosione di "nuclei combattenti" (oltre cento negli ultimi mesi) esso in realtà è un movimento unitario solidale e duraturo.

A questo punto riteniamo sia utile soffermarci brevemente sull'analisi della nuova composizione di classe che, in seguito al processo di crisi-ristrutturazione si è venuta producendo sulla base strutturale, dando origine ad una realtà estremamente composita e variegata nelle sue determinazioni di classe che va sotto il nome di Proletariato Metropolitano (PM).

Occorre quindi definire organicamente le figure sociali che connotano la soggettività di cui il MRPO è direttamente espressione tenendo sempre che solo il proletariato — sulla base della sua oggettiva collocazione di classe — è il fattore che introduce nella storia un interesse concreto al rifiuto della proprietà privata dei mezzi di produzione, ponendo in tal modo le premesse per la distruzione del capitalismo e l'instaurazione della sua dittatura. L'insieme degli strati sociali che — in quanto separati o via via esclusi da qualsiasi forma di proprietà — gravitano all'interno del proletariato metropolitano, esprimono ciascuno dei movimenti parziali i quali pur agendo su un piano di autonomia politica relativa, sono però determinati nel loro movimento e nella loro possibilità storica di liberazione da quello che fra tutti rappresenta la forza strategica: la classe operaia. È questo il baricentro, a partire dal quale può sin d'ora, costruirsi l'unità dei vari movimenti parziali; unità che non si dà per aggregazione spontanea dei medesimi, ma attraverso il loro allineamento sulla prassi di lotta sviluppata dalla classe operaia. L'unificazione del MRPO è un processo mediante il quale si realizza la sintesi dialettica degli interessi dei vari movimenti parziali attorno a quelli immediatamente antagonisti della loro componente strategica, e questo processo che non è spontaneo può essere organizzato solamente da un Partito d'avanguardia che assolve ad una funzione d'avanguardia. La classe operaia resta quindi il centro motore del processo rivoluzionario nonché la sua direzione politica, seppure all'interno di essa siano venute producendosi profonde modificazioni che non ne fanno più una realtà omogenea e che pertanto sarà bene esaminare.

Classe operaia

Va considerato qui separatamente il contingente dei salariati delle grandi fabbriche urbane e delle piccole e medie industrie. Classe operaia delle grandi fabbriche urbane.

Può suddividersi in tre strati:

al Operaio massa: è quello cioè che lavora alla catena e nei

reparti ad alto quoziente di nocività, sottoposto ai ritmi più massacranti; è anche quello meno tutelato nei suoi interessi pur essendo il più produttivo, paga in tal modo lo scotto

della sua combattività. Costituisce indubbiamente lo strato più rivoluzionario che ha contribuito e contribuisce in maggior misura allo sviluppo della lotta di classe in tutte le forme in cui si manifesta: legali ed illegali, dal gatto selvaggio al sabotaggio, dalla occupazione delle fabbriche alla dura punizione dei capi, dirigenti, fascisti, sino a diventare il nucleo centrale della lotta armata per il comunismo.

b) Operaio professionale: si tratta per lo più di quei settori di aristocrazia operaia che compongono la figura del lavoro professionale, tuttavia l'introduzione di una tecnologia sempre più avanzata e la progressiva divisione del lavoro ne riducono i ranghi a percentuali poco significative. A voler essere più precisi si può addirittura affermare che l'OP in quanto tale non esiste più e che il termine, almeno nel contesto attuale, indica piuttosto l'operaio qualificato, che è cosa assai diversa dal OP vero e proprio. Infatti se la professionalità sottintende una qualificazione adeguata (intesa come addestramento), la qualificazione per contro, non implica affatto la professionalità trattandosi semmai di adeguamento delle qualità della forza-lavoro alla nuova composizione organica del capitale. Questo tipo di operaio gode di alcuni "privilegi" quali una relativa stabilità del posto di lavoro, un lavoro qualitativamente dominato dai ritmi e una parziale autonomia di decisione nelle fasi superiori, non ripetitivo, non stressante, con possibile autodeterminazione dei ritmi e una parziale autonomia di decisione nelle modalità di lavoro. Ciò fa in modo che sia particolarmente sensibile all'ideologia del lavoro sostenuta dai revisionisti e alla loro politica, costituendone perciò la base sociale; in seno al movimento operaio rappresenta pertanto una tendenza da abbattere, comunque ancora suscettibile — soprattutto col l'acuirsi della crisi — di essere recuperato, per lo meno in certe sue frange, all'iniziativa rivoluzionaria.

c) Aristocrazia operaia: questa coincide con gli strati immediatamente superiori agli operai qualificati (quindi con quel che resta degli operai professionali) e con la burocrazia sindacale improduttiva. Questo segmento di classe, di fronte alle proporzioni che va assumendo lo scontro, viene prefigurandosi sempre più come strumento della controrivoluzione; costoro svolgono ormai apertamente una funzione di supporto alle scelte di politica economica della borghesia imperialista fornendo una base di legittimazione ed esercitando nel contempo un'azione di controllo e di spionaggio dentro la fabbrica.

Operai delle piccole e medie industrie

Sotto molti aspetti presentano delle analogie con l'operaio — massa delle grandi fabbriche. ma differentemente da questo trovano maggiori difficoltà ad organizzarsi e a mobilitarsi in quanto più facilmente individuabili perchè costretti a muoversi in strutture "comprese" e perciò più controllabili.

— Lavoratori produttivi all'interno della sfera della circolazione si definiscono lavoratori produttivi all'interno della sfera della circolazione quella parte di essi che è produttiva e conservativa di valori (trasporti, riparazioni) all'interno di questo settore, anche certe sacche di privilegi tipo i portuali — per certi aspetti vere aristocrazie operaie negli anni passati — vengono immancabilmente ridimensionate dalla ristrutturazione attualmente in corso, così come pure per quanto concerne i lavoratori produttivi dei servizi.

All'interno del proletariato metropolitano troviamo poi una serie di strati che in parte vanno definiti in modo diverso dal passato. Essi sono:

1 - Lavoratori manuali del settore dei servizi: la separazione tra la funzione lavorativa (lavoro manuale complessivo) e il controllo su di essa (lavoro intellettuale complessivo) definisce i rapporti di classe fino a far permanere la struttura del capitalismo al di là del superamento della proprietà privata dei mezzi di produzione. Lo sviluppo di questa separazione crea da un lato una nuova piccola borghesia (uso della "scienza" contro il "lavoro") ma dall'altro una ampia fascia di lavoratori manuali nei servizi che oltre a subire un rapporto di lavoro salariato si distinguono per i livelli di coscienza che sviluppano

nelle loro lotte, tanto da farne i migliori alleati della classe operaia, dato che di questa vivono praticamente le stesse condizioni pur non producendo valori (v. ospedalieri).

2 - Esercito industriale di riserva: è parte integrante della classe operaia; comprende tradizionalmente tutti quei lavoratori in attesa di essere inseriti nel processo produttivo, pur essendone temporaneamente espulsi. Si ha così una "fluttuazione" che tutta-via nell'attuale fase tende a configurare la disoccupazione come dato strutturale di grosse dimensioni dello Stato imperialista. Mentre la sovrappopolazione fluttuante è costituita dagli operai temporaneamente licenziati o da quelli in cassa integrazione, la sovrappopolazione latente vede oggi al suo interno la disoccupazione giovanile come fenomeno più macroscopico e politicamente più importante. Secondo una recente statistica svolta nei paesi dell'OCSE essa tocca punte del 40% e oltre. Quello che a tutti gli effetti costituisce un vero e proprio esercito ha dato vita in Italia ad un movimento di lotta su posizioni molto radicali, con — anche — forme organizzative permanenti e direttamente collegate con la classe operaia.

Tuttavia l'evoluzione delle forme di suddivisione della sovrappopolazione presenta oggi una maggiore complessità rispetto alle forme storiche analizzate nello schema di Marx e ciò si verifica attraverso la formazione di uno strato di operai (e proletari) "marginali" ma non emarginati. Nel caso della sovrappopolazione stagnante descritta da Marx abbiamo non solo un ritorno di lunga durata alla condizione di disoccupato (per es. attualmente gli operai emigrati che tornano al Sud dai poli industriali della CEE ma anche uno stato di precarietà permanente come nella attuale classe operaia marginale. Questa precarietà non va riferita alla condizione occupazionale individuale dell'operaio, bensì alla stessa unità produttiva in cui l'operaio è inserito. Ma oggi le caratteristiche di questa "area" della produzione sono strutturali, "stabili nella loro precarietà", potremmo dire, infatti:

— decentramento della produzione rispetto all'azienda monopolistica è l'effetto della tendenza all'aumento del capitale complessivo impiegato per addetto. È un'area marginale presente in tutti i settori dell'economia per quanto in misura maggiore in quelli meno trainanti (dato che la sua funzione non è determinata solo da motivi strutturali ma anche politici); è presente in tutti i paesi a capitalismo avanzato con varie forme d'uso della forza-lavoro (dal lavoro stagionale, al part-time, alla piccola fabbrica fino al contratto a termine anche in certe grandi aziende ecc.);

la sua soggezione alla "spontaneità" del mercato consente una maggior elasticità nell'uso della forza-lavoro contro la caduta tendenziale del saggio di profitto tramite il prolungamento della giornata lavorativa nei periodi di espansione congiunturale (plus-valore assoluto) e comunque il minor costo della forza-lavoro nei periodi recessivi;

- è uno strumento di divisione politica della forza operaia come l'esercito di riserva inteso nel senso tradizionale poiché questo, oltre a regolare l'entità del monte salari, diminuisce la forza contrattuale della fascia operaia meno privilegiata e ricatta in modo "corporativizzante" quella delle grandi aziende.

Rispetto alla sovrappopolazione stagnante descritta da Marx, la differenza di questa sta nel fatto che la sua condizione non è legata al ciclo della crisi ma è la condizione derivante in modo permanente dai rapporti di produzione dell'attuale fase capitalistica. L'unica possibilità di cambiamento offertole come strato non è quella del "rientro" nella stabilità occupazionale alla fine del ciclo, ma semmai quella dell'emarginazione totale dato che non è prevista una fase di rilancio delle forze produttive all'interno dell'attuale modo di produzione.

Se dunque parliamo di questa fascia operaia nell'esercito di riserva è solo per comodità di esposizione, mentre la sua collocazione scientifica sta all'esterno di essa: infatti gli operai si trovano in posizione intermedia e oscillante tra la classe operaia occupata stabilmente e l'esercito industriale di riserva, come occupati "in modo diverso".

3 - Gli emarginati: sono coloro che consumano senza lavorare o che comunque sono totalmente espulsi dal processo produttivo, per cui sono privi di una precisa e omogenea identità politica di classe; purtuttavia in questi ultimi anni alcune fasce di emarginati sono venute acquisendo coscienza politica e che trova nel proletariato extralegale e nel proletariato prigioniero una espressione reale di avanguardia che si iscrive a pieno titolo come potente fattore alleato della classe operaia. Per emarginati intendiamo dunque i consumatori senza salario:

a) Proletariato extralegale: (in cui è compreso anche quello prigioniero). È determinato dall'emarginazione crescente di strati di popolo- dal processo produttivo, che ha innescato quel fenomeno che è definito "criminalità di massa" favorita anche dalla mostruosa disparità della ricchezza concentrata nelle mani di pochi. L'impossibilità di trovare un lavoro stabile costringe strati di popolazione a ricorrere a comportamenti illegali che tra l'altro, sono sempre meno estranei anche alla classe operaia. Citiamo una statistica della città di Roma relativa al 1971, è fatta da borghesi, però consente di constatare gli indiziati di reato suddivisi per classi: operai e lavoratori sono il 40,13%; studenti 11,71%; pensionati e casalinghe 7,73%; senza professione 15,61%; che danno un astratto del totale degli indiziati di reato pari a 75,18%. È interessante notare che la più alta percentuale di "criminali" proviene dal mondo del lavoro. Il "crimine" diventa per gruppi di proletari il secondo lavoro! Le lotte dei detenuti e la politicizzazione di interi ambienti della "malavita" non sono dunque un fatto strano e mostruoso, non è più possibile considerare soltanto il carcere come veicolo di organizzazione e di lotta, anche se il carcere resta il momento di maggiore socializzazione di questo "segmento" di classe. Del resto, già Lenin nel 1905 notava come in periodo di crisi economico-politica, il banditismo sociale diventa un modo specifico di lotta di certi strati proletari urbani, gettati sul lastrico dell'immiserimento; questo fenomeno tende a diffondersi all'interno della classe operaia ed è assolutamente indispensabile trasformare queste forme di lotta in azioni partigiane, coinvolgendo questi strati nella guerra civile sotto la direzione del Partito Combattente.

b) Assistiti da enti pubblici e privati: (vecchi, handicappati, disadattati, minorati ecc.). Anche i proletari anziani (pensionati) rientrano in questa categoria, in quanto la loro emarginazione dal processo produttivo comporta spesso anche l'emarginazione da tutti i rapporti sociali, pur non essendo rinchiusi in una "istituzione totale" (manicomi, ospizi ecc.). Anche questi strati negli ultimi anni hanno dato vita a lotte estese dimostrando come per il proletariato, in questa società, non ci sia pace fino alla fine.

c) Sottosegretariato tradizionale; quest'ultimo è praticamente costituito da residui di classi disgregate e pur essendo ormai un fenomeno di scarse dimensioni, almeno rispetto all'analisi che ne fecero Marx ed Engels, resta però tuttora valido il giudizio che di esso diedero: « ... putrefazione passiva degli strati più bassi della popolazione suscettibile alle mene della reazione... ». Esso resta pertanto, così come è venute storicamente confermandosi, il peggior alleato della, classe operaia.

Esercito intellettuale di riserva

Definiamo esercito intellettuale di riserva quelle sacche di "lavoro nero" intellettuale quali: lavori occasionali, a termine, ausiliari, o suppletivi. Questa forza-lavoro, per le sue caratteristiche di medio-alta scolarizzazione è di forte instabilità, trovano nella società industriale le più svariate collocazioni per cui la loro soggettività si esprime in forma del tutto eterogenea. All'interno di questa area sociale si collocano anche gli studenti i quali non costituiscono una classe a sé, ma riflettono nella scuola tutte le divisioni e le segmentazioni di classe di cui sono espressione. Negli anni passati, in piena espansione economica, a misura in cui aumentava la crescita della composizione organica del capitale — conciliata però in quella fase con l'allargamento della base produttiva — si poneva il problema di una trasformazione di qualità della forza-lavoro, da cui l'esigenza per il

capitale di promuovere un pro-cesso di scolarizzazione di massa in grado di fornirgli una manodopera scolarizzata, capace di operare cioè in una società industriale avanzata. Ciò ha dato origine alla formazione di una nuova figura sociale proveniente dalle classi subalterne e con un indice di scolarizzazione predeterminato dalle necessità della produzione industriale (scuole tecniche, professionali, corsi serali di qualificazione) lo studente-massa. Questo studente tipo è oggi la componente di maggioranza nelle scuole divenute esse stesse, di fronte all'acuirsi della crisi, delle vere e proprie "aree di parcheggio" per disoccupati potenziali con scarsissime possibilità di assimilazione nel tessuto produttivo. Questa "precarietà" è oggi una tendenza che riflette l'incompatibilità per la borghesia imperialista di poter coniugare la scolarizzazione di massa con la contrazione selvaggia dei livelli occupazionali. La consapevolezza di ciò fa sì che il movimento degli studenti-massa sia oggi una delle forze trainanti, a fianco della classe operaia, del processo rivoluzionario.

La piccola borghesia

Pur delimitando il discorso alla composizione di classe del proletariato metropolitano occorre tuttavia considerare anche quelle componenti della piccola borghesia che, nel corso della crisi vengono oggettivamente a gravitare intorno al proletariato. Non a caso il revisionismo con una correlazione ideologica e politica assai disinvolta tende a recuperarla in blocco (vedi politica dei "ceti medi") ponendola su un piano preferenziale quale alleato delle fasce di aristocrazia operaia e degli operai professionali. Questo strato si articola in:

— Piccola borghesia tradizionale legata alla piccola produzione e alla piccola proprietà (artigiani, piccoli commercianti, contadini ecc.), attualmente è in via di estinzione ma è sempre contraddistinta da una profonda instabilità politica.

— Nuova piccola borghesia. Qui l'analisi deve essere più attenta perché non si tratta più di residui, di modi di produzione superati, ma di un prodotto dell'attuale modo di produzione: il capitalismo maturo.

È estremamente stratificata, infatti si estende da fasce di lavori praticamente manuali (vedi i commessi della grande distribuzione, ecc.) che subiscono uno sfruttamento e una nocività elevata; al personale insegnante e non della scuola di massa; ai larghi strati impiegatizi (piccola e media burocrazia, statale e privata); fino a giungere ai quadri tecnici di direzione, sorveglianza e organizzazione del lavoro. L'elevata frantumazione interna e la polarizzazione causata dalla lotta di classe disarticola ulteriormente questo strato sociale, la cui collocazione politica, si può riassumere così:

— alleate della classe operaia le fasce inferiori, quelle ancora legate al lavoro manuale;

— oscillanti, con quella caratteristica instabilità della piccola borghesia più tradizionale, gli strati intermedi (insegnanti, impiegati);

oggettivamente antiproletarie le sue fasce superiori (controllo e organizzazione del lavoro) che tra l'altro sono una componente importante della politica dei revisionisti.

Lavoro femminile

Le donne di qualsiasi componente proletaria occupano sempre posizioni inferiori, subordinate e peggio pagate rispetto agli uomini. Inoltre subiscono la schiavitù del lavoro domestico. Il lavoro femminile, anche quello fatto in casa è pertanto antagonista alla società capitalista. Il risveglio delle lotte femminili e dei contenuti impliciti ed espliciti di queste lotte avrà sempre più peso ed importanza nel movimento rivoluzionario. La bestialità dei rapporti di produzione capitalistici e dei loro risvolti sociali ha risvegliato anche questa enorme forza sociale; le armi della critica radicale e la critica radicale delle armi hanno toccato finalmente anche l'ultimo tabernacolo: la sfera della famiglia e dei rapporti uomo-donna, sfera di decisiva e fondamentale importanza per spalancare le porte al cambiamento della vita e del mondo. Possiamo dire che con l'entrata delle donne sulla

scena della rivoluzione tutte le forze sono ormai mature e per i porci è veramente l'inizio della fine!

Indubbiamente la soggettività dell'MRPO, come del resto la sua composizione non è omogenea e tra le diverse componenti si svolge una lotta politica e ideologica.

Si tratta di "contraddizioni in seno al popolo" e la loro esistenza non contrasta ne esclude uno sbocco strategico unitario.

Noi lottiamo per la ricomposizione soggettiva del Movimento di Resistenza Proletario Offensivo sul programma di attacco allo stato imperialista e di costruzione del Partito Comunista Combattente.

C'è chi ha detto che il proliferare dei gruppi armati dà fasti-dio alle Brigate Rosse. Se non fossimo certi che si tratta di un altro attacco degli strateghi della controguerriglia psicologica per tentare di isolare la nostra organizzazione, ci farebbe piacere che il nemico fosse così stupido.

In realtà sa bene che la tendenza ad armarsi da parte delle avanguardie proletarie è inarrestabile, che anzi è destinata ad e-stendersi; quello che lo terrorizza è proprio l'eventualità che si superino i limiti dovuti alla situazione di obiettiva disgregazione in cui nasce la lotta armata, e si coaguli la direzione strategica del processo rivoluzionario e si organizzino in Partito Combattente.

Chiaramente l'attacco propagandistico del nemico è rivolto a ritardare il più possibile questa presa di coscienza delle avanguardie di classe, mistificando spudoratamente i termini della proposta politica che la nostra Organizzazione rivolge a tutte le avanguardie. Non siamo i soli a farlo, ma è certo che le Brigate Rosse combattono e lavorano da sempre per la costruzione del Movimento di Resistenza, perché le avanguardie comuniste colgano l'occasione storica che si offre per la realizzazione di una crescita formidabile del processo rivoluzionario. Questo ci riporta ad un'altra questione centrale e sulla quale si fa molta confusione: la costruzione del Partito Combattente; bisogna togliersi dalla testa al più presto, ed una volta per tutte, che lo sviluppo della lotta armata verso la guerra civile generalizzata, verso la guerra di popolo di lunga durata, possa essere un processo spontaneo. La guerra di classe nasce spontaneamente dalle condizioni specifiche e dalle contraddizioni di classe particolari e generali che il sistema imperialista produce.

L'esigenza a resistere alla ristrutturazione scaturisce "natural-mente" all'interno della classe operaia e del proletariato e spinge la sua avanguardia ad armarsi e combattere il decorso della crisi di regime che crea la situazione oggettiva in cui ci troviamo; è l'esistenza di una consistente frangia di proletariato rivoluzionario che ha creato le condizioni della guerra civile strisciante, quale forma reale in cui si è espresso il movimento di resistenza armato. Radicare la lotta armata nel proletariato, costruire la sua capacità di vittoria strategica, non,, è un processo spontaneo.

Creare le condizioni per un'alternativa di potere, organizzare strategicamente il potenziale rivoluzionario del proletariato è un processo cosciente e forzato operato dall'avanguardia comunista. Si tratta quindi di assumersi il compito e la responsabilità di guida-re il proletariato, di porsi alla sua testa ed assumere la direzione, di costruire tutte le articolazioni del potere proletario, se si vuole, come noi vogliamo, che la guerra civile generalizzata sia una tesi vincente e non il solito inutile massacro. La storia del movimento proletario del nostro paese, può essere considerata, in definiti-va, la storia delle sue sconfitte; anzi se c'è una costante è proprio quella che quando la lotta diventa guerra di classe e si configura come alternativa di potere, il nemico ha partita vinta se il proletariato non riesce a darsi una direzione ed un'organizzazione strategica.

Questo è oggi prioritariamente il compito delle avanguardie comuniste ed è la costruzione di questa organizzazione che chiamiamo Partito Combattente.

Nei assumiamo la Prassi Sociale come criterio oggettivo di verità, convinti che tutti i pensieri che si accordano con la realtà oggettiva permettono di ottenere successi, al

contrario quelli che non si accordano con questa conducono al fallimento... "non c'è che una verità: sapere se la si è scoperta o no non dipende da vanterie soggettive, ma dalla prassi oggettiva. Solo la pratica rivoluzionaria di milioni di uomini è il metro per misurare la verità".

Assumere il criterio della prassi sociale come criterio di verità e perciò anche di validità dell'azione rivoluzionaria ci porta ad affermare questo principio generale: "Quando i proletari conducono una lotta contro la borghesia se agiscono isolatamente o in maniera dispersiva la loro lotta fallisce; vince se essi agiscono unanimamente e nell'unità." E dunque ci porta anche a rilevare una condizione

di debolezza del movimento di resistenza proletario offensivo, vale a dire la notevole dispersione di forze causata dalla collocazione particolaristica di molti nuclei combattenti che concludono la loro azione entro i limiti ristretti delle situazioni specifiche di cui sono espressione.

Molto spesso così l'iniziativa armata stempera la sua efficacia abbattendosi, anche se con forza eccezionale, su contraddizioni oggettivamente secondarie. Pertanto l'iniziativa politico-militare di questi nuclei, oltre a non incidere a fondo sulla controrivoluzione preventiva fatica a darsi un respiro strategico e a dialettizzarsi sulla questione centrale che il proletariato metropolitano in questa fase deve affrontare: portare un attacco disarticolante alla ristrutturazione imperialista dello stato.

Lo stabilizzarsi di questa situazione di estrema frammentazione, sul piano della soggettività, che alcuni famigerati opportunisti sono giunti perfino a teorizzare, favorisce inevitabilmente il riflusso verso tendenze politiche che hanno come carattere principale lo "spontaneismo armato" e in taluni casi porta alla esaltazione delle condizioni che definiscono la sua debolezza tattica e al rifiuto di svolgere una funzione di avanguardia politico-militare in rapporto agli strati più avanzati del proletariato. L'iniziativa armata rischia così, al punto più basso, di restare imprigionata nelle sue determinazioni puramente "militari" essendo incapace di rappresentare una prospettiva politica di liberazione.

Imbracciare il fucile è una condizione necessaria ma non sufficiente per lo sviluppo della guerra di classe rivoluzionaria di lunga durata. costruire tutte le articolazioni del potere proletario, se si vuole, come noi vogliamo, che la guerra civile generalizzata sia una tesi vincente e non il solito iuntile massacro. La storia del movimento proletario del nostro paese, può essere considerata, in definiti-va, la storia delle sue sconfitte; anzi se c'è una costante è proprio quella che quando la lotta diventa guerra di classe e si configura come alternativa di potere, il nemico ha partita vinta se il proletariato non riesce a darsi una direzione ed un'organizzazione strategica.

Questo è oggi prioritariamente il compito delle avanguardie comuniste ed è la costruzione di questa organizzazione che chiamiamo Partito Combattente.

Nei assumiamo la Prassi Sociale come criterio oggettivo di verità, convinti che tutti i pensieri che si accordano con la realtà oggettiva permettono di ottenere successi, al contrario quelli che non si accordano con questa conducono al fallimento... "non c'è che una verità: sapere se la si è scoperta o no non dipende da vanterie soggettive, ma dalla prassi oggettiva. Solo la pratica rivoluzionaria di milioni di uomini è il metro per misurare la verità".

Assumere il criterio della prassi sociale come criterio di verità e perciò anche di validità dell'azione rivoluzionaria ci porta ad affermare questo principio generale: "Quando i proletari conducono una lotta contro la borghesia se agiscono isolatamente o in maniera dispersiva la loro lotta fallisce; vince se essi agiscono unanimamente e nell'unità." E dunque ci porta anche a rilevare una condizione

di debolezza del movimento di resistenza proletario offensivo, vale a dire la notevole dispersione di forze causata dalla collocazione particolaristica di molti nuclei combattenti

che concludono la loro azione entro i limiti ristretti delle situazioni specifiche di cui sono espressione.

Molto spesso così l'iniziativa armata stempera la sua efficacia abbattendosi, anche se con forza eccezionale, su contraddizioni oggettivamente secondarie. Pertanto l'iniziativa politico-militare di questi nuclei, oltre a non incidere a fondo sulla controrivoluzione preventiva fatica a darsi un respiro strategico e a dialettizzarsi sulla questione centrale che il proletariato metropolitano in questa fase deve affrontare: portare un attacco disarticolante alla ristrutturazione imperialista dello stato.

Lo stabilizzarsi di questa situazione di estrema frammentazione. Sul piano della soggettività, che alcuni famigerati opportunisti sono giunti perfino a teorizzare, favorisce inevitabilmente il riflusso verso tendenze politiche che hanno come carattere principale lo "spontaneismo armato" e in taluni casi porta alla esaltazione delle condizioni che definiscono la sua debolezza tattica e al rifiuto di svolgere una funzione di avanguardia politico-militare in rapporto agli strati più avanzati del proletariato. L'iniziativa armata rischia così, al punto più basso, di restare imprigionata nelle sue determinazioni puramente "militari" essendo incapace di rappresentare una prospettiva politica di liberazione.

Imbracciare il fucile è una condizione necessaria ma non sufficiente per lo sviluppo della guerra di classe rivoluzionaria di lunga durata.

GUERRIGLIA E POTERE PROLETARIO

Che cosa significa nella fase attuale della guerra di classe costruire l'organizzazione del potere proletario?

Nella fase in cui la ristrutturazione dello Stato è arrivata a non poter più tollerare nessuna lotta proletaria che esca dagli schemi funzionali dell'accumulo del capitale, nella fase in cui il regime tende ad inglobare, corporativizzandoli, gli strati privilegiati di questa società e le organizzazioni che li rappresentano, nella fase in cui il potere borghese non può e non vuole più accettare mediazioni con l'avanguardia comunista del movimento, e rappronta strumenti per annientarla (leggi speciali, polizia speciale, carceri speciali, ...uno Stato speciale); nella fase in cui ogni momento di organizzazione autonomo del proletariato viene affrontata dal regime con le armi, con un piano di sterminio della resistenza operaia; nella fase in cui la borghesia ha scatenato la guerra controrivoluzionaria, che cosa significa costruire il potere proletario?

Innanzitutto bisogna capire che non ci troviamo di fronte ad un piano di temporanea limitazione delle libertà democratico-borghesi, e cioè alla chiusura di alcuni "spazi legali" dello stato di diritto, ma più propriamente di fronte allo scatenarsi della reazione controrivoluzionaria imperialista. Non si tratta quindi di lamentarsi per la repressione, ma di andare più in là, di sviluppare la guerra di classe rivoluzionaria

Se le famigerate leggi speciali vengono applicate per annientare l'avanguardia comunista, per chiudere le sedi dell'autonomia, per mandare al confino i suoi militanti, per mettere in stato di assedio i centri urbani, per impedire di portare in piazza la lotta antimperialista, sarebbe un vero e proprio suicidio politico — oltre che fisico — ostinarsi su posizioni legalistiche che se non sono opportunistiche marce indietro, si riducono a puro avventurismo velleitario.

Bisogna prendere coscienza che nella nuova fase l'unica possibilità di sviluppare l'antagonismo e l'iniziativa proletaria si dà con il fucile in mano ed i nuovi compiti delle avanguardie comuniste riguardano l'organizzazione della lotta armata per il comunismo. Organizzare il potere proletario oggi significa individuare le linee strategiche su cui far marciare lo scontro rivoluzionario, ed articolare ovunque a partire da queste, l'attacco armato contro i centri fondamentali politici, economici, militari, dello Stato imperialista. Organizzare il potere proletario oggi significa organizzare strategicamente la lotta armata per il comunismo imparando a vivere, a muoversi e combattere nella nuova situazione.

Non bisogna spaventarsi di fronte alla ferocia del nemico e sopravvalutare la forza e l'efficacia dei suoi strumenti di annientamento.

Si può e si deve vivere clandestinamente in mezzo al popolo perché questa è la condizione di esistenza e di sviluppo della guerra di classe rivoluzionaria nello Stato imperialista. In questo senso parliamo di "contenuto strategico della clandestinità", di "strumento indispensabile della lotta rivoluzionaria in questa fa-se" e nello stesso tempo mettiamo in guardia contro ogni altra interpretazione difensiva o mistica che sia.

Sulla clandestinità si sono diffusi una molteplicità di falsi concetti o di pregiudizi.

C'è chi dà credito alla propaganda del nemico che ripete continuamente che la guerriglia vive rintanata in tenebrosi "covi", che i guerriglieri comunisti sono misteriosi individui simili a diabolici marziani, perennemente braccati e costantemente in fuga inavvicinabili insomma dalla "gente comune". L'innegabile efficacia della guerriglia per costoro deriverebbe da una "mitica" clandestinità che farebbe dei militanti una specie di superuomini. Altri invece hanno stabilito una assurda ed arbitraria equazione: "legalità" uguale a "movimento" e come logico corollario "clandestinità" uguale a "estraneità dal movimento". Costoro riescono al massimo a pensare alla clandestinità come una valvola di sicurezza per i compagni individuati o per parare in qualche modo i colpi repressivi sferrati dal nemico.

Abbiamo citato queste due posizioni estreme perché contengo-no tutto l'arco delle concezioni "mitiche" o "difensiviste" e profondamente errate della clandestinità. Esse non colgono, se non superficialmente, le caratteristiche della guerra di classe rivoluzionaria di lunga durata.

Guerra di classe, dunque e non di pochi eletti, dove strati sempre maggiori di proletariato si mobilitano e combattono contro il mostro imperialista; il potere proletario, quindi si sviluppa per "linee interne" a questo movimento e l'organizzazione sedimenta e si innerva con la sua avanguardia comunista armata. Ma anche guerra di lunga durata, condotta nelle metropoli dove la forza brutale dell'imperialismo è di massima concentrazione, e dove le forze rivoluzionarie si trovano ad operare in condizioni di "accerchiamento strategico", mantenere costantemente l'offensiva, consolidare stabilmente l'organizzazione del potere proletario è possibile solo a partire dalla più rigida clandestinità.

Tutta l'esperienza della nostra Organizzazione conferma che solo da questa impostazione è possibile sviluppare strategicamente l'offensiva rivoluzionaria, e che la clandestinità non è affatto un impedimento alla sua articolazione "in mezzo al popolo", ma che anzi è la condizione indispensabile perché il potere proletario si possa esprimere.

Nelle fabbriche, nei quartieri, nelle scuole, nelle carceri e ovunque si manifesti l'oppressione imperialista, organizzare il potere proletario significa: portare l'attacco alle determinazioni specifiche dello Stato imperialista e nel contempo costruire l'unità del proletariato metropolitano nel movimento di resistenza proletario offensivo e l'unità dei comunisti del partito comunista combattente!

Il Partito Comunista Combattente

Per trasformare il processo di guerra civile strisciante, ancora disperso e disorganizzato, in una offensiva generale, diretta da un disegno unitario, è necessario sviluppare e unificare il movimento di resistenza proletario costruendo il Partito Comunista Combattente. Movimento e Partito non vanno però confusi. Tra essi opera una relazione dialettica, ma non un rapporto di identità: ciò vuol dire che è dalla classe che provengono le spinte, gli impulsi, le indicazioni, gli stimoli, i bisogni che l'avanguardia comunista deve raccogliere, centralizzare, sintetizzare, rendere teoria e organizzazione stabile e infine, riportare nella classe sotto forma di linea strategica di combattimento, programma, strutture di massa del potere proletario. Vuoi dire che il percorso corretto che dobbiamo seguire parte dalla classe per arrivare al Partito e parte dal Partito per ritornare ancora, sotto una forma più matura alla classe.

Il CC prima di una struttura organizzativa è una avanguardia politico-militare che realmente è davanti a tutti, che traccia la via da percorrere per tutto il movimento, che sa farsi riconoscere per mezzo della sua iniziativa rivoluzionaria dalla parte più avanzata del proletariato.

Agire da Partito vuoi dire collocare la propria iniziativa politico-militare all'interno e al punto più alto dell'offensiva proletaria, cioè sulla contraddizione principale e sul suo aspetto domi-

nante in ciascuna congiuntura, ed essere così, di fatto, il punto di unificazione del movimento di resistenza proletario offensivo, la sua prospettiva di potere.

Costruire il PCC non significa perciò aggregare in modo sommativo o federativo i vari "movimenti parziali" o "gruppi locali", ma costruire tutte le mediazioni necessarie per far compiere al movimento di resistenza proletario offensivo salti politici e organizzativi, dalla parzialità alla complessità, dal particolare al generale.

Per questo è importante condurre nel MRPO una lotta ideologica e politica contro le tendenze economiciste-spontaneiste che sfociano nel minoritarismo armato e, paradossalmente, nel militarismo. E contemporaneamente contro quelle tendenze burocratico-minoritarie che concepiscono la costruzione del PCC come un processo di pura crescita organizzativa che si svolge al di fuori del movimento della classe, separato da esso.

Ma affinché questa lotta politica e ideologica non si riduca a sterile polemica essa deve tendere alla unità del movimento: l'avanguardia armata deve cioè ricercare tutte quelle iniziative politico-militari e quelle forme organizzative in grado di stabilire momenti di confronto e di unità seppur ancora parziali e contraddittori, perché solo da questo confronto può nascere la necessaria chiarificazione sul programma, sui principi e sulle forme organizzative del PCC.

Agire da Partito vuol dire anche dare all'iniziativa armata un duplice carattere: essa deve essere rivolta a disarticolare e a rendere disfunzionale la macchina dello Stato, e nello stesso tempo deve anche proiettarsi nel movimento di massa, essere di indicazione politico-militare per orientare, mobilitare, dirigere ed organizzare il MRPO verso la guerra civile antimperialista. Questo ruolo di disarticolazione, di propaganda, e di organizzazione va svolto a tutti i livelli dell'oppressione statale capitalista e a tutti i livelli della composizione di classe. Non esistono quindi livelli di scontro "più alti" o "più bassi". Esistono invece livelli di scontro che incidono ed intaccano il progetto imperialista, ed organizzano strategicamente il proletariato oppure no.

Sono questi due elementi che qualificano l'azione armata e non le difficoltà militari che il perseguimento di un determinato obiettivo comporta: è ovvio che quanto più l'attacco vuole essere efficace e disarticolare gli organi centrali dello Stato, tanto più alta deve essere la forza organizzativa da mettere in campo, ma questo è secondario. Strategicamente è tanto importante distruggere gli organi centrali dello Stato, quanto distruggere le sue articolazioni particolari che percorrono tutto il corpo sociale. Strategicamente è tanto importante costruire una capacità organizzata e centralizzata di esercitare il potere proletario quanto costruire le sue articolazioni all'interno della classe operaia e del proletariato metropolitano nelle fabbriche, nei quartieri, dappertutto.

Per questo non c'è contraddizione tra linea di massa e ruolo d'avanguardia, non c'è dicotomia tra una pratica di movimento e l'azione armata.

Ma agire da Partito, nella situazione presente comporta anche un'altra preoccupazione: estendere la presenza della guerriglia in tutti i poli. In particolare si pone all'ordine del giorno la necessità di sfondare la "barriera del sud", di collegare nella medesima prospettiva strategica i proletari che risiedono e lottano nei poli della parte superiore della penisola e quelli che lottano e risiedono nei poli della parte inferiore.

Non esiste oggi, come del resto non è mai esistita, una "questione meridionale". La logica di sviluppo dell'imperialismo delle multinazionali ha unificato oggettivamente il proletariato; tocca ora alla guerriglia unificarlo anche soggettivamente.

Napoli, Taranto, la Sicilia e la Sardegna vivono più intensa-mente che mai gli effetti devastanti delle contraddizioni economiche, sociali e politiche prodotte dalle "strategie di crisi" imposte dall'imperialismo e dalle multinazionali e non è perciò il caso o un frutto della "rabbia del sottosviluppo" se in questi poli si va organizzando spontaneamente un movimento di resistenza offensivo che non ha precedenti per estensione, intensità, maturità rivoluzionaria.

Agire da Partito vuol dire in questa circostanza, lavorare per la riunificazione del proletariato, per affermare anche tra le masse proletarie concentrate nei poli del meridione e delle isole la prospettiva strategica della guerra di classe ant imperialista per il comunismo.

Le Brigate Rosse non sono il Partito Comunista Combattente, ma una avanguardia armata che lavora all'interno del proletariato metropolitano per la sua costruzione.

Mentre affermiamo che non c'è identificazione tra BR e Partito Combattente affermiamo con uguale chiarezza che l'avanguardia armata deve "agire da Partito" sin dal suo nascere. Il processo di costruzione politica, programmatica e di fabbricazione organizzativa del PCC è un processo discontinuo, dialettico, prodotto cosciente di una avanguardia politico-militare che, nel complesso fenomeno della guerra di classe, afferma la validità della prospettiva strategica e del programma comunista che sostiene, e l'adeguatezza dello strumento organizzativo necessario per realizzarlo. Si pone quindi come punto di riferimento essenziale, come "nucleo strategico" del PCC in costruzione sin dal suo nascere.

È per questo, e non per presunzione che abbiamo inteso fissare nella Risoluzione della Direzione Strategica del novembre '75, i principi organizzativi che stanno alla base della nostra Organizzazione e che crediamo abbiano un valore strategico. La loro se-vera e rigorosa verifica nella lotta, nella pratica militante, nella capacità dimostrata di guidare lo scontro e di costruire l'organizzazione nel proletariato ci porta a riconfermarli senza nessuna in-certezza. L'esperienza fin qui fatta ha arricchito complessivamente il patrimonio politico-organizzativo accumulato dalla nostra Organizzazione, che in generale ha saputo evolversi parimenti allo sviluppo della guerra di classe. Nella fase attuale la concezione del-le Colonne, dei Comitati Rivoluzionari, delle Brigate; delle forze regolari e irregolari, della clandestinità e compartimentazione, restano capisaldi consolidati e ineliminabili della nostra formulazione organizzativa; per i fronti di combattimento occorre invece una puntualizzazione che al momento della loro formulazione era impossibile, una loro ridefinizione alla luce delle esigenze e dei compiti che nella nuova fase ci si pongono.

I Fronti di Combattimento

Sul piano politico definiamo "Fronti di Combattimento" terreni specifici e settoriali su cui va indirizzato l'attacco rivoluzionario, contro le articolazioni strategiche dello SIM e della borghesia imperialista e su cui è possibile organizzare il potere proletario in un processo di riunificazione del proletariato rivoluzionario. Sul piano organizzativo i Fronti di Combattimento sono stati costituiti dalla nostra Organizzazione per rispondere al bisogno di elaborazione, di omogeneizzazione del programma di lavoro e di lotta in settori specifici. Abbiamo visto come la contraddizione principale è quella che oppone la classe allo Stato Imperialista, come lo scontro si gioca in sostanza tra il potere proletario armato e la controrivoluzione. Abbiamo visto come per l'avanguardia rivoluzionaria la questione della guerra di classe consiste nel prendere la direzione di questo scontro tra rivoluzione e reazione, di tracciare le direttrici sulle quali condurre il movimento nella sua complessità, e nella capacità di realizzare un progetto strategico di attacco "al cuore dello

Stato". Se questo in definitiva vuoi dire "Partito" ha però delle implicazioni sulle strutture organizzative e sul loro ruolo sul rapporto e il peso specifico di ciascuna delle varie istanze di direzione e di lavoro. I Fronti, che rispondono all'esigenza di approfondire l'analisi e la definizione dei terreni di scontro nella fase in cui la guerra di classe assume sempre più i connotati di guerra civile dispiegata, diventa lo strumento privilegiato per l'assolvimento dei compiti di direzione politica. Il salto qualitativo in avanti che consente di affrontare la contraddizione più alta dello scontro con lo Stato impone quindi una metodologia di lavoro che possiamo così definire: dal programma strategico (cioè dal punto più alto delle contraddizioni di classe), attraverso i fronti fino alle Brigate.

I Fronti sono così i vettori della linea politica dell'Organizzazione, che entrano in rapporto dialettico con i poli d'intervento (Colonne), dove questi assumono il ruolo di terreno di classe in cui la linea politica generale si media e si articola con la realtà di movimento.

L'ITALIA È L'ANELLO DEBOLE DELLA CATENA IMPERIALISTA

Le categorie leniniste di "catena imperialista" e "anello debole" determinate da quella esigenza strutturale del capitale che è lo sviluppo ineguale, si esplicitano oggi in modo particolarmente evidente nell'area mediterranea; nel divenire della crisi la linea di demarcazione tra rivoluzione e controrivoluzione non sta più solo ai confini, ma si sposta sempre più verso il centro della metropoli imperialista. Infatti all'interno della catena imperialista mondiale, tutto il sud Europa e il nord Africa, rappresentano oggi un punto delicatissimo determinato dall'incrociarsi qui di due contraddizioni, entrambe risolubili dall'imperialismo solo con la guerra. La prima è quella tra nord e sud, tra sviluppo e "sotto-sviluppo", contraddizione destinata a un continuo inevitabile aggravamento dell'approfondirsi della crisi; la seconda è quella tra imperialismo e socialimperialismo, e qui si confrontano in un'area per entrambi vitale, con grossi punti di instabilità, e che è, inoltre, il ponte determinante per il controllo del medio oriente, strategico per le sue riserve petrolifere. E' questa duplicità di contraddizioni che rende la situazione estremamente fluida, e la presenza diplomatica e militare dell'imperialismo, sempre più massiccia, non dimostra tanto la sua forza, quanto la sua debolezza strategica nel settore. Sui paesi di quest'area si è scaricata una quota rilevante delle contraddizioni maturate dalla crisi del capi-tale, e questa ha causato la rottura degli equilibri complessivi economici, sociali e politici, preesistenti, generando una accelerazione violenta dello scontro di classe, che in più punti ha raggiunto la fase della guerra civile, strisciante, o anche aperta; (Italia, Turchia, Libano, p. es.). L'Italia, poi, introverte entrambe le contraddizioni; infatti il sottosviluppo in funzione dello sviluppo è un problema ormai storico, da noi; e oggi il divario tra aree sviluppate e non, tende a crescere non solo proporzionalmente ma anche in termini assoluti, generando contraddizioni sempre più esplosive.

La contraddizione tra imperialismo e socialimperialismo è introvertita qui con la presenza del Partito "Comunista" più forte e del capitalismo di stato più esteso dell'Europa occ. Di tutto questo la strategia di liberazione del proletariato deve tenerne conto. Ultima provincia dell'impero, l'Italia funziona da "culo di sacco", pattumiera d'Europa e cioè da area alla quale la divisione internazionale assegna una funzione tutt'altro che esaltante: pagare con il lavoro supersfruttato e con la disoccupazione selvaggia del nostro proletariato una quota rilevante dei costi della crisi generale del sistema; funzionare da ammortizzatore rispetto agli "anelli" più forti; fare quei lavori sporchi-pesanti-nocivi-inquinanti-assassini che nessuno, proprio nessuno, vuole più fare. Guerriglia vuol dire anche rifiuto della condizione di "negri-bianchi" dell'imperialismo, rifiuto di una subalternità economica, politica, culturale, scientifica, psicologica, che la quinta colonna democristiana ci vuole imporre a qualsiasi costo. Guerriglia vuol dire rifiuto di questa collocazione da "paese di serie B" dentro il sistema democratico occidentale, non per una questione di sciovinismo metropolitano, ma perché rifiutiamo di considerare il nostro

futuro dentro i limiti del modo di produzione capitalistico e in complicità con l'imperialismo, che è il peggior nemico dei popoli e del proletariato mondiale. Sconfiggeremo l'imperialismo! E lo fa-remo insieme a tutte le forze che in tutto il mondo hanno impugnato le armi e cominciato a lottare.

LA GUERRIGLIA È LA FORMA DI ORGANIZZAZIONE DELL'INTERNAZIONALISMO PROLETARIO NELLE METROPOLI

Sviluppando il suo attacco contro lo SIM la guerriglia si de-finisce necessariamente anche come fronte metropolitano della guerra di liberazione mondiale contro l'imperialismo.

La guerriglia è la forma di organizzazione dell'internazionalismo proletario nelle metropoli. È il soggetto della ricostruzione della politica proletaria a livello internazionale.

Internazionalismo proletario vuol dire per noi in primo luogo approfondire lo scontro con la borghesia imperialista della nostra area. Si incaricherà la stessa struttura di dominio, rigidamente centralizzata e integrata, a trasmettere e ad ampliare gli effetti dei nostri attacchi lungo tutta la catena. Ma se ciò è pacifico, è necessario tuttavia chiarire che ciò va inteso nel senso preciso che abbiamo dato alla parola d'ordine: disarticolare il processo di controrivoluzione imperialista portando l'attacco ai centri vitali dello Stato perché, ovviamente qualsiasi attacco di qualsivoglia intensità su contraddizioni secondarie non otterrà alcun effetto in questa direzione.

L'internazionalismo proletario, in secondo luogo, vuoi dire prendere atto del processo di generalizzazione della guerriglia sul continente Europa.

La RAF (Frazione Armata Rossa) nella Germania occidentale, i NAPAP (Nuclei Armati per l'Autonomia Popolare) in Francia, e movimenti autonomisti a carattere socialista, proprio perché si situano sullo stesso fronte e attaccano le rispettive sezioni nazionali dello stesso nemico, — la borghesia imperialista, — costituiscono per la nostra lotta punti di riferimento irrinunciabili rispetto ai quali è necessario sviluppare un massimo storicamente possibile di "collaborazione operativa", sostegno reciproco, solidarietà.

Per troppo tempo si è sottovalutato questo problema, per troppo tempo si è scambiata la necessaria scelta del punto di partenza "nazionale" dell'iniziativa e dell'organizzazione guerrigliera per una scelta limitativa, questo limite oggi è diventato insopportabile. La crescita e la forza della nostra organizzazione (che va valutata con molto realismo e la dovuta modestia), lo sviluppo poderoso della guerra di classe su tutto il continente europeo, l'indicazione che ci viene dalla parte più avanzata del proletariato internazionale ci impone un nuovo compito: procedere, con ogni iniziativa possibile, all'integrazione politica delle forze e delle Organizzazioni Comuniste che combattono in Europa in una strategia ant imperialista.

Va inteso che "integrazione politica" non è "l'internazionale del terrorismo" come vanno strillando gli sfiatati tromboni della guerra psicologica, perché quella c'è già: è la mostruosa macchina sanguinaria dell'imperialismo.

Integrazione politica per noi significa confronto costruttivo, ricerca costante nei programmi tattici e strategici di tutti quei terreni di lotta che saldino nei fatti l'iniziativa rivoluzionaria delle Organizzazioni Comuniste Combattenti Europee, che siano punto di riferimento per tutto il proletariato del nostro continente. Siamo convinti che "rompere l'isolamento", creare le condizioni per la più vasta azione comune delle Organizzazioni Comuniste Combattenti Europee sarà, per il prossimo periodo, un banco di prova su cui misurare la maturità da esse raggiunta e costituisce la possibilità per un formidabile avanzamento della guerra di classe in Europa.

Del resto, dopo il duplice massacro di Stammheim e Mogadiscio, la dimensione continentale sulla quale calibrare la strategia della guerra di classe rivoluzionaria per il comunismo è apparsa in tutta la sua evidenza a tutte le avanguardie combattenti che sono scese in lotta (in ogni paese d'Europa). Non si è trattato di un moto di semplice solidarietà

e neppure di manifestazioni di "orrore e sdegno democratico" nei confronti della "soluzione finale" varata dal governo tedesco. Invece, il carattere essenziale della risposta offensiva si è dato nella individuazione comune a tutte le forze di classe che si sono attivate nei vari paesi, della borghesia imperialista e della sua sezione tedesca come nemico principale dell'intero proletariato metropolitano e delle sue lotte di liberazione per una società comunista. Ovunque e a tutti è apparso immediatamente chiaro il carattere antimperialista e unitario della guerra di classe che pur si svolge in forme specifiche e con tempi propri in ciascun paese. Forme e tempi definiti dallo sviluppo economico e politico ineguale che resta una legge assoluta del capitalismo — come ha dimostrato Lenin — e dalla quale discende la possibilità stessa del trionfo del socialismo, all'inizio in alcuni paesi o anche in un solo paese separatamente.

95

Si è svelato finalmente, il 18 ottobre che un nuovo internazionalismo proletario offensivo era maturato nella coscienza delle avanguardie combattenti, fuori e contro la retorica asfissiante e truffaldina della sinistra riformista e revisionista.

Alcuni hanno obiettato che questa risposta offensiva non deve essere sopravvalutata perché essa resta pur sempre fondamentalmente "spontanea". Se le cose stanno così non resta alle Organizzazioni di guerriglia che raccogliere questo impulso, questa indicazione, questo vasto e profondo bisogno e renderlo più maturo, più forte, organizzato.

Internazionalismo proletario, infine, e non come pura e semplice dichiarazione di principio, vuoi dire per noi metterci al fianco di tutti coloro che lottano in qualsiasi parte del mondo contro l'imperialismo e in particolare nell'area medio-orientale, a fianco dell'eroico popolo palestinese, coscienti come siamo che fino a quando questo orribile mostro non sarà definitivamente annichilito la lotta di liberazione per il comunismo non sarà terminata'

PROLETARI DI TUTTO

IL MONDO

UNIAMOCI

Risoluzione della Direzione Strategica (1980)

ottobre 1980

LA CRISI DEL MODO DI PRODUZIONE DIVENTA CONTRORIVOLUZIONE PREVENTIVA.

Nell'analisi che abbiamo svolto in questi anni abbiamo spesso parlato della crisi irreversibile che colpisce il modo di produzione capitalistico e abbiamo anche spiegato che questa crisi non significa crollo automatico del modo di produzione stesso. Abbiamo invece visto come le vecchie "crisi cicliche" del capitale si siano fatte sempre più frequenti e più profonde, sino a giungere alla fase attuale, caratterizzata da un intreccio simultaneo, persino all'interno delle stesse aree e degli stessi settori, di crisi di sviluppo in un insieme sempre più contraddittorio e lacerante. Siamo convinti che tutto ciò sia il segno che il modo di produzione capitalistico è storicamente giunto alla fase della sua crisi ultima, e dunque al punto in cui comincia la sua estinzione. Come un dinosauro morente, la sua agonia sarà lunga, e i suoi colpi di coda tremendi. Ma la rivoluzione lo ucciderà. Alla radice della crisi sta il meccanismo stesso dell'accumulazione capitalistica. Per questo essa non può essere curata in alcun modo, ed è mortale. Il capitale accumulato riesce ad essere valorizzato —e cioè a funzionare appunto come capitale— con difficoltà sempre maggiori. Un numero sempre più ristretto di produttori diretti, di forza lavoro viva, è costretto infatti a valorizzare un capitale morto (macchine, materie prime, ecc ecc) sempre più grande. E d'altra parte forze produttive immense sono castrate, costrette a svilupparsi solo nei modi e nella misura compatibili con le leggi del profitto. Oggi i rapporti di produzione capitalistici —rapporti tra le classi, rapporti tra uomini— strangolano lo sviluppo delle forze produttive; oggi la crisi storica del modo di produzione basato sui valori di scambio, si scatena a livello planetario. Solo i capitalisti più grandi ed aggressivi riescono a sopravvivere, divorando anelli più piccoli, mentre l'intero sviluppo capitalistico nella sua fase di declino, è costretto a basarsi sulle conquiste di sempre più larghe posizioni di monopolio di settori produttivi e di aree di mercato; a centralizzarsi su scala sempre più vasta oltre i confini degli Stati nazionali; a catturare lo Stato per usarne tutta la forza a sostegno delle traballanti leggi dell'accumulazione. Ma all'orizzonte, come al solito in tempi di crisi del capitale, c'è l'unica medicina che fin qui si è dimostrata veramente efficace: la guerra imperialista. Del resto, il mondo è già in guerra, e ogni giorno più velocemente precipita verso la guerra. Solo producendo per distruggere, distruggendo per poter produrre, nella forma esasperata della guerra imperialista, il capitale multinazionale può sperare ormai di ritardare la sua fine. Contemporaneamente, sul piano interno, si realizza una strategia indivisibile di tutte le frazioni della borghesia intorno alla sua frazione dominante, per un attacco rinnovato, in forme sempre più sistematiche e feroci alle condizioni di vita delle masse proletarie, spremendo da una parte di esse il massimo di plusvalore, e condannando l'altra alla precaria marginalità del lavoro nero e dell'emarginazione totale. L'accentuarsi delle contraddizioni intercapitalistiche su scala internazionale si rovescia all'interno delle forme congiunte dello sfruttamento e della crisi economica, entro un progetto complessivo di controrivoluzione preventiva che si traduce in una filosofia molto semplice: più i padroni e loro servi si scannano tra loro nel mondo, più si devono unire contro i proletari di casa loro. La controrivoluzione preventiva è l'aspetto dominante di una strategia nella quale si riassumono le tendenze alla guerra imperialista sul piano internazionale e la ristrutturazione sul piano interno. Essa significa che su ogni strato proletario si abbatte la repressione, che le conquiste di un decennio di lotte operaie vengono messe in discussione, che si allarga la disoccupazione, che aumenta la stratificazione proletaria. Il "nuovo modo di produrre" mostra che l'unico sviluppo possibile del capitale è quello della sua miseria e della sua violenza. La repressione assume un carattere "strutturale": non è in proporzione diretta

conseguenziale alle singole lotte. La Thatcher in Inghilterra e Cossiga e i suoi successori in Italia, ai di là delle diverse storie della soggettività di classe nei due paesi, devono reagire con la stessa durezza ad ogni esigenza proletaria. Ma la crisi dei capitalisti non è la crisi dei proletari. Se infatti per i capitalisti crisi vuoi dire guerra imperialista e controrivoluzione preventiva, per i proletari la lotta armata per il Comunismo si afferma e vive come la strategia che, attraverso una precipitazione rivoluzionaria della crisi, porta al superamento del modo di produzione capitalistico. La crisi deve quindi essere analizzata non solo dal punto di vista del capitale ma anche da quello della rivoluzione proletaria, la sola che potrà seppellire la vecchia società e che già oggi costituisce, nella lotta, l'unico futuro possibile: il Comunismo.

1- DALLA PROGETTAZIONE ALL'ATTUAZIONE DEL PIANO CONTRORIVOLUZIONARIO.

Negli anni passati, sotto l'incalzare della crisi dell'imperialismo sul piano internazionale dovuta essenzialmente alle contraddizioni insolubili insite in questo sistema, sotto la sferza di un movimento di classe ben fermo a non subirne passivamente gli effetti disastrosi, la borghesia italiana ha cercato di definire un piano di ristrutturazione rivolto non già ad attivare i meccanismi di un improbabile ulteriore sviluppo, ma a mantenere inalterate le possibilità del suo dominio. La crisi non ha possibilità di sbocchi positivi nell'ambito del sistema economico—politico—militare imperialista, nel senso che, comunque la si rigiri, questo sistema è diventato il vicolo cieco in cui non può passare un allargamento della base produttiva, un'avanzata dello sviluppo economico. Di qui l'impossibilità di un superamento degli elementi congeniti che costituiscono la crisi stessa, che anzi tendono ad aumentare ed acuirsi nella loro gravità. Lo stato di crisi permanente è la condizione alla quale la borghesia stessa è da tempo rassegnata senza illusioni. Ma la crisi di per sé non genera un crollo catastrofico ed istantaneo, genera solo un sistema di vita sempre più miserevole e barbaro per milioni di proletari. Come pure crisi permanente non significa immobilismo della borghesia, tutt'altro. Significa che la borghesia, senza più prospettive di evoluzione, si affanna e si agita in una rincorsa perenne delle contraddizioni di classe, con l'unico scopo di poterle controllare e di ritardarne l'esplosione. Questa rincorsa, per quanto affannosa, non è mai inconsulta e priva di logica, ma assume la logica di una ristrutturazione continua e radicale, di un piano articolato, entro cui si definisce il modo in cui, in una determinata fase le contraddizioni di classe vengono affrontate. La ristrutturazione non va confusa con il riformismo, il quale, anzi in questa fase celebra il proprio funerale, ma rappresenta il tentativo disperato e senza soluzione di continuità di agire cambiando continuamente le carte in tavola nei meccanismi interni dell'accumulazione del capitale, al fine di scompaginare continuamente la composizione di classe. Ma il risultato è sempre uno solo: a un temporaneo tamponamento delle contraddizioni in qualche settore di classe, corrisponde inevitabilmente l'allargamento e l'approfondimento in altri. Al temporaneo strangolamento della capacità e possibilità di movimento di qualche componente di classe —che successivamente si ripresenterà in modo ancor più radicale— corrisponde un allargarsi dell'area sociale investita dagli effetti della crisi, inducendo alla mobilitazione ed alla lotta nuove frange del proletariato. Crisi—ristrutturazione—movimento di classe sono così legati da una indissolubile dialettica ed è lo stadio di maturazione raggiunto da ciascuno di essi nell'intima connessione con gli altri che configura la fase di scontro e la congiuntura politica. Se guardiamo un attimo al periodo appena trascorso, si vede che la borghesia era alla ricerca di un piano complessivo, di una ristrutturazione globale per battere tutto ciò che il ciclo di lotte degli anni '70 aveva prodotto, e si attrezzava per l'attacco frontale all'insieme dei livelli politici e organizzativi raggiunti dalla classe, ivi compresa la nascente guerriglia. Le direttrici fondamentali di tutto ciò sono state dettate dalle centrali imperialiste internazionali, e hanno seguito criteri di costruzione di quello

che abbiamo chiamato “Stato imperialista delle multinazionali”, dai connotati caratteristici che individuavamo in crescente militarizzazione, crescente centralizzazione dello Esecutivo, strategie economiche dell'imperialismo, ecc. L'elaborazione di questo piano non avveniva in astratto, ma si calava nella realtà italiana con la peculiarità delle sue contraddizioni, costituite in particolare dalla composizione di classe e dagli equilibri politici che ne derivano, e quindi con tutte le tendenze contrastanti che l'imposizione ferrea del progetto imperialista non poteva non produrre. In sostanza, la fase di cui stiamo parlando, è quella contraddistinta da un ciclo di lotte, all'interno delle quali è nata la guerriglia a cui si è contrapposta una “preparazione” della controrivoluzione imperialista lanciata in un piano complessivo di ristrutturazione economico—politico—militare. Ora diciamo che la fase è cambiata. Vuol dire che ci troviamo ad un punto della dialettica—scontro tra crisi—ristrutturazione—movimento di classe diverso da quello precedente. Ci troviamo ora in presenza di un'attuazione accelerata del piano controrivoluzionario. Si può constatare che per la borghesia non si tratta più di omogeneizzare le linee di tendenza al proprio interno per ricondurle tutte nei binari pensati ed imposti dal capitale monopolistico e dalle centrali multinazionali, ma di dar corso e attuazione nella realtà italiana alle direttive che da queste vengono imposte. Ad esempio, rilevavamo che il sistema politico italiano era alla ricerca di una ridefinizione delle forze proiettate nella strategia imperialista, controllate ed immediatamente utilizzabili ai fini degli interessi degli imperialisti. Si presentava quindi la necessità di far emergere in ciascun partito della borghesia il personale politico adatto allo scopo, di qualificare per ciascun partito il ruolo dipendente dalle linee generali dell'imperialismo e ad esse vincolarne l'azione, di sfrondate il regime dalle forze centrifughe che ritardavano il compattamento, di liberarsi dei “compromessi” con chi non era in grado di adeguarvisi rapidamente. Ora Questo scopo è raggiunto, e la cricca delle nuove alleanze di governo ne è la dimostrazione. Diventa ora importante comprendere non solo le direttrici generali del progetto imperialista, ma penetrare nel bozzolo che lo ha incubato per anni, cogliere il modo concreto in cui si sta attuando, cogliere tutte le implicazioni politiche—economiche—militari per la classe, perché il passaggio dello scontro da una fase ad un'altra ha proprio questo punto di partenza: l'accelerata attuazione del progetto di controrivoluzione attraverso la forzata applicazione di un progetto di ristrutturazione che, oggi, dalle sperimentazioni, dai tentativi, dalle esortazioni —dalle idee e dalle chiacchiere, insomma— passa alla veemente, inflessibile attuazione delle cose concrete. Questo incide profondamente nella composizione delle classe e nelle sue condizioni di vita. Vediamo per prima cosa che l'attuazione delle politiche economiche imperialiste investe come un rullo compressore tutto l'insieme delle componenti di classe proletaria, nessuna esclusa, ciascuna toccata pesantemente nella sua specificità e senza la possibilità di sottrarsi, nel suo proprio ambito, ad un confronto diretto con la globalità del piano nemico. Vengono così a dilatarsi i confini sociali in cui si esplica l'aggressione padronale per cui componenti proletarie, fino ad ora parzialmente privilegiate dalle possibilità di redistribuzione del reddito, si ritrovano ora a essere oggetto di un attacco tremendo, il bersaglio su cui calano i fendenti della crisi. Si è dunque allargato il fronte delle componenti che, schiacciate dalla crisi e dalla ristrutturazione si presentano come dato ineliminabile in contrapposizione di interessi, di bisogni, di potere con la borghesia. Ci si ritrova così di fronte ad un solo dilemma: o accettare lo scontro globale rivoluzionario, o subire senza speranza. Il dato nuovo è proprio questo. La crisi si abbatte su strati proletari allargati (diversi dalla classe operaia) che già da oggi vivono in termini antagonisti e oggettivamente rivoluzionari la ristrutturazione capitalistica: al nord come al sud, nella piccola come nella grande fabbrica, nel quartiere ghetto come nelle corsie dell'ospedale. Si dà quindi oggi la possibilità, storicamente reale, che il movimento rivoluzionario sia movimento di grandi masse, che la ribellione prodotta da questo stato di cose si trasformi

in guerra rivoluzionaria. Tutte le questioni che in questi ultimi anni l'avanguardia comunista aveva sollevato ed affrontato sono divenute parte del vissuto proletario, contraddizione viva, concreta, verificabile (e parimenti insopportabile) dei soggetti politici e sociali subalterni e sfruttati in questa società. La strategia imperialista, individuata, smascherata, denunciata dalle avanguardie, è oggi per grandi masse di proletari la realtà quotidiana, la cruda esistenza di ogni giorno. Il ritmo incalzante della ristrutturazione fa esplodere l'inconciliabilità tra esigenza del capitale e bisogni proletari, per cui ogni istanza proletaria, se pur minima, se pur parziale, non è più né assorbibile né cavalcabile dal capitale ma mette immediatamente in crisi la globalità del piano e la sua attuabilità, con la conseguenza che lo scontro diventa altrettanto immediatamente scontro di potere. Questo è l'altro dato che caratterizza la fase: nell'attuale situazione il proletariato comunque ponga il soddisfacimento dei propri bisogni immediati, non essendo questi riconducibili, nella loro generalità, all'interno del piano di ristrutturazione, si colloca subito in modo sovversivo, e ogni reale momento di lotta diventa momento di frattura politicamente insanabile. Per contro, si apre la possibilità di una saldatura, ora ad un livello enormemente più alto, tra strategia rivoluzionaria di lungo periodo e scontro di classe nell'immediato; tra programma comunista e pratica di massa; tra lotta per il potere e lotta per obiettivi immediati. Non solo questo, ma si sono create le condizioni perché si produca e si concretizzi un livello politico—organizzativo delle “articolarioni del potere proletario”. Si dà cioè nelle attuali condizioni la possibilità che lo scontro espresso dal movimento di resistenza proletario; (che, ricordiamo, è un movimento di massa; è l'insieme dei comportamenti della classe antagonisti alla ristrutturazione) sedimenti in modo cosciente e irremovibile gli organismi rivoluzionari delle masse, anelli indispensabili del sistema del potere proletario. La strategia della lotta armata può trovare oggi una nuova, ricca e formidabile articolazione. Che questa possibilità esista è confermato anche dal modo con cui la strategia della lotta armata viene oggi vissuta dalla parte più combattiva del proletariato. La lotta armata non è più solo il punto di riferimento costituito dall'avanguardia combattente nella lotta contro lo Stato, l'indicazione strategica per la presa del potere, la prefigurazione della forza e della potenza del movimento di massa rivoluzionario, una “ipotesi” politica da verificare e che deve dimostrare di essere credibile. Non è più solo questo e non ha più questi limiti, ma divenuta la pratica necessaria e possibile per vaste masse di proletari, per non subire, per continuare a lottare. Diceva un operaio della Montedison (uno dei tanti) a un allibito intervistatore in occasione di una processione sindacale per l'esecuzione di Gori: “Abbiamo speso tante energie, le abbiamo provate tutte in tanti anni di lotta, senza cambiare nulla su questi problemi di Marghera: comincio a pensare che la strada giusta sia quest'altra, e che bisogna fare come loro”. Il problema di cui parlava è quello che fa di Marghera una camera a gas per una popolazione di 150.000 persone, e le fabbriche della zona altrettanti mattatoi per gli operai che ci lavorano. “La strada giusta” a cui si riferiva è la lotta armata e “loro” sono le Brigate Rosse. Questo per dire che oggi la lotta armata non viene vista come qualcosa con cui simpatizzare o verso cui emotivamente e istintivamente applaudire ma come la strategia “giusta” per combattere sui problemi concreti e immediati, come la pratica capace di modificare i rapporti di forza tra proletariato e borghesia. La lotta armata è diventata necessaria per milioni di proletari, per i quali non si pone più il problema di solidarizzare con le OCC (e su questo le discriminanti sono nettissime) ma di appropriarsi di una linea capace di rompere l'accerchiamento soffocante del nemico, di demolire, nelle piccole come nelle grandi cose, le insopportabili condizioni della propria vita. Se tutto ciò caratterizza il passaggio alla fase attuale, occorre cogliere nel contempo, senza la benché minima approssimazione, le peculiarità dell'attuale congiuntura politica. Senza cogliere la particolarità della congiuntura non è possibile dare efficacia alla nostra proposta, non è possibile essere realmente dialettici rispetto alla organizzazione e al la

lotta delle masse. Cosa bisogna considerare per valutare la congiuntura politica? Come dice la DS '78, gli elementi da tenere in considerazione sono tre: uno, il terreno dominante su cui si muove l'iniziativa controrivoluzionaria della borghesia imperialista; due, le condizioni particolari e specifiche che caratterizzano il movimento di resistenza offensivo, e in particolare gli strati proletari più combattivi; tre, lo stato reale del Partito o comunque dell'avanguardia armata. Dobbiamo quindi analizzare questi tre elementi così come ci si presentano qui e oggi, con estrema esattezza, anche se non dobbiamo cristallizzare il nostro giudizio come in una fotografia, ma vederne il loro possibile sviluppo.

II. CONGIUNTURA E RISTRUTTURAZIONE.

A. La ristrutturazione industriale L'attuazione delle politiche economiche in Italia, segue con monotona coerenza le direttive delle centrali imperialiste. L'Italia, in quanto è anello debole della catena imperialista, assume su di sé gli aspetti più contraddittori e laceranti della crisi internazionale. In altre parole, al nostro paese spettano i lavori più schifosi, e i capitalisti italiani saranno quelli con l'acqua alla gola più di tutti. Perciò la recessione, provocata dal fatto che il crollo degli investimenti, l'inflazione e la disoccupazione sono ormai delle costanti, si sta traducendo a partire dall'autunno in una offensiva senza precedenti contro i proletari. Ma non in tutti i settori tira aria di crisi. In alcuni le cose vanno a gonfie vele: quelli legati all'industria bellica. E' questo il campo strategico della ristrutturazione industriale: sempre più l'economia diventa economia di guerra. L'unica produzione che apparentemente non crea ulteriori fattori di crisi economica è quella destinata ad essere distrutta ed a distruggere. L'industria bellica vera e propria e quella parte di settori ad essa collegati (nell'elettronica, nel nucleare, in alcune componenti meccaniche, ecc) hanno avuto un enorme sviluppo proprio in questi anni, tanto che l'Italia è il quarto paese nella graduatoria mondiale dei paesi esportatori. Naturalmente, questa presenza sul mercato mondiale degli armamenti è subordinata alle direttive generali dell'imperialismo americano, che opera un rigido controllo politico su questo settore, e "indirizza" la produzione italiana di armi —nella quale è direttamente presente con uomini e capitali suoi— secondo le esigenze del momento: per esempio, è noto che dall'America è arrivato il "via" all'Italia per un massiccio rifornimento di armi all'Iraq, proprio poco tempo prima che incominciasse la guerra con l'Iran. Alla regolamentazione americana della produzione di guerra e della sua esportazione, deve corrispondere, per i capitalisti nostrani, un adeguamento della struttura produttiva secondo queste finalità. Essendo l'industria italiana fortemente caratterizzata da una tecnologia medio—alta, essa si trova già in una posizione di vantaggio per assolvere a questo compito. Ma, perciò deve realizzare attraverso la ristrutturazione una differenziazione produttiva che "ricicli" in funzione della produzione di armamenti una parte sempre più rilevante degli impianti. Si tratta cioè di specializzare all'interno di ciascun settore industriale un ciclo per la produzione di guerra, separandolo, potenziandolo, e costruendovi sopra una organizzazione del lavoro dalle caratteristiche sempre più "militari". Oggi, infatti, la produzione bellica percorre verticalmente tutto l'apparato industriale italiano dalla siderurgia alla meccanica fine, dall'industria dell'auto all'elettronica, per finire, recentemente, alla chimica e alla farmaceutica. Accanto alle fabbriche esclusivamente dedite alla produzione bellica, assistiamo allo sviluppo in ogni grossa azienda, sia privata che di Stato, di reparti organicamente progettati per dare vita alla produzione di armi: questo accade su scala sempre più ampia alla Fiat, per esempio, all'Ansaldo, alla Borletti, alla GTE, ecc. Tutto ciò potendo e dovendo differenziare la produzione a questo fine, è una vera manna dal cielo per i capitalisti più in crisi. Si veda il caso della Fiat, che, in crisi nel settore dell'auto, trova in quello bellico una grossa valvola di sfogo, così come la trova la cantieristica, che si ristruttura quasi esclusivamente per la produzione di navi da guerra e lascia così la maggior parte della classe operaia occupata nel settore alla mercé

dei più selvaggi piani di ristrutturazione e riduzione del personale. Data la tendenza accelerata alla guerra dell'imperialismo, e l'enorme quantità di risorse buttate nella corsa agli armamenti, si capisce dunque bene come questo settore sia e sarà sempre più privilegiato negli investimenti. Ma ciò, in quanto destinato in ultima analisi alla distruzione non solo di merci ma anche di capitali, porta fatalmente non già a risolvere ma a ingenerare ulteriori fattori di crisi, nel quadro della crisi generale dell'imperialismo. Il ruolo dell'anello debole Italia, dal punto di vista economico e politico, si traduce nel suo opposto dal punto di vista militare, data la sua posizione geopolitica. L'intera economia italiana si subordina allora all'esigenza Nato di trasformare il fianco sud dell'alleanza in un fondamentale cardine strategico. E' un tema che dobbiamo approfondire, nel senso che già oggi la lotta di classe in Italia vive dentro questi rapporti di forza, e si trova dunque nella necessità obiettiva di qualificarsi sempre più in senso antimperialista, all'interno di una nuova strategia internazionalista del proletariato. La vastità dei temi che solleva l'analisi della ristrutturazione imperialista sta in realtà alla base della definizione di un Programma Politico di Congiuntura. Non vogliamo affrontare qui complessivamente questo programma, ma fissare i punti essenziali, i terreni prioritari, per quanto parziali, sui quali cominciare a costruirlo, secondo una linea politica corretta. Nella fase dell'attuazione del progetto controrivoluzionario, i centri dello scontro laddove si giocano le mosse iniziali e fondamentali di una lunga partita, sono i luoghi concreti in cui si verifica l'oppressione del proletariato: le grandi fabbriche, per quanto riguarda l'aspetto generale dello scontro e le galere (e la politica della detenzione in genere) per quanto riguarda il cuore della politica dell'apparato statale. Avevamo individuato nel piano Pandolfi il piano economico nazionale che con la più grande coerenza, aderiva alle esigenze dell'imperialismo. Ed è tuttora su di esso che l'economia italiana si incanala, per rimanere nel novero dei paesi cosiddetti forti. Il piano si diceva triennale, ma a ben vedere sembra che abbia tempi di attuazione da qui all'eternità. Le sue chiarezze senza mezze misure diventano attacco selvaggio all'intero proletariato, per tamponare le numerose falle di un sistema produttivo destinato a svolgere le mansioni più utili e sporche nella divisione internazionale del lavoro dominata dagli americani. Si dovrà produrre solo ciò che non turba l'egemonia politica ed economica dei veri e forti padroni del carrozzone imperialista. E' questo l'imperativo politico che nel piano viene accolto e rispettato con servilismo nella definizione dei tagli di interi settori produttivi, nel saccheggio e nella distruzione di capacità del sistema industriale italiano. La chimica, la siderurgia, il ciclo dell'auto, la gran parte della elettronica, ecc, seguono tutti questo filo a piombo. Il crollo degli investimenti e il restringimento della base produttiva vengono sostituiti con due parole magiche: efficienza e produttività. In termini più propriamente economici, ciò significa forzare i meccanismi dell'accumulazione del capitale spingendo oltre ogni limite i con fini dello sfruttamento proletario. Il taglio della spesa pubblica, l'aggressione continua dei salari reali, la razionalizzazione dei settori produttivi, ecc, sono le mosse che vengono attuate dentro il disegno padronale per raggiungere questi obiettivi. Gli effetti che si riversano da tutto ciò sul proletariato sono oggi ben visibili nella realtà quotidiana: espulsione di classe operaia occupata e conseguente dilatazione del numero di disoccupati che vanno ad ingrossare le file dell'esercito industriale di riserva, o di una emarginazione ormai stabile. La mancanza di un reddito investe ora in un modo di gran lunga superiore segmenti di classe stritolata, soprattutto al sud, da una condizione di vita sempre più misera. I ritmi di lavoro non sono mai sufficientemente elevati, c'è sempre qualcosa di più da spremere sia dal lavoro operaio produttivo che da quello dei servizi, come rimedio universale in sostituzione del crollo degli investimenti. Non c'è un solo settore produttivo o improduttivo in cui la nocività non sia in vertiginoso aumento. In casi sempre più numerosi, come nel ciclo chimico o nel siderurgico o nel lavoro ospedaliero, si è arrivati a non avere garantita neppure la sopravvivenza. Cogli attuali rapporti di produzione e con

l'attuale classe dominante, l'opera dell'uomo sull'ambiente non sviluppa un potenziamento delle risorse umane naturali, ma la loro distruzione in un rapporto definitivamente stravolto. L'insieme di queste contraddizioni si è riversato negli anni scorsi sulla classe operaia delle piccole fabbriche e sui lavoratori dei settori produttivi, dove era più facile per il capitale muoversi sin da subito con estrema disinvoltura. Ma in ciò occorre vedere la conferma di quel che nel piano viene chiaramente ribadito: la centralità della grande impresa multinazionale. Questo non significa affatto che la grande impresa viene preservata dagli effetti della crisi, ma soltanto privilegiata dalla ristrutturazione, e che a pagare per primi i costi della crisi sono quei settori che, a differenza della grande impresa, sono meno abituati ai rigidi schemi della divisione internazionale del lavoro. Ma se l'intervento previsto dal piano in molti casi è stato attuato con la mano del chirurgo, con la grande impresa si opera con la mannaia del macellaio. E' Agnelli, naturalmente, che si è assunto l'incarico del capofila. L'offensiva scatenata contro la classe operaia Fiat, l'accordo capestro sui licenziamenti mascherati siglato con le confederazioni sindacali, dovrebbero essere le pietre miliari di un vero e proprio massacro politico della classe operaia. La capitolazione dei vertici sindacali che ha concluso la vertenza ci dà la misura di che razza di vicolo cieco sia la politica sindacale revisionista, e a qual suicidio essa inevitabilmente conduca (suicidio fra l'altro, che non risparmierà neppure i bonzi che ne sono gli apologeti, ma ci dà anche la misura della reale integrazione degli apparati del revisionismo nostrano con lo SIM). Naturalmente non si tratta più di ottenere il coinvolgimento del PCI attraverso la formula morotea della solidarietà nazionale, di consentire margini, seppur minimi di contrattazione sindacale, ma di mettere la firma di Lama in calce ai piani di Agnelli. C'è da dire che quest'offensiva il padronato italiano l'ha preparata con molta cura, e attraverso tappe facilmente identificabili: 61 licenziamenti esemplari alla Fiat che hanno di fatto dichiarato illegale ogni forma di lotta, lo sterminio di un'intera parte di avanguardie operaie, vera struttura portante del MPRO, accompagnata dall'arresto di centinaia di compagni; le migliaia di licenziamenti attuati silenziosamente questa estate per assenteismo, per arrivare infine allo scontro aperto generale di questo autunno. Ma è vero che per i padroni le cose stanno andando tutte così lisce? non ci sembra proprio. La reazione operaia contro la stangata governativo-sindacale di luglio, la lotta e la coscienza di classe espressa alla Fiat davanti ai cancelli e sotto i palchi dei bonzi sindacali, non sono solo una pesante ipoteca su questo progetto, ma costituiscono la materializzazione di un movimento di resistenza che nessuno si illude di avere battuto. Al contrario, la tenacia, la forza, la mobilitazione con cui la classe operaia resiste alla ristrutturazione, sono l'esaltante premessa di un nuovo ciclo di lotta durante il quale il potere proletario armato si estenderà e si rafforzerà. Quelle che oggi agli opportunisti appaiono come delle irrimediabili sconfitte, segnano invece la presa di coscienza per migliaia di operai della necessità della lotta armata per il comunismo e della necessità di progredire e organizzarsi per non farsi schiacciare. Anche questa volta i padroni e i loro lacchè sperano di avere vinto, ma anche questa volta si bruceranno le dita. Se la disperata ricerca di margini di profitto porta ad un attacco che si configura ormai nei termini dell'annientamento politico non bisogna pensare che esso non abbia una tattica, attraverso una simultaneità di strumenti che non va sottovalutata. La ristrutturazione delle fabbriche è oggi il centro dell'iniziativa antiproletaria, e pertanto oggetto degli sforzi congiunti delle forze controrivoluzionarie. Essa cioè non si limita a ridimensionare alcuni settori e a potenziarne altri secondo la maggiore composizione organica del capitale che quel tipo di produzione ha in sé, ma è una precisa strategia complessiva che attraversa ogni settore dell'economia industriale in profondità, nell'organizzazione del lavoro, nelle forme della composizione di classe, anche se tutto questo provoca non poche contraddizioni in campo borghese. La centralità politica della grande impresa dato il suo carattere multinazionale, ha avuto la sua verifica attraverso la

contrazione del mercato interno, volta a favorire l'inserimento dell'intera economia industriale nel mercato internazionale. Questa è una delle principali conseguenze della ricerca di maggiore "valore aggiunto" delle merci nell'attuale crisi. Questa politica economica è diventata unitaria (abbracciando settori avanzati e arretrati, grandi e piccole aziende). E ciò grazie all'ampliamento della struttura creditizia. Lo sviluppo del capitale finanziario è andato oltre alla funzione diretta di capitale bancario e industriale verso forme sempre più sofisticate di controllo da parte dello Stato—banca e delle grandi imprese. Finanziarie e consorti non si limitano a condizionare le scelte di mercato, contribuendo a modellare quest'ultimo, ma più in profondità definiscono spesso persino gli organici, la scelta del prodotto, la sua quantità nelle singole aziende in crisi, eccetera; da in lato questa struttura accentua i conflitti interborghesi (vedi la lotta contro il carattere anarchico dell'economia sommersa, lo scannamento fra borghesia privata e di Stato, ecc), ma dall'altro ha consentito sulla classe, che l'attacco all'occupazione diventasse il perno della ristrutturazione, in una regia sapientemente differenziata. L'attacco all'occupazione, per i modi in cui viene condotto, si traduce in processo continuo di stratificazione del proletariato, il quale è costretto a mutare le forme specifiche della sua composizione di classe. Per fare un esempio: parallelamente alla temporanea sospensione dei licenziamenti Fiat, sono stati sospesi una serie di crediti al mondo consortile delle piccole e medie aziende. Il che significa un ulteriore aumento di licenziamenti in questo comparto oltre quelli, previsti dalla Gepi che come tutti sanno è un ente di salvataggio. Sviluppo del controllo da parte del capitale finanziario (di Stato e privato, insieme) e attacco all'occupazione, oltre ad essere aspetti legati, sono momenti di fondamentale importanza in questa fase dello sviluppo capitalistico, quando la possibilità di investimento non dipende da possibilità reali di allargamento della base produttiva, ma dalla adattabilità alla sopravvivenza attraverso l'accumulo di tecnologie e la capacità di supersfruttamento. Sotto questo profilo, i settori di classe che non vivono gli aspetti più stridenti della ristrutturazione sono quelli appartenenti alla produzione considerata trainante, ad alta tecnologia. Ma in Italia questi settori occupano una parte ridotta dell'intero apparato industriale, dato il tipo particolare del nostro sviluppo capitalistico. Essi godono dei migliori appannaggi (data la larga presenza di capitale di Stato che monopolizza, per esempio, il settore nucleare), e occupano una classe operaia numericamente ristretta, con occupazione relativamente stabile e con una reale capacità professionale, adeguata alla tecnologia moderna. Perciò questi settori sono tanto importanti nell'analisi per capire l'evoluzione della ristrutturazione in generale, quanto poco indicativi della dinamica della lotta di classe. Centro dell'attacco della borghesia imperialista e cuore della lotta di classe in Italia sono gli operai che lavorano nei settori a tecnologia "media". Si tratta dei settori che caratterizzano la maggior parte dello sviluppo capitalistico italiano, non solo fino ad oggi, ma anche nel nostro futuro di paese di serie B. Si va dall'auto alla cantieristica civile che sono settori strutturalmente a tecnologia media al tipo di chimica o di siderurgia o persino di elettronica (civile) che l'Italia deve produrre non potendo aspirare a mete più raffinate per le quali dipende dai brevetti stranieri. Tutta questa produzione è quella in cui è concentrata la maggior parte della classe operaia delle grandi fabbriche, oltre che il maggior numero di operai in assoluto. E' prevalentemente in mano alle multinazionali private. Lo scontro tra borghesia privata e di Stato racchiude un conflitto di potere che ha questa base strutturale. La necessità di elevare la composizione organica del capitale in questo comparto non può tradursi semplicemente nell'aumento di capitale fisso rispetto alla situazione precedente. Ciò infatti significherebbe allargare la base produttiva in vista di una espansione del mercato: insomma ignorare la crisi, la economicità, il buon senso. Si realizzano allora le seguenti condizioni: 1) diminuzione degli occupati in rapporto al capitale fisso esistente; 2) riadeguamento dell'organizzazione della produzione alla nuova quantità della forza—lavoro impiegata con relativi investimenti in questo senso; 3)

conseguente rafforzamento dell'autorità della produzione come "piano", che si contrappone al singolo operaio nel mantenere i nuovi livelli di sfruttamento. Oggi, come vediamo, il primo punto non si dà più con lo stillicidio dei licenziamenti nelle piccole fabbriche e il blocco del turn—over generalizzato, ma come un'ondata di licenziamenti, epicentro di un attacco economico-politico—militare che riguarda l'intera stratificazione proletaria e la sua capacità di lotta; a partire dai suoi punti più alti. Parallelamente, lo sviluppo dell'automazione vuole espropriare, con l'esasperata parcellizzazione del lavoro manuale, ogni possibilità della classi di contrapporsi al capitale a partire dal potere "contrattuale" costituite dalla conoscenza del processo produttivo complessivo; e vuole realizzare la possibilità materiale di sfruttare ancora di più la forza—lavoro viva. La rivoluzione industriale dell'informatica applicata non solo agli impianti, ma ormai anche a molti prodotti finiti, i microprocessori, che immettono in un unico pezzo quello che era il frutto meccanico di un'insieme di mansioni operaie professionalizzate. Due sono le conseguenze di questo processo sulla composizione di classe in questi settori (e quindi per la maggior parte, è la più combattiva della classe operaia). Da un lato si diffonde ancor di più la figura di classe più espropriata che abbiamo definito "operaio massa". Pensare all'operaio massa come l'addetto alle catene o alle "vecchie giostre" o ai "tappeti" e cose simili, legate ai compiti dell'assemblaggio, è quanto di più riduttivo si possa pensare. Da tempo oramai, con l'estendersi dell'informatica, ogni macchina utensile può trasformare il suo addetto in operaio massa anche nelle piccole fabbriche riciclate nella produzione della "scelta europea". Causa di questo processo è l'uso sempre più massiccio della scienza come forza produttiva contrapposta al lavoro manuale per mantenere gli attuali rapporti di produzione. Il corrispettivo della diffusione dell'operaio massa è perciò con tutta naturalezza l'aumento a dismisura delle funzioni di controllo. In parole povere, alle vecchie divisioni basate sulla professionalità si va oggi sostituendo una nuova forma di divisione, in cui il piano del capitale nella produzione appare in tutta la sua ostilità come controllo sul lavoro parcellizzato. Non solo i capi si trasformano in puri sbirri, ma le stesse aristocrazie operaie di vecchio tipo vengono via via sostituite da una nuova aristocrazia che si distingue dal fatto che nelle sue varie funzioni (sindacali e professionali) tocca sempre meno l'utensile per limitarsi a guardare quelli che lo usano: e quindi è improduttiva e non operaia. Mai come per questi strati di operai massa la presunta neutralità dello sviluppo delle forze produttive sbandierata dai revisionisti è apparsa in tutta la sua assurdità. Le forze produttive a partire da quel che è oggi la classe operaia, sono plasmate secondo gli attuali rapporti di produzione che appaiono in tutta la loro ferocia. Accanto a questi strati di classe si affiancano oggi altri dei settori a bassa tecnologia delle piccole e medie fabbriche, ed i lavoratori dei servizi. Il rastrellamento di una massa maggiore di plusvalore relativo di aziende a tecnologia media diventa, dove la tecnologia è più bassa, riserva di un maggiore plusvalore assoluto. La riduzione dei costi di lavoro, non potendo però avvenire tramite il prolungamento della giornata lavorativa, avviene attraverso lo "spremere al massimo quanto serve". L'industria di questi settori trasforma i suoi addetti in operai massa precari, la cui stabilità occupazionale sottostà ai minimi cambiamenti di "umore" del mercato, secondo le esigenze del giro grosso delle grandi imprese. Il carattere "indotto" di queste mondo non deriva più, cioè, solo dal fatto che in esso è concentrata la produzione della componentistica per le grandi imprese, perché è la sua stessa esistenza che è "indotta" come fenomeno direttamente dipendente dal sistema integrato della grande impresa attraverso i meccanismi della intermediazione finanziaria. Come già vedevamo in tendenza nella DS '78, la precarietà non riguarda più il singolo operaio, ma la stessa unità produttiva in cui l'operaio è inserito, come valvola di sfogo del sistema delle multinazionali. Abbiamo messo i lavoratori dei servizi alla stessa stregua di questi strati operai pur non essendo produttivi, per un motivo molto semplice: nella politica fiscale dello Stato essi rientrano ormai nella voce "taglio della

spesa pubblica”. Lo Stato, nella sua veste di imprenditore nei settori trainanti, nella sua veste di capitalista collettivo che deve mediare con le esigenze delle multinazionali private, di finanziatori di sbirri ecc, non può che rifarsi sotto questa voce. I lavoratori dei servizi perdono ogni residua sembianza di strati proletari privilegiati, sono destinati anch’essi a subire uno sfruttamento sempre maggiore, in un numero sempre minore. La ristrutturazione economica, e in particolare quella dell’apparato industriale, persegue quindi l’intento di accumulare capitale e di attivare meccanismi che a questo sono funzionali. Ma questo naturalmente ai capitalisti non basta. Essi sanno che devono sconfiggere la resistenza proletaria che il successo del loro piano è subordinato alla sconfitta del movimento di classe. Tutto il piano di ristrutturazione è informato infatti da due condizioni politiche: mobilità e militarizzazione. La mobilità è il principio che guida ogni mossa, anche la più piccola della ristrutturazione. Significa che, nel progettare la chiusura di una fabbrica, lo smembramento di un reparto, la modifica di un qualsiasi processo produttivo, l’obiettivo che i padroni tentano di raggiungere è quello di smembrare la composizione di classe, con una stratificazione in cui sia sempre più difficile l’identificazione proletaria e la possibilità di riunificare il proletariato. Per i capitalisti il proletariato serve “mobile” perché possa essere duttile e malleabile. Il restringimento della base produttiva segue certamente le esigenze economiche del capitale, ma nel modo di raggiungerlo deve ottenere lo scopo di impedire l’unità di classe, di frantumare l’organizzazione autonoma, di annichilire preventivamente la crescita e lo sviluppo della coscienza e della lotta proletaria. I licenziamenti non vogliono dire soltanto buttare un sacco di gente sul lastrico. Vogliono dire anche modificare profondamente la composizione dell’intero proletariato. Vuol dire rendere disponibile, perché ricattata, priva di reddito, una fetta sempre maggiore di proletari a lavoro nero, saltuario, precario. Si realizza così una dispersione della potenzialità proletaria nei mille rivoli del lavoro supersfruttato. Ogni movimento del capitale, ogni licenziamento, ogni capillare manovra è rivolta ad intaccare la composizione politica della classe, ed è per questo che la mobilità va combattuta come il peggiore dei nemici. Ed è per questo che la resistenza proletaria quando si misura su questo terreno è offensiva. E’ scontro di potere in una prospettiva di superamento delle divisioni di classe.. La militarizzazione è l’altro aspetto caratterizzante della ristrutturazione economica, che nel sistema produttivo raggiunge il massimo della sua applicazione.. Tutto il complesso progetto, settore per settore, di automazione della produzione tende a porre sotto un rigido controllo di tipo militare gli operai. Vale a dire: l’automazione ha come obiettivo quello di legare l’uomo alla macchina in modo che sia quest’ultima a determinare i ritmi e le scadenze, si cerca di così di rendere “oggettivo” il rapporto uomo—macchina e di annullare definitivamente la soggettività dell’operaio. L’organizzazione del lavoro punta attraverso l’applicazione di sistemi avanzati, a vincolare senza la possibilità di potersene sottrarre i comportamenti operai, la loro possibilità di interazione col loro lavoro, al meccanismo autonomo e determinato della catena produttiva. La speranza è che così facendo venga eliminata quella “fastidiosa” microconflittualità che la resistenza opera già pratica tutti i giorni. Ogni riforma del processo produttivo, dell’organizzazione del lavoro, per quanto mistificata e lubrificata dalla demagogia padronal—sindacale, è guidata da questo perfido intento: sottoporre in ogni luogo di lavoro, in ogni reparto, in ogni linea, la classe operaia ad un “nuovo modo di fare la produzione”, ad una nuova organizzazione che abbia in sé la capacità di castrare la soggettività operaia. Parallelamente a questi meccanismi oggettivi (insiti cioè nel processo produttivo), agiscono altri di tipo soggettivo. Sono i molteplici strumenti di controllo, aperti e sputtanati, quali i capi, i guardioni, i sindacalisti, i carabinieri sulle linee, i DIGOS, le schede di identificazione personale (applicazione superlativa dell’informatica per il controllo, per seguire in ogni istante i comportamenti individuali degli operai), le telecamere ovunque, ecc. E’ così che una fabbrica, un ospedale, uno scalo

ferroviario, assomigliano sempre più ad un campo di concentramento militarizzato a tal punto che il consenso operaio diventa superfluo, mentre decisiva è l'impostazione militare. Si può dire che gli unici "investimenti" fatti negli ultimi tre anni da capitalisti vanno unicamente in questa direzione. Se la mobilità è l'arma che crea la stratificazione, la militarizzazione è quella che nella stratificazione persegue l'annientamento. Questo è valido in ogni settore di classe. All'informatica impiegata per il controllo della grande fabbrica corrisponde l'impiego del blindato e la carica della polizia nella piccola; all'assedio permanente nei quartieri ghetto corrispondono le pistolettate omicide dei posti di blocco. LA MILITARIZZAZIONE E' LA LINEA STRATEGICA DELLA BORGHESIA PER MANTENERE SEMPRE PIU' FORZATAMENTE E VIOLENTAMENTE LE CONDIZIONI DELLO SFRUTTAMENTO E PER DISTRUGGERE NEL PROLETARIATO CIO' CHE E' VIRTUALMENTE POSSIBILE. Combatterla è compito primario delle forze rivoluzionarie. Combatterla, mobilitando il movimento di resistenza, per disarticolare e distruggere in ogni dove gli strumenti con cui si attua, va nel senso della guerra civile per il comunismo e della costruzione del potere proletario. Lo scontro tra la strategia padronale e gli interessi immediati del proletariato vive dunque in termini di assoluto antagonismo. L'attacco alle condizioni di vita e di lavoro non riguarda aspetti congiunturali (di mercato o di repressione di una singola lotta), ma vuole caratterizzare i termini essenziali di un'intera fase storica. All'interno di una complessa strategia economica e politica, il capitale intende cioè, di fronte alla crisi "rimodellare" le forze produttive nell'illusione di rendere eterni i suoi rapporti di produzione. E' per questo che l'attacco agli interessi immediati del proletariato prende anche i connotati dell'annientamento politico. Ma è anche per questo dunque che dal punto di vista operaio, la lotta immediata non può porsi in termini rivendicativi ma diventa scontro di potere. Da questa possibilità deriva la necessità dell'organizzazione comunista di unificare queste lotte all'interno di un programma di transizione al Comunismo. Occupazione, intensificazione dello sfruttamento, nuove forme di controllo e divisione, sono oggi terreni immediati sui quali bisogna saper individuare i nodi strategici del piano padronale. Infatti dietro l'attacco differenziato all'occupazione emerge il carattere politico di ogni licenziamento. Carattere politico, perché se per i padroni costituisce il punto centrale per una nuova stratificazione delle forze produttive, per i proletari lottare su questo terreno diventa l'articolazione specifica di un programma mirante a lavorare tutti per lavorare meno. Dunque assumere questa parola d'ordine a livello generale può determinare un elemento di unità per tutti i lavoratori, produttivi e improduttivi, può impedire che, per la sua complessa natura, la lotta contro la stratificazione proletaria (blocco del turn—over, accordi separati, cassa integrazione prolungata, mobilità, precarietà ...) si disperda in mille rivoli. OGNI LICENZIAMENTO E' POLITICO! NESSUN LICENZIAMENTO RIMARRA IMPUNITO! La macchina che segna i pezzi, la scheda perforata che determina il lavoro operaio, il capo sbirro, il sindacalista spia, sono gli aspetti più immediati e visibili, gli ostacoli più diretti di ogni lotta contro la repressione e lo sfruttamento. Lottare contro queste cose vuoi dire ormai mettere in discussione una divisione esasperata tra lavoro manuale e lavoro intellettuale, che avendo sempre meno qualsiasi giustificazione storica, si presenta sempre più come pura imposizione. CONTROLLARE I CONTROLLORI! SABOTARE E COLPIRE L'APPARATO DI CONTROLLO: I SUOI MEZZI, LE SUE STRUTTURE, I SUOI UOMINI! INDIVIDUARE, ISOLARE E COLPIRE LE SPIE E GLI INFILTRATI! Riduzione degli organici, nuove forme di divisione nell'organizzazione del lavoro, in connubio con le tecniche di automazione, tese a fare dipendere sempre più l'operaio dalla macchina, sono i mezzi che materializzano l'intensificazione dello sfruttamento. In questo quadro la nocività non è solo frutto di impianti o produzioni arretrate, ma esattamente l'opposto. Nelle mille forme in cui si

manifesta la resistenza operaia allo sfruttamento, essa deve assumere i al suo interno l'obiettivo che: **NESSUN REPARTO NOCIVO DEVE FUNZIONARE!** Questa parola d'ordine non mira ad ottenere qualche miglitoria nell'ambiente di lavoro o il pagamento di qualche indennità in più; ma a colpire il cuore delle multinazionali nelle loro scelte strategiche, ad affermare potere proletario armato per imporre le finalità collettive della produzione, a ribaltare l'attuale rapporto uomo—natura in una società diversa. **SABOTARE CON TUTTI I MEZZI L'INTELLIGIBILIZZAZIONE DELLO SFRUTTAMENTO! ANNIENTARE I MASSACRATORI DEL PROLETARIATO!**

B. La ristrutturazione dello Stato. 1. Lo Stato espressione della borghesia imperialista. Quando i rapporti di produzione strozzano l'ulteriore espansione delle forze produttive, quando cioè si produce il fenomeno della crisi generale del modo di produzione, la "politica" è costretta a tirare fuori i denti ed a assumere un ruolo determinante. E' la realtà economica, naturalmente, che provoca questa accentuazione del momento politico, determinato, in ultima istanza dal livello esclusivo delle contraddizioni fondamentali. Tra parentesi diciamo che questa affermazione non ha nulla di poco ortodosso dal punto di vista marxista. Il prevalere del "politico" in alcuni momenti storici non ha nulla a che vedere con la sua presunta autonomia! L'essenza della posizione dominante dello Stato nella fase di crisi generale sta nella molteplicità dei meccanismi economici, politici, sociali, giuridici, ideologici e militari che pone in essere e fa operare in ogni ambito, della società borghese in funzione della sua conservazione, cioè della conservazione dei rapporti capitalistici ormai superati. Il carattere strutturale della crisi non fa che potenziare il ruolo dello Stato quale rappresentante dell'interesse delle multinazionali. Se l'allargamento delle funzioni dello Stato, che sempre più deve intervenire per controbattere la tendenza alla crisi insita nel modo di produzione capitalistico, porta alla crisi della forma—Stato stessa, ciò non significa affatto che questa crisi ne diminuisca il ruolo. All'opposto essa spinge lo Stato ad un salto di qualità. Lo Stato diventa espressione politica reale della borghesia imperialista, perde l'aspetto di rappresentante complessivo dell'intera borghesia e assume definitivamente la forma di Stato imperialista delle multinazionali in quanto aumenta sempre più, in questa fase, l'influenza sostanziale che nel processo di formazione delle decisioni strategiche viene esercitata dalla frazione monopolistica multinazionale del capitale. Lo Stato diventa la determinazione operativa delle centrali imperialiste, e passa decisamente all'attuazione del progetto controrivoluzionario. La politica dello Stato italiano oggi è l'applicazione puntuale delle direttive economiche del FMI e delle direttive politico—militari della Nato sotto la guida dell'imperialismo americano. Al di là delle apparenze di un quadro di democrazia parlamentare che viene formalmente e opportunamente mantenuto, da una parte, il personale politico imperialista si concentra nei ministeri e istituti chiave dello Stato (ministero del tesoro, banca d'Italia, ...) così come negli anelli del comando padronale (Confindustria Intersind, ...), i cui funzionari vengono oggi a costituire il nerbo dell'imperialismo, e dall'altra i CC diventano l'esercito antiproletario in tutta la complessità delle sue funzioni integrate nella strategia globale della Nato. Nella metamorfosi della forma dello Stato non possiamo vedere certo lo sviluppo di una politica socio—assistenziale, come gli scienziati borghesi si affannano a dimostrare, cioè una politica volta a porre rimedio alle contraddizioni dello sviluppo capitalistico attraverso una serie di interventi molteplici ed integrati nel sociale, quanto lo svilupparsi e il consolidarsi di una politica "social—militare". Lo Stato si determina come Stato della controrivoluzione preventiva con la funzione di garantire i presupposti stessi dell'accumulazione; e, contemporaneamente, di difenderli con la forza delle armi. **DA STATO PER IL CONTROLLO SOCIALE TENDE A TRASFORMARSI IN STATO PER LA GUERRA.** Ma esso non riesce più a risolvere la questione decisiva: **LA GOVERNABILITÀ DEL SISTEMA.** Perché nessun Esecutivo, per quanto onnipotente,

riuscirà mai a mettere d'accordo le richieste degli strati sociali super sfruttati, marginalizzati, dalla riduzione della base produttiva, privati di realistico futuro, con le leggi dell'accumulazione capitalistica. Proprio per questo le contraddizioni che l'intervento dello Stato produce nei confronti della borghesia e all'interno delle sue diverse frazioni andranno adeguatamente considerate, per individuarne i punti deboli e portare con più efficacia il nostro attacco. Non devono però esser sopravvalutate se non si vogliono correre tragici errori nella valutazione della congiuntura. Vediamo le polemiche furibonde di alcuni settori dell'industria privata verso la concorrenza dello Stato e più ancora sull'entità e sulla distribuzione della spesa pubblica. Vediamo le lotte selvagge che si sviluppano per il controllo del sistema bancario, vediamo come si sbranano i partiti tra di loro ... ma queste contraddizioni riguardano sempre un aspetto particolare, una delle facce dello Stato, mai quella principale: quella rivolta al mantenimento degli attuali rapporti di produzione attraverso meccanismi molteplici, in cui IL MOMENTO ESSENZIALE E' COSTITUITO DAL "NO" AL PROLETARIATO SU TUTTA LA LINEA (dalle sue esigenze immediate a quelle strategiche). Attorno a questo obiettivo principale la borghesia, in questa congiuntura, si trova più che mai compatta! Il "farsi Stato" di ogni frazione della classe borghese risponde proprio a questa esigenza irrinunciabile, e caratterizza l'attuale congiuntura. Il farsi Stato di queste frazioni non significa infatti che esse diventano tutte stupidamente subalterne a ciò che dice il Governo, ma avviene all'opposto una ridefinizione profonda del ruolo di tutte le istituzioni economiche, sociali e politiche della società borghese. Da rappresentanti degli interessi di questa o quella parte sociale, tutti ricomposti e unificati nello Stato attraverso l'istituzione parlamentare, esse oggi hanno un ruolo rovesciato. Si sono trasformate negli apparati della coercizione indiretta (non militare) dello Stato, apparati civili per il consenso e per l'esecuzione della controrivoluzione nei vari ambiti. Attraverso una logica contraddittoria quanto inevitabile, il "cuore dello Stato" ossia la strategia politica della borghesia imperialista diventa sempre più controparte immediata dei proletari. 2. Il ruolo della DC, partito—regime. In Italia affrontare un problema dello Stato significa affrontare il problema della DC, perché la DC materializza in sé tutto quanto dobbiamo combattere e distruggere; questo partito, in più di trent'anni, ha saputo compenetrarsi con il potere in tutte le sue articolazioni, in tutte le sue forme, tanto da DIVENTARE IL POTERE, da identificarsi con la struttura economica, politica, militare dello Stato stesso. Al punto che distruggere la DC significa distruggere l'intero sistema politico—istituzionale che la borghesia italiana, con l'aiuto determinante dell'imperialismo americano ha costruito dal dopoguerra ad oggi. La DC è diventata così il PARTITO-REGIME che si è impadronito dello Stato che lo ha modellato a sua immagine e somiglianza che ne ha fatto lo strumento del suo potere. Quando si dice che la DC materializza in sé tutto quanto dobbiamo combattere e distruggere si dice proprio questo. Il proletariato nella sua lotta di ogni giorno è proprio la DC' che si trova continuamente di fronte. E se la trova di fronte nell'insieme delle sue varie funzioni, strettamente intrecciate l'una all'altra: quella di PARTITO—IMPRENDITORE, di PARTITO-BANCA, di PARTITO—STATO, che tutti assieme definiscono appunto la sua natura intrinseca di vero e proprio PARTITO—REGIME. La DC è PARTITO—IMPRENDITORE essendo il partito che ha pilotato l'intero processo di sviluppo industriale in Italia nel dopoguerra, ponendosi come il partito del grande capitale privato. Nello stesso tempo controlla, attraverso il sistema delle Partecipazioni Statali, il capitale pubblico. Dentro la DC è dunque organizzata la grande borghesia monopolistica di Stato, intimamente legata al capitale multinazionale ed estremamente attiva sul piano della penetrazione imperialistica del capitale italiano nei paesi del terzo mondo. E' questa frazione della borghesia che guida in Italia i processi di ristrutturazione che coinvolgono tutta una serie di settori decisivi, quali il siderurgico, il cantieristico, l'energetico,

l'elettronico. Questa borghesia, attraverso il controllo dell'industria di Stato è in grado di controllare e orientare lungo la via della ristrutturazione parti consistenti dell'industria privata, assumendosi una funzione trainante. Ma, in quanto partito—imprenditore, la DC copre una molteplicità di figure organizzando politicamente parte della piccola industria (Confapi), della borghesia agraria e rurale (CONFAGRICOLTURA), e dell'artigianato. Inoltre, una delle più salde roccaforti del suo potere sta nel controllo pressoché totale che essa ha delle Camere di Commercio, attraverso le quali può estendere il suo potere in tutte le articolazioni e gli aspetti del meccanismo economico. Ai fini di questa posizione di dominio, è tuttavia essenziale l'altra funzione della DC quella di PARTITO—BANCA. Il sistema delle banche è saldamente in suo pugno, e non c'è lotta per quanto feroce che la DC non sia disposta a mantenere pur di sostenerlo. Attraverso il controllo del credito, gli UOMINI—BANCA della DC esercitano un enorme potere nei confronti dell'intera struttura produttiva, tanto più che la DC non controlla solo gli istituti centrali, laddove, in accordo strettissimo con gli istituti del capitale multinazionale, si decidono le politiche monetarie e finanziarie, ma controlla pure tutta la rete capillare delle Casse di Risparmio. Così solo la DC è in grado di omogeneizzare sulle linee portanti della ristrutturazione l'intera borghesia italiana, costituendone l'elemento propulsore e unificante. Ma infine la DC è anche PARTITO—STATO. Cioè è il partito in cui si raccoglie la maggior parte del personale politico imperialista che costituisce il nerbo dello Stato, anni di Stato nei ministeri negli uffici studi, nelle commissioni che, a livello nazionale ed internazionale, mettono a punto le strategie della controrivoluzione preventiva. Abbiamo sempre visto nella DC l'asse portante del progetto, la forza che polarizzava un quadro politico in formazione, forte, omogeneo, adeguato alle esigenze ferree della ristrutturazione. Ma ora la DC è qualcosa di più e di diverso. E' la struttura politica attorno alla quale si è cementato il nuovo livello di stabilizzazione del quadro politico, il partito che ha richiamato attorno a sé un coacervo di componenti politiche coalizzate nell'applicazione (e non più solo nella elaborazione) del piano controrivoluzionario. Ha selezionato il personale di questa coalizione che ha assunto in toto la direzione del progetto stesso, raggiungendo così un grado di operatività di gran lunga più elevato del precedente, relegando ad un livello molto secondario le contraddizioni interne alla normale dialettica del potere. Questo lo dobbiamo saper vedere, al di là delle lotte intestine e dei balletti che ogni volta accompagnano la formazione e l'immane successiva caduta dei vari governi. E' il personale specializzato di questo partito—Stato che ha messo insieme quella specie di Bibbia controrivoluzionaria che è il piano Pandolfi e che si prepara a gestire la controrivoluzione preventiva, cioè l'insieme delle politiche di controllo sociale e di militarizzazione che possono permettere l'attuazione del piano stesso. Non c'è alcun aspetto che questi UOMINI—STATO trascurano, quando è in gioco il dominio della loro classe, quando la resistenza proletaria e l'attacco delle avanguardie rivoluzionarie smascherano fino in fondo il volto livido e reazionario dei loro progetti. Non c'è oggi ministero, banca o direzione aziendale in cui la DC non sia presente ed attiva, per condurre in prima persona questa offensiva. LA DC E' L'ASSE PORTANTE DELL'ATTUAZIONE DELLA CONTRORIVOLUZIONE IMPERIALISTA CHE DOBBIAMO ATTACCARE E DISTRUGGERE! Questa linea deve tenere conto delle forme concrete con cui gli uomini di questo partito esercitano le loro funzioni di personale politico imperialista, organizzandosi nei diversi gruppi e consorterie che rappresentano all'interno dello Stato e dei suoi apparati altrettante funzioni del capitale monopolistico multinazionale. E' a partire di qui che si può definire una linea selettiva di attacco alla DC veramente efficace, cioè in grado di produrre contraddizioni strategiche. L'attacco va portato contro quegli uomini e quelle strutture che, all'interno del partito, dello Stato, dell'apparato produttivo, sono espressioni delle consorterie dominanti della borghesia imperialista e che attraverso di esse svolgono funzioni centrali di comando, gestione,

elaborazione. Proprio perché la DC è il partito che da un lato raccoglie gran parte del personale specializzato delle consorterie dominanti, e dall'altro ne costituisce un fondamentale veicolo di potere politico, attaccarla vuoi dire attaccare il cuore dello Stato. DISARTICOLARE E ANNIENTARE LA DC E' IL PRESUPPOSTO PER LA DISARTICOLAZIONE E LA DISTRUZIONE DELLO STATO. ATTACCARE LA DC PER ATTACCARE LE CONSORTERIE DOMINANTI. COLPIRE GLI UOMINI DELLA DC CHE NEL PARTITO, NEGLI APPARATI DELLO STATO, NEL SISTEMA PRODUTTIVO, GUIDANO IL PROCESSO DI RISTRUTTURAZIONE IMPERIALISTA. ISOLARE E DISARTICOLARE I TERMINALI PERIFERICI ATTRAVERSO I QUALI IL POTERE E IL CONTROLLO SOCIALE DELLA DC SI ESERCITA.

III. IL PCI, OVVERO IL PARTITO DELLO STATO DENTRO LA CLASSE OPERAIA.

Oggi non si possono analizzare i processi di ristrutturazione dello Stato senza considerare il ruolo che in essi assumono il PCI e il sindacato. Non è il caso di raccontare qui la triste parabola del revisionismo che milioni di proletari hanno davanti agli occhi. Il risultato è un PCI che con Berlinguer ha finalmente e definitivamente riconosciuto la centralità del potere della DC in Italia; che concepisce la sua politica in esclusiva funzione di alleanza con la DC; che ha accettato fino alle sue ultime conseguenze politiche e militari l'integrazione dell'Italia nello schieramento imperialista; che si è fatto portatore, all'interno della classe operaia, delle più sottili e perfide istanze di controllo sociale per conto della borghesia imperialista; che è diventato nei quartieri e nelle fabbriche, il miglior alleato dei CC e dei poliziotti; che cerca di cancellare, in nome del suo "farsi Stato", ogni memoria e ogni coscienza di classe nelle masse proletarie. Il PCI in effetti, da tempo in forma esplicita, ha fatto proprie le esigenze di larghi strati di piccola e media borghesia, e si sforza in ogni modo di imporle alla sua base proletaria, insieme a tutte le istanze di efficienza e di razionalizzazione capitalistica dell'apparato produttivo. Il PCI è il potere economico. All'interno dell'industria di Stato, un grande numero di esperti e manager trovano nel PCI il loro referente politico. Da costoro partono ambiziosi e particolareggiati progetti di ristrutturazione capitalistica dell'apparato produttivo (vedi per esempio il ruolo di Castellano e la sua banda nella ristrutturazione del gruppo Ansaldo), e le più pericolose politiche di contenimento delle esigenze proletarie sacrificate ai miti della efficienza e produttività. Inoltre, il PCI dedica un impegno particolare per conquistarsi la piena fiducia dei piccoli e medi industriali —proprio quelli che sfruttano spesso in modo più bestiale il lavoro operaio— ai quali offrono la propria consulenza e la propria alleanza con la promessa rassicurante della pace sociale. Ed è inoltre imprenditore in proprio, organizzando i suoi "padroncini" soprattutto nella Lega delle Cooperative e occupando una posizione di monopolio nella intermediazione degli scambi tra l'Italia e i paesi dell'Est europeo. Così il PCI è una delle principali forze che direttamente collaborano alla ristrutturazione della grande industria di Stato e in forme più mediate con quella privata: ed è diventato a livello di territorio il partito dei "padroncini"; cioè delle peggiori sanguisughe del proletariato. Il PCI e lo Stato. Le strategie di potere del PCI passano in gran parte attraverso il controllo degli Enti locali che, imitando e sopravanzando persino la DC, esso trasforma in propri feudi e centri di aggregazione clientelare. Attraverso di essi, inoltre, il PCI si infila in tutta una serie di centri decisionali e comincia a mettere piede nel mondo della finanza e allaccia rapporti sempre più stretti con le strutture periferiche, ma non per questo meno delicate e meno importanti dello Stato. A livello centrale, l'attenzione che il PCI dedica al problema dello Stato, e del suo inserimento in esso, è testimoniata dalla mole di lavoro svolto dalla sua "SEZIONE PROBLEMI DELLO STATO", che si è sempre più decisamente posta sulla via della guerra controrivoluzionari qualificandosi come vera e propria agenzia a servizio

delle borghesia imperialista. E' soprattutto di lì, infatti, che viene impostata e coordinata la schedatura dell'avanguardia rivoluzionaria e delle frange più antagoniste del PM, in supporto dichiarato alle operazioni della DIGOS e dei CC. Al proposito, è importante osservare come già da molto tempo il PCI abbia compiuto opera di entrismo nella polizia e nella magistratura (Caselli, Calogero, Vigna e soci, stanno lì a dimostrarlo), riproducendo in qualche modo, anche se in scala ridotta, la stessa tattica di compenetrazione già messa in atto dalla DC. In questo modo, anche il PCI persegue l'obiettivo di farsi partito—Stato, anche se è perfettamente consapevole che ciò comporta una perenne, strutturale subalternità strategica alla DC. Entro i margini di questa subalternità, tuttavia, il PCI cerca in tutti i modi di allargare, attraverso i servizi che è in grado di rendere alla borghesia (e che vorrebbe vedere meglio compensati) la sua area di influenza. In ciò è stato in parte ripagato perché la sua avanzata elettorale a metà degli anni '70 non è affatto dovuta all'aumento dei voti operai, ma a quelli di strati sempre più ampi di borghesia, assicurati dalla sua politica di "diga" nei confronti del proletariato; e una diga che si presentava tanto più efficace, in quante costruita in parte all'interno del proletariato stesso. Ma proprio questo è l'elemento di contraddizione che paralizza il PCI, lo rende privo di una strategia complessiva e credibile, lo rende ostaggio nelle mani della DC. Il PCI e la classe. Il punto essenziale per capire la posizione del PCI, la sua strategia, le ragioni della sua tenuta elettorale (nonostante le recenti sconfitte che gli vengono proprio da parte operaia e proletaria!) e dalla sua indubbia capacità di controllo sulla classe operaia sta una precisa analisi di classe. E' giusto dire che il PCI ha sempre avuto il suo punto di forza nella classe operaia per via delle sue radici storiche, ma certo non è oggi sufficiente limitarsi a questo. Su chi il PCI esercita la sua egemonia e perché? Intanto, non solo e non tanto su strati di piccola e media borghesia in quanto tali, e non su quelli che abbiamo chiamato i "padroncini" che solo in base a calcoli di convenienza immediata possono accettarne l'alleanza. In realtà, su un piano generale, si può affermare invece che il PCI rappresenta tutti gli strati oggettivamente interessati ad una funzione principale che esso intende esercitare: la funzione di controllo all'interno del processo produttivo complessivo. Puntualizziamo due cose: 1) dato lo sviluppo raggiunto dalle forze produttive e la loro complessità questa funzione di controllo è di fondamentale importanza; copre un arco vastissimo di ruoli e permette al suo interno ampie e differenziate possibilità di carriera; resta in ogni caso legata al mondo della produzione, rispetto al quale si pone come l'indispensabile cerniera che lo lega alle direttive generali del capitale; 2) gli strati sociali interessati a questa funzione sono assai ampi, e seppure di diversa provenienza definiscono oggi l'area di quella che possiamo chiamare "nuova piccola borghesia", alla quale fornisce, nell'ambito di quella funzione di controllo, concrete possibilità di mobilità e prestigio sociale, e un'ideologia di tipo tecnocratico, basata sul mito della razionalità produttiva, dell'efficienza, della ristrutturazione, dello sviluppo. Le ragioni della sua presa sugli strati dell'aristocrazia operaia sono, in questo modo, assai chiare. E' il PCI che nella sua quotidiana politica di fabbrica aiuta l'operaio professionale a fare il salto da "produttore" a "controllore della produzione", facendogli contemporaneamente compiere il "salto di classe" che lo stacca dal proletariato per inserirlo in quella "borghesia tecnico—burocratica" che rappresenta nei confronti della produzione il punto di vista del capitale. Questa politica, condotta insieme dal partito e dal sindacato (non è un mistero il gioco delle parti tra i due, né il fatto che si costruiscono piattaforme rivendicative ad esclusivo vantaggio dell'aristocrazia operaia!), ottiene una serie di risultati: 1) collabora in forma diretta alla nuova organizzazione del lavoro richiesta dalle direttive generali della ristrutturazione. Su questo argomento, berlingueriani e sindacalisti sono in prima fila a fare "proposte costruttive": solo che vanno a farle agli operai per conto della direzione! 2) spacca la classe, favorendo processi di scomposizione continua che la indeboliscono e la lasciano disarmata di fronte al

procedere inesorabile dei processi di ristrutturazione; 3) lascia, in ultima analisi, il proletariato senza alcuna vera rappresentanza politica, neppure al livello degli interessi più immediati, e anzi lo divide cacciandone una parte sempre più grande in una condizione di marginalità, corrompendone un'altra parte con speranze di "carriera" o almeno di sistemazione stabile, reprimendo infine quanti resistono in nome dell'antagonismo e dell'unità di classe. Con il risultato di rivolgersi anche contro una parte di sé, perché il PCI non esita certo a coinvolgere nella rete dei sospetti di "terrorismo" quella parte della sua base che resta nonostante tutto tenacemente comunista, e consegnarla alla prima occasione al potere. In un largo arco di forze e di interessi, e che dunque ha avuto la sua parte di successo. Tuttavia essa deve pur sempre giustificarsi in nome di qualcosa che non siano le pure e semplici esigenze del capitale, deve fornire una prospettiva sociale e politica complessiva. Qualche anno fa si trattava delle riforme di struttura che si sono poi miserevolmente ridotte agli elementi di socialismo, fino a diventare oggi efficienza produttiva (cioè sfruttamento), ristrutturazione e pace sociale. Cosa è successo? E' successo che la crisi capitalistica ha distrutto le basi stesse dell'utopia socialdemocratica del PCI, utopia che non è altro che il cemento ideologico degli strati sociali che esso rappresenta. Le condizioni economiche che potevano illudere circa una gestione democratica e riformista dell'apparato produttivo sono il segno di un tempo che fu! La crisi ha distrutto ogni margine all'ideologia riformista sì che pian piano al PCI non è rimasto che aspirare alla gestione ed alla conservazione dell'esistente, quale esso sia e a qualsiasi prezzo. E ciò ha rivelato fino in fondo la natura subalterna della sua strategia di potere. All'interno del sistema dominato dal capitale multinazionale, questa subalternità politica non è altro infatti che il riflesso della subalternità sostanziale e oggettiva del ruolo occupato dallo strato sociale che si riconosce nel PCI. Un conto è controllare un processo produttivo e un conto è possederlo e dominarlo! In altre parole, la funzione di controllo non è che un servizio reso ai padroni: in questo caso, in definitiva alle multinazionali imperialiste. Una prospettiva incerta e limitata di potere all'ombra della DC, al servizio della borghesia imperialista, sotto l'ombrello protettivo delle atomiche della Nato: ecco qui tutta la prospettiva strategica del PCI. Ma nei confronti del proletariato, i revisionisti, pur svolgendo un lavoro subalterno, contribuiscono in modo fondamentale all'allargamento dell'iniziativa controrivoluzionaria. Al di là delle divergenze con la DC che resta l'esecutore centrale, essi si sono costituiti in apparato civile per il consenso alla controrivoluzione lavorando alla costruzione di un blocco sociale a sostegno dello Stato imperialista, da opporre all'avanzata del processo rivoluzionario. Di più, infiltrati come sono all'interno della classe operaia essi sono in grado di rovesciare su di essa un grado elevatissimo di pericolosità, la loro politica. Sono i quadri del PCI che spiano, schedano, denunciano. Già da tempo hanno consegnato alla direzione in tutte le fabbriche italiane, l'elenco dei sospetti "terroristi" e dei loro "fiancheggiatori". Ora, sono impegnati a tenere aggiornate le liste! E lo stesso sporco lavoro di spionaggio fanno nei quartieri, in stretto contatto con i politicanti della DC e con ogni genere di sbirri. Il proletariato deve dunque attaccare il PCI con la massima decisione e secondo una opportuna strategia politica. Questa strategia deve distinguere le due funzioni principali lungo le quali il PCI conduce le sue azioni: 1°) quella che ne fa un partito dello Stato dentro lo Stato; 2°) quella che svolge nei confronti delle masse. La prima funzione ha un carattere strategico, e si identifica negli uomini del PCI organicamente integrati nelle strutture dello Stato: magistrati, alti funzionari; e manager, amministratori locali, economisti, esperti vari, giornalisti, consulenti e merda simile. Questi uomini sono le cerniere di collegamento tra le istituzioni statali e il PCI: in quanto tali sono riconosciuti e politicamente indifendibili agli occhi del proletariato. Il loro annientamento militare è anche il loro annientamento politico. E si può stare certi che neppure un proletario piangerà per loro! La seconda funzione presenta problemi più complessi. Dobbiamo infatti considerare che gran parte

degli agenti del revisionismo vive ancora in mezzo alle masse. E, appoggiandosi soprattutto a un apparato di partito diffuso e capillare, riesce in qualche modo a legittimarsi come loro rappresentante politico e a strappare, anche se sempre più raramente, la loro immeritata fiducia. E' prioritario che la guerriglia faccia chiarezza politica nelle lotte, isolandoli, screditandoli, mettendoli alla gogna, svelando le loro trame e le loro complicità, e cioè in una parola, li sconfigga politicamente prima che militarmente. Naturalmente, la dialettica tra i due piani è decisiva nel senso che il primo terreno di attacco è condizione politica assolutamente necessaria del secondo in quanto ne costituisce l'aspetto strategico. Battere i revisionisti e il loro progetto di controrivoluzione sociale preventiva è la condizione necessaria per la conquista delle masse sul terreno della guerra civile antimperialista, e per la costruzione del potere proletario armato. SE NELLE FILE DELLA BORGHESIA IMPERIALISTA LE IENE BERLINGUERIANE CREDONO CHE UNA TESSERA IN TASCA SIA UN PAS SAPORTO DI IMMUNITA' SI SBAGLIANO: VERRANNO ANNIENTATE SENZA PIETA'! ATTACCARE I REVISIONISTI CHE SI NASCONDONO TRA LE MASSE, SMASCHERARLI, ISOLARLI, SOLLEVARE CONTRO DI LORO L'INTERO PROLETARIATO! 4. La strategia di guerra in mano ai militari. Nella controrivoluzione preventiva aumenta, con l'avanzare della crisi e l'estendersi del movimento rivoluzionario, il peso numerico e politico degli apparati diretti della coercizione statale (corpi militari, magistratura, carceri) nell'amministrazione delle condizioni di vita del proletariato. Questo processo che come abbiamo visto è affiancato dal parallelo trasformarsi in apparati indiretti, della coercizione statale di partiti, sindacati, ecc, va oltre lo scopo di annientare le forze comuniste combattenti, perché dà già corpo alle strutture ed ai metodi per la distruzione politica dell'intero proletariato, ossia della lotta di classe in ogni sua forma. Non essendoci ancora la guerra civile, questa "sproporzione" che trasforma gli apparati coercitivi in un vero e proprio apparato per la guerra, ha due principali motivi: 1) le contraddizioni interimperialistiche, gravissime oggi in particolare in Medio Oriente, aumentano l'importanza dei paesi mediterranei aderenti alla Nato, ed in primo luogo dell'Italia che assume il ruolo di bastione, anello centrale su cui si impernia la strategia militare dell'alleanza atlantica: la linea oltre alla quale non arretra. L'Italia deve essere, per l'imperialismo americano, una base sicura e pacificata in cui tenere la sede dei vari comandi Nato per le forze terrestri e navali del Sud Europa e in cui organizzare un potente retroterra logistico donde partire per esercitare il dominio sull'area e per fare, se necessario, la guerra. L'Italia è ormai diventata la portaerei del Mediterraneo; 2) l'estendersi e il rafforzarsi della forza guerrigliera e la possibilità che intorno ad essa si coaguli e si organizzi l'antagonismo proletario, che il meccanismo della crisi riproduce e approfondisce. Ma la guerriglia in Italia ha già vinto la sua prima e fondamentale battaglia, affermando nei fatti la lotta armata come unica strategia possibile per la conquista del potere proletario. Inoltre, essa ha in sé la capacità di proiettarsi in un contesto internazionale e di collegare la propria azione a quella di tutte le forze e movimenti rivoluzionari che operano nell'area mediterranea. Lo SIM è costretto allora a proseguire la politica del dominio con il mezzo della guerra per prevenire quella proletaria: ciò determina un'assunzione di peso politico da parte dei militari e trasforma sempre più la controrivoluzione preventiva in strategia di guerra in mano ai militari. Tutti i settori della coercizione diretta diventano una STRUTTURA INTEGRATA POSTA SOTTO UN COMANDO' POLITICO-MILITARE CENTRALIZZATO. Essendo in atto una tendenza al processo di guerra il comando passa ai militari. I CC e l'apparato per la guerra civile. I militari alla testa della strategia di guerra sono i CC per tre ragioni storiche: la loro struttura è quella di un esercito professionale; la loro finalità è l'ordine pubblico; la loro collocazione nell'esercito si accompagna a funzioni specifiche integrate nella Nato. A questo si aggiunga la "fedeltà" ottenuta attraverso una rigorosa selezione. I CC

sono oggi un vero e proprio esercito antiproletario, forte di novantamila uomini e il loro vertice è già lo Stato Maggiore di un apparato per la guerra civile, perché non solo ha la possibilità di usare tutte le sue truppe nello sviluppo della guerra antiproletaria (vedi le campagne orchestrate su tutto il territorio nazionale sotto il Comando Supremo Centrale di Roma), ma realizza e gestisce una tale complessità di compiti e funzioni integrate che: primo, ha bisogno di una totale indipendenza giuridica che separi, come in tutte le guerre, gli apparati militari, nelle loro strutture e operazioni, dai vincoli civili; secondo, deve ricorrere per questo scopo ad un personale "militarizzato" dentro la società: una magistratura di guerra, un personale carcerario per prigionieri di guerra, ecc. E questo sia per la necessaria copertura formale, che per condurre le operazioni non solo appoggiandosi alle proprie strutture, ma dovunque sia necessario sul territorio nazionale; terzo, deve avere a disposizione un personale poliziesco che, come la PS, la Finanza, i Vigili Urbani, i portinai abbia una conoscenza specifica e sia introdotto in tutte le realtà sociali in cui devono svilupparsi i suoi interventi; quarto, deve costruirsi una rete capillare di collaboratori per la raccolta delle informazioni e per promuovere le campagne politiche che "preparano" le operazioni di terrorismo di massa; quinto, deve garantirsi il controllo della controguerriglia psicologica che non si basi solo sull'asservimento dei giornali, ma sia centralizzato a partire dagli Uffici Stampa dei comandi e delle caserme. Questo apparato si articola in tre livelli principali: 1) al vertice la STRUTTURA SPECIALE costituita dallo Stato Maggiore "occulto" della guerra, dal nucleo originario oggi molto allargato e altamente professionalizzato, dell'antiguerriglia e dei magistrati di guerra impegnati per settore o per territorio nella lotta alle OCC; 2) un secondo livello che chiameremo di ANTIGUERRIGLIA ALLARGATA, costituito dal sistema DIGOS—UCIGOS del ministero degli interni, dai nuclei dei CC, di PS, di polizia giudiziaria, delle Guardie di Finanza, dai Vigili Urbani, che nelle varie Procure e Sezioni Istruttorie si "interessano" di terrorismo; 3) infine la STRUTTURA ORDINARIA con la relativa truppa, che ormai è struttura di servizio delle altre due.. Ma prima di descriverli meglio vogliamo chiarire cos'è una struttura integrata. I vari settori coercitivi militari e civili, ora integrati, hanno più rapporti tra loro all'interno del singolo livello; soprattutto nella struttura speciale, di quanti non ne abbiano tra i diversi livelli uomini e strutture dello stesso settore. L'esempio più lampante è quello dell'uomo di truppa: un normale agente di PS avrà più rapporti con un suo collega CC durante i vari superblocchi, perquisizioni, ecc, di quanti non ne abbia realmente con un suo collega di PS che faccia l'antiguerrigliero più o meno occulto. Il magistrato di guerra ha più rapporti con gli sbirri del suo livello che con gli altri magistrati. A differenza degli altri, egli non si trova di fronte al "fatto compiuto" quando i CC fanno le loro azioni di guerra (vedi per esempio i diversi rapporti della magistratura genovese e del "pool torinese" sulla strage di Via Fracchia). Altri casi sono meno lampanti: se un sindacalista partecipa all'ormai stranota "assemblea contro il terrorismo" con i relativi magistrati e poliziotti portati in fabbrica, egli non deve necessariamente sapere di fare parte di una campagna orchestrata ad un livello superiore dove i passi successivi saranno operazioni di "terrorismo di massa" e quindi la creazione di strutture antiterroristiche locali con quel che segue. La Struttura Integrata consente una capacità di direzione politica da parte del vertice che va oltre l'aspetto immediato, che resta in gran parte occulta, e che consente agli altri livelli di muoversi in un ambito di formale autonomia. LA STRUTTURA SPECIALE. E' quella che lotta a tempo pieno per annientare le OCC, si muove con una strategia unitaria a livello nazionale ed internazionale in modi e tempi propri, indipendenti in larga parte dalla realtà esteriore percepibile dalle lotte sociali. E' la struttura dominante al di sopra delle altre di cui si serve, in quanto braccio armato dell'Esecutivo centrale e dell'imperialismo. A questo proposito va ulteriormente precisato: 1°) il vertice della struttura è saldamente in mano ai CC. Oltre al decreto di dicembre che ha dato la

Divisione Pastrengo a Dalla Chiesa, la riorganizzazione dei servizi segreti SISMI e SISDE è avvenuta mettendo a capo di entrambi due generali dei CC; e per un generale dei CC è stato inventato un nuovo compito di consigliere militare del Rimbambito Nazionale (il quale però fa parte della struttura ordinaria quale comiziante “antiterrorista” nelle piazze del paese); 2°) la politica imperialista ha fatto un passo avanti, oltre che con il ruolo assunto dalla Nato nelle vicende interne, con una legislazione europea che dall'uniformazione in materia controrivoluzionaria è passata a fissare spazi giudiziari comuni al di là delle singole frontiere. E' come tale che la struttura speciale non risponde a nessun livello giuridico—formale dello “Stato democratico”, e si muove secondo una prospettiva indipendente. Quindi, in una logica più rigida militarmente e più clandestina degli altri livelli è il settore strategico degli apparati controrivoluzionari dello SIM. La sua funzione particolare è quella di condurre “operazioni speciali” vale a dire quelle operazioni che sul piano militare e su quello politico fissano le linee strategiche della controguerriglia. Se per esempio il problema è quello di organizzare la delazione, sarà questa struttura a dare il via, costruendo e guidando una opportuna campagna. Se è necessario fare un salto di qualità nella repressione in fabbrica, sarà sempre questa a guidare l'arresto di centinaia di operai come è accaduto alla Fiat. I suoi mercenari sono quelli che per primi hanno sperimentato e affinato nel corso di questi dieci anni, le tecniche antiguerriglia. Oggi la loro pratica assassina e la loro sadica scienza vengono generalizzate ai livelli nuovi che lo Stato fa scendere in campo nella guerra di classe contro il proletariato e le sue avanguardie. L'ANTIGUERRIGLIA ALLARGATA. E' la struttura che lotta contro le forze rivoluzionarie e il proletariato avendo di mira intere aree sociali caratterizzate da un insieme di comportamenti antagonisti che abbiamo definito MPRO. E' questo il nuovo livello che scende in campo in armi contro il proletariato: è su questo terreno che è indispensabile estendere il combattimento perché è la struttura portante della controrivoluzione preventiva nell'attuale congiuntura, nel senso che legittima ogni tipo di azione contro i proletari in lotta e agisce preventivamente colpendo a cerchi sempre più allargati, non più con lo scopo di “togliere l'acqua al pesce” (cioè soffocare la guerriglia), ma di bloccare e spegnere l'oggettiva spinta rivoluzionaria che il proletariato esprime ad ogni livello. Questa forma di antiguerriglia, allargata, è il nuovo strumento terroristico e di annientamento dell'imperialismo che si muove nella forma di una legalità formale, ogni volta teatralmente ribadita. Le differenze che si notano nei modi di operare tra i nuclei di Dalla Chiesa o DIGOS, per esempio, o tra le squadre giudiziarie dei due corpi, sono il riflesso di un'altra caratteristica della controguerriglia. Per quanto influenzata dalla struttura speciale, l'antiguerriglia è dotata di un certo grado di autonomia politica ed esecutiva, per una maggiore aderenza alla realtà politica e sociale, nazionale e locale, sulla quale vengono portate le iniziative. LA STRUTTURA ORDINARIA. Le sue funzioni ordinarie sono ormai relegate a cose secondarie o a demagogiche operazioni di giustizia formale. E' al servizio dei due livelli precedenti, e come tale viene utilizzata ogni volta che se ne presenti il bisogno. Possiamo dire che siamo in presenza di un uso speciale sempre più largo della struttura ordinaria. A parte la funzione storica del personale carcerario e l'uso della truppa quando la vastità dell'operazione lo richiede, si è avuto l'incremento di: 1°) funzioni preventive fuori dal lavoro investigativo specializzato, come il controllo delle fabbriche, le scorte e la militarizzazione del territorio. E' per esempio un luogo comune che le città sono “squadrate” da volanti che non hanno solo il compito di fermarsi se succede qualcosa, ma soprattutto di “cercare”, “guardare”, ecc; 2°) campagne terroristiche a livello di massa (perquisizioni, rastrellamento, blocchi regionali delle vie di comunicazione); 3°) intervento repressivo dove non esiste iniziativa armata o dove non ci sono “grossi problemi”, almeno per ora (per esempio blindati o cariche in piccole fabbriche in loco, caccia agli occupanti di case, repressione di lotte di massa al sud, ecc); 4°) fornitura, oltre che di uomini e mezzi, di

strutture “speciali” in cui si dislocano gli antiguerriglieri per le loro iniziative più infami (isolamento e torture in piccole caserme decentrate, ristrutturate a questo scopo per esempio). La magistratura. La magistratura merita un cenno a parte, per analizzare l'evoluzione che ha subito in funzione degli sviluppi della controrivoluzione preventiva. I magistrati sono ormai definitivamente distribuiti nei livelli indicati dell'apparato per la guerra, in base ad una divisione per compiti e all'esperienza che hanno accumulato negli anni. Al primo livello sta un ristretto “pool” di magistrati di guerra (ben noti alle forze rivoluzionarie) organicamente collegati ai militari nella strategia di annientamento delle OOC, completamente svincolati da qualsiasi obbligo nei confronti delle istituzioni giudiziarie ordinarie. Questi magistrati sono totalmente integrati nella struttura a speciale e si possono ritenere parte dello Stato Maggiore occulto della guerra. Al secondo livello sta un vasto strato di Sostituti Procuratori, Giudici Istruttori e Pretori antioperai, che è alla testa della campagna di criminalizzazione del MPRO che (attraverso) tribunali giudicanti ha già distribuito secoli e secoli di galera a migliaia di militanti, e che nelle fabbriche e nei quartieri ha fatto eseguire migliaia di licenziamenti e di sgomberi di case. Oggi vi è uno sviluppo ulteriore: visto che la gestione del prigioniero al momento della cattura è parte integrante della strategia di guerra, i magistrati non si limitano a svolgere la funzione passiva di copertura giuridica delle pratiche di tortura non riconosciute formalmente dalla borghesia, ma hanno un ruolo attivo prestabilendo per queste pratiche un tempo variabile secondo il soggetto e secondo le caratteristiche dell'operazione. In altre parole, questo preludio all'istituzionalizzazione della tortura scientifica, che non vuole lasciare alternative tra l'annientamento da un lato e il cedimento e la delazione dall'altro, diventa l'intera e reale istruttoria. E così non è un caso che dietro alla struttura speciale, nelle sue operazioni più ambiziose, ci siano sempre figure di giudici istruttori. Proprio per la funzione strategica che deve svolgere è in questo livello che ultimamente il potere ha concentrato il massimo degli sforzi di ristrutturazione in senso efficientista della magistratura, fino a progettare la concentrazione della “lotta al terrorismo” in una serie di grandi Procure e sezioni istruttorie metropolitane, che dovranno avere il ruolo di guida e battistrada dell'intero processo di criminalizzazione del Movimento Rivoluzionario. Da ultimo, va sottolineato che esiste una mente politica, il Consiglio Superiore della Magistratura che rappresenta la cinghia di trasmissione con l'esecutivo e che rappresenta le direttive del processo di ristrutturazione della magistratura, attraverso la costituzione di commissioni di studio, gruppi di lavoro e la gestione, con vari centri studi nazionali ed internazionali, di convegni in cui vengono gettate le basi delle strategie di intervento future, e garantire ogni volta le necessarie coperture “scientifiche” ad ogni pratica di annientamento. L'importanza del CSM è tale —si tratta del governo della magistratura— che la sua direzione è sempre stata saldamente in mano alla DC (da Busco a Bachelet a Zilletti).

Attaccare lo Stato, rompere l'accerchiamento

Il “cuore dello Stato”, oltre ad essere una controparte sempre più immediata dei bisogni proletari, vive in una prospettiva di guerra civile, come “accerchiamento politico—militare” delle masse. In questo senso allora l'azione e il programma guerrigliero escono da una logica relativamente “simbolica”, dal punto di vista militare, e assumono un carattere “distruttivo”. Non sono ancora, come nella guerra civile dispiegata azioni dirette ad abbattere definitivamente il sistema di comando e di oppressione, pur essendo azioni di distruzione reale che tuttavia vengono portate avanti selettivamente secondo priorità politica: quelle volte, appunto, a rafforzare direttamente la possibile iniziativa di massa. Il programma guerrigliero vive dunque ancora in una fase di disarticolazione del nemico e non di distruzione. E questo vale anche nell'attacco all'apparato di guerra dello Stato; (sia militare, sia giudiziario, sia carcerario), in cui occorre seguire un progetto di disarticolazione lungo i tre livelli che abbiamo individuato. Il primo livello, quello

speciale, è il nemico principale, quello che fa la guerra e guida le tappe della guerra civile. Esso va attaccato, ma non è nell'attuale congiuntura "disarticolabile" in concreto. Tuttavia contro di esso, il cuore strategico e militare dello Stato imperialista, e contro il personale altamente professionalizzato che lo costituisce, va diretto e concentrato ogni sforzo per un annientamento senza mediazioni. Ma accanto a questo obiettivo strategico, che le OCC devono saper praticare con continuità ed efficienza adeguata, pena la loro possibilità di crescita e la stessa sopravvivenza, l'obiettivo generale di questa congiuntura rispetto all'apparato militare nel suo complesso è quello di aprire una spaccatura tra il personale antiguerriglia e quello che si rifiuta di svolgere compiti che lo pongono come antagonista diretto del proletariato e delle OCC. Se dunque l'obiettivo strategico è quello di colpire l'apparato di guerra dello Stato nei suoi gangli vitali, bisogna anche condurre con costanza un'opera di ANNIENTAMENTO SELETTIVO che privilegi l'antiguerriglia, e non attacchi come tale la struttura ordinaria se non nell'esercizio di particolari funzioni antiproletarie. La politica è sempre al primo posto. Nel cuore dello Stato non vediamo dunque una somma di apparati da distruggere, ma l'essenza della strategia politica e, all'interno di essa, dobbiamo sapere cogliere gli elementi di oggettiva debolezza. Lo schieramento nemico è ormai chiaramente definito in una politica di guerra in cui ridistribuisce le sue forze politiche, sociali e militari. Ma tutto ciò avviene alla luce di un progetto studiato preventivamente, che si deve ancora misurare con una iniziativa rivoluzionaria adeguata, con un'iniziativa cioè che al tempo stesso crea le condizioni per rafforzare lo schieramento proletario, e perciò centuplica i suoi effetti. Chi, da un punto di vista obiettivo è più isolabile oggi dalla popolazione? I Betassa che stanno nei reparti, o le caserme dei CC che arrestano e torturano i proletari? Attorno a chi è più facile fare terra bruciata?

5. La controrivoluzione preventiva nel carcerario. Nel settore carcerario la controrivoluzione preventiva ha assunto le forme della strategia differenziata, cioè, in altre parole, di un processo di ristrutturazione continua, nel quale lo Stato imperialista gioca fino in fondo la sua capacità di colpire in modo articolato l'intero movimento di classe e di predisporre, in base ad una precisa linea strategica, gli strumenti per condurre una guerra di classe che, in modo lento e contraddittorio ma irreversibile, sta assumendo sempre più chiaramente i tratti della guerra civile dispiegata. In questo senso, la strategia differenziata è insieme progetto e sperimentazione. E' la manifestazione della capacità del personale politico imperialista, incaricato della sua gestione di cogliere di volta in volta la specificità dello scontro in atto, e di rispondere con tempestività ed efficienza all'attacco delle forze rivoluzionarie. In questa fase di transizione alla guerra civile, la strategia è volta a selezionare gli obiettivi e le forme degli apparati della controrivoluzione preventiva in presenza della contraddizione principale che si presenta oggi alla borghesia imperialista: IMPOSSIBILITA' DI ARRESTARE LA VITA E LA CRESCITA DELLA GUERRIGLIA. Solo qui si può capire come l'elemento trainante della strategia differenziata sia appunto la controrivoluzione preventiva, che in questi anni ha fatto, e non poteva non fare, un salto di qualità verso l'affidamento ai militari della condotta complessiva della guerra. La delega ai militari dell'arma dei CC ha lo scopo di concentrare le forze e i mezzi di un intero esercito per tentare di stroncare l'affermarsi della guerriglia e il suo consolidarsi all'interno di sempre più ampi strati di classe. E ha lo scopo, in ordine ai fini che l'imperialismo si propone nella nostra area, di preparare gli uomini e gli strumenti della guerra civile. Storicamente, in Italia, questa strategia di guerra in mano ai militari si è coagulata materialmente per la prima volta nel '77, con l'istituzione delle cosiddette "carceri speciali", cioè di un circuito carcerario relativamente autonomo, posto sotto il diretto controllo dell'esercito. Quella scelta si collocava all'interno di una strategia di lungo respiro: nel quadro cioè di una nuova strategia di guerra. E oggi siamo di fronte alla realtà di uno Stato che proprio in questi anni, affrontando un processo di

ristrutturazione continua e affinando i meccanismi della differenziazione, ha costruito un apparato carcerario in grado non solo di contenere o reprimere, entro margini più larghi che in passato, le lotte interne, ma anche di sopportare in tendenza il peso di una guerra civile. Se negli anni passati il potere aveva inseguito le lotte dei PP, oggi con la ristrutturazione del settore, le ha sopravanzate. Se analizziamo a grandi linee le fasi della ristrutturazione, possiamo cogliere meglio i termini di questo passaggio. La strategia differenziata nella sua prima fase, ha assunto soprattutto l'aspetto immediato di una differenziazione del trattamento dei prigionieri per controllarne e regolamentarne la massa. La separazione fisica delle avanguardie politiche si presentava come condizione per la pacificazione del carcere, come condizione per ristabilire il controllo sociale sui prigionieri provenienti dagli strati disgregati del proletariato metropolitano che, durante una lunga stagione di rivolte, aveva incrinato dalle fondamenta l'intero sistema carcerario italiano. Per fare un esempio che ha costituito certamente un modello per i nostri strateghi della controguerriglia, il carcere americano di Soledad, pur segnando livelli diversi e assai sofisticati di annientamento scientifico dei detenuti "politici", assolveva la stessa funzione: separare la minoranza per regolamentare la maggioranza.. Rivolte come quella di Attica dovevano essere per sempre scongiurate. In Italia però la strategia differenziata ha avuto due funzioni. Il radicarsi e l'allargamento della guerriglia e del movimento di massa rivoluzionario, l'altissimo livello politico—militare espresso dentro alle carceri speciali dai C.d.L. hanno portato subito in primo piano i termini reali della questione carceraria. Il potere ha separato le avanguardie rivoluzionarie catturate e quelle formatesi in carcere per poter sviluppare nei loro confronti una strategia di annientamento e di distruzione politica. Naturalmente questa funzione convive con l'esigenza sempre presente di regolamentare la massa dei prigionieri della altre carceri. Ma la fondamentale distinzione del settore carcerario in due circuiti, quello speciale posto sotto il controllo dei CC e quello "normale" costituite dai grossi giudiziari metropolitani e dal circuito dei penali, non è mai stata qualcosa di statico. La strategia differenziata, da quel primo punto di partenza, ha continuato ad operare in profondità all'interno dell'uno e dell'altro circuito, con caratteristiche specifiche sempre più complesse. Sicché oggi in definitiva l'Italia non è un paese imitatore di una qualche "germanizzazione" ma al contrario è un capofila, un modello, per gli altri paesi europei, rispetto ai quali si pone come esportatore di strategie controrivoluzionarie, al servizio delle quali si è formato un personale politico imperialista particolarmente qualificato a livello internazionale, e sono stati costituiti alcuni dei più importanti centri che elaborano le principali strategie della controrivoluzione preventiva alle dirette dipendenze dell'imperialismo americano. Dalla parte del proletariato, ciò non è del resto che la conseguenza del fatto che l'Italia è il paese europeo nel quale la guerriglia si è radicata in modo irreversibile, e in cui più alto è il livello e la qualità politico—militare dello scontro. L'importanza del carcere non sta dunque solo nel fatto che esso rappresenta un nodo centrale nel rapporto di guerra che sempre più oppone il proletariato allo Stato imperialista. Il primo e fondamentale elemento che occorre considerare in tutta la sua ricchezza e complessità per impostare una corretta analisi del settore carcerario, e per dare forma ad una corrispondente linea di combattimento, è dunque il rapporto complessivo tra rivoluzione e controrivoluzione, così come si è storicamente determinato e come vive nella presente congiuntura. All'interno di questo quadro, i rapporti di forza esterni si legano dialetticamente con i rapporti di forza espressi dentro il carcere dalle lotte dei pp., e solo in questo legame la linea di combattimento può trovare adeguata definizione. Ma essa deve anche sapersi articolare rispetto alla complessità di un settore della controrivoluzione che lo Stato imperialista sottopone a processi di ristrutturazione continua, differenziandolo sempre più al suo interno. Il carcere, infatti, nel disegno strategico dello Stato deve rispondere a molti compiti: la regolamentazione di grandi masse proletarie, l'annientamento selettivo e

scientifico di avanguardie comuniste combattenti; la diffusione del terrore e di una immagine di onnipotenza; lo studio e la raccolta di dati sulla guerriglia, come in un laboratorio affidato ad una nuova razza di specialisti in tecniche di controspionaggio e di annientamento.

Il circuito delle carceri speciali e le avanguardie politico—militari del P.M. Il circuito delle carceri speciali (con i suoi accessori, i bracci speciali all'interno dei grossi giudiziari metropolitani —GGM) ha la funzione di annientare politicamente uno strato di proletari che rappresenta di fatto l'avanguardia politico—militare del proletariato metropolitano. Questo circuito è oggi l'anello forte del carcerario, perché il potere l'ha costruito e organizzato in totale separazione dalle altre carceri e lo ha distribuito nelle zone più sicure dall'attacco delle forze rivoluzionarie, e perché in esso si è venuto sempre più concentrando il carattere di strategia di guerra in mano ai militari proprio della strategia differenziata. La stratificazione dei prigionieri è il prodotto delle lotte del proletariato metropolitano ed è così composta: uno strato di avanguardie storicamente formatesi dentro il carcere, in espansione negli ultimi anni, ed in gran parte allineato alla scelta della lotta armata; uno strato di militanti delle OCC e di avanguardie provenienti da diverse esperienze di lotta armata, anch'esso in rapido e continuo aumento per le ondate di arresti che si susseguono ormai da tempo; uno strato di avanguardie del movimento di classe entrato in carcere in seguito alle periodiche campagne di criminalizzazione del movimento, articolato in una complessa dialettica nei confronti della lotta armata. In un arco di dieci anni e specialmente in questi ultimi tempi (a partire dall'aprile scorso sono entrati in carcere circa seicento compagni accusati di far parte delle OCC e del MPRO) questo strato è cresciuto enormemente, sino a raggiungere proporzioni di massa tali da determinare in Italia una situazione "cilena". Dei resto non è un mistero per nessuno che ci sono molti più prigionieri politici oggi in Italia che durante il fascismo. La difficoltà pratica di isolare un numero così vasto e in costante aumento di prigionieri costringe il potere ad accrescere il numero delle carceri speciali ed a sperimentare nuovi sistemi di differenziazione multipla e di scomposizione per rompere l'unità e la forza oggettiva. La fase attuale è caratterizzata proprio da questa sottile opera di divisione, dispersione e concentrazione dei prigionieri, attraverso una analisi politica della loro esperienza e dei loro comportamenti, sin dal primo ingresso in carcere. La differenziazione scatta quindi subito e conosce successivamente tutta una serie di gradi diversi che non passano solo e sempre attraverso le condizioni materiali di carcerazione. Un elemento sempre più importante in questo quadro, infatti, è dato dalla composizione dei singoli "speciali", attentamente calibrata dagli esperti antiguerriglia. Lo scopo per cui i compagni delle OCC e le avanguardie del PP vengono raggruppati in un certo modo e in certe carceri è per lo più quello di esercitare su di loro uno stretto controllo politico che individui eventuali tensioni e fratture al loro interno, che ne scopra i canali che li legano con l'esterno, che fornisca elementi di conoscenza sulla consistenza e sulle strategie delle organizzazioni che in Italia si muovono nella area della lotta armata e sui loro collegamenti. Il grande passo avanti che il potere ha indubbiamente fatto in questo senso nell'ultimo anno deriva certamente, in parte non trascurabile, dal tipo assai sofisticato di sorveglianza a cui i compagni sono sottoposti. Ciò pone naturalmente il problema della particolare delicatezza dei rapporti interno—esterno e pone anche un problema tutto "interno"; se il potere ormai è capace di determinare secondo i suoi fini la composizione dei vari campi, è chiaro che in qualche misura riesce a condizionare indirettamente anche la composizione della struttura stessa delle istanze di lavoro politico e di combattimento che i compagni prigionieri costruiscono dentro le carceri. Per fare un esempio, il potere ha attentamente valutato cosa comportasse il concentramento a Palmi di tanti compagni noti della nostra Organizzazione, e Palmi infatti è a tutt'oggi il caso più chiaro e nuovo di carcere—laboratorio approntato apposta per le BR, ma lo è per esempio anche Trani in

cui da sempre la direzione mira alla disgregazione politica dello schieramento proletario alimentando in tutti i modi le fratture fra i componenti delle varie OCC. Il che avviene in parte anche a Messina e, in modi e contenuti diversi, anche a Cuneo. Ma all'estremo opposto della differenziazione, ben presente a tutti i PP c'è l'Asinara. Cioè il massimo della capacità terroristica e dell'annientamento fisico che il potere in questa fase riesce ad esprimere. Dopo la battaglia del 2 ottobre dell'anno scorso, durante la quale la sezione speciale era stata completamente distrutta dai compagni, sull'Asinara è tornata a concentrarsi gran parte della strategia del potere rispetto al settore carcerario. Da una parte ripartivano i lavori di ristrutturazione che hanno portato oggi la sezione speciale a poter accogliere una settantina di prigionieri, in condizioni particolari di isolamento per blocchi di due celle assolutamente separati l'uno dall'altro. Dall'altra hanno continuato a starci dai 15 ai 20 prigionieri, attraverso un lento ma continuo gioco di trasferimenti in condizioni al limite della sopravvivenza. In questo modo l'Asinara torna a rappresentare il punto più alto del progetto complessivo di annientamento, il cuore strategico del progetto imperialista nel carcerario. Ed è insieme il modello ultimo di un percorso che ha altri punti di forza: per esempio Novara, dove tanti proletari hanno sperimentato sulla loro pelle la scientifica brutalità che avrebbe dovuto portare alla loro distruzione psicofisica oppure, in passato, a Favignana, prima che le epiche battaglie condotte dal C.d.L. costringessero il potere a chiudere la sezione speciale. Perciò la strategia differenziata vive all'interno di una linea unitaria che sempre più tende a caratterizzare le carceri speciali come campi di concentramento per prigionieri di guerra, nei quali si delinea la scelta imperialista di realizzare una forma di annientamento alternativa all'esecuzione sommaria sul campo di battaglia. Ma, se i campi vogliono essere l'anello forte della controrivoluzione sul piano dei rapporti di forza militari, essi sono anche politicamente lo anello debole. Per due motivi fondamentali: — il potere, nonostante gli enormi sforzi e l'incredibile concentrazione di risorse che dedica al settore, non riuscirà mai a risolvere in via definitiva il problema dei prigionieri di guerra, in presenza di una guerriglia che si estende sempre più. Né 10 né 100 campi di concentramento potranno di per sé risolvere un problema che dipende dai rapporti di forza esistenti sul piano generale tra rivoluzione e controrivoluzione; — per i proletari il carcere speciale, nelle sue strutture e nelle sue condizioni di vita, concretizza il massimo possibile di antagonismo sociale e politico; diventa perciò punto di aggregazione e crea, attraverso le esperienze delle avanguardie rivoluzionarie, omogeneità nei livelli di coscienza. Il Movimento dei PP trova in esso la sua forza e le sue forme organizzate più avanzate: finché il movimento di lotta nei campi saprà mantenere l'offensiva nessun anello del carcerario potrà essere pacificato! La pratica della differenziazione trova in questa contraddizione irriducibile il suo limite storico. Nessuna differenziazione o isolamento possono cancellare la profonda e indivisibile unità che lega le avanguardie prigioniere con il proletariato metropolitano e con l'intero movimento rivoluzionario; possono cambiare le radici che le legano al movimento di classe; possono evitare che lo stesso antagonismo che le ha prodotte si riproduca con determinazione e chiarezza politica sempre maggiore proprio là dove la natura dello scontro in atto si rivela nelle sue forme estreme. E' questa avanguardia perciò che assume il ruolo di referente principale dell'Organizzazione nel carcerario, ed è insieme ad essa che va condotto l'attacco ai progetti di annientamento della controrivoluzione imperialista.

Cattura e tortura. Nell'ultimo anno, l'importanza del settore carcerario ha fatto un grande salto in avanti su un punto specifico. Ci riferiamo qui non tanto al numero dei compagni imprigionati, che pure è un elemento nuovo e fondamentale per cogliere i termini dell'attuale congiuntura, ma a ciò che avviene al momento della cattura e nei mesi appena successivi. Abbiamo visto i risultati delle torture e dei pestaggi. Sappiamo dell'isolamento nelle caserme dei CC, magari dentro container metallici costruiti apposta.

Sappiamo degli interrogatori speciali, della costruzione di figure più o meno artificiali di “pentiti”, di coinvolgimento in campagne terroristiche—psicologiche di parenti e amici. In una parola, la cattura e l'immediata gestione della cattura con ogni mezzo possibile, anche il più feroce, si inscrivono ormai interamente in una logica di guerra: si definiscono in ogni loro aspetto come azioni militari che lo Stato imperialista cerca di rovesciare col massimo di efficacia distruttiva possibile contro le OCC, e contro il Movimento Rivoluzionario nel suo complesso. Noi dobbiamo cogliere in ciò alcuni importanti elementi di novità. Soprattutto due: 1) rispetto ai corpi dello Stato con quel che la precede e la segue rappresenta il momento di maggior integrazione tra quella parte di magistratura che abbiamo definito “magistratura di guerra” e l'esercito. Pratiche di isolamento, interrogatori, allargamento ad ondate successive delle operazioni, richiedono infatti una collaborazione strettissima ed organica che oltrepassa ormai tutti i tradizionali confini istituzionali, tra quella parte della magistratura che si è riciclata in funzione della guerra civile e le forze militari che questa guerra conducono. Per fare un esempio, sarebbe certo interessante considerare in questa luce i comportamenti “integrati” della magistratura torinese e dei CC nell'operazione che, facendo perno su Peci, ha “costruito” la strage di Via Fracchia e, successivamente, la morte del compagno Arnaldi; 2) rispetto ai compagni, il fatto che la cattura non concluda ma al contrario allarghi ed approfondisca, attraverso la sua gestione militare i termini di un rapporto complessivo di guerra, fa saltare, o per lo meno definisce in modo nuovo la vecchia separazione fra “esterno” e “interno”. Ciò significa che l'Organizzazione deve costruire la sua linea di combattimento nel settore carcerario, innanzitutto come coerente prosecuzione dei livelli più alti di attacco agli uomini e alle strutture dello Stato, in una logica di disarticolazione e rappresaglia adeguate alla natura nuova dello scontro. L'isolamento e la tortura dei compagni subito dopo la cattura, infine, sono sempre più spesso la prima tappa di una strategia differenziata e quella più feroce e insidiosa per gli effetti devastanti che cerca di ottenere contro tutto il Movimento rivoluzionario.

Il circuito delle carceri normali (GGM e periferici) e il proletariato extralegale Il circuito delle carceri normali e in particolare i grossi giudiziari metropolitani, raccolgono la massa del PP con la funzione specifica di controllare e regolamentare ampie fasce del proletariato metropolitano. Questo circuito ha storicamente costituito e continua a costituire, nonostante tutti gli interventi messi in opera dallo Stato, l'anello debole del settore carcerario, perché il potere è costretto a mantenere al suo interno strati del proletariato metropolitano, contraddicendo il principio della separazione che è alla base della strategia differenziata, perché non può impedire la concentrazione periodica di grandi masse proletarie. Come dicono i compagni prigionieri, la composizione di classe dei GGM rispecchia sempre più la stratificazione del proletariato nei poli metropolitani, e ciò significa che aumenta sempre più il numero dei prigionieri che vive la propria carcerazione in termini di diretto antagonismo di classe. Questi proletari infatti, fanno parte di un preciso segmento di classe: il proletariato extralegale, che vive come determinazione particolare del proletariato marginale, cioè di quella parte di proletariato costituita da strati diversi, tutti caratterizzati dalla posizione di marginalità rispetto alla struttura produttiva. A questo proposito va fatta una precisazione rispetto alla DS '78, nel senso che il proletariato extralegale non nasce solo tra coloro che sono definitivamente espulsi dal processo produttivo —cioè gli emarginati— ma al contrario attraversa tutti gli strati che compongono il proletariato marginale. Nelle condizioni di particolare disgregazione prodotte dalle stesse leggi dello sviluppo capitalistico, incrementate oggi dall'inesorabile meccanismo della crisi, si sviluppa il fenomeno del passaggio da emarginato, disoccupato, lavoratore nero, precario, sottopagato ... a extralegale: questa è la via di chi non trova più alcuna possibilità di vendere la propria forza-lavoro o deve svenderla sottomettendosi alle più dure e distruttive condizioni di sfruttamento e

nell'illegalità di massa trova o allarga le sue possibilità di sopravvivenza. In questo senso l'illegalità di massa è la traduzione diretta nei comportamenti di un preciso strato di classe, dell'antagonismo irriducibile prodotto dalle leggi dell'accumulazione capitalistica: accumulazione crescente di ricchezza da una parte, accumulazione crescente di miseria dall'altra. Per questo, l'extralegalità non definisce solo un insieme di comportamenti soggettivi, specchio della disgregazione che li ha prodotti, ma nel loro insieme in tendenza esprime una oggettiva collocazione di classe determinata da un identico bisogno di reddito, e da una contrapposizione sempre più netta allo Stato che dell'accumulazione capitalistica è il garante sul piano politico come su quello militare, come ogni proletario incarcerato ha bene imparato a sue spese. E' proprio nel carcere che per questo strato si può compiere il salto da una disgregazione soggettiva ad una prima formazione di una coscienza di classe. Mentre all'esterno questi strati non riescono a trovare alcun punto reale di aggregazione e anzi spesso approfondiscono i termini oggettivi e soggettivi della loro marginalità, nel carcere, all'opposto, le comuni e dure condizioni di vita, l'uguale rapporto nei confronti del potere, costituiscono una potente spinta a processi di socializzazione e di politicizzazione. Il carcere, per questo segmento di classe diventa il momento di maggior socializzazione, veicolo di coscienza politica, organizzazione e lotta. Storicamente, le lotte nelle carceri hanno trasformato i detenuti in PP! E tutto ciò a dispetto delle mille pratiche di differenziazione, di regolamentazione, di controllo con le quali il potere inutilmente cerca via via di soffocare la crescita politica. L'analisi non può tuttavia fermarsi a questo punto. E' senz'altro vero, e va sottolineato con forza, che il carcere rappresenta l'unico punto di aggregazione per questo strato, ma ciò non deve far saltare direttamente alla conclusione che si debba rovesciare allora il corretto rapporto che parte dal territorio e cioè dalla situazione di classe propria di questo strato per arrivare al carcere. Non si tratta cioè di teorizzare un ruolo autonomo per il proletariato extralegale e per di più costruito sul carcerario, anche se le sue forme storicamente date di aggregazione sono esistite per così dire al negativo, in esclusiva funzione della istituzione carceraria. E' proprio qui che va operato un rovesciamento dialettico. Senza negare la spinta antagonistica verso la società borghese che caratterizza questo strato e le concrete possibilità di politicizzazione che riesce a maturare nel carcere, è necessario ribadire che la sua collocazione di classe non è definita dall'illegalità e dal carcere, ma dalla collocazione di marginalità rispetto ai rapporti di produzione. Inoltre è fondamentale considerare che la durata assai diversa del soggiorno in carcere —spesso breve e ripetuto— e dunque la particolare "mobilità" alla quale questo strato è soggetto, lo distingue dagli altri strati costituiti da avanguardie del movimento di classe e da prigionieri di guerra destinati, secondo il potere, a morirci dentro. Il rapporto dell'Organizzazione con questo strato si pone dunque correttamente nell'ottica complessiva del rapporto con gli altri strati diversi dalla classe operaia, e quindi della ricomposizione del proletariato metropolitano a partire dalla situazione strutturale in cui esso vive (il quartiere, la borgata ...). Se è dai rapporti di produzione che si deve partire per una giusta individuazione della posizione oggettiva di ciascuna componente del proletariato, è altresì necessario, per un'analisi che voglia afferrare il fenomeno nella sua complessità, cogliere tutta la ricchezza delle sue determinazioni e dunque anche le forme specifiche della soggettività. Ma il fatto che il GGM faccia spesso emergere quella soggettività antagonista che è sempre presente nei comportamenti del proletariato extralegale non significa che noi dobbiamo costruire la nostra linea di intervento solo dentro il carcere, e che dobbiamo limitarci, per fare un esempio significativo, ad una pratica di reclutamento, basata sul di una esperienza carceraria frammentaria e disgregata. E' chiaro che il reclutamento entro questo strato di classe è sempre possibile, ma è altrettanto chiaro che esso non è una linea politica. Il vero problema è un altro. Si tratta di costruire una linea di intervento nel proletariato marginale all'esterno del carcere, a

partire dai suoi livelli reali di coscienza e lotta politica: una linea che possa diventare concreta in un programma immediato, che dia espressione e forma organizzata ai bisogni di questo strato di classe. Le forze rivoluzionarie devono aggredire il carcere metropolitano dall'esterno, quale parte fondamentale del sistema di controllo sociale sul territorio, e anello di quella catena che va dagli uffici di collocamento giù giù fino alla rete degli sbirri di quartiere. La lotta dentro il carcere deve raccogliere e potenziare i contenuti della lotta esterna! In questo modo l'aggregazione che il carcere produce non resta fine a sé stessa, ma diventa strumento di reale antagonismo di classe mentre la maturazione politica può rovesciarsi sul sociale, radicandosi in forme stabili di organizzazione e di lotta. Ci sembra questa la via per costruire nuove possibilità di attacco alle grandi carceri metropolitane: una via che non si fida solo delle grandi esplosioni spontanee, ma cerca di arricchirle di precisi contenuti di classe. Così sarà possibile mettere realmente in crisi la funzione di questo potente strumento di controllo e repressione dei bisogni proletari. In questa prospettiva, infine, occorre considerare che questo tipo di carcere costituisce il primo anello della differenziazione e che le lotte che in esso si sviluppano rompono, per le loro caratteristiche di massa gli equilibri assai delicati di questa strategia. Ne è direttamente colpita, infatti, l'efficienza stessa di tutto l'apparato carcerario, e dunque anche l'efficienza e la funzionalità del circuito speciale che può essere gestito solo sulla base della concreta pacificazione di quello normale.

Liberazione dei prigionieri e guerra alla strategia differenziata. La controrivoluzione preventiva ci costringe a riconsiderare i termini della questione carceraria e a ridefinire i nostri compiti dopo il salto di qualità compiuto dal potere nel '69. Il carcere imperialista proprio perché costituisce l'anello terminale della pratica dell'annientamento, è diventato uno dei punti più alti della ristrutturazione dello Stato, il punto in cui si condensa gran parte della strategia di guerra dell'imperialismo in Italia. La possibilità per la borghesia di far arretrare il processo rivoluzionario trova, come abbiamo visto, un momento fondamentale in questo anello, in cui gran parte dell'avanguardia politico—militare del proletariato dovrebbe essere neutralizzata, e in cui una parte ancora più vasta del proletariato marginale dovrebbe essere controllata, regolata, pacificata. L'analisi fin qui fatta evidenzia la complessità dei problemi che l'Organizzazione si trova davanti nel formulare il suo programma di interventi. Ma, dall'analisi stessa emergono pure con chiarezza quegli elementi attorno ai quali l'Organizzazione può e deve costruire una stabile e unitaria linea di combattimento. Innanzitutto, accettare di avere più di tremila avanguardie in carcere per un movimento rivoluzionario in Italia e di avere centinaia di militanti in carcere per qualsiasi OCC, significa farsi strangolare politicamente ancor prima che militarmente. Di qui occorre costruire la capacità di raccogliere la sfida e di sfidare a nostra volta lo Stato sul terreno in cui oggi questo gioca tanta parte della sua forza e della sua credibilità. E' dunque anche su questo terreno che si misurerà la capacità della nostra Organizzazione di agire da Partito, articolando nel settore la linea strategica di attacco al cuore dello Stato. Ciò comporta una linea di combattimento caratterizzata non solo dalla stabilità e dal livello militare che di fatto oggi la guerra impone, ma anche una linea profondamente unitaria rispetto al movimento dei PP. Una linea che abbia cioè la capacità di coniugare l'attacco al potere carcerario con le lotte dei PP stessi e con la loro analisi della congiuntura a riguardo. Perché è proprio partire da un patrimonio comune di analisi che può essere concretamente individuato di volta in volta il cuore politico del nemico. In questo senso, è importante capire che dare una linea unitaria significa essenzialmente due cose: 1) realizzare volta per volta, come si è detto, il massimo di unità possibile con i PP, sia per quanto riguarda il loro patrimonio di esperienza e analisi politiche che va discusso verificato e fatto proprio dall'intera Organizzazione. Tutto ciò non è tuttavia un dato di partenza, ma il risultato di un preciso lavoro politico, che deve sviluppare e arricchire tutti i rapporti tra l'interno e l'esterno. Si

tratta di realizzare anche qui un salto di qualità, collocando questi lavori nel quadro di una vera e propria “costruzione di organizzazione” che significa costruzione di militanti, di strutture, di reti di sostegno, finalizzate a questo scopo, attraverso i quali una linea di combattimento possa calarsi e vivere in modo non episodico e senza scollamenti; 2) l’unità; intesa come capacità di rapporto e confronto continuo con i PP, deve diventare dialetticamente anche un’altra cosa. Deve infatti diventare unità politica interna alla linea di combattimento, deve diventare prospettiva strategica unificante. In altre parole i momenti più alti d’attacco agli uomini e alle strutture del settore carcerario devono potenziare al massimo l’unità dialettica tra il contenuto politico generale (attacco al cuore dello Stato) con il contenuto concreto e particolare dell’attacco al settore specifico, secondo linee e obiettivi specifici, e secondo parole d’ordine che sappiano sintetizzare ogni volta i contenuti politici propri di ogni congiuntura. Solo così le azioni militari di disarticolazione possono avere immediata dimensione ed efficacia politica, e coerenza strategica di fondo. Solo così non ci saranno salti o vuoti che dividano le piccole dalle grandi azioni e che dividano le grandi azioni tra di loro, lasciandole scollegate e sospese nell’astrattezza che hanno tutti gli interventi che non riescono a dialettizzarsi con la realtà presente, a calarsi in essa. Realtà che, nel nostro caso è quella complessa del settore carcerario, nel quale direttamente si scontrano le strategie dello Stato imperialista e l’irriducibile capacità di lotta e di analisi politica dei PP. E con tutto ciò, sempre, noi dobbiamo fare i conti, quando in questo settore facciamo qualcosa. Sul piano dei contenuti generali dell’attacco, tenuto conto dell’esperienza militare e politica sin qui accumulata da noi e dai PP, sono punti centrali del nostro programma la liberazione dei PP, la disarticolazione del carcere imperialista. Tra liberazione e disarticolazione non esiste oggi una priorità o una subordinazione di uno nei confronti dell’altro, se non nel senso assai preciso che la liberazione rappresenta il livello massimo della disarticolazione, e la disarticolazione è una delle condizioni della liberazione. Esse non devono dunque più definire l’una il programma strategico (la liberazione), l’altra il programma tattico (la disarticolazione), quasi che tra i due ci fosse una sorta di gradualismo o di rapporto meccanico. In realtà, dato il livello ormai raggiunto nel settore dallo Stato imperialista, esse devono vivere in stretta unità dialettica nella nostra pratica di combattimento: saranno le condizioni oggettive, le possibilità concrete, che definiranno di volta in volta quale momento privilegiare e quindi la tattica da seguire. Importante non è dunque di per sé la diatriba: liberazione sì, liberazione no (col rischio di correre dietro senza alcuna chiarezza e senza nessuna capacità di direzione politica e in modo del tutto episodico ad ogni progetto in merito), oppure l’altra: distruzione sì, distruzione no. L’importante è capire fino in fondo che la controrivoluzione preventiva ha assunto nel carcerario la forma della strategia differenziata, e che la strategia differenziata costituisce il cuore — strategico appunto — di tutte le pratiche di annientamento che a vari livelli lo Stato mette in opera contro i PP. Noi dobbiamo assumere in questa congiuntura la parola d’ordine generale: **GURRRA ALLA STRATEGIA DIFFERENZIATA PER LA LIBERAZIONE DEL PP E PER LA DISARTICOLAZIONE DEL CARCERE IMPERIALISTA**. Questo comporta una scelta: quella di concentrare l’attacco contro i punti forti della ristrutturazione carceraria, e quindi quella di considerare come punto centrale di riferimento i carceri speciali nei quali si realizza oggi il massimo della differenziazione e della strategia di annientamento. E’ da queste carceri, del resto, che negli ultimi anni, sono venute le esperienze più alte e significative di lotta (Favignana, Asinara, Termini Imerese). E’ contro questo circuito che va oggi rovesciato il massimo di capacità distruttiva che l’Organizzazione può esprimere. I percorsi della disarticolazione sono pressoché infiniti, come ci insegna la pratica dei C.d.L., e non sta a noi tentare di elencarli, o di spiegare come essi, caso per caso, possano far vivere nell’immediatezza dello scontro il contenuto strategico ultimo: la liberazione e la distruzione di tutte le galere. Nel

concreto è ormai ben chiaro davanti a noi nel suo preciso significato politico, una serie di obiettivi contro i quali va portata una linea di attacco coerente che deve tradursi in uno stato d'assedio stabile del carcerario secondo il principio: "colpire al centro e logorare la periferia". Ciò vuoi dire: 1) colpire i vertici del MGG, i vertici della Direzione Generale Istituti di Pena, i vertici delle agenzie imperialiste nazionali e internazionali, che in stretta cooperazione reciproca, hanno guidato e guidano, la ristrutturazione nel settore carcerario, elaborando le direttive e le tecniche più criminali e sofisticate con le quali controllare e annientare i PP; 2) colpire i direttori delle singole carceri e l'intero staff di esperti che a vario titolo applicano quelle direttive e collaborano quotidianamente alla loro elaborazione e al loro aggiornamento; 3) colpire la magistratura di guerra e i CC, che in modo sempre più integrato conducono le loro campagne di guerra, e si incaricano in prima persona dell'isolamento e della tortura dei compagni catturati, e tra cui si annidano i nuclei operativi speciali; colpire i nuclei che assicurano la militarizzazione attorno alle carceri e nel territorio circostante; 4) colpire il corpo degli AC, a partire dal comando centrale e dai comandi regionali, e in particolare il sistema dei marescialli e dei brigadieri ai quali spetta di tradurre le direttive superiori in pratica giornaliera di sorveglianza, in pratica di violenza; 5) colpire il GGM nei suoi uomini e nelle sue strutture, quale primo anello della catena della differenziazione, attuata scientificamente in forme multiple nei suoi bracci e nelle sue sezioni, e quale generale strumento di controllo e distruzione dell'antagonismo proletario. Colpirli per destabilizzare l'intero sistema della differenziazione e mettere in crisi anche il circuito degli speciali. Oggi, questa linea di attacco dà corpo alla nostra strategia di disarticolazione del settore e di liberazione dei PP, ed è dunque tutt'altra cosa da un "programma inventato" perché in essa si riassumono e si moltiplicano le esperienze e le indicazioni di lotta che sono ormai patrimonio della nostra Organizzazione. A questa linea hanno dato contributi determinanti i PP, i quali l'hanno articolata dentro contenuti del programma immediato e lo hanno calato nelle forme organizzative dei C.d.L. Ma —quel che più conta— l'hanno fatta vivere attraverso gli attacchi disarticolanti che hanno saputo portare contro i carceri speciali e in particolare contro uno di questi che rappresenta il punto più alto della ristrutturazione, il cuore della SD, quello in cui l'isolamento e la tortura sono tornati a distruggere fisicamente, nel modo più diretto e brutale, i prigionieri che vi sono rinchiusi: l'Asinara. La nostra linea deve trovare dunque là il suo punto materiale di coagulo, oggi storicamente acquisito alla coscienza di tutti i PP nei suoi contenuti immediati e alla sua portata strategica. Dobbiamo perciò raccogliere la parola d'ordine: **CHIUDERE CON OGNI MEZZO L'ASINARA**, e farla vivere da subito come contenuto unificante dei nostri attacchi. Solo così le lotte per il programma immediato negli altri campi potranno riavere l'ampiezza e il respiro di un attacco complessivo alla strategia dello Stato imperialista. Solo così, insieme ai PP, potremo cominciare a realizzare concretamente il nostro programma. E proprio questa capacità di assediare stabilmente il carcere dall'interno e dall'esterno, e di colpire il cuore del progetto nemico, in modo da impedire alla strategia differenziata di funzionare, che ci permette di mettere all'ordine del giorno il contenuto centrale e irrinunciabile del nostro programma: **LA LIBERAZIONE DI TUTTI I PP! GUERRA ALLA STRATEGIA DIFFERENZIATA PER LA LIBERAZIONE DEL PP E PER LA DISTRUZIONE DEL CARCERE IMPERIALISTA!**

III. L'UNICA TRANSIZIONE POSSIBILE E' PER IL COMUNISMO.

Nel sistema imperialista delle multinazionali, i rapporti di produzione capitalistici non caratterizzano più il sistema dominante, ma sono ormai estesi, generalizzati su scala planetaria. Questo richiede un profondo riadeguamento della teoria comunista, che sia il riflesso di questa comprensione: l'unica transizione possibile è ormai quella verso il Comunismo. In passato, il programma di transizione si traduceva in una serie di mediazioni rese, oltre che necessarie, possibili dalle leggi dello sviluppo storico

nell'ambito del capitalismo. La liberazione delle forze produttive vedeva il suo primo passo nella loro emancipazione, ossia nel loro sviluppo. E questo sia prima che dopo la presa del potere da parte delle forze rivoluzionarie. La strategia del socialismo, elaborata dai comunisti, è sempre stata sostanzialmente questo; la risposta a simili questioni. E' per esempio assurdo andare a vedere nei tentativi di realizzazione della società socialista (URSS dei primi anni, la Cina fino alla Rivoluzione Culturale) un particolare modello economico diverso dal capitalismo, con una diversa funzione delle categorie di valore, mercato, accumulazione. La socializzazione dei mezzi di produzione vedeva il suo primo passo nella statalizzazione: quindi in pratica nella realizzazione di un contraddittorio capitalismo di Stato. E questo ovviamente, a prescindere da alcune idealizzazioni teoriche sulla transizione di allora che qui stiamo mettendo in discussione; a prescindere dalle diverse tattiche con cui si è portato avanti l'accumulazione per formare l'industria di base, ecc. Ciò che storicamente ha contraddistinto la transizione socialista (dopo la presa del potere) sta soprattutto nella sovrastruttura: nel potere politico che assicura il processo — ancora capitalistico, anche se contraddittorio — di sviluppo delle forze produttive, evitando che questo processo rafforzi la vecchia classe dominante sotto nuove forme. Dunque, ciò che in teoria definisce il socialismo come fase transitoria è la dittatura del proletariato, con il suo corollario: “mettere in piedi uno Stato costituito in modo che cominci subito a sparire e non possa fare a meno di sparire” (Lenin). A maggior ragione si riscontrava questo carattere di “mediazione” del programma rivoluzionario di transizione prima della presa del potere. Basti pensare al carattere delle rivendicazioni sindacali, salariali e normative che si ha. Nella teoria socialista, l'operaio scopre il suo ruolo di merce, afferma i suoi bisogni materiali in un'ottica di classe: ma a partire dal fatto che è possibile uno spazio socio—economico nell'ambito dello sviluppo capitalistico, ambito che si traduce per gli operai in modifica della professionalità, nella sua modernizzazione. Ma oggi i sindacati non sono istituzioni del capitale solo per la logica evoluzione delle loro storiche vocazioni tradunionistiche; i revisionisti non hanno smesso di essere riformisti per un repentino tradimento. Il tradunionismo e il suo corrispettivo politico, il riformismo, erano ancora delle politiche operaie, per quanto non rivoluzionarie e coincidenti con un settore della borghesia. E' che oggi, invece, non esiste più lo spazio sindacale—riformista inteso per quel che è realmente, non solo ideologicamente: briciole da dare alla classe operaia via via che aumenta la torta del capitale. Non c'è dunque nessuno spazio socio—economico dove, all'interno di questa società, si possa realizzare un interesse proletario che nella sua ambiguità politica, ma non per questo meno concretamente compiuto, prefiguri al tempo stesso la società futura. Tutti i temi della transizione vivono già nell'immediatezza dello scontro di classe sono inscindibili dalla lotta per i bisogni immediati del proletariato. I quali a loro volta, per essere affrontati, non si possono scindere da una visione comunista che, nella sua tattica di organizzazione e di lotta, sappia tradursi in una via che rompa gli attuali rapporti di produzione. Di conseguenza, non c'è nessun programma di “sapore socialista” realizzabile in questa società, basandosi su di una piattaforma più avanzata di quella della classe dominante o della “opposizione” PCI—sindacato: istituzioni queste ormai addette a rappresentare le istanze borghesi dentro il proletariato. Il programma proletario richiede la rottura dei rapporti di produzione: deve diventare programma comunista e non più “progressivo” rispetto ad una presunta timidezza evoluzionista di un riformismo che è morto. La transizione al comunismo si pone quindi come necessità storica, vissuta come tale da milioni di uomini. Ma questa transizione ad una società comunista possiede le basi materiali per essere oltre che necessaria anche possibile? A differenza del '17 sovietico o del '49 cinese, nella metropoli imperialista contenuto e forma della rivoluzione proletaria coincidono perfettamente. Ciò significa che qui è effettivamente data la condizione materiale per eliminare, insieme al rapporto col capitale, anche la maledizione del

rapporto sfruttato. Sono date cioè le condizioni materiali per il passaggio epocale dalla "comunità illusoria" alla "comunità reale", dalla divisione del lavoro al pieno sviluppo dell'individuo sociale. Certo, come il sistema dell'economia borghese si è venuto sviluppando passo passo, così avviene anche per la sua negazione, che ne è il risultato ultimo: ma questa negazione è qui immediatamente transizione rivoluzionaria al comunismo. L'enorme sviluppo delle forze produttive capitalistiche costituisce la base contraddittoria di questo processo. Mentre, infatti, sapere scientifico e applicazioni tecnologiche sono ostinatamente usate per distillare plusvalore e controllare la classe operaia, la dinamica interna del sistema spinge inesorabilmente verso trasformazioni "impensabili" per la borghesia imperialista. E quei rapporti di produzione e quella rielaborazione delle forze produttive, che la classe dominante è costretta a impedire, sono condizioni imprescindibili di superamento della crisi e della liberazione proletaria. In questa contraddizione, si forma ed emerge il proletariato metropolitano come soggetto rivoluzionario, come espressione sul terreno politico, dei rapporti sociali di produzione in gestazione, latenti, possibili, costretti ad esercitare una pressione virtuale sui rapporti di produzione operanti. Rapporti di produzione in gestazione che, tuttavia interiorizzandosi in ciascuna avanguardia proletaria ne rimodellano in continuazione la struttura della coscienza, alludendo ad una trasformazione radicale: all'uomo sociale, collettivo, ricomposto nelle sue molteplici pratiche. Rapporti sociali di produzione in gestazione il cui carattere radicalmente rivoluzionario è fondamento del programma di transizione al comunismo e che, perciò, definiscono la pratica della ribellione, anche armata, per la loro instaurazione, come la forma di esistenza sociale e più avanzata oggi possibile nella metropoli imperialista. Tutto questo rende, nelle attuali condizioni storiche, la transizione al comunismo necessaria e possibile. Quando diciamo "possibile" non intendiamo che sia realizzabile qui e oggi qualche frammento di comunismo, o nelle pratiche di riappropriazione delle merci o in una sorta di riorganizzazione individuale del lavoro, ecc. Questo finisce per essere soltanto una parodia del Comunismo. Intendiamo dire invece che la transizione al comunismo è oggi possibilità materiale di guardare il presente con gli occhi del futuro, di vedere in ciò che esiste ciò che sarà ed è anche possibilità di fissare, attraverso la critica del modo di produzione capitalistico, i contenuti del programma di transizione. Ciò, d'altra parte non può avvenire senza fissare nel contempo il percorso storico —che attraversa un'intera epoca— che la sua realizzazione presuppone. La concezione del potere proletario armato è il punto dal quale dobbiamo partire. Il sistema del potere proletario armato —nella sua ambivalenza: Partito Combattente e OMR— nell'evolversi dello scontro di classe cresce e si afferma accumulando il potenziale proletario. Il potere proletario armato è esercizio di potere e trova il suo compimento nella conquista e nella distruzione dello Stato borghese, cioè nel pieno dispiegamento della sua forza, nella forma della sua dittatura. La categoria politica della dittatura del proletariato è e rimane un momento fondamentale del cammino per la trasformazione comunista della società. Non si tratta di concepirlo come un momento magico che, basta aspettare, prima o poi arriverà, ma come l'esercizio pieno e dominato di un potere politico che ha soppiantato quello della borghesia. Quello che oggi affermiamo è che la dittatura del proletariato non è un momento di passaggio per la realizzazione di qualche conquista "specialistica" (mediata cioè dalla necessità dell'accumulazione capitalistica), ma è condizione per una diretta e immediata transizione al comunismo. Potere proletario armato, dittatura proletaria per la transizione rivoluzionaria al comunismo! Infatti, pur immaginandolo in un contesto storico più avanzato, che senso avrebbe oggi proporre piattaforme socio—economiche di carattere generale? Quelle dei sindacati e dei revisionisti, per esempio non chiedono poco: chiedono niente e contro i proletari. Compito dei comunisti è dunque un altro. In ogni situazione specifica vissuta dai proletari, la lotta per gli interessi immediati, per soddisfarli, è qualcosa di diverso da ieri. Compito

dei comunisti è di cogliere “questo diverso”. C’è un unico bisogno che obiettivamente accomuna questi interessi, ed è ormai il bisogno politico di comunismo. Lo sviluppo dell’organizzazione del lavoro produce solo controllo e disoccupazione, mentre il problema operaio, ormai, è il superamento della divisione del lavoro. La nocività mortale nasce da impianti moderni: l’unica soluzione complessiva sta in un diverso rapporto dell’uomo con la produzione e la natura. Questi interessi, per andare avanti, hanno perciò bisogno di una capacità politica che sappia far emergere la necessità del comunismo in ogni situazione particolare, e dunque in forme di organizzazione che costruiscano il potere proletario, e nella loro capacità di rovesciare gli attuali rapporti di produzione.. La funzione del Partito è di essere questa “capacità politica” di far vivere la lotta in ogni situazione di classe come parte di un programma generale di transizione al comunismo; essere con la propria pratica d’avanguardia e con le sue indicazioni a livello di massa il punto di riferimento che riesce a dare questo significato concreto a ogni situazione di classe.

IV. ORGANIZZARE LE MASSE PROLETARIE SUL TERRENO DELLA LOTTA ARMATA PER IL COMUNISMO. COSTRUIRE I NUCLEI CLANDESTINI DI RESISTENZA.

Le condizioni di vita e di lotta delle masse sono molto cambiate. Dobbiamo sbarazzarci degli schemi che abbiamo ereditato da una tradizione politica adeguata a una vecchia situazione storica, che ora è bruscamente cambiata. Come abbiamo già detto, non c’è più alcun sbocco riformista alle tensioni e alle lotte che il proletariato esprime. La prima conseguenza è che si è chiusa la possibilità dell’autonomia di classe di sfruttare come per il passato la contraddizione tra due strategie capitalistiche. E in particolare, la contraddizione sindacato—padronato, che oggi si è ricomposta (pur con numerose sbavature) all’interno di un’unica strategia controrivoluzionaria, dove gli uni e gli altri si trovano sostanzialmente uniti nel realizzare la ristrutturazione. Il secondo aspetto concerne la natura della repressione. Il suo carattere preventivo è sempre stato rivolto soprattutto alla possibilità di estensione delle lotte. Rispetto alla singola lotta, la repressione in genere è arrivata dopo, invece che prima, per impedire che le cose diventassero troppo serie per l’aspetto del dominio. Solo allora la repressione era rappresentata direttamente dallo Stato, poiché dalle concezioni derivate dalla libera concorrenza sul mercato, esso si manteneva formalmente neutrale nel rapporto diretto operai—capitale, almeno finché la situazione restava di “normale amministrazione”: quando riguardava cioè la contrattazione del prezzo della forza lavoro (nei limiti del necessario sviluppo della professionalità) e non il potere. L’autonomia della lotta di classe si è dunque storicamente determinata, nel lungo periodo, come capacità proletaria di “forzare le possibilità offerte dalla stessa legalità del sistema. Quindi oggi, ogni lotta, seppur parziale e circoscritta, può nascere solo se riesce a scavalcare (o a eludere) l’insieme degli impedimenti sindacali—padronali—statali che le si frappongono. Quando la spontaneità delle masse riesce a creare (battendo il sindacato ecc) le condizioni di unità su cui sviluppare la lotta per i bisogni immediati, questa lotta raggiunge istantaneamente un tetto. Essa si configura immediatamente come scontro di potere rispetto al quale il movimento di massa stenta a mantenere l’offensiva. Sebbene lo scontro di potere viva oggettivamente nella sua immediatezza, non esistono ancora i livelli di organizzazione sufficienti a poterlo interpretare. Su questo piano il movimento di massa è pressoché all’anno zero. Accade quindi che le iniziative di lotta intraprese dai vari segmenti di classe, che, seppur con varia intensità e frequenza percorrono tutto il proletariato, si arrestano di fronte alla possibilità—necessità di affrontare disarmati lo Stato imperialista. Il culo di sacco entro cui la controrivoluzione preventiva sembra avere imbottigliato l’autonomia proletaria è però solo apparente. In realtà, la soggettività proletaria comincia a misurarsi e realizzarsi su questo nuovo terreno. Ed è qui che va valutato il suo carattere

offensivo, perché offensivo può essere solo ciò che si forma sulle novità della fase attuale. Se di fronte allo sfascio concreto delle forme organizzate tradizionali del proletariato sono scomparse persino le istanze politiche più elementari, se viene permessa a e considerata legale solo la lotta che non serve in alcun modo ai proletari, è scomparso rapidamente e definitivamente il vecchio ma altrettanto rapidamente ha cominciato a nascere il nuovo. I proletari più coscienti e combattivi, le vere avanguardie delle masse, hanno cominciato a misurarsi con il problema che si pone sui tappeti: ricostruire, nelle nuove condizioni la capacità del movimento di massa di riprendere l'offensiva. In questo senso va valutata la vasta mobilitazione che si è verificata quasi ovunque nel movimento di classe (dalle grandi fabbriche ai quartieri) intesa a riallacciare a partire dalla clandestinità, i fili di una rete proletaria che sappia riappropriarsi della capacità di lotta e di antagonismo che le mutate condizioni avevano distrutto nella vecchia forma. Il carattere di massa di questi primi momenti organizzativi sta in questo; sono la prima espressione organizzata e stabile dei caratteri offensivi della resistenza di massa alla ristrutturazione. In quanto forma organizzata della resistenza alla ristrutturazione che si materializzano nell'immediato in ogni situazione di classe, rappresentano il massimo dell'offensiva oggi esprimibile dalle masse. E' un fiore destinato a crescere per la ricchezza del terreno su cui nasce. In tutti i momenti di lotta aperta che si sono verificati di recente (dagli scioperi Fiat Alfa, ecc; alle lotte dei lavoratori dei servizi, alle esplosioni sociali dei proletari del Sud) si è espressa una componente antagonista che ha mantenuto e ricreato una continuità dello scontro in mille episodi di resistenza quotidiana alla ristrutturazione. Questi comportamenti sono diventati un immenso fenomeno di riorganizzazione sotterranea di migliaia e migliaia di proletari che la controguerriglia psicologica deve riconoscere con le parole velenose della mistificazione. In realtà, questo fenomeno apre la possibilità di lottare stabilmente nella fase della controrivoluzione preventiva, poiché non si tratta di un arroccamento in difesa dei livelli precedenti, ma di un adeguamento a quelli nuovi con una capacità autonoma di organizzazione. L'agitazione e la propaganda clandestina, le mille piccole azioni combattenti, il sabotaggio continuo della struttura produttiva di controllo, la pressione e l'accerchiamento contro le gerarchie militarizzate, il rigetto e il crescente isolamento degli apparati sindacali—revisionisti, sono il dato caratteristico fondamentale della lotta di classe in quest'ultimo periodo. Cogliendo questo nodo essenziale, dobbiamo lanciare nel movimento di classe la parola d'ordine: **COSTRUIRE I NUCLEI CLANDESTINI DI RESISTENZA** in quanto embrioni degli organismi che nascono dalle masse e, per il modo offensivo di collocarsi nello scontro, **ORGANISMI DI MASSA DEL POTERE PROLETARIO**. Ciò che dà valore a questa parola d'ordine non è tanto la consistenza numerica che i nuclei possono avere, ma il fatto che sanno unire già oggi in una pratica di massa il politico e il militare in forme clandestine; interne ad un processo di resistenza di massa alla ristrutturazione. Questo perché nella fase attuale solo la lotta armata può esprimere compiutamente l'antagonismo proletario: è la sola strategia che nelle attuali condizioni storiche possa dirsi rivoluzionaria. Ne consegue che la costruzione del PCC non può darsi separando il politico dal militare come separazione dei due aspetti. Questo, deve essere chiaro, vale anche per gli OMR. Nella guerriglia, in cui non c'è separazione tra una fase politica (precedente) e una militare (presa del potere) gli OMR non sorgono alla vigilia dell'insurrezione, ma nel corso di un intero periodo storico in cui la crisi economica e politica si accentua e la lotta armata si intensifica e si caratterizzano insieme come organismi politico—militari. Anche per quanto riguarda la clandestinità delle masse, cogliamo un segno dell'avanzata nella costruzione del potere proletario. Il concetto di clandestinità è legato ad una concezione politica offensiva dello scontro e dell'organizzazione che deve guidarlo. Clandestinità vuole dire organizzarsi perché la lotta non si fermi alla prima ventata repressiva, altrimenti è solo la repressione a stabilire il tetto del programma rivoluzionario e chi lo deve condurre. E' chiaro altresì che le forme

che assumono i momenti di organizzazione delle masse non sono legate ad uno schema rigido e immutabile ma al contrario si modellano a secondo delle condizioni particolari, delle specifiche possibilità che i vari momenti presentano. Ma non dobbiamo confondere la forma con la sostanza. E nella sostanza noi dobbiamo vedere con chiarezza che il nuovo sta proprio nell'estendersi e nel rafforzarsi della rete sotterranea dentro il tessuto proletario, il sedimentare dei primi momenti di organizzazione stabile quale o quali punti di partenza di organismi propri delle masse che si misurano con la capacità di combattere la ristrutturazione, e di costruire il potere proletario armato. Ma non si può ridurre il problema dell'organizzazione delle masse ad un problema esclusivamente organizzativo. Si tratta di definire i contenuti di un programma che tenda a riunificare la classe, che sia fin da subito mobilitante. Che cosa vuoi dire questo?. Nelle masse vivono tensioni, lotte, espressioni multiformi di antagonismo generate dalla crisi che hanno la loro origine nelle condizioni materiali quotidianamente vissute. "Gli uomini si pongono, in genere, solo i problemi che possono affrontare e risolvere", e non c'è dubbio che le masse proletarie questo fanno, lo fanno spontaneamente senza l'intervento di nessuno. Ma se le contraddizioni affrontate giorno per giorno dalle masse proletarie generano la lotta spontanea, il processo che porta alla elaborazione del programma immediato su cui mobilitarle e farle combattere non è altrettanto spontaneo e automatico. Va capito innanzitutto che il punto di partenza è la lotta spontanea (a volte soltanto tensioni, esplicite o latenti), perché in essa vi sono già tutti gli elementi politici, i contenuti specifici del programma immediato valido per i diversi strati del proletariato metropolitano. Non c'è dunque da inventare niente in questo piano, ma bisogna invece cogliere con intelligenza politica quel che già esiste nella spontaneità delle masse e trasformarlo in progetto lucido e coerente, in piattaforma politica e unificante sulla quale impennare la costruzione dei livelli di mobilitazione delle masse e delle articolazioni del potere proletario. Facciamo un esempio: Alfa Romeo, reparto verniciatura. Nei mesi scorsi gli operai di questo reparto hanno sviluppato una lotta sul salario: in concreto, volevano il passaggio automatico di categoria. La lotta è stata dura perché questa esigenza non rientra né tanto né poco nei piani di ristrutturazione di Massacesi e quindi ci si è trovati contro tutto l'apparato controrivoluzionario: la direzione, il sindacato e infine la DIGOS. Le BR si sono dialettizzate con tutta la fabbrica e con questa lotta in particolare con un insieme di iniziative politico—militari di propaganda armata (Opuscolo N°8, azione Dall'Era, ecc). Nella lotta della verniciatura, vive anche materialmente uno dei contenuti operai affermatasi in dieci anni di lotta: l'aumento uguale per tutti. Questa parola d'ordine, sempre presente in tutte le lotte per il salario, è intesa a riunificare la classe, a rompere l'artificiosa stratificazione operaia ottenuta dal padrone attraverso la differenziazione salariale. Non solo, ma vediamo che, pur interpretando un bisogno reale ed immediato (più soldi), allude ad una società diversa, fondata su altri principi. Una società in cui il valore sociale del lavoro non si misuri col denaro con cui ti pagano, ma in cui, al contrario, ribaltati i rapporti di produzione, si può e si vuole vivere tra uguali, secondo il principio: da ciascuno secondo le sue capacità, a ciascuno secondo il suo bisogno. Non si creda che questa interpretazione della lotta della verniciatura sia una forzatura, un voler mettere un cappello politico troppo grande ad una lotta troppo piccola. E' l'insieme di queste cose che i comunisti devono saper leggere e valorizzare dalla lotta spontanea della masse. Occorre rielaborare i contenuti di ogni lotta contro la nocività, i ritmi, per il salario, ecc, per mettere in evidenza lo scontro di potere, la carica sovversiva che li anima contro i rapporti di produzione. Da questa operazione politica nasce il Programma Immediato, che parte sì dalla spontaneità, ma la trasforma in un movimento organizzato e cosciente. Senza questa operazione politica la spontaneità nasce e muore, rinasce e ri— muore, come è sempre avvenuto, e non produce affatto né programmi né altro. D'altro canto, senza programma immediato è impossibile che nascano, si sviluppino diventino potenti gli

OMR. Se oggi cominciano ad esistere gli embrioni di Questi organismi (i Nuclei Clandestini di Resistenza) essi troveranno le ragioni della loro esistenza e della loro evoluzione solo in un programma immediato che sappia essere sintesi. politica e proposta mobilitante con le condizioni di vita delle masse. Occorre quindi farsi carico, da parte del PCC, per ogni segmento di classe e approfondendo l'analisi delle lotte rivista alla luce della necessità di elaborare programma immediato, della capacità immediata di ciascuna componente di lottare per i propri bisogni. In altri termini il programma immediato non è un programma economico—riveniicativo, ma un programma politico che fa vivere le esigenze e i contenuti generali dello scontro in stretta aderenza alle necessità immediate che questo scontro esprime in ogni concreta situazione di classe. Con chi si elabora un Programma Immediato? Sono i proletari più attivi e combattivi delle masse che devono essere mobilitati in questo lavoro. E' all'interno della costruzione degli OMR che la dialettica deve essere sviluppata a questo scopo. Il compito del Partito deve essere quello di favorire, sollecitare, supportare attraverso la sua azione, la sua iniziativa militante, la definizione chiara, esplicita, concreta degli elementi che costituiscono il programma immediato. Favorire, sollecitare, supportare la mobilitazione possibile per un suo raggiungimento. Il compito della brigata di fabbrica, di quartiere, di campo è principalmente questo. Il militante delle BR deve oggi qualificarsi nella classe come dirigente attivo di questo processo. Lo scontro tra rivoluzione e controrivoluzione si gioca essenzialmente su questo terreno. Per la guerriglia, vuol dire conquistare e mobilitare le masse sul terreno della lotta armata per il comunismo. Per lo Stato imperialista annientare questa possibilità. Il PCC misurerà quindi la sua capacità di essere tale principalmente nel ruolo che saprà giocare nella direzione di questo complesso lavoro, nella capacità che avrà di legare indissolubilmente e strategicamente il programma generale di transizione al comunismo con i programmi immediati e con gli organismi che ne sono i portatori. "Brigate" e "Nuclei Clandestini di Resistenza" non sono dunque rispettivamente espressione della "strategia" e della "tattica", della rivoluzione, ma articolazioni strategiche di un unico processo di costruzione del potere proletario armato. Nella dualità che assume il processo di costruzione del potere proletario, i nuclei clandestini di resistenza non sono organismi di Partito.. Mentre le Brigate sono gli embrioni del Partito come cellule politico—militari, i nuclei sono gli embrioni degli organismi di massa del potere proletario. Le Brigate raccolgono quella parte dell'avanguardia di classe che porta avanti il programma generale rappresentato dall'agire da Partito; i nuclei tendono a raccogliere l'avanguardia di classe nel suo complesso (e quindi nelle sue varie componenti non solo sociali, ma anche politiche per esser espressione del programma generale nella realizzazione dei programmi immediati: ossia strategia applicata ad una particolare situazione di classe del proletariato. La dialettica esistente tra questi diversi elementi autonomi è quella esistente tra due momenti inversi: dal generale al particolare per gli embrioni del Partito; dal particolare al generale per gli embrioni degli OMR. E' lo stesso tipo di rapporto che c'era, per fare un paragone, tra Soviet e Partito Bolscevico. Ma l'analogia si ferma qui perché oggi, in una situazione storica molto diversa di "capitalismo maturo", mutano gli obiettivi, i quali perdono il loro carattere intermedio rispetto allo sviluppo capitalistico e che allora si presentava come necessario. Muta quindi il loro carattere spesso "difensivo" dal punto di vista proletario, mutano ancora, quindi, come abbiamo visto, le caratteristiche di questi organismi che non scindono il politico dal militare.

Il lavoro di massa delle BR nell'attuale congiuntura. Via via che la guerra di classe avanza, via via che cresce il movimento rivoluzionario, si evolve, cambia la fase in cui si connota lo scontro. Non c'è mai staticità e ripetitività nello scontro, ma dialettica, che sposta continuamente in avanti la contraddizione: la classe abbatte e supera le vecchie barriere, conquista e si attesta ad un nuovo livello. L'organizzazione rivoluzionaria, il

Partito, deve sapere adeguare la sua linea politica alle nuove esigenze, deve ridefinire la sua funzione partendo sempre da una strategia complessiva, ricalibrando i compiti che deve assolvere. Ciò gli è possibile solo tenendo ben chiari e fermi i propri riferimenti strategici; solo se sa reinterpretare alla luce delle nuove esigenze i propri principi politico—organizzativi. L'insieme dei principi politico—organizzativi dell'Organizzazione non deve essere un corpo imbalsamato esposto in una bacheca di cristallo, perfettamente conservato, ma irrimediabilmente morto. Deve essere al contrario materia viva, sostanza cromosomica che modella l'Organizzazione nella sua evoluzione, che le consente di mutare e crescere mantenendo inalterati i caratteri distintivi fondamentali. A partire da queste considerazioni, è necessario ridefinire e riqualificare una struttura essenziale e insostituibile nel nostro lavoro: il fronte di massa. Nella teoria dell'organizzazione delle BR, i fronti di combattimento rispondono all'esigenza "di elaborazione e omogeneizzazione dei programmi di lotta e di lavoro in settori specifici". Questo, nella fase della propaganda armata (dove i compiti principali erano, ricordiamo in sintesi: radicare la necessità della lotta armata, disarticolare il progetto di costruzione dello SIM, costruire il PCC come indispensabile determinazione del potere proletario), ha dato origine a due strutture centralizzate di lavoro e direzione politica: il Fronte di lotta alla controrivoluzione e il Fronte logistico. Il lavoro di massa dell'Organizzazione, in quanto finalizzato ai compiti sopradetti, percorreva tutto il corpo dell'Organizzazione; trovava impulso e proposizioni da una parte, e centralizzazione dall'altra, nelle Colonne e nei Fronti. Il lavoro di massa, pur non avendo strutture sue proprie (oltre alle Brigate, naturalmente), anzi proprio per questo riusciva ad essere presente in tutte le strutture dell'Organizzazione e trovava in esse la centralizzazione necessaria. Propaganda armata e lavoro di massa, in questo schema organizzativo, essendo due funzioni strutturalmente integrate, si compenetravano perfettamente senza che vi fossero frapposti steccati organizzativi. Questo era l'unico modo corretto per risolvere dialetticamente la necessità di far nascere e attecchire la lotta armata, e di lavorare nella classe per organizzare l'avanguardia del Partito. Ora ci troviamo in una fase in cui possiamo definire i compiti dell'organizzazione, per semplicità di sintesi, in una parola d'ordine: conquistare le masse alla lotta armata; organizzare le masse in un articolato sistema di potere proletario armato. Il lavoro di massa dell'O punta allora a qualcosa di più e sostanzialmente diverso che per il passato. Non si tratta cioè di una semplice espressione quantitativa o geografica, ma di una evoluzione qualitativamente diversa. Non muta affatto il rapporto tra l'O e il movimento, anzi la funzione del Partito si rafforza e acquista ancora più valore; muta invece la qualità politica delle finalità e degli obiettivi del nostro lavoro di massa. Il nostro programma punta ad organizzare strati di classe per la guerra civile; a favorire la nascita e crescita degli OMR, alla mobilitazione per i programmi immediati, in dialettica con il Programma Generale. Questo conferisce al lavoro di massa dell'O non solo una grande importanza (questa l'ha sempre avuta), ma una connotazione del tutto nuova che non può essere compresa entro lo schema organizzativo della fase precedente. Si tratta infatti di articolare la linea politica dell'O in riferimento specifico alle diverse componenti del proletariato metropolitano, in aderenza ai loro bisogni immediati e strategici, alla dinamica particolare dei diversi momenti di lotta, ecc. Si pone quindi la necessità di approfondire l'analisi e l'elaborazione politica dal punto di vista di strati omogenei di classe (omogenea per condizione oggettiva), di produrre gli indirizzi politici in un'ottica di riunificazione dei programmi di lotta e di ricondurre questi ad una strategia generale, tenendo conto della complessa dialettica esistente tra Partito e movimento. Il lavoro di massa dell'O deve pertanto essere centralizzato in apposite strutture che possano assolvere a questo compito. Il Fronte di Massa deve costruirsi come struttura centrale dell'O nella medesima concezione che caratterizza sia il fronte di lotta alla controrivoluzione (che il fronte logistico), i quali nell'attuale congiuntura conservano

a pieno la loro validità e la loro funzione. Dovendo centralizzare il lavoro di massa che l'O svolge all'interno delle varie componenti di classe le articolazioni del Fronte di Massa sono conseguenti alla capacità che si avrà di penetrare e radicarsi all'interno di ogni componente proletaria. In questa prospettiva, possiamo già individuare e realizzare delle valide articolazioni, suddividendo il Fronte di Massa in tre settori fondamentali: 1) settore della classe operaia e fabbriche; 2) settore dei lavoratori dei servizi; 3) settore proletariato marginale.

V. LA GUERRIGLIA NELLA FASE DI PASSAGGIO DALLA PROPAGANDA ARMATA ALLA GUERRA CIVILE ANTIMPERIALISTA.

Non siamo più nella fase della propaganda armata e non siamo ancora in quella della guerra civile antimperialista. La fase della propaganda armata è contraddistinta da questo: la guerriglia con la sua iniziativa politico—militare disarticola politicamente il nemico di classe. Avviene cioè che la guerriglia, individuando il cuore pulsante del progetto nemico sferra i suoi attacchi per mettere a nudo di fronte ai proletari la sua natura, i suoi intenti, la sua inconciliabilità di interessi, e così facendo "batte la strada", "apre la pista" al movimento proletario. Collocandosi al punto più alto della contraddizione tra borghesia e proletariato, costituisce per quest'ultimo il punto di riferimento sul piano strategico; si traduce in piano politico nella massima espressione dell'antagonismo di classe; apre dei varchi nella gabbia dell'oppressione capitalistica, così che la governabilità politica dei rapporti di produzione ne esce irrimediabilmente infranta e prefigura la possibilità della distruzione definitiva del potere della borghesia. La guerriglia infrange la "pax imperialista", fa vivere al suo punto più alto lo scontro di potere in cui si esprime l'antagonismo di classe, dimostra che i tempi della rivoluzione proletaria sono maturi e che questa non può essere recuperata neppure con tutte le mistificazioni di cui è capace la borghesia imperialista. In questa fase pur essendo minoritaria, la guerriglia riesce ad essere un interprete dei bisogni politici della maggioranza. Pur essendo come forza militare dispiegata ben poca cosa, riesce in quanto materializzazione organizzata della più alta coscienza proletaria, a conquistare spazi politici entro cui la lotta, delle masse può avanzare. Disarticolazione politica vuol dire soprattutto questo, inoltre, l'attacco guerrigliero, nella misura in cui è veramente indirizzato contro l'aspetto principale della contraddizione provoca uno scontro tra le file nemiche: ne acuisce le contraddizioni interne, divarica le differenti tendenze delle varie componenti del suo fronte, impedisce il ricomporsi dei conflitti intercapitalistici, rende l'apparato ancor più disfunzionale. La fase della propaganda armata si contraddistingue quindi per l'esistenza della lotta armata come strategia possibile per il comunismo, e la guerriglia in sostanza propaganda sé stessa. La tattica viene definita non tenendo in alcun conto i rapporti di forza militari perché è scontato che essi tendono in modo soverchiante da parte del nemico e il compito principale della guerriglia è quello di esistere, esistere come fatto politico. La fase della guerra civile dispiegata è quella in cui la lotta armata costituisce il fronte di lotta principale dell'iniziativa della masse. La mobilitazione delle masse si articola prevalentemente sul fronte della guerra, lo scontro di potere non è più solo proiezione politica dell'antagonismo di classe e prefigurazione di rapporti di forza possibili, ma è capacità di impostazione, è progressiva estrinsecazione della forza proletaria che distrugge il potere borghese, e attraverso la costruzione del sistema del potere proletario armato ribalta i rapporti di produzione esistenti. La fase della guerra è quella in cui le forme organizzate del potere proletario hanno la capacità di inchiodare il nemico senza via di scampo, di operare per la sua distruzione, di eroderne ogni spazio di agibilità politica e militare. La tattica in questa fase è principalmente determinata da rapporti di forza militari (intendendo per militari i livelli di organizzazione costruiti, la loro capacità di mobilitazione delle masse, la disponibilità e il grado di capacità al combattimento raggiunto) che diventano la principale determinazione del fare politica delle masse.

Abbiamo detto che non siamo ancora in una situazione di guerra civile dispiegata, pur essendo esaurita la fase in cui la propaganda armata era l'unica dimensione in cui la strategia della lotta armata potesse vincere. Ciò significa che ci troviamo in un momento di passaggio, che stiamo vivendo un periodo in cui le masse si approprieranno della lotta armata, un periodo in cui dovranno avvenire profonde trasformazioni, radicali innovazioni del modo di "fare politica" (nel senso di incidere nei rapporti di forza) del movimento di classe. Ci troviamo nel momento iniziale della formazione degli organismi del potere proletario. Dire che non siamo ancora in piena guerra civile significa affermare che non siamo all'inizio di un processo politico—militare che conquisterà nella sua interezza il proletariato alla lotta armata, intorno alla quale ogni segmento di classe potrà essere riunito e mobilitato, edificando gli organismi della dittatura del proletariato. E' quindi chiaro che non si verificherà alcun spostamento significativo nel senso della guerra civile se non attraverso un'avanzata, passo dopo passo, delle condizioni soggettive di coscienza, di organizzazione che permetta al movimento di classe di trasformarsi in movimento di massa rivoluzionario e in definitiva, di fare la guerra. Perché la guerra può essere fatta solo da grandi masse, e non dalla organizzazione guerrigliera, per quanto forte e organizzata essa possa essere. Qual è allora il compito della guerriglia in questo periodo che è a cavallo tra le due fasi? Prima di tutto deve mantenere la funzione di propaganda armata: deve però proiettarla in modo diverso che nel passato. Lo scopo della propaganda armata ora deve essere quello di conquistare stabilmente gli spazi politici, i terreni di scontro in cui l'iniziativa possibile delle masse si possa incanalare, su cui la spontaneità della classe si trasforma in Programma Immediato, su cui la resistenza "naturale" alla ristrutturazione diventa offensiva e quindi istanza di potere. La propaganda armata deve cioè essere rivolta non più solo a "battere la pista" al Movimento, ma a spianare, definendolo, il campo di battaglia, dove le varie componenti di classe combattono per la conquista del programma immediato. Laddove i proletari lottano per i propri bisogni, laddove le contraddizioni particolari enucleano i contenuti dell'iniziativa proletaria seppure informale o solo potenziale, l'azione di propaganda deve tendere a interpretare l'elemento di programma che dalla lotta stessa emerge, deve ricondurre i contenuti che si agitano nei momenti di scontro dentro un progetto unitario che ne elevi la capacità sovversiva e rivoluzionaria. L'azione di propaganda armata deve quindi essere di guida perché si pone avanti (non sopra!) al movimento di massa, ma nello stesso tempo deve essere di supporto alla capacità e possibilità di mobilitazione e di combattimento del MPRO. Deve essere il vero, effettivo, concreto punto di riferimento nel quale le forze impegnate nella costruzione organizzata di nuovi rapporti di forza con il nemico non guardano con astratto interesse e simpatia, ma per avere indicazioni valide nella loro condizione e praticabili nell'immediato. Questo ancora non basta. La propaganda armata deve avere la funzione di esplicitare, facendoli vivere nello scontro, gli obiettivi della trasformazione sociale di cui i comunisti sono i portatori. Deve cioè essere rivolta a propagandare con chiarezza i principi, i contenuti, la logica e la teoria che stanno a fondamento della società che i comunisti vogliono costruire. Qui facciamo una parentesi, per chiarire un modo di intendere questa funzione che riteniamo sbagliato. Taluni credono che essere comunisti voglia dire possedere un'ideologia perfettamente costruita seguendo i "sacri" testi del marxismo leninismo, da tenere gelosamente custodita e accessibile solo ai pochi eletti che sono i membri del Partito. Per cui quest'ultimo illumina di tanto in tanto la scena buia dello scontro di classe (alcuni lo fanno poco, altri dicono che bisogna farlo molto) con i portentosi raggi di un "comunismo" progettato a tavolino, sognato e prefigurato come la più pura delle astrazioni. Questo modo di intendere la questione porta a ridurre il problema della transizione al comunismo ad una specie di dipinto psichedelico perfettamente pennellato con i colori dei sogni, che raffigura una società perfetta, idilliaca, altamente desiderabile per ciascuno perché ciascuno può pensarla come vuole.

Questo porta a tanti grandi discorsi vuoti, che non sono nient'altro che lo sfogo alle frustrazioni (che sono tante!) che la società capitalistica ci regala, e che ciascun proletario si porta dentro. Questo modo depravato di intendere la teoria comunista ha generato, sin dal nascere del movimento proletario, la più sciocca e inoffensiva delle deviazioni dal marxismo—leninismo: l'ideologismo dogmatico, settario e gruppettaro. Noi crediamo invece che una società che muore —e la società capitalistica è in piena agonia— ha già in sé, nei soggetti sociali che la affossano, i nuovi valori che sostituiscono i vecchi, le nuove concezioni che stanno alla base di un nuovo mondo da costruire, così come le vecchie concezioni stavano alla base del mondo che scompare. Ma anche questo non si percepisce metafisicamente e vive nella lotta di classe, non al di fuori di essa. Ed è nella lotta che vive se pur solo come aspirazione, come negazione che nello stesso tempo proietta la possibilità di costruzione, il comunismo come “il movimento reale che modifica lo stato di cose presenti”. Compito del Partito è quello di essere la coscienza organizzata anche di questo, di saperlo vedere e raccogliere nel suo rapporto con la lotta del movimento reale, di legarlo con la sua capacità teorica di progettazione al disegno complessivo, non astraendo mai, neppure per un istante, dalla dinamica sociale che lo produce, di ributtarlo al movimento trasformato in arma potente se impugnato dai proletari che combattono. Inoltre bisogna tener conto che viviamo in questa società e non in un'altra del tutto ipotetica, e quindi ne siamo il prodotto: siamo “uomini vecchi” e non “uomini nuovi”. I comunisti devono affrontare la battaglia ideologica contro la vecchia concezione trasformando anche sé stessi e gli altri non con intimistiche elucubrazioni, ma come un aspetto della lotta di classe, e in essa ricercarne le verifiche. Ritornando alla propaganda armata è evidente che non è sufficiente fare “propaganda di comunismo” semplicemente con qualche slogan alla fine dei volantini, o anche parlandone tanto, ma legando il programma generale di transizione al comunismo ai programmi immediati della classe, con uno sforzo di interpretazione politica con un'operazione di partito. In questa fase la propaganda armata deve collocarsi con puntualità nella dialettica che deve esistere tra programma generale e programma immediato. Al di fuori di questo esiste solo fantasia e astrazione, che come è noto sono cose diverse dal materialismo dialettico. Se la propaganda armata è ancora uno dei punti principali dell'Organizzazione, pur rivista nella nuova luce, si dice anche che è cominciata la fase della guerra civile. Non c'è dubbio che il nemico è già pienamente sul terreno della guerra di annientamento, mentre il fronte proletario ant imperialista non si è ancora costruito. Significa allora che la guerra non è possibile rifiutarla. Il livello di scontro è dato, e chi pensa che sia possibile tornare indietro, prima ancora che un opportunista è uno sciocco. Che significa accettare la guerra nell'attuale fase di passaggio? Non è accettare lo scontro frontale: accettare questa logica è un suicidio politico e militare. Nell'attuale contesto ciò si riduce alla logica del colpo su colpo e alla sola rappresaglia. E' una riduzione militarista dei termini dello scontro che si riduce sul piano politico in una forma di arroccamento. Infatti siamo all'inizio di una fase di transizione e non alla sua fine. E il passaggio dal movimento di resistenza proletario al movimento di massa armato non è affatto spontaneo: in esso dunque dovrà qualificarsi tutta la capacità di costruzione del PCC. Dobbiamo passare all'offensiva, accettando il livello della guerra, ma sui terreni scelti dalla guerriglia. Tutta la partita si gioca nella capacità guerrigliera di operare questa selettività! Se il regime ha inferto colpi al movimento di classe e alle sue avanguardie combattenti, non è affatto il momento di stare sulla difensiva, ma al contrario di sferrare colpi dieci volte maggiori e più terrificanti nelle file della borghesia. Ma l'azione distruttiva —e sempre meno simbolica— vive militarmente in un programma politico di disarticolazione: se assume questo carattere distruttivo anche sul piano politico è perché si pone come “punto di forza” di una possibile iniziativa di massa. Avviene perciò attraverso una selezione dei terreni politici dello scontro, dove la priorità è data dal loro carattere interno ai bisogni, alle lotte, alle tensioni

di massa proletarie. ACCETTARE LA GUERRA, ATTACCARE IL CUORE DELLO STATO, FAR VIVERE I CONTENUTI DI DISTRUZIONE E DISARTICOLAZIONE MILITARE SVILUPPANDO UNA LINEA DI MASSA CHE DIALETTIZZI I CONTENUTI SPECIFICI DEI PROGRAMMI IMMEDIATI CON IL PROGRAMMA GENERALE DI TRANSIZIONE AL COMUNISMO! IN QUESTO COMPLESSO LAVORO ORGANIZZARE LE DUE DIVERSE DETERMINAZIONI DEL POTERE PROLETARIO: IL PCC E GLI OMR! E' evidente che questo è un compito difficile ma non sono accettabili semplificazioni di sorta. La molteplicità degli aspetti che deve avere la politica della guerriglia non può essere ridotta a una sola valenza, che non sia in stretta connessione con le altre. Ogni scorciatoia conduce irrimediabilmente e in un tempo brevissimo alla sconfitta. Mentre se si accettano con coraggio i complessi compiti che spettano oggi alla guerriglia, l'avanzata, se pur lenta e faticosa, sarà inesorabile, la vittoria sicura!

Comunicato agli atti del processo di Torino

Documento dos presos políticos

O manuscrito de 80 páginas que segue é de autoria de Carlo Picchiura, elaborado no cárcere de segurança máxima de Novara em 1986.

Picchiura foi um dos militantes mais antigos das BR, ainda que pouco conhecido. Como diz Salvatore Ricciardi, a mídia decidiu que não se tratava de um líder, de um comandante, e não se interessou por ele. Os seus companheiros, ao contrário, lembram dele justamente pelas suas capacidades de análise, por sua formação política e por sua sensibilidade e capacidade, na fase da crise das BR, de manter lucidez política e não cair no marasma que se criou entre os presos políticos BR³¹⁷. Nascido em Brescia em 1950, estudou na universidade de Padova e aqui iniciou sua militância política, inicialmente nas fileiras de Potere Operaio. Quando a experiência de PO terminou, em 1973, contribuiu a fundar a Brigata Ferretto³¹⁸, em Mestre, que reunia militantes da área da autonomia operária das fábricas do petroquímico de Porto Marghera, polo industrial da região. Em seguida ingressou nas BR dando sua contribuição para a fundação da coluna veneta da organização. Foi preso em 1975 e teve um papel de destaque nas batalhas que desde 1977 os presos políticos das BR travaram no interior do circuito dos cárceres de máxima segurança, especialmente criados por eles para o General dos carabinieri Carlo Alberto Dalla Chiesa. É preciso lembrar que os cárceres de máxima segurança, voltados a aniquilação psicofísica dos presos no modelo dos cárceres alemães, iniciaram a funcionar sem que houvesse uma legislação em mérito, isto é, fazem parte da “política da emergência”. Em particular Picchiura contribuiu na organização da revolta dos presos políticos no cárcere de Trani em 1980, em uma ação articulada entre os presos das BR e as BR, no âmbito do sequestro do juiz D’Urso, a última ação de destaque da organização antes da cisão de 1981, e que conseguiu o encerramento do cárcere de segurança de L’Asinara, na Sardenha, objeto de diversas revoltas dos presos políticos que o tornaram por alguns períodos inutilizável. O papel de Picchiura, segundo os relatos de diversos

³¹⁷ Comentário à margem de uma entrevista de Fabrizio Nizi, militante da coluna romana BR que conviveu no cárcere com Picchiura.

³¹⁸ Ferretto foi um dos dirigentes das brigadas de partigiani durante a luta de Resistência.

companheiros, foi de particular importância durante a fase da crise das BR que culminou com a cisão da organização em 1981. Ele foi autor, em 1983, de um texto que nasceu para responder um documento que está na origem da cisão que levou à formação do Partido guerrilha (BR-PG). O texto serviu de base também para a elaboração do livro *Politica e Rivoluzione*, escrito por quatro militantes das BR-PCC, Andrea Coi, Prospero Gallinari, Bruno Seghetti e Francesco Piccioni³¹⁹.

O texto que usamos foi escrito em um momento particular, em ocasião do processo de apelação Moro, que reunia pela primeira vez depois de anos, a grande maioria dos presos políticos BR. O objetivo do documento era de fazer um balanço geral da história da organização e de fornecer aos militantes das BR-PCC, inclusive aos militantes ainda atuantes, um instrumental teórico-político de corte marxiano, para refletir sobre as perspectivas ainda praticáveis. Entre as perspectivas estava também a impossibilidade de continuar com a luta armada.

Nosso objetivo, com este trabalho, não é expressar teses políticas, mas analisar o que nós sabemos da história destes 15 anos, para compreendê-la da forma mais correta possível, e ao dizer correto queremos dizer “científico”, pelo que realmente foi, para além das idealizações hagiográficas ou das demonizações. Objetivo deste trabalho é transformar na medida do possível, este conhecimento em experiência, de modo que possa ter uma utilidade para o presente. A primeira coisa a fazer é identificar com mais exatidão o objeto, o campo de investigação. Não queremos reconstruir 15 anos de história da Itália, queremos compreender nossa existência.

Apesar da intenção de não querer reconstruir 15 anos de história da Itália, o texto acaba fazendo uma síntese pontual, às vezes ano per ano, por conjunturas, do contexto político e econômico italiano, e do específico das BR, iniciando pelas movimentações do biênio 1968-69, onde afundam as raízes da luta armada e chega até 1982, quando as BR-PCC declaram a retirada estratégica.

³¹⁹ COI, Andrea, GALLINARI, Prospero, PICCIONI, Francesco, SEGHTTI, Bruno, **Politica e rivoluzione**. Milão: Giuseppe Mai Editore, 1983

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Archivio Don Luigi Sturzo

Archivio Gramsci:

. Fondo Bertini;

. Fondo Pecchioli.

Archivio Primo Moroni

DOCUMENTOS

Resoluções estratégicas e panfletos das BR:

Un destino perfido (novembro 1971)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1971/un%20destino%20perfido.htm>

Volantino Macchiarini (março 1972)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1972/volantino%20macchiarini.htm>

Il voto non paga, prendiamo il fucile (abril 1972)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1972/il%20voto%20non%20pag%20prend%20fucil.htm>

Documento interno (1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/Documento%20interno%201974.htm>

Risoluzione della direzione strategica n. 2 (1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/ds2.htm>

Norme di comportamento (stralcio) (1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/norme%20comp%20parz.htm>

Campagna “Sossi”:

Comunicato n. 1 (19/04/1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%201.htm>

Comunicato n. 2 (23/04/1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%202.htm>

Comunicato n. 3 (26/04/1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%203.htm>

Comunicato n. 4 (05/05/1974)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%204.htm>

Comunicato n. 5 (09/05/1974)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%205.htm>
Comunicato n. 6 (18/05/1974)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%206.htm>
Comunicato n. 7 (21/05/1974)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%207.htm>
Comunicato n. 8 (23/05/1974)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1974/sossi%208.htm>
Risoluzione della Direzione strategica (abril 1975)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1975/ds%2075.htm>
Diario di un processo di guerriglia. Le Brigate rosse analizzano il loro processo,
 Quaderni di Informazione politica, Collettivo editoriale, 1976.
Risoluzione Della Direzione Strategica (DS 78) (febbraio 1978) em
 Controinformazione n.11-12, julho 1978 (disponível em
<http://www.bibliotecamarxista.org/autori/brigade%20rosse.htm>)
 Campagna di Primavera: Documenti relativi all'azione di "cattura e prigionia" di Aldo
 Moro
Comunicato n. 1 (16/03/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%201.htm>
Comunicato n. 2 (25/03/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%202.htm>
Comunicato n. 3 (29/03/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%203.htm>
Comunicato n. 4 (04/04/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%204.htm>
Comunicato n. 5 (10/04/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%205.htm>
Comunicato n. 6 (15/04/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%206.htm>
Comunicato n. 7 (20/04/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%207.htm>
Comunicato n. 8 (24/04/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%208.htm>
Comunicato n. 9 (05/05/1978)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1978/br%20moro%209.htm>
La campagna di primavera (março 1979)
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1979/campagna%20di%20primavera.htm>
Risoluzione della Direzione strategica (DS 80) 1980
<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1980/ds%2080.htm>

Campagna delle carceri. Documenti relativi all'azione di "cattura e prigionia" di Giovanni D'Urso

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1980/comunicato%20n%201%20d%20u.htm>

Autointervista, (junho de 1981)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1981/autointervista%201981.htm>

A tutto il movimento rivoluzionario (março 1982)

<http://www.bibliotecamarxista.org/brigade%20rosse/1982/volanitno%20ritirata%20strategica.htm>

Documentos das Comissões parlamentar de investigação sobre a morte do Presidente da Democracia cristã Aldo Moro

Camera dei Deputati – Senato della Repubblica, VIII Legislatura, presidente sen. Mario Valiante, Atti della Commissione parlamentare d'inchiesta sulla strage di via Fani, sul sequestro e l'assassinio di Aldo Moro e sul terrorismo in Italia (16 volumi pubblicati dal 1983 al 1987).

Camera dei Deputati – Senato della Repubblica, VIII Legislatura, presidente sen. Mario Valiante, Relazione della Commissione parlamentare d'inchiesta sulla strage di via Fani, sul sequestro e l'assassinio di Aldo Moro e sul terrorismo in Italia, Roma 1987.

Camera dei Deputati – Senato della Repubblica, XI Legislatura, presidente sen. Libero Gualtieri, Relazione sull'attività della Commissione parlamentare d'inchiesta sul terrorismo in Italia e sulle cause della mancata individuazione dei responsabili delle stragi, Roma, 1994.

Camera dei Deputati – Senato della Repubblica, XII Legislatura, sen. Giovanni Pellegrino, Proposta di Relazione, Commissione parlamentare d'inchiesta sul terrorismo in Italia e sulle cause della mancata individuazione dei responsabili delle stragi, Roma 1996.

Camera dei Deputati – Senato della Repubblica, XIII Legislatura, presidente sen. Giovanni Pellegrino, resoconti stenografici delle sedute della commissione

Os documentos podem ser consultados no arquivo online do Senato:

<http://www.senato.it/leg/08/BGT/Schede/docnonleg/30470.htm>

https://www.senato.it/documenti/repository/leggi_e_documenti/raccoltenormative/30%20-%20stragi/Leg.%20XI/Doc/XXIII%20n.%2013.pdf

Jornais e revistas

Controinformazione, 1973-1984

Corrispondenza Internazionale, 1977-1979

Lotta Continua, 1969-1980 (disponível no site <http://fondazionerrideluca.com/archivio-lotta-continua/>)

L'Unità

Metropoli, 1978-1979

Quaderni Rossi, 1962-1964

Sinistra Proletaria, 1970

Diarios:

La Stampa (1972-1987)

Il Corriere della Sera (1972-1987)

Il Manifesto (1972-1987)

Entrevistas:

Barbara Balzerani

Piero Bertolazzi

Paola Besuschio
Marcello Capuano
Cecilia Massara
Mario Moretti
Fabrizio Nizi
Pino Scirocco

BIBLIOGRAFIA:

- AA.VV., *Anni di piombo. Il Piemonte e Torino alla prova del terrorismo*, Soveria Manelli, Rubbettino, 2004.
- ABATANGELO, Pasquale, *Correvo pensando ad Anna*, Firenze, Deapress, 2017.
- ALQUATI, Romano, Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti, *Quaderni Rossi*, n. 2, 1962.
- RICCIOTTI ANTINOLFI, *La crisi economica italiana, 1969-1973*, Bari, De Donato, 1974
- AMENDOLA, Giorgio, *Gli anni della Repubblica*, Roma, riuniti, 1976.
- ARMENI, Gianremo, *Questi fantasmi*, Tra le righe Libri, Giannasi editore, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni, SILVER, Beverly, Movimento operaio e migrazioni di capitale: gli Stati Uniti e l'Europa occidentale in una prospettiva storica mondiale, *Stato e Mercato*, n. 10, abr. 1984.
- AUST, Stefan, *Rote Armee Fraktion. Il caso Baader-Meinhof*, Milão, Il Saggiatore, 2009
- BALDONI, Adalberto, PROVVISIONATO, Sandro, *Anni di piombo. Sinistra e destra : estremismi, lotta armata e menzogne di Stato dal Sessantotto a oggi*, Milão, Sperling & Kupfer, 2009.
- BALESTRINI, Nanni, MORONI, Primo, *L'orda d'oro (1968-1977 La grande ondata rivoluzionaria e creativa, politica ed esistenziale)*, Milão, Feltrinelli, 1997.
- BALZERANI, Barbara, *Compagna Luna*, Roma, Derive e Approdi, 2013.
- BARAL, Piero (org.), *Niente di nuovo sotto il sole. I 61 operai della Fiat licenziati nel 1979 e le fortune (?) dell'automobile*, Turim, PonSinMor, 2003.
- BATISTONI, Maria Rosângela, *Confronto operário. A oposição sindical metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978-1980)*, Rio de Janeiro, NPC, 2010.
- BIANCONI Giovanni, *Mi dichiaro prigioniero politico. Storie delle Brigate rosse*, Torino, Einaudi, 2003.
- BOCCA Giorgio, *Il terrorismo italiano (1970-1978)*, Milão, Rizzoli, 1978.
- _____, *Il caso 7 aprile. Toni Negri e la grande inquisizione*, Milão, Feltrinelli, 1980.
- _____, *Noi terroristi*, Milão, Garzanti, 1985.
- _____, *Gli anni del terrorismo. Storia della violenza politica in Italia dal '70 ad oggi*, Roma, Armando Curcio Editore, 1988.
- BRAGHETTI Anna Laura, TAVELLA Paola, *Il prigioniero*, Milão, Feltrinelli, 2003.
- CARLI, Guido, *Cinquant'anni di vita italiana*, Roma-Bari, Laterza, 1993.
- CASAMASSIMA Pino, *Il libro nero delle Brigate Rosse*, Roma, Newton & Compton, 2007.
- CASTELLS, Manuel, *Luttes urbaines*, Paris, Maspero, 1973.
- CASTRONOVO, Valerio (org.), *Storia d'Italia*, vol. IV, tomo I, Turim, Einaudi, 1975.
- CAVALLINI Massimo, *Il terrorismo in fabbrica. I lavoratori di fronte all'attacco delle Brigate rosse*, Roma, Editori Riuniti, 1978.

- CHIARANTE, Giuseppe, *Da Togliatti a D'Alema: la tradizione dei comunisti italiani e le origini del Pds*, Roma-Bari, Laterza, 1997.
- CLEMENTI, Marco, *Storia delle Brigate rosse*, Roma, Odradek, 2007.
- _____, *La «pazzia» di Aldo Moro*, Roma, Odradek, 2006.
- CRAINZ, Guido, *Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni Ottanta*, Roma, Donzelli, 2003.
- CURCIO, Renato, *A viso aperto. Intervista di Mario Scialoja*, Milão, Mondadori, 1993.
- CURCIO, Renato, FRANCESCHINI, Alberto, *Gocce di sole nella città degli spettri*, Roma, Corrispondenza Internazionale, 1982.
- DAOLIO, Andreina, *Le lotte per la casa in Italia*. Milano, Torino, Roma, Napoli, Milão, Feltrinelli, 1976.
- DE CASTELLS ARTECHE, Miguel, *Euskadi: l'altra faccia della medaglia*, Pistoia, Petite Plaisance, 2010 [Corrispondenza Internazionale, 1981]
- DE LUNA, Giovanni, *Le ragioni di un decennio*, Milão, Feltrinelli, 2009.
- DEL CARRIA, Renzo, *Proletari senza rivoluzione*, Roma, Savelli, 1979, vol. V.
- DE ROSA, Gabriele, MONINA Giancarlo (orgs.), *L'Italia repubblicana nella crisi degli anni Settanta. Sistema politico e istituzioni*, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2003, vol. IV.
- DOGLIOTTI, Chiara, La colonna genovese delle Brigate Rosse, *Studi Storici*, ano 45, n. 4, 2004, p. 1151-1177.
- DRAKE, Richard, *The Revolutionary Mystique and Terrorism in Contemporary Italy*, Bloomington, Indiana University Press, 1989.
- FARANDA, Adriana, *Il volo della farfalla*, Milão, Rizzoli, 2006.
- FENZI, Enrico, *Armi e bagagli. Un diario dalle Brigate rosse*, Costa & Nolan, 1998.
- FRANCESCHINI, Alberto, FASANELLA, Giovanni, *Che cosa sono le BR*, Milão, Rizzoli, 2004.
- FOA, Vittorio, Lotte operaie nello sviluppo capitalista, *Quaderni Rossi*, n. 1, 1961.
- GALLI, Giorgio, *Storia della DC*, Roma-Bari, Laterza, 1978.

- _____, *Il partito armato. Gli "anni di piombo" in Italia (1968-1986)*, Kaos edizioni, 1986.
- _____, *Piombo rosso. La storia completa della lotta armata in Italia dal 1970 a oggi*, Milão, Baldini Castoldi Dalai, 2004.
- _____, *Il decennio Moro-Berlinguer. Una rilettura attuale*, Milão, Baldini Castoldi Dalai, 2006.
- GALLINARI, Prospero, *Un contadino nella metropoli. Ricordi di un militante delle Brigate rosse*, Milão, Bompiani, 2006.
- GARDNER, Richard, *Mission: Italy. Gli anni di piombo raccontati dall'ambasciatore americano a Roma. 1977-1981*, Milão, Mondadori, 2004.
- GINSBORG, Paul, *Storia d'Italia dal dopoguerra ad oggi. Famiglia, società, Stato 1943-1996*, Turim, Einaudi, 1998.
- "GIORGIO", *Memorie. Dalla clandestinità un terrorista non pentito si racconta*, Savelli Editori, 1981.
- GIOVAGNOLI, Agostino, *Il caso Moro. Una tragedia repubblicana*, Bologna, Il Mulino, 2005.
- GRANDI, Aldo, *L'ultimo brigatista*, Milão, Rizzoli, 2007.
- GIROTTI, Silvano, *Mi chiamavo Frate Mitra*, Paoline editoriale, 2002.
- GRANDI, Aldo, *La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operaio*, Turim, Einaudi, 2003.
- GROPPO, Bruno, Introduction. Histoire, mémoire, identité, *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n°68, 2002.
- GUAGLIARDO, Vincenzo, *Di sconfitta in sconfitta*, Edizioni Colibrì, 2002.
- GUALTIERI, Roberto, Le diverse letture del caso Moro, tra vulgata e storia, *Contemporanea*, vol. 11, n. 1, jan. 2008, p. 105-110.
- GUICCIARDI, Luigi (org.), *Il tempo del furore. Il fallimento della lotta armata raccontato dai protagonisti*, Milão, Rusconi, 1988.
- GUIDELLI, Giorgio, *Operazione Peci. Storia di un sequestro mediatico*, Urbino, Edizioni Quattroventi, 2005.
- GUIDETTI SERRA, Bianca, *Le schedature Fiat. Cronaca di un processo e altre cronache*, Turim, Rosenberg&Selliers, 1984.

GUIGOU, Jacques, WAJNSZTEIN, Jacques, *Mai 1968 et le mai rampant italien*, Paris, L'Harmattan, 2008.

HABERKON, Leonardo, *Historias Tupamaras. Nuevos testimonios sobre los mitos del MLN*, Montevideo, Ed. Fin de Siglo, 2008.

KROMSCHODER, Gerhard, *Il caso Stammheim*, Pistoia, Petite Plaisance, 2010, (Corrispondenza Internazionale, 1981).

LANZARDO, Dario, *La rivolta di Piazza Statuto*, Milão, Feltrinelli, 1979.

LEVI, Giovanni, Le passé lointain. Sur l'usage politique de l'histoire, em HARTOG, François (org.), *Les usages politiques du passé*, Paris, EHESS, 2001.

LEVI, Giovanni, Les usages de la biographie, *Annales*, Vol. 44, n°6, 1989

Lotte operaie a Torino. L'esperienza dei Cub, Comitati unitari di base, 1969-1977, Milão, Punto Rosso, 2009.

LUPO, Salvatore, La guerra civile immaginata. Un dilemma dell'Italia repubblicana, *Meridiana*, n. 76, Guerre civili, 2013, p. 9-36.

MAGRI, Lucio, *O alfaiate de Ulm*, São Paulo, Boitempo, 2014.

MALGERI, Francesco, PAGGI, Leonardo (orgs.), *L'Italia repubblicana nella crisi degli anni Settanta. Partiti e organizzazioni di massa*, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2003, vol. III.

MANCONI Luigi, *Vivere con il terrorismo*, Milão, Mondadori, 1980.

MANGANO A., *Le riviste degli anni Settanta. Gruppi, movimenti e conflitti social*, Bolsena, Massari, 1998.

MANZINI, Giorgio, *Indagine su un brigatista rosso: la storia di Walter Alasia*, Turim-Roma, Einaudi, 1994.

MASSARI Roberto, *Il terrorismo. Storia, concetti, metodi*, Bolsena, Massari, 2002.

MARCONI, Pio, *Il sequestro Moro. Una strategia allo specchio*, em <http://gnosis.aisi.gov.it/gnosis/rivista4.nsf/servnavig/5> consultado em janeiro de 2015.

MARIGHELLA, Carlos, *Manual do guerrilheiro urbano*, S.l., s.n.

MASTELLONI, Carlo, *Dai cattivi maestri alla lotta armata. Trent'anni di piombo*, em Gnosis 4, 2007, disponível em <http://gnosis.aisi.gov.it/gnosis/Rivista12.nsf/ServNavig/9> consultado em janeiro de 2015.

MAZZOCCHI Gianni, *Nell'anno della tigre. Storia di Adriana Faranda*, Baldoni & Castoldi Dalai, 1994.

MERCADER, Antonio, VERA, Jorge, *Tupamaros: estrategia y acción*, Editorial Omega, 1969

MENTASTI, Emilio, *La "Garde rouge" raconte. Histoire du Comité ouvrier de la Magneti Marelli (1975-78)*, Paris, Le nuit rouge, 2009.

MICHELINO, Michele, *1970-1983. La lotta di classe nelle grandi fabbriche di Sesto San Giovanni*, Firenze, Nova Cesat Coop, 2003.

MORETTI, Mario, MOSCA, Carla, ROSSANDA, Rossana, *Brigate rosse. Una storia italiana. Intervista di Rossana Rossanda e Carla Mosca*, Milano, Mondadori.

MORLACCHI Manolo, *La fuga in avanti. La rivoluzione è un fiore che non muore*, Milano, Agenzia X, 2007.

MORO, Aldo, *Lettere dalla prigionia*, Torino, Einaudi, 2008.

MORUCCI Valerio, *Ritratto di un terrorista da giovane*, Piemme, 1999.

_____, *La peggio gioventù*, Milano, Rizzoli, 2004.

NAP, SOCCORSO ROSSO NAPOLETANO, *I Nap, Storia politica dei Nuclei Armati Proletari e requisitoria del Tribunale di Napoli*, Collettivo editoriale Libri Rossi, 1976

NAPOLITANO, Giorgio, HOBSBAWM, Eric (org.), *Intervista sul Pci*, Roma-Bari, Laterza, 1975.

OVIDI, Ottone, *Il rifiuto del lavoro*, Roma, Bordeaux, 2015.

PACI, Massimo, *Mercato del lavoro e classi sociali in Italia*, Bologna, Il Mulino, 1973.

PANZIERI, Raniero, *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*, Torino, Einaudi, 1976.

PARLANTI, Luciano, *Da Valletta a Piazza Statuto, Primo Maggio*, inverno, 1977-78, n. 9-10.

PERSICHETTI, Paolo, SCALZONE, Oreste, *Il nemico inconfessabile. Sovversione sociale, lotta armata e stato d'emergenza in Italia dagli anni Settanta ad oggi*, Roma, Odradek, 1999.

PIANO, Paolo, *La "banda XXII Ottobre". Agli albori della lotta armata in Italia*, Roma, DeriveApprodi, 2008

PECCHIOLI, Ugo, *Tra misteri e verità. Storia di una democrazia incompiuta*, Baldini & Castoldi, 1985.

PECI, Patrizio, *Io l'infame*, Milano, Mondadori, Milano, Sperling & Kupfer, 2009.

POLLINI Luca, *I Settanta. Gli anni che cambiarono l'Italia*, Milano, Bevilacqua Editore, 2005.

POLO, Gabriele, *I tamburi di Mirafiori*, Turim, Cric, 1989.

PRETTE, Mariarita (org.), *Il carcere speciale*, Roma, Sensibili alla foglie, 2006.

PRIMAVERA, Rocco, *Industrializzazione e migrazioni interne. 1950-70*, Roma, Massari, 2002.

PROGETTO MEMORIA, *La mappa perduta*, Roma, Sensibili alla foglie, 1994

_____, *Le parole scritte*, Roma, Sensibili alla foglie, 1996

_____, *Le torture affiorate*, Roma, Sensibili alla foglie, 1998

_____, *Sguardi ritrovati*, Roma, Sensibili alla foglie, 1995

RICCIARDI, Salvatore, *Maelstrom. Scene di rivolta e di autorganizzazione di classe in Italia (1960-1980)*, Roma, Derive e Approdi, 2012.

ROMITI, Cesare, *Questi anni alla Fiat*, Rizzoli, Milão, 1988, Bur, Milão 2004.

ROSSANDA, Rossana, *La ragazza del secolo scorso*, Torino, Einaudi, 2005.

SALVADORI, Massimo, *La sinistra nella storia italiana*, Roma-Bari, Laterza, 2001.

SANTARELLI, Enzo, *Storia critica della Repubblica. L'Italia dal 1945 al 1994*, Milão, Feltrinelli, 1996.

SASSOON, Donald, *Cent'anni di socialismo*, Roma, Riuniti, 1997.

SATTA, Vladimiro, *Il caso Moro e i suoi falsi misteri*, Catanzaro, Rubbettino, 2006.

SCIASCIA, Leonardo, *L'affaire Moro*, Milão, Adelphi, 1994.

SCIALOJA, Mario, *Noi terroristi raccontiamo che... Intervista con le BR*, L'Espresso, 30/12/1980.

SCOPPOLA, Pietro (org.), *De Gasperi e Moro, em Moro, la Dc e la cultura cattolica*, Roma, Cinque Lune, 1979.

SILI, Alessandro, *Mai più senza fucile! Alle origini delle Br e dei Nap*, Firenze, Vallecchi, 1977

SOMMIER Isabelle, *La violence politique et son deuil. L'après 68 en France et en Italie*, Presses Universitaires de Rennes, 1998.

SOCCORSO ROSSO, *Brigate Rosse*, Milão, Feltrinelli, 1976.

SORINI, Fausto, *Alle origini della Bolognina e della "mutazione genetica" del Pci. Un contributo per tenere aperta la riflessione storica*, em ALBERTARO, Marco, HOBEL,

Alexandre (orgs.), *Novant'anni dopo Livorno. Il Pci nella storia d'Italia*, Roma, Editori Riuniti, University Press, 2014.

SPRIANO, Paolo, Lettera da Torino, Dalla sfida di Valletta ai fatti di Piazza Statuto, *Rinascita*, 14 de julho 1962.

TARROW, Sidney, SCARDINO, Alba, I movimenti degli anni '60 in Italia e in Francia e la transizione al capitalismo maturo, *Stato e Mercato*, n. 12, dezembro 1984, p. 339-362

TATÒ Antonio, *Caro Berlinguer. Note e appunti riservati di A. Tatò a E. Berlinguer, 1969-1984*, Torino, Einaudi, 2003.

TESSANDORI, Vincenzo, *BR. Imputazione: banda armata. Cronaca e documenti delle Brigate rosse*, Milão, Baldini Castoldi, Dalai Editore, 2000.

_____, *Qui Brigate rosse. Il racconto, le voci*, Milão, Baldini e Castoldi, Dalai Editore, 2009.

TRANFAGLIA, Nicola, NOVELLI, Diego (org.), *Vite sospese. Le generazioni del terrorismo*, Milão, Garzanti, 1988.

TRANFAGLIA, Nicola, Sulle cause e sui misteri del terrorismo in Italia, *Studi Storici*, Ano 30, n. 3, jul-sep. 1989, p. 565-578

TRONTI, Mario, *Operai e capitale*, Roma, DeriveApprodi, 2006.

TROTTA Giuseppe, MILANA Fabio (dir.), *L'operaismo negli anni Sessanta. Da "Quaderni Rossi" a "Classe Operaia"*, Roma, DeriveApprodi, 2002.

TURCHETTO, Maria, Antonio Negri e o triste fim do operarismo" italiano, *Crítica Marxista*, São Paulo, vol. 1, n. 18, 2004.

VENTRONE, Angelo, Una guerra civile di lunga durata. La violenza politica in un paese di capitalismo avanzato, em *Meridiana*, n. 76, Guerre civili, 2013, p. 155-175.

VIDOTTO, Vittorio, 1978. Il delitto Moro, em AA.VV. *Novecento italiano*, Roma-Bari: Laterza, 2008.

ZAVOLI, Sergio, *La notte della Repubblica*, Roma, L'Unità, 1994